UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRA E CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

MARILDA DE OLIVEIRA LEMOS

ALÍVIO E TENSÃO

**Um estudo sobre a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha
nas Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais da
Seccional de Polícia de Santo André – São Paulo**

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRA E CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

MARILDA DE OLIVEIRA LEMOS

ALÍVIO E TENSÃO

**Um estudo sobre a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha
nas Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais da
Seccional de Polícia de Santo André – São Paulo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Sociais do Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eva Alterman Blay

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

MARILDA DE OLIVEIRA LEMOS

ALÍVIO E TENSÃO

**Um estudo sobre a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha
nas Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais da
Seccional de Polícia de Santo André – São Paulo**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, aprovada pela Banca Examinadora
constituída pelos seguintes professores (as):

Prof^a Dr^a Eva Alterman Blay
DS-FFLCH/USP
Orientadora

Carinhosamente, dedico ao Paulo César, meu bem.

Aos meus pais, Antonio e Maria Áurea, por se agarrarem à vida, como um sedento a um copo d'água.

AGRADECIMENTOS

Como um mosaico confeccionado com pequenas peças, este trabalho foi elaborado com o apoio, o suor e o amor de muitas pessoas. A todas essas pessoas o meu agradecimento sincero.

À Prof^a Dr^a Eva Alterman Blay, que me acolheu no seu grupo de alunas orientandas, apostou no meu esforço e com quem percorri um caminho de quatro anos, com cumplicidades e partilha de alguns de nossos segredos. Pesquisadora e Senadora, comprometida com as políticas públicas para as mulheres, acompanhou-me passo a passo, até o último instante. Por ela tenho carinho, respeito e enorme admiração por sua honestidade intelectual e inquestionável competência.

Às Professoras Doutoras Guita Grin Debert e Heloisa Buarque de Almeida que, com competência intelectual e generosidade, aceitaram participar da minha Banca de Qualificação.

Aos Professores Doutores Antonio Flávio Pierucci, Brasília Sallum Jr., Paulo Roberto Arruda de Menezes, Sergio Miceli Pessoa de Barros, e Professora Doutora Nádia que, com competência e paciência me fizeram adentrar no mundo das Ciências Sociais.

À Secretária Angela e sua equipe, pela constante disposição e simpatia em me atender nas dificuldades.

Às colegas de orientação na Pós-Graduação, Anna Maria, Marcela e Tâmara, que contribuíram no amadurecimento do projeto de pesquisa. De modo especial, Arlene, companheira dos momentos de reflexão sociológica.

À Silmara Conchão, que permitiu que eu frequentasse as aulas ao, dispensar-me de algumas horas de trabalho.

Aos amigos Haidi Jarschel, Talita, Micael, Cecília Castillo, Daniel, Dulce Xavier, Sílvia Xavier e Maria Amélia, por terem oferecido infraestrutura, sem a qual não seria possível realizar este estudo.

Às amigas Matilde Ribeiro, Graziela Pavez, Renata Carvalho, Janete Alves, Laura Arbex, Maria Antonia Marques, mulheres fortes e graciosas, muito presentes na minha vida.

À Professora Adriana Quartarolla, por sua gentileza em fazer as correções em tempo exíguo.

Ao Professor André B. Silva, por, gentilmente, ter-se ocupado da versão do resumo desta pesquisa.

À Patrícia, minha sobrinha, pelos livros emprestados da biblioteca da UNICAMP.

Aos meus compadres, Vera e Oswaldo, que nunca me deixaram sem alternativa ante a rebeldia do computador.

Aos meus pais e irmãos que apostam em mim.

Ao Paulo César, meu companheiro, por compreender minha mudez nos momentos de reflexão e por me proporcionar um carinhoso repouso após longas horas de estudo.

RESUMO

A violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Em 2006, o governo brasileiro aprovou a Lei 11.340 – Lei Maria da Penha - que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Apesar do esforço que vem sendo feito por órgãos governamentais e não governamentais, a implantação da Lei Maria da Penha tem encontrado resistências. Alguns representantes do Poder Judiciário advogam a inconstitucionalidade da Lei. A interpretação e aplicabilidade da Lei fica submetida às representações sociais sobre o papel da mulher na sociedade e seus direitos. A teoria das representações sociais são um auxílio para analisar os discursos de agentes policiais das Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais que trabalham com a Lei, cotidianamente.

Palavras chave: representações sociais, gênero, violência contra a mulher, Delegacia de Defesa da Mulher, Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

Violence against woman represents a violation to human rights and fundamental liberties. In 2006, Brazilian government approved the Law 11.340 named – Maria da Penha Law – which cohibits domestic and familiar violence against woman. In spite of effort which has been done from governmental and non-governmental organisms, the implantation of Maria da Penha Law has found resistances. Some representatives of Court advocate the legacy of this law. The interpretation and appliability of the Law get submitted to social representations about the woman in society and her rights. The theory of social representations constitutes a support to analyze speeches of police officers at Woman Police Station and Police Stations which deal with that Law, day after day.

Key-words: social representations, gender, violence against woman, Woman Defense Police Station, Maria da Penha Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	011
------------------------	------------

PARTE I

1. Representações sociais nas Ciências Sociais.....	016
O conceito de representações sociais.....	016
Representações sociais na Psicologia Social.....	018
A construção das representações sociais por meio dos símbolos.....	019
Construção das representações sociais de gênero ao longo da História.....	023
A perpetuação da assimetria de gênero por meio das representações sociais..	025
Considerações parciais.....	030
2. Procedimentos metodológicos.....	032
Os caminhos percorridos.....	033
A pesquisa de campo.....	034
Questões que orientaram a pesquisa.....	035
A “saia justa”: o desconforto e os constrangimentos na realização da pesquisa.....	037
O modo de relatar.....	039

PARTE II

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS AGENTES POLICIAIS.....	040
Identificação dos escrivães e das escrivãs.....	041
Identificação dos delegados e delegadas.....	043
1. Representações sociais sobre as mulheres que procuram o serviço das delegacias.....	046
As representações sociais sobre a condição da mulher na sociedade.....	046
Perfil das mulheres usuárias das delegacias sob o olhar dos agentes policiais.....	051
O que as mulheres esperam da delegacia sob o olhar dos agentes policiais.....	062
O que os agentes policiais esperam das mulheres que procuram a delegacia..	064
Considerações parciais.....	065
2. Representações sociais sobre a violência contra as mulheres.....	067
Violência contra as mulheres na perspectiva de gênero.....	068
A manutenção ou rompimento da violência contra as mulheres.....	070

As entrevistas com delegados, delegadas e escrivães.....	074
Considerações parciais.....	096
3. Delegacias comuns e especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência.....	099
Análise das entrevistas.....	102
O papel das Delegacias de Defesa da Mulher.....	102
Aconselhamento e reconciliação.....	113
Capacitação policial recebida para o exercício profissional.....	114
Observações feitas no plantão realizado num dos Distritos Policiais.....	127
Observações feitas no plantão realizado numa das DDMs.....	132
Considerações parciais.....	138
A Lei Maria da Penha.....	147
Análise das entrevistas.....	149
Considerações parciais.....	164
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA.....	166
Mulheres com Boletim de Ocorrência.....	166
Mulheres sem Boletim de Ocorrência.....	189

PARTE III

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	202

PARTE IV

APÊNDICES.....	209
Entrevistas com Delegados e Delegadas.....	209
ENTREVISTAS COM	
ESCRIVÃES.....	242
ENTREVISTAS DE MULHERES SEM BOLETIM DE OCORRÊNCIA.....	279
ENTREVISTAS DE MULHERES COM BOLETIM DE OCORRÊNCIA.....	291

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema nasceu do trabalho com mulheres em situação de violência no município de Santo André, de 1999 a 2005. Primeiramente no atendimento às mulheres no “Vem Maria”¹, em seguida, na coordenação da Casa-Abrigo Regional do ABC² nos primeiros dez meses de funcionamento. Por fim, o trabalho de coordenação das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher desenvolvido na Assessoria dos Direitos da Mulher - Secretaria de Inclusão Social e Habitação da Prefeitura de Santo André, São Paulo.

Há 19 anos vínhamos trabalhando com mulheres, mães de crianças que freqüentavam creches, mas nosso olhar profissional era voltado para “mães”, função social que, para nós, se impunha sobre a condição de cidadã. A partir do trabalho cotidiano com a violência nos tornamos capazes de ampliar a compreensão sobre a condição da mulher como cidadã, com direito a uma vida sem violências. Muitas foram as inquietações que surgiram desde então. Essas inquietações nos levaram ao curso de mestrado em Administração, quando tivemos oportunidade de pesquisar sobre políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. A pesquisa resultou na dissertação intitulada “ENTRE NÓS: um estudo de caso sobre a Casa-Abrigo Regional do ABC para mulheres em situação de violência”. A pesquisa apontou para a necessidade de formulação de políticas de desabrigoamento como parte da política de abrigamento de mulheres em situação de risco de morte. Conforme o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher – Plano Nacional – da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do governo federal, as mulheres em situação de abrigamento, ao serem desligadas dos abrigos “deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas”.³ Para sair da violência, a mulher necessita não só da proteção que o abrigo oferece, mas, principalmente, de políticas de trabalho e geração de renda,

¹ “Vem Maria” – Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência é o serviço que oferece atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres que passam por situações de violência, no município de Santo André/SP, região do Grande ABC.

² A Casa-Abrigo Regional do ABC é um equipamento público que abriga mulheres em situação de risco de morte. É um projeto regional com duas unidades, uma no município de Santo André e outra no município de Diadema. O projeto é regional por ser mantido por sete municípios que compõe a região do Grande ABC Paulista, localizado ao sul da região metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

³ *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas/* Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília: A Secretaria, 2003, p. 55. Grifo nosso.

moradia e creche, ou seja, políticas que lhe dê condições de ter autonomia econômica e lhe favoreça o desabrigoamento.

Após esses anos de trabalho e estudo sobre essa temática, foi possível perceber que a violência contra as mulheres não encontrou o seu lugar nas políticas públicas, dentro da estrutura policial.

Nesse período tivemos contato, quase diário, com as Delegacias de Defesa da Mulher – DDMs⁴ da região do Grande ABC e com mulheres que procuravam o serviço policial para registrar suas queixas. Pudemos observar que as mulheres queixavam-se do atendimento recebido por aquela instituição. Por outro lado, as policiais queixavam-se do comportamento das mulheres. Essa observação levou-nos a dar continuidade à pesquisa, agora com o objetivo de perceber as imagens sobre violência contra as mulheres presentes, entre os diversos atores, mulheres e agentes policiais, estes no atendimento às mulheres em situação de violência, nas Delegacias de Defesa da Mulher - DDM e Distritos Policiais – Delegacia comum.

O título desta pesquisa aponta para duas situações conflitantes, presentes nas DDMs. “Alívio” para as mulheres que buscam o serviço das delegacias, na esperança de conseguir romper com a violência sofrida. “Tensão” para as mesmas mulheres que, em muitos casos, não encontram o que buscam. “Tensão” também para os agentes policiais que, no cotidiano do seu trabalho, não conseguem lidar com as queixas e posteriores desistências das mulheres que utilizam o serviço da DDM.

Ao observar o dia a dia da Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres – DEAM⁵ - do Distrito Federal, MACHADO (2002) constata que após a queixa-denúncia, sempre são oferecidas informações no sentido de esclarecer que a queixa trazida até a delegacia pode ser transformada em acusação de exercício de ato criminoso. O *quê* é informado e o *como* é informado, ou seja, a entonação da voz, pode fazer com que a queixa se torne um registro e se transformar num inquérito policial, ou não. Pode desencadear um bloqueio, de modo que a mulher não queira que o registro seja efetuado. Machado constata também que, durante ou depois desse momento, podem, ou não, ser feitos aconselhamentos e encaminhamentos.

“Assim, a interlocução entre agentes e usuárias é um evento crítico que define o nascimento ou a morte de um eventual processo de queixa-crime.

⁴ Doravante as Delegacias de Defesa da Mulher serão mencionadas também por meio das iniciais: DDM.

⁵ DEAM: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, nomenclatura usada em alguns Estados da Federação.

A forma em que se dá esta interlocução é crucial. Para desvelar as formas deste processo de interlocução, é preciso buscarmos valores em que se assenta a definição das funções das delegacias especializadas” (2002: 9).

Além da busca de valores, apontada por MACHADO, outro elemento importante para se verificar o que ocorre com todos os atores – mulheres, delegados, escrivães e investigadores - nas delegacias, no momento do relato das queixas, é a pesquisa sobre representações sociais de gênero, assimiladas e reproduzidas pelos diversos agentes policiais, presentes naquele “momento crítico”.

O conceito de representação social está fundamentado em Moscovici

...um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso das comunicações interindividuais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas até podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI & HEWSTONE, 1985, apud VELOZ, 2003:3).

O conceito de representações sociais mostrou-se um instrumento adequado de decodificação da realidade, especialmente para analisar os depoimentos de agentes policiais e mulheres. Estas, por estarem envolvidas num ciclo de violência em que, em alguns casos, permanecem por anos. Aqueles, por serem os responsáveis por interpretar e aplicar a Lei 11.340/2006. A DDM ou o Distrito Policial, é a porta de entrada para que a situação de violência contra as mulheres seja transformada em inquérito policial e o agressor seja responsabilizado.

Passados quase vinte e cinco anos de funcionamento das DDMs, as quais foram criadas para dar um atendimento especializado às mulheres em situação de violência persiste, o despreparo no tratamento da violência contra mulheres, a qualidade do serviço oferecido tem sido objeto de discussão e pesquisa acadêmica.

Mulheres em situação de violência que fazem uso da DDM, ora manifestam descontentamento, ora satisfação quanto ao atendimento recebido, como poderemos observar nesta pesquisa.

Nesse sentido, fez-se necessário investigar as razões pelas quais, parte das mulheres que procuram a DDM, não conseguem registrar a ocorrência. Se conseguirem, alguns registros não se transformam em inquérito policial. Outras poucas conseguem fazer uso da Lei Maria da Penha na sua plenitude. Os agentes policiais encontram resposta para todas as situações. Algumas mulheres, por desconhecimento, nem sempre fazem valer seus direitos.

Esta pesquisa tratará da violência contra as mulheres, na perspectiva de gênero e pretende examinar as representações sociais sobre as mulheres, sobre a violência, sobre as Delegacias e Defesa da Mulher e sobre a Lei Maria da Penha.

A escolha em realizar a pesquisa nos quatro municípios da Região do Grande ABC foi feita em virtude do Plano Regional de Combate à Violência à Mulher, implantado nessa região ao final do ano de 2003, como tentativa de construção de uma política pública de âmbito regional. O Plano incluía a criação de mais Delegacias de Defesa da Mulher no ABC e um Projeto de Formação Continuada das Delegacias de Defesa da Mulher⁶. A região conta com Centros de Referência ou serviço similar em cada município e duas Casas-abrigo de âmbito regional. Os Centros de Referência são serviços que acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência que funcionam de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Embora haja variação do tipo de serviço prestado pelos diversos municípios, basicamente os Centros de Referência oferecem atendimento psicológico, social e jurídico, este último realizado pelos departamentos de assistência judiciária municipal ou pela OAB local. As duas Casas-abrigo, uma em Santo André e outra em Diadema, atendem mulheres dos sete municípios da região, quando se encontram em risco de morte.

A presente pesquisa está estruturada em três partes.

A primeira parte inclui o referencial teórico sobre representações sociais e os procedimentos metodológicos.

A segunda parte analisará as entrevistas, realizadas em com delegados, delegadas, escrivãos, escrivãs e mulheres em situação de violência.

A terceira parte trará as considerações finais da pesquisa e as referências bibliográficas utilizadas para a pesquisa.

O apêndice compõe a última parte que apresentará o relato das entrevistas em sua forma bruta, sem edição, mantendo a forma particular de cada entrevistado se pronunciar.

Um interesse dessa pesquisa foi dar continuidade à pesquisa realizada no Mestrado. Se, naquela oportunidade, pesquisamos a Casa-abrigo, como uma política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres. Aqui, pesquisamos das DDMs e os Distritos Policiais, os quais antecedem ao abrigo. A partir desta estudo, fica o desafio em se pesquisar os agentes da

⁶ Plano Regional do ABC de Combate à Violência à Mulher, Grupo de Trabalho Gênero e Raça – Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, p. 20.

Polícia Militar, porque a ação desses, em caso de flagrante, é anterior à ação das delegacias.

Parte I

1. Representações Sociais nas Ciências Sociais

Nas Ciências Sociais, as representações sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade para explicá-la, justificá-la ou questioná-la.

Segundo Comeriato (2006) e Gomes (2008), a teoria das representações sociais investiga e explica a relação recíproca entre indivíduo e sociedade, numa interface de conhecimento que estabelece comunicação e estrutura comportamentos entre os indivíduos de uma mesma cultura, frente a situações cotidianas. São resultantes das crenças de determinado grupo, no contexto de uma cultura, e servem para organizar o conhecimento do senso comum responsável pela dinâmica da vida cotidiana.

O conceito de representações sociais

O conceito de representação social tem origem na Sociologia e na Antropologia com a noção de representação coletiva, nas obras de Durkheim e de Lévi-Bruhl. Conforme as reflexões de Minayo (1995:90), para essas duas ciências, o conceito serviu de elemento decisivo para a formulação de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico. Para Durkheim, as representações coletivas eram concebidas unicamente como representações mentais, ou simbólicas, que refletiam imagens da realidade estrita. O termo se refere a categorias de pensamento por meio das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Para Durkheim, essas categorias não são dadas a priori e nem são universais; são, elas próprias, transformadas em *atos sociais* passíveis de observação e interpretação. O substrato social é a base das representações, e Durkheim defende sua relativa autonomia. As representações coletivas, algumas mais que outras, exercem sobre nós uma espécie de coerção para atuar em determinado sentido.

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa e nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não

com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos esses que pertencem à sua constituição. (Durkheim, 1978: 79)

Segundo Sá (1995: 21), Durkheim, com o conceito de representações coletivas, procurava dar conta de fenômenos como a religião, os mitos, a ciência, as categorias de espaço e tempo etc. em termos de conhecimentos inerentes à sociedade. Para Durkheim, a sociedade é uma realidade *sui generis* e as representações coletivas que a exprimem são fatos sociais, coisas, reais por elas mesmas,

... são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e saber. (Durkheim, 1978, 216).

A visão de Durkheim e de alguns seguidores do seu pensamento foi criticada por várias correntes, no interior das Ciências Sociais, pela objetividade extrema e positivista das representações sociais. O aspecto mais criticado da teoria se refere ao poder de coerção atribuído à sociedade sobre os indivíduos, de maneira quase absoluta.

Max Weber utiliza termos como 'ideias', 'espírito', 'concepções', 'mentalidade', muitas vezes usados como sinônimos, para elaborar sua concepção do campo das representações sociais, e trabalha de forma particular a noção de 'visão de mundo'. Para Weber, as ideias ou representações sociais são juízo de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem; porém, embora teorizando sobre certa autonomia do mundo das representações, não descarta a possibilidade de que em determinados momentos, o fator econômico seja dominante na formação das ideias. Segundo Minayo (1995:94), Weber chama atenção para a importância de se pesquisar as ideias como parte da realidade social, mas também para a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua maior dependência.

O conceito de representações sociais se desenvolveu no quadro teórico de outras disciplinas, mas foi na Psicologia Social, a partir de 1961, na Europa, com a publicação da obra de Serge Moscovici intitulada *La psychanalyse, son image et son public*, que um primeiro delineamento formal do conceito e da teoria das representações sociais foi elaborado. Apoiado nos fundadores das Ciências Sociais na França, em especial em Durkheim, e partindo da tradição da sociologia do conhecimento, Moscovici começou a desenvolver uma psicossociologia do conhecimento. Nessa obra, o autor expõe o cerne da sua

teoria, trabalha sobre o fenômeno de socialização da psicanálise, de sua massificação, bem como do processo de sua transformação para servir a outros usos e funções sociais.

Moscovici, ao contrário de Durkheim, não está interessado nas representações das sociedades primitivas, menos complexas, mas nas representações das sociedades modernas, que são caracterizadas por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem.

... do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta à heterogeneidade e flutuação dos sistemas unificadores – ciências oficiais, religiões, ideologias – e às mudanças pelas quais eles devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. (Moscovici, 1984a: 18-19).

Representações Sociais na Psicologia Social

Moscovici (1976: 55) trata a representação social como um processo em que o conceito e a percepção se engendram reciprocamente.

Representar uma coisa (...) não é, com efeito, simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la; é reconstruí-la, retocá-la, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre conceito e percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de 'realismo'. (1976: 56).

Os fenômenos sociais que permitem identificar de maneira concreta as representações e trabalhar sobre elas estão constantemente em todos os lugares e em todos os momentos, por meio das comunicações, das conversações, dos encontros, dentro dos quais se elaboram os saberes populares e o senso comum. Na maioria das relações sociais estabelecidas, dos objetos extraídos ou produzidos, as comunicações estão impregnadas de representações sociais. Moscovici define representações sociais como

...um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso das comunicações interindividuais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas até podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI & HEWSTONE, 1985, apud VELOZ, 2003: 3).

Para Moscovici, as representações sociais são modalidades de conhecimento que circulam no cotidiano com a função de comunicação entre os indivíduos, de modo que haja uma familiarização com o que é estranho, por meio da "*ancoragem*" e da "*objetivação*", de acordo com categorias de determinada cultura. A ancoragem consiste na integração cognitiva do objeto representado, sejam ideias, acontecimentos, pessoas, relacionamentos etc., a um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas. A ancoragem é classificatória, de assimilação, responsável pelo enraizamento social da representação e de seu objeto. A objetivação consiste em uma operação imageante e estruturante, pela qual se dá uma forma específica ao conhecimento acerca do objeto. É um dos processos de transformação de um conceito abstrato em algo tangível que possibilita a ocorrência da absorção dos sentidos. Recebem forma de figura, tornando-as concretas, materializando a palavra. Nesse processo, as palavras são compelidas a encontrarem equivalentes não verbais de representação mental. A objetivação implica a produção de um mundo real externo aos indivíduos que o habitam. (Gomes, 2008).

Moscovici, numa outra proposição teórica, apresenta uma de suas convicções básicas:

o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar e (...) que os universos consensuais são lugares onde todos querem se sentir em casa, a salvo de qualquer risco de atrito ou disputa. Tudo o que é aí dito e feito apenas confirma crenças e interpretações adquiridas, corrobora mais do que contradiz a tradição. (...) No todo, a dinâmica dos relacionamentos é uma dinâmica de familiarização, em que objetos, indivíduos e eventos são percebidos e compreendidos em relação a encontros ou paradigmas prévios. Como resultado, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, as imagens sobre a 'realidade'. (1984a.: 23-4)

A construção das representações sociais por meio dos símbolos

Conforme Guareschi (1995: 20), a teoria das representações sociais refere-se à construção de *saberes sociais* e, nessa medida, ela envolve a cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e

com paixão. A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo.

Para Jovchelovitch (1999: 71), a teoria das representações sociais é construída sobre uma teoria dos símbolos. São consideradas formas de conhecimento social que implicam duas faces interligadas como a frente e o verso de uma folha de papel, o lado figurativo e imageante e o lado simbólico.

Os símbolos são, por excelência, os instrumentos da integração social. Como instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social, que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

Segundo Bourdieu,

Os 'sistemas simbólicos', como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências'. (2003: 9)

O poder simbólico é um poder invisível, que reside entre os que exercem o poder e os que são sujeitos a ele. Enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, os 'sistemas simbólicos' cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra, contribuindo para a domesticação dos dominados, o que Bourdieu denomina de 'violência simbólica'. (Cf. Bourdieu, 2003:11). Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido.

Para Jovchelovitch (1999:79), as representações sociais, porque simbólicas, são construídas sobre a capacidade representacional de um sujeito psicológico, porém tal capacidade não pode ser entendida fora de uma dimensão de alteridade. As representações sociais, além do trabalho individual do psiquismo, surgem como um fenômeno colado ao tecido social. Dessa forma, as representações sociais já não estão centradas no sujeito, mas nas construções particulares da realidade social.

O conceito de *habitus*⁷ criado por Bourdieu torna-se, aqui, imprescindível para se compreender a noção de representações sociais porque articula as ideias de individual e social e mostra como se dá a interpenetração das estruturas subjetivas (representações) e objetivas (estrutura social). A realidade objetiva transcende os agentes sociais e engendra uma realidade subjetiva que é por eles incorporada no processo de vivência das experiências e práticas do cotidiano.

Segundo Souza (2008: 68-73), o quadro teórico proposto por Bourdieu permite ultrapassar a discussão sobre subjetivismo e objetivismo, porque as estruturas sociais e as estruturas internas da subjetividade são compreendidas como estado da mesma realidade, como história coletiva que se inscreve nos agentes simultânea e indissociavelmente. Dessa forma, a relação indivíduo e sociedade é analisada como história materializada e objetivada nas instituições sociais e como história incorporada pelos agentes sociais como sistema de disposições para perceber, pensar e agir em determinadas direções, tendo em vista sua posição no espaço social. (Cf. Souza, 2008: 68-72).

O *habitus* funciona como princípio organizador da prática. As noções de *prática* e de *representação* estão implicadas no conjunto de experiências que produzem o *habitus*. As práticas se revelam na objetivação das regularidades das ações e a representação como elaboração subjetiva mental que pode ser mais bem apreendida e compreendida no âmbito da verbalização e da cultura (Cf. Souza, 2008: 73).

Hoje, o termo “representações sociais” designa tanto um conjunto de fenômenos sociais, quanto a própria teoria sociológica construída para explicá-los. O termo identifica, desde um largo campo de estudos sociológicos e psicossociais que inclui os conhecimentos apreendidos pelas pessoas, na comunicação informal da vida cotidiana, até as disciplinas acadêmicas que se ocupam da política, da biologia, da medicina, da informática, da psicologia, da educação e da religião, na construção das realidades objetivas e subjetivas que servem para construir o conhecimento da vida cotidiana. (Cf. Gomes, 2008: 30)

A noção de representações sociais é um poderoso instrumento de decodificação da realidade, especialmente para a compreensão do modo como o ser humano constrói seu conhecimento.

⁷ “*Habitus* é um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências passadas e funciona a todo momento como matriz de preocupações, apreciações e ações. O ‘*habitus*’ torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciais, graças à transferência analógica de esquemas que permitem resolver os problemas, da mesma forma, graças às correções incessantes dos resultados obtidos dialeticamente produzidos por estes resultados” (Bourdieu, 1973, 178s).

Ao se falar em conhecimento, o que se tem em mente é, normalmente, o conjunto dos conhecimentos ou representações sociais com que as pessoas explicam partes mais ou menos amplas do real – social. Assim, quando se faz referência à realidade objetiva, o que se pretende é descrever as produções sociais de determinadas classes ou de grupos, com interesses concretos, referentes à classe social, relações de gênero e etnia. Tais interesses manifestam-se nas relações entre os indivíduos, agentes sociais e instituições pela linguagem, cultura, educação, religião etc.

Para Minayo (1995: 103-109), quando se trata da comunicação da vida cotidiana, a palavra é fundamental. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama para as relações sociais em todos os domínios. Para essa autora, Bourdieu refere-se ao campo das representações sociais por meio da palavra como expressão das condições de existência. Para ele, a palavra é símbolo de comunicação por excelência porque ela representa o pensamento. A palavra, por isso mesmo, revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tem a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas

Para Bakhtin, *“a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (...) a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”* (1979:22); *“a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”* (1979: 81).

Portanto, a palavra é a arena onde se confrontam interesses contraditórios, veiculando e sofrendo os efeitos da luta de classes, das desigualdades de gênero e de etnia, servindo ao mesmo tempo como instrumento e como material. Pela sua vinculação dialética com a realidade, a compreensão da fala exige, ao mesmo tempo, a compreensão das relações sociais que ela expressa. (Minayo, 1995: 109).

O objetivo da formulação dessas representações por parte de um grupo social consiste em contribuir para definir sua especificidade como grupo. Constitui um modo de referência para todos os seus membros, possibilita ao indivíduo e ao grupo, um modo sistemático de apreensão da realidade e culmina por influenciar seus comportamentos sociais. Nesse sentido, para que uma nova representação social seja incorporada por um determinado grupo ou sociedade, ela precisa se relacionar com algum aspecto das representações já existentes, ou sofrer um longo processo de acomodação e aculturação. (Gomes, 2008:31). É a

partir da tradição ou da realidade consensual que as representações sociais transformam e incorporam o novo, o não familiar, ao universo conhecido, produzindo aí novas representações da realidade na vida cotidiana.

As representações sociais, enquanto imagens construídas sobre o real, são um material importante para a pesquisa no interior das Ciências Sociais. Neste trabalho, interessa-nos perceber como são construídos os processos das representações sociais de gênero, como essas transformam cultura em natureza e eternizam a estrutura da divisão sexual e consequente desigualdade entre homens e mulheres.

A ordem social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. É um trabalho de construção simbólica que estrutura as representações, a começar pela representação do corpo. Ao final do trabalho coletivo de socialização, as identidades distintivas, instituídas pela arbitrariedade cultural, se encarnam em *habitus* claramente diferenciados, segundo o princípio de divisão dominante, e são capazes de perceber o mundo segundo esse princípio (...). A visão androcêntrica é, assim, continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina. (Bourdieu, 2002: 33-4).

Construção das representações sociais de gênero ao longo da História

Ao longo da história ocidental, teorias elaboradas por homens a respeito das mulheres vão contribuir para a criação e manutenção de estereótipos que dão à mulher um status inferior na sociedade. Aristóteles, em sua obra *Sobre a Geração dos Animais*, foi quem ofereceu o primeiro argumento cuidadosamente elaborado em favor da inferioridade feminina, quando defende a tese de que a mulher contribui para a reprodução humana com o sangue menstrual, enquanto o homem contribui com o sêmen, que é a forma superlativa do sangue. O sêmen masculino fornece a “forma” enquanto a mulher “empresta a carne”. (Hillman, 1984: 203).

A tradição cristã afirmou a feminilidade com a parte inferior da natureza humana, num esquema hierárquico da mente sobre o corpo, da razão sobre as paixões. As mulheres simbolizam o “eu inferior” representado em sua natureza física e sexual. Para a história cristã, a subordinação da mulher é tanto reflexo de

sua natureza inferior quanto punição por sua responsabilidade pelo pecado. (Ruether, 1993: 84). Agostinho afirma

“... de acordo com aquilo que eu já disse quando tratava da natureza humana, que a mulher, junto com seu próprio marido, seja a imagem de Deus, de modo que a substância toda possa ser uma única imagem, mas quando se faz referência a ela como companheira e ajudante, o que concerne à mulher, então ela não é imagem de Deus, mas, no que concerne somente ao homem, ele é imagem de Deus de maneira tão plena e completa como quando a mulher também está juntada a ele em um”. (De Trinitate, 7, 7, 10, apud Ruether, 1993:85)

Tomás de Aquino, baseado na teoria aristotélica da reprodução, afirma que a mulher está num plano inferior em relação ao homem e que a hierarquia de homem e mulher, porém, não era apenas produto do pecado, mas fazia parte da ordem natural criada por Deus. (Hillman, 1984: 206; Ruether, 1993: 86).

Como mostra Hillman (1984: 196), as teorias da inferioridade feminina foram baseadas em fantasias arquétipas dos homens de ciência os séculos XVII e XVIII, como Dalepatius, Hartsoeker, Garden, Bourget, Leeuwenhoek, Anddry, Zypaeus e du Hamel, ao desenvolverem estudos sobre embriologia. Tais teorias ainda exercem influência nos dias de hoje.

Com os filósofos iluministas, a inferioridade feminina atingiu as faculdades intelectuais das mulheres. Para eles, as mulheres não tinham a menor possibilidade de abstrair, generalizar, pensar. “Nelas a inferioridade da razão era um fato incontestável, bastando-lhes cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos”. (Sohiet, 1997: 9).

Laqueur (1994) estuda a centralidade do corpo na ordem social como objeto de construção. Para o autor, as diferenças entre os sexos ou a própria ideia de dois sexos biológicos distintos é uma concepção contextualizada historicamente. Ao contrário da percepção herdada dos gregos, para os quais existia apenas um sexo biológico, no Renascimento passou-se a considerar a existência de um modelo de dois sexos. Foi, a partir do século VIII, com os avanços dos estudos de anatomia, ao tocar e dissecar os corpos, que se abandonou a ideia de corpo único, deixando o corpo da mulher de ser um corpo de homem com órgãos não externalizados. Mas a constatação de que os corpos de homens e mulheres eram diferentes na sua natureza só se deu quando houve um clamor social para isso, associado a uma multiplicidade de causas. As representações sobre o corpo se apoiavam nos discursos e práticas de ginecologistas e obstetras.

As diferenças biológicas diagnosticadas pelos cientistas passaram a oferecer a base para que pensadores sociais dissertassem sobre as diferenças inatas entre homens e mulheres e a consequente necessidade de diferenciações sociais.

A perpetuação da assimetria de gênero por meio das representações sociais

Como foi visto anteriormente, a palavra representa o pensamento, revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tem transmite as representações de grupos determinados, em contextos específicos. Dessa forma, podemos observar que os vocábulos “homem” e “mulher”, descritos no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986, 2ª ed.) revelam a influência das representações sociais na significação das palavras. Para a palavra “homem” são usados, dentre outros, os seguintes significados:

“ser humano do sexo masculino, varão; homem da lei: magistrado, advogado; homem da rua: do povo; homem de ação: enérgico, ativo, expedito; homem de bem: honesto, honrado; homem de cor: preto ou mulato; homem de Deus: piedoso, santo; homem de empresa: empresário; homem de espírito: de inteligência viva, engenhoso; homem de Estado: estadista; homem de letras: intelectual; homem de negócios: que tem importantes relações no comércio; homem de prol: nobre; homem de pulso: enérgico; homem de sete instrumentos: capaz de executar diferentes atividades; homem de sociedade: da alta sociedade; homem do leme: timoneiro; homem do mar: marinheiro; homem do mundo: da sociedade; homem do povo: representativo dos interesses do homem comum; homem marginal: que vive em duas culturas em conflito; homem público: que se consagra à vida pública. De homem para homem: com franqueza e sinceridade. Os homens: a humanidade”.

Para a palavra “mulher” o mesmo dicionário utiliza:

“ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos, cônjuge do sexo feminino; parceira sexual do homem; ser frágil, dependente, fútil, superficial ou interesseiro, esposa; mulher-à-toa: meretriz; mulher da comédia: meretriz; mulher da rótula: meretriz; mulher da rua: meretriz; mulher da vida: meretriz; mulher de amor: meretriz; mulher de má nota: meretriz; mulher de ponta de rua: meretriz; mulher do fado: meretriz; mulher do fandango: meretriz; mulher do mundo: meretriz; mulher do pala aberto: meretriz; mulher do piolho: teimosa; mulher errada: meretriz; mulher fatal: sensual e sedutora, capaz de provocar tragédias; mulher perdida: meretriz; mulher vadia: meretriz”.

O dicionário só apresenta características negativas e pejorativas ao vocábulo mulher, com exceção de “mulher de César” que significa mulher de reputação intocável. Tais definições contribuem para a manutenção dos estereótipos de gênero resultantes das representações sociais relativas a homens e mulheres.

Alguns teóricos contemporâneos apresentam o modo como as representações sociais de gênero constroem e mantêm a desigualdade entre homens e mulheres. Entre eles Marcel Mauss e Erwin Goffman.

Mauss trata da construção social do corpo, não mais no sentido de conhecê-lo, mas no sentido de aprender a usá-lo. O autor usa a expressão ‘técnicas do corpo’ para falar das maneiras pelas quais as pessoas, de sociedade em sociedade, de acordo com as tradições de cada grupo, aprendem a servir-se de seu corpo. As técnicas do corpo são adquiridas e variam, de acordo com os indivíduos e as imitações que fazem de outros modelos. Sobretudo, variam *“com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios”*. (2003: 404). Técnica é um ato tradicional, diferente do ato mágico, religioso, simbólico. *“Ele precisa ser tradicional e eficaz. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição”*. (2003: 407). O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do ser humano, *“o primeiro e o mais natural objeto técnico e, ao mesmo tempo, meio técnico”*. (2003: 407). A adaptação é de natureza psicológica individual, mas geralmente é comandada pela educação e, no mínimo, pelas circunstâncias do convívio social. A criança, como o adulto, imita atos bem sucedidos das pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre ela. A noção de prestígio da pessoa se verifica em todo elemento social. É precisamente essa noção que faz o ato ordenado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador.

Segundo Mauss, as técnicas do corpo variam de acordo com o sexo e com a idade. Por exemplo, o movimento de força: empurrar, puxar, levantar, lançar, segurar. Esse é um esforço muscular da região lombar, é uma técnica aprendida e não uma simples série de movimentos (...); ou ainda, os modos de sentar, andar, balançar os quadris, andar com saltos altos. As meninas seguem a escola de suas mães e nelas se formam constantemente, para passar, salvo exceções, diretamente do estado de filhas para o estado de esposas. Já o rapaz ingressa na sociedade dos homens para aprender seu ofício. A adolescência é o momento em que se aprendem, definitivamente, as técnicas do corpo que serão conservadas por toda a idade adulta. (2003: 409).

Para Goffman, em todas as sociedades, todas as crianças, em seu nascimento, são situadas numa ou noutra das duas 'classes sexuais'. A classificação se dá pela inspeção que é feita dos órgãos genitais da criança nascida, que são visivelmente diferentes. Essa prática não se distingue daquela empregada à classificação dos animais domésticos. Essa classificação, segundo a configuração física, permite a identificação como que por uma etiqueta ligada ao sexo: homem-mulher, macho-fêmea (...). Em todas as sociedades, a classificação inicial segundo o sexo está no começo de um processo durável de seleção, pelo qual os membros das duas classes são submetidos a uma socialização diferenciada. A classificação no grupo de machos ou de fêmeas implica a atribuição de um tratamento diferenciado, o que resultará numa experiência diferente de aparecer, agir, sentir, de acordo com sua classe sexual. Em decorrência disso, beneficiar-se-ão ou sofrerão expectativas diferentes. Cada sociedade elabora as classes sexuais dessa maneira, embora cada uma o faça a seu modo. A isso ele chama de arranjo dos sexos.

Ao colocar-se a questão sobre qual "fábrica" produz a desvantagem entre os sexos e que leitura simbólica é dada pelas representações sociais, Goffman apresenta cinco características de organização social, que têm o efeito de confirmar, nos estereótipos de gênero, as formas dominantes de arranjo entre os sexos: a divisão do trabalho, segundo as classes sexuais; os irmãos e as irmãs como agentes de socialização; as práticas relativas ao uso dos toaletes; a aparência e a seleção para contratação profissional e o sistema de identificação.

No primeiro arranjo, Goffman apresenta os papéis sociais dos homens e das mulheres como nitidamente diferenciados, o que, a propósito, atribui às mulheres uma condição e um poder menor, traz restrições ao uso que elas podem fazer do espaço público e, frequentemente, as exclui das funções religiosas e políticas. Além disso, mais que os homens, as mulheres vêm a própria vida girar em torno de tarefas domésticas.

O segundo arranjo considera a família como o lugar de socialização. Tomemos por paradigma um casal, tendo filhos de sexos diferentes. A educação familiar dos dois sexos será diferenciada: ela começará por orientar a filha em direção a um papel doméstico, um papel de auxiliar; e orientará o menino em direção a um papel fundado sobre a competição. A vida familiar assegura que a maior parte do que cada sexo realiza o faz sob o olhar do outro sexo, e com plena apreciação mútua do tratamento diferencial que obtém. Desde o início, meninas e meninos adquirem um meio de julgar os direitos e o tratamento

relativos aos sexos que encobrem as diferenças de classe e de poder econômico. Por mais superior que seja a posição social de uma família, a menina será capaz de aprender que é diferente dos meninos e, de alguma forma, subordinada a eles. Do mesmo modo, os meninos aprenderão que são diferentes das meninas e, de alguma forma, superior a elas. Cada sexo dispara um dispositivo de formação para o outro sexo, dispositivo que se introduz no seio da família e isso vai servir para estruturar a vida social mais geral. Os meninos terão uma maneira de se definir a si mesmos em função de suas diferenças com suas irmãs, e as meninas terão uma maneira de se definir em função de suas diferenças com seus irmãos.

Práticas relativas ao uso dos toaletes, ou a separação dos banheiros, são apresentadas pelo autor como uma consequência natural da diferença entre as classes sexuais, quando, de fato, é, antes, uma questão de honrar, senão de produzir, essa diferença. Embora um casal, em sua casa, ocupe o mesmo banheiro e, às vezes, ocupem-no ao mesmo tempo, nos locais de trabalho ou nos espaços públicos – bares, escolas, vestiários, shoppings -, isso ocorre separadamente. Esse arranjo é exclusivamente uma questão cultural. É feito em nome da gentileza, da civilidade, do respeito às mulheres.

A aparência e a seleção para contratação profissional é considerada no posicionamento seletivo do trabalho. Tradicionalmente, nas sociedades industriais, as mulheres têm girado em torno de empregos que prolongam as atividades domésticas: indústria de vestuário, o trabalho doméstico, a limpeza e os serviços pessoais como ensino, hotelaria, enfermagem, culinária. Ou ainda, as mulheres de classes médias, particularmente as jovens, são empregadas em atividades de escritório; porém, acredita-se, não desejam fazer carreira e se contentam em “esperar um marido”, de preferência em um lugar em que seja grande a oportunidade de encontrar homens. O empregador pode manter contatos íntimos com sua secretária ou solicitar serviços que excedam seu contrato de trabalho sem que isso deponha contra sua condição de chefia. E parece que quanto mais alta for a posição do homem na hierarquia da empresa, mais bonitas serão as mulheres que ele escolherá para ter ao seu lado como símbolo de sucesso.

Goffman apresenta o quinto arranjo entre os sexos como o sistema de identificação das pessoas, o qual envolve duas questões relacionadas, ou seja, nossas práticas de posicionamento e nossos meios de rotular aquilo que posicionamos. Embora, recentemente, esse arranjo revele alguma possibilidade

de erro, ainda o sistema de aparências consideradas apropriadas para cada sexo é notável e efetivo. Nele inclui-se o físico e a voz: pela silhueta e pela entonação da voz ao telefone, por exemplo, é possível que se identifique um homem ou uma mulher. Além disso, há um sistema de termos (pronomes pessoais, títulos, nomes próprios) que informam sobre a classe sexual e que encorajam a categorização, bem como informam quem somos e com quem interagimos. As possíveis discriminações são vistas como apenas naturais e não como produtos da engenharia social.

Goffman vai ainda falar do sistema de cortesia que implica que os dois sexos estejam em situações diferentes em referência às normas de atração sexual. A função do homem é ser atraído e o da mulher é atrair. Segundo o sistema da cortesia, nas sociedades ocidentais, acredita-se que as mulheres sejam preciosas, ornamentais e frágeis, inexperientes e inadaptadas a tudo o que exige o uso da força muscular ou à aprendizagem de tudo o que comporta um risco físico. Ou ainda, a maneira como uma mulher é constrangida ao se comportar em reuniões, em espaços mistos. Agindo de maneira modesta, fazendo demonstração de timidez, de reserva e manifestando fragilidade e incompetência, ela pode se constituir em uma espécie de objeto ao qual o homem poderá oferecer ajuda.

Os estudos apresentados por Mauss e por Goffman ajudam-nos se forem tomados no sentido de mostrar como, na sociedade, se dá a construção e perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres.

Nesse sentido, os estudos de gênero⁸, realizados nas últimas décadas, tornam-se úteis para compreendermos as desigualdades sociais entre homens e mulheres na sociedade, considerando ser um campo de estudos interdisciplinar, com abordagens diversas.

... gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais (...) O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela. Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas, sim, que gênero é o saber que estabelece significados corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é 'puro', não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser

⁸ Uma revisão bibliográfica sobre os estudos de gênero é apresentada por Wânia Pazinato em sua tese de doutorado: *Violência de gênero e justiça criminal no Brasil*. 2003

derivada em última instância, mas, sim, uma organização social variada em que deve ser, ela própria, explicada (Scott, 1994: 11-27).

Nesse sentido, utilizaremos, neste trabalho, a noção de representações sociais de gênero.

Considerações parciais

O arranjo dos sexos apresentado por Goffman demonstra como as representações sociais de gênero estão presentes no modo como se dá o processo de socialização de meninos e meninas, e no modo como tal socialização se perpetua na vida adulta. É possível concordar com Goffman, considerando o processo de mudança desencadeado pelas mulheres, as quais nas últimas décadas, têm ocupado o espaço público com mais frequência, tanto quanto os homens, embora o reconhecimento social da legitimidade de ocupação desse espaço ainda não esteja dado por completo.

Da mesma forma, o “sistema de identificação”, hoje, não se apresenta tão definido quanto Goffman demonstra, se for considerada a emergência de homens e mulheres, homossexuais, que, cada vez mais, rompem com os padrões impostos pela heterossexualidade no modo de se vestir, no modo de se expressar e na escolha das profissões.

A partir das contribuições teóricas acima mencionadas, é possível constatar que há um dispositivo organizacional considerável que produz uma desigualdade entre mulheres e homens. Práticas profundamente enraizadas têm o efeito de transformar situações sociais em modelos para desempenho de gênero de ambos os sexos.

A forma como a mulher é socializada e aprende o que é feminino, o que é ser mulher, dificulta que ela lide com os perigos públicos, ao contrário dos homens, que adquirem esse treino desde a infância. As mulheres são, de algum modo, cronicamente vulneráveis a serem molestadas. Mulheres e homens se encontram diferentemente relacionados à vida pública, cujas contingências apresentam-se muito maiores para as mulheres que para os homens, por razões que são profundamente estruturadas.

As representações sociais de gênero mantêm estereótipos sobre mulheres e homens, influenciam práticas sociais e organizam a sociedade. A expressão

mais evidente das desigualdades entre homens e mulheres é a violência praticada contra estas.

A violência contra a mulher é produzida e reproduzida socialmente. As relações sociais de gênero continuam hierarquizadas, correspondendo à população masculina o exercício da dominação pela força física ou psicológica. Meninos e meninas aprendem com o que presenciam em suas casas, incorporando um modelo de violência e subordinação que é reforçado por meios de comunicação como a televisão (Blay, 2008: 218).

Pode-se, então, dizer que representações sociais são o conjunto de saberes, conceitos e afirmações socialmente produzidos por grupos de indivíduos, como modo de entender a realidade, orientando-os frente a situações cotidianas. Representações sociais produzidas no interior de um grupo ou de uma sociedade, que se estrutura na assimetria de gênero, contribuem para legitimar a violência contra as mulheres.

2 – Procedimentos metodológicos

Esta tese tem como foco de interesse conhecer as representações sociais de gênero, presentes no cotidiano de agentes policiais das Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais, no momento de interpretar e aplicar a Lei Maria da Penha.

Este trabalho de pesquisa utilizará os recursos teórico-metodológicos oferecidos pela teoria crítica feminista visto que articula de diferentes maneiras a problemática sugerida. Há cada vez mais bibliografia sobre os métodos de investigação feminista e as teorias que os sustentam.⁹ O debate em torno da questão sobre uma forma específica de pesquisar sobre a vida das mulheres é bastante amplo, mas suas características principais podem ser descritas em linhas gerais.

A crítica feminista – entendendo-a em sentido amplo – como toda a investigação feita desde um ponto de vista crítico sobre os estereótipos de gênero, busca revelar ou estudar um aspecto concernente à problemática da mulher em uma época, em uma corrente, em um texto ou em um autor. Implica uma reflexão metodológica prévia que, além de partir de uma postura hermenêutica teórica geral e da teoria metodológica em particular, deve adequar-se às disciplinas específicas do objeto de estudo. É necessária, portanto, uma revisão dos cortes androcêntricos presentes nas teorias para possibilitar posteriormente a adequação de suas metodologias à elucidação de seus problemas específicos.

Dessa maneira, os testemunhos orais permitem materializar o significado das experiências de vida, do protagonismo das mulheres – e não só de sua submissão. Se esses testemunhos constituem passos que permitem traçar o caminho metodológico que leve ao conhecimento da vida das mulheres, também fora do âmbito do feminismo ocorreram diferentes separações e reencontros com a denominada *metodologia qualitativa* em Ciências Sociais.

A pessoa que investiga não teria que pretender ser uma máquina objetiva na coleta e análise de dados, mas deve admitir que o sujeito estudado, a direção da pesquisa e a interpretação dos resultados são influenciados pela experiência pessoal de cada pesquisadora.

⁹ Linda Stanley. *Feminist Praxis: Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*. London: Routledge, 1990. Oakley, A. *Interviewing women: a contradiction in terms*. In: Roberts, H. (ed.) *Doing Feminist Research*. London: Routledge, 1981.

Ante um tema tão cotidiano e contagiante, impossível assumir uma postura distanciada de simples observação, até pelo fato de pertencer, de alguma forma, ao universo pesquisado.

Esta é uma pesquisa qualitativa realizada com agentes policiais das Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais, no contexto de implantação e aplicação da Lei Maria da Penha. Optamos por apresentar as entrevistas em sua totalidade apenas nos anexos.

Cabe esclarecer que os trechos das entrevistas, transcritos de acordo com as regras mais básicas da gramática, nunca alteram o sentido dos depoimentos nem tampouco excluem as expressões pessoais de cada entrevistada.

Os caminhos percorridos

A pesquisa que ora apresentamos foi possível porque, ao terminar o curso de mestrado em 2003, uma colega de trabalho, a assistente social Shirlei Barbosa, me proporcionou um encontro com o então Delegado Seccional de Polícia de Santo André - São Paulo, Dr. George Milard, em que tive oportunidade de apresentar minha dissertação de mestrado e as ideias para um projeto de doutorado cujo objeto de pesquisa seriam as Delegacias de Defesa da Mulher e os Distritos Policiais. Dr. Milard foi bastante receptivo, autorizou verbalmente a pesquisa e incentivou a realização desta na Seccional de Polícia sob sua responsabilidade. Nesse momento, os crimes de violência contra a mulher ainda estavam submetidos à aplicação da Lei 9.099/95.

O projeto de pesquisa foi amadurecendo, uma vez que a primeira providência havia sido tomada: a garantia da viabilidade de realização da pesquisa com a autorização da instituição policial.

Em setembro de 2006, foi estabelecido acordo com Dr. Luiz Alberto de Souza Ferreira, então Delegado Seccional de Polícia de Santo André, e com Dra. Márcia Buccelli Salgado, assessora técnica das Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo, para a realização das entrevistas. Em 2007, houve mudança na Delegacia Seccional e como delegado titular assumiu Dr. Luiz Carlos dos Santos. Os contatos continuaram sendo feitos com seu assistente, Dr. Antenor Miranda de Campos, que sugeriu que, após a conclusão da pesquisa, esta fosse apresentada à Polícia. Foi o único delegado que manifestou esse interesse.

A autorização obtida contemplava a entrevista com delegados, escrivães e mulheres usuárias desses serviços. Todas as autorizações foram oficializadas e protocolizadas. Dessa forma, nos foi possível adentrar os espaços das Delegacias, comumente restritos e, às vezes, proibidos.

A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada na área de abrangência da Seccional de Polícia de Santo André, que compreende os municípios de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, no período de abril de 2007 a junho de 2008.

Foram entrevistadas as duas delegadas e duas escrivãs das Delegacias de Defesa da Mulher existentes na referida Seccional de Polícia e um delegado e um escrivão ou escrivã de Distrito Policial de cada um dos municípios que compõem essa Seccional de Polícia. O critério de escolha dos distritos policiais foi o horário de 24 horas de funcionamento, uma vez que as DDMs não funcionam à noite e em finais de semana. Nesse caso, as mulheres, nesses dias e horários, se dirigem aos distritos policiais para registrarem suas queixas. No caso de Santo André, como mais de um distrito policial funciona em período integral, foi escolhido o distrito que se localiza no centro da cidade, por ser o de mais fácil acesso para a população.

As entrevistas com os agentes policiais foram agendadas previamente, por telefone, e ocorreram de acordo com o agendamento feito, com exceção das duas DDMs em que as entrevistas foram remarcadas diversas vezes, por vários motivos: falecimento de parente, licença prêmio ou férias da delegada, não comparecimento da delegada ou excesso de trabalho no dia marcado e outros motivos, estes sempre apresentados pelas próprias DDMs. Os escrivães e escrivãs serão identificados por nomes eles escolhidos. Os delegados e delegadas receberam um nome fictício, registrado em ordem alfabética, de acordo com o cronograma de realização da pesquisa. Aos seus nomes está acrescido o título de doutor e doutora.

Além dos agentes policiais, foram entrevistadas sete mulheres. Dessas, três mulheres foram entrevistadas na própria DDM, entrevistas também agendadas previamente, em data não coincidente com a da entrevista das agentes policiais. O critério foi a disponibilidade de cada mulher em querer

participar da pesquisa, após uma explicação coletiva feita na sala de espera da DDM. Ao iniciar cada entrevista, novamente havia uma explicação dos objetivos da pesquisa, para oferecer a oportunidade de desistência. Nenhuma delas desistiu. Outras quatro mulheres foram entrevistadas nas Casas-abrigo em que se encontravam no momento. Duas mulheres abrigadas na Casa de Diadema e duas abrigadas na Casa de Santo André. Uma vez que cada Casa abriga várias mulheres ao mesmo tempo, o critério de escolha das entrevistadas foi o local de registro da ocorrência: duas delas registraram o B. O. na DDM de Santo André e duas na DDM de Mauá. Para a entrevista dessas mulheres obtive autorização da Organização Não Governamental "Associação Fala Mulher", que, na época, gerenciava o serviço de abrigamento na Região do Grande ABC. Essas entrevistas também foram agendadas previamente. Para todas as mulheres foram explicados os procedimentos da pesquisa, inclusive a manutenção do sigilo, para que pudessem ficar à vontade, o quanto a situação lhes permitisse. Cada uma escolheu o nome que gostaria de ser chamada.

A pesquisa contou ainda com observação feita em dois plantões: um realizado numa das DDMs e outro num dos Distritos Policiais pesquisados. Esse procedimento metodológico teve por objetivo comparar o atendimento oferecido às mulheres que sofrem violência, considerando que a DDM é a instituição criada especialmente para esse fim.

Foi elaborado um roteiro semi-estruturado que permitiu obter dados pessoais sistematicamente colhidos e, ao mesmo tempo, possibilitou a oportunidade para que entrevistados e entrevistadas expusessem as representações e os valores que dispõem para: a) compreender a violência contra as mulheres; b) atender as mulheres usuárias das delegacias e c) identificar a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha.

Questões que orientaram a pesquisa

Para a elaboração do roteiro de entrevistas com os agentes policiais, foram consideradas as seguintes questões: como os agentes policiais das Delegacias de Defesa da Mulher e dos Distritos Policiais entendem a violência contra as mulheres? O comportamento das mulheres pode influenciar no atendimento a elas oferecido? Os valores religiosos e morais interferem no atendimento feito por policiais às mulheres que procuram a delegacia? Eventuais experiências de

algum tipo de violência vivida pelos agentes policiais das DDMs e dos Distritos Policiais podem interferir no atendimento à mulher? A capacitação dos policiais oferece condições para que reconheçam as desigualdades de gênero? Existe uma disposição dos policiais em reprimir a violência contra as mulheres?

Para a elaboração do roteiro de entrevistas com as mulheres, foram consideradas as seguintes questões: que explicação elas têm da situação de violência? Que expectativas estão embutidas na sua queixa, ao serem atendidas nas delegacias de defesa da mulher e nos distritos policiais? O que elas dizem do atendimento recebido? Obtiveram as orientações necessárias? Fizeram uso das medidas protetivas?

Essas questões possibilitaram a elaboração de dois roteiros semi-estruturados, contendo quatro blocos de questões. O primeiro bloco refere-se à identificação da pessoa entrevistada: idade, naturalidade, município em que reside, cor, escolaridade, situação conjugal, religião, renda familiar, função exercida na Polícia Civil, tempo em que a exerce, por que a exerce? O que fazia antes de ser policial? Acumula outra função?

O segundo conjunto de questões refere-se às representações sociais sobre as mulheres e sobre a violência contra a mulher: os papéis da mulher na sociedade, preconceitos existentes, o perfil das mulheres que sofrem violência e procuram a DDM ou o Distrito Policial. Além disso, questões como: Que tipo de violência é denunciado com mais frequência pelas mulheres? O que leva um homem a agredir uma mulher no espaço doméstico? O que esperam as mulheres ao procurar a DDM ou o Distrito Policial? O que os agentes policiais esperam da mulher que os procuram?

O terceiro refere-se às Delegacias de Defesa da Mulher e dos Distritos Policiais no atendimento às mulheres em situação de violência: qual o papel da polícia no enfrentamento da violência praticada contra mulheres? Que ações são necessárias para diminuir o índice de violência contra a mulher? Que ações são necessárias para eliminar a violência contra a mulher? O trabalho da Polícia contribui para a inibição da violência praticada contra as mulheres? O registro da queixa é suficiente para enfrentar a violência praticada contra mulheres? Como a instituição policial trata a questão da violência praticada contra as mulheres? Qual a formação recebida e a duração? Qual a formação específica recebida para o atendimento de mulheres em situação de violência? Há envolvimento emocional com os casos atendidos?

O último bloco trata aplicação da Lei Maria da Penha: a Lei Maria da Penha vai contribuir para a erradicação da violência praticada contra as mulheres? Como está sendo aplicada? Qual a diferença desta Lei em relação à anterior no que se refere ao cotidiano da DDM?

Essas questões foram apenas orientadoras na coleta de dados, não foram utilizadas como instrumento de pergunta e resposta. As questões foram postas, e cada entrevistado discorreu da forma que mais lhe aprouvesse. Desse modo, algumas dificuldades foram sentidas, como por exemplo, os dados coletados sobre a identificação pessoal. Ao ser apresentado o conjunto de questões, algumas não foram respondidas, e, em algumas entrevistas, a relação estabelecida não permitiu que insistíssemos na resposta. Cada entrevista teve sua própria dinâmica, e a cada resposta dada surgiam novas respostas para perguntas que não haviam sido feitas, situação própria de uma comunicação coloquial em que cada entrevistado foi deixado à vontade para discorrer sobre as questões. Por isso, cada entrevista teve sua própria peculiaridade: alguns temas foram mais aprofundados que outros, de acordo com cada pessoa entrevistada.

Algumas perguntas e respostas, de menor relevância para a pesquisa, se fizeram necessária para entremear, ou amalgamar as questões mais pertinentes que deveriam ser aprofundadas durante a entrevista.

A “saia justa”: o desconforto e os constrangimentos na realização da pesquisa.

A expressão “saia justa” foi inspirada no livro organizado por Alinne Bonetti e Soraya Fleischer, com o título de *Entre saias justas e jogos de cintura*. O livro relata a experiência de diversas pesquisadoras ao passarem por constrangimentos na realização da pesquisa de campo.

Relatar, aqui, alguns episódios pode ajudar a compreender o universo das delegacias em que foi realizada a pesquisa.

O ambiente das delegacias é intimidador. Lá circulam pessoas portando armas, pessoas que cometeram crime, pessoas feridas... Há sempre uma atmosfera de pressa. Um dos delegados quase não me atendeu por que estava dando um flagrante. O flagrante que, em outro momento, eu havia presenciado, envolvia muitas pessoas. Como não percebi qualquer movimentação nessa delegacia, insisti um pouco, sem esperança de ser atendida. Para minha

surpresa, ele concedeu-me a entrevista, o que me levou a pensar que a entrevista não era desejada.

O que dizer de um delegado, que se dispõe a participar da pesquisa e, no meio da entrevista, tenta reverter as posições e me pergunta: você é casada? A situação é tão inusitada, que, pega de surpresa, respondi. Vi-me numa “saia justa”, não podia perder o controle da situação, embora, no decorrer da entrevista, o delegado tentasse se impor, usando o tom de voz. Ao desligar o microfone, confessou-me: “já me disseram que eu sou um bom partido para casar”. Agradei pelo tempo dispensado, despedi-me e fui embora. (ufa!) Tive a sensação de estar sendo “paquerada”.

Durante essa mesma entrevista, precisei fazer um esforço grande para manter o rigor que o método exigia. Senti náuseas com alguns comentários feitos pelo delegado. Ao transcrever essa entrevista, precisei fazer pausas, às vezes de dias, para poder continuar a transcrição. Ao fazer esse tarefa era como viver aquele momento desconfortante.

Ao transcrever as entrevistas e depois, ao analisá-las, tive a sensação de que as perguntas não foram bem feitas ou não foram bem respondidas, parece que faltavam informações. Era importante saber mais detalhes, porém, no momento mesmo da entrevista, dadas as circunstâncias, toda a coleta feita foi a possível.

Ao iniciar a entrevista em uma das DDMs pesquisadas, fui recepcionada pela agente que iria conceder a entrevista com a saudação: “bem que essa Maria da Penha poderia ter morrido”. Numa nova “saia justa”, fiquei chocada com a declaração e precisei fazer esforço para não me deixar contaminar e prosseguir com a pesquisa.

Outra “saia justa” quando percebia que minha pessoa não era bem quista naquele ambiente e minha presença causava certo desconforto.

No plantão realizado no Distrito Policial, em vários momentos, tive a sensação que aqueles agentes estavam “caprichando” muito nos atendimentos. Suspeitei que, se eu não estivesse presente, o movimento naquele local seria diferente.

No geral, ficava sempre a impressão que a pessoa entrevistada se esforçava para responder o que ela julgava que eu gostaria de ouvir.

O modo de relatar

Ao transcrever as entrevistas procuramos fazê-lo tal e qual a expressão da pessoa. Isso poderá ser constatado nos anexos. Para a elaboração do relatório da pesquisa procuramos editar o conteúdo, sem alterar o sentido, além de corrigir as concordâncias, a fim de captar o conteúdo dos relatos, tanto quanto possível, de acordo como eles foram feitos, de modo que o texto ficasse inteligível aos leitores. Foram mantidas, na medida do possível, as expressões populares, palavras chulas e os vícios de linguagem. Procuramos utilizar a pontuação mais adequada, tendo presente os tons de voz, as expressões faciais, as insinuações e reticências. Mantivemos os traços da modalidade oral.

A montagem do texto obedeceu a seguinte estrutura: texto de fala da entrevista, destaque de alguns pontos para ser analisado e, ao final de cada tema abordado, algumas observações que chamei de consideração parciais. Fazer a análise do discurso foi como bordar um tecido, ponto por ponto: palavra por palavra.

PARTE II

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS AGENTES POLICIAIS

As entrevistas realizadas com os agentes policiais serão analisadas obedecendo ao mesmo critério elaborado para o agrupamento de questões que serviram de instrumento para a realização da coleta de dados. Dos quatro blocos de questões, cinco temas serão analisados em seguida, considerando que o primeiro bloco apenas identifica os sujeitos pesquisados. O primeiro tema refere-se às representações sociais sobre as mulheres que procuram o serviço das delegacias. O segundo trata das representações sociais sobre violência contra mulheres. O terceiro refere-se às delegacias comuns e as especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência. O quarto tema aborda a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha e o quinto tema trata da capacitação policial recebida para o exercício profissional.

A análise será feita por meio da análise do discurso, considerando as representações sociais de gênero, conforme discorrido anteriormente. A análise do discurso se justifica, uma vez que a palavra é a arena onde se confrontam interesses contraditórios, veiculando e sofrendo os efeitos da luta de classes, das desigualdades de gênero e de etnia, servindo ao mesmo tempo como instrumento e como material. Como afirma Bakthin, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (1979: 81). Pela sua vinculação dialética com a realidade, a compreensão da fala exige, ao mesmo tempo, a compreensão das relações sociais que ela expressa.

Antes de passar à análise propriamente dita, cabe apresentar cada um dos entrevistados e cada uma das entrevistadas, no sentido de contextualizar a fala de cada participante das entrevistas.

Identificação dos escrivães e das escrivãs

Como foi explicado anteriormente, por encontrarmos dificuldade na coleta de alguns dados, nem todas as entrevistas contêm, regularmente, o mesmo critério de respostas, embora tenha havido o mesmo critério de perguntas. A ordem das informações aqui registradas é a mesma ordem dada pelos entrevistados durante a conversa.

Bruno tem 26 anos, é de cor branca, natural do Rio Grande do Sul, mas criado e residente em Santo André. É graduado em Ciências Sociais. Não é adepto de qualquer religião, embora seus pais sejam espíritas kardecistas e sua namorada seja evangélica. É solteiro. Sua renda familiar está acima de dez salários mínimos. Na delegacia exerce a função de escrivão há cinco anos.

Carlos tem 41 anos, é de cor parda, nascido em Mauá, residente em Santo André. É bacharel em Direito e católico não praticante. É casado há 15 anos, tem uma filha e sua esposa trabalha fora de casa. Sua renda familiar está entre oito e dez salários mínimos. Exerce a função de escrivão de polícia há 19 anos. Não conhecia o que era o trabalho da polícia. Veio para a Instituição policial motivado pelo concurso público e pelo salário. Anteriormente foi bancário, mas seu salário era a metade do oferecido pelo Estado. Afirma que hoje o salário está um pouco defasado, mas na época do concurso o salário foi a razão para mudar de carreira profissional. Acabou gostando do que faz. Entrou na quinta classe da hierarquia policial da sua função, por duas vezes *teve a graça* de ser promovido por merecimento. Hoje exerce um cargo de chefia, que é um cargo de confiança da autoridade policial e está na primeira classe da sua carreira. Ainda pode ascender à classe especial, o topo da hierarquia.

Alexandra tem 30 anos, é escrivã de polícia há 5 anos. Cursa o último semestre de Direito. Escolheu ser policial por influência de um profissional na família, que foi para ela um referencial muito forte. Seu primeiro trabalho, aos 18 anos, foi na prefeitura local, mas foi prestar serviços na delegacia como funcionária emprestada pelo período de um ano. Em seguida trabalhou por sete anos na Câmara Municipal. Concursada em 2002 para a função de escrivã de polícia, recebeu capacitação na Academia de Polícia durante quatro meses. Foi atendida em sua solicitação de trabalhar no mesmo município onde reside. Foi se identificando com a função e gosta do trabalho que faz. Ao deixar a delegacia no final do expediente, consegue esquecer que aquele trabalho existe. Não se sente presa ou preocupada com o trabalho, consegue *dividir bem as coisas*.

Luiz tem 42 anos de idade, nasceu no município de São Caetano do Sul, mas reside em Ribeirão Pires. É formado na ETE como técnico em mecânica. Está há 21 anos na polícia. Ao ser admitido recebeu a formação técnica profissional normal. É casado há dezoito meses, sua esposa é professora e tem um casal de filhos. Quando casou já era policial. Seu salário está na faixa de, aproximadamente, dez salários mínimos. Antes de ser policial foi técnico de inspeção de qualidade. Trabalhou um tempo na área de inspeção técnica de

qualidade, mas na época houve uma crise muito grande. Prestou concurso público e foi convocado para a função de escrivão de polícia. Já tinha interesse nessa carreira, antes mesmo de qualquer problema na função anterior. Além dessa atividade é secretário da federação das associações amigos de bairros, sem remuneração. Gosta do que faz.

Adriana tem 46 anos, nasceu e mora em Mauá. É de cor parda e espírita atuante. É divorciada há 18 anos e sofreu violência do seu ex-marido. Foi casada por três anos e relata que *foi o suficiente pra conhecer e pra saber que dali pra frente ia ser guerra. Foi quando eu me separei. O meu ex-marido tentou me impedir de fazer algo me ameaçando agredir, rasgar a minha roupa e eu falei que estava pra nascer o homem ou a mulher que iria encostar a mão em mim. Continuei me arrumando e a hora que eu passei, que ele ia me agredir, eu o agredi e mandei que ele fosse embora.* Sua renda familiar é de cinco a oito salários mínimos. Antes de ser policial, trabalhou por dez anos em São Paulo, como auxiliar de escritório e secretária. Também foi bancária e faxineira (esta última informação foi feita após o microfone ser desligado). Está na Polícia há 17 anos e meio, sendo 12 anos e meio só na DDM. Entrou na polícia por necessidade. Na época estava desempregada e tinha uma filha de seis meses de idade. A dificuldade em conseguir emprego levou-a a prestar concursos. Não tinha noção do que era a Polícia, não tem parente nessa instituição. A princípio tinha muito medo porque não sabia o que ia encontrar. Pensava que teria que viver as cenas que se costuma ver na televisão, que teria que atirar e matar. Aos poucos foi se adaptando, foi pegando confiança no trabalho, foi aprendendo e se desenvolvendo. Tornou-se chefe. Já é chefe há, aproximadamente, 13 anos. Tem uma boa *desenvoltura cartorária*¹⁰ porque, quando fez a Academia de Polícia, esforçou-se muito porque precisava trabalhar. Dessa forma, aprendeu muito lá dentro. Não incentiva a filha ser policial.

Bianca tem 28 anos, é nascida em São Caetano do Sul e, desde criança, reside em Santo André. É solteira, namora há cinco anos, mas não pensa em casamento. Não tem prática religiosa embora leia literatura espírita e seja católica de batismo. Trabalhou em shopping, como vendedora de loja desde os 16 anos. Aos 17 anos começou a cursar Direito. Seu avô foi investigador de polícia. Na faculdade teve uma professora que era delegada e gostou muito da disciplina. Por acaso soube do concurso para escrivã, inscreveu-se por não lhe ser uma coisa completamente desconhecida. Aprovada no concurso foi trabalhar

¹⁰ Cartorária:

na delegacia da mulher de imediato e lá está há 10 anos. Gosta do que faz. Deseja ser delegada de polícia, almeja mesmo ser titular de uma delegacia de defesa da mulher. Sua renda familiar é dez salários mínimos, reside com seus pais.

Identificação dos delegados e das delegadas

Dr. Antonio tem 63 anos, é natural de São Paulo – capital e reside em Osasco. É de cor branca, é espírita ligado ao catolicismo. Tem curso superior completo. É desquitado e vive com outra mulher há uns 15 ou 18 anos. Tem quatro filhos do primeiro casamento. Do segundo casamento os filhos não são seus, mas deu-lhes atenção desde pequenos. Tem renda familiar acima de dez salários mínimos. É delegado de polícia há 43 anos, por opção. Antes de ser delegado foi guarda-civil e investigador de polícia. Gosta dessa função. Foi *filho de pai rico*, seu pai tinha empresas. A escolha pela Polícia foi por influência de seu tio, que era subcomandante da Guarda Civil, que lhe fez o convite, considerando o seu porte físico adequado. Ele aceitou.

Dr. Benício tem 47 anos, é casado, tem dois filhos e sua esposa é professora na Região do Grande ABC. A renda familiar está acima de dez salários mínimos. É delegado de polícia do Estado de São Paulo há 14 anos. Antes de ser delegado de polícia foi investigador de polícia e por um tempo trabalhou no comércio, juntamente com sua família. É natural de São Caetano do Sul e reside em São Bernardo do Campo. É graduado em Direito e pós-graduado na Escola Paulista de Magistratura de Direito Público. Gosta de ser delegado. Afirmar ser uma profissão difícil, *não é pra qualquer um* e necessita ter vocação. Um dia pretende lecionar.

Dr. Celso tem 47 anos, é nascido em Sorocaba, mas toda sua minha vida viveu em São Caetano do Sul. É casado há 16 anos, sua esposa é comerciante e têm um filho. Sua renda familiar está acima de dez salários mínimos. Antes de ser delegado teve uma concessionária Yamaha, de motocicletas. Foi comerciante por muitos anos e advogou por dois anos. É delegado de polícia há 19 anos. Prestou concurso público para delegado porque tinha uma atração. Seu avô foi médico legista na área policial e isso o deixou seduzido pela carreira. Já teve momentos de arrependimento por causa da baixa remuneração e por se sentir discriminado em relação aos demais funcionários públicos. A sociedade

discrimina a polícia, mas aos poucos isso acaba se tornando um vício. Durante todo esse tempo trabalhou em vários municípios do Grande ABC.

Dr^a Denise tem 46 anos, nasceu em São Paulo e mora em Ribeirão Pires há quase 30 anos. É delegada há 15 anos, sendo 9 anos como titular na Delegacia de Defesa da Mulher. Anteriormente trabalhou em plantões de distritos policiais e também em outra DDM da região. Embora não julgue ser o correto, afirma que a delegada tem que fazer qualquer coisa, cuidar do assistencial, do psicológico e depois da questão do crime. É separada e tem dois filhos. Diz-se o sustento da casa. Seu salário aproximado é de R\$ 4.000,00, e demonstra um descontentamento dizendo ser um salário vergonhoso, dos mais baixos da Secretaria de Segurança Pública, dos piores no Brasil. Diz-se policial 24h: *quando precisam da gente a gente tem que estar pronta para trabalhar*. Gosta do que faz. Antes de ser delegada foi procuradora municipal, advogou e trabalhou na prefeitura de XXXXXXXX. Estudou para ser delegada, gosta muito de Direito Penal. Sua família é de policiais. Seu pai, hoje falecido, trabalhou 44 anos no Estado e foi delegado de polícia, assim como seu irmão. Acha isso fascinante, e foi o que a levou a ser delegada de polícia.

Dr^a Elaine tem 55 anos, é nascida e vive em São Paulo. É católica, vai à missa todos os domingos. É viúva há sete anos. Sobre o salário alega que ganha *muito pouco, o delegado que tem filho na escola tem que roubar*. É delegada há 24 anos e delegada titular desta DDM há 15 anos. Está pensando em se aposentar daqui a dois ou três anos. Começou sua carreira em São Bernardo, fazendo plantão. No início da carreira pediu para trabalhar no plantão para aprender. Afirma que: *o plantão é uma loucura, mas se aprende muito*. Em São Bernardo trabalhou em muitos distritos. Além de delegada titular ela é delegada "sobre-aviso", significa que a cada mês e meio ou dois meses é convocada para ficar de sobre-aviso para atender qualquer emergência na área da Delegacia Seccional de Santo André. Ela é convocada poucas vezes porque é delegada de segunda classe. No próximo ano está indicada para ser delegada de primeira classe, é por isso também que deixou de fazer plantão. É formada em Direito e advogou antes de entrar para a Polícia. Hoje, além de exercer essa função, administra um sítio a 250 km de São Paulo onde tem criação de gado para comercialização. O sítio é parte de uma fazenda que seu pai deixou como herança para ser repartida entre os filhos. Disse sentir muita falta do marido porque ele a ajudava na administração dos negócios. Ele era fazendeiro, agora

ela tem que fazer tudo sozinha. Ela não tem filhos. Quando se casou seu marido era desquitado e já tinha cinco filhos.

Dr. Felipe tem 50 anos de idade, nasceu no Interior do estado de São Paulo e reside na Capital. Não é adepto de nenhuma religião. É casado, tem três filhos, sua esposa trabalha e a renda familiar é acima de dez salários mínimos. Antes de ser delegado foi bancário por longos anos, foi galgando postos até chegar a subgerente. Gostava muito do Direito e ingressou na carreira policial. É o primeiro policial da família, porque é uma carreira muito penosa, uma carreira que não tem o reconhecimento necessário, não só salarial, mas também profissional. Ingressou na carreira policial como delegado de polícia e recebeu formação na Academia de Polícia num período de seis meses. É delegado há 22 anos, por opção, gosta do que faz, dedica-se bastante a isso e exerce a função com exclusividade. Já passou por inúmeros departamentos da Polícia Civil na Capital e no Interior do Estado. Pelo fato de os departamentos da Polícia Civil serem bastante específicos, acredita ter conseguido acumular um pouco de experiência em todos eles e nas delegacias especializadas.

Um breve desenho do perfil das pessoas entrevistadas revela que a faixa etária dos escrivães se concentra entre 26 e 46 anos, com tempo mínimo de exercício profissional de 5 anos e máximo de 21 anos. A maioria tem escolaridade superior. Os delegados e delegadas com idade entre 46 e 47 anos e têm de 14 a 19 anos de exercício profissional. Os delegados e delegadas com idade entre 50 e 63 anos têm como tempo de atuação policial de 22 a 43 anos. Esses dados mostram que alguns desses agentes policiais passaram metade ou mais da metade de sua vida na instituição. A maioria desses policiais reside na Região do Grande ABC. Afirmam gostar do que fazem. Com exceção de uma delegada, todos os demais têm dedicação exclusiva à sua função. As delegadas mencionam insatisfação com o salário e um dos delegados menciona a falta de reconhecimento social da profissão.

1 Representações sociais sobre as mulheres que procuram o serviço das delegacias.

Os delegados, as delegadas e os escrivães têm diferentes olhares para as mulheres, no geral. As entrevistas mostram as representações sociais que esses agentes policiais têm sobre a condição da mulher na sociedade e também sobre o perfil das mulheres que procuram as delegacias. Expõem sua visão sobre o que as mulheres esperam desses serviços e sobre o que eles esperam dessas mulheres.

As representações sociais sobre a condição da mulher da sociedade

Para Bruno *a gente ainda traz resquícios daquela sociedade patriarcal, do poder familiar, que hoje é o poder familiar; na época, o pátrio poder, aquele poder do homem, o homem como provedor da família, e isso acaba subjugando a mulher, não só profissionalmente, mas psicologicamente, dentro de casa. É difícil você ver uma família em que o homem e a mulher são, efetivamente, parceiros, em que o homem enxerga a mulher como uma parceira, como alguém que está do lado dele. (...) É difícil hoje em dia. Alguns homens, principalmente das classes mais baixas, em que não se tem acesso a uma formação cultural que demonstre essa igualdade para mulher, ainda a desigualdade que a mulher sofre é muito grande, o preconceito é muito grande. A Revista Veja, há quatro semanas, fez uma publicação sobre diferença salarial, nas empresas, entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. A diferença é gritante, de mulheres que têm MBA, doutorado, pós-doutorado, que não conseguem ter o mesmo reconhecimento profissional que os homens. Eles dão exemplo da indústria mecatrônica em que engenharia e mecatrônica é emprego para homem.*

Bruno refere-se ao Código Civil brasileiro (2002) que substituiu a expressão “pátrio poder” por “poder familiar” e entende ser uma forma de contemplar as mulheres. Aponta que a desigualdade entre homens e mulheres ocorre mais nas classes baixas e está expresso também na desigualdade salarial.

Adriana diz que o homem *tem o aspecto dominador, ele se vê como um dominador e isso favorece (a violência); mulher é propriedade do homem e, como propriedade, ele pode dispor dela da maneira que quiser. Essa é a cabeça,*

e isso favorece muito. Se a sociedade enxergasse o homem e a mulher com igualdade de direitos, de deveres e de possibilidades, talvez o homem não veria na mulher algo que fosse a posse e propriedade dele, e sim como uma igual; mas até aí vai ter que queimar muito sutiã em praça pública para mulher conseguir isso aí. (...) O homem sempre tem aquele aspecto de conquistador, (...) não vê o sexo, o relacionamento como algo que ele deva aguardar, um momento especial. Acho que é um pouco dos nossos genes de procriação, dos nossos ancestrais. A mulher já não, a mulher já tende a ligar isso a uma afetividade maior.

Adriana vê o homem como dominador, conquistador, para quem o sexo não é um momento especial. Para alterar essa situação, a escritora afirma que as mulheres terão que continuar lutando.

Alexandra revela *eu até costumo dizer para minha mãe: 'ah! a mulher perdeu a virgindade, se perdeu'. Na verdade não, é o momento em que ela se encontra, porque ela vai saber quem ela quer que a toque, que a abrace.*

Na compreensão da escritora Alexandra, a vivência da sexualidade, sem preconceitos e tabus, é oportunidade de a mulher encontrar-se consigo mesma e adquirir autonomia.

Carlos relata que *hoje já nem existe essa diferença entre homens e mulheres na sociedade, pelo menos não é tão visível; é lógico que, em alguns lugares, você percebe..., o cidadão, o cidadão mulher, emprego... algumas empresas pagam menos para mulher do que para homem, mas acho que isso já está acabando, é da cultura, não vejo muita diferença entre homem e mulher. Acredito que nessa geração as mulheres não são mais submissas aos homens, a geração dos nossos pais, nossos avós, aí não há o que discutir, mas nesta geração não, acho que a tendência é se equipararem, mesmo porque, na realidade são seres iguais, não têm essa diferença de um ser menos, eu acho que não existe isso, eu sei que aí fora e muito lugar ainda tem isso em 'mulher tá dirigindo, devia estar lavando fogão', tem essas coisas, mas acho que não, todo mundo tem direitos iguais. Preconceito ainda existe, sim, mas na nossa geração menos do que nas gerações anteriores, a tendência é que isso se estabilize.*

Carlos cita preconceitos que eram mais fortes em relação às mulheres em gerações anteriores, com tendência a deixar de existir nos dias de hoje. Afirma que não vê muita diferença entre homem e mulher e que as mulheres não são

mais submissas aos homens, ressalta a igualdade e fecha os olhos ou reduz a importância dos preconceitos ainda existentes, rotulando-os como isolados

Alexandra entende que *eles gostariam que as mulheres fossem submissas. (...) A maioria até é submissa. Por mais esclarecido que um homem seja, ele espera uma certa submissão da mulher, eu vejo isso; ele pode ter um nível cultural até considerável, ser doutor, é a própria essência, é o próprio machismo mesmo, porque ele pode ter um nível cultural muito bom, mas por quem ele foi criado? Quais foram as bases? Que referência de mãe ele tem? Então, eu acho que havendo um homem que não tem tanto como uma mulher que, de repente, se descobre, estuda e faz, essa diferença não cabe.*

Para Alexandra, a submissão feminina é esperada, independentemente do nível cultural. É da essência do homem querer que as mulheres sejam submissas. Os homens têm como referência suas próprias mães. Porém, quando uma mulher estuda e "se descobre", não existe diferença entre homem e mulher.

Dr^a Elaine afirma que *a situação da mulher já melhorou muito, mas ainda precisa muito. As mulheres precisam, principalmente, estudar.*

Também a delegada aponta a necessidade de as mulheres estudarem.

Luiz afirma que *a mulher está ocupando vários cargos de direção, de chefia, com mérito, porque a gente aqui, a gente tem mais espelho porque aqui, no Estado, é tudo concursado, então a gente vê que muita pessoa entra com mérito, então a gente vê, com respeito e com alegria, porque tem pessoas que entram e assumem a chefia, a postura, realmente com mérito. Tanto que a cidade tem juíza e promotoras. Aqui são todas juízas e promotoras na cidade, no Judiciário. Uma colega nossa que era investigadora passou para delegada faz pouco tempo, com mérito também.*

Quando Luiz menciona "pessoas", está se referindo a "mulheres". Luiz não é o único que não pronuncia a palavra "mulher", comumente substituída por "pessoa". Isso talvez possa ser um indicativo da não percepção da desigualdade, haja vista os exemplos, de cunho igualitarista, dados por ele.

Bianca percebe que *hoje está muito mais evoluído e evoluindo, nunca para a evolução da mulher. A igualdade hoje é quase uma igualdade. Nas empresas você vê mulheres ganhando menos que o homem, mas eu acho que a situação está bem melhor, porque, antigamente, além de elas não terem uma delegacia para procurar, acho que era até constrangedor para elas irem a uma delegacia comum registrar ocorrência de violência porque, junto com aquele monte de violência, de crimes diversos, ela, ali no meio, ter que contar a história dela para*

um policial despreparado, porque até a gente não tem preparação; mas, o dia-a-dia é uma preparação, é complicado. Mas, antes de ter a delegacia, o machismo era muito maior, a mulher tinha que ficar em casa e se submeter ao marido para fazer qualquer coisa, pedir autorização para o marido para fazer qualquer coisa, até civilmente ela não respondia por si. Então, eu acho que hoje está bem evoluído e espero que melhore bem mais, que essas mulheres se tornem cada vez mais independentes, procurem um trabalho, não fiquem em casa dependentes dos maridos, fazendo papel de mães, de profissional, tudo ao mesmo tempo.

Bianca vê que a condição da mulher está melhor hoje do que em relação aos períodos históricos anteriores, quando a legislação atrelava a cidadania das mulheres à cidadania dos homens, mas ainda não há igualdade entre homens e mulheres. Há “quase” uma igualdade e a evolução não faz as mulheres evoluírem. Em sua visão, as delegacias comuns constroem as mulheres, o que não ocorre nas DDMs, estas contribuem para a mulher ter mais autonomia em relação ao marido. Afirma que, em ambas as delegacias, não há preparação específica para atender mulheres. Demonstra um anseio pela libertação das mulheres.

Dr. Antonio relata que *hoje a mulher tem uma situação diferenciada. Ela acha que ela é igual ao homem que usou, lavou, não em problema nenhum. A figura de traição, hoje, para mulher é bilateral, o sino que faz dim e faz dom. Então ela entende que ela pode; hoje é comum a mulher se reunir com as amigas, tomar cerveja e chegar em casa de manhã cedo. Se você fala alguma coisa, está normal. Não, não está normal. Você está desagregando sua casa, você está fugindo de uma mesmice do seu lar, mas você está fazendo a mesmice do encontro da cerveja. Tudo é uma mesmice, concorda comigo? Tudo é uma mesmice, beber cerveja, ver os amigos... só que lá você tem bate-papo, aí chega um cara novo, oi tudo bem? Você está linda... aquilo renova o interior dela. Agora, aquela renovação do interior dela pode criar nela uma outra expectativa que ela larga a família e que, no passar dos anos, continuou na mesmice, nas mesmas coisas, então é complicado.*

Ao dizer “ela acha que” e “ela entende que ela pode”, o delegado está sugerindo que a mulher pensa ter os mesmos direitos dos homens, mas, de fato, não os têm. Com a expressão “usou, lavou, não tem problemas”, ele está se referindo à atividade sexual das mulheres, baseado na expressão popular “lavou tá nova”. Na sua compreensão, não é normal mulheres terem os mesmos

direitos que os homens, por exemplo, tomar cerveja com as amigas, serem galanteadas por outros homens e chegarem em casa de manhã cedo. O fato de mulheres se reunirem com as amigas pode fazê-las deixar a família o que mostra a preocupação do delegado com a preservação dessa instituição.

Dr. Benício declara: *eu acho que mudou muito nos últimos anos. A mulher realmente ocupou um espaço de destaque na sociedade, e vem ocupando, e os homens... na minha opinião, só veio a contribuir, para a melhora da sociedade a atuação da mulher na política, junto aos órgãos públicos, servidora pública; só veio a contribuir, só veio a melhorar, a sociedade progrediu quando a mulher deixou o lar e passou a trabalhar fora, a ocupar um espaço na sociedade, isso só foi benéfico.*

Por sua vez, o Dr. Celso afirma que *hoje em dia os direitos são iguais, não tem porquê ser diferente.* Ambos os delegados confirmam as conquistas das mulheres nos diversos espaços públicos ocupados por elas.

Dr^a Denise revela que *mexe com a gente, com o emocional, nós somos mulheres, mexe, quando a gente vê uma mulher toda arrebitada, vê um homem folgado tentando matar a mulher porque ela não tem moral e ele mesmo tem várias mulheres. Então essa concepção de moral, essa concepção de eu posso e você não pode, eu saio, você não sai, eu sou viril e você é uma galinha, isso mexe muito com a gente. A gente tem vontade de dar um safanão em um homem desses. Então a gente tenta mostrar para essa mulher que ela não precisa viver assim, que tem curso que ela pode fazer, se ela quiser ser abrigada, a gente tenta achar um abrigo, entendeu? Nada é tão fácil. Até ela mudar de vida, não é tão fácil. Ela sair daquela rotina, daquela habitualidade dela, também não é fácil. A gente tenta, mas tem mulher que gosta também, então você não pode modificar todo mundo.*

E continua: *você tem que trabalhar para sustentar um filho, se você tem que sair, esse filho vai ficar sozinho em casa, não é fácil isso. Porque você não tem mais o provedor, hoje em dia você esquece o provedor, as mulheres são os provedores de suas próprias casas. A lei está de uma forma que ainda existe um provedor, então, houve mudanças, a gente precisa se adequar (...) mas não é fácil para gente também esquecer que essa criança não é dona de si, ela não é responsável por ela, ela não pode ficar sozinha, cadê o setor público? Uma creche? Você entendeu? Cadê os setores que te envolvem nesse momento quando você começa a trabalhar? Então a gente fica envolvida, de fato, mas eu*

tenho que fazer, eu estou visando uma criança, então eu tenho que esquecer a mulher numa hora dessas.

Dr^a Denise aponta para uma dupla moral. Refere-se à moral para o homem que lhe permite ter autonomia, ter várias mulheres, moral esta que não se aplica às mulheres. Em um comportamento semelhante, as mulheres são ofendidas em sua moral. A delegada procura mostrar que as mulheres não precisam viver nessa situação, mas afirma que “tem mulher que gosta”. Diz que a Lei não corresponde à realidade ao mencionar a figura do homem como provedor da família porque as mulheres é que são provedoras. Estas trabalham para sustentar seus filhos, e, nesta situação, as crianças acabam ficando sozinhas em casa, por não haver recursos públicos suficientes para atender a necessidade das mulheres e seus filhos. Neste caso, ela prioriza a situação da criança em detrimento da situação da mulher.

Perfil das mulheres usuárias das delegacias sob o olhar dos agentes policiais

No olhar dos profissionais entrevistados, quem são as mulheres atendidas nas delegacias de defesa da mulher e nos distritos policiais? As entrevistas mostram a fotografia que eles revelam das usuárias desses serviços. Não há um consenso entre eles, porém as imagens não chegam a ser contraditórias, mas complementares. Neste trabalho, não há a preocupação de definir quais imagens são corretas ou não, apenas apresentá-las e perceber que representações sociais as sustentam. Dos relatos, elencamos alguns perfis.

Mulheres que são vítima

Para Bianca, existem vítimas, vítimas mesmo, que estão sem saída, são reprimidas, que não sabem o que fazer mesmo, que apanham quase todo dia e são vítimas mesmo de violência doméstica.

Mulheres que também agredem

Bianca exemplifica: *como as vítimas que tiveram uma briga e saíram no tapa com o marido, um bateu no outro, então, é complicado diferenciar isso porque a lei é para todas, não importa se ela é vítima de violência doméstica constantemente ou se é uma briga isolada em que ela também bateu nele e ele*

bateu nela, para se defender até, então é difícil, existem esses dois tipos de vítima.

Bianca considera difícil identificar os tipos de vítima: aquelas que não deixam dúvidas sobre a violência sofrida e aquelas em que ambos, homem e mulher, se agredem. Neste caso, os homens agredem para se defender.

As mulheres determinadas

Bianca afirma: *tem aquelas que querem se livrar da situação e vêm aqui determinadas, querem processá-lo criminalmente, porque acham que ele tem que ser punido pelo crime que ele fez, querem separar, querem tudo e aquelas que vão até o fim, realmente, como eu te falei, tomando uma atitude para se ver livre da situação de violência.*

Por sua vez, Carlos reforça: *acho que (as mulheres) criaram mais coragem para denunciar, muitas sofriam essas violências, mas sofriam caladas.*

As mulheres que desconhecem seus direitos e não sabem definir o que querem

Alexandra relata: *a gente tem que explicar porque, na verdade, elas não sabem, não têm essa informação, está longe da realidade delas.*

Bianca relata ainda: *a minha impressão é que a maioria vem aqui sem saber direito o que fazer, sem saber direito o que a delegacia oferece para elas. Elas vêm querendo: 'Ah! O quê que eu faço?' Sem saber exatamente o que quer. Muitas se arrependem depois de ter feito o boletim de ocorrência, então, é talvez uma briga isolada, um momento de briga. As que sofrem violência constante, mesmo, não é a maioria. Talvez uma agressividade constante por parte do marido, mas violência mesmo, agressão, ameaça, não. As mulheres vêm aqui esperando um milagre. Esperando que, naquele momento, a gente tire eles de casa ou chame ele para dar um susto.*

Bianca apresenta uma classificação da violência em cujas entrelinhas é possível ler que, em algumas situações, não seria necessária a intervenção da delegacia. Ela afirma que as mulheres desconhecem o que a delegacia oferece. Sugere que, se elas soubessem, iriam até lá somente em casos de "violência mesmo", e não em casos de "agressividade constante", "agressão", "ameaça", "briga isolada" e "momento de briga". As mulheres que esperam um "milagre" ou dar um "susto" no parceiro, não teriam suas expectativas atendidas. Esse relato

revela uma visão de que a mulher pode sofrer algum tipo de violência, sem necessariamente ter que denunciá-la.

As mulheres que querem mudar o agressor

Novamente Bianca comenta: *aquelas que querem fazer a ocorrência achando que ele vai mudar, as que gostam dele, queriam só que ele tivesse um comportamento diferente com ela, queriam que ele fosse carinhoso, que ele fosse um marido diferente, não querem processá-lo, querem que ele mude. Aí entra o que a gente não pode fazer, nosso poder é completamente limitado. Tem aquelas que fazem a ocorrência tentando fazer com que ele mude e depois vêm aqui querendo retirar a ocorrência. Agora, com a Lei Maria da Penha, isso é difícil.*

Esse relato revela uma visão das mulheres que acionam a DDM esperando a mudança do comportamento do homem e não o seu próprio protagonismo.

As mulheres que permanecem na situação de violência por causa dos filhos

Para Bruno *tem mulheres que buscam só uma reação momentânea, aliás, a grande maioria delas busca uma reação momentânea. Tanto que, com a introdução da Lei Maria da Penha, com a qual começou a ser lavrado o flagrante afiançável, a gente verifica que se está lavrando o flagrante aqui, e a mulher está desesperada do outro lado, correndo atrás do dinheiro para fiança porque ela não quer que o marido fique preso. Então é difícil saber o que elas querem realmente da polícia. Na minha opinião, uma tutela jurisdicional elas querem mesmo quando envolve filhos, quando envolve as crianças. Quando a questão de violência é com ela, não tem muita urgência da prestação jurisdicional, da atividade do judiciário, da lavratura do boletim de ocorrência. Isso você consegue contornar. Agora... quando envolve os filhos, aí ela pretende mesmo que isso vá para o juiz, que se determine guarda, que ele não visite as crianças. A urgência dela é quando envolve as crianças.*

Dr^a Elaine coincide em opinião com Bruno e afirma que *as mulheres aguentam a violência por tanto tempo por causa dos filhos.*

Pesquisa realizada com mulheres abrigadas na Região do Grande ABC Paulista confirma os relatos acima de que a violência sofrida pelos filhos é um componente na história das mulheres, que faz com que elas tomem coragem e procurem a delegacia para a denúncia:

Leonor relata que sofreu agressões de seu companheiro desde o tempo de namoro, mas achava que era normal. Decidiu denunciá-lo quando percebeu que duas de suas filhas, a mais velha de 17 anos, que não era filha dele e a mais nova, filha legítima de 7 anos, estavam sofrendo abuso sexual do padrasto e pai, respectivamente. Leonor sofreu violência por 17 anos e o fato de as filhas estarem sendo submetidas a abuso levou-a a não mais aceitar a situação. (LEMOS, 2003).

As mulheres que são dependentes do marido e desistem da denúncia

Dr^a Denise afirma que *as mulheres que procuram o distrito policial denunciam o agressor quando nervosas ou com raiva no momento da agressão.*

Para Carlos, *antigamente, na época dos nossos pais, tinha aquele negócio da mulher que era dependente. Hoje não. Hoje não é assim, acho que é mais da formação. Acho que é por causa disso, dessa formação que depende do homem, do marido ou do companheiro. Acho que, em alguns casos, até por a companheira gostar muito do companheiro, amar, tem amor por ele, naquele momento da agressão, ela estava nervosa, tava até com raiva do companheiro, mas depois a coisa passa, não sei se é dependência. Se é, se for casada e tiver filhos, por causa dos filhos, mas eu acho que soma tudo isso e ela acaba voltando atrás e não querendo que o companheiro seja responsabilizado por causa disso.*

Para Adriana, *não é que a mulher gosta de apanhar. É como eu te falei, a mulher é muito covarde, a mulher quis se equiparar ao homem, mas ela não consegue se desligar dele. Financeiramente, ela tem medo. Como eu te falei, se ela tivesse a coragem ou o apoio necessário para ela buscar aquilo que vai faltar do companheiro, que é justamente a manutenção da casa, da família, dos filhos, ela não teria problemas maiores, porque não passasse de uma primeira e única agressão, talvez acabaria por ali mesmo. Eu acho que não é discriminação, ela se autodiscrimina, porque no fundo, no fundo, ela vem, ela sabe que foi vítima de uma violência, ela sabe o que está passando dentro de casa, ela sabe que o companheiro, a tendência dele é não mudar, porque você tem uma personalidade e não vai mudar. Ela sabe que aquela situação é quase irreversível; mas ela sabe, também, que ela depende dele para tudo, por quê? Porque nunca trabalhou fora; porque quando casou, o marido não a deixou mais trabalhar; porque, quando casou, o marido não a deixou mais estudar, porque isso não é coisa de mulher casada, a idéia machista que elas acabam aceitando e que, depois, fica complicado para mudar. Então ela fica dentro de casa e acaba se atrofiando, ela fica desprovida de conhecimento porque ela não sai, não*

trabalha, não conversa com uma colega no ônibus, no trem, no carro, no local de trabalho, com as pessoas que ali vão, porque mesmo uma vendedora de loja recebe clientes, está conversando, está sempre se aprimorando, e elas acabam ficando meio alienadas porque elas ficam em um mundo: levanta, cuida da casa, cuida do almoço, cuida dos filhos, cuida da roupa, cuida do jantar, cuida do marido, quando vai dormir não consegue... não cuida de uma unha, não consegue cuidar do cabelo, acaba esquecendo dela, vive em função dos outros. E então não dá para você falar que a mulher quer se equiparar e ser igual ao homem. Algumas não querem porque não conseguem se enxergar sem eles. Depois de determinado tempo elas não conseguem ver isso, justamente por não ter trabalho, principalmente trabalho. Tudo não é tão importante, mas trabalho...

Para Alexandra, o fato de as mulheres serem submissas, às vezes, é escolha. Não digo submissa no sentido de ser maltratada, mas no sentido de dependência, muitas escolhem isso e eu estou para te dizer que eu ainda não sei quem é mais feliz, se é aquela que se submete ou se aquela que é, que quer ser independente e fazer tudo e, às vezes, acaba... é o ser completo, eu acho que é esse ser completo que não dá para alcançar sozinha, eu acho que não dá, na minha visão essa coisa completa de ser independente, ser mãe, ser dona de casa, uma tartaruga sempre acaba fugindo, não tem jeito. Eu acho assim, acho que muitas vezes é por opção também. Eu conheço moças, mulheres que fizeram faculdade, têm profissão, casaram e estão em casa cuidando dos filhos; é uma opção também. Acho até que é da vida, da própria condição em que vivem, da situação do marido, e tudo isso.

Esses policiais concordam que algumas mulheres desistem de denunciar o agressor porque dependem dele. Discordam, porém, quanto às razões da permanência na situação de violência e da dependência da mulher. Apontam uma variedade de motivos: pode ser por amor, por causa dos filhos, por falta de coragem ou apoio, por querer comparar-se ao homem e não conseguir independência financeira. E aqui, no relato de Adriana, parece haver uma insinuação de castigo, no sentido de a mulher buscar algo que foge à sua função social tradicionalmente estabelecida. Pode ser, ainda, por autodiscriminação, por não exercer uma profissão e ficar atrofiada dentro de casa, por não ter relação social fora de casa, por dedicação exclusiva aos cuidados domésticos e familiares ou por não conseguir se enxergar sem ele.

Adriana apresenta uma tendência de responsabilizar a mulher pela violência sofrida. Para ela, a covardia em não conseguir se desligar do agressor,

a autodiscriminação, o conhecimento sobre a irreversibilidade da situação e a permanência da situação de violência, dão à mulher uma parcela de responsabilidade.

Ao afirmar que algumas mulheres são dependentes por opção, mesmo em condições de não sê-lo, naturaliza o lugar social de subordinação. Questiona-se, inclusive, se este não é o melhor lugar para a mulher.

As mulheres segundo a classe social

Adriana relata: *atendemos mulheres de todas as classes sociais, até que moram na rua da delegacia, porque aqui, bem ou mal, é um bairro considerado de média alta. Vêm mulheres de todas as classes sociais, inclusive já vieram pessoas até de Fórum, de delegacias, entendeu? Porque como é de proteção à mulher, com relação a policiais tanto civis, militares, como magistratura, tudo, de todo tipo. Claro, nós não temos competência para agir no âmbito de magistrado, de nada, então nós temos que encaminhar para o órgão deles. Tem uns atendimentos que a gente faz, tudo com muita descrição, sempre, porque não é porque eu tenho problemas dentro de casa que eu vou deixar de ser uma boa profissional, a gente faz e orienta também da mesma maneira. Porque, quando você está dentro do problema, por mais conhecimento que você tenha daquilo, você não consegue discernir, você não consegue separar tudo bonitinho e tomar uma decisão; às vezes, você precisa conversar com uma segunda ou terceira pessoa.*

Para Dr^a Elaine, *as mulheres sofrem violência porque são ignorantes, não têm instrução, não sabem ler nem escrever. Não entendem nada, não sabem ler um B.O., assinam e já ficam satisfeitas. Elas não têm entendimento das coisas, em tudo dependem dos maridos, precisam da aprovação dos maridos e, quando são agredidas, pensam que eles têm esse direito e elas têm que apanhar. Falta instrução, falta cultura para as mulheres. Eu vejo isso aqui, na delegacia: a mulher que faz a limpeza e prepara o café não tem noção de como se arruma a mesa. Às vezes, compramos alimentos e ela cozinha para nós, os talheres são jogados sobre a mesa, os pratos ficam empilhados. Eu tenho que ajeitar os pratos e os talheres na mesa, em seus devidos lugares e ensiná-la como fazer para ficar um ambiente agradável. Então, as mulheres não têm esse cuidado. As mulheres de classe social mais alta também sofrem violência, mas não vêm aqui, elas pagam advogado. Aqui vêm as mulheres que não têm recursos (...) as mulheres agüentam a violência por tanto tempo por causa dos filhos e por causa*

do pinto. Essas mulheres não ficam sem pinto. É verdade, pode perguntar para qualquer uma das minhas funcionárias, elas pensam a mesma coisa. Mulher pobre não consegue só namorar, logo leva o homem para dentro de casa porque não tem outro lugar para transar e sem demora começa tudo de novo, porque a hora em que o homem percebe que o pinto dele vale ouro, ele monta em cima dela. Mulher rica é diferente. Elas têm outras distrações, têm dinheiro e outras opções: cinema, teatro, motel, viagens. Falta instrução para essas mulheres, falta educação e cultura.

Para Dr. Celso, geralmente são pessoas de baixa renda, elas não têm como se socorrer, têm várias crianças, vários filhos, não têm para onde ir. Porque pessoa de classe média, classe média alta é difícil porque, em uma briga, ela leva um empurrão do marido, ou o marido ameaça, ela pega os filhos, pega as coisas dela, vai para casa dos pais ou vai para um parente, ou tem outro imóvel, então fica bem mais fácil. Aí ela procura um advogado, entra nos meios jurídicos, na área de família, para separação. Isso não ocorre com as mulheres de baixa renda. Infelizmente, ela não tem como se socorrer, geralmente os parentes são de outros estados, ela vem sendo agredida pelo marido ou ameaçada, então não tem outra alternativa, não dá para ela sair de casa, ele também não vai sair de casa, a polícia tem que solucionar esse problema.

Dr^a Denise afirma: nós temos todas (as classes sociais). Muitas delas até vêm mais para se orientar. Não querem fazer ocorrência. Muitas têm vergonha da situação, muitas são universitárias, casadas com universitários que são alcoólatras, porque bebem demais. Tem uma facção muito grande da sociedade que bebe demais, então elas vêm se orientar: 'pelo amor de Deus, não aguento mais, eu não sei o que fazer, ele fica agressivo, ele me ameaça.' Aquelas que perdem uma certa vergonha vêm, a gente faz a ocorrência delas. Outras, só se orientam, procuram um advogado, entram com uma separação. Até porque você tem problema de alcoolismo e droga em qualquer camada social. É que muitas têm vergonha, realmente, então vêm mais para conversar. Muitas não fazem ocorrência, mas vêm aqui porque não aguentam mais. Advogadas vêm fazer ocorrência contra seus maridos porque não sabem mais o que fazer. As coisas tomam um pé que fica difícil.

A "rua da delegacia", mencionada por Adriana, localiza-se num bairro nobre da cidade. Chamam atenção as representações que Adriana tem das mulheres de classe média alta e das mulheres que trabalham no Fórum ou em delegacias. Transparece, no seu relato, a expectativa de que as mulheres, por

serem boas profissionais ou por exercerem determinadas profissões, não tenham dificuldade em tomar decisões quando se encontram em situação de violência, como se esse fosse um comportamento esperado dessa classe social. Nesse contexto, ela afirma que os atendimentos são feitos sempre com muita discrição, como que desculpando tal situação, como se fosse exceção.

Dr^a Elaine, por outro lado, afirma que “as mulheres de classe social mais alta” não procuram a DDM porque têm recursos para contratar advogado. Ao citar as mulheres de baixo nível de escolaridade atendidas na mesma DDM, afirma falta-lhes instrução e cultura.

As mulheres de classe média ou média alta, numa briga, ameaça ou empurrão, pegam suas coisas e os filhos e vão para a casa dos pais, parentes ou dispõem de outro imóvel e procuram advogado. Essa fala sugere que as mulheres de classe média reagem à primeira violência. Já as mulheres de baixa renda que são agredidas ou ameaçadas pelo marido, por não dispor de recursos, permanecem em casa e procuram a delegacia. As mulheres universitárias, esposas de universitários, advogadas, buscam na DDM apenas orientação, têm vergonha e não denunciam.

As mulheres reincidentes

Para Dr^a Denise, *a mulher não quer largar desse homem porque ele, quando não bebe, é bom, mas é agressivo quando bebe, então ela prefere ficar com ele em casa, então seria essa reincidência de situações de violência doméstica; quando bebe, é agressivo, machuca, ofende, xinga, ameaça e, quando não, ele está ótimo. Às vezes, vem à delegacia, ele é chamado à delegacia, ele dá um sossego, ele fica ótimo. Então elas querem retirar a queixa, não querem mais dar continuidade e quantas vezes essas mulheres retornam posteriormente para dizerem que ele voltou a beber de novo.*

Bianca relata que, *às vezes, a gente vê casos em que a mulher é vítima hoje, passa um mês, ela é vítima novamente, isso é uma bola de neve. Algumas, não. Algumas, houve a violência, já se separam do companheiro, já não têm mais problemas; Mas em muitos casos, acho que em 60%, é uma bola de neve, ela é agredida, ela volta para o ex-companheiro, mesmo sendo agredida, ela volta; é agredida novamente, faz o registro, volta para o companheiro de novo, então é uma bola de neve, acho que 40% põem um fim nisso. Ou se separa do companheiro, ou, de uma forma ou de outra, consegue se entender com ele. Aí*

tem terapia de casal, psicólogos, e acabam se resolvendo e não há outro fato, mas o que a gente vê é a repetição dos fatos novamente.

Adriana partilha sua própria experiência: eu não esperei a agressão, eu não quis pagar para ver, não tem aquela que tem a primeira: 'ah! perdoa, deixa para lá.' Mas algumas pessoas, não. Tem a primeira vez, foi um descontrole, todo mundo estava muito nervoso, alterado, a pessoa vem e se retrata. Às vezes, o sentimento é muito maior que a revolta, ou do que o respeito por si próprio, e acaba perdendo. Voltam, registra uma, duas, três... sabe, às vezes, você está falando, está explicando, ela não pode parar no registro policial, tem os encaminhamentos que nós fazemos para que ela regularize toda aquela situação e muitas delas não vão procurar, acham que já fizeram o boletim de ocorrência e é o suficiente, e não é. Ela precisa de algo mais, ela precisa de ir além dos limites da delegacia. Porque a gente deixa bem claro que a delegacia cuida do crime, não cuida do social, do familiar, da dissolução da família ou da reconciliação da família, ela cuida do crime. Nós não podemos chamar as pessoas aqui e conversar como se psicólogos fôssemos. Elas precisam ir procurar essa ajuda nos encaminhamentos que nós fazemos para os órgãos dentro da necessidade. E aí acontece a segunda, a terceira e sempre naquela de 'vamos conduzir as coisas de uma maneira mais amigável', até chegar às consequências de um homicídio, que já ocorreu em muitos casos. A gente vê aí estampado no jornal, o marido que matou a mulher, a sogra, a cunhada, a companheira.

O relato das policiais revela que muitas mulheres que procuram as delegacias apresentam um movimento de registrar e retirar a queixa de acordo com o comportamento do agressor. Ou aquelas que se satisfazem com o registro da ocorrência sem representar o agressor criminalmente. Adriana fala de sua experiência que, ao primeiro sinal de violência, não esperou a agressão.

As mulheres que adoecem

Para Dr^a Denise, uma mulher que é casada há trinta anos e há trinta anos ela é ofendida moralmente: 'você não presta, você não vale nada'; ela ouve isso há trinta anos do homem que está com ela, então ela começa a ficar deprimida, ela entra num quadro de depressão. Aí ela vai para o Posto de Saúde. No Posto de Saúde, passam remédios, então ela tem um saquinho de remédios. Esses remédios por si só não resolvem o problema dela porque ela teria que fazer terapia. Aí ela não agüenta mais e vem à delegacia, com o saquinho cheio de remédios. Ela só chora, ela está num quadro de depressão e está viciada nos

comprimidos, que não levam ela a lugar nenhum, ela sempre tem que ir ao Posto pegar os comprimidos. Muitas partem para o suicídio, ou injeção medicamentosa, tomam todos os comprimidos de uma vez só. Há muitas mulheres deprimidas, principalmente na fase da menopausa, que começa, depois de muitos anos de casada.

Essa delegada fala de mulheres que adoecem em decorrência da violência sofrida.

As mulheres que tiveram mais de um parceiro

Para Luiz, a maioria delas não trabalha, a maioria não tem o segundo grau, tem um ou mais filhos, a maioria já vem de outros relacionamentos, não é casada, é de união estável.

Segundo Dr. Benício a família está muito desestruturada, está muito... A mulher, às vezes, já tem o segundo ou terceiro marido. Eu vejo também os tipos de casamento, as pessoas não pensam em casar, só morar junto.

Esses policiais, ao falarem das mulheres que não são legalmente casadas ou que já passaram por mais de um relacionamento conjugal, fazem-no tendo presente o modelo tradicional de família. A não oficialização da relação conjugal foge desse padrão. Eles se reportam a essa situação como família desestruturada.

As mulheres que provocam o marido e se aproveitam da Lei

Dr^a Denise relata que às vezes, eu não vou defender o homem aqui, o agressor, mas eu acho que, às vezes, as mulheres procuram uma certa situação, não que a agressão seja uma resposta correta, mas existem mulheres aqui que procuram. Depois que a gente ouve a outra parte, a gente vê um outro lado da história. Então, de repente, ela sai de casa, ou vem aqui e diz que foi ameaçada, que está com medo, que quer tirar o cara de casa. Eu consigo tirar o cara de casa pedindo o afastamento. O oficial vai lá, ele sai de casa, aí ele vem aqui ser ouvido no meu inquérito: 'gozado, eu não ameacei, ela chegou de madrugada em casa, eu descobri que ela estava me traindo com outro, realmente eu peguei o celular dela e joguei na parede, quebrei porque eu estava nervoso no momento.' O que essa mulher quer? Sabendo da lei, sabendo que ela está errada, que ela está saindo com outro homem, ela consegue tirar o marido dela da casa e ela está tranqüila, continua saindo com outro. Então, as mulheres, de

uma certa forma, se aproveitam da lei, entendeu? Então a gente vê que existem muitas que se aproveitam e querem tirar o homem rapidinho da casa.

E Bruno afirma: não vou dizer que não existe mulher que provoca o marido, que tire o marido do sério, não vou dizer que isso não exista.

Para Bruno, há mulheres que “provocam” a violência. Para a delegada, a oitiva do agressor para o inquérito revela que a mulher não se enquadra no padrão de comportamento estabelecido para as mulheres. Esta chega em casa de madrugada ou “trai” o marido com outro homem. O marido a agride e ela “sabe que está errada”.

As mulheres que se queixam da delegacia

Para Dr^a Denise, as mulheres vêm dizer que não sabem. É mentira porque todas elas são científicas aqui e a gente fala: ‘o que você deseja?’ Ela é que me responde o que ela deseja. Ela não vem dizer que ela não tá sabendo, ela assina aqui, então ela tem que ter ciência. Só que, no momento de raiva, elas querem tudo, depois não querem mais nada. Tem mulheres vítimas de agressão que vêm com o próprio marido aqui para ele ser ouvido, quer dizer que ela está junto com ele de novo. Agora, a minha escrivã não pode ficar nervosa de estar soltando inquérito policial, perdendo tempo com isso, achando que a gente está brincando, que nada é sério? Quando elas estão nervosas, vamos supor, nas ameaças, elas vêm aqui e querem tudo. Elas querem todas as medidas que a Lei prevê no artigo 22 que é o afastamento dele do lar, comunicação com ela e com a família, não visita. Elas pedem tudo no momento da raiva. No dia seguinte, elas vêm aqui conversar. Está bem. Ela não quer mais, só que isso já é um desgaste para mim porque eu tenho que encaminhar essas medidas em 48 horas para o juiz, se eu não encaminhar, eu sou penalizada pela Lei. Então, toda vez que é feita a Maria da Penha, a representação, os artigos todos que elas querem do artigo 22, eu tenho que mandar para o Fórum todo dia. No dia seguinte, quando ela vem aqui, eu já encaminhei tudo. Então é um desgaste enorme. Eu tenho que fazer uma ocorrência policial, eu tenho que ouvir essa mulher em declarações, eu tenho que pedir essas medidas para ela, tem que fazer o ofício e encaminhar para o Fórum. Então, olha o tempo que a gente leva com cada uma dessas vítimas para, no dia seguinte, ela vir aqui e dizer que não quer mais nada. ‘Mas, como a senhora não quer mais nada? A senhora não quer resolver?’ Só que não é mais comigo, agora só na presença do juiz. Elas ficam nervosas, dizem que a delegacia... entendeu? Então, no momento de raiva, nós servimos,

quando ela está bem com esse marido, com esse companheiro, nós não servimos mais, porque nós estamos atrapalhando uma relação. Temos que explicar que nós não temos uma bolinha de cristal, que nós não procuramos ninguém na casa de ninguém, que ela veio até nós. Então nós temos os dois lados. Essa que pede tudo e, no dia seguinte, não quer nada; ou aquela que pede tudo e, no Fórum, não consegue nada e vem reclamar na delegacia que nós não fazemos nada. Eu falo: 'a senhora está equivocada, a senhora tem que ir ao Fórum ver o que aconteceu, o que o promotor e o juiz entenderam dessas medidas', porque quem defere, ou não, é o juiz, a pedido do promotor encaminha ou não. Eles é que vão avaliar a situação. Então elas confundem tudo: é a delegada, é a delegacia; a delegacia que prende, a delegacia que não prende, a delegacia que faz, a delegacia que não faz.

Bianca afirma que *é difícil, a gente espera poder fazer alguma coisa, que elas saiam daqui satisfeitas. Muitas vezes elas não saem satisfeitas, porque, como nós aplicamos as leis, então, às vezes, elas pedem as coisas que a gente não pode dar.*

Essas policiais avaliam que as mulheres saem insatisfeitas da delegacia porque se aplica a Lei. Isso feito, as mulheres não podem voltar atrás em suas decisões. Nem todas as mulheres, porém, desistem do processo. As agentes policiais não mencionam outro tipo de insatisfação.

Como mostra Debert,

Parte dos estudos sobre as DDMs tem reiterado a decepção com o desempenho da instituição, especialmente quando observam a desproporção entre a grande quantidade de atendimentos realizados nas DDMs e o número relativamente pequeno desses casos que resultam em boletins de Ocorrência ou em Inquéritos Policiais. (2006: 6-7).

O que as mulheres esperam da delegacia sob o olhar dos agentes policiais

Ao questionamento sobre o que as mulheres esperam da polícia, na visão dos agentes, Dr. Antonio comenta: *eu não sei se ela quer. Está vindo procurar o pai, a mãe, ou uma pessoa que possa solucionar o problema dela, chamar, dar um pito nele, falar: 'não faça mais isso', então... agora... eu não sei até onde ela cresce e amanhã ela vai ficar pisando nele de novo como já estava pisando.*

Carlos relata que *a princípio elas querem que eles fiquem presos, que os tirem de lá, do lar; a princípio, acho que é isso. Naquele momento de revolta, ela quer que ele saia de lá, até da vida dela, se for possível. Quando ela vem procurar a delegacia, é porque não aguenta mais. É bem por aí, quer que desfaça esse vínculo, que tire esse vínculo deles.*

Luiz afirma que *ela precisa de ajuda; algumas vezes, vingança. A gente vê isso aí. Isso depende de cada pessoa, depende de cada coisa que cada pessoa sofreu. Depende... basicamente, ajuda.*

Alexandra comenta que *elas não querem, na verdade, o que o boletim criminal proporciona, que é processar aquela pessoa. Muitas vezes o que elas querem é só se separar, 'ele vive a vida dele e eu a minha, não quero nada de mal pra ele, entendeu? Eu só quero que ele me deixe em paz'. Não é um aspecto criminal. E muitas vezes elas vêm, elas fazem, porque elas não têm outro recurso para parar aquilo naquele momento, muitas vezes é bebida, outras vezes é droga, porque sabem que, sem esses vícios, são homens bons, que trabalham, entendeu? E é isso. É com aquela situação que não sabem lidar. Elas vêm aqui, naquele momento, para ter aquela proteção. Muitas vezes não, quer mesmo, está cansada, vai até o fim, quer separar, não tem outro sentimento além da raiva, quer dizer, já acabou o que poderia ter de amor, de ternura, de carinho, já acabou. E, às vezes, tem outras que não gostam mais, você vê que tem carinho porque é pai dos filhos, os filhos vão sofrer, não quer, mesmo que não seja pelo outro, mas pelos próprios filhos. Eu vejo assim.*

Dr. Benício relata: *primeiramente, o que a gente observa é que ela espera uma resposta rápida da polícia para atender o que é aquela necessidade momentânea. A gente, na medida do possível, procura atender a expectativa da mulher.*

Dr. Celso afirma que *elas esperam justamente isso, que dê uma dura no marido, no companheiro dela, para que ele não faça mais isso, pra que ele sossegue; geralmente é isso que elas esperam, para que fique bonzinho com ela. Aí se torna difícil porque o pessoal é agressivo, na maioria das vezes é um pouco embriagado; então é complicado, só aplicando a lei mesmo para ele sentir, por isso que são realizados alguns flagrantes aqui. Quando é possível localizar o indivíduo que está lá, a gente pega e faz o flagrante, assim ele pensa duas vezes antes de repetir.*

Na visão dos policiais, ao procurar a delegacia, a mulher busca encontrar um pai ou uma mãe que lhe ouça e "passe um pito" no agressor, que "dê uma

dura" para que ele sossegue. Ela espera uma resposta rápida da polícia porque "não aguenta mais", "precisa de ajuda" ou precisa vingar-se. Para esses agentes, as mulheres procuram na delegacia respostas que se referem a processos civis e não criminais.

O comentário do Dr. Antonio, ao dizer que não sabe até onde a mulher cresce, após o agressor ser repreendido pelo delegado, sugere que ele teme que a mulher passe a submeter o homem.

O que os agentes policiais esperam das mulheres que procuram a delegacia

Ao relatar o que a polícia espera das mulheres, Bianca espera *que elas sejam objetivas, que elas saibam o que querem mesmo, o que, na verdade, não acontece.*

Adriana relata que, às vezes, *a gente percebe o que elas esperam da gente. Então, às vezes, você chega, começa a conversar e, pelo histórico, você acaba dando um chacoalhão que ela acorda, você entendeu? Ela começa a perceber que, às vezes a vida conjugal, ou a vida dela, não está indo bem porque ela não está se permitindo; e, às vezes, não é o mais importante o registro do boletim de ocorrência, mas, sim, aquela coisa que ela ouviu, aquele levante, aquela bronca, de falar assim: 'você tem que ir à luta, você tem que deixar de ser a Amélia, você tem que se arrumar, seu marido tem dinheiro? 'Tem dinheiro.' Não liga pra você? 'Não.' Começa a gastar, vai para o cabeleireiro, vai fazer sua unha, pinta o seu cabelo, muda o corte, muda seu jeito de se vestir, começa a sair, não faz mal se você vai dar uma volta no shopping com uma amiga, ele vai começar a perceber que você é tão independente quanto ele, e, talvez, isso faça com que vocês ou se reaproximem ou se afastem de uma vez, mas, pelo menos, a sua autoestima você já recuperou'. Então, às vezes, algumas até retornam para agradecer, a gente não fala nem porque ela vai embora e não registrou nada: 'ah! Porque eu fui lá e ninguém quis me atender'; não, algumas até voltam e agradecem, falam: 'olha a dica que você me deu me levantou'. Então, na realidade, a gente não espera nada; a gente só espera que, quando elas chegam aqui, elas tomem as providências que elas têm por direito, que elas façam uso do direito que elas têm adquirido. Só que também a gente não pode obrigá-las a fazer uso desse direito porque muitas delas não conseguem. A gente*

nem consegue explicar o porquê, até porque a psicologia é uma área bem complexa, mas muitas delas não conseguem e a gente vai fazer o que? A gente tem que aceitar e.... tudo bem.

Essas policiais esperam que, ao procurar a delegacia, as mulheres sejam objetivas, recuperem sua autoestima e tomem providências quanto aos seus direitos.

Considerações parciais

Ao refletir sobre o conteúdo dessas entrevistas, é possível perceber que, para alguns desses policiais, a condição da mulher, na sociedade, mudou nos dias de hoje, e eles acreditam que as mudanças ocorridas beneficiaram as mulheres. Outros acreditam que a condição de subordinação continua inalterada. Nesse sentido, uma das delegadas aponta para a dupla moral com que homens e mulheres são socializados, havendo, na maioria das vezes, uma penalização do comportamento das mulheres. Os agentes procuram explicações ora culturalistas, ora biologizantes, para justificar a visão que têm sobre a mulher.

Alguns relatos, de forma sutil, procuram, de um lado, inocentar ou desculpar o agressor, de outro lado, culpabilizar o comportamento de mulheres que fogem do padrão tradicional de “mãe”, “dona de casa” e “esposa” de um único homem. Expressões como “lavou não tem problema” ou “tem mulher que gosta de apanhar” estão presentes nos discursos policiais. Da mesma forma que estão presentes as concepções de “família desestruturada” ou “mulheres que são de união estável”, revelando, por um lado, representações sociais que discriminam as mulheres ou colocam-nas em lugares sociais tradicionais, demonstrando um desconhecimento ou desconsiderando os avanços das mulheres nas conquistas por seus direitos e espaços sociais de maior prestígio, e, por outro, a invocação da legitimidade masculina do controle das mulheres.

Há, porém, outros relatos. Aqueles que se referem ao reconhecimento do direito das mulheres de viverem sua sexualidade e de terem o mesmo salário que os homens para igual função. Relatos que, num primeiro momento, revelam sensibilidade e compreensão com a situação das mulheres, também por serem mulheres e, noutro momento, uma revolta, principalmente quando estas retiram a queixa e não querem dar prosseguimento ao processo. Nesse caso, os agentes avaliam como tempo e trabalho perdidos.

O olhar para mulheres, segundo a classe social, é diferenciado. A imagem das mulheres de classe média ou média alta que salta dos relatos é a imagem de mulheres que reagem ao primeiro sinal de agressão, vão à delegacia apenas buscar orientação, mas não registram a denúncia por sentirem vergonha.

A imagem das mulheres de classe média baixa ou baixa é a imagem de mulheres que não reagem à primeira agressão, não denunciam ou retiram a queixa por sentirem medo. Elas buscam, na delegacia, um milagre ou um susto para o agressor.

Um olhar diferenciado sobre as mulheres seleciona a vergonha, para as mulheres de classe média e média alta; e o medo, a dependência e impotência, para as mulheres das classes média baixa e baixa. Podemos perceber que há um olhar discriminatório para as mulheres quando se refere à classe social.

Podemos perceber, também, uma visão de que as mulheres que sofrem violência constante não são a maioria, porém, não há consenso sobre esse ponto entre os agentes policiais. Sobre isso, cabe aqui uma observação. Esse dado está sujeito à compreensão que os agentes têm sobre violência, uma vez que, alguns deles, classificam a violência entre violência mesmo e pequenas agressões. Entre as mulheres que não deixam dúvida sobre a violência sofrida e as que são agredidas, mas também agredem. De que maioria estariam falando esses agentes?

A noção de representações sociais, como um instrumento de decodificação da realidade, ajuda a explicar os olhares que os agentes policiais entrevistados têm sobre as mulheres. Com facilidade é possível cair na armadilha da sociedade androcêntrica, que responsabiliza a mulher por se deslocar do lugar social a ela destinado, o da maternidade, o do doméstico, o da submissão.

As representações sociais que dão suporte à visão que alguns agentes têm sobre as mulheres não as compreendem como sujeito de direitos, haja vista a declaração da delegada que, numa situação de violência contra a criança e a mulher, afirma visar a criança e esquecer a mulher.

Por fim, cabe ressaltar a declaração de uma das escrivãs sobre a ausência de capacitação especializada para atender as mulheres. Este assunto será tratado mais adiante.

2 Representações sociais sobre a violência contra as mulheres

O tema da violência contra mulheres é uma realidade de proporções epidêmicas. A história é palco de inúmeras situações de mulheres que viveram situações de violência. A Idade Média não questionava o direito dos homens de agredir suas esposas, um direito reconhecido pelos poderes civis e eclesiásticos. A sociedade considerava normal um homem bater em sua mulher. A partir do século XIX Inglaterra e Estados Unidos começam a elaborar legislação em que o marido perde o direito de espancar a esposa e reconhece o direito de castigar o marido agressor. Um relato sobre essa questão no plano internacional pode ser encontrado em Azevedo (1985:26).

Somente nas últimas décadas o tema se converteu em foco de atenção como problema social, como podemos observar numa breve recuperação da história.

A década de 70 foi marcada pela manifestação das mulheres que, com o slogan “quem ama não mata”, saíram às ruas para reivindicar leis e serviços específicos para enfrentar a violência contra as mulheres.

Na década de 80, foram organizados os SOS Mulher para atender mulheres em situação de violência; além disso, foram criados os conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher. Em 1984 o Brasil assinou o documento “Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW), aprovado pela ONU, em 1979, como o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado, especialmente, para a proteção das mulheres. Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e as delegacias especializadas. Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil incluiu no inciso I, artigo 5º “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

No ano de 1992, foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o apoio do CNDM e dos movimentos de mulheres e feministas, para investigar a violência contra as mulheres. Em 1993, o Brasil participou da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, ocasião em que foram reconhecidos os direitos das meninas como direitos humanos, e a violência contra a mulher como violação desses direitos. Em 1994, o Brasil assinou a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher” (Convenção de Belém do Pará), ratificada em 1995. Ainda em 1995 o Brasil assinou a “Declaração e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial

sobre a Mulher”, realizada em Beijing, que prevê ações para prevenção e assistência social, psicológica e jurídica às vítimas e suas famílias, além de medidas punitivas e de reabilitação para o agressor. Em 1998, no cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi lançada a campanha “Sem as Mulheres os Direitos não são Humanos”. Nesse mesmo ano, as Nações Unidas no Brasil e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, lançaram a o “Pacto Comunitário contra a Violência Intrafamiliar” e a campanha “Uma Vida Sem Violência é um direito Nosso”. O Pacto foi assinado pelo Governo Federal e por organizações da sociedade civil.

Em 2002 o Estado brasileiro apresentou o primeiro Relatório ao Comitê CEDAW, referente ao período de 1985-2002, que resultou na recomendação de criação de uma Lei integral de combate à violência doméstica e familiar. Nesse mesmo ano foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM); transformada, em 2003, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

De 2002 a 2006, foram desenvolvidas ações que resultaram na elaboração, aprovação e implantação da Lei 11.340/2006, chamada também de Lei Maria da Penha.

Violência contra as mulheres na perspectiva de gênero

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, em seu artigo primeiro, define violência contra a mulher como *“qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”*¹¹ (1996), o que a constitui como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Atinge as mulheres independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual ou condição social. O efeito é, sobretudo, social, visto que afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação, desenvolvimento pessoal e autoestima das mulheres.

A violência contra a mulher, expressão usada na Convenção de Belém do Pará, e usada também neste trabalho, suscita hoje, entre as estudiosas dessa

¹¹ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Para, artigo 1.

questão, variações sobre o tema. Izumino (2003:67-76), ao consultar a literatura nacional sobre a temática, faz uma vasta apresentação das várias expressões utilizadas para se referir ao fenômeno da violência praticada contra as mulheres dentro da casa.

Atualmente é o conceito de violência de gênero que vem sendo utilizado, pois, segundo Saffioti, é um conceito mais amplo,

“teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. (2004: 44)

Como mostra Izumino (2003: 64ss), a categoria violência de gênero tem sido utilizada como sinônimo de violência que praticada contra as mulheres, além de outras categorias como: violência doméstica, violência familiar, violência intrafamiliar, violência nas relações conjugais.¹² Segundo Izumino, isso traz implicações de diversas ordens, tanto para a compreensão do fenômeno, quanto para qualquer iniciativa para a erradicação da violência.

As diversas formas de violência contra as mulheres nem sempre são reconhecidas como tal por serem expressão de representações sociais, incorporadas pelo senso comum¹³ que permeiam as relações sociais.

A violência é uma expressão das relações de força, que faz com que as diferenças se transformem em desigualdade, tendo como objetivo a dominação; toma o ser humano como uma coisa e não como um agente de seu próprio desenvolvimento, resultando no silêncio do outro (Chauí, 1985 apud Camargo, 1991: 52).

Violência, conforme Zaluar

Vem do latim violentia, que remete a vis (força, vigor, emprego da força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como

¹² Sobre o assunto ler: IZUMINO, Wânia Pasinato. *Violência de gênero e justiça criminal no Brasil*. Tese de doutorado, 2003 (mimeo), pp. 65-76; LEMOS, Marilda de O. *Entre nós: um estudo sobre a Casa-Abrigo regional do ABC para mulheres em situação de violência*. São Caetano do Sul: IMES – Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul, dissertação de mestrado, 2003, pp. 40-44.

¹³ Senso comum é “um conjunto de crenças, valores, saberes e atitudes que julgamos naturais porque, transmitidos de geração a geração, sem questionamentos, nos dizem como são e o que valem as coisas e os seres humanos, como devemos avaliá-los e julgá-los. O senso comum é a realidade como transparência: nele tudo está explicado e em seu devido lugar”. CHAUI (1996/1997: 116-117)

violento, percepção essa que varia cultural e historicamente (...).(1999: 28, apud Izumino, 2003: 65).

Grossi (1998: 297) compreende por violência *uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, paralisando-o e impedindo-o de agir*.

Para Welzer-Lang (1991: 23, apud Saffioti, 1999: 84), violência é o *primeiro modo de regulação das relações sociais entre os sexos*.

Tendo presente a amplitude do tema, abordaremos a questão nomeando-a como violência contra as mulheres, na perspectiva de gênero. Essa opção foi feita em virtude da natureza desta pesquisa. Não trataremos aqui da violência sofrida pelas mulheres nos locais de trabalho ou nas áreas públicas. Trataremos da violência praticada contra a mulher por homem com quem ela mantém algum vínculo afetivo. Essa opção foi orientada pela demanda das próprias delegacias pesquisadas, sejam as Delegacias de Defesa da Mulher, sejam os Distritos Policiais, em que a maioria, segundo depoimento dos agentes pesquisados, se refere a esse tipo de violência. Não chamaremos de violência doméstica pelas implicações que o termo traz¹⁴.

A manutenção ou rompimento da violência contra as mulheres

Para abordarmos a questão da manutenção ou rompimento da violência contra as mulheres, nos apoiaremos nos estudos feitos por Ravazzola. Embora tais estudos se refiram à violência doméstica ou familiar, no campo da Psicologia social¹⁵, nos interessa para este trabalho, o modo como a autora apresenta o processo de repetição violência.

A autora aponta três atores nas relações violentas. O primeiro ator é a pessoa que agride: geralmente um homem adulto, marido, companheiro, namorado ou pai. O segundo ator é a pessoa agredida: uma mulher na idade infantil, ou na idade madura ou idosa. O terceiro ator são as testemunhas, que ela chama de "contexto": são as pessoas que, de alguma forma, tomam conhecimento ou têm contato com mulheres que sofrem violência e que, por não estarem envolvidas diretamente na relação violenta, podem interferir na resolução do problema.

¹⁴ Sobre o assunto ler: Izumino, 2003: 67ss.

¹⁵ Ravazzola, 2005:15.

Neste trabalho, estes últimos atores serão chamados de “comunidade”. Essas podem ser parentes, vizinhos, amigos, profissionais que atendem mulheres em situação de violência ou operadores do direito e da justiça, mas que, na maioria das vezes, ignoram ou negligenciam sua possibilidade de interferir na solução do caso. Nesse sentido, cai por terra o ditado popular que diz “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, porque o fato de se omitir, ou de ser indiferente à violência, é um ingrediente de manutenção dela.

A violência contra as mulheres tende a repetir-se. Tal repetição ocorre, segundo a autora, por causa da repetição de padrões de conduta e por causa do fenômeno da negação.

Ravazzola aponta dois sistemas responsáveis pela repetição da violência: o sistema autoritário e o sistema de gênero.

O sistema autoritário elabora argumentos que justificam a opressão e utiliza medidas disciplinares para assegurá-la, porém, os subordinados conspiram para que ocorram mudanças capazes de aliviar a opressão¹⁶.

O sistema de gênero, já convertido em um princípio organizativo “naturalizado” pelos sujeitos da cultura, não gera conspiração contra si, está incorporado como uma “realidade”, a ponto de não se perceber que ele é construído pelos próprios atores sociais¹⁷. (Ravazzola, 2005: 60).

Algumas representações sociais sustentadas pelos membros dos sistemas em que ocorre a violência funcionam como argumentos e como bases que explicam, justificam e reproduzem as práticas violentas: “geralmente o homem está mais bem preparado para conduzir que a mulher”; “as famílias são mais importantes que as pessoas”; “a privacidade da família deve ser respeitada”; “os homens representam os homens e as mulheres, as mulheres representam apenas as mulheres”; “as mulheres são queixosas”; “o homem é responsável pelo funcionamento de sua família e tem que mostrar e exercer sua autoridade”.

Algumas características que se constituem como prerrogativas dos homens agressores são: a apropriação, a impunidade, a centralidade, o controle e o autoritarismo. A apropriação se dá quando o agressor se sente dono da pessoa que ele agride, considera que tem a posse sobre ela. A impunidade se manifesta na crença que o agressor tem de que sua ação será aceita e compreendida pela comunidade e pela pessoa agredida. Expressões que demonstram a crença na impunidade: “não creio que ele seja o único responsável pela violência”. A

¹⁶ Tradução nossa.

¹⁷ Idem.

centralidade se explica pela certeza que o agressor tem de que o seu critério é o que vale e é medida para todas as coisas. Por exemplo: “não será ela a me dizer o que tenho que fazer”. O controle e autoritarismo sem confrontação são expressão do agressor que acredita ter um papel de disciplinador: “se os deixo soltos, vai saber do que são capazes!” (Ravazzola, 2005: 71-73).

Segundo a autora, algumas características das mulheres que sofrem violência são: a incondicionalidade, o amor, a diminuição do próprio poder, e ainda, a diminuição do registro de “mal-estar”. Essas características são expressas pela maneira como as mulheres são socializadas, de modo que aprendem a se sentir bem quanto mais estiverem voltadas para a satisfação das necessidades dos outros.

A combinação dessas características proporciona relações desiguais que são reproduzidas por quem as vivencia. Os filhos que participam da violência dos pais aprendem relações violentas.

O fenômeno de negação a autora chama de dupla cegueira. Duplo cego é aquele que não vê que não vê. Ao contrário da pessoa que só enxerga o que lhe interessa, o duplo cego é a pessoa que não se dá conta, não percebe que não está enxergando. No caso em questão, a pessoa não enxerga a violência, não a identifica. Conforme mostra Ravazzola, essa cegueira pode ocorrer porque conviver com a violência, cotidianamente, identificá-la, enxergá-la, costuma causar sofrimento, dor, indignação, impotência, vergonha, enfim, um mal-estar. O mal-estar tende a ser rechaçado, ou invisibilizado, ou não ser percebido¹⁸, como se sobre ele fosse colocado um véu que provoca uma anestesia. Nesse sentido, o contato direto, ininterrupto, com a violência, seja sofrendo, principalmente quando não são episódios isolados, seja atendendo as vítimas, pode acionar um dispositivo, que Ravazzola chama de véu anestésico para aliviar a dor. As representações sociais de gênero podem funcionar como véus anestésicos. Se a anestesia for exitosa, o sofrimento desaparece a ponto de provocar comentários risonhos e chistes.

A negação da violência anestesia o mal-estar que acomete as pessoas envolvidas, de modo que a violência tende a se repetir, se perpetuar e quase

¹⁸ Para explicar esse processo, Ravazzola utiliza o exercício de oftalmologia que demonstra a existência de um “ponto cego” na retina. “El ejercicio consiste en acercar un papel con una mancha y una cruz dibujadas, hasta que El sujeto – un ojo tapado y el outro enfocado en la cruz – deja de ver la mancha. Explica por qué no solo no vemos la mancha, sino que “vemos” la hoja blanca. Eso demuestra que no podemos registrar que no vemos porque nuestra “mente” construye una coherencia que no ES tal. Existe una discontinuidad perceptiva pero creamos la ilusión de una continuidad”. (2002: 89 – nota de rodapé).

contaminar. (Ravazzola, 2005: 90). Dar-se conta do mal-estar pode levar as pessoas a reagir e impedir que a violência ocorra.

Para Ravazzola, convém que os atores do “contexto”, os participantes da comunidade envolvida com a violência contra mulheres, revisem sistematicamente suas idéias e crenças a ponto de se evitar correr o risco de reforçar e sustentar situações violentas. Esse ponto nos interessa particularmente, ao tratar dos agentes policiais que, cotidianamente, se deparam com essas situações e que, por atribuição funcional, são chamados a intervir e interromper o ciclo da violência. Estes, como atores do “contexto”, correm o risco de, por causa das representações sociais que dão sustentação às suas práticas, poderem reforçar, involuntariamente, o ciclo da violência.

Abordando de uma outra forma, é possível dizer que a situação de anestesia pode ser confundida com consentimento. Nesse sentido, Saffioti, (2004: 80), citando Mathieu (1985), compreende que as mulheres cedem às agressões masculinas por serem detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens, todavia, não consentem, pois, para consentir precisariam desfrutar de igual poder que os homens.

Ao tratar do tema do consentimento e não cumplicidade, Bourdieu (2002: 47), considera que a violência simbólica se dá pela adesão do dominado faz à dominação, pelo fato de o dominado não dispor de outros instrumentos de conhecimento senão os do dominante, portanto, o dominado dispõe apenas dos mesmos meios do dominador para compreender a relação de dominação. Como um processo natural o dominado acaba por incorporar a relação de dominação.

Para Bourdieu, a violência simbólica não reside na consciência ou na vontade, mas nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem. Os dominados tendem a adotar sobre os dominantes e sobre si mesmos o mesmo ponto de vista dos dominantes. Romper essa relação implica a transformação radical das condições sociais que produzem tais tendências. (2002: 54).

Retomando Ravazzola, romper com as relações violentas implica dar-se conta do sofrimento, enxergá-lo e nomeá-lo, não ocultá-lo nem minimizá-lo.

Outra dinâmica, também chamada de ciclo da violência, atinge as mulheres, e são identificadas três fases por que elas passam nas relações violentas: tensão, explosão e reconciliação.

A primeira é a fase da acumulação de tensão. Nessa fase a mulher vivencia agressões que, aos poucos, vão se tornando mais graves e mais

frequentes. Comumente a mulher tenta amenizar a situação evitando contrariar o homem. A tensão e a angústia aumentam progressivamente à medida em que também crescem as agressões. Essa fase pode durar dias e até semanas.

A segunda é a fase em que explodem as agressões mais graves. Cresce o medo: medo do comportamento imprevisível e descontrolado do agressor, medo que a violência atinja os filhos, medo da morte. Essa fase costuma ser curta, porém intensa e muito violenta. Pode durar horas ou dias. Nessa fase a mulher pode acionar a polícia, ou pedir ajuda a parentes e amigos.

A terceira fase é a da reconciliação, em que a mulher volta para casa depois da “explosão”. Geralmente passa por uma fase de choque e de negação. Em seguida, vêm os pedidos de desculpas do agressor que se torna amoroso, doador de presentes e com promessas de mudança. Ambos minimizam a violência ocorrida e retomam o curso da vida até que novas agressões comecem. É comum nessa fase que a mulher, que, durante a fase da explosão, fez denúncia na delegacia, retire a queixa como demonstração de que ela está investindo novamente na relação, na esperança de ele cumpra as promessas feitas.

Essas fases podem se tornar cada vez mais curtas, quanto mais fortes forem as “explosões”. Todo o ciclo pode ocorrer em um ano, em um mês, em uma semana ou, até mesmo, em um dia.

Para as mulheres, a dupla cegueira é construída ao longo do seu processo de socialização.

As entrevistas com delegados, delegadas e escrivães

Durante as entrevistas, escrivães e delegados relataram casos não somente vivenciados no cotidiano profissional, como também o que pensam sobre violência contra as mulheres e suas causas.

Bruno declara: *Considero crime. Como qualquer crime, deve ser punido, mas eu acho que restringir a importância da violência doméstica a um mero delito e tratá-lo como um delito que chega à delegacia, instaura-se um inquérito, apura-se a autoria, a materialidade, leva-se ao Fórum, condena-se a pessoa, eu acho que não é efetivo, não para esse caso. É crime como qualquer desvio ao ordenamento. A violência doméstica está capitulada como crime, mas efetivamente não é o que resolve; nesse caso de violência, não é o que resolve*

porque o problema é muito mais abrangente do que isso. Pune-se, lavra-se um flagrante, obriga-se a mulher, às vezes, a tirar da renda familiar R\$300,00 ou R\$400,00 para pagar a fiança do marido, quando ele for para casa, ele estará mais nervoso ainda porque agora vai faltar R\$400,00 no orçamento. Quer dizer, o que se resolveu daquele problema? O que foi resolvido para aquela mulher? Em que se contribuiu para harmonia daquela família? Na minha opinião, em nada. Não que não seja uma esfera importante, mas ela acaba funcionando mais como uma intimidação do homem. Na minha opinião, ninguém deixa de fazer nada por medo, não é pelo medo, mesmo porque chega-se ao Fórum, tem-se uma suspensão processual, há o JECRIM que vai condenar a uma cesta básica, então, quer dizer, nem o temor será efetivo.

Ao manifestar suas considerações acerca da violência contra mulheres, o escrivão Bruno afirma que, embora seja considerado crime, não julga adequado realizar os procedimentos de rotina: instaurar inquérito e apurar os fatos. Não acredita que a aplicação da Lei resolva o problema porque, nesse caso, o agressor será preso e a mulher pagará a fiança para que este seja posto em liberdade. Bruno, vê nesse procedimento, um prejuízo para a família, fato que deixará o agressor ainda mais nervoso. Nesse caso, a polícia pode contribuir para a “harmonia” da família, não aplicando a Lei. As representações sociais sobre família como lugar de harmonia entre seus membros estão presentes na sua atuação profissional. Ao mencionar o JECRIM e a cesta básica, Bruno deixa transparecer que ainda está atuando com os procedimentos da Lei 9.099/95, já superados pela Lei Maria da Penha, conhecida por ele.

Carlos, mesmo tendo o cargo de chefia, não está impedido de fazer plantão e atender ao público. E afirma: *A gente atende, sim, mulheres em situação de violência. As violências mais comuns são a lesão corporal e as ameaças (...) mas já atendi casos de estupro, são coisas que ocorrem.*

Sobre a violência, ele relata: *Acho que todas as violências são graves, mas acho que o que deve marcar mais é o estupro e a lesão corporal. Acho que isso deve gravar mais e marcar mais as mulheres. Todas as violências são graves, mas acho que essas devem marcar mais. Eu acho que, no caso (...) da violência doméstica, o fato de ela ocorrer, na maioria das vezes, entre quatro paredes, é diferente de uma agressão ocorrida numa via pública, ou num bar, ou numa boate, ou num cinema, em um lugar público. A particularidade da violência doméstica é ocorrer sempre onde está só o casal, acho que é a particularidade disso (...). Toda agressão, para mim, é grave, mas existem agressões e*

agressões. Às vezes, a gente vê chegar aqui uma pessoa, com um arranhão e, de repente, você vê chegar uma pessoa aqui toda machucada, literalmente machucada, tanto é que, às vezes, a gente tem que pegar a pessoa à força e levá-la para o Pronto Socorro, porque ela não quer ir, às vezes até com fratura. Eu acho que depende da gravidade dos ferimentos, mas é como eu disse antes: qualquer agressão, ou um arranhão, um tapa foi uma agressão, mas aí a medida desproporcional da agressão leva esse homem... se essa mulher, se essa senhora voltar lá, esse cara vai matar ela, se ela já está toda arreventada aqui... aí é que entram as medidas protetivas, proteção policial....¹⁹

Carlos reconhece a especificidade da violência contra as mulheres que ocorre entre quatro paredes, mas, segundo ele, o que marca é o fato de não ter presenciado o ocorrido e desconhecer a verdade. Como não há testemunha, isso dificulta a investigação, porque a Lei assim o exige. Se a mulher não denunciar, não há outro denunciante. Ele compara a gravidade dos ferimentos com que as pessoas (mulheres) chegam à delegacia. Chama atenção para os casos em que há uma “medida desproporcional da agressão”, um exagero em relação a outros tipos de agressão, a ponto de a mulher precisar das medidas protetivas.

Nesta declaração, Carlos sugere que os casos de “arranhão” não recebem a mesma atenção que os casos de ferimentos graves, ... *no caso de violência, é que a gente está falando efetivamente de mulher, mas toda violência é algo inconcebível, a gente não consegue entender o porquê aconteceu. É que o ser humano, cada ser humano, é um ser humano, não tem como a gente distinguir, mas o que marca, às vezes, é (...) que a gente não presenciou o fato, a gente sente só o que a pessoa transmite para gente. A pessoa, às vezes, foi agredida em um momento de fragilidade, então isso marca muito e, às vezes, causa algum... Depois uma revolta, porque feito o registro, a mulher foi agredida, ela vem e faz o registro de lesão corporal. Agora, com a Maria da Penha, não, porque agora tem que ter o procedimento, mas, antes da Lei Maria da Penha, dependia da representação da vítima e o que ocorria? A vítima vinha, às vezes, até bastante machucada. A gente, primeiro, encaminha para o Pronto Socorro, para um Posto mais próximo, para os primeiros cuidados e, depois, ela vem para fazer o registro. Nesse primeiro momento, ela quer representar, ela quer que o companheiro seja processado; depois, passados alguns dias, ela vem até a mesma unidade em que ela fez o registro e diz que aquilo era mentira, não era*

¹⁹ As Medidas Protetivas são as ações previstas no Capítulo II da Lei 11.340/2006, abordadas na página deste trabalho.

bem aquilo que tinha acontecido. Então, às vezes, causa uma certa revolta, pôxa! Aí até aquela história de a pessoa ficar impune, porque a própria pessoa acaba querendo que aquilo fique escondido, sem que o procedimento tenha andamento.

No relato desse mesmo escrivão, é possível perceber o envolvimento do profissional em alguns atendimentos. Nesse momento da entrevista, ele ficou com os olhos marejados. Por um lado, ele revela compartilhar do sofrimento da mulher que se encontra num momento de fragilidade por causa da violência. Por outro lado, ele se revolta por não aceitar tal fragilidade que faz com que essa mulher retorne à delegacia para alterar a história registrada anteriormente. Seu relato revela duas imagens de mulher presentes na sua atuação profissional.

Dr. Antonio, por sua vez, ao falar da violência contra as mulheres, relata casos de sua vida profissional. O primeiro: *Eu tive casos pitorescos na minha trajetória, na minha vida de delegacia, casos impressionantes. Eu já vi pessoas não tão humildes, não abastadas, porém remediadas, em situações em que o homem bateu na mulher, aí ele veio à delegacia, mandei buscar a mulher, e eu perguntava: 'o que houve? O que não houve? O que é? O que não é'? Até que os dois acabam... Ele chega e começa a chorar e fala que só ela quer vir por cima, só ela quer vir por cima. Veja se isso é motivo para ele bater nela? Não é. Mas é motivo para ele bater nela, por quê? Porque ela atingiu o ponto principal dele e ele se desequilibrou. Então, como eu havia dito antes, no começo, eu tento olhar pelo aspecto da lei, o que é a situação para o agressor e o que ela é para quem foi agredido. Porque nem sempre aquele que foi agredido, na acepção da palavra aqui, é vítima, porque ela pode ter provocado uma situação, ter criado uma situação e, quando ela apanhou, ela passou a ser vítima. Aí o camarada perdeu a razão, mas até então ele tinha razão; mas, quando ele agrediu, a razão dele ficou em nenhuma. Mas, antes, onde ele ia cobrar essa razão dele que é puramente emocional? Ele não tem recurso para cobrar, ele não paga o psicólogo. Nem aquele que é rico entende dessa forma, ele entende que a mulher regulou ele, que as menininhas da rua dão mais carinho para ele, tratam ele como um rei, ele se sente um super-homem e, com a mulher dele, em casa, ele sente distância. Não é distância, é que, quando os dois se juntam, vêm os problemas, conta para pagar, é dificuldade, é uma série de situações. Então esse é o problema.*

Para Dr. Antonio, as necessidades dos homens, ou seja, o carinho, a atenção, a satisfação do desejo sexual e de ser tratado como um rei, parecem

ser mais importantes do que as necessidades das mulheres. Estas precisam apenas do reconhecimento do trabalho doméstico. Em nenhum momento, ele fala das necessidades de carinho que a mulher possa ter. Ele não só hierarquiza as necessidades, como também não reconhece a mulher como alguém com desejos sexuais a serem satisfeitos também, como se ela fosse assexuada. É um relato que absolve a pessoa do agressor. O delegado se identifica com o agressor e demonstra que há situações em que o homem teve motivos para agredir a esposa por ter sido “atingido no ponto principal que o desequilibrou”. Para ele, o que desequilibra o homem é sentir-se inferiorizado, diminuído, sem poder e sem controle sobre a situação. Este é o ponto: a questão do controle e do domínio. Isso ficou evidenciado na relação sexual, quando a mulher se colocava por cima de seu corpo ao praticar o sexo, por exemplo. O delegado lhe dá razão. Houve um deslocamento do papel da mulher, presente nas representações sociais sobre o exercício da sexualidade, mas não só. As representações sociais que legitimam o poder e o controle masculinos também foram alteradas. O delegado afirma que isso desequilibrou o homem. O delegado, querendo compreender a situação, acaba justificando a ação do agressor. Nesse relato sobre a violência contra as mulheres, é visível a representação da hierarquia de gênero.

A sociedade, fundamentada na desigualdade de gênero, atribui ao homem o papel sexualmente ativo, de sedutor e viril. É ele quem deseja e controla o ato sexual, ela é apenas o objeto de desejo. É assim que funciona com as “meninhas da rua” que dão mais carinho para ele, tratam-no “como um rei” fazendo-o sentir-se um “super-homem”. Essas são representações sociais que afirmam superioridade dos homens sobre as mulheres. Essa situação independe de classe social, pois até o casal que tem seu espaço íntimo privado não está isento desse tipo de conflito.

No segundo caso, Dr. Antonio relata situações de incesto e abuso sexual de criança e de adolescente: *Então daí é que acontecem os desentendimentos, é que acontecem os problemas da violência: é aquele camarada que tem três, quatro filhas que ele entende que a filha é dele e ele tem direito de ter relações com ela e ninguém na família reclama com medo disso tudo. Então, é uma outra situação, uma outra história. E há casos de que a gente não toma conhecimento. Há casos em que a filha carrega aquilo. Ela acaba casando, tendo filhos e não contou para ninguém que o pai abusava dela, por quê? Porque o pai também não tinha para onde ir, ou então ele ficou viúvo, ou a mãe não estava, a mãe foi trabalhar, ele chega em casa, um trabalha de noite outro trabalha de dia. Então*

ele cobra essa necessidade, para ele é uma razão absoluta de fazer, ele não fez nada de mal, para ele é direito dele, é a filha dele, ele pode fazer. É uma cabeça, estamos falando de uma pessoa ignorante. Agora vamos falar de outra figura - uma psicóloga poderia estar falando melhor - que é aquele que tem a famosa excitação ou interesse pela filha, pela maneira de ela se vestir, a maneira como ela se expõe, uma sobrinha, ou outra menina que convive na casa, que desperta uma outra coisa no camarada que é aquele famoso bichinho cupim que eu chamo, é um cupim que dá na cabeça do homem e também da mulher porque existem moças que ficam dando em cima até que a coisa aconteça. Então é isso. Isso é incontrolável.

O delegado fala de duas situações de incesto como se fossem diferentes, contudo, são iguais. A primeira situação é a do homem que tem quatro filhas, a esposa está ausente por motivo de trabalho ou morte, e ele, por ignorância, segundo o delegado, satisfaz suas necessidades sexuais com suas filhas porque em sua "razão absoluta" e no "direito" de pai, "pode fazer isso". A outra situação é a do homem que se excita por causa da maneira de vestir da filha, sobrinha ou outra menina. Neste último caso o delegado desloca a responsabilidade para a menina pela maneira de vestir-se, pela forma como se expõe ou pelo modo como "dá em cima" dos homens. Eles não conseguem se controlar. De novo, ele salva a imagem do agressor.

E continua: Eu não saberia dizer, na minha experiência, eu já vi e sei identificar isso, mas a razão que leva a isso é a carência? É lá no passado? É porque ele foi abusado, ele viu que está dentro dele? É uma coisa difícil de você avaliar e, quando você tem uma ocorrência desse tipo, o que fazer e como fazer? Qual é o correto? É simplesmente colocar o camarada na cadeia e mandar a mulher para casa com os filhos, já que aquele cara na cadeia é a única fonte de renda dela?

Ao questionar os motivos pelos quais pode ocorrer o incesto, o delegado, no momento de prender o criminoso e cumprir a Lei, leva em consideração a dependência econômica que a esposa tem dele. Ele não acredita na capacidade da mulher de manter a família. Na continuação do relato, o delegado transforma a queixa da mulher em desabafo e desqualifica o crime: *Ela vai passar fome e ela vem na porta da delegacia e faz um "puxa" de um escândalo, que estão segurando o marido dela, que ele tem coisa para fazer e não sei o quê, que não se pode prender ele, que ele é trabalhador, que ele cuida da casa, que ela estava nervosa, que não pode fazer...percebe? É complicado esse comportamento.*

Então você prende a pessoa e a família se revolta contra quem prendeu, mas ela não tinha para quem fazer uma queixa, então ela veio desabafar; mas, no dia seguinte, ela não quer mais. Então são raros os casos em que ela vem, cai em si, fala eu quero, vou processar, vou representar, eu quero ele na cadeia, vou cuidar da minha vida. São raros. Mas você pega uma mulher humilde, ela faz faxina, ela não tem onde deixar os filhos, praticamente ela paga a menina da vizinha para tomar conta dos filhos aí o que ela ganha, uma parte ela tem que pagar, não tem o que comer, ela não vê os filhos. Então, é um problema social que eu apoio e tento apoiar associações, entidades... Eu estou desenvolvendo um projeto para criança, para idoso, para inclusão social, inclusão digital, para centro de convivência do idoso. Eu estava fazendo um projeto para criança, mas a gente esbarra em tanta coisa, e você chega à seguinte situação: de mil, você vai conseguir beneficiar apenas cem.

Fica subentendido, na declaração do delegado, que, nessas circunstâncias, a solução não é a intervenção policial, mas a intervenção social e, por isso mesmo, ele se dedica e apoia trabalhos sociais no município. O abuso sexual de crianças e adolescentes, “aquela excitação ou interesse pela filha”, fica esquecido e vira objeto de projeto social.

Segundo Debert e Oliveira,

os casos enviados pelas Delegacias da Mulher para os Juizados são caracterizados pelos seus agentes como de caráter mais ‘social’ do que ‘criminal’. Nesse sentido, os acusados não seriam propriamente criminosos. O que está em questão não é a diferença entre as agressões sofridas, mais ou menos graves, mas a posição que esse tipo de crime ocupa na hierarquia da criminalidade em geral. (2007:325)

No terceiro caso, Dr. Antonio relata uma situação semelhante à primeira: *Eu tive um caso interessante, vale a pena contar, esse em que a mulher, só ela queria vir por cima, ela machucava ele, então ele não tinha uma relação tranquila. Então, durante muito tempo ele se sentiu machucado, prejudicado, nervoso e sem vontade até.*

O delegado pode até estar se referindo ao mesmo episódio, porém, chama atenção a repetição. Nesse exemplo, ele aponta para a insatisfação sexual do homem que o procurou na delegacia. Aqui, o foco não é tanto a questão do controle e do poder, como na versão anterior, mas a questão do direito à satisfação sexual. Como no primeiro caso, ele transforma o agressor em vítima.

Relato do quarto caso: *Eu tive um outro caso interessante, tive vários, diversos, que fogem do comum, eu estou contando esse porque foge do comum.*

Eu tive um caso em que veio a mulher, ela reclamou muito que o marido bateu, que o marido fez, que o marido aconteceu. Eu chamei a polícia, peguei uma viatura, isso já se vão lá uns 20 anos. Eu pequei a viatura e mandei chamar o camarada. Quando ele veio, veio ela também e mais uns quatro, cinco filhos, todo mundo com sacola de feira na mão, porque próximo da delegacia tinha uma feira. Aí eu perguntei: 'mas espera um pouco, vocês queriam condução para feira ou é um outro tipo de coisa?' Ela falou: 'não, não, é que depois eu vou para a feira.' E ele sempre gritava: 'eu quero justiça, justiça, justiça.' Tudo o que se perguntava para ele, ele ficava nervoso, eu percebia seus lábios trêmulos e ele falava: 'justiça, justiça, justiça'. E eu percebi que havia alguma coisa. Então eu o chamei, pedi para que ele ficasse mais distante e ele falava justiça, justiça, justiça. Era um senhor nordestino, via de regra eles são mais fechados, são mais... eu não diria bronco, são mais rústicos. Aí eu perguntei para ela: 'me conte do começo, quando começou isso?' Aí ela falou para mim: 'olha, depois que eu tive hemorróida, é que ele ficou assim.' Eu falei: 'como?' 'É, depois que eu tive hemorróida que ele ficou assim. Não, depois que eu fiquei doente é que ele ficou assim.' Eu perguntei novamente o que ela tinha tido. Ela respondeu: 'Ah, eu tenho hemorróida.' Aí eu matei a charada, lógico. Aí eu fui conversar com ele, e expliquei para ele o que era uma hemorróida, que eu também tinha, que isso era uma coisa normal. Ele pensava que existia alguém que estava fazendo sexo anal com ela. E que a pessoa que fez... por isso é que ela ficou daquele jeito. Então, na cabeça dele não era uma doença. Então eu mostrei para ele que era uma doença, que era comum, como tratava, o quê que era, expliquei, expliquei, expliquei, expliquei...

Esse relato chama atenção por dois aspectos. Pela quarta vez, o delegado dá exemplo de problemas na relação sexual como causa da violência contra a mulher e, por quatro vezes, desculpa o homem por sua ignorância. Em todos os casos, o delegado transforma o agressor em vítima.

O fato de a mulher vir à delegacia com os filhos e sacola de feira revela que a mulher não pode se furtar ao seu papel no cuidado da família e da casa. É comum o fato de que mulheres que sofrem violência, ao decidirem comparecer à delegacia, ou procurar ajuda no Centro de Referência de sua cidade, fazerem-no

entre o horário de levar e buscar os filhos na escola²⁰, já que não podem descuidar de “suas obrigações” atribuídas como mães e donas de casa.

O Bruno relata: *...houve um caso recente de um rapaz que chegou bêbado em casa e a mulher deu uma vassourada nele. Ele pegou a filha e veio para delegacia descalço, com a filha no colo, só de bermuda e a mulher de camisola seguindo ele. Inclusive depois nós fomos levá-los em casa pensando que eles tivessem vindo da esquina, mas eles vieram de um bairro daqui, XXXXXXXX, é inacreditável como eles vieram os dois descalços, chegaram aqui - acho que tiveram que colocar os pés numa salmoura, coitados, de tanto que eles andaram. E o cara, na frente, dizendo que não ia deixar a filha lá, ela vindo atrás, e o cara querendo registrar. Na verdade, esse caso é o contrário, porque o cara tomou uma vassourada.*

A solicitação feita ao escrivão é que relatasse um caso de violência contra a mulher que tenha lhe chamado atenção, no entanto seu relato se refere ao caso de um homem que sofreu a agressão da mulher. O escrivão acha graça, enfoca o aspecto hilário do caso e ausenta do seu relato os casos de mulheres que sofrem violência.

Sobre os tipos de violência e os prejuízos para as mulheres, alguns pensam que a pior de todas as agressões é o estupro. Bruno relata: *Eu acho que, na verdade, dos crimes, o estupro ainda é o pior, bem pior que a violência doméstica, bem pior. Acho que o ato de entrega... a mulher, ela enxerga a entrega do corpo dela, a entrega do ato do amor como algo pessoal e faz disso um episódio importante da vida dela. Você se vê subjugada a um estranho, pelo poder de uma arma, acho que isso é o que atinge uma mulher psicologicamente, atinge fisicamente, acho que é mais complicado porque não há dupla, é um estranho. A violência doméstica, por mais evasiva que seja para a mulher, aquele é o homem que um dia ela amou, que ela levou para dentro de casa, que ela construiu uma família, e eu acho que, no fundo, essa é a opinião minha, eu acho que, no fundo, vai ser sempre o homem que ela acredita que ela vai terminar a vida de uma maneira melhor. Eu acho que até as mulheres que vêm até à delegacia, acho que elas vêm aqui mais com a vontade de que o medo faça dele o marido por quem ela se apaixonou um dia.*

Para ele, as mulheres sofrem menos quando atingidas por um agressor conhecido do que por um desconhecido. A agressão praticada pelo homem que

²⁰ Relato feito por Dr^a Eliana Vendramini, promotora de justiça, em 17/11/2009, no Seminário “As diversas falas sobre a Lei Maria da Penha”, promovido pelo NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da USP.

ela ama lhe causa menor dano, porque ela sempre vai amar esse homem. Com essa compreensão, ele não reconhece o comportamento das mulheres que rompem a relação por causa da violência sofrida. A imagem que ele tem das mulheres que procuram o distrito policial é a de que elas acreditam num final feliz com o agressor. Outra imagem contida nessa declaração é a da relação sexual por amor, que reforça o mito da "entrega" do corpo num "ato de amor", como se não fosse considerado o prazer.

Da mesma forma, Dr. Celso, acredita que o estupro seja a violência que deixa sequelas para o resto da vida: *... pode ser o estupro, acho que é um dos piores, é o que mais marca para o resto da vida; mas qualquer um, talvez se você levar um tapa na cara bem dado, você não vai esquecer nunca mais na vida, mas acho que o que mais marca é o estupro porque até, às vezes, a mulher precisa de um tratamento psicológico depois, depende da forma...*

Apontar o estupro como a pior violência que as mulheres podem sofrer pode indicar que seja violência seja pior para as mulheres, mas também pode indicar que seja a pior para os homens com quem tais mulheres mantêm relacionamento. No imaginário coletivo, ainda perdura a imagem do homem como proprietário do corpo da mulher, haja vista o que ocorre nos presídios com os homens que cometem esse tipo de crime. Estes são estuprados pelos demais detentos como castigo, considerando que suas mulheres, a qualquer momento, podem ser abusadas sexualmente. O estupro é indesejado também para os homens.

Sobre os casos de mulheres em situação de risco de morte, o escrivão Bruno... *Isso eu não cheguei a atender, não. Na verdade, os casos de agressões que eu peguei, a maioria foram casos superficiais. Nós temos aqui, nos finais de semana, uma área de periferia, uma área referente ao sexto distrito, onde tem o XXXXXXXX, uma área periférica mesmo. Então, a maioria dos casos de violência contra a mulher é relativa àquela área e nada muito grave.*

Bruno identifica os casos atendidos como "superficiais".

Para Alexandra: *partindo de quem se gosta não existe nem pior e nem menor. Então, eu falo que partindo de quem gosta... deve ser terrível, deve ser muito difícil e, havendo o sentimento, ainda deve ser muito pior um tapa, um xingo, uma ameaça, uma coação. Deve ser muito triste.*

Para ela o que agrava a violência sofrida pelas mulheres é o fato de essa violência ocorrer nas relações afetivas. Isto torna pior o sofrimento.

Luiz, por sua vez, entende que *a violência física é o grande fato a se combater, mas em si, algumas vezes até violência mora; às vezes, são ameaças reiteradas, o cara faz a cabeça da mulher, domina a pessoa por medo, mas é mais uma questão... Já não é uma questão só nossa, mas é mais uma questão psicológica porque, tanto o agressor como a vítima de agressão têm que passar por um tratamento, porque a pessoa se deixa dominar por uma pessoa que fica ameaçando constantemente, então é uma situação complicada.*

A declaração de Luiz aponta para a dominação masculina por meio, das "ameaças reiteradas". Afirmar que essa questão não é só da competência policial, mas exige tratamento psicológico para ambos revela a simplicidade com que o escrivão aponta a solução do problema. Ele não se coloca a questão da dominação masculina. Se o homem agressor domina por meio de ameaças constantes, teria esse sujeito disposição para um tratamento psicológico? Teria vontade de repensar e mudar seu comportamento? Seria uma negociação fácil? Ele desloca a complexidade da questão social para um problema individual. Ele remete ao tratamento porque "a pessoa (mulher) se deixa dominar por outra" (homem). É necessário nomear as "pessoas". Trata-se do homem que domina e da mulher que é subordinada, portanto numa relação desigual. A expressão "se deixa" sugere a idéia de permissão e consentimento.

Para Mathieu

A única possibilidade de falar em consentimento à dominação é falar do consentimento dos dominantes que possuem além dos benefícios o "privilegio de forjar o imaginário do real, no qual se ostenta a legitimação de seu poder". Oprimido e opressor não são sujeitos com consciências iguais porque estão em situações opostas. (Mathieu, 1985:231, apud Garcia, 1995:14)

E Bourdieu lembra que

Os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez em algumas vezes, que elas *escolhem* adotar práticas submissas ("as mulheres são seus piores inimigos") ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas "se deleitam com os tratamentos que lhes são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à "submissão", dadas por vezes como pretexto para "culpar a vítima", são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. (2002: 52)

O escrivão continua: *é difícil a gente entrar na cabeça de cada pessoa. Analisando, alguns psicólogos dizem que isso é repetição de atos que aconteceram na infância dessas pessoas. O pai batia na mãe dele, ele acha que isso é legítimo e repete essa história. Eu creio que a maior parte disso aí é isso aí, são pessoas que vieram de família que não tiveram formação tão sólida, não tiveram valores e tentam formar a família e repetem os erros dos pais. Isso aí é uma questão que a gente... não se identifica-se assim um motivo valoroso para (...) a agressão. Eu acho que, se a pessoa não está feliz, pega sua malinha e vai cantar em outra freguesia, mas eles não veem isso, parece que têm que ficar juntos mesmo vivendo um inferno. É uma coisa que não se entende. O sofrimento humano nos toca, desde uma briga, não é... tudo é importante na medida em que, às vezes, eu fico preocupado porque há casos em que uma aparente... uma situação banal se transforma numa violência absurda, então isso nos toca e a gente precisa tomar mais cuidado em relação a isso. Há casos que, com o agravamento dessa agressão... antigamente o cara batia e ficava por isso mesmo. Delegacia, não vai dar em nada... agora, com esse temor de ir para cadeia, há casos em que o cara volta, ameaça a mulher, bate mais ainda, diz que vai matar, isso nos deixa apreensivos. Eu pergunto ao delegado: 'Doutor, o que a gente vai fazer agora? Vamos pedir a prisão desse cara? É um caso para prisão? Porque é uma situação que nos deixa em estado de alerta mais ainda.*

Para Luiz, a violência decorre da socialização em família na qual a violência era constante. O modelo da violência foi aprendido. O escrivão também incorpora a versão de uma violência justificada: "quando há um motivo valoroso". Ainda nesse relato, Luiz revela que se sente tocado pelos casos de violência, pelo sofrimento humano. Conforme Ravazzola (2005), o sentimento de mal-estar é o disparador para se interferir e interromper o ciclo da violência. Nesse caso, porém, o escrivão se preocupa com o "agravamento dessa agressão" porque, com a Lei Maria da Penha, o agressor pode ser preso e essa situação o deixa apreensivo. Diante disso, ele e o delegado se perguntam se devem pedir a prisão do agressor. Na possibilidade de agravamento da agressão, seria "um caso para prisão"? Qual a competência para decidir se o agressor vai ou não ser detido? Luiz apresenta um dilema, porém a Lei Maria da Penha, atual legislação que julga os casos de violência contra as mulheres, dá os indicativos para a atuação da autoridade policial. As representações sobre família, no entanto, fazem com que Luiz desculpe o agressor porque ele vem de uma família sem "formação sólida".

Alguns policiais acreditam que a violência física seja a mais prejudicial para as mulheres. De acordo com Bianca, é ... *física mesmo. Mulheres que vêm com o olho roxo, com vergonha de trabalhar. Acho que é a violência física, mesmo. Moral também é péssima porque acaba sendo uma coisa que não tem uma repressão; ela sofre, todo dia, uma violência moral: o homem não entende, despreza, chama de gorda, de lixo; aí ela guarda, guarda, guarda. Eu acho que isso até se torna uma coisa fixa, ruim para ela. Eu acho que a violência física ainda é pior, porque ela pode se livrar da violência moral, ela pode se livrar do traste e ir embora.*

Também para Dr. Felipe *todo tipo de violência é ruim, mas eu acho que a pior violência é a agressão, realmente, que é a gota d'água de a mulher vir à delegacia, porque, quando ela é constantemente humilhada, parece que ela consegue suportar mais esse tipo de humilhação; mas, quando passa para a fase da agressão, eu acho que é o momento em que ela nos procura.*

Dr. Benício também acredita que *no geral, é a violência física mesmo, tanto a agressão quanto a violência sexual, eu acho que seria para a mulher o mais grave, afeta mais ela.*

"... a violência física se nutre e reforça as muitas violências por meio das quais a sociedade assegura que a mulher esteja sempre por baixo e não subverta a ordem vigente (...) é a ponta visível de um iceberg de violências sutis, disfarçadas". (Azevedo, 1985: 24).

Longe da pretensão em hierarquizar os tipos de violência, a declaração desses policiais traz à tona a violência tornada pública. A mulher sofre sozinha a humilhação e ninguém vê. A agressão física, quando deixa marcas, registra, inscreve no corpo a violência sofrida. O sentimento vivido é de medo e vergonha. Isto pode tornar a agressão o pior tipo de violência.

Dr. Benício continua: *A maioria dos casos são casos reiterados de agressão. É rara a situação em que a mulher chega e quer dar continuidade. Depende. Geralmente esse tipo de agressão, ou não causa lesão, ou é lesão leve. Vamos supor: se for grave, a mulher não tem mais essa opção de não querer. A nossa obrigação é tocar com outro jeito. A maioria das vezes que a mulher não quer é a clássica agressão que não deixou lesão, ou lesão leve. É difícil a mulher chegar aqui, depois de quinze dias, e dizer: 'eu quero, eu quero continuar', é meio difícil. O cara fica com medo também, pede desculpas, acaba tudo isso, mas ele acaba batendo, depois de seis meses, um ano, ele acaba batendo.*

O relato evidencia o ciclo da violência, desconhecido ou desconsiderado pelo delegado. Ele sabe que a mulher continuará apanhando, porém não menciona qualquer articulação ou parceria com outros serviços que possam atender e acompanhar a mulher no processo de rompimento da violência: *o que compete a gente é aplicar a lei. Acho que, por essa razão, na Lei Maria da Penha tem um artigo que diz que a renúncia ou representação só pode ser efetuada perante o juiz, acho que para evitar esse tipo de coisa. O juiz dirá: 'você tem certeza? Não quer representar? Tente se convencer bem disso'. Isso porque havia muita renúncia.*

Dr. Benício aplica a Lei somente se a mulher quiser representar contra o agressor, ao contrário da orientação dada pela Lei Maria da Penha.

O mesmo delegado compara dois casos: *são dois lados opostos. Tentar fazer justiça no caso da mulher que foi esfaqueada e morreu e o caso das pequenas agressões em que a mulher não quer, geralmente ela não quer dar andamento. Ela vem na hora da raiva, mas ela não quer dar andamento.*

A menção à "mulher que foi esfaqueada e morreu", refere-se a um caso de sua experiência profissional relatado durante a entrevista: *Eu estava em XXXXX, o fato aconteceu num sábado. Na verdade, o crime foi na segunda (...) estava trabalhando na segunda. (...) A mulher morava junto com o companheiro, ele vivia ameaçando-a e agredindo-a e ela tinha umas ocorrências lavradas. Ele sempre a ameaçava: 'se você for embora, eu te mato'. Naquele sábado houve uma discussão entre eles e a polícia militar foi acionada no local (...) eles orientaram o autor, o marido, para que ele não ameaçasse a esposa, não devia agredir porque ele poderia responder a processo criminal e não conduziram as partes para delegacia, apenas esperaram a mulher. Ela pegou as coisas dela e foi para casa do pai. O pai era caseiro numa chácara em XXXXX. (...) E o que aconteceu? Isso foi no sábado. Na segunda-feira de manhã, ele entrou pelo fundo da chácara, ele estava com duas facas, a mulher estava estendendo roupa no varal, ele foi lá e matou a mulher, esfaqueou a mulher. Então foi uma coisa muito revoltante, porque a gente... na segunda-feira, eu estava de serviço em XXXXX, fui chamado ao local. A mulher era pequeninha, a mulher era magrinha, eu achei que foi uma covardia o jeito que ele matou, parece que matou um bicho, uma coisa covarde! E a mulher era aquela mulher direita, aquela dona de casa. E ele, depois que matou a mulher, ele falou: 'vou me matar agora', daí ele pegou a faca e enfiou na barriga, só que ele enfiou um pedacinho, doeu e parou. Na mulher, ele deu quatro ou cinco facadas; nele ele só colocou a*

ponta, doeu e paro. Daí ele tentou sair correndo e, acho que ele caiu por causa do ferimento e os policiais o pegaram e o levaram ele para o Hospital XXXXX em XXXXX. Daí me avisaram, eu fui ao local, eu vi que estavam as duas facas no local, a mulher caída morta lá na grama, as duas facas, uma grande e uma menor de desossar, de cabo branco. Daí eu pensei 'ele está no hospital'... daí eu até, por uma questão, é..., eu não precisaria nem autuá-lo em flagrante porque, na verdade, tecnicamente falando, ele estava socorrido no hospital, não foi conduzido à minha presença como autoridade policial preso, não foi conduzido. Pode ser que, se tivesse outra pessoa no meu lugar lá, 'ah! eu vou fazer o boletim de ocorrência, depois eu instauro lá na frente' ... Mas eu fiquei tão revoltado com aquela situação que eu peguei o escrivão da minha delegacia, porque a gente tem tudo, computador interligado, on-line, mas eu peguei o escrivão, peguei a máquina de escrever, fui lá no Hospital XXXXX porque, ele estava lá, depois peguei as facas, certo? Porque eu sei como é o ritual das coisas, eu sei como fazer para condenar alguém, eu levei as facas porque eu sei que, lá na frente, as coisas podem mudar; após a atuação de advogados as coisas podem mudar; então, eu levei as facas... Inclusive um médico não queria que eu interrogasse lá o fulano. Discuti com o médico e ele falou que era minha responsabilidade e eu falei 'é minha responsabilidade'. Eu entrei lá, ele estava na maca e perguntei: 'com qual das duas facas você matou a mulher?' Ele disse: 'não porque eu...', 'qual das duas facas?' Ele falou: 'a de cabo branco'. 'A de cabo branco?' Daí o escrivão do lado escreveu que realmente tinha matado a sua mulher utilizando a faca de cabo branco. Ele não queria falar, mas, a partir do momento em que o médico saiu da sala, ele assinou a confissão. 'Ah! eu não posso assinar porque' ... 'você pode sim'. E assinou. Ele está preso até hoje. Eu acho que, naquele dia, eu cheguei em casa e falei 'hoje eu fiz justiça'. Foi uma das poucas vezes em que eu tive essa sensação.²¹

O delegado afirma que lida com diversos tipos de casos e que precisa conseguir dar o atendimento correto para cada caso. O assassinato e "uma pequena agressão" são colocados como "dois lados opostos". O relato do delegado sugere que apenas o assassinato seja considerado crime e, portanto, investigado, apurado e julgado. Para a "pequena agressão", o delegado usa outro procedimento, espera o desejo da vítima de representar contra o agressor.

²¹ Após o relato, fez-se um silêncio. Percebi que o delegado estava com os olhos marejados.

Ambos os casos já estão previstos no Código Penal e na Lei 11.340/2006, respectivamente. Para Dr. Benício é um desafio atender corretamente cada caso.

Segundo Zanotta,

... no senso comum, a idéia de assassinato remete a um fato gravíssimo, mas alude à idéia de um evento extraordinário e único. Quando esta idéia é trazida par o campo das violências, pode reforçar o sentido de que os assassinatos são inadmissíveis, mas não os atos violentos leves, eventuais e circunstanciais. O assassinato é pensado como inadmissível, mas não aponta, por si só, sua possível inscrição num quadro crônico de sistemáticas 'grandes e pequenas' violências. O sistemático e cotidiano 'hábito' de bater nas 'mulheres' ou de 'apanhar dos maridos' fica mascarado na sombra do silêncio e no suposto entendimento da leveza das injúrias diante da eventual e grave ocorrência do homicídio. (2002)

Além das observações já feitas, chama a atenção o olhar do delegado para a mulher: "pequeninhinha", "magrinha", "mulher direita", "dona de casa". Matar uma mulher como se matasse um bicho, é covardia. O tipo físico da vítima e o fato de ele tê-la reconhecido como "mulher direita" e "dona de casa", remetem às representações sociais sobre mulheres indefesas, o que pode ter sugerido sua ação ao colher o depoimento do assassino. O delegado ficou muito emocionado ao relatar este caso.

Em outro momento, ele faz outro relato: *Eu tenho aqui um caso gozado. A mulher chegou, os dois estavam se agredindo na estação (de trem). Mas, quando a gente fala de agressão, acho que seria interessante você acompanhar o dia da dia, por exemplo, de uma DDM, porque aqui tem pouca ocorrência, então, às vezes, não aparece nada, você fica aqui dois, três dias, sem esse tipo de ocorrência. Nós temos um plantão mais tumultuado aqui, mais movimentado. É até bom você acompanhar. Ver bem o que é, porque eu costumo dizer que, às vezes, a vítima não é tão vítima assim. Então, sentir, ver como é nossa dificuldade, você mesma vai chegar à conclusão de que é difícil. A gente tem que separar o joio do trigo. A mulher e o marido estavam se pegando na estação. Marido? Companheiro? Os dois embriagados se pegando na estação. Trouxeram eles para cá. Ela não. Levaram ela para o Pronto Socorro e trouxeram o cara para cá. Isso. Aí ela chegou aqui e estava embriagada, ela chegou aqui e estava com uma faixa na cabeça e o cara eu coloquei lá para dentro. Eu perguntei: 'mas o que aconteceu?' Aí ela falou: 'a gente tá sempre brigando, e hoje eu fui para XXXXXXXX, quando eu voltei, ele pensou que eu tivesse ido ver outro homem, quando eu voltei, ele me agrediu.' Só que ele estava machucado pela mulher também. 'Ele me agrediu, e eu quero que o senhor deixe ele preso porque ele vai me matar, ele vai me matar, ele vai me matar.' Sempre me vem a figura do caso*

do cara que esfaqueou a mulher. Matou. Sempre me vem essa coisa na cabeça. Pôxa! De mil ameaças, novecentos e noventa e nove não se concretizam. Mas tem uma que se concretiza.

Neste momento o delegado faz referência à mulher que foi assassinada após terem sido lavradas algumas ocorrências.

Nesse caso "gozado", Dr. Benício sugere à pesquisadora que acompanhe o cotidiano da DDM, onde aparecem muito mais casos. O relato mostra que, embora ambos estivessem machucados, a mulher é que foi levada ao Pronto Socorro e isso indica que necessitou de cuidados médicos. A agressão se deu por ciúme e desconfiança do parceiro. A mulher solicita a prisão do parceiro porque diz que ele irá matá-la. No relato do delegado, a mulher fez essa afirmação três vezes. Isso o faz recordar da mulher que foi esfaqueada porque a polícia não agiu a tempo; contudo, ele procura separar "o joio do trigo", para perceber que "a vítima não é tão vítima assim". Desse modo, o delegado sugere que o agressor não é tão mau quanto possa parecer.

Dr^a Denise aponta a violência moral e psicológica como mais grave para as mulheres e, às vezes, as mulheres não enxergam saída e tentam o suicídio: *Vou me basear numa situação, não que seja a mais grave, mas é contínua e longa, um processo longo, ou seja, a ofensa moral. Vou te dar um exemplo muito básico que eu tenho. Uma mulher é casada há trinta anos e há trinta anos ela é ofendida moralmente: 'você não presta, você não vale nada.' Ela ouve isso há trinta anos do homem que está com ela, então ela começa a ficar deprimida, ela entra num quadro de depressão. Aí ela vai para o posto de saúde. No posto de saúde, os médicos passam remédios, então ela tem um saquinho de remédios. Esses remédios apenas não resolvem o problema dela porque ela teria que fazer terapia. Aí ela não aguenta mais e vem à delegacia, com o saquinho cheio de remédios. Isso não é uma, são várias dizendo que não aguentam mais, que agora nem os filhos a suportam mais porque ela só chora, o marido não a aguenta porque ela está num quadro de depressão e está viciada nos comprimidos, que não a levam a lugar nenhum, ela sempre tem que ir ao posto, sempre pegar os comprimidos. Então, eu acho grave porque é uma coisa longa, que não a cura. A mulher, com trinta anos de casada, não quer se separar desse homem, mesmo porque ela não tem formação, ela não tem como se sustentar, durante a vida inteira ela cuidou do lar, do marido e dos filhos. Os filhos foram embora, não a suportam mais, ela acaba vivendo só com esse homem que sempre a xingou, sempre a menosprezou. Então, daí, o que ela tem a fazer? Ela*

fala 'eu não aguento mais.' Muitas partem para o suicídio, ou injeção medicamentosa, tomam todos os comprimidos de uma vez só. Você tem muitas mulheres deprimidas, principalmente na fase da menopausa, que começa depois de muitos anos de casada. É nessa fase. Então você não tem o setor público no atendimento (da saúde). Eu já falei para muitos médicos sobre isso, eu acho um absurdo o que eles fazem, eu não concordo com o fato de entupir a mulher de remédios porque isso não vai surtir efeito. Ela precisa falar. Ela precisa colocar isso para fora, ela precisa fazer uma terapia, ela precisa entender que ela presta para alguma coisa, que ela vale alguma coisa como ser humano e, de repente, partir para uma terapia de casal, por que não? Para que esse homem perceba o mal que fez a essa mulher. Então, eu acho que essa é uma das mais graves, em que a mulher chega a ponto de querer se matar. Porque a violência física, você apanha hoje, fica com hematoma, você vem aqui e a gente procura resolver seu problema. O homem é penalizado, ela pode ou não voltar com ele. Dói? Dói muito, na hora, mas aquilo passa. Mas essa violência moral, eu já digo para você, ela não passa nunca, a mulher carrega isso com ela e ela se acha um lixo, ela chega a se achar um lixo. Então você já traumatizou essa mulher por completo. Qual é o recurso para minimizar isso? Entendeu? Então eu acho assim, a violência física é possível resolver. A tentativa de suicídio é um atentado contra a vida, mas eu digo assim, uma coisa longa, permanente, para mim, é a questão moral, psicológica que detona uma mulher, porque ela vai descobrir lá no final, quando ela já não está aguentando mais.

Para esse tipo de violência, Dr^a Denise apresenta como tentativa de solução a terapia de casal para que "o homem perceba o mal que fez à mulher" e para que esta entenda "que ela presta para alguma coisa, que ela vale alguma coisa". A terapia não é sugerida como instrumento de fortalecimento e autonomia da mulher para que rompa com essa relação, para se perceber como sujeito de direitos e posicionar-se de modo diferente na relação.

Adriana, por sua vez, ao falar da violência contra mulheres, declara *que eu não penso em relação a homem-mulher, eu penso em relação a ser humano. Eu acho que um ser humano que tem a coragem de agredir um outro ser humano é uma pessoa repugnável, certo? É uma pessoa sem caráter e é uma pessoa que não respeita a outra. Se for a pessoa com quem se casou, ou a pessoa que pôs no mundo, ou a pessoa com quem se relaciona de alguma maneira, pode ser o namorado, pior ainda, porque existe toda uma cumplicidade e a falta de respeito*

é uma coisa muito feia, porque eu acho que não precisa disso para você se afastar de alguém ou se fazer entender por alguém.

Com esse depoimento, ela retira a polarização homem-mulher, não reconhece o conflito de gênero, as relações desiguais de poder. Ela pensa no ser humano como um ser abominável quando agride outro semelhante. Não faz referência à agressão como crime, afirma que a falta de respeito é uma “coisa feia”, principalmente se houver uma relação afetiva. Não remete à violação de direitos.

Ao tratarem da violência contra mulheres, os policiais apontam vários motivos que levam um homem a agredir a esposa, companheira ou namorada²². Para Dr. Celso, a violência acontece por características pessoais do agressor: *geralmente eu acho até que é falta de confiança, a autoconfiança dele mesmo está prejudicada, ou ciúmes, geralmente é isso que leva à agressão, pois ele precisa se impor com a violência.*

Para outros, a violência ocorre por questões estruturais da sociedade. Ocorre, em sua maioria, entre os pobres, pelas condições sociais e econômicas, falta de instrução, baixa escolaridade, desemprego, estresse cotidiano, certeza da impunidade e alcoolismo, embora alguns entrevistados não concordem com a ideia de que o alcoolismo masculino seja a causa das agressões contra as mulheres. Ou ainda por questões culturais: pela educação familiar, subordinação da mulher ou ignorância. Todas essas são situações em que se encontram os agressores.

Bruno relata: *A minha experiência aqui me mostra que, apesar de haver violência doméstica nas classes, hoje ditas média, média-alta e alta, a violência doméstica nas classes baixas ainda é muito maior. Então, quer dizer, será que o homem da classe baixa é mais violento, é mais brucutu? O que o leva a ser mais violento? Não serão justamente essas condições sociais dele? A forma como ele foi criado desde pequeno, o exemplo que ele traz da família? Porque é muito fácil você ver seu pai bater na sua mãe, você ver seu irmão bater na sua mãe... e você...*

Dr. Benício: *Eu acho que seria, realmente, há exceções, mas na grande maioria dos casos, seria a baixa escolaridade, ignorância e bebida alcoólica. Para mim, um grande componente dessa violência é a bebida alcoólica. Dificilmente você vai ver um agressor que não faz uso de bebida alcoólica ou droga, 90% se*

²² Sobre este assunto ler MACHADO, Lia Zanotta. *Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea*. Brasília, 2001b.

trata disso (...) dizem que o que acontece no meio da classe A e B não chega à polícia, que acontece igual. Mas eu não acredito nisso, não. Eu acho que, realmente, o fator preponderante em relação à violência doméstica, eu acho que o fator preponderante é, como eu falei, o baixo índice social, a bebida e, às vezes, também a certeza da impunidade por parte do autor (...). Até esse problema que eu falei que existe preconceito, às vezes até no atendimento... É que está muito vinculado ao baixo nível escolar, à bebida alcoólica. Infelizmente é isso, oitenta, noventa por cento do nosso problema é isso, a família está muito desestruturada. A mulher, às vezes, já é o segundo ou terceiro marido dela, eu vejo também os tipos de casamento, as pessoas não pensam em casar, só morar junto. Isso muda muito. Então eu acho que está muito ligado ao nível intelectual, escolar, ao nível social, está muito ligado a isso.

Dr. Felipe não aborda a causa da violência contra as mulheres, mas da violência em geral, e como seus colegas anteriores, relaciona-a às deficiências familiares: *Quando a gente começa a falar sobre violência, eu não diria só contra a mulher, a gente percebe que o trabalho da instituição policial é uma prática de enxugar gelo ou enxugar o chão com a torneira aberta, porque isso é público e notório, todo mundo sabe que a desagregação familiar, a falta de educação, não só familiar, mas a proporcionada pelo Estado, saúde, habitação, emprego. Todas essas deficiências, o que é público e notório, que a gente vê dia a dia nos jornais, ela acaba desembocando na segurança. Então daí decorre a violência. É uma família mal formada, uma família que não foi bem constituída, em que não existe o respeito aos pais, aos mais velhos, e a pessoa não tem uma educação escolar boa. Acaba desembocando na violência e a violência contra a mulher não foge disso daí. Ela ocorre, via de regra, não é exceção, nos segmentos mais humildes da população, justamente por causa desses motivos que nós falamos (...) o stress do dia a dia, a pouca cultura, pouca educação, a perda do trabalho, enfim, todos os aspectos que comentamos da convivência familiar na sociedade é o que leva a esse tipo de violência.* Ele é o único que traz para o Estado a responsabilização pela violência contra a mulher e como provedor de políticas nas áreas de saúde, educação e emprego.

No imaginário desses policiais estão presentes representações sobre modelos tradicionais de família, casamento e relações conjugais. Para eles, uma mulher, no terceiro relacionamento conjugal não oficializado pelo casamento, favorece situações de violência.

Adriana revela: *eu acho que a ignorância, a pura ignorância. Eu não uso a bebida como motivo, e não uso a droga como motivo. Na minha opinião, é pura ignorância e desrespeito com o próximo.* Esta escritora não se dá conta de que a “ignorância” e o “desrespeito para com o próximo” não atingem pessoas de um modo geral, mas as mulheres. O desrespeito é com as mulheres.

Alexandra reconhece: *...tem homens, pobres, ricos, essa cobrança do lar, as obrigações, principalmente os mais carentes não têm essa estrutura de sentar e conversar. Eu vejo que é muito pouco o que falta para o bom convívio. E também tem a cultura, os lugares diferentes, norte, sul. Há lugares em que as mulheres são muito submissas, infelizmente.*

Alexandra reconhece as relações de desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e que a condição de submissão destas últimas favorece a situação de violência.

Dr^a Denise afirma que a causa da violência contra as mulheres não é o alcoolismo dos homens: *...até porque você tem problema de alcoolismo e droga em qualquer camada social. É que eu tenho uma facção muito grande de alcoolismo e drogas. Existem as pessoas agressivas. Ela me explica: ‘ah! Ele largou o emprego, ele está desempregado.’ Porque tem um fator muito interessante do machismo: o cara perde o emprego, a mulher tem que sair para rua, porque ela tem um lar, ela tem uma família para sustentar. Então ela se vira, ela vai vender qualquer coisa: produtos cosméticos, roupa, lingerie; qualquer coisa para trazer dinheiro para casa e, quando ela volta para casa, esse homem dá nela porque ela é vagabunda, ela está na rua, você entendeu? É essa concepção machista que nós temos nesse país. A mulher tem que sair para rua para trazer comida e ele está em casa e, quando ela chega, ela apanha dele, porque ela é vagabunda, está na rua. Então, existem coisas que você não vai modificar no ser humano. Agora, você tem que cuidar de quem está crescendo; para você mudar essa violência, você tem que mudar esse quadro de costumes, usos e costumes, porque todo mundo aqui diz ‘é normal, brasileiro é assim, ele é latino’. É preciso mudar esse conceito desde a infância. É preciso mostrar o direito à cidadania, direito a que as pessoas podem exigir, indicar onde elas têm que reclamar, o lugar certo.*

E continua: *se você mora numa casa agressiva, se você vê todo mundo se estapear, automaticamente você vai tratar assim as pessoas porque é tudo o que você está acostumado a ver. A violência gera violência.*

A afirmação de que o alcoolismo não é a causa geradora da violência contra as mulheres, porque está presente em todas as classes sociais, pode sugerir que a violência contra as mulheres é exclusiva de determinada classe social. Ela aborda a questão da “repetição”, da perpetuação do ciclo da violência. No relato, ainda, a delegada identifica a violência psicológica como a mais grave porque pode levar as mulheres ao suicídio. Como tentativa de solução, sugere a terapia de casal como se a disposição do agressor para isso já estivesse dada.

Esse relato evidencia as funções sociais atribuídas a homens e mulheres pela sociedade e como a inversão de papéis pode despertar o comportamento violento dos homens. Dr^a Denise, como não vê possibilidade de mudança de comportamento dos homens, acaba aderindo ao estereótipo do homem “brasileiro” ou do “latino”, como homem sensual, viril, dominador e machista²³. Ela acredita que a mudança deve ser provocada nas gerações futuras.

Para Carlos: *o que leva um homem a agredir uma mulher dentro de quatro paredes, no espaço doméstico? É difícil, porque cada ser humano tem uma conduta, não sei dizer, sei lá. Às vezes, eu vejo um cara sendo autuado em flagrante e fico com dó do cara. Eu sei que tem um... Não fico com dó dele, fico com dó da mãe, dos pais, porque eu não queria nunca ver a minha mãe numa situação daquela, então essa sensação de... o que está errado, quem errou? A sociedade está errada, o sistema está errado? A gente não sabe, agora, não sei, eu acho que é do ser humano; é difícil dizer o que leva uma pessoa, um homem a agredir uma mulher, não sei. A mulher dele, com quem um dia ele casou, que um dia ele disse que amava... encheu de porrada... Então, não dá para entender, é uma coisa que você não tem como dizer o porquê, não tem explicação. Eu acho que não tem explicação.*

O escrivão não consegue explicar a violência contra as mulheres, se identifica com o agressor e tem pena da mãe dele. Não manifesta qualquer sentimento em relação à mulher agredida. Refere-se à sociedade como a possível produtora do comportamento agressivo.

Essa identificação com o agressor já foi apontada por Blay no depoimento de um conhecido jornalista, quando do assassinato de Angela Diniz, que assim descreveu o crime:

²³ O machismo pode ser definido como a *ideologia do sexo*, ou seja, como um sistema de idéias e valores legitimador de um padrão não igualitário de relações entre homens e mulheres: o padrão da dominação do homem sobre a mulher.

eu vi o corpo da moça estendido no mármore da delegacia de Cabo Frio. Parecia ao mesmo tempo uma criança e boneca enorme quebrada... Mas desde o momento em que vi o seu cadáver *tive imensa pena, não dela, boneca quebrada, mas de seu assassino*, que aquele instante eu não sabia quem era. (Blay, 2003).

Todos os relatos, de alguma forma, atribuem a violência à forma como a família é constituída. A representação social de família influencia quando da análise das situações e causas da violência contra mulheres. Os valores familiares são preservados à custa da violência. A mulher não pode desmanchar a família.

Dois delegados se manifestaram em relação ao caso que ocorreu durante o período das entrevistas, quando um delegado de São Bernardo do Campo matou a esposa, os filhos e depois se matou. Os entrevistados esclareceram que tal delegado morava em Taboão da Serra e o fato aconteceu por pressão. Mencionar o local onde o referido delegado morava e onde ocorreu o crime leva para longe a discussão do caso, retira-o da Região do Grande ABC, área de atuação de ambos. Ao dizer ainda que foi por pressão, coloca o delegado suicida na situação de vítima.

Considerações parciais

O conteúdo das entrevistas mostra que alguns agentes policiais encontram alguma dificuldade em falar, especificamente, sobre a violência contra as mulheres. Alguns falam da violência em geral, outros falam da violência na relação entre seres humanos e não entre homem e mulher. Ficam evidentes representações sociais sobre modelo tradicional de família, casamento e relações conjugais.

Considerando que, nesta pesquisa, procuramos fazer a análise do discurso, interessa-nos observar que, em muitos relatos, a palavra “mulher” é substituída pela palavra “pessoa”. Quando, durante a realização da entrevista, se insistia com o agente entrevistado para que falasse sobre a mulher, a reação, às vezes, era de surpresa. Tais discursos pareciam não identificar relações desiguais de poder, em que homens dominam por meio da violência e em que mulheres que são submetidas por meio de coerção e espancamentos.

O vocábulo “mulher” era utilizado seguido de adjetivações como “mulher direita” e “dona de casa”, as quais remetem às representações sociais sobre mulheres que merecem proteção por ocuparem o lugar social que tais representações lhes confiam.

Também nos depoimentos em que relataram experiências ao atender mulheres em situação de violência, alguns insistiam em relatar casos nos quais o homem havia sido agredido pela mulher. O relato era o de homens em situação de violência. Para um dos delegados, as mulheres sempre são as vilãs da história, mesmo quando são crianças ou adolescentes. A virilidade masculina é honrada e compreendida. Esses relatos procuravam, por um lado, justificar as ações do homem ou retirar a responsabilidade deste sobre os atos violentos, inclusive em situação de incesto. Por outro lado, procuravam mostrar que a mulher não é tão vítima quanto possa parecer. A imagem do homem fica intocável, uma vez que vários argumentos e artifícios são utilizados para que não seja desfeita a representação social do homem como modelo.

Segundo Blay (2003), em alguns casos existe uma estratégia de construção das imagens do agressor e da vítima: *“São duas as principais estratégias. Primeiro, era necessário demonstrar o ‘bom caráter do assassino’. Segundo, era importante denegrir a vítima”*²⁴. Os relatos acima apresentados mostram que, de modo sutil, em alguns casos essa lógica se faz presente.

Como demonstra Ravazzola (2005: 61), a violência contra as mulheres se perpetua porque as representações sociais acerca deste fenômeno sustentam igualmente todos os atores envolvidos, agressores, mulheres e comunidade. Ao se perguntar “por que a violência ocorreu?” ou “por que a violência contra a mulher existe?”, abre-se um precedente para que o agressor tenha reduzida a sua carga de responsabilidade, participe de um circuito de compreensão em torno de seus atos violentos e isso o autoriza a repetição de práticas violentas.

Um dos delegados, por meio de seus relatos, deixa transparecer um discurso marcado pela assimetria de gênero. Ele procura, sem sucesso, disfarçar sua conviência com a subordinação das mulheres e a repulsa ao reconhecimento de seus direitos. Procura mascarar o uso de práticas violentas utilizadas pelos homens, trazendo para o debate o comportamento feminino, de mulheres que não correspondem às representações sociais hegemônicas na sociedade, ou seja, o comportamento delas não corresponde ao esperado do que seja o seu papel

²⁴ Esse pensamento, citado por Eva Blay, refere-se à orientação dada pelo jurista Dr. Evandro Lins e Silva em seu livro....., para a construção do argumento de defesa do criminoso.

social. Representações sociais produzidas numa sociedade fundada nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres, resistem à aceitação e efetivação de novas relações sociais de gênero e ao reconhecimento da igualdade de direitos.

Para alguns agentes, os casos de violência contra as mulheres requerem intervenção social, e não policial. Alguns insistem em que assistentes sociais e psicólogos deveriam atuar nas delegacias para atender esses casos. Alguns entrevistados transformam a queixa da mulher em desabafo, transformando a delegacia em consultório. Quando uma das delegadas sugere terapia de casal, o faz no sentido de esperar que tal recurso ajude a mulher a romper com a situação de violência e não que o homem mude seu comportamento agressivo.

As causas da violência não foram atribuídas ao alcoolismo masculino, embora bastante identificado nas relações violentas. A maior incidência das causas da violência, sob o olhar dos agentes, foram os modelos de constituição familiar, a repetição do ciclo de violência ao longo do processo de socialização de homens e mulheres.

Um dos delegados e um dos escrivães ficaram emocionados, com os olhos marejados, ao relatarem atendimentos realizados com mulheres. Outros escrivães demonstraram raiva ou indignação em situações em que algumas mulheres não queriam representar contra o agressor ou desistiam do processo após a representação. Seriam essas reações, o “mal-estar” de que fala Ravazzola, capaz de interromper o ciclo da violência?

Para Azevedo (1985: 24), a violência masculina é um exercício perverso da dominação do homem sobre mulher, é a face brutal da hegemonia masculina. Nesse sentido, recuperar o “mal-estar” é um imprescindível ponto de partida para romper a cadeia que reproduz o sistema violento. A identificação do mal-estar precisa ser aprendida, precisa ser recuperada sistematicamente; portanto, é um processo educativo.

3 Delegacias comuns e especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência.

As Delegacias de Defesa da Mulher - DDMs²⁵ - são unidades especializadas que integram a estrutura da Polícia Civil, que é um órgão do Sistema de Segurança Pública de cada Estado, para atendimento especializado à mulher em situação de violência de gênero. Suas atividades têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas pelo respeito aos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito. Até setembro de 2007, as DDMs perfaziam um total de 392 em todo o Brasil, 126 das quais localizadas no Estado de São Paulo²⁶.

A criação da primeira DDM²⁷ brasileira ocorreu no Estado de São Paulo, durante o governo Franco Montoro, por meio do Decreto Estadual n. 23.769, de 6 de agosto de 1985, com a atribuição de investigar e apurar os *“delitos contra a pessoa do sexo feminino, previstos na parte especial, título I, capítulos II e VI, seção I, e título VI do Código Penal Brasileiro, delitos esses de autoria conhecida, incerta ou não sabida”* (Massuno, 2002: 31).

O Decreto Estadual n. 29.981, de 1º de junho de 1989, inclui a competência dos Delegados de Polícia titulares das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher:

Artigo 1º - As Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, criadas pela Lei nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986, Decreta:

I – a investigação e apuração dos delitos contra a pessoa do sexo feminino, previstos no Título I, Capítulos II e Seção I do Capítulo VI, Título VI, e artigo 244, todos da Parte Especial do Código Penal.

II – o atendimento de pessoas do sexo feminino que procuram auxílio e orientação e seu encaminhamento aos órgãos competentes.

Parágrafo único – As atribuições previstas no inciso I deste artigo serão exercidas concorrentemente com as unidades policiais de base territorial.

Artigo 2º - Aos Delegados de Polícia titulares das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher compete:

I – dirigir as atividades de sua unidade policial;

²⁵ DDM é a terminologia usada no Estado de São Paulo, em outros Estados da Federação a terminologia usada é DEAMs – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

²⁶ Conforme dados da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres em setembro de 2007, o Brasil conta com 392 Delegacias de Defesa da Mulher.

²⁷ Sobre as DDMs Ler: PASINATO, W. e SANTOS, C. MacDowell. *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Campinas: PAGU/UNICAMP, mimeo, 2008; DEBERT, Guita Grin et alii. (org.). *Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas – SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, 2006; MACHADO, Lia Z. *Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das Delegacias da Mulher*. Série Antropologia n. 319. Brasília: mimeo, 2002.

- II – despachar as petições iniciais;
- III - Exercer permanente fiscalização, quanto ao aspecto formal, mérito e técnica empregada, sobre as atividades de seus subordinados;
- IV – representar ao superior sobre a necessidade da unidade policial, indicando a solução a curto, médio e longo prazo;
- V – distribuir os serviços, mediante portaria.

Artigo 3º - A área de atuação das unidades policiais de que trata o “caput” do artigo 1º é aquela abrangida pela Delegacia Seccional de Polícia a que se subordinam.

Em 1996, por meio do decreto nº 40.693/96, foi ampliada a área de atuação das DDMs do Estado de São Paulo, conforme segue:

Artigo 1º - As Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, criadas pela Lei nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986, têm, em suas respectivas áreas de atuação, as seguintes atribuições:

I – a investigação e apuração dos delitos contra a pessoa do sexo feminino, a criança e o adolescente, previstos no Título I, Capítulos I, II, III, V e Seções I e II do Capítulo VI, nos artigos 163 e 173 do Título II, nos Títulos VI e VII e no artigo 305 do Título X, todos da Parte Especial do Código Penal e os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

II – o atendimento de pessoas do sexo feminino, crianças e adolescentes que procurem auxílio e orientação e seu encaminhamento aos órgãos competentes.

§ 1º - No tocante aos artigos 121 e 163 do Código Penal, a competência se restringe às ocorrências havidas no âmbito doméstico e de autoria conhecida.

§ 2º - As atribuições previstas no inciso I deste artigo serão exercidas concorrentemente com as demais unidades policiais.

As atribuições das DDMs no Estado de São Paulo, de acordo com Massuno (2002:32), estão dispostas no Artigo 1º do Decreto Estadual 42.082, de 12.8.1997:

I – a investigação e apuração dos delitos contra a pessoa do sexo feminino, a criança e o adolescente, previstos no Título I, Capítulos I, II, III e V em seções I e II do Capítulo VI, nos artigos 163 e 173 do Título II, nos títulos VI e VII e no artigo 305 do Título X, todos da parte Especial do Código Penal e os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – o atendimento de pessoas do sexo feminino, crianças e adolescentes que procurem auxílio e orientação e seu encaminhamento aos órgãos competentes;

III – o cumprimento dos mandados de prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

§ 1º - No tocante aos artigos 121 e 163 do Código Penal, a competência se restringe às ocorrências havidas no âmbito doméstico e de autoria conhecida.

§ 2º - As atribuições previstas nos incisos I e III deste artigo serão exercidas concorrentemente com as demais unidades policiais.

Conforme a Norma Técnica²⁸, as DDMs

têm como finalidade, conforme previsto em dispositivo constitucional, o estudo, planejamento, execução e controle privativo das funções de Polícia Judiciária, bem como a apuração das infrações penais, com exceção das militares e aquelas de competência da União.

A criação das DDMs insere-se no contexto de reivindicação quando o movimento feminista, na década de oitenta, apresentou aos Poderes Legislativo e Executivo, projetos de lei de criação das DDMs com o objetivo de dar visibilidade aos crimes cometidos contra as mulheres, incentivar as mulheres a denunciarem seus agressores e facilitar a apuração dos crimes. (Barsted, 1994: 51). A implantação das delegacias especializadas como política pública contribuiu para dar visibilidade ao problema da violência contra as mulheres, especialmente aquela que ocorre dentro de casa, no interior das relações conjugais e familiares, e também para que a sociedade reconhecesse a natureza criminosa da violência baseada em diferenças de gênero, à qual a mulher está submetida. (SPM, 2006).

Segundo Izumino

“as DDMs foram idealizadas como espaço institucional de combate e prevenção da violência contra a mulher, com quadros formados apenas por policiais mulheres (delegadas, escrivãs, investigadoras) apoiadas por uma equipe de assistentes sociais e de psicólogas (...) um espaço em que as mulheres pudessem fazer suas denúncias sem constrangimento, em que fossem ouvidas, sua denúncia encaminhada e todos os procedimentos legais necessários adotados: instauração de inquérito policial, investigação, identificação e indiciamento do réu, conclusão do inquérito e encaminhamento ao Fórum para o início da ação penal”. (1998: 35).

Ao considerar as funções atribuídas às DDMs, MACHADO (2002: 4) observa a peculiaridade do fato de que o homicídio feminino não conste do rol de competências das DDMs. São exceções as delegacias que receberam a atribuição de investigar crimes de homicídio contra a mulher. As delegacias mais especializadas na investigação de crimes em que é intenso o relacionamento interpessoal entre acusados, vítimas e testemunhas, como é o caso das DDMS, ficam alijadas do processo de investigação quando se trata de homicídios.

A leitura dos Decretos possibilita perceber que as DDMs vão perdendo o caráter de defesa dos direitos da mulher e adquirindo o caráter de defesa e proteção da família²⁹.

²⁸ Norma técnica de Padronização das Delegacias especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs, Capítulo II.

A seguir será apresentada a análise da pesquisa com delegados, delegadas, escrivães e escrivãs dos distritos policiais e delegacias de defesa da mulher da área de abrangência da Seccional de Polícia de Santo André, região do Grande ABC Paulista, Estado de São Paulo, além das observações feitas pela pesquisadora nos plantões realizados em duas das referidas delegacias.

Análise das entrevistas

Os entrevistados desta pesquisa, agentes policiais das DDMs e dos Distritos Policiais, puderam manifestar-se sobre como agem e o que pensam a respeito das delegacias especializadas, sobre a possibilidade de fazer a reconciliação entre as partes envolvidas e sobre a capacitação recebida para atender mulheres em situação de violência.

O papel das Delegacias de Defesa da Mulher

Bruno, ao relatar o papel das DDMs, afirma que *é justamente um papel mais social. Se for perguntar a minha opinião mesmo, eu acho que em briga de marido e mulher, seria mais necessário uma assistência social, um amparo psicológico, um acompanhamento, do que a polícia mesmo. Porque a função da polícia, o quê que é? É apurar a existência de um delito, a autoria e punir aquele autor. Acaba se resumindo a isso e não tem uma efetividade de combate realmente ao problema, às vezes ao alcoolismo do homem, às vezes o desemprego por que passa aquela família. Então, a função da polícia é importante, mas eu vejo mais em casos de estupro, em casos dessas patologias de desvio de conduta que levam um homem à agressão contra a mulher, à violência. Nesse caso específico, eu acho que a polícia tem uma atuação importante porque vai investigar, vai punir quem realmente faz esse tipo de coisa. Se for verificado que a pessoa tem um desvio de conduta, aplica-se uma medida de segurança para essa pessoa. Agora, no caso específico de briga familiar, de violência doméstica mesmo, eu acho que a função da polícia... As*

²⁹ Sobre o assunto ler: GREGORI, M. F. Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In DEBERT, Guita Grin et alii. (org.). *Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas – SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, 2006. pp. 57-87; DEBERT, G. G. e GREGORI, M. F. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 23 nº 66, 2008. pp. 165-211.

peessoas esperam muito da polícia. Infelizmente eles acabam pensando que a polícia não tem uma efetividade, porque aquele problema em si não é policial, aquele problema é um problema que envolve a convivência do casal, que envolve, às vezes, a situação sócioeconômica que eles estão atravessando, que envolve diversos fatores, que o aspecto policial mesmo é bem pouco.

E continua: Porque a maior mentira que um governante pode dizer é que a Delegacia da Mulher funciona. Eu acho que, se ela funciona, funciona pelos dos profissionais que estão lá, que são guerreiras. A gente tem aqui em XXXXX, como é a Dra. XXXXX que faz um trabalho que exorbita qualquer responsabilidade dela. É uma delegada vocacionada, que não precisa da polícia para nada, para fazer aquilo com amor e devoção mesmo. Então, se elas funcionam, funcionam porque... A Delegacia de Defesa da Mulher, por ela se tornar uma espécie de castigo para alguns policiais: 'ah! então você vai trabalhar na Delegacia da Mulher!', ela acaba concentrando um número de pessoas vocacionadas, que vão para lá e vestem a camisa mesmo, como na verdade é o que acontece com o que funciona nas instituições públicas. O que funciona na instituição pública é por vocação dos funcionários. É por vontade. É pelo policial que ficou a noite inteira lá, num bico, e assume às 7 horas da manhã seu plantão e vai para cima de tudo como... então quer dizer... é o que acontece na Delegacia da Mulher, a gente acaba não tendo um preparo para isso. Nenhuma especializada, nem delegacia para o idoso, nenhuma especializada não busca isso.

Bruno entende que a violência contra mulher que ocorre no âmbito doméstico, na relação conjugal não chega a ser um delito e, portanto, sem necessidade de apuração de autoria e punição do autor. Segundo o escrivão, as pessoas aguardam uma resposta da Polícia, mas a violência contra a mulher não é da competência da instituição policial. Para Bruno, esses casos merecem atenção social e psicológica e não policial, por serem oriundos de alcoolismo ou desemprego. A intervenção da polícia se torna importante apenas em casos de estupro.

Dr^a Elaine afirma que os seus superiores desconhecem o que elas passam na DDM. São só problemas. Eles não dão importância a esse tipo de caso. Para eles o que vale são os casos do distrito policial, lá dá dinheiro.

Carlos explica os procedimentos: *São feitos os registros e depois eles são encaminhados para a Delegacia da Mulher. A mulher sai daqui orientada com as medidas protetivas e é colhida formalmente a representação dela e encaminhada*

para a Delegacia da Mulher. O caso mais importante seria de ela solicitar o apoio dos policiais para ir até a residência dela para ver se o agressor ainda está lá. Aí seria o caso de flagrante. Os policiais vão até o local, se o companheiro estiver lá, os policiais o trazem aqui para a Delegacia e será lavrado o auto de prisão em flagrante. A princípio é lavrado o auto de prisão. Posteriormente ele pode pagar fiança. Às vezes não, porque, às vezes, o trabalho feito aqui, não só nos crimes contra a mulher, é um bom trabalho, um bom inquérito policial, um procedimento bem feito. Chega em juízo, nota-se em homicídios, identifica-se o autor, faz-se um bom trabalho de investigação, forma-se uma boa peça inquisitória - porque aqui a nossa fase é inquisitória - e quando ela vai para o Fórum, onde tem o contraditório, que é a fase processual, eles acabam derrubando o que foi construído no inquérito policial. E, às vezes, chega-se ao Fórum com plena confiança de que uma pessoa é o autor, foi ele quem praticou, mas ao chegar lá, por uma ou outra prova, ele acaba sendo inocentado. Por falta de provas ele acaba sendo absolvido. Então isso deixa a gente bastante chateado, porque é aquela história que a gente ouve muito que a justiça (não compreensível), não pode condenar ninguém... Os advogados usam de artifícios e conseguem causar dúvida.

O depoimento de Carlos mostra que, no distrito em que atua, as mulheres têm o registro da queixa efetuado, são orientadas quanto às medidas protetivas e encaminhadas para a DDM; entretanto, quando a peça inquisitória chega ao Judiciário, o processo toma outro rumo, do qual ele não tem mais controle. Por falta de provas, nem sempre é punido o autor do crime.

Quanto ao papel da delegacia no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres, Carlos relata ser *difícil porque a maioria das agressões ocorre dentro de quatro paredes. O enfrentamento disso é só com a denúncia mesmo. As pessoas, pela consciência, irem denunciando, porque, às vezes, nem a própria vítima vem fazer o registro. Então, para a gente conseguir, pelo menos tentar, minimizar esses problemas seria as pessoas informarem, denunciarem essas agressões. Eu posso falar do que a gente recebe de orientação, procurar dar maior atenção possível ao caso. Primeiro, preservar a integridade física da vítima, no caso a mulher, e tentar orientar, na medida do possível, para que coisa mais grave não ocorra. Se o marido ou o companheiro está dentro da residência e ele agrediu, eu pergunto: 'enquanto você não entrar com um pedido de separação ou uma ordem judicial para separação de corpos, você não tem como ficar na casa de um conhecido, um parente, para evitar um confronto, para*

evitar que uma coisa mais grave ocorra?’ Por isso, eu acho importante ter a participação de uma assistente social, de um psicólogo. Eu acho importante ter alguém capacitado para dar uma atenção maior ao caso.

Esse depoimento remete à especificidade da violência contra as mulheres: ocorre entre quatro paredes.³⁰ O escrivão Carlos aponta a necessidade da denúncia e, quando isso ocorre, ele é orientado a dar a maior atenção possível ao caso; porém, no seu entendimento, isso deve ser feito por uma assistente social ou um psicólogo.

Para Dr^a Denise, *a importância da Delegacia da Mulher é que nós somos um setor de esclarecimento e de orientação. Por isso que eu digo que a gente é assistente social nesse sentido. Muitos vêm aqui e querem orientação. Todo mundo quer se orientar. Um, porque tem problema com a irmã que é doente mental, está no hospital e não sabe o que fazer. Outro, que tem os velhinhos, entendeu? Então, nós somos o setor de orientação e esclarecimento. Em geral a Delegacia da Mulher é um ponto desses. A Delegacia da Mulher parece que abraça, as pessoas se sentem assim: ‘vamos para a delegacia’. Então, a importância da Delegacia da Mulher, além de tentar coibir os crimes de violência doméstica, tenta orientar aquela mulher sobre os seus direitos como cidadã, porque a mulher vem aqui e acha que é normal ser agredida, que é normal vir aqui. Então, é preciso mostrar para aquela mulher que ela é cidadã, que ela não é merecedora daquilo, que ela pode romper esse ciclo. Isso é uma orientação que nós temos que fazer, uma educação, querendo ou não. Isso faz parte da nossa delegacia, que as outras delegacias já não fazem. Então, por isso que eu digo que a gente é especializada. Além de a gente ter mais liberdade para falar sobre abuso sexual quando a pessoa chega aqui. Porque para a gente é normal, não é constrangedor. A gente fala abertamente porque esse é o nosso dialeto no dia a dia. Então, a gente está aqui para orientar essa mulher, dar o direito à cidadania, porque o povo é muito carente de informação, nós estamos aqui e um dos fatores é esse, embora não seja o correto, porque nós estamos aqui para coibir o crime. A gente tenta prevenir dessa forma, orientando que ela não precisar fazer isso, ela pode romper com a violência. A gente tenta ajudar mandando para outros setores.*

Chamam a atenção, nesse depoimento, as inúmeras vezes em que a delegada fala de “orientação” como parte do serviço da DDM, além de tentar

³⁰ Sobre a especificidade da violência contra as mulheres ler: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA, Sueli Souza de. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

coibir o crime de violência doméstica. Ela explica que a sua delegacia é especializada porque, “querendo ou não”, tem que fazer um trabalho de educação para que a mulher possa romper o ciclo da violência e conhecer seus direitos de cidadã. Ao usar a expressão “querendo ou não”, a delegada deixa transparecer que não há muito convencimento do trabalho educativo proporcionado pela delegacia. Na sua compreensão, o que distingue a delegacia especializada da delegacia comum é a liberdade para tratar sobre abuso sexual. Afirma que as delegacias comuns não prestam esse tipo de serviço.

A delegada continua: *É muito salutar quando a gente tem dez casos problemáticos e eu consigo resolver um. Um vem dar retorno me agradecendo porque eu consegui. Isso para mim é de uma satisfação imensa. Eu tenho casos aqui, de mães com filhos adolescentes envolvidos em drogas, por exemplo, que eu tento chamar, eu tento orientar, eu tento fazer as coisas e quando elas falam: ‘doutora, graças à senhora eu consegui’, isso é muito salutar. Eu não consigo isso em todos os meus casos porque é muito difícil conseguir. Quando eu consigo, me ligam. Tem gente que liga falando: ‘muito obrigada’. Então, não fui eu, foi minha delegacia, a estrutura da minha delegacia. Isso é o que a gente tem que fazer. Por isso que eu gosto do que faço, eu gosto de ter o retorno positivo, porque eu só lido com coisa ruim, eu não tenho coisas boas aqui. Infelizmente eu não tenho. Quando tem um advogado que vem aqui e fala assim: ‘ah! doutora, a senhora fez a delegacia da mulher, as mulheres te respeitam’, eu falo: ‘que ótimo’, porque a gente está aqui dentro não está vendo. Eu falo: ‘que bom’, porque a gente tenta fazer um trabalho sério, mas há mulheres que também extrapolam conosco. A gente perde a cabeça, porque estão nos usando e a gente percebe quando está sendo usada. Por isso que eu acho que essa Maria da Penha tinha que ser uma coisa mais fechada. É o tal negócio, acho que o poder é um problema sério, não é todo mundo que sabe lidar com o poder. Então eu acho que tinha que ser uma coisa mais restrita. Eu acho que a delegada tinha que ver a necessidade dessas medidas protetivas a ser aplicadas. Então é meio complicado, isso fica no geral. Elas abusam da gente, isso nos irrita, não há dúvida disso, mas essa é a nossa situação. Eu vejo a DDM como delegacia da mulher. O que é salutar na questão da violência é que a gente tenta mostrar alguma coisa. Não é fácil.*

Nesse relato a Dr^a Denise aponta para resultados positivos em alguns casos, e para o respeito que obtém das mulheres. Segundo a delegada, há mulheres que extrapolam, mas não explica o que isso significa, apenas que isso

provoca irritação na equipe da DDM. Ao fazer referência à Lei Maria da Penha,³¹ sugere que a verificação da necessidade das aplicação as medidas protetivas fosse de responsabilidade da delegada. A Lei 11.340/2006 prescreve, no entanto, que essa é uma atribuição do juiz, orientado pelos registrados no Boletim de Ocorrência.

A delegada faz mais um relato: *nós somos a única porta para sociedade carente, porque aqui todo mundo entra, é ouvido, às vezes quer só desabafar e consegue resolver isso. Em algumas situações, a gente consegue resolver chamando, conciliando, chamando a outra parte. Há a questão criminal em que a gente faz a ocorrência policial para resolver e ninguém gasta nada aqui. Então, nós somos a única porta de entrada da população. Às vezes, a mulher sai satisfeita porque desabafou; às vezes, sai satisfeita porque quer uma intimação para resolver um conflito familiar; e, às vezes, com a ocorrência policial, a gente toma o caminho criminal. E ninguém gasta. Então, ela não precisa procurar um advogado, não precisa ficar numa fila, esperando para ser atendida pela assistente social do Estado. Enfim, nós somos a porta para a população que consegue, de uma forma ou de outra, sair um pouco satisfeita porque é atendida. E, diga-se de passagem, a população carente é muito grande, ainda mais em (na cidade de) XXXXX, em que a gente tem uma carência muito grande. Então, o que a gente faz muito aqui é aconselhamento, orientação, diferente do crime. Por isso, eu digo que a gente tem uma parte de psicóloga e de assistente social muito grande. Eu deveria ter gente do Estado para fazer isso, porque eu não sou competente, eu não estudei para isso. A gente tem vivência, como as minhas funcionárias, ninguém tem capacitação para ser assistente social, para ser psicóloga; mas, no atendimento ao público, diariamente, a gente acaba aprendendo e lidando com a situação.*

Chama atenção o relato dessa delegada que enxerga a DDM como uma extensão do serviço de assistência social, com uma equipe, reconhecida por ela, com despreparo para essa atuação. Afirmo que, às vezes, faz a parte criminal, o que, na verdade, é o que deveria fazer sempre.

Sobre a rotina da DDM, Dr^a Denise relata: *Nosso atendimento é de segunda a sexta. Eu não tenho condições de ter plantão porque sou a única delegada. A gente está junto com o Primeiro Distrito Policial; na realidade, tudo o que é feito no município, em outras delegacias, é encaminhado para a Delegacia da Mulher: criança, adolescente, mulheres e idosos. Eu não sou delegacia do*

³¹ Outra parte deste trabalho trata das representações sociais acerca da Lei Maria da Penha.

idoso, mas eles me atribuíram essa função, então tudo vem para mim, tanto (na cidade de) XXXXX como XXXXX e XXXXX porque eu sou a delegacia mais próxima. As mulheres de XXXXX e de XXXXX, que querem vir até aqui, eu atendo e faço o tratamento devido. Eu não vou buscar, mas quem vier à minha delegacia, ou se outras delegacias me encaminham, eu toco. Então eu tenho uma parcela muito grande de pessoas, só os homens saem fora do meu rol, mas o idoso eu atendo. Pelo Estatuto do Idoso, todo idoso que está enfrentando uma dificuldade ou sofrendo maus-tratos eu atendo. É muito... É um volume muito grande de trabalho, numa cidade carente. Nosso movimento é grande. Em muitos casos, nem se faz ocorrência. A gente atende, conversa... Há intimações que eu faço para conversar com a família, há muita orientação familiar.

Bianca também explica a rotina na DDM: Segunda-feira é o dia de maior movimento. A delegacia funciona de segunda a sexta. Sábado e domingo só o 1º Distrito que faz plantão. Algumas mulheres vão até o plantão, registram. Outras esperam e vêm aqui na segunda-feira, porque a violência ocorre mais no fim de semana. Na segunda-feira, a gente sabe que tem que chegar aqui preparada.

Dr^a Denise, novamente, se refere à DDM como um serviço aberto para orientar pessoas. A escritã confirma um dado já conhecido na literatura que aborda a questão da violência contra as mulheres: esse tipo de violência é sistemático e ocorre, preferencialmente, nos finais de semana. Segundo a Norma Técnica de Padronização das DEAMS

O atendimento qualificado deve ser ofertado de forma ininterrupta, nas 24 horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em especial nas unidades que são únicas no município.

Dr. Felipe, ao se referir às DDMs, comenta: são importantes, mas eu não gosto muito de coisa especializada. Se nós podemos atender no fim de semana e à noite, por que não o dia todo? Se as delegacias comuns não tivessem condição de atender a mulher, então as delegacias das mulheres teriam que funcionar 24 horas por dia. Eu acho que os Distritos Policiais deveriam ser dotados de um setor especializado, melhor orientado para atender a mulher nesse aspecto. Eu não vejo necessidade das delegacias da mulher. É uma pressão política que gera esse tipo de criação. Eu reputo os Distritos Policiais como muito importantes, porque é aqui que nós atendemos a população, todo tipo de população, porque a primeira coisa que a população faz quando se vê frente ao perigo é se lembrar da polícia.

Dr. Felipe se posiciona contra a criação das DDMs e acredita que os Distritos Policiais deveriam ter um setor especializado para atender a essa demanda.

Dr. Celso, por sua vez, afirma que o registro da violência contra mulheres em sua delegacia *comparando com o total das ocorrências, não há muitas, porque o universo aqui é muito grande. São doze mil ocorrências, é muita coisa, mas, comparando com a delegacia da mulher, pelo menos dez por cento dos registros do município são feitos aqui.*

Dr. Celso é delegado em um município em que há Delegacia de Defesa da Mulher.

Dr. Benício, que atua no Distrito Policial de um município em que não tem DDM, relata que costuma atender mulheres: *eu acredito que tenha até uma incidência, digamos, de 30% com relação a todo o movimento da delegacia. Quer dizer, é um movimento razoável. Se bem que a cidade tem um baixo índice de criminalidade, são poucas as ocorrências; mas, dentro desse âmbito, uma porcentagem razoável é sobre esse tipo de violência contra a mulher.*

Para desencadear um processo de enfrentamento à violência contra as mulheres, o delegado afirma que *a melhor lição é o exemplo. A partir do momento em que a pessoa, a sociedade, a comunidade sabe que está tendo uma resposta rápida por parte dos órgãos policiais, com relação à punição de eventuais criminosos, eventuais autores de violência doméstica contra a mulher, eu acredito que acaba por inibir a ocorrência de novos fatos. Se, realmente, como por exemplo, você não vai conseguir uma resposta, assim tão imediata, pelo menos aquele caso dessa mulher que procurou³², com certeza não vai haver mais caso de violência contra a mulher, a partir do momento em que o companheiro, o marido comparece à delegacia, que ele é indiciado e encaminhado à Justiça, a reincidência dele, com certeza, é a mínima possível. A experiência que eu tenho é essa.*

Dr. Benício afirma acredita que é necessário tornar públicas as punições, para diminuir a reincidência.

E continua: *costuma-se saber primeiro, conversar, saber que antecedentes ela têm com relação ao agressor, à violência, se houve outros fatos. Faz-se uma pesquisa. Se houve outras agressões praticadas por ele, procura-se saber se ele tem passagens criminais, se ele é uma pessoa violenta, se já foi preso. Se ele já*

³² O delegado está se referindo ao caso, relatado neste trabalho, da mulher que procurou a delegacia, não foi atendida a tempo e foi assassinada pelo marido.

foi preso e se já cumpriu pena, dependendo do crime que ele praticou, para nós é um grande sinal de que a mulher está correndo um risco de morte. Então, para nós é um... Na verdade, a gente sempre costuma fazer uma triagem dos casos. Todos os casos vão ter um final da Justiça, mas a atuação da polícia vai depender do caso específico para ter uma atuação mais rápida, mais enérgica, ou não. Se a gente suspeita de que a mulher está correndo risco de morte, a gente procura agir com uma maior rapidez, para evitar que um mal maior aconteça.

Em caso de estupro, a gente lavra, faz o registro da ocorrência e ela é encaminhada para o Hospital, geralmente o Hospital Pérola Byngton que dá aquele tratamento profilático e faz o exame de corpo de delito nela, mas a nossa primeira preocupação é com relação à autoria, tentar conseguir o maior número de dados possível para tentar prender o autor.

Dr. Benício revela preocupação com a identificação da situação de risco de morte da mulher e com a investigação sobre os antecedentes do agressor.

Segundo Alexandra, o município de XXXXX não tem a delegacia da mulher, a mais próxima é em XXXXX. Eu acho que, dentro da possibilidade, a prefeitura dá apoio à mulher; então, eu acho que toda e qualquer delegacia tem condições de atender esse tipo de ocorrência. Posso dizer que, quando (a mulher) vem, esse boletim de ocorrência depende de representação; então, é despachado para nós, para ouvir a vítima, se ela deseja representar ou não. Caso ela não represente na hora, o autor não deixa de ser intimado a vir aqui em decorrência dessa não representação. Ele vem de qualquer maneira. A gente ouve, orienta e, se já se reconciliaram, a gente orienta: 'a bebida não é boa companheira! Têm filhos? Existe um gostar? Ainda há essa possibilidade? Se não gosta, é melhor parar.' A gente tenta orientar para que não ocorra mais. Alguns não retornam mais; outros retornam; e há outros, ainda, em que a família chega a se separar, vai fazer um tratamento ou vai se internar. Relata ainda que, na delegacia onde atua, todas as mulheres saem com o boletim de ocorrência: Todas. Às vezes, é um B.O. de preservação de direito e não criminal, mas a pessoa vem, relata o fato, fica consignado, fica registrado, a gente dá cópia. Sem B. O. as mulheres não saem.

É possível destacar alguns pontos do relato dessa escritã: qualquer delegacia tem condições de atender ocorrência de violência contra mulheres; o boletim de ocorrência depende de representação; na ausência de uma delegacia

especializada para atender mulheres em situação de violência, esse serviço pode ser substituído pelas políticas públicas municipais.

Para o escrivão Luiz, o papel da delegacia no enfrentamento à violência contra as mulheres *é mais um órgão de ajuda, de apoio, é um instrumento da sociedade. Estamos aqui para ajudar. Às vezes, faltam-nos instrumentos legais; às vezes, faltam-nos condições materiais para dar esse apoio, mas em qualquer tipo de violência, estamos aqui. Minha visão é de apoio para defender a situação, a pessoa, a integridade física.* Quanto à elaboração do boletim de ocorrência, ele afirma que *na medida do possível todas fazem. Há casos específicos. Por exemplo, nós tivemos um caso, no começo do ano, de uma moça que foi vítima de violência sexual. Ela passou aqui, foi encaminhada para o tratamento médico, só que ela se recusou a fazer o boletim de ocorrência. Como é um crime que depende de representação, depende da vontade da pessoa, por vergonha, às vezes, a pessoa não quer fazer. Nesses casos, não há o que fazer. Só não é feito o B.O., se a mulher não quiser; ela vindo aqui, sempre é atendida e sai com o boletim.*

Esse escrivão entende que a delegacia é um órgão de ajuda e de apoio e só não é feito o B. O. se essa for a da vontade da mulher.

Adriana, que trabalha na DDM, afirma que *todas as mulheres que vêm e querem, levam o registro policial, mesmo não havendo violência. Muitas vezes elas querem sair de casa porque já não está mais dando certo e querem deixar registrado o fato para se preservar. Elas tomam conhecimento do que vai ser feito, a partir do que elas contam para a gente, porque dependendo da natureza do crime é um procedimento que você toma. Elas são leigas a respeito da Lei e nós temos que passar a Lei para elas. Então, às vezes, elas falam assim: 'eu vou pensar melhor, eu vou verificar, eu vou ver direitinho, eu vou conversar com meus filhos, eu vou ver com a minha família, eu vou primeiro falar com um advogado aí eu retorno porque eu acho que eu não teria condições, no momento, de tomar uma decisão sozinha'. Aí elas não querem registrar e a gente respeita. Deixo claro para elas que não demorem muito para não passar muito tempo. Quando elas estão agredidas, por exemplo, mesmo com marcas, elas não querem fazer o B. O. naquele momento. A gente pede para que elas passem no médico do convênio ou em algum médico e peçam uma declaração do que ela apresentava no dia, para depois ter como comprovar a agressão, porque podem sumir as marcas. Acredito que elas façam desse jeito.*

Nessa DDM, segundo Adriana, há orientação sobre os procedimentos e as consequências da elaboração do B. O.. A escrivã respeita quando a mulher, ao receber as orientações, decide não registrar a queixa. Há um excesso de respeito e falta de orientação?

Também a escrivã Bianca relata que, na DDM onde atua, nem todas as mulheres saem daquele serviço portando um boletim de ocorrência: *Não necessariamente. Com a Lei Maria da Penha, crime de lesão corporal deixou de ser condicionada à representação. Com a Lei 9.099/95, ela podia escolher representar ou não contra o marido. Então, muitas vinham porque iam se separar e o advogado achava melhor ter um boletim de ocorrência para incluir no processo. Então elas faziam e não representavam, só para sair daqui com um boletim de ocorrência na mão para ajudar no processo de separação judicial. Na Lei Maria da Penha, lesão corporal não depende de representação da vítima. É como um roubo. Registra-se e tem que ser apurado, não importa se a vítima quer ou não. Então, a gente explica isso antes, porque mudou muita coisa e, de repente, ela está com aquela idéia da lei anterior. Então, a gente explica: 'vai ser instaurado inquérito, ele vai ser chamado, independentemente de você querer ou não, a testemunha vai ser chamada, vai ser encaminhado para o Fórum, não tem mais a pena de cesta básica e ele corre o risco de ser preso ou de responder em liberdade'. Então elas falam: 'não quero'. Quando falo que ele pode ser preso, algumas delas não querem porque, se o boletim for feito, já vai para frente, não depende mais dela e algumas preferem resolver com o advogado.*

Conforme o relato dessa escrivã, ela explica para a mulher a mudança da Lei 9.099/95 para a Lei 11.340/2006 e ao orientar sobre a incondicionalidade da representação nos casos de lesão corporal e a possibilidade de prisão do agressor, afirma que algumas desistem do registro da queixa.

Quanto ao registro do boletim de ocorrência, Dr. Antonio afirma que, na delegacia onde atua, todas as mulheres fazem o registro: *todas registram, mas elas manifestam que não querem dar continuidade.*

Dr. Benício, por sua vez, informa que, *em 90% dos casos, é lavrado o boletim. Há casos em que a mulher apenas quer que chame o companheiro para dar uma bronca, conversar... Então, há casos, mas são poucos. A maioria dos casos são lavrados.*

Esses delegados afirmam que todas as mulheres, ou a maioria, que procuram o distrito policial saem com o B. O., embora manifestem o desejo de não darem continuidade ao processo. Conforme relato dos dois delegados, é

possível perceber que, numa delegacia, a maioria das mulheres não quer dar prosseguimento ao processo, na delegacia da cidade vizinha, esses casos são em menor número.

Dr. Celso relata: *aqui ela sai com o B.O. registrado. Infelizmente não dá para conciliar. Se aqui houvesse uma psicóloga para conversar antes, fazer o atendimento, analisar e ver se é isso mesmo que a mulher quer e o que está acontecendo, se realmente houve a agressão, aí quem sabe poderia mudar um pouco isso; mas, da forma que funciona aqui o plantão, elas chegam e já registram, e a gente já encaminha para delegacia da mulher, para depois ser intimada novamente.*

Também esse delegado afirma que as mulheres que vão à sua delegacia saem portando o boletim de ocorrência. Para ele isso ocorre porque não há um profissional especializado para verificar a agressão, para confirmar a vontade da mulher e tentar a conciliação.

Aconselhamento e reconciliação

Sobre o aconselhamento e a tentativa de reconciliação feitos nas DDMs e nos distritos policiais, alguns agentes dão o seu depoimento.

Adriana afirma: *é uma atitude que não cabe a nós fazer. Porque só quem convive dentro da casa, entre quatro paredes, é que sabe o que se passa. Então, é uma decisão que não dá para partir da gente, porque você conhece um lado da história. Eu conheço o lado que a mulher vem me contar; depois, quando o autor é intimado para responder, eu conheço o lado dele, o que o fez chegar àquele ponto, se é que chegou ou se não chegou, porque eles não admitem; porém, eu não sei, lá dentro, como é que funciona. Então, fica difícil você opinar nessa circunstância.*

Para Adriana, não é da competência da DDM propor a reconciliação nos casos de violência contra a mulher. Acha difícil opinar ao conhecer a versão do autor da agressão, quando este responde à intimação.

Ainda sobre a reconciliação, ou um acordo entre as partes, Bianca relata: *a gente faz uma parte de assistente social e psicóloga. A gente aconselha bastante o que está ao nosso alcance. A gente explica todas as possibilidades. Explica o que se pode conseguir junto à Coordenadoria da Mulher, explica sobre o Abrigo. A gente explica tudo porque a gente não tem como adivinhar se a vítima é*

realmente como aquelas que eu te falei, se é uma vítima de violência ou é uma briga generalizada. Então a gente orienta e aconselha. Quando há agressão física, não. Nunca aconselhei. Porque se acontecer alguma coisa depois, a gente vai se sentir culpada. Já ocorreu de não ter acontecido crime, a vítima não tinha uma boa relação com o marido: 'ah! Ele não dá atenção, é ciumento, me xinga porque eu vou trabalhar'. Só quando há uma situação assim, que é de intolerância, e não uma situação criminosa, já aconteceu de se chamar as duas partes, mandar uma intimação para o marido, chamar os dois, tentar conversar, entrar num acordo e falar: 'da próxima vez que o senhor xingar, ela vai voltar e fazer o boletim ocorrência'. Nesse sentido, quando não há uma violência maior, a gente chama e tenta aconselhar, se for da vontade dela também, porque às vezes ela quer fazer a ocorrência e manda ver. Há umas decididas que querem, mas já aconteceu de aconselhar e não acontecer (o registro).

Bianca declara que, em sua atuação profissional, aconselha bastante porque não tem como identificar se a mulher é “vítima de violência ou de uma briga generalizada”, exceto em casos de lesão corporal. A escritvã afirma não ter condições de identificar o tipo de violência de que a mulher é vítima, se é uma “situação criminosa” ou uma situação de “intolerância” em que há ciúmes e xingamentos. Entretanto, O xingamento está previsto na Lei Maria da Penha, artigo 7º, inciso V: *A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria*³³. Bianca tenta aconselhar quando, em sua visão, não há uma “violência maior”. A violência moral atinge a honra e a imagem das mulheres. Caluniar alguém é fazer uma afirmação sem ter provas. Difamar é falar mal, ofender a reputação. Injuriar é ofender a dignidade e o decoro. A dignidade de uma pessoa é o sentimento que ela tem sobre seus atributos morais; decoro é o sentimento que ela tem sobre si mesma, com relação a seus atributos físicos e intelectuais. Palavras, expressões e atos podem ser injuriosos. (Governo do DF, 2009).

Capacitação policial recebida para o exercício profissional.

Os agentes policiais, escrivães ou delegados, são admitidos à instituição policial por meio de concurso público. Aos candidatos a delegados é exigido o

³³ A apuração para estes três tipos de crime só pode ser feita com autorização da própria vítima ou, em caso de menor ou incapazes, pelos representantes legais. (Governo do DF).

bacharelado em Direito. Aos escrivães é exigido o ensino médio como escolaridade mínima. Ao serem aprovados, passam por um período de formação inicial na Academia de Polícia. De acordo com os entrevistados nesta pesquisa, o período de formação variou de três a seis meses. Após esse tempo, são oferecidos cursos não obrigatórios, com exceção daqueles exigidos para a mudança de classe. Todos entram na quinta classe.

Ao falar da formação recebida na Academia de Polícia, Bruno relata que *não existe uma preparação profissional. Acho que a polícia, de uma maneira geral, o funcionalismo público, o professorado, não tem respaldo nenhum para o pessoal, para o profissional exercer de maneira digna sua função. Então nem na preparação na Academia, não se prepara visando burilar aquele funcionário de uma maneira a representar o Estado. Porque se você vai à iniciativa privada, a partir do momento em que você é contratado pela empresa, você veste uma marca. Eles buscam te preparar da melhor maneira para que você represente aquela marca. A minha opinião quanto à preparação policial é esta: extremamente fraca, o ensino é defasado. A academia de polícia, estruturalmente, não atende às necessidades básicas de um policial: não há nem refeitório, ficamos seis meses indo lá, fazendo refeição numa banca de jornal que há na frente. Então, eu acho que tudo aquilo que você vai aprender aqui na polícia, infelizmente não é na escola, é dentro da instituição. A partir do momento em que você vem para uma instituição para aprender na prática o que ela é, é perigoso, porque você pode aprender para o lado bom, como você pode aprender para o lado ruim. Porque exemplo das duas coisas você vai ter muito fácil, muito acessível a você. E aí qualquer desvio de personalidade, de caráter, uma formação familiar... pode te levar para um caminho que não é interessante para o trabalho e não honra a carteira que você recebeu.*

Sobre outros cursos para o aperfeiçoamento profissional, Bruno relata que *foi iniciativa minha. Inclusive acho que aqui ninguém sabe que eu fiz esse curso, mesmo porque na polícia você pode se encher de curso que não vai te levar a lugar nenhum. Infelizmente essa é a realidade. Foi bom para o meu desempenho profissional, é bom para o meu desempenho funcional aqui. Acima de qualquer curso é a criação que eu tive dos meus pais. Isso que é relevante, a maneira como eles me ensinam. Sempre que há alguma coisa do meu lado, eu procuro ver meu pai e minha mãe do outro lado do balcão e é isso que faz eu querer atender de uma maneira diferenciada, eu querer atender melhor, eu querer me especializar mesmo, independentemente de colher alguma coisa, de*

um possível reconhecimento. Eu sou um cara que leio muito; até bula de remédio, se cair na minha frente, eu estou lendo e ajuda na formação. Enriquecimento de formação nunca é demais e sempre ajuda você. Numa hora e outra, você vai acabar lembrando alguma coisa que você leu.

Em relação à capacitação específica para atendimento de mulheres Bruno afirma que nós não tivemos. Quanto ao atendimento de mulheres, que é tão delicado, eu não tive nenhuma. Eu tive um breve estudo que eu fiz, um acompanhamento sobre a criminalidade no Rio de Janeiro, com os trabalhos do Luiz Eduardo Soares e a Bárbara Soares. Ele ocupou a Secretaria no Rio de Janeiro, e a mulher dele fez um trabalho específico no atendimento de mulheres, junto com a Silvia Lemgruber, que fez todo esse acompanhamento. Eu estudei um pouco o trabalho deles com as mulheres, a criação do Centro de Referência no atendimento da mulher. Então, alguma coisa eu entendo disso estudando por fora. Agora uma preparação... Eu vou falar de uma maneira genérica: eu acho que o atendimento de alguns crimes que são contra a mulher, que mexem não só com a violência corporal, mas, principalmente, com a psicológica, elas demandam um preparo que é assim muito específico. Então, para a gente é complicado, porque é fácil você atender uma mulher no balcão, que apanhou do marido, e falar para ela assim: 'é a quarta ou quinta vez que você apanha, você apanha porque você gosta, você merece apanhar'. Ao passo que o funcionário tinha que ter uma sensibilidade para entender a condição sócioeconômica daquela mulher. O que a prende àquele marido? Que visão ela tem de uma instituição familiar, que, à vezes, não é aquela que você entende?... Então, eu acho que são casos geralmente semelhantes. Agressão à mulher, estupro, violência doméstica. São casos que parecem semelhantes. Uma mulher que chega aqui agredida, que chega aqui violentada, são casos que têm extrema especificidade. Então, acho que, se nós não tivermos essa preparação para entender a especificidade, daquele caso, a gente tende a generalizar isso e, generalizando, o atendimento cai de padrão e você acaba atendendo tudo como um robô. E isso aí é perigoso. É perigoso não só no caso da violência da mulher, mas no atendimento da criminalidade como um todo. Mas nesse caso específico da mulher que sofre em casa, sofre calada, que é agredida continuamente, permanece no lar, permanece fiel aos filhos, então são realidades diferentes em cada família. A não-preparação específica para isso prejudica demais as mulheres, demais, demais. Então, é o que eu volto a dizer para a senhora: referente à delegacia de defesa da mulher, acaba havendo uma preparação maior por vontade dos próprios funcionários.

Segundo Bruno, não há capacitação do funcionário público em geral e ele compara o Estado com a iniciativa privada. A preparação oferecida pela academia de Polícia é “fraca” e “defasada”, além de ter infraestrutura precária. Bruno afirma que o aprendizado ocorre durante o exercício profissional e aponta para a facilidade e o perigo do funcionário se voltar “para um caminho que não é interessante para o trabalho”. Pela peculiaridade do trabalho, formar-se apenas por meio da “prática” do exercício profissional cotidiano torna-se perigoso, porque o agente policial terá exemplos bons e maus. Bruno afirma que, se o agente policial não tiver “formação familiar”, pode correr o risco de não “honrar a carteira”, ou seja, o cargo.

Bruno relata que, por iniciativa própria, fez cursos para seu aperfeiçoamento profissional e que não recebeu capacitação própria para atender mulheres em situação de violência. Afirma que a violência psicológica demanda sensibilidade e um “preparo muito específico”, para “entender a condição socioeconômica daquela mulher, o que a prende ao marido”, pois sem essa preparação, corre-se o risco de generalizar e “isso prejudica demais as mulheres”.

Carlos relata sobre o início do trabalho na instituição policial. *A gente faz um concurso público, há as fases do concurso, depois você tem um curso preparatório na Academia de Polícia. Na minha época, era de três meses. Hoje, para o pessoal que ingressar na carreira pública, na Secretaria de Segurança Pública, é em torno de seis meses, 180 dias. A princípio, eles dão uma base do que é o trabalho, mas com o tempo você vai adquirindo experiência. Eles te dão uma visão do que é feito, da parte da polícia judiciária, dos procedimentos, mas a experiência é que vai te dar a vivência para saber o que deve ser feito realmente, ou não. Depois daquela formação inicial, eu fiz vários cursos na academia, cursos de especialização para promoção, de armamento e tiro. Esse para especialização, tem acompanhamento psicológico. É um curso dirigido para promoção.*

Sobre a formação específica para o atendimento de mulheres em situação de violência, Carlos afirma: *eu acredito que deveria ter e isso é uma posição minha. Eu acredito que toda unidade deveria ter uma pessoa, uma assistente social, para fazer os acompanhamentos. Não só nos casos de crime contra a mulher, mas na maioria dos crimes. Acho que teria que ter uma pessoa especializada na parte psicológica para dar orientação. Os policiais são orientados a dar um bom atendimento, prestar todas as informações devidas,*

até a parte psicológica. A gente, às vezes, até conversa com as pessoas no sentido de orientá-las a procurar um profissional. Dependendo, se a situação for muito traumatizante, procurar um profissional adequado para fazer um acompanhamento. Mas eu acho que cada unidade teria... Há as delegacias participativas³⁴, elas têm um corpo de funcionários que são psicólogos... Eu acredito que isso seria muito importante. Aqui, no AB, há delegacia participativa no segundo DP de Santo André, ficam assistentes sociais... Mas, tudo depende de convênio com a prefeitura, com as universidades... Eu acho isso importante. A gente recebe, nos cursos realizados na academia, a gente recebe a orientação de como agir profissionalmente, na parte de polícia judiciária. Parte técnica. Agora, a parte que eu também acho muito importante, é a parte humana, acho que teria que ser trabalhado esse campo aí.

Carlos fala que os policiais são orientados a dar bom atendimento e a capacitação recebida refere-se à parte técnica da polícia judiciária. Refere-se à vivência cotidiana como o aprendizado para “saber o que deve ser feito”. Fez cursos de armamento e tiro, oferecidos pela Academia de Polícia.

Ao afirmar a importância da capacitação especializada para o atendimento de mulheres que sofrem violência, Carlos deixa claro que essa é uma posição dele. Com isso, ele estaria – implicitamente - dizendo que essa não é a posição da instituição? Na sua compreensão, a instituição policial não daria importância a tal formação específica? Não é possível afirmar o motivo pelo qual Carlos demarca sua posição, porém fica claro que ele percebe a especificidade do atendimento. Relata que acaba fazendo também a parte psicológica, e por isso, sugere que haja profissionais capacitados para isso. Afirma que a instituição policial teria que cuidar da “parte humana” na formação dos agentes policiais.

Luiz lembra que *a formação foi no começo da carreira, há 21 anos. Na época foram três meses de período integral, depois a gente fazia o estágio de seis meses. Durante esse tempo, eu vinha fazendo curso de aperfeiçoamento, agora eu só fui chamado no ano passado. Mas é importante, porque fazer curso de capacitação é importante. Acho que toda capacitação que acrescenta ao funcionário é bom para a instituição. Todo conhecimento que vem para ajudar, para somar, é importante. A pessoa atua melhor se for instruída sobre aspectos psicológicos, sociais, ou sobre uma ajuda de outros órgãos. Às vezes o problema não é tanto policial, mas é problema social. Casais que brigam e não têm uma casa, não têm onde morar, mas têm vínculo que são os filhos e não têm como*

³⁴ Delegacia participativa:

desfazer esse vínculo porque não têm para onde ir. É mais uma questão social, quer dizer, eles não se suportam, mas convivem... é complicado.

Luiz é o único que fala de um estágio após o período de formação na Academia de Polícia. Afirma que capacitação faz bem ao funcionário e à instituição. Fala de formação sobre aspectos psicológicos e sociais, no caso da violência contra a mulher, porque desloca o foco da questão criminal para a social.

Adriana relata que o período da Academia é de três meses, aproximadamente. Tive bons professores. Não tinha noção do que era a Polícia, não tenho parentesco nenhum na Polícia. A princípio, eu tinha muito medo, porque eu não sabia o que ia encontrar, eu achava que ia ter que atirar, ter que matar, que teria que viver as cenas que se costuma ver na televisão. E, depois desse período, não teve outro curso. Eu tive bons delegados, junto com os quais eu trabalhei no começo da minha carreira como escrivã, que me ensinaram tudo o que eu sei. Eu trabalhei com delegados, assim, extremamente competentes e inteligentes; um que já havia sido escrivão, um professor de faculdade e o outro, Dr. XXXXX, que, embora não tenha sido escrivão, sempre foi uma pessoa muito culta, muito inteligente, e ele sempre me auxiliou no que eu precisava. Eu pedi para vir para a DDM porque eu queria uma coisa mais tranquila. Achei que seria mais tranqüila, mas não é tanto assim, mas me acostumei. Aí eu fui me adequando, fui pegando confiança no trabalho, fui me desenvolvendo, fui aprendendo, tornei-me chefe. Já sou chefe há aproximadamente 13 anos, e tenho, uma boa desenvoltura cartorária³⁵, pois, quando eu fiz a academia de polícia eu procurei me esforçar demais porque eu precisava trabalhar; então eu procurei aprender muito lá dentro, e tive ótimos professores, eram delegados, mas muito bons, na ocasião. Ser chefe é um cargo de confiança, você recebe um pró-labore, que é irrisório, mas é um cargo de confiança. Como tem o escrivão chefe, tem o investigador chefe. É aquele que orienta os demais escrivães ou os demais investigadores, porque nós temos uma hierarquia, e eu levo os problemas à delegada com relação aos escrivães e a XXXXX, que é investigadora chefe, leva os problemas para a delegada, conforme a necessidade, mas aqui todo mundo tem o mesmo nível de capacidade profissional, a gente não tem problema não. Eu nunca precisei exercer a função de chefe.

Com referência a outros cursos, Adriana declara: *Sinto necessidade só de curso de tiro, porque, na ocasião em que eu me formei, nós não tínhamos. Na*

³⁵ Cartorária: habilidade em lidar com os diversos cartórios existentes no Fórum.

época em que eu fiz Academia, tinha muita gente do interior alojada, fazendo curso de investigador e, por isso, não tinha local e nem professores disponíveis para os escrivães. Então eu fiz só duas aulas. Depois eu fiz algumas vezes na (incompreensível), com conhecidos, para aprender, mas eu gostaria de fazer o curso de tiro. Eu não sou formada em nada, eu terminei o segundo Colegial, sei tudo de crime e dos artigos, tudo por conta do período de trabalho que eu tenho. Então a gente aprende a interpretar, inclusive os artigos. Mas eu não tenho vontade de fazer Direito porque eu não tenho vontade de ser delegada nem advogada. Eu não tenho essa aptidão para faculdade, não, mas eu estou bem aqui. Para mim, o que eu sei até que acho suficiente. Vim para cá com a Dra. XXXXX e hoje estou na especializada. Já trabalhei em distrito comum. Acho bastante complicado trabalhar em distrito comum e, ao mesmo tempo, mais fácil que trabalhar na delegacia da mulher. Daqui a cinco anos me aposento. Acho que vou me aposentar por aqui mesmo. Eu queria ir para a delegacia do idoso, que vai ser inaugurada, mas não sei se vou ter essa oportunidade; se tivesse, eu iria.

Após o período de formação inicial, Adriana atribui seu conhecimento ao seu esforço pessoal e ao ensinamento recebido dos delegados com quem trabalhou. Não se considera atraída para o estudo do Direito e está satisfeita com o conhecimento adquirido. Afirma que o trabalho na DDM não é mais tranquilo que o trabalho em um Distrito Policial. Esse relato demonstra que Adriana, fazendo parte da própria instituição policial, não tinha informações sobre o funcionamento da delegacia da mulher.

Alexandra, ao falar da capacitação específica para atendimento de mulheres em situação de violência, relata que formação *específica não*. Lá (na Academia de Polícia) a orientação é quanto aos boletins de ocorrência, muito sobre o atendimento. É lógico que sempre tem esse lado (das mulheres) e quando chegam mulheres aqui com qualquer tipo de violência, doméstica, sexual, seja qual for, então a escrivã, para (a mulher) ficar mais à vontade - porque a pessoa já chega num estado de constrangimento, então são investigadoras, que nós temos aqui -, chama, ouve, colhe o depoimento da parte, orienta e conversa. A gente chama (a assistente social), da Secretaria (da prefeitura) em que tem um setor das mulheres, tanto que, quando chegam aqui, a gente encaminha. Lá tem assistente social, que nós não temos aqui de pronto. Quando chegam, (é a assistente social) que conversa. Elas acompanham a mulher aqui, é elaborado o boletim de ocorrência, elas acompanham a mulher no exame de corpo de delito. Sempre que chega uma mulher aqui, eu atendo. A

mulher chega aflita com qualquer situação de ameaça, eminência de ameaça, de agressão. Ou mesmo quando chega num estado emocionalmente abalado, a gente chama a assistente social para conversar. A assistente social já sabe como proceder, como falar. A gente também sabe, mas a gente deixa para que eles façam e depois a gente elabora a ocorrência e instaura o procedimento. Em (no município de) XXXXX, há um índice grande de violência doméstica, não só contra a mulher. Eu acho, muitas vezes, que a questão é social, é uma questão de educação mesmo, pois as pessoas são muito carentes, é de base mesmo. Eu vejo que esse é o maior problema. Não é o registro de um boletim de ocorrência que vai resolver a situação dessas pessoas, esse é um segundo plano.

Sobre o documento Convenção de Belém do Pará, a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, explica: *bom, eu estou no último ano de Direito, houve várias palestras lá, no ano passado, e este ano teve uma palestra de violência contra a mulher, mas de violência de gênero, nunca ouvi falar. Vou procurar saber.*

Alexandra afirma não ter recebido preparação específica para atender mulheres, apenas sobre os boletins de ocorrência. Informa que, no distrito policial em que atua, os casos de violência contra as mulheres são atendidos por investigadoras mulheres daquela unidade policial, auxiliadas por assistentes sociais da prefeitura. Somente após esse atendimento é feito o B. O.

Chama atenção nesse depoimento o fato de a mulher, antes de ter o registro da sua queixa, ser ouvida por uma investigadora. Que consequências esse procedimento pode trazer para a mulher? Por que uma escuta qualificada não pode ser feita durante o registro da ocorrência?

Alexandra mostra que, no distrito policial em que trabalha, existe uma parceria com a prefeitura local que cede assistentes sociais para atendimentos específicos. Segundo seu relato, ela se limita a elaborar o B.O. e instaurar o inquérito. Entretanto, esse relato conflita com a experiência que tive em 2001, quando exercia a função de coordenadora da Casa-Abrigo Regional do ABC para mulheres em situação de risco de morte. A Casa recebeu uma mulher que entrou em risco por ter feito denúncia de abuso sexual contra o pai de sua filha de três anos. Ambas foram abrigadas, e as medidas necessárias para prosseguimento do processo foram tomadas. Nesse sentido, quando houve a convocação para a menina ser ouvida, com dia e hora marcados, acompanhei as duas até a delegacia. A escrivã (outra que não a entrevistada desta pesquisa) recebeu-nos e disse que a menina precisaria relatar o que havia acontecido. Perguntei se a

delegacia dispunha de uma psicóloga ou assistente social para conversar com a criança. Ela respondeu que não. Solicitei que chamasse algum membro do Conselho Tutelar da cidade. Disse-me que isso não era possível e que ela mesma faria a oitiva. Ao dirigir-se à menina e perguntar-lhe o que aconteceu, esta permaneceu calada no colo da mãe. Insistiu na pergunta e nada obtive da menina. Dirigiu-se a mim perguntando o que eu era. Respondi que era assistente social. Diante disso, incumbiu-me de fazer a criança falar. Como mãe e filha já estavam na Casa-Abrigo há alguns dias, apostei no meu relacionamento com a menina e pedi-lhe que contasse para a “titia” (escrivã) o que o papai havia feito. A menina respondeu em tom bem baixo *“mexeu na minha periquita”*. A escrivã disse não ter escutado. Fiz novamente a pergunta e a menina respondeu da mesma maneira. Por insistência da escrivã, assim procedi pela terceira vez, e esta se negou a registrar as informações, afirmando não compreender o que a criança dizia. Ao contrário do que a escrivã Alexandra relata, não pude constatar nenhuma parceria com qualquer serviço público existente no município para atendimento de violência contra mulheres e meninas.

Bianca expõe acerca da capacitação recebida. *A gente tem a formação da Academia de Polícia. Hoje acho que são até mais, mas, na época eram quase seis meses de formação geral, porque a gente não sabe para onde vai. Então, a gente aprende mais a mexer no sistema de informática da polícia. Como o segundo grau é o nível de escolaridade necessário para o concurso, então a gente tem noções de Direito para saber o que fazer, embora seja o delegado a dizer a natureza do crime; além disso, a gente recebe algumas lições de inquérito policial, como lidar com o inquérito, com a lei 9.099. Isso a gente recebe lá na Academia.*

Após a formação inicial há cursos na academia de assuntos variados: de roubo de carga, de administração de pessoal, mas fica a critério do funcionário fazer ou não. *Então até hoje eu não fiz nenhum curso. E, com a mudança de classe, a gente entra na quinta classe, depois de três anos, quando termina o estágio probatório, a gente passa para a quarta classe, na qual estou ainda, depois de dez anos. E aí, depois da terceira para a segunda classe, há um curso obrigatório de atualização Academia. Da primeira classe para a classe especial, há um curso também, pois são cursos obrigatórios. Mas eu ainda não fiz nenhum.*

Bianca relata sua experiência de trabalho na DDM e compara com o trabalho em uma delegacia comum. *É bem diferente porque as vítimas de uma*

delegacia comum, se (a mulher) foi roubada, ela chega lá, fala que foi roubada e sai com o boletim de ocorrência. Só que ela não conta a história do sofrimento, da vida dela, de repente de uma vida inteira. Tem que ter um preparo, até psicológico, para tentar ouvir e saber o que falar, porque no começo a gente fica abalada mesmo. Você senta, ouve uma história e quer chorar junto com a pessoa que está te contando. Nos primeiros meses, você não sabe direito o que fazer. Você sofre, se envolve. A gente fala que, depois de um tempo, a gente fica insensível, a gente pensa racionalmente naquele caso, e não mais emocionalmente. A gente não se envolve mais, mas é necessário um preparo, sim, para saber ouvir, saber falar, saber preparar as coisas, até pelas leis específicas, tanto da mulher como da criança também que passa pela delegacia da mulher. Teria que ter um treinamento específico.

Para atuar numa delegacia especializada, Bianca julga importante um treinamento específico e um preparo psicológico para que o agente policial não se envolva nos casos a ponto de assimilar o sofrimento da mulher atendida.

Dr. Antonio, ao falar do seu processo formativo, explica: *Veja, eu vou te dar uma posição. O delegado de polícia exerce, no início, o forte do policial. No início da carreira, ele está em diversos lugares, isso cria uma gama de conhecimentos, isso ganha um perfil muito dinâmico e, com o correr do tempo, você vê as coisas, você vê as coisas acontecerem de uma maneira e vê acontecer de outro. Eu acredito que ainda vou ver por outras formas elas acontecerem, mas, via de regra, elas se repetem.*

Sobre a capacitação especializada para atender mulheres em situação de violência declara que *não existe. Não existe um treinamento para isso. O treinamento que tem é a vida conjugal, o treinamento que tem é a vida dos filhos, porque os problemas são iguais.*

Dr. Antonio, o mais velho em idade e com maior tempo de atuação na instituição policial entre os entrevistados, não menciona o tempo de formação inicial recebido na Academia de Polícia e declara que o aprendizado se dá porque o agente passa por *diversos lugares*, sugerindo que os diversos locais em que o policial trabalha dão a ele, de acordo com cada perfil, o conhecimento necessário para sua atuação profissional. Nesse sentido, porque “as situações se repetem”, o aprendizado se dá no cotidiano. Aqui cabe uma questão. O que se repete são os casos ou as respostas dadas a eles?

Segundo esse delegado, na polícia não há um treinamento específico para atender mulheres em situação de violência, a própria vida conjugal prepara para

a ação policial. Esse relato aponta para o risco da subjetividade. Dependendo das representações sociais sobre a mulher, sobre a vida conjugal, a ação profissional pode não atender às necessidades das mulheres, conforme a legislação. A instituição não tem controle sobre as subjetividades. Além do que, tal declaração leva a pensar que os policiais sem vida conjugal não teriam capacitação para atender tais casos.

Dr. Benício recorda o seu processo formativo. *A gente é aprovado no concurso e faz um curso de formação técnico-profissional na Academia de Polícia. Esse curso, atualmente, está por volta de um ano. Quando eu fiz, foram quatro meses. Depois dessa formação inicial, não existe nenhuma formação periodicamente. Na verdade, o que eu fiz na Escola de Magistratura foi a pós-graduação. O curso que você é obrigado a fazer, quando você entra na função, é Direito. O curso de pós-graduação foi por minha vontade, por interesse meu, eu queria fazer uma espécie de pós-graduação e acabei fazendo lá na Escola de Magistratura, em Direito Público. Agora, o curso de formação técnico-profissional é obrigatório para você ser aprovado no concurso, prova de títulos para ingressar na carreira de delegado. Você é obrigado a fazer esse curso técnico-profissional. Depois disso, são abertos vários cursos, mas são cursos voluntários, não há obrigatoriedade. Alguns são obrigatórios, por exemplo, o de manuseio de armas automáticas e semiautomáticas. Para você poder portar uma arma semiautomática você tem que fazer esse curso. É obrigatório. Curso de aperfeiçoamento para delegados de terceira classe. Para você passar, por merecimento, para segunda classe, você é obrigado a fazer esse curso. Eu fiz em 2003 para ser promovido por merecimento. Tem promoção por merecimento ou por antiguidade. Por merecimento, você tem que fazer esse curso de aperfeiçoamento. Da terceira classe para a segunda e da primeira para a especial. Você é obrigado a fazer esse curso. Eu fiz vários cursos na Academia: cursos de atualização, curso de anti-sequestro, curso de crime organizado, cursos que, na verdade, não eram obrigatórios.*

No que se refere à especialização para atendimento de mulheres em situação de violência, *não existe. Que seja do meu conhecimento, não existe uma capacitação específica para esse tipo de atendimento, violência contra a mulher. Eu também desconheço se, atualmente, no curso técnico-profissional para os delegados que estão ingressando na carreira, existe no programa uma atividade específica, uma disciplina específica sobre violência contra a mulher. Desconheço. Mesmo porque essa Lei é recente. Do ano passado pra cá,*

modificou muito essa temática processual e penal. Então eu acredito que, hoje, seria interessante uma disciplina no curso de formação técnico-profissional para os delegados que estão ingressando. Acho que seria interessante essa matéria na Academia de Polícia. Não só para ministrar conhecimentos jurídicos, mas também outros aspectos referentes ao assunto, aspectos sociológicos, aspectos..., enfim, aspectos sociais dessa problemática.

Esse delegado refere ter a formação exigida no concurso público, que é o bacharelado em Direito. O curso de pós-graduação foi realizado por interesse próprio. Desconhece algum curso que prepare para o atendimento de mulheres, antes e após a promulgação da Lei Maria da Penha. Aponta a necessidade de obter conhecimentos jurídicos e sociológicos da questão.

Dr. Celso se refere à sua formação profissional afirmando que *é o concurso público, é a academia de polícia com várias matérias, mais de vinte matérias, se não me engano. Específico (curso) para delegado de polícia, na época, foi rápido, foi questão de três, quatro meses, hoje chega a quase um ano, uns oito meses, depende da turma, uns nove meses. Entre o concurso e até sair e entrar na delegacia, é quase um ano. Existem cursos que você pode fazer, mas não são obrigatórios. Eu fiz dois cursos, um de armas e outro de pessoal.*

Com relação à necessidade de capacitação específica para atender mulheres em situação de violência, ele se coloca dizendo: *eu acho que sim. Porque, inclusive, tem o aspecto psicológico daquela pessoa na hora em que ela chega, está nervosa. Na hora, ela quer fazer tudo, quer prender o marido, quer fazer e acontecer; mas, já no dia seguinte, não quer mais nada. Então teria um acompanhamento de uma psicóloga para, no início, conversar com essa pessoa para ver se é isso, realmente, que ela quer. Porque há muitas que chegam aí, quer, quer... depois se arrepende e a gente acaba prendendo o marido em flagrante. Eu advogo a Maria da Penha para realização do flagrante. Nós fazemos vários aqui. Quase todo final de semana acaba saindo, pelo menos, uma prisão em flagrante. Depois ela vem, se arrependendo, no dia seguinte, chorando, dizendo que não era bem aquilo que ela queria. Aí não tem volta. Foi feita e é só o Judiciário que decide. É arbitrada a fiança. Se a pessoa não tiver antecedentes criminais, não tiver condenação por algum crime doloso anterior, você pode arbitrar a fiança na hora para a pessoa recorrer. Mas, geralmente, acaba não recorrendo. Fica presa, dois ou três dias preso. Eu acho muito importante, inclusive para a mulher. Eu acho muito importante a delegacia da mulher, também no aspecto dos crimes sexuais, que o marido pode cometer também.*

Então para ela se abrir, conversar com outra mulher é muito mais fácil do que chegar aqui e explicar detalhes íntimos. É complicado. Eu sou a favor que tenha esse atendimento especial, não só para mulher, mas também para criança, um adolescente também. Isso é muito importante e o acompanhamento psicológico.

Dr. Celso relata ter recebido formação inicial e, ao longo da carreira, fez cursos não obrigatórios. Demonstra ter presente o momento conflituoso do atendimento de mulheres em situação de violência e vê a importância do atendimento psicológico que, no seu entendimento, vai ajudar a mulher a decidir pelo registro, ou não, da queixa. Ele aponta para a presença de um profissional qualificado, mas não necessariamente para a qualificação específica dos policiais.

Dra. Denise explica que na polícia você tem que ser bacharel em Direito e tem que prestar concurso público para delegado de polícia. Passando em todas as fases do concurso, você vai para Academia de Polícia. No meu tempo, eram três meses de Academia de Polícia. O dia inteiro, período integral que ficava e, de lá, você sai, toma posse como delegada e é designada para o lugar que você vai trabalhar. Cursos de aperfeiçoamento existem, porque, claro, você sai da academia na quinta classe. É a base, de quinta a especial. Então você começa. Quando você entra, por exemplo, na terceira classe, você tem que fazer novo curso na academia para você poder passar para segunda classe. Então você tem uma nova formação, você tem uma formação diferenciada de administração de delegacia. A parte administrativa. Porque, como terceira classe em diante, você vai chefiar uma delegacia, eu fiz esse curso também.

A delegada faz referência à formação convencional, necessária para o exercício profissional de delegada, porém não cita qualquer formação específica para atuar na delegacia especializada.

À pergunta sobre a capacitação recebida na Polícia para exercer a função de delegada, Dra. Elaine respondeu que capacitação não recebeu nenhuma porque, pelo concurso, ela e os demais delegados concursados já provaram que são capazes. O que ela fez foi especialização. Fez todas. No início, recebeu formação de três meses; em seguida, fez todos os cursos que teve oportunidade, mencionou apenas o curso de tiro, o da lei 9.099/95 e da Lei Maria da Penha. Solicitei que falasse um pouco dessa formação. Respondeu que, sempre que sai uma lei nova, é oferecido um curso e ela sempre faz.

Dra. Elaine não quis gravar entrevista e, durante a conversa, demonstrou não ter gostado da expressão "capacitação". Usou a expressão "especialização" e

falou isso com certa arrogância. Mencionou o curso de tiro. Foi a única agente policial que afirmou ter feito curso sobre as Leis 9.099/95 e 11.340/2006.

Dr. Felipe relata que *todos nós, delegados de polícia, após prestarmos o concurso específico, recebemos um curso na Academia de Polícia por seis meses, não só para os conhecimentos teóricos em Direito, mas também temos um pouco da prática policial, para que nós possamos ingressar na carreira e assumir os plantões dos Distritos Policiais. A nossa Academia de Polícia proporciona alguns cursos para que o policial possa ir se aperfeiçoando. Infelizmente, por causa do acúmulo de serviço e da diminuição do número de policiais, torna-se quase impossível o policial fazer esses cursos complementares; mas, na medida do possível, os policiais se dirigem à Academia de Polícia com esse fim.*

Dr. Felipe fala apenas da formação convencional e aponta as dificuldades para o aperfeiçoamento.

Observações feitas no plantão realizado num dos distritos policiais

As observações feitas durante os plantões consideraram a rotina, a infraestrutura do local, a equipe presente e os casos atendidos.

O plantão realizado num dos distritos policiais, que funciona 24 horas, foi agendado com o delegado titular, que sugeriu minha chegada às 20h, por ser o horário de troca de equipe. O delegado comprometeu-se a comunicar ao delegado plantonista o meu comparecimento ao distrito. A data foi escolhida por ser seguida de um feriado prolongado.

Cheguei às 20h10 e fui recebida por um investigador. Apresentei-me, porém ele desconhecia a minha visita. Pediu-me que aguardasse a chegada do delegado. Na sala de espera, duas mulheres aguardavam atendimento. Sentei-me junto a elas. Aos poucos, foram chegando mais pessoas. Quando o delegado chegou, apresentei-me novamente e ele também desconhecia o meu trabalho naquela noite. Enfim, expliquei-lhe o objetivo da minha pesquisa, e ele permitiu que eu permanecesse. Às 21h30, o delegado plantonista comunicou-me que o titular havia telefonado, avisando que estava autorizada a minha permanência naquele local.

A infraestrutura:

O prédio da delegacia passava por reformas. Uma parte das paredes estava pintada de azul e outra parte, rebocada. Alguns mobiliários estavam amontoados. Faltavam mesas, a impressora ficava num banco de pedra, juntamente com papéis e sacola. Havia um sofá de dois lugares em estado precário de conservação; sobre ele, havia jaquetas, papéis e maleta de notebook. Sobre o arquivo, havia copos descartáveis sujos de café. As duas salas dos escrivães eram separadas por uma parede, sem portas que garantisse a privacidade: com facilidade se ouvia a conversa da sala vizinha.

A equipe:

O delegado que estava deixando o plantão e o que estava chegando são bastante jovens, como um dos escrivães e um investigador. O outro investigador e outro funcionário que cuidava dos presos eram mais velhos, já grisalhos. O delegado que terminava o plantão avisou-me que quase não havia *“casos de Maria da Penha”*, ele só havia atendido um caso. O delegado que entrava concordou e informou-me que, em cinco meses de plantão, havia atendido apenas dois *“casos de Maria da Penha”*. Esse delegado pareceu-me um pouco inseguro, a cada instante ele consultava um livro (seria o Código de Direito Penal?). Também vinha muitas vezes à sala dos escrivães e à sala de espera, conversava atenciosamente com as pessoas que aguardavam o atendimento. Várias vezes o carcereiro me ofereceu café e água.

A televisão estava ligada e exibia um filme com Mel Gibson. Comentavam o filme que, sendo de 1977 (segundo os agentes), tinha alta tecnologia com celular, rádio e armas. Numa das cenas do filme, aparece um menino negro dirigindo-se ao policial e perguntando se era verdade que policiais matavam pessoas negras. Nesse momento, fez-se silêncio na sala e um deles comentou *“a polícia dos EUA é poderosa, lá tem preconceito”*. Em outro momento, policiais civis e militares discutiam sobre a unificação das polícias Civil e Militar e sobre o ECA, como a lei que dificulta o trabalho da polícia e protege o *“menor”*.

Até as 24 horas, aproximadamente, a equipe me tratou com muita formalidade; depois disso, talvez devido ao cansaço, o escrivão e os PMs presentes conversaram muito, contaram-me casos e riscos vividos por eles. Essa

conversa se dava enquanto o escrivão fazia os termos circunstanciados, entre um atendimento e outro.

Muitos PMs circulam pela delegacia, são eles que trazem os flagrantes e que são ouvidos para a elaboração dos boletins de ocorrência. Ao perguntar para um dos PMs sobre o pior tipo de situação que ele viveu, respondeu-me que não havia pior, com o tempo ele se acostumara e tudo ficou igual. Lembra de um caso de dois rapazes que foram encontrados num matagal, longe dez minutos de caminhada da via de circulação. Os rapazes foram torturados e queimados, um deles estava todo sujo de fezes. Um dos PMs disse: *“o que sensibiliza é pensar na agonia dos rapazes saberem que iriam morrer e estarem longe de qualquer socorro”*.

Os casos:

1. Mulher foi agredida por comerciante: na tarde desse mesmo dia, uma senhora entrou numa loja de comerciante coreano (ou japonês ou chinês?). Seu filho de sete anos pronunciou algumas palavras como “arigatô” e “saionará”. O comerciante não gostou e estapeou o menino. Quando a mãe viu a cena, avançou sobre o comerciante, que revidou. Ela chamou a polícia. Estavam na delegacia a senhora, o comerciante e duas vendedoras da loja. Todas as pessoas foram ouvidas.

2. Negligência e maus-tratos de criança: a conselheira tutelar levou a mãe e uma criança de, aproximadamente, quatro anos. A conselheira e a mãe foram ouvidas. Enquanto a conselheira aguardava, atendeu o telefone celular e conversava a respeito de dois ou duas adolescentes com “problemas de sexualidade”. Ela orientava seu interlocutor a não abrigar os adolescentes só por causa da homossexualidade.

3. Apreensão de máquinas de jogo: os PMs deram um flagrante num bar que tinha máquinas de jogo escondidas atrás de caixas de vasilhames. O lugar não era visível, só acharam porque fizeram busca. Os PMs registraram a ocorrência.

4. Furto: a mulher teve sua carteira furtada durante sua permanência na escola de cursos profissionalizantes onde leciona. O B.O. foi registrado e o escrivão foi muito atencioso com ela.

5. Desobediência judicial: uma senhora de 34 anos registrou B.O. contra seu ex-companheiro porque ele tem permissão de ficar com o filho de sete anos, quinzenalmente, aos sábados, das 9h às 17h. Ele sempre entrega após o horário determinado. Ela já havia feito B.O. em vezes anteriores, e corre processo na Justiça sobre desobediência judicial. O escrivão relutou em fazer o B.O., uma vez que já há um processo por esse motivo, mas ela insistiu porque sempre que ela reclama com ele, sofre ameaça. O escrivão atendeu. Ele perguntou se o casal foi casado ou amasiado. Pelo fato de ela ter sofrido ameaça, ao terminar de fazer o B.O., pedi para conversar com ela, que me atendeu prontamente. Fez o seguinte relato: conviveu com ele por oito anos e há seis estão separados. A diferença de idade entre eles era de 27 anos (no dia da entrevista, ele tem 61 anos). Quando conviviam, ela sofreu violência, foi espancada na rua, sofreu ameaça de morte. O companheiro avisava que havia contratado alguém para matá-la. Quando ela frequentou autoescola ele insinuava que ela saía com o instrutor. Ao separarem-se, ela ficou com a guarda do filho, que, no momento da conversa, tinha sete anos. Há três anos, ela convivia com outro homem, mais jovem que o primeiro. Segundo ela, um rapaz atencioso, carinhoso que queria bem ao seu filho. Quando o ex-companheiro soube desse relacionamento, passou a ameaçá-la dizendo que ia matar toda a família dela e o companheiro atual; assim, ela ficando sozinha, seria obrigada a voltar a conviver com ele, porque se ela não ficasse com ele, não ficaria com ninguém. Ela achava que ele agia assim porque queria que ela ficasse junto dele. Ela chegou a fazer B.O. na DDM de XXXXX, mas a delegada orientou-a a não abrir processo contra ele. Ela gostou do atendimento recebido na DDM, embora tenha sido muito demorado. Ela foi liberada por volta das 20h50min. Ela já aguardava atendimento quando eu cheguei ao local.

6. Motorista de ônibus foi assaltado quando parou num bar para fazer lanche. Os ladrões levaram seu carro e R\$ 300,00 que era a fêria do transporte coletivo. Motorista e PMs foram ouvidos na elaboração do B.O.

7. Violência contra mulher: o flagrante deu entrada às 21h, aproximadamente. Dois PMs chegaram com uma jovem de 19 anos, visivelmente machucada, com o olho roxo e emaciado, um curativo na mão e a roupa bastante suja de sangue. A jovem estava acompanhada por uma tia, uma vizinha e outra mulher. Segundo o

relato, a jovem chegou em sua casa por volta das 19h, ligou o rádio e fez uma vitamina. O pai, de 45 anos, chegou um pouco alcoolizado, desligou o rádio e passou a insultá-la porque ela não colaborava com as despesas da casa. O relacionamento entre os dois não era bom desde que ela tinha 14 anos, quando ele a agrediu muito, fazendo com que ela procurasse a delegacia para registrar a queixa. Neste mesmo distrito policial, ela foi atendida por uma mulher que a orientou a voltar para casa alegando que era muito tarde para uma moça andar na rua e para não ser malcriada com seu pai. O pai costumava agredir a mãe, mas esta nunca havia registrado queixa contra ele. Sempre que o pai ameaçava agredir a filha, a mãe se colocava entre os dois para defendê-la. A mãe havia falecido com pneumonia havia três meses. Era portadora de HIV, mas nem ela, nem os médicos sabiam disso. Em vinte dias, ela adoecera e chegara a óbito. A família descobriu, então, que o pai era portador de HIV havia três anos e fazia tratamento, porém tomava a medicação escondido da família. A filha mais nova, naquele momento com três anos, foi infectada com o vírus pelo aleitamento materno. Se a mãe soubesse e tivesse tomado as providências, a filha teria sido poupada da contaminação (ao saber dessa informação, o escrivão ficou irado e disse que, se este fosse um país de primeiro mundo, esse homem estaria na cadeia por omitir a doença e contaminar outras pessoas). Com 14 anos, a jovem engravidou e teve um filho, o que agravou o relacionamento com o pai. Depois da morte da mãe, a jovem deixou de falar com seu pai, dirigindo-lhe a palavra só em situações extremas. Nas provocações anteriores, a jovem não reagia, mas reagiu daquela vez. No dia em que ocorreram os fatos, durante a discussão dos dois, ele acusava a filha de não valorizar a mãe, *“que era uma trouxa”*. A jovem disse-lhe que a mãe não era uma trouxa (repetiu cinco vezes) e que ele havia matado a mãe porque lhe transmitiu HIV. Ele, então, avançou para cima dela com chutes, socos, aplicou-lhe uma *“gravata”*. A jovem fingiu desfalecimento e, quando o pai a soltou, pegou uma faca de cozinha e avançou sobre ele. O pai tirou-lhe a faca, ferindo-a na mão. Ao ver a mão sangrando, a jovem dirigiu-se ao P.A. próximo de sua casa. Correu pela rua deserta, chegando a perder os sapatos. Seu pai seguiu-a de carro, *“cantando pneus”*, tentando jogar o carro contra ela. A jovem teve medo de que o pai a matasse. Chegou ao P.A. e encontrou um PM, a quem contou o ocorrido. O pai, ao ver o PM, tentou fugir, mas o carro morreu. Dois PMs o abordaram, e ele, resistindo, foi para cima dos policiais. Avisou que ia matá-la. Os PMs algemaram o pai e levaram-no para a delegacia. Após ser atendida, a filha foi junto, mas não no mesmo

compartimento da viatura porque o pai, portador de HIV, também sangrava e ela teve medo de contaminação. Na delegacia, o pai ficou numa sela, fazia muito barulho, chutava a porta querendo arrombá-la.

O delegado me chamou num canto da sala explicando que não daria o flagrante na lei Maria da Penha porque o pai, ao ser preso, podia pagar fiança, ser solto e matar a filha. Essa também era a opinião dos PMs. Decidiu-se dar flagrante em tentativa de homicídio para garantir que o pai ficasse preso, ao menos até o julgamento.

Foi feito o termo circunstanciado, foi ouvida a jovem e os dois PMs. O pai foi interrogado. Durante o interrogatório o pai permaneceu de pé diante do escrivão e foi rodeado pelos investigadores, outro escrivão e pelo delegado, todos armados. O delegado fazia barulho com a arma (seria para intimidá-lo ou por causa da minha presença?). O pai afirmou estar arrependido e disse ter feito o que fez foi por nervoso, pois a filha o ofendia, fazia descaso dele, fazia o que queria. Não tinha a intenção de machucar a filha, só se defendera. Ele só seguiu a filha porque a vizinha avisou que a filha estava sangrando. Reconheceu que resistiu à prisão.

O caso ficou enquadrado no artigo 121, parágrafo 2º, inciso 2, combinado com o artigo 14. O caso foi encerrado às 1h40 do domingo. Deixei a delegacia às 2h.

Observações feitas no plantão realizado numa das DDMs

Em outra data, fiz plantão numa das DDMs pesquisadas. Na sala de espera havia duas mulheres e um casal. Na recepção, uma mulher estava sendo atendida. A delegada e as escrivãs já haviam sido avisadas, pelo Delegado Seccional Assistente, de que eu faria plantão. Fiquei aguardando até que alguma mulher fosse atendida. Uma delas foi chamada e, então, me dirigi à sala de atendimento. Observei que cada escrivã tinha seu rádio que ficava ligado durante todo o tempo dos atendimentos. Elas cantavam junto com a música que tocava no rádio, enquanto digitavam o boletim de ocorrência. Havia computadores e impressoras nas duas salas de atendimento.

No período de permanência na DDM, foram atendidos cinco casos, conforme segue.

1º caso – mulher 1

A mulher 1 relatou que sofria ameaças por parte de seu irmão e de pessoas estranhas que, a mando dele, faziam-lhe gestos obscenos na rua. Ele queria bater-lhe e clonar seu cartão bancário. Ela queria voltar para casa porque estava na rua havia dias, dormira na casa de *“um pessoal”* e também na casa de um pastor. Disse que sua irmã estava ali na DDM. Diante do relato, a escrivã pediu-lhe que fosse chamá-la. Retornou sozinha à sala dizendo que pensava ter ouvido a voz dela, mas ela não estava lá. Enquanto a mulher se ausentou da sala, a escrivã dirigiu-se mim com uma careta, dizendo que seu ouvido era pinico, que as mulheres iam lá e despejavam suas loucuras. Em seguida, outra escrivã convidou-me para outro atendimento na sala ao lado e segredou que a mulher 1 era maluca, sugeriu que não fosse feita qualquer anotação porque aquele caso não valeria para minha pesquisa.

2º caso – mulher 2

Uma senhora, mulher 2, aparentando uns quarenta anos, com boa pronúncia das palavras e boa articulação das frases, queixava-se de ser difamada por sua ex-patroa. Ela trabalhara numa loja de confecção de vestidos de noiva por dois meses, de maio a junho de 2007, sem receber salário. Ficou sabendo da difamação ao procurar novo emprego em outra loja de vestidos de noiva, no início deste ano. A dona desta loja escorraçou-a de lá, maldizendo-a. Essa senhora acredita que a ex-patroa difamara-a. A escrivã comentou que era normal, nessas lojas de vestidos de noiva, não pagarem os empregados, ela já conhecia algumas proprietárias só pelos nomes das lojas. Segundo a mulher 2, ao buscar seus direitos no Ministério do Trabalho e requerer o salário não recebido, foi mal informada e compareceu à audiência sem advogado. Naquele momento, na DDM, ela queria registrar um B. O. para entrar com uma ação contra a ex-patroa. Foi feito o B.O. Essa senhora perguntou à escrivã o que aconteceria depois do registro do B.O. A escrivã respondeu que nada aconteceria pelo fato de não haver testemunhas. Com o B.O. em mãos, ela deveria procurar um advogado e entrar com uma ação contra a ex-patroa; no entanto, era possível que nada acontecesse por ter-se passado muito tempo. A mulher foi embora após ler e assinar o boletim de ocorrência.

Apesar dos relatos das entrevistas e dos dados da Pesquisa Nacional apontar que um elevado número de agentes policiais considera a “orientação” como sua atribuição, a observação constatada foi outra. Há bem pouca informação e orientação durante os atendimentos, exceto quando são solicitados pelas mulheres.

Antes de passar para a observação do terceiro caso, a escrivã do primeiro caso entrou na sala dizendo que havia telefonado para a irmã da mulher 1. A família estava preocupada porque ela havia desaparecido havia dias. Informada sobre o estado de saúde, a escrivã disse que a mulher 1 não era maluca de “carteirinha” porque começou a surtar recentemente.

BRANDÃO (1998: 70) aponta para situações em que

“a desqualificação da vítima e a banalização do conflito no qual a mesma se encontra envolvida são traços marcantes nas conversas de bastidores da DEAM³⁶. Termos como ‘gentinha’, ‘mocréias’, ‘mentirosas’, ‘malas’, ‘retardada’, ‘desequilibradas’, ‘donas’ foram usadas pela(o)s policiais para designarem mulheres sobre as quais conversavam (...) com raras exceções, parece ser difícil para a(o)s policias compreenderem a complexidade do processo no qual estão mergulhadas as mulheres que convivem com a violência conjugal”.

3º caso – mulher 3

A mulher 3, uma jovem de 26 anos, queixou-se de ser agredida pelo namorado. Ele tem 30 anos e namoram há três meses. Durante a noite ele arrombou a porta de sua casa e, alegando que ela tinha outro homem, desferiu-lhe um soco na boca e outro na cabeça. Segundo ela, os dois se “*abarracaram*”. Ela tem um casal de filhos com outro homem. No momento da agressão ela dormia com sua filha num quarto e, em outro quarto, dormiam seu filho e seu irmão de 12 anos. A escrivã encaminhou-a para exame de corpo de delito no IML, que deveria ser feito ainda naquela tarde; em seguida, ela deveria retornar à DDM. Nesse primeiro momento do atendimento, bastante rápido, não houve perguntas no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a agressão.

³⁶ DEAM – Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher - é a terminologia utilizada em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, por exemplo, diferentemente do Estado de São Paulo, que utiliza a expressão DDM.

4° caso – mulher 4

Entrou, na sala da escrivã, uma senhora negra de 45 anos. Estava retornando à DDM para pegar a cópia do inquérito policial. Ao saber que o juiz determinara o afastamento de seu marido de casa, ela exclamou *“ótimo”*. Relatou que, no fim de semana, ele apanhara dos vizinhos e estava espalhando na vizinhança que fora a esposa que havia mandado bater nele. O casal já estava separado, mas ele não saía de casa, só saiu depois que apanhou. A mulher 4 estava satisfeita com o encaminhamento do seu caso. Nesse momento, solicitei-lhe que me concedesse uma entrevista, se apresentei-me e expliquei o objetivo da pesquisa. Ela concordou.

Enquanto se realizava a entrevista com a mulher 4, na sala ao lado a escrivã começou a fazer novo atendimento.

5° caso – mulher 5

Quando terminei a entrevista com a mulher 4, dirigi-me a uma das salas de atendimento. Conversava com as demais escrivãs quando outra escrivã entrou na sala, indignada, relatando em voz alta o caso que atendia em sua sala. *“Vejam só, ela dá a maior bola para o vizinho e agora quer processá-lo por abuso. É uma safada, sem-vergonha, dá para ele e agora quer fazer papel de vítima”*. As outras escrivãs, rindo, queriam, logo, saber do que se tratava o caso. A mulher 5 queixava-se de que o vizinho abusara dela quando ele convidou-a para ir à sua casa. Ele levou-a ao quarto, ficaram lá por volta de três horas. A filha dela ficou brincando na sala. Não mantiveram relações sexuais, mas ele tocava-lhe os seios e outras partes do corpo. A mulher 5 não explicou porque permaneceu dentro do quarto com o vizinho. Foi a primeira vez, mas *“ele estava insistindo há muito tempo”*. A escrivã, ao relatar o caso, convocava as demais à indignação e dizia que não podia registrar um B.O. de abuso. As escrivãs, rindo do caso, aconselharam a registrar um boletim por injúria.

Nesse momento, despedi-me e fui embora. Pelos comentários das escrivãs, elas entendiam que eu estava indo embora assustada pelos casos que havia presenciado e diziam *“é, minha filha, aqui é assim todo dia, você precisa ficar aqui o dia inteiro”*.

Observações feitas nos dias em que foram realizadas as entrevistas na primeira DDM.

O acesso à DDM se dá por escada de muitos degraus. Cheguei por volta das 10h45min. A atendente informou-me que a delegada chegava por volta das 11h30min. Apresentei-me. A atendente desconhecia o fato de a visita estar agendada. Levou minha carteirinha de identificação da USP para a escrivã, que também desconhecia a visita. Pediu, então, que eu esperasse a chegada da delegada. O local de espera era um corredor estreito em que permaneci de pé, junto com outras mulheres que queriam registrar queixa. Solicitei autorização para entrevistar alguma mulher, a atendente ficou indiferente. Uma das mulheres se prontificou; no entanto, estava entrando para a sala da escrivã para ser atendida. A atendente indicou-me a sala de espera dizendo que avisaria a hora em que essa mulher terminasse de registrar a queixa. Durante esse tempo, a delegada chegou e novamente a atendente solicitou a carteirinha da USP. Voltou dizendo que a delegada não estava informada da visita naquele dia, que o delegado seccional não havia lhe comunicado e que não tinha mais agenda naquele momento, que voltasse em outra oportunidade. A pesquisadora permaneceu na sala de espera até 11h40min, quando então procurou a atendente e esta informou que a mulher que concederia a entrevista havia ido embora sem que ela tivesse percebido, como também se esquecera de avisar a pesquisadora.

Chamou-me a atenção o fato de que, logo após a chegada da delegada, um homem entrou na sala de espera onde eu estava com outras mulheres. Ele fez várias ligações por celular e se autodenominava “pastor”.

Observações feitas nos dias em que foram realizadas as entrevistas na segunda DDM.

O acesso a essa DDM também se dá por escada. A DDM começa a funcionar às 9h. Ao chegarem, as mulheres retiram uma senha no primeiro andar e aguardam o chamado da atendente que as chama pelo número. Esse primeiro atendimento é feito na antessala, no topo da escada, depois elas retornam à sala de espera para aguardar o atendimento.

Cheguei às 9h30min e me apresentei às duas funcionárias informando que continuaria a fazer as entrevistas naquele dia. Era segunda-feira. Desci à sala de

espera, apresentei-me e informei sobre a pesquisa que estava realizando. Solicitei que algumas das mulheres presentes concedessem entrevista, esclarecendo que o sigilo seria mantido e que a entrevista seria interrompida caso chegasse a vez de ser atendida. Julia se dispôs. As entrevistas foram feitas no andar de cima. Ajeitei duas cadeiras numa área externa. Em seguida, Máxima também aceitou ser entrevistada. Máxima chegou à DDM acompanhada por uma funcionária do Centro de Referência daquele município. Após as entrevistas, desci novamente para a sala de espera que estava lotada, com algumas pessoas, de pé, do lado de fora da sala.

Enquanto aguardava, uma das mulheres se aproximou e perguntou-me se podia só registrar o B.O. sem abrir processo contra “ele”. Orientei que se informasse com a escrivã. Nesse instante, Máxima, que já havia concedido entrevista, se aproximou dessa mulher dizendo que esse era também o caso dela. Travou-se uma conversa entre as duas. Ambas contavam as ameaças que haviam sofrido no dia anterior, domingo. Uma dizia à outra que, se não tomassem alguma atitude naquele momento, poderiam morrer. A outra respondeu com muita convicção “a gente morre mesmo, eles matam a gente”. Convidei, então, essa mulher, Juliana, para a entrevista. Ela aceitou. Sua entrevista não foi concluída porque chegou sua vez de ser atendida, e já era a segunda chamada feita pela escrivã, que ameaçou passar outra mulher em seu lugar. Nessa intervenção, a escrivã foi um tanto ríspida.

Novamente desci para a sala de espera e fiquei aguardando a oportunidade de nova entrevista. Uma senhora começou a conversar, achava muito triste ver mulheres naquela situação. Não era o seu caso, ela apenas queria um documento da delegada que a isentasse de um futuro processo por negligência. Sua mãe tinha 88 anos, morava sozinha e não permitia que alguém cuidasse dela, parente ou pessoa contratada para isso. Conforme relato dessa senhora, sua mãe quase não enxergava, fazia sua própria comida, não fazia a higiene pessoal, sua casa estava muito suja, mas insistia em ficar lá sozinha. Ela buscava esse documento porque acreditava que, a qualquer instante, podia ser denunciada por negligência.

Nesse momento, 11h50min, chegou a delegada. Subi para conversar com ela e aceitei o café oferecido. Foi uma conversa informal em que ela dizia que os seus superiores desconheciam o que elas passavam na DDM: são só problemas. Eles não dão importância a esse tipo de caso. Para eles, o que vale são os casos do distrito policial, “lá dá dinheiro”.

Fiz um comentário sobre as entrevistas que havia feito, sobre o tempo que as mulheres levam para denunciar a violência. Ela falou que as mulheres aguentam a violência por tanto tempo por causa dos filhos e por causa do “pinto”. Fazia essas afirmações de uma maneira muito cômica, jocosa. *“Essas mulheres não ficam sem pinto. É verdade, pode perguntar para qualquer uma das minhas funcionárias, elas pensam a mesma coisa. Mulher pobre não consegue só namorar, logo leva o homem para dentro de casa porque não tem outro lugar para transar e, sem demora, começa tudo de novo, porque a hora que o homem percebe que o pinto dele vale ouro, ele monta em cima dela. Mulher rica é diferente. Elas têm outras distrações, têm dinheiro e outras opções: cinema, teatro, motel, viagens. Falta instrução, para essas mulheres, falta educação e cultura.”*

Considerações parciais

No momento inicial das DDMs, dava-se ênfase à luta contra a impunidade. As feministas supunham que apoio psicológico e social às vítimas seria uma das atribuições das DDMs, além de atividades de preservação e disseminação do enfrentamento à violência contra a mulher. As DDMs, porém, fazem o que prescreve suas atribuições.

Os depoimentos colhidos nas entrevistas não estão distantes do resultado da pesquisa sobre “As Condições de Funcionamento das Delegacias de Defesa da Mulher no Atendimento às Mulheres”,³⁷ realizada pela SEDIM³⁸ entre setembro de 2000 e março de 2001, que revela que as DDMs entendem como suas atribuições: a) o atendimento a mulheres vítimas de violência (93,6%); b) o registro, a apuração e investigação de queixas (92,1%); c) aconselhamento (93,6%) e d) atendimento sem registro de B. O. (71,2%). Apenas 53,5% das DDMs estão articuladas com outros mecanismos institucionais de combate à violência contra a mulher, e 55,4% fazem orientação “extrapolicial”.

³⁷ Das 307 DDMs existentes na época da pesquisa apenas 267 responderam à pesquisa desenvolvida pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos/Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e apoio do Ministério do Orçamento e Gestão, no período de setembro de 2000 a março de 2001. A pesquisa foi de âmbito nacional e referia-se às condições de funcionamento das Delegacias de Defesa da Mulher no atendimento às mulheres.

³⁸ Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, órgão que antecedeu a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM.

Segundo Machado (2002), o funcionamento das DDMs foi definido para atender a todos os casos de violência contra mulheres, independentemente da gravidade, ou não e independente do autor. A primeira atividade é realizar a escuta da queixa e decidir se essa denúncia corresponde, ou não, a um ato que deve ser considerado crime ou infração.

Se o agente entende que não há tradução possível da narrativa em configuração de infração ou crime, o agente pode, a seu critério, considerar qualquer outra ação como fora de sua competência ou aconselhar, ou encaminhar a autora da queixa para outros fóruns.

Os relatos recolhidos nas entrevistas possibilitam perceber que parte dos agentes policiais concebe as delegacias, comuns e especializadas, como instituição pública e gratuita que funciona ininterruptamente, que atende a população na busca de orientação para todos os seus problemas. Concebem a DDM como um órgão com um desempenho voltado mais para o social que para criminal, porque em briga de marido e mulher, seria mais necessária a ação da assistência social ou um acompanhamento psicológico, do que a intervenção policial. Com isso, os acusados não são percebidos propriamente como criminosos. Entre os entrevistados, há aqueles que acreditam que a existência das DDM é desnecessária, e que a criação desse serviço ocorreu por pressão política. Uma visão assim desconsidera as reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas. Os distritos policiais, providos de um setor especializado, lotados com assistentes sociais e psicólogos, poderiam realizar o trabalho que está atribuído às DDMs. Alguns entrevistados desta pesquisa declaram ser importante a participação de uma assistente social ou um psicólogo como alguém capacitado para dar uma atenção maior ao caso.

Percebeu-se, também, que o esperado como prática das DDMs nem sempre acontece. Ao serem criadas, a expectativa era que favorecessem, por um lado, o surgimento de um lugar para ouvir as denúncias, produzindo um efeito educativo e transformador em benefício das mulheres; por outro, a qualificação da capacidade de escuta e instauração de inquéritos policiais que viabilizassem os subsequentes processos judiciais. Esse procedimento foi encontrado em alguns depoimentos em que o agente procura saber se o agressor tem passagens criminais, se já foi preso, se já cumpriu pena. Um dos delegados demonstra uma preocupação com a punição do agressor como medida de prevenção para outros casos.

A pesquisa revelou também que, nas DDMs, há a preocupação em orientar e explicar a Lei Maria da Penha; mas, segundo os relatos, a partir do momento em que a mulher é informada da possibilidade de o agressor ser preso³⁹, algumas recuam. No contato com os agentes policiais, percebeu-se que esse é um argumento comumente utilizado. A informação é um direito e não deve correr o risco de ser transformada em instrumento que retira o caráter criminoso dos crimes que ocorrem no espaço doméstico. Além disso, há uma preocupação em saber, de antemão, se a queixa é verdadeira. Com esses dados cabe perguntar: que orientações são dadas? Que argumentos são utilizados? Eles reverterem a decisão das mulheres? É possível que representações sociais acerca das mulheres que sofrem violência interfiram no atendimento oferecido nas DDMs.

Alguns(as) agentes policiais desta pesquisa entendem que devem tentar apaziguar o conflito entre a mulher vitimizada e seu agressor. Utilizaremos o termo reconciliação que, nessa instância, tem o mesmo objetivo que a conciliação no andamento de um processo judicial, como um procedimento jurídico de composição entre as partes, utilizada com o intuito de finalizar o processo ali. Alguns exemplos podem ser demonstrados: um dos escrivães afirma que tem mais valor conversar do que um pedaço de papel, referindo-se ao B. O. No relato que fez, o escrivão conversou com o rapaz, a funcionária de telecomunicações conversou com a mulher, enquanto embalava o bebê do casal. Ao final, os dois funcionários levam o casal para casa. O escrivão gostou no procedimento que teve. Um delegado fazia orientação de casais nos seus plantões de finais de semana. A maioria dos agentes afirma conseguirem resolver o problema da violência aconselhando e orientando, embora declarem não ter formação específica para isso.

A reconciliação⁴⁰, tanto na DDM como no distrito policial, segundo os agentes, procura fazer com que a mulher pense nos filhos, na família, e desista de registrar a queixa, pois elas deveriam procurar a delegacia apenas em casos de violência grave, e não em casos de “agressividade constante”, esperando que a delegacia opere um milagre. Percebe-se uma ambiguidade nesse tipo de procedimento. Com a proposta de reconciliação feita pelo(a) agente policial, o B.

³⁹ Lei 11.340/2006, Art. 20: Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial. Parágrafo único: O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

⁴⁰ Reconciliar: “pôr em boa harmonia, pôr de acordo, congraçar”. Cf. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa.

O. pode deixar de ser elaborado ou, uma vez feito, pode interromper o prosseguimento do processo. Caso o agressor reincida na violência, a mulher é obrigada a denunciar várias vezes. Essa situação é constatada no cotidiano das unidades policiais, uma vez que, quando a mulher retorna, o agente que a recebe tende a ficar irritado.

O recurso da reconciliação nem sempre traz benefícios para as mulheres e tira o caráter criminal da violência contra a mulher. A reconciliação, ou mediação, ou acordo, ou qualquer expressão que caiba numa tentativa de negociar, não é um recurso adequado, considerando a desigualdade de poder nas relações entre mulheres e homens.

Um dos escrivães entende que a função da polícia é importante em casos de estupro, em casos de briga familiar. As pessoas esperam muito da polícia e a resposta não satisfaz.

Um agente afirma que a Delegacia da Mulher não funciona, exceto se tiver uma equipe vocacionada para aquele serviço; caso contrário, é um castigo. Outro afirma que os seus superiores na hierarquia da Instituição Policial desconhecem o cotidiano das DDMs e não dão importância aos casos lá atendidos porque são menos importantes que os casos do distrito policial. Outro, ainda, entende que as DDMs não são necessárias, já que as mulheres que sofrem violência podem ser atendidas no Distrito Policial.

Quanto à capacitação recebida, a pesquisa mostra que todos eles receberam formação inicial, que varia de três a seis meses, mas, segundo um dos agentes, é extremamente fraca. A maioria não fez outros cursos, exceto os cursos obrigatórios para mudança de classe. O curso não obrigatório que mais desperta interesse entre os agentes é o curso de tiro.

A maioria dos agentes se apoia na experiência cotidiana do exercício profissional para resolver os casos que surgem. Nenhum deles foi preparado para atender mulheres em situação de violência, incluindo, aqui, a equipe das DDMs. Segundo um dos escrivães, a falta de capacitação específica dos agentes traz prejuízo para as mulheres.

Nos plantões realizados, chamou a atenção: o número de mulheres que, por diferentes motivos, estavam presentes à delegacia num sábado à noite e a afirmação dos delegados sobre a pouca procura das mulheres que sofrem violência. Os casos são raros, de fato, ou não são percebidos e nem registrados?

Quanto à infraestrutura, a pesquisa mostrou que as DDMs, como os Distritos Policiais estão equipados com computadores e interligados em rede.

Apenas uma das delegacias apresentava um ambiente alegre, acolhedor, colorido, bem ornamentado com plantas e quadros nas paredes

4 Interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha

As entrevistas realizadas com escrivães e delegados/as mostra as observações feitas por eles/as acerca da Lei Maria da Penha, o que pensam dela e como a aplicam. Apresentamos uma pequena trajetória da legislação referente à violência contra as mulheres, as novidades trazidas pela Lei Maria da Penha e, por fim, o conteúdo das entrevistas.

Legislação anterior à criação da Lei Maria da Penha

Até 2006, os crimes de violência praticados contra as mulheres foram julgados pela Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, quando a violência contra a mulher passou a ser entendida como crime. A Lei 9.099 dispunha sobre a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – JECRIM e sobre a disciplina do art. 98⁴¹ da Constituição da República. Requeria a obrigatoriedade de representação nos casos de crimes de lesão corporal leve e culposa.

A Lei 9.099/95 foi criada em um contexto de busca da sociedade brasileira por penas alternativas à prisão, dada a falência do sistema prisional no país. A ideia era tentar evitar que determinados comportamentos considerados crimes desembocassem em um processo criminal e em consequente encarceramento dos réus. A escolha dos crimes que seriam passíveis de resolução pela Lei 9.099/95 foi feita tendo-se como critério a penalidade prevista pelo Código Penal, determinando-se assim que os crimes apenados com pena máxima não superior a 1 ano⁴² deveriam ser considerados “de menor potencial ofensivo”.

À época, a violência praticada contra a mulher não tinha enquadramento específico na ordem jurídico-penal, o que levou a que esse tipo de agressão fosse considerado como a lesão corporal, prevista no artigo 129 do Código Penal. Ora, o Código Penal prevê, de maneira genérica, que a lesão corporal será apenada com detenção de três meses a um ano. Assim, a lesão corporal simples, na qual se enquadrava a violência praticada contra a mulher, era processada nos termos

⁴¹ CF, art. 98: A União, no distrito Federal e nos Territórios, e os estados criarão: I - juizados especiais, providos por juízes togados ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

⁴² Antiga redação do artigo 61 da Lei 9.099/95, que define os crimes de menor potencial ofensivo: “Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos dessa Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.”

dos ritos previstos pela Lei 9.099/95. Com isso, na prática o que se verificou foi que a violência contra a mulher passou a ser considerada também como um delito de menor potencial ofensivo, cujas penas seriam as da Lei 9.099/95, não resultando em um processo penal propriamente dito.

O fato de esse tipo de crime ser considerado de “pequeno potencial ofensivo” e, desse modo, ser banalizada a punição do agressor gerava indignação, tanto nas mulheres que faziam uso da Lei como nas mulheres militantes dos movimentos.

Segundo CERNICCHIARO (1995), a Lei 9.099/95, ao buscar uma fórmula alternativa para a pena de prisão, revelou-se ineficaz, pois não recuperava ninguém e os efeitos negativos se tornaram evidentes para a sociedade. A pena privativa de liberdade era substituída por pagamento de multa (transação) ou suspensão do processo. A multa, parte do valor do salário mínimo vigente, geralmente era substituída por uma cesta básica entregue em instituições sociais, ou mesmo a oferta de um ramalhete de flores para a mulher agredida. Esse procedimento esse que, nos crimes de violência doméstica contra a mulher, traduzia-se em banalização, pois a punição não intimidava o agressor, não alterava seu comportamento, nem funcionava como um freio ao exercício da violência. Por isso, a lei era considerada de conteúdo despenalizante, traduzindo-se como impunidade, fortalecimento e legitimidade da a ação do agressor.

A experiência das profissionais, assistentes sociais e psicólogas que atuavam nessa área, revelou que eram muitos os elementos que contribuíam para que o processo de um crime de violência contra a mulher fosse arquivado, antes mesmo de ser julgado.⁴³ Por exemplo, para que a denúncia se transformasse num processo crime, a lei exigia que a mulher manifestasse o desejo de “representar”⁴⁴ contra o agressor nos casos de lesão corporal leve e culposa. Por vezes, as mulheres não recebiam essa orientação na delegacia. Outros motivos que levavam ao arquivamento do processo eram a inconsistência do conteúdo dos Termos Circunstanciados, referente a informações detalhadas dos fatos ocorridos, elaborados pelas DDMs; a falta de orientação ou encaminhamento para o exame de corpo de delito, em tempo hábil, em caso de haver lesões corporais; a falta de testemunha.

⁴³ Alguns depoimentos de mulheres abrigadas podem ser encontrados em LEMOS, Marilda de O. *Entre nós: um estudo sobre a Casa-Abrigo regional do ABC para mulheres em situação de violência*, pp 51ss.

⁴⁴ *Representação* significa o desejo expresso da vítima em processar criminalmente o agressor, conforme Campos, C. H. de, *violência doméstica no espaço da lei*. In BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Célia Regina (org.). *Tempos e lugares de gênero*.p. 307.

Uma vez que a Lei 9.099/95 requeria obrigatoriedade de representação para que o processo fosse desencadeado, a vítima precisava apresentar testemunhas. No caso da violência contra as mulheres, tal exigência se tornava uma dificuldade pelo fato de a maioria dos casos ocorrer dentro de casa, onde outras pessoas não presenciam o crime, ou, quando alguém consegue presenciar o fato, não se dispõe a testemunhar em juízo, por medo. A Lei não levou em conta o desequilíbrio entre agressor e agredido, ou seja,

não há como exigir que o desprotegido, o hipossuficiente, o subalterno, formalize queixa contra o seu agressor. Esse desequilíbrio também ocorre no âmbito das relações afetivas, já que, em sua maciça maioria, a violência é perpetrada por maridos, companheiros ou pais contra mulheres, crianças e adolescente (...) é secular a discriminação que coloca a mulher em posição de inferioridade e subordinação frente ao homem. (DIAS, 2007: 22).

Para CAMPOS,

a Lei 9.099/95 foi criada para beneficiar o réu, evitando-lhe todos os males de um processo penal. Esse favorecimento está presente em todos os institutos da lei, como a conciliação, a transação penal (aplicação imediata da pena), sem implicar culpabilidade ou antecedentes criminais. Quanto à vítima, ela não existe. Há apenas um momento processual em que a vítima é ouvida: no momento da composição civil, em que ela pode aceitar a composição civil por danos. No entanto, esta também depende da aceitação do autor do fato (agressor): se ele não concordar, não há composição (...) a conciliação induzida pelos magistrados reprivatiza o conflito, devolvendo-o à vítima, e redistribui o poder da relação em favor do réu. (2001:316)

Nesse cenário, pode-se dizer que a Lei não oferecia a solução esperada pelos movimentos de mulheres e feminista, que percebiam que a solução oferecida pela Lei 9.099/95 não condizia com a gravidade do problema gerado pela violência doméstica e familiar praticada contra a mulher. De fato, por ser uma violência em geral recorrente, cujo agressor tem laços íntimos com a vítima, esse tipo de violência é muito mais complexo do que indica o artigo 129 do Código Penal e a Lei 9.099/95.

No contexto da ineficácia da Lei 9.099/95, surgiram casos considerados ícones da prática de violência contra a mulher no Brasil. Exemplo claro foi o que desencadeou a denúncia do Brasil perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA⁴⁵, em

⁴⁵ Paralelamente aos sistemas globais de monitoramento dos Direitos Humanos, foram-se criando sistemas regionais de proteção e garantia de direitos. Na América, criou-se o Sistema

setembro de 1997: o caso Maria da Penha. A petição encaminhada se referia ao caso de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu violência do marido em maio de 1983. Em março de 2001 a OEA reencaminha o relatório do Brasil e dá prazo final de trinta dias para pronunciamento. Em abril de do mesmo ano a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA aceita as denúncias e torna público o relatório e exige providências do governo brasileiro. Em março de 2002, o Brasil se compromete a cumprir as recomendações da Comissão.

Já tendo em vista a visibilidade e amplitude que o debate sobre a violência doméstica vinha tendo no país, muito em razão do caso acima citado, em 2002, a Lei 10.445 modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei 9.099/95 possibilitando ao juiz decretar o afastamento do agressor do domicílio ao criar uma medida cautelar, de natureza penal, na hipótese de violência doméstica. Em 2004, a Lei 10.886 aumentou a pena mínima de três para seis meses de detenção ao acrescentar um subtipo à lesão corporal.

Essas iniciativas legislativas, apesar de demonstrarem maior receptividade à temática, não alteraram as estatísticas de violência contra as mulheres. Dessa forma o tema permaneceu na pauta do Movimento Feminista que continuou reivindicando uma lei específica para combater essa espécie de violência, que atinge de maneira desproporcional as mulheres.

Em 2002, foi formado um Consórcio de entidades feministas e juristas⁴⁶ para elaborar uma proposta de lei de enfrentamento à violência contra as mulheres. No ano seguinte, esse Consórcio apresentou à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e à Bancada Feminista no Congresso Nacional a primeira versão dessa proposta. Em 2004, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres instalou o Grupo Interministerial, conforme Decreto 5.030 de 31 de

Interamericano de Direitos Humanos, cujo principal documento é a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, mais conhecida como Pacto de San José da Costa Rica. Esse documento inaugura um sistema de cortes internacionais para solução de conflitos entre cidadãos e Estados da América. Os artigos 33 e seguintes do referido documento determinam o funcionamento e as competências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Todos os indivíduos dos Estados-parte que ratificaram a Convenção têm acesso direto à Comissão, para fazerem denúncias de violações a direitos humanos perpetradas pelos Estados. A Comissão recebe as denúncias e busca uma solução amigável entre as partes, Estado e vítima. Não sendo possível alcançar um acordo entre as partes, a Comissão se pronuncia recomendando aos Estados que tomem determinadas medidas ante o caso. A Comissão não exerce jurisdição e suas decisões não são vinculantes. Vale lembrar que todo o país que ratifique a Convenção se submete aos procedimentos da Comissão. Já a Corte Interamericana possui verdadeira jurisdição e, por isso, somente aqueles Estados que manifestarem explícita vontade de aceitar essa jurisdição são submetidos a seus procedimentos. Os indivíduos não têm acesso direto a essa instância de julgamento, mas apenas os Estados-parte e a própria Comissão. Assim, casos que foram submetidos à Comissão e que não se resolveram são encaminhados à Corte, que julga o caso e profere uma decisão que obriga o Estado denunciado. Nesse processo a Comissão de instância julgadora passa a ser parte, representando as vítimas.

⁴⁶ CFEMEA, ADVOCACY, AGENDE, CEPIA, CLADEM e THEMIS.

março de 2004, que utilizou como documento-base o estudo realizado pelo Consórcio de entidades feministas. A I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizada nesse mesmo ano, reafirmou a necessidade da adoção de uma lei integral de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres. Em 25 de novembro de 2004, o Executivo encaminhou para o Congresso Nacional o projeto de lei que provocou amplo processo de debate com especialistas e sociedade civil. Em 2005, após discussão na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Finanças e Tributação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em 24 de agosto o projeto de lei foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em que a proposta foi transformada em substitutivo pela relatora, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). A votação foi unânime. (SPM *Mulheres em Pauta*. Ano IV, n. 10, 09/09/2005).

No ano seguinte, em 7 de agosto de 2006 foi sancionada pelo Presidente da República e entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tem por objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa lei veio responder às exigências feitas pelos tratados e convenções internacionais assinados pelo governo brasileiro como a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, de 1979, e a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção do Pará” de 1994.

A Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha traz uma série de inovações em relação à ordem anterior, definida pela Lei 9.099/95. A Lei 11.340/2006:⁴⁷

⁴⁷ O monitoramento da lei será feito por um Observatório formado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da Universidade Federal da Bahia, seis organizações não-governamentais (AGENDE, CEPIA, Coletivo Feminino Plural, Themis, Rede Nacional Feminista de Saúde e a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero), CLADEM/Brasil e outros três núcleos universitários (Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - NEPeM/UnB, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH/UFRJ, Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero - NIEM/UFRGS e o Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulheres e Relações de Gênero - GEPEM/UFPA). O convênio foi feito por meio da SPM e tem duração de dois anos, que podem ser prorrogados. O objetivo do Observatório é fazer um levantamento de informações sobre a aplicação da lei junto a delegacias, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, Executivo (por meio de políticas públicas) e Rede de Atendimento à Mulher - integrada por casas abrigos, centros de referência e delegacias especializadas, entre outros. (SPM *Mulheres em Pauta*. Ano IV, n. 27 de 25/05/2007 e n. 33 de 10/08/2007).

Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra as mulheres;
Estabelece as formas da violência doméstica contra as mulheres como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;

Determina que a violência doméstica contra as mulheres independe de sua orientação sexual;

Determina que as mulheres somente poderão renunciar à denúncia perante o juiz;

Proíbe as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas);
Proíbe a entrega da intimação pela mulher ao agressor;

Garante a notificação às mulheres quando do ingresso e saída do agressor da prisão;

Garante o acompanhamento de advogado/a ou defensor/a em todos os atos processuais;

Retira dos juizados especiais criminais a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra as mulheres;

Altera o código de processo penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica das mulheres;

Altera a lei de execuções penais para permitir o juiz que determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação;

Determina a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra as mulheres com competência cível e criminal para abranger as questões de família decorrentes da violência contra as mulheres.

Em caso da violência doméstica ser cometida contra uma mulher deficiente, a pena será aumentada em 1/3.

Prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher;

Permite a autoridade policial prender o agressor em flagrante sempre que houver qualquer das formas de violência doméstica contra a mulher;

Registra o boletim de ocorrência e instaura o inquérito policial (composto pelos depoimentos da vítima, do agressor, das testemunhas e de provas documentais periciais);

Remete o inquérito policial ao Ministério Público; pode requerer ao juiz, em 48h, que sejam concedidas diversas medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência;

Solicita ao juiz a decretação da prisão preventiva com base na nova lei que altera o código de processo penal. O juiz poderá conceder, no prazo de 48h, medidas protetivas de urgência (suspensão do porte de armas do agressor, afastamento do agressor do lar, distanciamento da vítima, entre outras), dependendo da situação;

O juiz do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher terá competência para apreciar o crime e os casos que envolverem questões de família (pensão, separação, guarda de filhos etc.). O ministério Público apresentará denúncia ao juiz e poderá propor penas de três meses a três anos de detenção, cabendo ao juiz a decisão e a sentença final”.

O Título III, Capítulo III, Do Atendimento pela Autoridade Policial e o Título IV, Capítulo II, Seções II e III, constituem um avanço em relação à lei anterior pois tratam, respectivamente, Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor e Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida.

Análise das entrevistas

Bruno apresenta suas observações a respeito da Lei Maria da Penha: *ela traz uma especificidade, traz alguns casos de amparo à mulher, o que é importante. Agora, eu vou fazer uma crítica a essa Lei como eu faço para a maioria das Leis, de uma maneira geral, quando tratam de algum assunto específico. No Brasil, por exemplo, Segurança Pública ou violência contra a mulher são assuntos tratados com uma postura reativa. O que é essa postura reativa? Elas são votadas a toque de caixa no Congresso, de acordo com o clamor popular. Não se vê na Segurança Pública uma política que vise, passo a passo, a construir uma identidade de Segurança Pública, uma delegacia participativa, como o Dr. Luiz Eduardo tentou fazer no Rio de Janeiro, criando a Delegacia Legal, criando os Centros de Referência e acabou, pouco mais de um ano, sendo mandado embora. A minha crítica é essa, eu acho que fazer lei é muito fácil, algumas leis até atendem a determinados fins, mas, por exemplo, no caso da violência da mulher, especificamente, isso demanda uma política social, demanda um trabalho psicológico, a gente tem que verificar as questões socioeconômicas... Tanto que, com a introdução da Lei Maria da Penha, em que começou a ser lavrado o flagrante afiançável, a gente verifica que se está lavrando o flagrante aqui, e a mulher está desesperada, do outro lado, correndo atrás do dinheiro para a fiança porque ela não quer que o marido fique preso. Então é difícil saber o que elas querem realmente da polícia.*

Ao comentar a Lei Maria da Penha, Bruno faz uma crítica à maneira como são elaboradas as leis no Brasil, que são votadas “de acordo com o clamor

popular". Esse "clamor" refere-se à luta dos movimentos de mulheres e feministas, porém Bruno não os menciona. Afirma que as leis são votadas rapidamente, mostrando que desconhece o processo de elaboração da Lei 11.340,2006, conforme descrito acima.

Para Carlos, não houve diferença no atendimento que a instituição policial dá à mulher, depois da implantação da Lei Maria da Penha. *Antes, na Lei 9.099, dependia da representação da ofendida; no caso, a mulher. Então, o que a gente fica meio bravo, é que as mulheres vêm um dia, com toda a razão porque foi agredida... e passa dois ou três dias, já vem, 'não quero mais nada, não vou representar'. É claro que na Lei 9.099/95 era um direito dela de representar ou não, mas o atendimento é o mesmo, só mudou a formalidade, a parte de polícia judiciária agora não depende mais da vontade dela. O delegado, de pronto, já pode determinar a instauração do procedimento para apurar responsabilidade. Não depende mais da vontade dela. Com a Lei Maria da Penha, as mulheres passaram a denunciar mais. É uma lei importante, que vem proteger mais a mulher, e eu acho uma lei importante, não tiro o mérito dela. Acho que vai ter um avanço, mas, se não houver um aprimoramento nos meios... está lá no ordenamento jurídico? Não? Você não tem como colocar em prática porque falta esse apoio externo, que seriam os lares, o abrigo, a parte psicológica. Teria que ter um profissional do ramo para auxiliar também, acho isso muito importante. Eles têm que dar estrutura para as unidades poderem dar um melhor atendimento. Eles teriam que arrumar um local. Às vezes a pessoa não tem um local para ficar, então eles teriam que ter um lar destinado, um local destinado para levar essas mulheres vítimas de agressão. Alguns municípios, com ajuda da municipalidade, eu sei que tem, o pessoal comenta que já conseguiram alguns lares destinados apenas para isso. Então, eu acho que falta. A lei é boa, mas tem que dar estrutura para que ela desempenhe a função. Não sei se a prefeitura dispõe de um local para abrigar mulheres vítimas de agressão e vítimas de violência. Mas eu tenho conhecimento, acho isso importantíssimo, porque às vezes a pessoa vem e ela não tem. Às vezes o parente mora longe, não tem um local para ficar. De repente ela vem, faz o registro, o pessoal vai lá, verifica se o companheiro não está lá. Às vezes até o policial fica lá por um tempo, esperando se a pessoa..., mas a gente não tem como garantir por 24 horas a segurança dessa pessoa. Isso é importantíssimo. A gente sabe que o processo, os trâmites, são demorados, mas o juiz, em virtude da gravidade, pode dar uma liminar deferindo que o companheiro saia da residência, impedindo até que ele se*

aproxime da casa. Isso pode ser feito. Enquanto não há essa ordem judicial, a gente orienta: 'se não há como ficar lá, fique na casa de um conhecido, de um parente'... até para evitar uma nova agressão ou uma coisa mais grave. A lei é importante, mas o poder público tem que dar meios para que ela seja eficaz.

Para Carlos, o atendimento dado às mulheres por meio da Lei Maria da Penha é o mesmo que era dado pela Lei 9.099/95 e que a representação não depende mais da vontade da mulher. Cita as medidas protetivas e aponta a falta de estrutura para poder executá-las: ausência de abrigos e de profissionais para o atendimento e orientação das mulheres. Desconhece a existência de abrigos no município e na região.

Alexandra lembra que na 9.099/95 não seria inquérito policial, e aqui não, no crime se instaura o inquérito. Há o procedimento. Acho que com relação a isso foi bom, inibe um pouco. Aqui na nossa região, depois dessa Lei, três ou quatro maridos já foram pegos, presos e, depois disso houve uma diminuição. E quando a gente recepciona, orienta, aí elas vêm. Foi o caso dessa mulher dizendo que ele mudou da água para o vinho, ele é outra pessoa, não bebe mais, não aconteceu mais, tanto que ela retirou. Eu acho que nesse contexto é muito emergencial, não é o que precisaria. Na minha visão, a Lei Maria da Penha pode até solucionar de uma forma imediata, mas não é a solução que essas pessoas procuram. Não é, vai além. Isso é pouco e não resolve, é uma outra questão, é uma questão de educação mesmo, de cultura. Eu acredito nisso. A Lei está aí, emergencialmente ela funciona, mas pode ser que essa Lei, para outras pessoas, de outro nível cultural possa ser a solução; mas, para essas pessoas não, porque se vê que há um alto índice (de mulheres) que elabora (o registro), no momento quer, daí uma semana vem e não é aquilo, porque ele é o pai dos filhos, ele é um bom marido, ele só fez aquilo na hora que bebeu e não deixa faltar nada em casa, você entendeu? Esse mês mesmo teve um inquérito instaurado, que ela no momento quis, fez o exame, fez tudo e depois veio aqui e disse: 'eu gosto dele, nós temos filhos, ele é uma boa pessoa, sempre foi, mas a gente está com problemas financeiros, ele foi assim, mas não é sempre assim, a gente resolveu dar uma nova chance'. Então, quer dizer, que a solução para essas pessoas não é essa. A solução é outra. É ter um programa social, chamar essas famílias, ensinar essas pessoas a ter o respeito, primeiro como pessoas e depois como conviventes, que torna mais fácil. Eu vejo assim.

Sobre a representação, Alexandra explica que é compulsória. É assim: registra, mas, mesmo assim, ela vem representar. Como aconteceu em um

procedimento que foi instaurado, mesmo que, no primeiro momento, ela tenha registrado e a testemunha ouvida, ela representou. Depois a gente chama de novo para ver se fez o exame, para ver tudo. Aí chega aqui e fala: 'não quero mais'. Ela é ouvida nesse sentido também. A gente junta no procedimento e manda para o Fórum, não é retirada a queixa, não há mais esse procedimento, a gente manda do mesmo jeito. Ouvi a crítica da violência doméstica, que o povo fala que a Lei... Você lendo, é uma Lei óbvia, tem os procedimentos que qualquer outra lei teria, o específico é que é só para mulher. O que já aconteceu de engraçado foi a mulher vir fazer a ocorrência, ter instaurado o inquérito, ter feito o laudo e era o homem quem tinha a lesão, e não ela. Fatos semelhantes a esses existem, "mas não que eles (os homens) venham fazer (o registro), é muito difícil, é muito raro, as mulheres são maioria, não tem comparação.

Alexandra avalia que a Lei Maria da Penha é emergencial. Segundo ela, alguns casos de homens que foram presos mudaram seu comportamento e fez com que o número de registros diminuísse. Ressalta a obrigatoriedade da representação e o fato de o inquérito ter prosseguimento mesmo nos casos em que a mulher desiste. Menciona um caso de homem agredido pela mulher, embora afirme que não tem comparação com o número de casos de mulheres que sofrem violência.

Sobre a Lei, Luiz pensa *que é uma lei perfeitamente aplicável. Acho que é uma boa, porque você aplica realmente a solução a quem tem que ser solucionado mesmo, entendeu? À pessoa violenta. E outra coisa. Lá na frente, como essa senhora que está morando com o marido e quer que ele seja processado. Ela chega na frente do juiz e diz: 'eu quero'. Ela pode fazer isso, entendeu? Um casal jovem, inclusive. Eu acho que (a Lei) pega, vai depender da pessoa, depende da pessoa, é uma lei que depende integralmente da vítima, do desejo da vítima, entendeu? Ela traz alguns instrumentos legais, para auxílio, só que esbarra sempre na morosidade. Às vezes, a gente dá o atendimento aqui, pede alguma coisa, mas, no papel, as coisas chegam lá e não parecem tão graves. Às vezes, demora-se muito para se conceder algumas medidas cautelares que são necessárias, essenciais para se evitar uma agressão maior, evitar uma morte. Em relação à Lei 9.099/95, ela é um avanço porque, nessa Lei, o cara dizia 'vou quebrar a cara dessa mulher e vou pagar cesta básica' e tudo bem, entendeu? Era bem esse o pensamento do agressor: 'bato nela e pago uma cesta básica'. Era bem isso mesmo.*

Para Luiz, a Lei é boa, aplicável, e depende do desejo da vítima. Menciona a morosidade na concessão das medidas protetivas. Destaca que a violência descrita em documento impede que apareça a gravidade do caso. Avalia como um avanço em relação à Lei 9.099/95.

Adriana, antes de começar a gravação da entrevista, fez o seguinte comentário *como diz a Dr^a XXXXX (delegada), 'bem que essa Maria da Penha poderia ter morrido'*. No decorrer da entrevista, comenta que era só uma brincadeira.

Adriana relata que *a vinda dessa Lei tirou muito a autoridade da vítima de querer ou não determinado tipo de procedimento. Se, por um lado, ela foi boa porque trouxe para a mulher um castigo maior para o agressor, ela mostrou para mulher que os direitos dela não paravam apenas aí. Ela mostrou para a mulher que ela estava protegida de alguma maneira. A Lei ainda não deu estrutura suficiente para isso ser totalmente administrado e realizado. Acabou também não deixando uma brechinha para aquela que diz: 'olha, eu só queria mesmo deixar registrado'. Então, muitas vão embora porque ficam com medo de registrar e não poder interromper o procedimento. Para alguns casos a Lei é perfeita, porque existem alguns em que o homem está descompensado de uma tal maneira, que a mulher não consegue se livrar dele. Ainda é a minoria dos casos, não é a grande maioria. Não sei como vai ser nos próximos anos, se vai haver alguma emenda, se eles vão criar essa abertura, porque acaba lotando o Fórum de processos que depois acabam não indo muito adiante porque, quando chega a audiência, a mulher já voltou a viver com o marido. Então, quer dizer, é tudo na correria, é tudo com medidas, é tudo com protetivas, é tudo com emergência, com urgência, com prazos mínimos que você, às vezes, faz, mas que a mulher acaba retornando ao lar ou o marido retorna ao lar porque ela permitiu. É todo um trabalho que você fala: 'poxa vida, ela fez isso, daqui a pouco vai acontecer de novo'. Não acho ruim de tirar ou de fazer o trabalho, acho ruim ela não conseguir ir até o fim, essa desistência no meio do caminho é que incomoda. É isso o que eu falo, a Lei Maria da Penha não é uma lei ruim, ela é uma lei que não deixou brecha em alguns pontos e, no país, falta a estrutura do Estado para dar total apoio, da maneira como prescreve a Lei. Porque a Lei é bem seca. Ela é curta e grossa. Ela não tem outras saídas. Então, precisava ter uma estrutura bem melhor, talvez se trouxesse uma segurança maior, elas conseguissem viver a vida delas sem aquele companheiro ruim, sem aquela vida medíocre, sem aquela vida de violência que ela levava, porque a coisa mais feia do mundo, que*

me dói muito, é quando chega uma mulher aqui com o olho desse tamanho, tirar os óculos de sol para falar com você e está quase cega. É uma humilhação muito grande para a mulher. E depois, por uma série de problemas: de estrutura familiar e do Estado, que ainda não está comportando o que oferecer para a mulher, quando ela deixa tudo de lado. Então, é só nesse ponto que eu vejo a falha da Lei, não tenho nada contra a Lei.

Segundo Adriana o número de registros aumentou porque com esse direito de requer o afastamento do agressor e a proibição de aproximar-se dela, inclusive a restrição à visita dos filhos, mesmo que provisório, acaba dando a ela um pouco de refresco para pensar o que fazer.

Sobre a prisão de agressores, Adriana afirma: já prendemos e acabamos prendendo uma mulher também. Fomos aplicar a Lei Maria da Penha, mas ela tinha feito um disparo. A Lei Maria da Penha, na lesão corporal, dá direito a fiança, mas o disparo de arma de fogo não. Então, para nós foi complicado colocar a mulher na cadeia, mas teve que acontecer.

Quanto aos homens que foram presos, a escritã relata que eles pagam fiança e quanto ao valor da fiança, parece haver um consenso sobre o valor de R\$500,00. Alta por quê? Justamente porque é para coibir que continuem. Caso contrário, ficava na Lei 9.099/95, que pagava cesta básica, caixinha de leite e estava tudo certo. Esses R\$500,00, mínimos, são justamente para doer no bolso e para o cidadão pensar antes de levantar a mão e tirar sangue da cara de uma mulher.

Segundo Adriana, quem estabelece o valor é o Judiciário, é calculado tudo direitinho. Vem de acordo com o Código de Processo Penal. Acho que são os desembargadores que devem avaliar o aumento ou diminuição. Eu não sei os valores, porque a fiança funciona exatamente assim: eu sou réu primário, eu cometi um determinado crime, então, eu tenho uma fiança mínima de "x" e uma máxima de "Y". Como eu sou primária e tenho bons antecedentes, meu crime não foi grave, eu posso até pagar o mínimo. Às vezes o rapaz, ou a pessoa, tem direito ao pagamento de uma fiança, mas se ele é reincidente, então a coisa para ele fica um pouco mais apertada. Eles exigem um pouco mais, justamente pela reincidência, por estar novamente praticando um crime. Então, é um jeito de puni-lo mais severamente também. Às vezes coíbe, mas... ele só pode ser preso se, nos casos em que os crimes podem ser arbitrados fiança, ele não tiver o dinheiro. Ele vai para a cadeia até ele conseguir o dinheiro e sair. Ou, normalmente, quando é réu preso, o juiz marca audiência rápida. Então, pode

ser que na audiência, ele saia por uma liberdade provisória. Acontece. Por outro lado, existem crimes que já são considerados inafiançáveis, você entendeu? Aqui na delegacia seriam os crimes contra os costumes, por exemplo, atentado violento ao pudor, tentativa de estupro, estupro. Nesses casos, se for flagrante, ele vai para cadeia, ele não tem direito à fiança porque é considerado crime hediondo. Quando não é flagrante e nós apuramos tudo, a gente costuma pedir a prisão preventiva no fim. Ou, se a pessoa está ameaçando de alguma forma a vítima, a gente chega a pedir a prisão temporária até que se apure o restante, para se evitar que a vítima corra risco de morte. E a gente tem conseguido, o juiz tem concedido.

Apesar de Adriana dizer não ter nada contra a Lei Maria da Penha, inicia a entrevista com uma “brincadeira”, com o microfone ainda desligado. Interpretar tal “brincadeira” não é tarefa fácil. Pode indicar que, qualquer comentário que venha a ser feito por Adriana, à Lei Maria da Penha, seja, apenas, cumprimento de tarefa de uma entrevista e não revele, de fato, o pensamento da escritã em relação à Lei. De qualquer forma, são suas palavras que estão sendo analisadas nesta pesquisa.

Para Adriana, a Lei tirou a autonomia da mulher de decidir sobre a representação, ou não, contra o agressor. Ao afirmar que a Lei não deixa uma abertura para as mulheres se manifestarem, resgata a prática desenvolvida sob a Lei 9.099/95, quando a representação não era compulsória e, em alguns casos, as mulheres não eram informadas sobre o direito de representação contra o agressor. A decisão de prosseguimento do caso dependia da escritã ou da delegada que fazia o atendimento, e não, necessariamente, da mulher. Esse comentário revela incompreensão ou desacordo com a novidade trazida pela Lei 11.340/2006. Questionamos se, antes da Lei Maria da Penha, a mulher tinha autonomia para essa decisão, uma vez que desconheciam os procedimentos legais? Representar, ou não, dependia de informações adequadas, que nem sempre eram fornecidas.

Bianca relata que, *com a Lei 9.099, a insatisfação das mulheres era geral porque diziam: ‘não acontece nada. Eles vão ao Fórum, pagam uma cesta básica e riem da minha cara. Em casa, ele falam: ah!, deixa eu bater de novo, a gente paga uma cesta básica e ainda ajuda alguém’.* Muitas falavam assim. *Com a Lei Maria da Penha, acho que elas acharam um exagero a facilidade de ele ir para prisão. Diziam: ‘eu não queria fazer isso, ele é o pai dos meus filhos, como é que vai ficar a pensão alimentícia?’* Elas pensam mil coisas. *Então, é o que eu te falei,*

elas não sabem exatamente o que querem, porque ela é muito branda, realmente. Na Lei 9.099/95, não havia prisão para os casos mais violentos, como os casos que eu te falei. Agora, na Lei Maria da Penha, a medida de prisão em flagrante, quando a Polícia Militar chega e acabou de acontecer o crime, se há uma testemunha, já aconteceu casos de flagrante. Na Lei 9.099/95, não. Todo mundo ia para casa. Apenas nos casos mais graves, a gente encaminhava para um abrigo, quando via que a vítima tinha necessidade de ser abrigada porque corria algum risco de morte. Com a Lei Maria da Penha, não é que aumentou, é que agora todas as ocorrências que envolvem violência doméstica viram inquérito policial. Antes eram só os casos encaminhados para o Fórum. Então, aumentou o número de inquéritos policiais, mas eu acho que a procura é a mesma, não acho que aumentou.

Bianca continua. Há alguns pontos que, na prática, precisariam ser diferentes. A lesão corporal, por exemplo. Deveria precisar de representação como era antigamente, na Lei 9.099. É claro que vai ser mais rígida a pena. Tem que ser mesmo, porque é crime que merece punição, mas teria que depender da vontade da vítima punir, ou não, porque muitas querem apenas o registro. A parte boa, a parte geral da Lei, sem contar com a parte de pena, é poder ter as medidas de proteção de afastamento do lar e proibição de aproximação da mulher quando há realmente a violência. O juiz analisa caso por caso e em muitos ele não dá. Ele vê que não é necessário o afastamento do lar. Quando é necessário, mesmo, é que são feitas as medidas. A DDM manda para o Fórum com a declaração da mulher. É complicado para o juiz deferir ou indeferir baseado apenas em uma versão. Porque a gente costuma dizer que o caso tem três versões a dela, a dele e a verdadeira (risos). Então é complicado, cada um vai “puxar a sardinha” para o seu lado, mas, quando tem laudo, e se vê que a situação é de violência mesmo, que a ameaça é constante, porque tem mulheres que fazem ocorrência sempre, eu acho legal para tentar inibir naquele momento, para o homem saber que vai ter uma consequência. Talvez não seja uma boa solução, mas uma proteção para ela.

Bianca afirma que as mulheres estavam descontentes com a Lei 9.099/95. A escrivã coloca na boca das mulheres a fala de que a Lei Maria da Penha exagera ao facilitar a prisão do agressor, mas, ela mesma, considera a Lei branda. Desejaria que a representação não fosse compulsória para os casos de lesão corporal. Quanto às medidas protetivas, segundo Bianca, o juiz é quem verifica a necessidade de aplicá-las, ou não. Isso aponta para a importância de

um Boletim de Ocorrência com o máximo de informações. A ausência da perspectiva de gênero coloca no mesmo patamar a palavra da mulher, a do agressor e uma terceira versão que Bianca chama de “verdadeira”. Essa declaração da escrivã revela prudência ou preconceito?

Dr. Antonio comenta: *a gente tem que ter um cuidado, uma atenção, uma capacidade de interpretação, se aquilo não vai prejudicar mais, ou se ele não vai cometer uma agressão maior em cima dela. Se for analisar, é uma responsabilidade muito grande nesse momento, em que você pode entender e dar um tempo, entendeu? E decidir: ‘não vou fazer o flagrante, vou esperar um pouco’. E nessa de esperar um pouco, o quê acontece? Acontece que o homem vai lá e agride mais, mata, fere de uma forma que a responsabilidade acaba sendo maior. Acontece que, agora, com o evento Maria da Penha, quando você percebe que a coisa tá... Todas as mulheres registram, mas elas manifestam que não querem dar continuidade. Se você olhar, a Lei Maria da Penha pede que você faça muita coisa, e essa estrutura? Eu já pedi para o prefeito uma viatura da guarda municipal com uma assistente social para que ela fosse até a residência e verificasse a situação da família. Ela apresentaria um relatório que seria anexado ao B. O. Nesse relatório a assistente social informaria se a mulher joga a roupa dele no chão mesmo, se o fere. Isso não justifica a agressão, não justifica a agressão, agrediu, agrediu... Nada justifica a agressão. Eu gostaria de poder aplicar a Lei Maria da Penha na sua plenitude, ok? Essa plenitude eu já (incompreensível) o Ministério Público. Nós temos que ter uma tutela da agredida para colocá-la em algum lugar. Temos que guardar a criança. Tem que ter uma estrutura toda para fazer isso.*

Chama atenção, no relato do delegado, a preocupação com a interpretação da Lei e com a estrutura para aplicá-la. Ele se preocupa também, em saber o que a mulher faz para o agressor, para isso necessita de uma assistente social que faça a visita domiciliar, apresente relatório, o qual será anexado no B. O. No relato não aparece a preocupação com o que o agressor fez para a mulher. O que isso significa em se tratando de uma Lei para dar proteção para a mulher? Os relatos do delegado revelam uma posição clara em defesa do agressor.

Dr. Benício, ao dar seu depoimento, afirma que *a Lei melhorou bastante, porque a situação que estava anteriormente, realmente era difícil, porque se dizia: ‘um tapa, uma cesta básica’. Então, nessa situação, a gente fica meio com as mãos atadas, porque é difícil explicar para a sociedade que a gente está com as mãos amarradas porque não se tem um respaldo legal para ter uma atitude*

mais firme. Então eu acho que a lei melhorou bastante. Só que é uma lei que, às vezes, eu penso nessa lei e penso em outras realidades. Eu penso em como que é aplicada essa lei, por exemplo, em estados mais pobres? Em pequenas localidades? Como isso é aplicado? Então eu até duvido que essa lei seja aplicada como deve ser. Não por falta de vontade, mas por problemas estruturais, por falta de recursos materiais. Eu queria ter aqui e todo delegado quer isso. Por exemplo, a mulher vem machucada, desorientada, se pudesse ter pessoas disponíveis para fazer o atendimento que a pessoa merece ou não merece. Encaminhá-la em nossa própria viatura para o IML, como exige a Lei. Mas a gente não dispõe de recurso. Então, a gente vai fazendo, vai aplicando a Lei na medida do possível. Mas eu acredito que essa lei melhorou bastante, é uma lei de primeiro mundo. Eu acho que tem que capacitar os (incompreensível) da justiça para que essa Lei seja efetivamente aplicada.

O relato de Dr. Benício compara a Lei, segundo ele, de primeiro mundo, com a realidade de sua área de atuação. Ao dizer que duvida que a Lei esteja sendo cumprida em unidades federativas mais pobres, está se reportando à sua delegacia, a qual não dispõe de recursos para a correta aplicação.

Dr. Celso, ao falar da Lei Maria da Penha, avalia que *foi bom, só que, em minha opinião, acho que exageram um pouquinho na Maria da Penha. Principalmente nas medidas protetivas. Tenho minhas dúvidas quanto às medidas protetivas, como vão ser aplicadas daqui para frente, por exemplo, o afastamento do companheiro do lar, não poder visitar, não poder nem passar perto tantos metros. Isso já é mais complicado e pode ser que não pegue tanto. Isso já existia, era a separação de corpos, não precisava ser tão detalhada assim, mas tem o lado positivo. Há os casos em que você pode prender em flagrante, arbitrar a fiança. Não cai na Lei 9.099/95, em que a pessoa ia lá e até dava risada: 'vou lá pagar uma cesta básica e está tudo certo'. E batia mesmo na mulher. Hoje não é assim. Inclusive, volto a afirmar: paga fiança enquanto ele é primário. Se voltar a cometer esse crime, depois de ter sido condenado, transitado e julgado, vai preso. Na reincidência, se ele já foi condenado anteriormente, ele não tem esse direito de pagar fiança, só o juiz é que vai decidir, vai analisar se concede liberdade provisória para ele, ou não. Isso é importante, não há dúvida. Acho que a própria mulher fica com receio de que ele seja preso. Esse é o problema maior. Quanto à parte criminal da lesão que venha a sofrer, ou ameaça, isso já pegou. Eu só temo as medidas protetivas. Se continuar dessa forma, como vão ser aplicadas? Isso fica até difícil fiscalizar.*

Tem que oficial o juiz imediatamente. Quem aplica as medidas protetivas é o Poder Judiciário, a gente só encaminha o pedido das mulheres. Fora esse aspecto, que eu não sei como vai continuar, não há problemas.

Dr. Celso aponta duas preocupações: o exagero de detalhes das medidas protetivas, sua aplicação e fiscalização; e, em sua visão, o receio da mulher em relação à prisão do agressor.

Dr^a Denise faz várias observações a respeito da Lei Maria da Penha.

Primeiro comentário: a Lei Maria da Penha é um desgaste para nós, a gente se irrita muito com isso. Porque hoje em dia, na Lei 11.340, a lei determina que todas as mulheres em violência doméstica, em casa, no âmbito domiciliar ou que coabitam e estão sendo ameaçadas, estão sendo agredidas, cabe à Lei Maria da Penha. Isso quer dizer o quê? Que eu posso instaurar um inquérito. É um grande problema, porque muitas não querem, porque a representação é incondicionada. A mulher não tem o que desejar. Pelo código é obrigada a apuração dos fatos. Na ameaça não, ela pode querer. Então a gente deixa por conta delas.

Dr^a Denise se refere à Lei Maria da Penha insinuando que a Lei é muito "generosa", isto é, todas as situações cabem lá dentro. Vê como um problema a obrigatoriedade da representação, uma vez que uma parcela das mulheres não consegue prosseguir até o fim com o processo. Isso causa irritação e desgaste à delegada.

Segundo comentário: quando elas estão nervosas, vamos supor, nas ameaças, elas vêm aqui e querem todas as medidas que a Lei prevê no artigo 22: o afastamento dele do lar, comunicação com ela e com família, não visita. No momento da raiva, é tudo. No dia seguinte, elas vêm aqui conversar. Está bem e ela não quer mais. Só que isso já é um desgaste para mim porque eu tenho que encaminhar essas medidas para o juiz em 48 horas. Se eu não encaminhar, sou penalizada pela Lei. Então, toda vez que é feita a Maria da Penha, a representação, as medidas todas que elas querem do artigo 22, eu tenho que mandar para o Fórum. Todo dia. No dia seguinte, quando ela vem aqui, eu já encaminhei tudo. Então, é um desgaste enorme. Eu tenho que fazer uma ocorrência policial. Tenho que ouvir essa mulher em declarações. Tenho que pedir essas medidas para ela. Tenho que fazer o ofício e encaminhar para o Fórum... Olha o tempo que a gente leva com cada uma dessas vítimas, para, no dia seguinte, ela vir aqui e dizer que não quer mais nada! Digo: 'mas como a senhora não quer mais nada? A senhora não quer resolver? Só que não é mais

comigo, agora só na presença do juiz'. Elas ficam nervosas, dizem que a delegacia... entendeu? Nós, agora, fazemos a parte de advogado, de requerimento das medidas. Acho que não está correto. Acho que cabe a um advogado entrar com as medidas, como era a medida cautelar para as mulheres. Mas, isso foi passado a nós pela Lei, deram mais uma função para nós. Há mulheres vítimas de agressão que vêm com o próprio marido aqui para ele ser ouvido. Quer dizer, ela está junto com ele de novo. Agora... a minha escritã não pode ficar nervosa de estar soltando inquérito policial, perdendo tempo com isso e ela achando que a gente está brincando, que nada é sério?

Com esse comentário, é possível imaginar o tom de voz usado pela delegada para se dirigir às mulheres. A delegada repete algumas vezes o verbo "ter", no presente do indicativo, para falar de uma atribuição dada a ela, pela Lei, atribuição com a qual parece não concordar ou não estar convencida. Todo dia ela tem que fazer a mesma coisa para essas mulheres que a irritam quando desistem do processo.

Terceiro comentário: *Então, no momento de raiva, nós servimos. Quando ela está bem com esse marido, com esse companheiro, nós não servimos mais, porque nós estamos atrapalhando uma relação. Só que temos que explicar que nós não temos uma bolinha de cristal. Que nós não procuramos ninguém em casa, que ela veio até nós. Então, nós temos os dois lados. Essa que pede tudo e, no dia seguinte, não quer nada, ou aquela que pede tudo e, no Fórum, não consegue nada e vem reclamar na delegacia como se nós não fizéssemos nada. Eu falo: 'a senhora está equivocada, a senhora tem que ir ao Fórum ver o que aconteceu, o que o promotor e o juiz entenderam dessas medidas, porque quem defere, ou não, é o juiz, a pedido do promotor. Encaminha, ou não. Eles que irão avaliar a situação'. Então elas confundem tudo.*

A delegada estranha que as mulheres que sofrem violência de todos os tipos, que chegam nervosas, que não sabem distinguir o que é melhor para elas, que retornam ao agressor após o registro da denúncia, ao chegarem à delegacia, confundam esse conjunto de informações. Dr^a Denise, nesse relato, está supondo que as mulheres estão na sua plena condição de entender os trâmites da Lei 11.340/2006.

Quarto comentário: *Eu deixo isso bem claro. Nós estamos encaminhando para o Fórum o que a senhora deseja. Cabe ao juiz, não a mim, decidir, ou não. E essa resposta, obrigatoriamente, não precisa vir a mim. A senhora tem que procurar saber se a senhora conseguiu, ou não. E por que não? E brigar com o*

advogado. É essa a questão. Então é complicado para a população entender que nós não somos autônomas, a ponto de decidirmos tudo. Eu posso pedir uma prisão, mas posso conseguir, ou não. O juiz é quem tem que me conceder. Quantas vezes, aqui, em caso de abuso sexual eu falo: 'eu vou pedir, não sei se vou conseguir'. Em abusos, eu sempre consegui, mas eu sempre deixo bem claro que, se eu não conseguir prender o cidadão, não é por minha vontade. Eu tenho todo um trâmite legal e a população não entende, porque ela não tem acesso ao promotor e ao juiz, ela tem acesso apenas à delegacia. Então, ela fala com a gente e acha que nós temos que resolver o problema. Então esse é o problema da população que a gente enfrenta.

Nesse relato, a delegada insinua uma relação pouco amistosa entre DDM e Poder Judiciário quando coloca a questão da falta de autonomia.

Quinto comentário: essa questão da Lei Maria da Penha, eu tenho duas visões sobre ela. A primeira, que é interessante para coibir a violência. De certa forma, cheguei ao ponto de em um flagrante, já tive casos em que a própria vítima chegou a pagar fiança para o agressor. Então, eu me pergunto: até que ponto nós estamos coibindo alguma coisa? Porque eu já tive casos aqui da mulher pagar a fiança para ele não ficar preso. Por dois fatores. Primeiro, porque ele sustenta a casa. Se ele ficar preso, não há como entrar dinheiro em casa. Segundo, porque talvez ela fique mais temerosa de ele voltar e se tornar mais agressivo e a agressão ser maior. E outra, porque ela gosta do cara e ficou nervosa na hora. Às vezes - eu não vou defender o homem aqui, o agressor -, mas, eu acho que, às vezes, as mulheres procuram certa situação. Não que a agressão seja uma resposta correta, mas tem mulheres aqui que procuram. Depois que a gente ouve a outra parte, a gente vê o outro lado da história.

Dr^a Denise, diante do pagamento da fiança feito pela vítima, questiona-se sobre a efetividade da Lei. Diante do depoimento do agressor, conclui que há mulheres que procuram a violência.

Sexto comentário: como a gente tem que deixar o livre arbítrio das mulheres quererem ou não registrar a queixa, não posso determinar quando tenho que pedir a Maria da Penha. A mulher tem que ter essa ciência, ela tem que saber das medidas. Então, todas elas são científicas aqui. Elas vêm dizer que não sabem? É mentira, porque todas elas são científicas aqui e a gente fala: 'o que você deseja?' Ela é que me responde o que deseja. Que ela não venha dizer que não está sabendo, porque ela assina aqui. Então ela tem que ter ciência.

A delegada, não podendo mais decidir sobre os encaminhamentos, como fazia sob a Lei 9.099/95, afirma tornar as mulheres cientes dos procedimentos da Lei Maria da Penha, para que possam elas mesmas decidirem.

Sétimo comentário: *a Lei 11.34/2005 tomou uma seriedade que a Lei 9.099/95 não teve, por exemplo, na penalidade. Duas coisas que eu acho que poderiam ter melhorado na Lei 9.099/95 e não precisaria ter criado outra, no meu entendimento: seria punir o agressor, retirando a cesta básica, como é agora na Lei 11.340/2006. E a possibilidade de o juiz determinar tratamento ao agressor. Achei isto muito interessante: a possibilidade de o juiz determinar e o agressor é obrigado a fazer. Isso eu achei muito interessante e salutar para uma convivência em família. Estou pensando em questão de família, de você ter uma reestruturação familiar.*

Oitavo comentário: *em relação à Lei 9.099/95, a Lei Maria da Penha é um avanço. Infelizmente, só uma prisão, só você deter alguém, fazer um flagrante, fazer doer no bolso ao pagar uma fiança, e a mídia divulgando isso, acho que é salutar. Acho que a gente não precisava das medidas, a gente podia tentar isso de outra forma. Se a gente tivesse psicólogo, assistente social em todos os setores, em todos os locais para trabalhar... Eu digo que violência gera violência, então tem que tratar só o que já está arreventado, eu tenho que ver a estrutura. Se vier aqui já arreventado, eu vou ver o crime, não vou solucionar o problema familiar. Vou penalizar alguém naquele crime, isso não quer dizer que o agressor não vá reincidir novamente. Ele pode voltar, não com essa mulher, mas largar essa e ir para outra.*

Chama atenção nesse relato, o acento que Dr^a Denise coloca na possibilidade de prisão em flagrante do agressor. Aqui ela evidencia o crime, e não a família. No comentário anterior ela aponta para a reestruturação familiar.

Dr^a Elaine, por sua vez, reafirma o que outros já disseram: *a Lei Maria da Penha é boa, mas elas são as primeiras a arrecadar dinheiro com a família para pagar a fiança.*

Dr. Felipe declara: *particularmente acho que é uma lei política porque eu não gosto de rotular lei para mulher, lei para idoso, lei para adolescente. Acho que, na legislação, não se pode abrir um leque tão enorme. Acho que o Código Penal, desde que bem aplicado, é suficiente. Eu não vi a necessidade, até porque alguns itens da Lei Maria da Penha são inexecutáveis pela falta de estrutura que o Estado oferece, não só para a Polícia, mas também para outros setores: casa, acompanhamento... Não adianta dizer que nós temos que conduzir a pessoa*

porque nós nem temos viatura para isso. Nós temos falta de pessoal, não temos local adequado. Costumo dizer que é uma lei feita para a Suíça, não para o Brasil. Infelizmente, muito da nossa legislação tem esse aspecto. Costumo dizer que as pessoas que nunca andaram na rua, que jogavam bolinha de gude no tapete da sala, sentam, fazem uma legislação e não conhecem a realidade da rua. Eu achava importante que sempre que se fosse fazer alguma coisa dessa envergadura, que fosse pesquisado muito, fossem consultadas as bases, para que fosse uma lei o mais adequada possível, mas não tenha dúvida de que o endurecimento da pena é salutar, isso, sim, eu acho salutar. Que houvesse uma consulta mais ampla, que não ficasse restrita a meia dúzia de notáveis que desconhecem a realidade do dia a dia. O que me assusta muito é quando eu vejo esses "âncoras" dos telejornais. Eles opinam sobre todos os assuntos que desconhecem por completo. A nossa imprensa é uma formadora de opinião, via de regra ela forma e informa mal, porque os nossos âncoras não têm o conhecimento específico. Assim, como eu não posso falar sobre medicina, que eu não entendo nada, algum médico queira falar alguma coisa de segurança pública, que eu vivo há vinte e dois anos. Fica complicado. Eu acho importante essa pesquisa, essa busca de conhecimento, não fosse feita de afogadilho como, via de regra, são feitas as nossas leis. Acho que o Código Penal, bem aplicado, e o endurecimento da pena, eu já acho o suficiente, porque aí entrava na lesão corporal. E acabou endurecendo a pena. Então, desde que houvesse, realmente, junto com a lei, a estrutura para que fosse possível aplicá-la na sua integridade, o que no dia de hoje não temos. Então, não basta dar a terra para pessoa, precisa dar os insumos e ensiná-la a lavrar aquela terra. A mesma coisa para a legislação. A legislação, no papel, é fria, ela precisa se exequível. A Lei Maria da Penha, infelizmente, não é exequível na sua totalidade. Já houve casos de flagrante. Via de regra, o agressor presente está caracterizado o flagrante e, via de regra também, um ou dois dias depois a mulher vem aqui pedindo se dá para soltar o marido. Isso acontece, você deve ter ouvido bastante. Às vezes, naquele momento de raiva, de indignação, algum vizinho ou ela própria, chama a Polícia Militar e, uma vez caracterizado o delito, e havendo representação da vítima, não nos resta outra alternativa senão autuar o agressor em flagrante.

No relato desse delegado podemos perceber o acento colocado na suficiência do Código Penal e a relativização da Lei 11.340/2006. Ele dispensa leis específicas para setores específicos da sociedade. Essa Lei parece ser indigesta ao delegado que não vê exequibilidade nela por falta de estrutura.

Segundo ele, é uma lei política, elaborada dentro de gabinete por quem não tem conhecimento de causa. Para esses casos o delegado sugere uma ampla pesquisa com quem convive com o problema, cotidianamente. Ao afirmar que, na Lei Maria da Penha, “não resta outra alternativa” a não ser autuar o agressor quando pego em flagrante, o delegado insinua um descontentamento com essa medida.

Considerações parciais

A pesquisa realizada demonstra que a Lei Maria da Penha ainda não teve total adesão por parte dos agentes policiais entrevistados. A Lei 11.340/2006 não seria necessária, caso houvesse alterações na legislação anterior. Alguns não acreditam que a Lei vá atingir o objetivo a que ela se destina.

Não há consenso sobre a representação compulsória. Direta ou indiretamente, todos eles revelam revolta, indignação ou raiva quando se deparam com a mulher agredida que desiste do processo ou que paga a fiança para que o agressor seja posto em liberdade.

Um dos relatos demonstra que, embora o agente considere o crime, não julga adequado instaurar inquérito e apurar os fatos. Há uma preocupação em manter a “harmonia” da família e um ponto ressaltado é a possibilidade de o agressor “fazer tratamento”, como medida judicial. É demonstrado como um ponto positivo, pois contribui para a “reestruturação familiar”.

Por um lado a Lei é branda; por outro, é exagerada. Ter que autuar o agressor pego em flagrante causa um incômodo em alguns agentes policiais. Outro incômodo refere-se à relação da DDM com o judiciário. As novas tarefas atribuídas às DDMs, os prazos curtos para os procedimentos necessários para coibir a violência, que precisam ser feitos diariamente e a perda de autonomia, aparecem como dificuldades para a interpretação e aplicação da Lei.

Comentários acerca do tempo e da forma como foi elaborada a Lei, demonstram um desconhecimento do processo que envolveu a sociedade civil e os órgãos governamentais na consulta, elaboração e aprovação da Lei Maria da Penha.

Todas essas manifestações acerca da Lei revelam um desconforto, no sentido de que ela é específica e é clara a perspectiva de gênero presente no seu bojo. A Lei convoca um olhar para a mulher como sujeito de direitos. Isso

incomoda os agentes. Assumir esse olhar implica romper com representações e estereótipos sobre a mulher, sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade, sobre a concepção de modelo ideal de família. Assumir o olhar proposto pela Lei Maria da Penha exige reconhecer as desigualdades de gênero. Isso parece difícil aos agentes entrevistados, que sempre que podem, se referem a casos em que as mulheres, também foram violentas com eles ou os traíram. Nesses relatos podemos perceber um tom acusatório contra a mulher e uma satisfação em relatá-los.

Segundo propõe Ravazzola, os agentes policiais, como atores envolvidos no ciclo da violência, são os responsáveis por impedir ou reproduzir a perpetuação da violência. Até aqui, a pesquisa aponta que este ainda é um desafio a ser enfrentado pela Lei Maria da Penha.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA

I – Mulheres com Boletim de Ocorrência

As entrevistas abaixo foram realizadas com mulheres que se encontravam na Delegacia de Devesa da Mulher e ainda não haviam registrado a queixa.

1 – CRISTINA

Contexto da entrevista

No momento da entrevista Cristina encontrava-se abrigada. Gaguejava durante a entrevista. Respirava com dificuldade, o ar que inspirava não era suficiente para chegar ao final das frases. Cristina não tem gagueira, mas pronunciava as palavras entrecortadas. Seus filhos gritavam muito. Durante todo o tempo da entrevista, um deles chutava a porta do local onde estávamos e outro ficou pendurado na janela, do lado de fora.

Identificação:

Cristina tem 25 anos, reside em Santo André, é divorciada, tem dois filhos. Estudou até a sexta série, trabalha há 7 meses como auxiliar operacional, faz faxina. Residia próximo à casa dos pais. Casou-se duas vezes. O marido é usuário de drogas.

Histórico de violência

Do primeiro casamento, Cristina relata: *Antes nós éramos evangélicos, mas ele ficou muito fanático. Não me deixava soltar o cabelo, não deixava andar perfumada, não deixava ir à casa de minha mãe e eu tinha, na época 16 anos. Casei com ele. Meus pais falaram para eu não casar, para dar um tempo. Mas, como eu tinha engravidado, fui morar com ele. Fiz de tudo para ir morar com ele. Hoje ele tem 45 anos. Quando eu casei com ele eu tinha 15 anos e ele tinha*

39 anos. Nós temos um filho de 4 anos. Quando eu vivi com ele, tinha de tudo só que aquilo se tornou possessivo também, porque ele não me deixava fazer nada, perdi vários empregos, eu não podia estudar, não podia fazer nada. Quando eu saía, era só com ele. Todo lugar que eu ia era só com ele, na casa de minha mãe, era só com ele. Vivi com ele oito anos, mas chegou um tempo, e eu ficava com ele porque ele falava que se eu separasse dele ele ia matar meus pais, só que nunca precisou eu ir à delegacia porque ele nunca foi agressivo, a coisa dele era me segurar em casa, já era obsessão dele. Conviveu com ele durante oito anos.

Do segundo casamento, Cristina relata que ficou sozinha por quatro meses. Havia cinco meses residindo com meus pais conheci o meu companheiro, que me deu bastante problema. Namoraram durante dois meses e foram morar juntos. A gente estava morando bem, depois de três meses eu engravidei. No começo, eu não percebi nada porque ele era um homem amoroso, um homem bom, eu não percebia nada dele, nada mesmo. Passado um ano e meio, ele começou a dormir fora, a mentir para mim e sempre, quando eu perguntava, ele só falava que estava de boa, falava que dormia fora porque estava trabalhando. Todo mundo sabia que ele estava usando droga, só eu que não sabia. Eu ficava desconfiava, mas eu não podia afirmar nada porque eu nunca soube o que ele estava fazendo. Chegou um dia em casa que eu peguei o banheiro com aquele cheiro de droga. Perguntei para ele e ele desmentia. Chegou um tempo em que eu peguei mesmo, que eu o vi usando mesmo. Achei até maconha em casa, um pacote de maconha, embalado mesmo. Ele falou para mim que só usava maconha. Mas não. Cheguei a pegar assim..., ele estava até usando na lata, usando pedra, usando crack, usando "farinha", mas cachimbo eu nunca peguei. As outras drogas ele sempre usava e tinha vezes que ele pedia para eu sair de casa para ele usar. Eu não queria sair para a rua para ele usar. Aí começou a violência. Só que a violência dele já vem no comecinho que a gente estava junto. Antes de um ano e meio já começamos a brigar. Ele vinha para cima de mim e eu sempre deixando. Porque era assim, quanto mais a gente brigava, quanto mais eu apanhava dele, mais eu gostava dele, parecia até que eu queria ajudá-lo. Cheguei a brigar com minha mãe, fiquei quase um ano sem falar com minha mãe e meus irmãos, até o tempo em que me separei dele. Eu passei um mês na casa da minha mãe e, nesse um mês, meus irmãos vieram e falaram comigo, porque eles viraram a cara para mim. Eles falavam que ele não era pessoa para mim. Enquanto eu estivesse com ele, não me dariam nenhum apoio. Então,

enfrentei muitas pessoas que foram falar com meus pais, perdi muita coisa por causa dele e, no fim, o que aconteceu comigo? Ele começou a me bater, ele queria sair. Ele era tão possessivo que eu não podia nem conversar com o vizinho do lado. Onde a gente morava, só tinha homens, amigos dele com quem ficava usando droga. E ele não queria que eu falasse com ninguém. Havia vezes em que ele sumia quatro ou três dias e quando eu me arrumava porque eu ia para algum lugar..., porque antes eu saía para o forró de vez em quando eu saía, mas ele não suportava. Mas eu ia mesmo assim. Quando eu me arrumava, quando alguém me via arrumada, ele aparecia, eu não sabia de onde. Eu perguntava, mas ninguém me falava, parecia até um truque. Era só eu me arrumar que o fulano aparecia. Era sempre assim. Enquanto eu estava em casa, sentada, chorando, deprimida, com medo, dentro de casa, trancada, pensando que ele ia me bater, estava com a comida pronta, roupa lavada, tudo pronto... Ele não me dava valor, só queria vir para cima de mim. E isso ocorreu porque eu deixei, porque eu não fui dar queixa antes, porque ele sempre vinha para cima de mim e eu nunca fiz nada. Eu sempre fazia o B. O., mas não seguia adiante. Antes, eu queria mesmo ficar com ele, eu queria tentar mudá-lo, agora eu sei que ninguém muda ninguém, ele é que tem que ter força de vontade. Eu fiz uns seis B.Os. em cima dele, mas nunca quis levar para frente porque eu gostava muito dele. Quando eu cheguei aqui (no abrigo), no primeiro dia eu estava pensando muito nele, porque eu gostava dele muito. Então, quando eu cheguei aqui, eu vi que a realidade é outra, nós temos que gostar de nós primeiro e depois gostar de alguém. Hoje ele tem 35 anos e eu 25 anos

Após o atendimento na DDM, Cristina relata: *Havia 25 dias que eu estava na casa do meu pai, quase um mês e quando foi dia 18 de maio eu fui à delegacia. Fiz o B. O. contra ele e eles me deram um papel para eu ir no "Vem Maria"*⁴⁸. *No mesmo dia eu fui ao Vem Maria. Ela (a profissional que a atendeu) conversou comigo e a gente não entrou em uma conclusão porque, primeiro, eu tinha que falar com meus pais. Eu tinha que dar uma satisfação para eles. Aí eles concordaram de eu vir para o abrigo. Cheguei em casa, falei com minha mãe e meu pai e eles não acharam bom, mas, como ele estava me perseguindo demais, eu fui lá e cheguei na minha prima e perguntei: 'o que eu faço?' Meu pai está muito chateado comigo porque eu não o avisei que viria. Passados três dias, fui dar a resposta no Vem Maria, se eu iria ou não. só que eu fiquei contra a*

⁴⁸ "Vem Maria" - Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência, equipamento público do município de Santo André.

vontade dos meus pais, não falei para eles. Meu pai falou que está chateado comigo porque eu falei que ia trabalhar e fui ao Vem Maria. Porque eu não queria violência, eu tinha medo que acontecesse alguma coisa, porque ele é muito agressivo, o negócio dele é só faca. Ele não vai com arma nenhuma, o negócio dele é faca. O sobrinho dele me falou: 'ó Cristina, se acontecer alguma coisa com o meu tio, você vai ser culpada porque você tem lugar para ir e não foi. Se tiver alguma briga e eles o pegarem, a culpada vai ser você.' Aquilo ficou na minha mente, eu me senti culpada.

Ele vivia atrás de mim, ele sabia tudo de mim, sabia a roupa que eu estava usando, o sutiã que eu estava usando, ele sabia de tudo. Até chegou um dia no serviço, um dia antes, foi o dia 16 de maio, ele chegou no meu serviço perguntando de mim, se eu tava lá trabalhando e ele já ia entrando e nisso que ele ia entrando a secretário viu e falou: 'ôpa, ôpa!!! O que você quer?' Ele falou assim: 'a Cristina tá aí?' A moça falou: 'ela está aqui trabalhando.' Ele falou: 'fala para ela que tem um homem aqui esperando ela, mas não fala o meu nome, não fala que sou eu.' Ela falou: está bom. Ela conseguiu despistá-lo, conseguiu botar ele para fora e me chegou dizendo que tinha um homem lá fora me esperando. Mas ela já sabia quem era. Eu disse: 'eu não mandei nenhum homem me esperar, ninguém vem aqui me buscar.' Quando ela me falou isso, já liguei para o meu pai e, passada meia hora, meu pai chegou. Meu pai ainda teve tempo do vê-lo no meio da rua. Quando ele viu meu pai, entrou em uma casa e se escondeu. Eu não o vi mais. Meu pai veio de carro e me levou para casa. Quando eram umas 7 horas, eu já estava dentro de casa com meus filhos, ele me chama mostrando uma faca. Ele me perseguia com uma faca e todo lugar que ele me via, ele queria me bater. O errado que eu fiz foi não fazer o corpo de delito, que já era uma prova a mais. Só que eu não fiz. Terá uma audiência com ele apenas contra ameaça porque eu vacilei, entendeu?

Fiz seis boletins de ocorrência, em todas as vezes elas pediram o corpo de delito, mas eu nunca fiz porque ele sempre me batia. Então, não deu para elas fazerem um B.O. mesmo, faltou testemunha, elas me mandaram fazer corpo delito, mas eu não fui, eu estava tão transtornada, nervosa, porque eu vim aqui toda marcada, mas não fui. Vacilei, eu reconheço que foi eu que vacilei, porque tinha que ir, porque só falar não adianta nada, mas eu não fui. Depois levei uma testemunha do meu serviço também.

Expectativa do atendimento na DDM

Cristina relata: *Quando eu fui assinar na Delegacia, eu fui fazer queixa, eu estava toda marcada. Cheguei lá e falei para ela (agente policial) que eu estava pensava que iam buscar ele já, de uma vez só. Cheguei lá chorando, toda marcada. Fui trabalhar, cansada, sabe. Falaram assim: 'vai lá fazer o corpo delito'. Eu não fui fazer o corpo de delito, eu estava tão revoltada, porque eles falam que a Lei é para isso, é só a gente ir que na hora eles pegam o cara. Eu estava toda assim marcada e, no entanto, ninguém fez nada. Então eu fui embora, aí ela (a agente policial) falou assim para mim: 'não tinha como você tirar ele de casa?' Para eu ficar na minha casa. Eu disse: 'não, é aluguel'. Ela disse: 'se você sair, você vai encontrar outro aluguel por aí.' Eu falei para ela: 'não é assim fácil alugar casa porque eu tinha duas crianças e já tinha passado o dia do meu pagamento. Aí eu pensei bem e, passados três dias, eu saí de casa e fui para a casa dos meus pais. Fiquei lá com os meus pais. Mudei. Assim que eu mudei, ele já me jurou de morte dizendo que ia me matar. Se eu não ficasse com ele não ia ficar com ninguém. Aí ele começou a me jurar e eu fui à delegacia de novo. Eles chegaram "nimim", falaram assim: 'você não tem um lugar pra ir?' Eu falei: 'já saí de casa, um mês já tem que eu saí de lá e ele está me perseguindo até hoje e eu já vim aqui fazer queixa dele e vocês não resolveram nada.' Aí eu cheguei lá e uma moça da delegacia falou assim a mim, falou um pouco nervosa porque eu falei que não ia fazer o corpo de delito. Aí ela falou assim: 'me dá esse bagulho aqui', que era a folha. Eu falei: 'olha filha, se você trabalha assim, com bagulho, eu não. Se eu venho aqui em um lugar que está falando como ele, então vocês estão pior que ele ainda, porque eu vim aqui para resolver um problema e vocês estão ficando bravas' - as moças atendentes, que estavam lá. Aí a delegada veio, me atendeu e fez o B.O. Falaram que eu ia fazer aquele B.O. e não podia mais tirar, que ia seguir em frente, depois de um mês. Quando deu um mês certo, fui à delegacia, porque eu já tinha feito queixa. Elas não marcaram retorno, eu fui porque quis, porque eu já tinha ido e não tinha resolvido nada.*

Dessa última vez eu esperava uma coisa melhor, que fossem até minha casa. Porque ele usava droga em casa, era um cara usuário de droga e eu tinha o corpo cheio de hematoma, até no seio eu tinha mancha. Nessa parte de justiça, se eu fosse esperar a delegacia resolver entre eu e ele, era capaz de eu morrer e ele ficar vivo. Porque eles não agem rápido nessa parte de ir atrás.

Eles não vão atrás de nada. Eles esperam muito tempo. Eu é que tive que vir para cá (abrigo), para eu ter um sossego. Eu queria que eles fossem mais rápidos, porque eu saí de casa, ele tinha que sair da minha cola. Porque se fosse eu ou uma de nos aqui, eu acho que eles..., se alguém ameaça alguém, sendo um marginal eles vão rapidinho atrás dele. Para mim eu achei que o atendimento foi péssimo, porque eu esperava uma coisa melhor, porque eu tive que sair da casa dos meus pais. Hoje eu estou aqui e tive que sair do meu serviço onde eu estava. Eu poderia ficar lá dois anos, eles podiam renovar porque eu trabalho pela Frente de Trabalho. Agora faltam três meses para terminar o contrato e não sei se vou ficar lá, se vou ficar desempregada. Estou aqui esperando.

Uso da Lei Maria da Penha

Cristina relata já ter ouvido falar da Lei Maria da Penha porque tinha visto uma entrevista com ela na TV e também aprendeu na Casa-abrigo, mas para mim era uma porcaria porque eu nunca vi ninguém sendo preso. Eu conheço experiência de uma mulher que morava lá na rua e teve abrigo para vir, mas ela não quis vir. Os pais dela concordaram de ela ficar na casa deles. Passaram dois meses e ele e sumiu. Após dois meses, ela já estava trabalhando, ela foi comprar roupa e sapato para os filhos. Quando ela estava subindo aquela passarela de Santo André, ele chegou e matou ela. Ele já havia pedido as contas no serviço dele, já estava tudo pronto. E sumiu. Quando foram atrás dele não tinha mais nada, ele já tinha feito acerto e tudo. Isso faz dois anos. Ela morava lá na minha rua. Até hoje procuram por ele, mas não encontram. Porque ele sumiu mesmo. Quer dizer, ele fez tudo, planejou tudo e sumiu.

Eu acho injusto estar aqui. Ele está trabalhando e eu estou aqui parada. Eu não tinha que estar aqui, eu queria estar na casa da minha família, porque eu nunca sumi da minha família, escondida. Então, para mim, esse aqui é lugar para o criminoso. Ele que tem que sumir, fugir, ficar preso e isolado, porque é criminoso. Enquanto a gente está aqui, sofrendo, até ficando um pouco depressiva... Quem chora é minha filha, ela quer ir embora, aqui ela mudou de uma maneira...⁴⁹

⁴⁹ Sobre a convivência de mulheres em abrigos ler: LEMOS, Marilda de O. *Entre nós: um estudo sobre a Casa-Abrigo regional do ABC para mulheres em situação de violência*. 2003, pp. 125-128.

Representações sociais sobre mulheres que sofrem violência e homens que agriDEM

Cristina acredita que *pelo fato de eles quererem prender nós. Há homens que são muito possessivos, eles querem ser muito dominadores, só eles podem fazer o que querem, como o meu mesmo. Ele podia falar com quem queria, podia usar a grana com quem queria, até a mulherada ia lá levar o cigarro para ele e eu tinha que ficar quieta. Eu não podia conversar com ninguém. Eu não tinha liberdade de sair, dizer: 'eu vou ali e vou'. Não. Porque se eu chegasse lá, ele vinha e me batia na frente de todo mundo, eu tinha que abaixar a cabeça e ficar quieta, e ele não. No meu caso, pelo fato de ele querer me prender, eu saía escondida, eu queria fazer as coisas escondida e queria fazer tudo assim, escondida dele, para ele não saber. Eu passava por cima da ordem dele, ele não aceitava e isso gerava mais...Eles ainda levam vantagem porque eles batem, porque eles fazem o que eles querem. Eu acho injusto porque quem deveria estar aqui, isolado, seriam eles, porque eles é que são os perigosos. Não somos nós. Porque eu não ameacei ele, eu não fiz mal para ele, porque se eu quisesse fazer algum mal para ele, eu teria chegado em algum mau lugar, em alguma biqueira, por aí, eu podia ter falado com algum um cara e o cara o apagaria, e aí? Aí eu estava ferrada e, rapidinho, seria presa. Disso eu tenho certeza. Mas, como é ele que está por aí, perseguindo, ninguém está ligando muito, pensa que é coisa passageira.*

Observações

Segundo Cristina, a DDM solicitou o exame de corpo de delito, orientou-a sobre a representação compulsória, encaminhou-a para o "Vem Maria" e solicitou que retornasse após um mês. Na DDM, Cristina esperava que retirassem o agressor de casa, mas, ao contrário, foi questionada sobre a possibilidade de ela, Cristina, realizar tal afastamento. Também foi orientada a procurar outro aluguel. Estranhou a linguagem utilizada pela agente policial e sobre o tratamento recebido, referindo-se ao nervosismo da agente com ela. Tinha a expectativa que o agressor seria preso de imediato, o que demonstra a maneira como foi divulgada a Lei Maria da Penha.

Cristina sente-se injustiçada por ser vítima de violência e ter que se abrigar, romper com seu emprego, enquanto o agressor continua o curso normal de sua vida. Para ela, o abrigo deveria ser um lugar para o agressor. Sente culpa pelo fato de poder acontecer algo a seu marido.

Cristina menciona a posse, dominação e liberdade como característica dos homens que agredem as mulheres. As mulheres, como ela mesma, para não se submeterem à dominação e realizarem seus direitos e vontade própria, o fazem às escondidas dos homens.

2 – LÍGIA

Contexto da entrevista

A entrevista com Lígia foi realizada em uma das Casas-Abrigo da Região do Grande ABC, local onde está há quatro meses. No dia da entrevista assinou a demissão na empresa em que trabalhava, pelo fato de ter vencido o prazo de seis meses. A empresa optou por dispensá-la. Lígia estava muito triste.

Identificação

Lígia tem 25 anos, nasceu em São Bernardo do Campo – SP. É casada e está aguardando o divórcio. Ficou casada durante quatro anos. Tem dois filhos. Trabalhava na Valisière, como controladora de qualidade, mas foi afastada pela Lei da Maria da Penha. Seu marido sempre trabalhou e é usuário de drogas.

Histórico de violência

No começo eram só flores. Para falar a verdade, a gente percebe algumas coisinhas, mas nada que me fizesse desistir. Também, eu estava apaixonada, ou porque eu não quisesse enxergar, para falar a verdade eu não sei. Eu gostava muito dele, ele também gostava bastante de mim. A gente namorou bastante tempo. Entre namoro, noivado e casamento foram quase oito anos.

Depois que a gente noivo, ele precisou morar no interior de Minas. Em uma das visitas eu engravidei e, de lá pra cá, começou a piorar. A gente casou, mas eu fiquei morando aqui e ele ficou morando lá, por conta dos serviços dos

dois. Como eu estava grávida, eu não podia largar meu emprego, nem ele o dele.

Depois que as crianças nasceram ele veio para São Paulo e a gente foi morar junto. A gente só consegue saber quem é a pessoa quando está convivendo. Não havia agressão física, era mais verbalmente, a gente brigava muito, discutia porque ele saía, demorava a chegar por causa da droga. Às vezes, ele vendia as coisas de dentro de casa, e eu não aguentava ver aquilo e brigava mesmo, mas ele nunca chegou a me agredir. Isso foi com o tempo.

Quando decidi me separar dele, ele começou a vir por cima de mim, me ameaçava. Nunca chegou a me machucar, mas me ameaçava, colocava a faca na minha cabeça, querendo consumir o fato, mas eu acho que sem coragem também. Como ele era uma pessoa drogada, eu não tinha como confiar se ia fazer, ou não. Também não dava para ficar esperando fazer, ou não. Ele via que só de me xingar e tentar me agredir... Começou com meus filhos também, começou partir para cima das crianças. Aquilo era como fazer em mim. Ele rejeitava muito um dos meninos, porque eles são gêmeos e um sempre ficou do lado do pai e o outro mais do meu lado. Aquele que ficou do meu lado, sempre ficou mais rejeitado e eu não aguentava ver e agente começou a brigar mais e mais. Chegou o ponto que não dava mais, cada dia foi ficando pior, o medo foi aumentando e eu vim parar aqui (no abrigo).

Eu tinha medo de conversar com minha família porque ele me ameaçava muito. Ele dizia que se eu conversasse com minha mãe, ele mataria meu pai, minha mãe, minha família e quem tentasse me ajudar. Então, como eu não tinha para onde ir, eu ficava me segurando com a minha sogra lá mesmo. A gente morava junto, ela ele e eu. Porque ele vendeu tudo, a gente morava em São Paulo, eu vim para casa da minha mãe porque as crianças ficaram doentes, então ele vendeu todos os móveis da gente e depois ele veio também para cá. Ele ficou morando na casa da mãe dele e eu na casa da minha mãe. Foi quando eu decidi me separar dele, porque ele tinha vendido tudo por causa da droga. Falei que não queria mais, que eu ia entrar com o pedido de separação. Aí ele foi lá, fez o maior escândalo, invadiu a casa da minha mãe e para não ver minha mãe passar por isso, fui morar com ele de novo. Fiquei lá com ele mais um ano e pouco. A mãe dele não aguentava mais mesmo. Eu arrumei um serviço e comecei a trabalhar. Ele vendo que eu estava ficando independente, que não precisava dele tanto quanto... Eu falei: 'agora vou comprar minhas coisas e vou embora, vou alugar uma casinha para mim. Se ele tiver que encher o saco,

enche só o meu.' Aí a mãe dele falou: 'quando ela for embora, você vai também.' Daí ele começou a ficar agressivo, tanto comigo quanto com ela e com as crianças. Não tinha como eu ir para a casa da minha mãe, eu fiz o B.O. e vim parar aqui (no abrigo).

Expectativas do atendimento na DDM

Lígia procurou a DDM apenas uma vez. Foi bom. A gente fica um bom tempo esperando. Elas têm "dose". Dialogam tanto com a gente, conversam tanto para ver se a gente desiste, se a gente acaba desistindo, mas eu já fui decidida. Eles ficam conversando: 'é isso mesmo o que você quer? Porque você não vai...?' Ele explica a situação do abrigo: 'não é um lugar para colocar criança'. Para dizer a verdade, fazendo tudo para a gente não querer ir'. Pelo menos, foi assim que aconteceu comigo, quando ela viu que eu estava decidida, porque não tinha para onde ir, e eu já perguntando pelo abrigo, já estava informada da questão do abrigamento, ele me encaminhou para Coordenadora dos Direitos da Mulher.

Lígia soube do abrigo por meio do sindicato. Na empresa em que trabalha há apenas mulheres, então o sindicato fica em cima, eles entregam os panfletinhos e bem naquela semana eles entregaram o panfletinho. Eu fui lendo, lendo, lendo.

Uma vez eu chamei o guarda porque ele me trancou em casa. Ele tinha me dado um chute e ficou até uma marca e eu chamei o policial. O policial falou assim: 'você quer que eu leve ele para cadeia?' Respondi: 'eu quero.' O policial: 'porque agora a sua palavra não precisa nem de B.O. Sua palavra já manda ele para cadeia. Falei: 'pode levar.' Ele não levou e falou: 'isso aí não vai dar nem marca'. O policial ficou conversando com ele (o marido). Eu desci e disse: 'por mim já pode levar.' Eu desci porque as crianças estavam chorando. Daqui a pouco o policial desce e não levou o homem... Aí eu fiquei assim...

Era policial militar. Fui à delegacia, mas ele falou: 'se não tem marca a gente não pode fazer nada.' Aí eu nem fui mais. Depois aconteceu de novo e eu fui. Acho que demorou umas duas semanas. Mas, dessa vez que eu fui à delegacia, ele não tinha deixado nenhuma marca, porque ele falou que se fosse para me deixar uma marca e ir preso por causa disso, ele me matava. Para a empresa ter um motivo que valesse a pena. Para ele valer a pena me

matando e se livrando do problema dele, que ele ir preso e eu continuar em casa, só com uma marca, como ele falava.

Na Delegacia da Mulher foi feito o B.O., mas achei um pouco de... Sei lá. Eu entrei na sala e elas (agentes policiais) ainda brincaram: 'é, essa Lei Maria da Penha é para ajudar a mulher a trair o marido', porque não resolve nada. Eu falei assim: 'por mais que não resolva, pelo menos eu quero me sentir segura. Porque onde eu estou, eu não estou segura. Então, por mais que vá, vou ficar privada de algumas coisas, vou ficar afastada do meu serviço, da minha família, mas eu vou me sentir segura, pelo menos por um tempo.'

O que eu buscava era o meu B. O., eu saí com ele. Mas de uma delegacia a gente nunca sai satisfeita. Nunca sai.

Uso da Lei Maria da Penha

Lígia já conhecia a Lei Maria da Penha ao procurar a delegacia. A escritã explicou. A delegada eu nem cheguei a falar com ela, quem fez o meu B.O foi a moça da (incompreensível). Ela conversou comigo e aí ela falou: 'tem sim esse abrigo.' Perguntei para ela sobre isso, ela falou: 'quem vai te explicar mais é a Mazé', aí me encaminharam para lá. Deram-me o B. O. e mandaram eu ir pra lá. Eu fui no mesmo dia, mas só que não tinha vaga nesse daqui me transferiram para o CONVIDA⁵⁰, em São Paulo. Não tinha como eu ir à noite, porque já eram oito horas da noite. Então, fui para a casa da minha mãe, me levaram na casa da minha mãe e, de manhã, cedinho, foram me buscar. Passei na minha casa, peguei minhas coisas. Meu marido estava em casa. Eu pedi para ela (agente policial) conversar com ele, explicar para ele ficar ciente que minha família não teria como dizer onde eu estaria. Deixa bem claro que eu vou para o abrigo e vou ter contato com eles por telefone, quando me deixarem ligar. Ela conversou com ele. Ele não falou nada, não reagiu. Pelo menos foi tranquilo aquele dia. Fui, fiquei em São Paulo e depois de dois meses eu vim para este abrigo.

Eu achava que ele iria preso. Tudo o que eu queria é que alguém fosse lá prendê-lo. Resolvia o problema. Eu sabia que ia ter um certo tempo para acontecer e que não iria acontecer do jeito que eu queria. Eu só queria me livrar dele, naquele momento eu queria sair de perto dele. Quando a gente não aguenta mais, quer resolver da melhor maneira possível, mais rápida, mas não

⁵⁰ CONVIDA: Casa-abrigo estadual sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

foi tão rápida como eu imaginei. Eu tive que me afastar. O pior não é isso, a gente sofre a situação, a gente tem que se afastar de tudo, largar família, largar emprego, largar... E ele fica lá. Ele está lá aprontando as dele, até pior. E eu estou aqui.

Na delegacia elas falaram que tinha essa Lei, que não precisava de... Porque antigamente, tinha que ter o corpo de delito e nem assim eles iam presos. Se caso eu tivesse alguma marca, teria que fazer um corpo de delito, eles dariam voz de prisão para ele, mas como eu não tinha, eu ia só fazer o B.O. e entrar com o processo criminal contra ele e a medida protetiva. Mas a medida protetiva, sinceramente, até agora não chegou. Para mim não serve de nada, não me resolve essa medida porque se é com 48 horas que tem que chegar, tem seis meses e nada. No dia que eu liguei lá para o Fórum, eu mesma liguei para perguntar se tinha alguma coisa do meu processo, eles falaram que não porque ia ser arquivado. Eu ainda estava lá no outro abrigo. Falaram: 'a senhora vai ter que voltar aqui para ver se a medida sai, para reafirmar o seu B.O. Fui lá, conversei, reafirmei tudo, tive que fazer tudo de novo e até agora a medida protetiva não chegou. Também se chegar não vai adiantar nada porque vinte metros, duzentos metros, após duzentos metros ele pode fazer o que ele quiser e tudo bem.

Na realidade, para mim, acho que ele ir preso não vai resolver nada, só vai aumentar mais a raiva dele por mim. Para falar a verdade, é isso. Como ele falou, ele pode até ir preso, mas ele vai sair e vai... (incompreensível). Acho que ele é bom, se não fosse, ficaria preso, ao invés de mim, ele ficasse bem isolado. Para quem está acostumada a sair a hora que quer, conversar com quem quer, a gente fica privada de certas coisas, mas, eu entendo que é para o meu bem e o bem dos meus filhos. É difícil conviver. O mais difícil daqui é a convivência. Eu tenho o gênio forte. Outra tem o gênio mais forte que o meu. A outra é mais calma. Então, é muito difícil conviver com quem a gente não conhece, mas, em relação ao aprendizado, eu acho que estou aprendendo, na marra, mas estou.

Aqui, nesta casa, meu prazo vai vencer daqui dois meses. Há quarto meses que estou aqui. A minha esperança, hoje, foi por água abaixo. Eu estava esperando voltar para o meu serviço para poder completar as minhas coisas, os meus móveis. Ele vendeu tudo, eu vou ter que comprar tudo de novo. Mas, agora perdi o emprego, agora estou desempregada para comprar tudo de novo, alugar uma casa, com duas crianças, material, creche, perua escolar para pagar. Está difícil. Ele estava pagando a pensão, mas agora parou de pagar. Agora ele

está desaparecido, não sei até quando. Então, eu não sei o que vou fazer, tenho que arrumar logo um emprego para ir embora.

De imediato, a casa-abrigo ajuda, eu não tenho o que reclamar. Graças a Deus foi um lugar que me abriu as portas. Quando eu preciso de remédio para os meus filhos, tem tudo. Então vou reclamar do quê? Por toda a situação que eu passei, eu fui muito bem tratada. O ruim daqui, para dizer bem a verdade, é só a convivência mesmo. Conviver com gente que você não conhece. Mas, em relação às funcionárias eu não tenho o que falar, só agradecer. É melhor estar na minha casa, logicamente.

Representações sociais sobre mulheres que sofrem violência e homens que agridem

As mulheres devem trabalhar, se a gente, sem depender deles já fazem o que fazem, imagina se ficar lá esperando a boa vontade dos homens. Procuo me informar, não dá para saber de tudo.

Quanto aos homens que agridem as mulheres, Lígia relata que *algum problema eles devem ter, porque não é normal. Às vezes sem motivo nenhum eles agridem. Pode ser que, às vezes ele falava que eu era muito ruim, pode ser até que eu tenha provocado ele de alguma maneira e ele possa ter entendido assim. No meu caso, pelo menos, a agente vivia muito bem se não fosse as drogas a gente seria, para dizer a verdade, o casal mais feliz do mundo, mas, as outras eu não sei. As mulheres que retorna para os maridos, elas não acreditam nelas mesmas, porque por mais difícil que seja, se a gente disser que vai conseguir, consegue, pelo menos é o que estou tentando fazer. As coisas vão só descendo para baixo, se a gente por mais para baixo ainda... Não pode, tem que pensar para frente, senão, se eu não conseguir, quem vai fazer por mim?*

Observações

Lígia é uma mulher que já tinha alguma informação ao procurar a Delegacia de Defesa da Mulher. Por meio do seu depoimento, podemos perceber que os estereótipos de gênero que os agentes policiais têm das mulheres que usam o serviço das delegacias, como vimos em capítulos anteriores, são explicitados no cotidiano do atendimento. Uma mulher que é recepcionada ouvindo a frase: *‘essa Lei Maria da Penha é para ajudar a mulher a trair o*

marido', pode se sentir intimidada a relatar sua situação. No depoimento de um dos agentes, a expectativa de uma das escrivãs era que as mulheres fossem objetivas. Lígia, pelo seu relato, demonstrou saber o que buscava na delegacia e foi recebida com uma expressão preconceituosa. Outro destaque se refere à insistência para não abrigar-se. Os argumentos para a desistência do abrigo obedecem a lógica de defesa da família: lá não é lugar para criança.

O relato de Lígia mostra, ainda, o seu desapontamento, não só em relação às orientações recebidas na DDM, mas também em relação à Lei Maria da Penha e ao uso das medidas protetivas. Lígia esperava que seu marido fosse preso. A divulgação da Lei Maria da Penha, feita pelos meios de comunicação, logo após a implantação da Lei, levou as pessoas a crerem na prisão compulsória do agressor, em qualquer situação. Da mesma forma as informações sobre as medidas protetivas. A Lei prevê, nos artigos 22⁵¹ e 23⁵², medidas protetivas de

⁵¹ Lei 11.340/2006, Capítulo II - MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, Seção II – Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor, art. 22: “constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

- a) Aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
- b) Contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c) Frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).”

⁵² Lei 11.340/2006, Capítulo II – DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, Seção III – Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida, art. 23: “Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I – encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II – determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV – determinar a separação de corpos.”

urgência que obrigam o agressor e medidas protetivas de urgência à ofendida, respectivamente.

Lígia está assistida pela Lei conforme o artigo 23. Sua expectativa era a aplicação das medidas protetivas que obrigam o agressor. Seu desencanto se refere à perda do emprego, devido o abrigamento, e à convivência na casa-abrigo. Enquanto sua vida sofreu perdas, a do agressor continua como antes. Sente-se em desvantagem em relação a ele.

Em relação os homens que agredem, Lígia pensa que eles devam ter problemas, pois agredem sem motivo. Lígia aponta como motivo das agressões a possibilidade do agressor fazer uso de drogas ou por alguma provocação por parte da mulher. Para ela as mulheres devem trabalhar e ter independência.

3 – MARIA

Contexto da entrevista

No momento da entrevista Maria encontrava-se na segunda Casa-abrigo. Passou quatro meses na primeira. Sua entrevista foi longa, Maria contava muitos detalhes.

Identificação

Maria tem 32 anos, estudou até a sétima série. Conviveu com seu marido por dez anos. Não tiveram filhos. Maria está com câncer há dois anos. O marido tem 44 anos e faz uso de drogas. Ambos trabalhavam como coletores de resíduos sólidos.

Histórico de violência

Durante esses dez anos a gente teve uma vida bem atribulada porque ele é uma pessoa que tem envolvimento com drogas, com tráfico e já foi preso. Ele é uma pessoa um pouco agressiva, muito ciumento, possessivo, que tinha mania de perseguição. Ele me via nos lugares. Há dois anos eu tive um problema de saúde sério, estou tratando dele até hoje. Tive câncer, ainda estou tratando. Foi por esse motivo que as crises deles aumentaram, porque eu tenho que vir direto

para o hospital, às vezes vou a semana inteira. Mas, ele não entendeu, cada vez que eu vinha para o hospital ele achava que eu estava traindo ele. Então essas crises geraram muitas brigas, muita confusão entre a gente, chegando a me ameaçar de morte. Chegou a me ameaçar com arma de fogo, com revólver. Eu estava vendo o ponto de ele me matar de verdade. Chegou um ponto de ele me abalar psicologicamente. Fisicamente, nem tanto. Quando eu falava que acabar denunciando na delegacia, ele achava me machucando eu teria provas. Ele imaginava que se eu chegasse à delegacia e falasse que ele me agredia verbalmente, nada aconteceria. Como a gente brigava muito, brigava a noite inteira, fiquei tão atormentada que chegou ao ponto de eu querer matá-lo queimado. Juro. Eu tranquei a porta por dentro, peguei um vidro de álcool, joguei álcool nas cortinas, risquei o palito. Pegou fogo na cortina inteira porque a minha casa era de cortina. Não morreu queimado porque a vizinha viu a fumaça lá em casa. Eu tava muito nervosa, eu chorava muito. Minha mãe sempre avisou para eu não me casar com esse home, porque ele não era um bom homem para mim, que ele não ia ser um bom homem. Não era um bom namorado e eu teimei e casei.

Meu marido falava que eu nunca iria deixá-lo, por que como que eu ia viver? Dizia que eu iria passar necessidade, que eu tinha medo de encarar a vida. Como ele achava que eu o estava traindo, ele ficava nessa de não querer mais comprar nada, queria ver eu me virar sozinha. Ele me proibia de tudo: de estudar, de trabalhar, de qualquer coisa que eu tivesse que sair de casa, porque ele falava que a escola era um perigo para mim porque eu era muito esperta. Às vezes, ele falava que eu era muito esperta e às vezes ele dava a entender que ele tinha medo da minha esperteza.

Quando eu sair daqui, vou trabalhar, vou viver minha vida sozinha, pretendo ter minha casa, se eu não puder ter minha casa, se eu tiver que morar com a minha família, com meu pai, com quem quer que seja, eu vou viver minha vida do mesmo jeito. Porque não pretendo mais viver casamento. Pode ser que eu namore, pode ser que conheça outras pessoas, mas agora vou viver bem atenta, com o olho bem aberto porque, aos primeiros sinais de violência que tiver, eu já estou caindo fora. A gente fica meio cismada.

Expectativas do atendimento na DDM

Cheguei à delegacia, passei o dia inteiro até a delegada me atender. contei tudo o que ele fez durante dez anos. A delegada falou que dois investigadores iriam à minha casa para fazer uma investigação por causa da arma. Eu falei para ela que não adiantava os investigadores irem à minha casa porque não iriam encontrar, nem ele nem a arma. Voltei de novo para casa e os investigadores, na primeira coisa que eles mexeram, já acharam a arma. Falaram: 'olha aqui o bonitão'. Eles levaram o revólver, o RG dele e o cachimbo de crack.

Eu fui à delegacia realmente para denunciá-lo, para abrir um B.O. contra ele. Mas eu não achava que da delegacia o juiz já decidisse. Quem me tirou mesmo de casa foi o investigador. Porque eu fui de manhã, voltei com eles e aí eles falaram: 'pega tudo o que é seu e vamos embora, esquece essa casa'. Voltei de novo para a delegacia para registrar o B.O. oficial. Mas, eu nem sabia que existia casa-abrigo, eu fui com a intenção de abrir um B. O. de protesto, eu não sabia que elas decidiriam minha ida para um abrigo, um centro de referência.

Eu achei bom. Embora eu não soubesse da existência desse tipo de casa. A delegada mesmo que pôs, disse que eu estava sofrendo ameaça de morte e que estava querendo abrigo para eu viver longe do agressor. Ela pediu para eu ir, mas até então eu não sabia que eu vinha para o abrigo. Gostei. A delegacia de mulheres de XXXXX ela atende a gente muito bem.

Ficar no abrigo é bom, mas também não é bom, porque a gente convive com várias mulheres. Cada uma tem seu jeito, cada uma tem sua educação, uma pensa diferente da outra. Raramente a gente tem pensamento igual, então, às vezes, gera muitos atritos, a gente acaba brigando.

Uso da Lei Maria da Penha

Eu já tinha ouvido falar da Lei Maria da Penha. Ouvi um dia uma entrevista da Maria da Penha, no jornal, mas até então eu não sabia se a Lei estava em vigor, mesmo assim eu fui para a delegacia. Quando cheguei à delegacia fui saber direito da Lei Maria da Penha. Na delegacia mesmo elas não explicaram da Lei, mas, depois, aqui no abrigo, eu soube que eu estava amparada pela Lei Maria da Penha.

Porque quando eu saí de casa os investigadores falaram que eu estava sob custódia da Delegacia de Mulheres. Na Delegacia de Mulheres eles não explicam sobre a Lei Maria da Penha, eles não falam detalhadamente, eles põem a gente na Lei, mas não falam detalhadamente da Lei Maria da Penha. Eu acho que eles deveriam falar mais. Eu já tinha visto a entrevista da Maria da Penha, mesmo antes de ir para a delegacia. Eu vi uma entrevista dela no Jornal Nacional e outra no Jornal da Band. A gente aprende bastante com o negócio de violência de mulheres. Eu assisti muito aquele programa "Casos de Família", que hoje em dia já existe uma lei que apóia as mulheres. Ele falou que se chamava Lei Maria da Penha e que esses homens são processados e que o processo não corre mais como corria antes. Eles pagavam cestas básicas, serviços comunitários, e hoje em dia já não é mais assim, que a coisa já corre diferente. Na minha opinião, eles deveriam ser punidos de verdade, porque eles fazem uma agressão com a gente, mexe, abala o psicológico da gente, eles enlouquecem a gente junto com eles. Eles deixam a gente num ponto que ou a gente comete suicídio ou faz com eles, entendeu? Eles deixam as mulheres todas frias. Chega ao ponto que a gente tem coragem de fazer. Isso ia acontecer se eu estivesse na minha casa, tenho certeza. Chega um tempo que a gente acha que não tem solução, não tem solução.

Representações sociais sobre mulheres que sofrem violência e homens que agredem

Eu acho que os homens se sentem donos da gente, como se eles tivessem comprado a gente, como se compra um móvel ou qualquer coisa. Eles mandam, eles acham que a gente é uma propriedade que eles têm o controle, eles querem a posse, entendeu?

As mulheres não são iguais. Ao contrário dos homens, porque os homens são o sexo forte frágil, porque eles têm a força física, a gente não tem força física, mas a gente tem força espiritual, de dentro. A gente tem a mente mais aberta do que eles. A gente tem uma inteligência que consegue ver as coisas bem mais longe. A gente consegue resolver algumas coisas mais rápido que eles. A gente pensa mais, tem mais paciência, mais cautela com as coisas. Eles não têm. A gente consegue fazer mil e uma coisas: lava, passa, cozinha, tudo junto em um dia só. Os homens não têm essa dinâmica que a gente tem, eles são parados, fazem uma coisa só ali e pronto. Eles não têm essa força que a gente

tem. A gente tem uma força espiritual, de dentro da gente, que parece que dá força para a gente, mesmo que a gente esteja lá no fundo do poço, bem triste, bem desanimada, achando que o mundo acabou, que não tem mais jeito. Mesmo assim a gente consegue engatinhar no poço e subir de degrau em degrau até chegar de novo lá em cima, e muitas vezes a gente consegue isso, sozinha ou com a ajuda de outras pessoas. A gente tem esse poder de se levantar. Eles não fazem.

As mulheres sofrem violência porque permitem. Tem mulheres que casam ou namoram e os namorados começam a proibir a roupa. Estão dando espaço para que ele cresça. Eu tenho para mim que isso não diminui, só tende a crescer, então, quer dizer, esse tipo de coisa parece que não é nada, uma coisa pequena que a gente acha que a pessoa vai mudar, a gente tem aquela esperança, que um dia a pessoa muda. Era isso o que acontecia comigo. Eu acreditava: 'um dia ele vai mudar, ele não pode ser assim a vida inteira, a pessoa não pode ser totalmente ruim, ela tem que ter alguma coisa de boa. Mas a gente fica com aquela impressão, com aquela esperança que a pessoa vai mudar e não muda. Então, quer dizer, são as pequenas coisas que a gente deixa e não acredita que vão acontecer e vão acontecendo cada dia. Até que um dia vira uma bola de neve e fica bem complicado. Então eu acho que a gente permite que essas coisas aconteçam, a gente dá espaço para isso.

Todas são ruins. Violência física é ruim, mas a violência psicológica ela é pior, porque abala o psicológico da gente, abala o emocional, abala tudo, a gente fica transtornada. Todas são ruins, mas essa...

Eu acho que deveria mudar a educação, porque a mulher, a gente, é muito cobrada de tudo: é trabalho, é educação. Se a mulher é mãe, é cobrada porque tem que criar o filho, tem que educar. Os homens não são tão cobrados assim. Deveria ter uma cobrança dessa parte com os homens, eles deveriam também mudar de ação, a educação. Desde que a gente nasce os pais, os avós, criam a gente para ficar de um jeito e os homens, as próprias mães os criam para serem machistas, entendeu? Acho que tem que mudar essa educação. Alguma coisa tem que ser feita.

Observações

Maria sofreu violência psicológica e foi afastada, imediatamente, porque, em sua casa, foi encontrada a arma de fogo de seu marido. Maria relata o bom atendimento e o encaminhamento adequado que obteve na DDM. As informações sobre a Lei Maria da Penha foram obtidas por meio da mídia e da equipe da Casa-abrigo. Sua expectativa era que os homens fossem punidos “de verdade”. Como as mulheres que a antecederam, Maria queixa-se da difícil convivência na Casa-abrigo.

Ao falar sobre as mulheres que sofrem violência, seu relato, por um lado, aponta para a responsabilização da mulher, é ela que permite as ações do agressor. Por outro lado, ela aponta para a dominação masculina como resultado do processo educativo desigual de homens e mulheres. Em suas palavras observo movimento de rompimento com o papel tradicional desempenhado pelas mulheres.

4 – PATRÍCIA

Contexto da entrevista

Patrícia encontra-se abrigada há pouco mais de um mês. Sua entrevista foi curta, falava muito pouco.

Identificação

Patrícia tem 27 anos. Nasceu em Socorro, São Paulo. Estudou até a terceira série. Não continuou o estudo para cuidar da avó. Pretende voltar a estudar quando os filhos estiverem maiores e puderem ficar sozinhos em casa. *É ruim a gente querer escrever alguma coisa e não saber as letras, ou pedir para alguém escrever para a gente.* Aos 14 anos passou a conviver com seu atual marido, que na época tinha 17 anos. Conviveram por 14 anos e tiveram cinco filhos, o mais novo tem um ano e nove meses. Reside em casa “invadida”. Patrícia trabalhava fora há quatro meses, esse foi seu primeiro emprego, o qual foi interrompido por ter sido abrigada. Seu marido é usuário de álcool e outras substâncias químicas.

Histórico de violência

O meu casamento era bom até que eu tive meus três filhos. Depois que nasceu o menino ele começou a chegar em casa bêbado e me bater, me espancar direto. O menino via cena que não deveria ver. Ele chegava em casa bêbado, saía me arrastando pelo chão, dando pontapé, chute, tapa na cara, direto, e eu sempre ali aguentando. Eu não tinha para onde ir e sempre aguentando desaforo, mas em casa, com meus filhos. Fiquei grávida de novo e sempre em casa.

Depois que eu comecei a trabalhar na prefeitura. Foi meu primeiro. Faz quatro meses que eu comecei a trabalhar. Conversando com outras pessoas, as pessoas me ajudaram muito. Então eu tomei a decisão de sair de casa mesmo, carregar meus cinco filhos.

Não faz muito tempo que eu fiquei estressada, muito nervosa, estava com tanta coisa na minha cabeça, tanto problema, ele queria me matar, queria me matar e uma amiga me deu um conselho, dizendo que eu poderia sair daquela vida se eu quisesse. Daí as pessoas me ajudaram a ir para a delegacia. Fui dar queixa dele, mas antes que a carta (intimação) saísse de lá eu saí de casa. Da outra vez eu fiz isso, pelo fato de não ter para onde ir, quando a carta chegou para ele, levei uma surra. Ele me bateu bastante. Então, dessa vez, fiquei com medo de ir à delegacia e a carta chegar. Mas, falaram que a carta ia chegar e eu não estaria mais lá. Se a carta chegasse e eu tivesse em casa, hoje eu seria uma pessoa morta. Ele sempre falava que se a carta da intimação chegasse em casa, ele acabaria comigo.

A minha vida sempre foi complicada. É complicado aqui também (no abrigo), mas é a única coisa que eu posso fazer é esperar uma resposta de Deus para eu poder sair daqui e ir para uma casa. Eu creio que Deus vai fazer isso por mim. Agora eu estou parada. É ruim ficar parada. Porque em casa eu sempre fazia alguma coisa, eu fazia coisa para poder ganhar dinheiro, mas aqui eu estou esperando, tendo calma para esperar uma palavra: 'você já está livre, pode sair'. Eu agradeço as mulheres daqui, agradeço tudo, mas uma coisa que eu quero é sair daqui agora.

Expectativas do atendimento na DDM

Fui três vezes três vezes à delegacia. Fui muito bem atendida, não tenho nenhuma reclamação. As moças de lá me atenderam muito bem, mas não deu para fazer o boletim de ocorrência porque eu não tinha prova. Precisava de testemunha e ninguém queria ser.

Da última vez eu fui com a minha encarregada e ela mesma pegou minhas coisas em casa. Mas, me atenderam muito bem. A última vez foi esses dias, antes de vir pra cá. Primeiro eu fui ao Vem Maria, depois eu fui à delegacia fazer um boletim de ocorrência. No outro dia eu já vim embora para cá. O Vem Maria me trouxe. É uma situação boa para atender a gente. É um excelente trabalho para atender a gente.

Eu esperava que dessem entrada ao processo, que ele saísse de casa, porque eu precisei sair da minha casa e não ele. Eu pensava que se eu passasse na delegacia o pessoal o tiraria de lá e ele não teria o direito de se aproximar da minha casa. Eu acho assim. Não foi isso o que aconteceu.

Uso da Lei Maria da Penha

Antes de vir para o abrigo eu não conhecia a Lei Maria da Penha, porque eu nunca saía de casa, eu só comecei a sair de casa quando comecei a trabalhar.

Aqui é provisório, eu entendo, mas é um lugar chato de conviver com muita gente, muita bagunça. Criança briga aqui, briga ali e se os adultos entram no meio, acaba brigando. Então eu levo tudo na brincadeira. Tem dia que eu levanto a moral de mim por estar aqui e assim eu estou passando o tempo para poder esquecer que eu estou aqui, que é um inferno. Mas, eu compreendo o motivo de estar aqui. Pelo menos eu me livreí do meu marido. Estou feliz por ter me livrado dele. Ele me ameaçou, caso eu tirasse os filhos dele, ele me mataria. Por causa dos filhos dele ele me matava. Ele não queria todos, apenas a menina de dez anos e o menino de quatro anos. Conversei com a minha encarrega e ela me perguntou: ‘qual será o interesse dele em ficar com a menina?’ Eu já havia pensado que ele bebe e usa droga e pensei no pior. Ele é pai, mas a gente nunca sabe... O pai quando está drogado e bêbado... Daí eu carreguei todos comigo. Se Deus quiser logo eu saio daqui.

Minha audiência vai ser em julho. O certo, nessa história toda, era ele estar aqui, nessa prisão, e não a gente. Nessa hora, eles estão rindo da nossa

cara, ou já tão com outra mulher para se divertir e nós aqui, passando por tudo que a gente passa. Porque tem muita coisa que a gente passa calada, sem abrir a boca, sem poder falar nada. Muita coisa é boa, muita coisa é ruim. Praticamente, a gente tinha tudo, de um dia para o outro, a gente acabou com tudo, a única coisa que restou mesmo foi a roupa do corpo.

Representações sociais sobre mulheres que sofrem violência e homens que agredem

Eu acho errado que os homens batam nas mulheres. Eles não poderiam fazer as coisas que fazem com a gente. A gente faz tudo: dá carinho, lava passa, cozinha para eles. Acho que isso já é uma injustiça mesmo.

Acho que é por causa da pinga, das drogas que eles usam. Porque o meu marido, quando ele não usa droga e não bebe, ele é outra pessoa, mas é só ele beber e acaba com tudo. Ele chega estressado em casa. Sem isso a gente vivia bem.

Observações

As representações que Patrícia tem sobre violência remetem ao uso de álcool e drogas que fazem os agressores. Suas representações sobre mulher são as da dona de casa e esposa. Ela sofreu violência por sete anos e conseguiu denunciar o marido quando foi estimulada por suas colegas de trabalho. À terceira tentativa de denúncia do agressor conseguiu o que a Lei exige: testemunha.

Patrícia relata que sempre foi bem atendida na DDM, embora não tivesse conseguido retirar o marido de dentro de casa, que era sua expectativa. Faz uso das “medidas protetivas de urgência à ofendida”, mas se considera em desvantagem em relação ao agressor, uma vez que teve que interromper o curso normal de sua vida para poder se proteger e a seus filhos.

II – Mulheres sem Boletim de Ocorrência

As entrevistas abaixo foram realizadas com mulheres que se encontravam na Delegacia de Defesa da Mulher e não haviam registrado queixa, ou iriam fazer novo registro.

5 – RENATA

Contexto

Durante a entrevista, Renata pronunciou várias vezes a palavra medo.

Identificação

Renata tem 45 anos, é natural de Santo André, cidade em que reside. Tem três filhos, um menino e duas meninas. Estudou até a 6ª série, mas parou os estudos por causa do ex-marido. Foi casada durante quinze anos e há um ano está separada do marido. Trabalha em colégio estadual.

Histórico da violência

No começo, por alguns anos, meu casamento foi bom, eu não posso reclamar. Ele foi um bom marido, mas depois, com o tempo, ele começou a beber, beber, beber... Aí começaram as brigas, as ofensas, passou a me bater, entendeu? Fui levando por causa das crianças, porque as crianças eram pequenas e eu fui tentando relevar aquela situação. Fiquei uns bons anos fazendo isso, mas, ultimamente, dei um basta. Acho que de uns quatro ou cinco anos, dei um basta. Resolvi procurar um advogado para me separar. Ele não ficou de acordo porque não queria a separação, entendeu? Mas, não tinha como continuar, eu fiz de tudo, procurei interná-lo, fazer um tratamento por causa da bebida. Não foi falta de conversa. Como diz o ditado, a pessoa quando não quer ser ajudada não adianta. É o caso do meu ex-marido, ele não quer ser ajudado. Eu sofri muitos anos, apanhei muito, apanhei muito por causa da bebida. Quando ele não bebia, ele era outra pessoa, maravilhosa, era irreconhecível. Mas, até hoje, quando bebe... Porque eu estou aqui para ver se tiro ele lá de casa, porque eu estou separada, mas continuamos na mesma casa. Não tem condições. Bater ele não me bate mais porque, quando ele vem, eu vou e dou nele. Agora

inverteram as coisas. Porém, são demais as ameaças. E não é só para mim é para os filhos também, sem falar nos palavrão.

Então, estou aqui para tirá-lo de lá, para ele cuidar da vida dele e eu cuidar da minha. Eu vou fazer 46 anos agora no mês que vem, estou tentando procurar a minha felicidade, porque eu já sofri muito, muito, muito, agora eu quero ser feliz. Se Deus quiser, eu vou conseguir. Tenho fé em Deus, tenho fé em Jesus, que eu vou conseguir.

Depois da separação ele está ficando mais no meu pé, porque trabalho e se eu tiver que sair com os meus filhos, eu saio, entendeu? Eu me arrumo mais, eu me dedico mais a mim e isso o está incomodando, porque na época, a Renata só trabalhava, lavava, passava, entendeu? Mas agora a Renata mudou no vestir, no calçar, procura novas amizades. Na época eu não podia nem conversar com ninguém. (imagem de mulher)

Minha família sabia pouco da minha situação porque eu ficava com vergonha, porque é meio embaçado. Quando meu pai ficou sabendo da separação, ele ficou horrorizado com a história. Até hoje, porque meu pai o tinha como um genro... Entendeu? Meu pai achava que estava tudo bem. Na minha família já houve outro caso de violência, minha irmã. Mas, graças a Deus agora ela é viúva.

Expectativas do atendimento na DDM

Não se tem como ir para a delegacia (comum), porque a gente chama, chama, chama (os policiais). Eu já chamei bastante, não adianta, porque você chama, eles vêm até sua casa, conversa, conversa, conversa, mas não podem fazer nada. Então, o certo mesmo é vir para a delegacia das mulheres. A não ser como agora. O meu caso mudou porque o juiz determinou para ele sair de lá. Se ele aparecer, agora eu posso chamar a polícia, entendeu? Eu mostro o papel do juiz que tirou ele de lá, policiais podem pegá-lo e levar embora.

Há algum tempo eu vim dar queixa dele, mas o processo da separação estava correndo. Antes não vinha por causa das crianças e porque, na época, eu tinha medo. Eu morria de medo. Tinha medo de procurar a polícia e depois ter que conviver de novo e piorar a situação, como até hoje, que ele me ameaça. A gente já se separou, mas ele continua me ameaçando. Não vou falar que eu me sinto uma pessoa tranquila, por isso estou aqui na delegacia para falar que ele continua me ameaçando.

O atendimento é muito bom, aliás, toda vez que eu venho aqui, não tenho do que reclamar. A mulherada da delegacia da mulher é gente boa. A atenção delas é demais para nós. A primeira vez que eu vim aqui, eu tinha aquele medo, agora não, eu venho aqui e me sinto aliviada, entendeu? Já não tenho medo. O que eu tenho que falar, eu falo mesmo, porque elas aqui, deixam a gente à vontade. Aqui a gente vem para desabafar mesmo. Já vim mais vezes, mas quando o processo da separação estava correndo. Depois que a gente se separou, acho que vim umas três ou quatro vezes. Em todas as vezes foi feito o Boletim de Ocorrência. Estou sendo bem cuidada.

Uso da Lei Maria da Penha

No caso de Renata, a medida de afastamento do agressor se cumpriu, porém, ele continua a lhe fazer ameaças.

Renata afirma não conhecer a Lei Maria da Penha: é que eu tinha medo de mexer com essas coisas, entendeu? Agora é eu que estou... Esse negócio de mulher sofrer violência, ter que procurar seus direitos, isso fala na televisão e no rádio, mas, aí que está o problema. Para falar é fácil, o duro é você fazer. Eu falo isso porque agora estou saindo, estou me libertando, mas eu passei por isso. Eu tinha medo. A maioria das mulheres não procura porque têm medo. É isso o que acontece, é o medo. Se não fosse o nosso medo, não estava do jeito que está. Os homens batem, matam. Não vê o namorado que matou a namorada?

Em caso de seu ex-marido ser preso, não vai fazer diferença nenhuma. Eu quero só sossego. Aliás, não só eu, mas meus filhos, porque não é fácil para uma mãe ver os filhos sofrerem.

Representações sociais sobre mulheres que sofrem violência e homens que agredem

O porquê os homens agredem as mulheres eu não sei, sinceramente, eu não posso responder por todos. Cada um tem sua cabeça, entendeu? O meu, como já falei, quando ele não bebe ele é um amor, qualquer um tem de tudo com ele, mas ele bebeu um pouco, o povo tem medo dele, entendeu? O meu ex-marido é por causa da bebida, mas, os outros eu não posso responder, porque cada um é cada um.

Nós, mulheres, só agora começamos a procurar nossos espaços, porque um tempo atrás só dava o homem. Como diz o ditado: tudo machismo, porque

mulher foi feita para lavar, passar e cozinhar. Mas está mudando. Hoje está mais fácil ver os homens lavar, passar, cozinhar e ver as mulheres dentro do escritório, no volante de um ônibus, entendeu? Então para eles, é o meu modo de pensar, para eles é bem dolorido ver a gente passar a perna. Se todas continuarem assim, querendo crescer, crescer, crescer, essa guerra vai ser só nossa. Ah! Vai, essa vai. Porque tem mulher motorista, tem mulher cobradora, tem mulher que trabalha em posto de gasolina! Um tempo atrás... Imagina! Que é isso? Isso é coisa para homem! E hoje tem muito homem dentro de casa, lavando, passando, cozinhando, tomando conta dos filhos e a mulher está para fora.

Eu demorei para ver isso, que agora estou enxergando. As mulher tem que tomar mais coragem e enfrentar esses homens e deixar o medo de lado. É difícil? É muito difícil, por isso eu sofri muitos anos. Medo, medo, medo, medo, medo. Mas não compensa, porque a gente se acaba e quanto mais a gente se acaba, mais eles montam em cima, porque, como diz o ditado: eles mandam, eles pegam as manhas: 'ah! Eu posso bater porque ela não vai fazer nada mesmo. Posso bater nela o dia inteiro porque ela não vai tomar providência.' Acho que a mulherada tem que aprender a tomar mais coragem. Nessa parte, nós somos muito medrosas, muito. O medo é muito grande, é muito grande, é muito grande. Mas eu acho que vale a pena. Vale a pena arriscar. Eu sou o tipo da mulher meu negócio é trabalhar, ficar em casa, cuidar da minha casa, dar mais atenção aos meus filhos.

Observações

Renata elogia o atendimento recebido na DDM, sente-se bem atendida, à vontade para desabafar. Já registrou vários Boletins de Ocorrência, no entanto, sua expectativa, de retirada do ex-marido de dentro de casa, não se realizou na primeira queixa. O afastamento do agressor da casa é uma medida protetiva que só pode ser expedida pelo juiz e a DDM tem prazo de 48 horas para ser encaminhar o pedido ao Fórum. No caso de Renata, somente após vários registros feitos, a medida protetiva foi encaminhada.

No relato de Renata, as mulheres têm muito medo e os homens se sentem impunes, mas acredita em mudança, as mulheres estão assumindo tarefas anteriormente destinadas aos homens e estes estão assumindo as tarefas domésticas.

6 – JULIA

Contexto da entrevista

A entrevista com Júlia foi muito demorada. Júlia estava muito confusa, um pouco atordoada e repetia muito os assuntos. Chorou em alguns momentos. A entrevista foi interrompida porque Júlia foi chamada para o atendimento, depois retornou.

Identificação

Júlia tem 32 anos, estudou até a sétima série e trabalha como empregada doméstica e tem um filho. O marido tem 30 anos e trabalha como motoboy em uma empresa.

Histórico de violência

Minha história é triste porque eu vivi com o pai dos meus filhos durante onze anos. Era união estável, mas nem tanto. Desde o namoro ele já era agressivo, gritava, agredia verbalmente, mas eu acreditava que ele mudaria. Depois de três meses de namoro a gente foi morar junto e estava tudo bem, mas havia muito ciúme, muita desconfiança. Depois de sete anos, com o nascimento do meu filho, ficou pior porque ele ficou mais agressivo, mais ciumento e passou a me agredir verbalmente e fisicamente. Eram palavrões na frente do meu filho.

Ele pôs na cabeça que eu o traí e ele não tira isso, fixação dele. Um dia ele foi viajar e arrumou uma moça. Eu descobri e o mandei embora. Ele foi. Estava tudo bem, mas comecei a sentir falta da companhia dele. Ele começou a falar que estava sem condição (financeira). Por dó, por amor ou por gostar, eu o aceitei de volta em fevereiro do ano passado. Quando foi no mês de março, eu sofri mais uma agressão, verbal e física. Ele me deu um pontapé, um murro nas costas. Então, ao até o Conselho Tutelar e entrei com pedido de guarda do meu filho. Ele não se conforma, ele está pior.

Na festa de Ano Novo, nós saímos à tarde, eu saí com meu filho. Há uns lugares, uns ambientes perto de casa, uma padaria em que vai toda a família. Todo mundo se reúne. Os homens tomam uma cervejinha, sentamos lá, ela (uma amiga) com o bebezinho dela no carrinho e eu com meu filho. Ficamos

tomando uma cerveja e, de repente, veio um colega e me cumprimentou com feliz ano novo. Eu não esqueço. Eu apanhei muito (começou a chorar) por causa de um beijo no rosto que meu colega me deu (choro). Por causa de um beijo no rosto.

Cheguei em casa e as agressões verbais continuaram madrugada a fora e depois as agressões físicas, na frente do meu filho.

Júlia relatou ainda que ele costumava quebrar seus pertences e tentar manter relações sexuais sem seu consentimento. Depois que saiu de casa, passou a controlar sua vida no local de trabalho e impedia-a de dormir, tocando o telefone à noite inteira. Relata, também, que, as vezes em que seu marido voltou em casa, ela ofereceu comida porque era hora do jantar. Segundo Julia, esse gesto o fazia pensar

Júlia continua o relato. Ele fala que paga as minhas contas, que paga o meu aluguel. Ele não paga o aluguel, ele paga a pensão alimentícia do menino, que é obrigação dele. E ele falou que tem todo o direito de ir à minha casa por isso, porque paga o aluguel.

Em uma noite, alguém conseguiu chamar a polícia. A viatura chegou, mas eu não estava em condições de conversar. Chegou a viatura com dois PMs e eu fiquei conversando com eles. Eles me aconselharam a vir (na delegacia), porque isso não é justo e usaram o termo: 'ele é um bundão, ele não vai fazer nada com você, se você não tomar uma atitude, aí, sim, ele vai se achar no direito de fazer.' E ele me ameaça de morte o tempo inteiro. Os policiais falaram que as ameaças que ele faz não pega porque é por telefone. Mas, eu acho que tem como puxar e verificar tudo o que ele fala comigo.

Eu vim aqui para ser orientada. Os PMs falaram para ir na Delegacia da Mulher porque elas vão saber o que fazer. Elas não admitem mesmo.

Eu vim aqui para me orientar, pra registrar um B. O. contra ele porque eu não posso viver nessa situação. É muita coisa para mim. Meu filho morre de medo, o tempo inteiro, que o pai mate a mamãe (muito choro). Tenho fé em Deus, eu creio que Ele vai tirar a gente dessa situação, e eu creio, eu creio muito e é por isso que estou aqui.

Expectativas do atendimento na DDM

Eu espero uma solução (muito choro). Que com isso ele pensasse melhor, ele visse melhor. Eu pensava no atendimento, em ter que ficar esperando, chorando, ou com vergonha. Quando eu adentrei ali, todo mundo ficaria saber o porquê. Depois eu percebi. Eu não tenho vergonha. Há muitas mães de família, muita mulher agredida, eu não sou a única, então, por que ter vergonha? Vergonha eu teria por parar num hospital, toda espancada, e as pessoas falarem: 'eu bem que avisei você, que você fosse antes de acontecer isso aí, por que você não foi?' Acho que isso seria vergonha. Agora não, estou tranquila. Já vim, se precisar vir, eu venho de novo, não tenho vergonha, até que eu consiga minha paz de volta.

Uso da Lei Maria da Penha

Júlia conhecia a Lei Maria da Penha. Recebeu-a do Conselho tutelar.

Representações sociais sobre mulheres vítima que sofrem violência e homens que agredem

Eu acho que cada caso é um caso. Eu não sei se elas fazem por merecer ou não, mas, no meu caso, é injusto. É injusto porque ele tem bens no nome dele graças ao meu trabalho, ao meu esforço. Ele ficou três anos desempregado, e eu, ali, mantinha tudo, ali, junto com ele. Então, é muito sofrimento, é muita dor para uma pessoa só. Eu quero dar um basta nisso, independente de qualquer coisa, eu quero dar um basta. Chega. Então, o que o leva ele a fazer isso? Sinceramente, eu não sei. Por que eu aguentei muitos anos calada? Porque eu queria dar mais uma chance, acreditava que ele ia melhorar, mas quando se chega ao extremo, você fala, eu não vou ficar sofrendo, pagando para ver. Não quero mais, chega!

Eu tenho um caso na família. Meu tio agride a esposa do nada, agride mesmo, fisicamente, verbalmente. Ela entra em pânico, fica desesperada. É o meu caso também. É semelhante. Ela entra em pânico, ela não consegue se mover, ela fala que teme pelos filhos. Como sair e deixar os filhos sozinhos? Ela fala que não o denuncia por medo. Foi como o PM falou para mim ontem, não pode ter medo, você vai viver a vida inteira assim? Tendo medo? Vai chegar uma

hora que você vai fazer o quê? Cometer o mesmo erro. Se submeter a voltar para ele, mesmo sem amor, sem respeito, só para agradar a outra pessoa para que tudo fique em paz e ele tranquilo. Quando a gente se telefona, são sempre as mesmas conversas: filho, agressão de marido, agressão física, agressão verbal. É sempre esse mesmo assunto.

Quando eu era pequenininha, ouvia todo santo dia: 'quem manda aqui sou eu'. A mãe era do lar, ela cuidava dos filhos e ele trabalhava fora. 'Quem põe tudo aqui sou eu, quem manda aqui sou eu, quem fala alto aqui sou eu'. Até que um belo dia minha mãe falou: 'estou indo trabalhar eu vou passar a mandar aqui também. Se o problema é dinheiro, eu também mando aqui. Um belo dia ela falou: estou indo embora. Entrou no carro com uma pessoa do lado e foi embora. Até hoje ele chora porque se ele pudesse estaria com ela. Ela está feliz. Com 56 anos arrumou outro casamento e é feliz, graças a Deus.

7 – JULIANA

Juliana é uma jovem de 26 anos, auxiliar de enfermagem, trabalha em hospital, é universitária do curso de Enfermagem. Saiu de casa naquela manhã para trabalhar, toda vestida de branco e usava óculos escuros para encobrir os hematomas no rosto. Estava com muita vergonha e decidiu ir à delegacia registrar um B.O. porque não trabalharia naquele dia, devido às marcas da agressão. Na noite anterior apanhou do seu namorado, situação que acontecia há algum tempo. Juliana não denunciou anteriormente por vergonha e por acreditar que as agressões cessariam.

A entrevista não se realizou porque Juliana foi atendida em seguida, No retorno, não quis dar prosseguimento à conversa.

PARTE III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho fomos colecionando pequenas considerações a cerca dos temas abordados. Cabe-nos, agora, fazer apenas alguns apontamentos, uma vez que a Lei Maria da Penha está no seu terceiro ano de implantação.

A teoria das representações sociais nos pareceu adequada como fundamento para a análise do discurso dos agentes policiais entrevistados nesta pesquisa, uma vez que tais discursos são expressão de representações sociais, assimiladas ao longo do processo de socialização de cada um.

As representações sociais constroem saberes, se fortalecem por meio de rituais e símbolos e influenciam práticas. Neste trabalho, interessou-nos trazer à tona as representações sociais sobre homens e mulheres, porque esses são os sujeitos que, uma vez envolvidos em situações violentas, serão afetados pela interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha nas Delegacias de Defesa da Mulher ou Distrito Policial.

A partir deste estudo, foi possível constatar que há um dispositivo organizacional que produz desigualdade entre homens e mulheres. As representações sociais de gênero mantêm estereótipos sobre mulheres e homens, influenciam práticas sociais e organizam a sociedade. A expressão mais evidente das desigualdades entre homens e mulheres é a violência praticada contra estas.

Por meio do conteúdo das entrevistas, percebemos que policiais, homens e mulheres, não compartilham da mesma visão sobre a mulher na sociedade. Alguns, não apenas nas entrelinhas, mas explicitamente, sustentam a subordinação da mulher ao homem, o que faz com que compreendam que a violência sofrida pelas mulheres, pode advir do rompimento, mesmo que tímido, com o estereótipo de gênero, construído socialmente. Poucos enxergam as mulheres como sujeito de direitos.

Essa visão, transformada em prática profissional, poderá fazer a diferença no momento de interpretar e aplicar a Lei. Haja vista o conteúdo oferecido pelo delegado Dr. Antonio, marcadamente preconceituoso em relação às mulheres e

meninas. Em seus relatos, percebemos sempre um tom desqualificador da ação das mulheres e um tom conivente com os agressores.

Algumas das mulheres compartilham dessa visão. Identificam-se como mães, esposas e donas de casa. Rompem, em diferentes proporções, com esse modelo, à medida que rompem com a violência. Parece que, algumas delas, apenas a força bruta é capaz de arrancá-las desse lugar. As que rompem, não o fazem sem culpa.

A noção de representações sociais, como um instrumento de decodificação da realidade, ajuda a explicar os olhares que os agentes policiais entrevistados têm sobre as mulheres. Com facilidade é possível cair na armadilha da sociedade androcêntrica, que responsabiliza a mulher por se deslocar do lugar social a ela destinado, o da maternidade, o do doméstico, o da submissão.

Observamos, também, que alguns agentes policiais se envolvem, emocionalmente, com as situações vivenciadas nas delegacias. O aporte teórico oferecido por Ravazzola, nos mostra a possibilidade do envolvimento emocional, ou, a identificação de um mal-estar, nas palavras da autora, podem contribuir para o rompimento da situação de violência, ou não. Na maioria dos casos apresentados nesta pesquisa, o fenômeno que se faz presente é o da dupla cegueira. O agente aciona um dispositivo, que pode ser de defesa para atenuar o sofrimento alheio, que ele passa a não mais enxergá-lo. Esse dispositivo são as representações sociais de gênero assimiladas pelo agente. É o caso de algumas escrivãs de relataram sofrer muito no início do exercício profissional. Com o tempo, disseram acostumar-se. Mas foram apenas dois casos nesta pesquisa.

Outra observação foi o olhar diferenciado que os agentes policiais têm para as mulheres de classe média ou média alta. Há um tratamento mais cuidadoso. O plantão realizado na DDM mostrou que, em alguns casos, como foi possível perceber que há uma linguagem desrespeitosa para referirem-se às mulheres.

Do relato das mulheres, no entanto, não é possível fazer essa constatação. Algumas mulheres afirmaram que são bem atendidas e elogiam o trabalho das policiais. Essa afirmação feita pelas mulheres, no entanto, não coincide com a expectativa que as mesmas têm das DDMs. Queixam-se da demora ou do resultado do B. O. que não surte o efeito desejado. Para as mulheres, bom atendimento não significa eficácia do serviço prestado.

Por meio das entrevistas realizadas com as mulheres, pudemos observar que elas falam da vergonha, da culpa e do medo. Falam muito do medo. Da

mesma forma, constatamos que algumas mulheres, tanto na delegacia como na casa-abrigo, encontram-se fragilizadas, desorientadas, com dificuldade para estruturar alguma frase. De mulheres em condições como essas, algumas escritas desejam que tenham objetividade durante o atendimento.

Como a pesquisa demonstrou, os agentes policiais se queixam das mulheres que fazem inúmeros registros ou que desistem de levar o processo adiante. A entrevista com as mulheres comprovou tal comportamento das mulheres. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre o ciclo da violência. Se uma mulher que se encontra na fase da "explosão", ao dirigir-se à delegacia, com muita probabilidade ela desejará registrar a queixa e representar contra o agressor. Se essa mulher dirige-se à delegacia na fase de tensão, é possível que registre a ocorrência, mas não queira representar. Ou, se ainda, essa mulher procurar a delegacia na fase de reconciliação, possivelmente buscará um conselho ou fortalecimento para investir no relacionamento.

Essa situação sugere que o agente policial que faz o atendimento tenha qualificação para perceber em que momento da violência essa mulher se encontra

Sobre a violência não há consenso entre os pesquisados. Percebemos que ao usarem a expressão "violência mesmo" e "pequenas agressões", os agentes criam uma categoria que define o tipo de atendimento e seu resultado. A causa da violência recai sobre o modelo de constituição familiar.

Sobre as DDMs os entrevistados manifestaram haver uma hierarquia dentro da Instituição Policial, de modo que a delegacia da mulher aparece com ausência de status, local de castigo para alguns profissionais e desnecessária no depoimento de delegados.

As DDMs são vistas, por alguns, como extensão dos programas de assistência social. Para esses agentes, os casos de violência contra as mulheres requerem intervenção social e não é policial. Alguns insistem que assistentes sociais e psicólogos deveriam atuar nas delegacias para atender esses casos. Alguns entrevistados transformam a queixa da mulher em desabafo, transformando a delegacia em consultório.

Sobre a Lei Maria da Penha, a pesquisa mostrou que ainda não houve total adesão por parte dos agentes policiais entrevistados. A Lei 11.340/2006 não seria necessária, caso houvesse alterações na legislação anterior. Alguns não acreditam que a Lei vá atingir o objetivo a que ela se destina.

Não há consenso sobre a representação compulsória. Direta ou indiretamente, todos eles revelam revolta, indignação ou raiva quando se deparam com a mulher agredida que desiste do processo ou que paga a afinca para que o agressor seja posto em liberdade.

Ter que autuar o agressor que é pego em flagrante causa um incômodo em alguns agentes policiais. Outro incômodo refere-se à relação da DDM com o judiciário. As novas tarefas atribuídas às DDMs, os prazos curtos para os procedimentos necessários para coibir a violência, que precisam ser feitos diariamente e a perda de autonomia, aparecem como dificuldades para a interpretação e aplicação da Lei.

Comentários acerca do tempo e da forma como foi elaborada a Lei, demonstra um desconhecimento do processo que envolveu a sociedade civil e os órgãos governamentais na consulta, elaboração e aprovação da Lei Maria da Penha.

Todas essas manifestações acerca da Lei revelam um desconforto, no sentido que ela é específica e é clara a perspectiva que gênero presente no seu bojo. A Lei convoca um olhar para a mulher como sujeito de direitos. Isso incomoda os agentes. Assumir esse olhar implica romper com representações e estereótipos sobre a mulher, sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade, sobre a concepção de modelo ideal de família. Assumir o olhar proposto pela Lei Maria da Penha exige reconhecer as desigualdades de gênero. Isso parece difícil aos agentes entrevistados, haja vista que, sempre que podem, se referem a casos em que as mulheres, assim como os agressores, também foram violentas com eles ou os traíram. Nesses relatos podemos perceber um tom acusatório da mulher e uma satisfação em relatá-los.

A pesquisa revelou um discurso dos agentes policiais marcado pela assimetria de gênero, que, sem sucesso, procura disfarçar a repulsa ao reconhecimento dos direitos das mulheres. Procuram mascarar o uso de práticas violentas utilizadas pelos homens, trazendo para o debate o comportamento feminino, de mulheres que não correspondem às representações sociais hegemônicas na sociedade no que se refere ao seu papel social. Representações sociais produzidas numa sociedade fundada nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres, resistem à aceitação e efetivação de novas relações sociais de gênero e ao reconhecimento da igualdade de direitos.

Ao final desta pesquisa, vale ressaltar o que dizem SUÁREZ e BANDEIRA,

apesar de suas imperfeições, as DEAMs são instituições governamentais resultantes da constituição de um espaço público, onde se articulou o discurso relativo aos direitos das mulheres de receberem um tratamento equitativo quando se encontram em situações de violência denunciadas. Diferentemente das outras Delegacias, as DEAMs evitam empregar métodos e condutas violentas, promovendo a negociação das partes em conflito. A grande particularidade dessas instituições é admitirem a mediação como um recurso eficaz e legítimo (2002:299).

Ao final desta pesquisa, duas questões se impõem. A primeira, a qualificação dos profissionais que atendem a especificidade da violência contra as mulheres. A especificidade das DDMs, como o nome diz, é a defesa dos direitos das mulheres. As mulheres não são seres abstratos, mas sujeitos de direitos, contextualizados em determinada cultura. A violência contra elas praticada também precisa ser assim interpretada, para não se correr o risco de se enxergar essa violência como uma questão de baixa autoestima ou falta de autoconfiança, mas, vista no conjunto das relações desiguais entre homens e mulheres.

Um dos delegados afirma que a Lei Maria da Penha exige um cuidado na sua interpretação. Isso convoca à qualificação profissional específica para o atendimento de mulheres, para retirar tal interpretação dos parâmetros da experiência conjugal que cada agente venha a ter.

A segunda questão se refere às medidas protetivas de urgência. Todas as mulheres pesquisadas foram unânimes em revelar a dificuldade de se conviver na Casa-abrigo. Talvez a pesquisa aponte para um estudo aprofundado sobre as Casas-abrigo.

Por fim, ao concluir esta pesquisa, podemos afirmar que as Delegacias de Defesa da Mulher, por tudo o que foi apresentado, são, ambigualmente, um espaço de alívio e de tensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNIASI, Maria Helena Rocha. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. In LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza, orgs. *Práticas e representações*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008, pp. 67-73.

AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985. In: GUERRA, Cláudia. Violência e poder nas relações de gênero – as cenas. In *Caderno Espaço Feminino*, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. Tradução LAHUD, Michel e VIEIRA, Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1979.

BANDEIRA, Lourdes, et alli. (orgs). Políticas Públicas e violência contra as mulheres: metodologia de capacitação de agentes públicos. Brasília: AGENDE, 2006, 256 p.

BARDIN, Laurence. Trad. PINHEIRO, Augusto e RETO, Aluís Antero. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARSTED, Leila L. e HERMANN, Jacqueline (org.). *Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001.

_____. *As mulheres e os direitos humanos*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001.

BAUER, Martin W., GASKELL, George (editores); *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. tradução de GUARESCHI, Pedrinho A. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BELLOQUE, Juliana. Pronunciamento no Seminário “Um Ano de Vigência da Lei Maria da Penha” - Debate sobre as respostas do Estado, organizado pelo Fórum Feminista de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. São Paulo, 20/09/2007.

BLAY e OLIVEIRA. *Em briga de marido e mulher...* Rio de Janeiro/São Paulo: IDAC/Conselho da Condição Feminina, 1986.

BLAY, Eva A. (org.). *Igualdade de oportunidade para as mulheres: um caminho em construção*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

_____. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In da SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia R. O. (orgs). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, pp. 133-146.

_____. Mulher, mulheres: violência contra a mulher e políticas públicas. In *Estudos avançados da Universidade de São Paulo*. Vol. 17 nº 49, São Paulo. Set/Dez 2003.

_____. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2008. 248 p.

_____. O tardio reconhecimento de que a mulher tem direitos humanos. Artigo apresentado no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Mesa Redonda: *Violência Saúde e Direitos Humanos*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*; tradução Maria Helena Kühner. - 2 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*; trad. TOMAZ, Fernando. 6ª Ed. Rio de Janeiro: 2003. 322p.

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC/DPE, Editora 34, 1998, pp. 51-84.

Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. Lei Maria da Penha – Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: SPM, 2006.

Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. Boletim Informativo *Mulheres em Pauta*. Ano IV, n. 10, 09/09/2005.

Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. Boletim Informativo *Mulheres em Pauta*. Ano IV, n. 27 de 25/05/2007.

Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. Boletim Informativo *Mulheres em Pauta*. Ano IV, n. 33 de 10/08/2007.

Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. Boletim Informativo *Mulheres em Pauta*. Ano IV, n. 36, 28/09/2007.

CAMARGO, Brígido Vizeu, DAGOSTIN, Carla Giovana e COUTINHO, Marisa. Violência denunciada contra a mulher: a visibilidade via Delegacia da Mulher em Florianópolis. In *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: FCC, n. 78, 1991, pp. 51-57.

CARLOTA, Celi Paulino. Pronunciamento no Seminário “Um Ano de Vigência da Lei Maria da Penha” - Debate sobre as respostas do Estado, organizado pelo Fórum Feminista de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. São Paulo, 20/09/2007.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In *Perspectivas Antropológicas da Mulher: sobre mulher e violência*. Vol.4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

_____. Senso comum e transparência. In VÁRIOS. *O preconceito*. São Paulo: IMESP. 1996/1997.

CHOMBART DE LAUWE, Paul Henri. *Imagens da mulher na sociedade*. Senzala: 1967.

CLADEM. *Questão de vida: balanço e desafios sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência*. Rosario: CLADEM-OXFAM, 2000.

COMERIATO, Elizabeth M. B. *Tempo de plantar e tempo de colher... as representações sociais de profissionais de saúde sobre o processo de envelhecimento*. Brasília, Universidade de Brasília, faculdade de Ciências da Saúde. 2006. Dissertação de mestrado.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará. São Paulo: OEA/CLADEM/IPÊ, agosto, 1996.

DEBERT, Guita Grin et alii. (org.). *Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas – SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, 2006.

Declaração sobre a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Beijing, 1995.

DEL PRIORI, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: UNESP, 2001.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa (1912). In GIANNOTTI, J. A. (org.) *Durkheim*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FARR, Robert M. *Representações sociais: a teoria e sua história*. In GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp. 31-59.

FREIRE, Nilcéa. É positivo o balanço do 1º ano da Lei Maria da Penha, que trata da agressão à mulher? *Folha de S.Paulo*. 22/09/2007, Tendências e Debates.

GARCIA, Carla Cristina. *Ovelhas na névoa; um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. *L'Arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2002.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. Representações sociais, corpo e sexualidade no protestantismo. In LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza, orgs. *Práticas e representações*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008, pp 29-66.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. Delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In DEBERT, Guita Grin et alii. (org.). *Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas – SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, 2006. pp. 57-87.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (orgs.) *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293-313.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUERRA, Cláudia. Violência e poder nas relações de gênero – as cenas. In: *Caderno Espaço Feminino*, 1999.

HERZLICH, Claudine. La représentation sociale. In MOSCOVICI, Serge. (org.). *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Librairie Larousse, pp.303-323.

HILLMAN, James. *O mito da análise: três ensaios de psicologia arquetípica*. Tradução Norma de Abreu Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IZUMINO, Wânia Pasinato. Justiça Criminal e violência contra a mulher: o papel da justiça na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume: FAPESP. 1998.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Violência de gênero e justiça criminal no Brasil*. Tese de doutorado, 2003 (mimeo).

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço e representações sociais. In GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp. 63-85.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEMOS, Marilda de O. *Entre nós: um estudo sobre a Casa-Abrigo regional do ABC para mulheres em situação de violência*. São Caetano do Sul: IMES – Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul, dissertação de mestrado, 2003.

LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza, orgs. *Práticas e representações*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. *Eficácia e desafios das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres: o futuro dos direitos à não-violência*. Mimeo, 2001.

_____. *Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das Delegacias da Mulher*. Série Antropologia n. 319. Brasília: 2002, mimeo.

MASSUNO, Elizabete. Superar a violência – Delegacia de Defesa da Mulher: uma resposta à violência de gênero. In BLAY, Eva Alterman (org.). *Igualdade de oportunidades para as mulheres*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2002, pp. 25-55.

MATHIEU, Nicole Claude. *Quand ceder n'est pas consentir*, In MATHIEU, N. C. (org). *L'Arraînement des femmes*. Essais en anthropologie des sexes. Paris: Ed. Ehes, 1985.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp. 89-111.

MOORE, Henrietta: *Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*. Cadernos Pagu, 14, 2000, pp.13-44.

MOSCOVICI, Serge. (org.). *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Librairie Larousse. 1972.

_____. *La psychanalyse, son image et son public* (1961). Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

_____. The phenomenon of social representation. In FARR, R. M. e MOSCOVICI, s. (eds). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984a.

PINTO, Louis. Tradução MONJARDIM, Luiz Alberto. *Pierre bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1000. 192p.

QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de (coord.). *Manual operacional do policial civil: doutrina, legislação, modelos*. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2002.

_____. *Manual de Polícia Judiciária: doutrina, modelos e legislação*. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2000.

RAVAZZOLA, M. C. *Historia infames: los maltratos em las relaciones*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

ROHDEN, Fabíola. O corpo fazendo a diferença. In Mana, vol. 4 n. 2. Rio de Janeiro, out 1998.

ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise. (coords.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUETHER, Rosemary Radford. *Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista*. Tradução Wlater Altmann, Luís Marcos Sander. São Leopoldo,RS: Sinodal, 1993.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In SPINK, Mary Jane (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 19-45.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência contra a mulher e violência doméstica. In BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUN, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34/FCC, 2002, pp. 323-338.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v.13, n. 4, pp. 82-91, out/dez 1999.

_____. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: *MULHER em seis tempos*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 1991.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (orgs). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In: *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001, pp. 31-48.

SCOTT, J. W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

_____. Prefácio a gender and politics of history. In *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 3, 1994, pp. 11-27.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Kelly Cristiane. As DEAMs, as corporações policiais e a violência contra as mulheres, dilemas e desafios. Mimeo, 2001.

SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a Mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 362-400.

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1º sem. 1997, pp. 7-29.

_____. O discurso policial comentado. In SUÁREZ, M., BANDEIRA, Lourdes (orgs.) et alii. *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, pp. 57-104.

SPINK, Mary Jane P. (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SUÁREZ, M., BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34/ FCC, 2002.

TELES, Maria Amélia de A. e MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VACCARI, Vera Lúcia. Projeto cidadania e gênero: superando a violência contra a mulher. In BLAY, Eva Alterman (org.). *Igualdade de oportunidades para as mulheres*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2002, pp. 57-77.

VELOZ, M. C. T., NASCIMENTO-SCHULZE, M. C. e CAMARGO, B. V. Representações sociais do envelhecimento. In *Psicologia: reflexão e crítica*. Versão impressa ISSB 0102 – 7972. Disponível em WWW.scielo.com.br. Acesso em 20 de novembro de 2009.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais e na política social*. Lisboa: Lisboa Ltda., 1974.

_____. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PARTE IV

APÊNDICES

Entrevistas com Delegados e Delegadas

1 Relatório da entrevista com Delegado Dr. Antonio

05 de julho de 2007 – 11h

Cheguei ao 1º DP às 9h50. A delegacia é muito bonita, limpa, com plantas ornamentais, cores alegres e quadros nas paredes. Há uma escada de acesso ao primeiro andar onde ficam as salas de atendimento e a do delegado.

Fui muito bem recebida pela recepcionista e encaminhada à ante-sala do delegado, que ainda não havia chegado.

Às 10h entrou um caso de violência contra mulher. A sala do escrivão ficava ao lado da sala onde eu estava. O escrivão falava com o agressor com voz alta para que ele ficasse calado, respeitasse o ambiente e proibiu-lhe de entrar dentro de casa para buscar seus pertences. A esposa fazia isso e lhe entregaria. Solicitou que ele se retirasse da sala e ficasse calmo.

Aproveitei a oportunidade, apresentei-me ao escrivão, expliquei-lhe meu objetivo e ele levou-me ao escrivão-chefe, a quem me apresentei e solicitei autorização para entrevistar aquela mulher, caso ela concordasse. Pediu-me para aguardar pois ela seria ouvida em seguida. Informou ainda que esses casos são muito comuns naquela delegacia, ocorrem todos os dias.

O delegado chegou às 11h. O Delegado Seccional já havia lhe informado sobre minha visita. Conduziu-me à sua sala e pude lhe explicar os objetivos de minha pesquisa e ele pronta e espontaneamente começou a falar. Quando avisei que precisaria gravar a entrevista ele perguntou o que eu faria com isso. Disse-lhe que iria transcrever. O seu nome não seria identificado. Disse-me que talvez pudesse falar algo que pudesse não ser bem interpretado pela Instituição. Disse-lhe para ficar à vontade, que ele não seria prejudicado. Disse-me que não era esse o problema. Iniciamos a entrevista.

Ao final da entrevista fiz um comentário sobre o aspecto estético da delegacia. Disse-me que aquela delegacia não era assim quando ele chegou lá, hoje recebe elogios. Mostrou-me um documento “Elogio da Ouvidoria”, datado de 01.06.07, em que a psicóloga e coordenadora do Programa de Atenção à Violência Doméstica e Sexual da Prefeitura de Ribeirão Pires elogiava a integração do serviço de saúde municipal com a polícia. Observei que na parede da ante-sala havia um quadro com a condecoração Prêmio Franco Montoro concedido pelo CONSEG, pela segurança comunitária prestada à cidade.

(Pedi para acompanhar o roteiro de entrevista)

Por favor, identifique-se.

Perfeito.

Obviamente estou aqui dentro do padrão sexo masculino, a minha idade são 63 anos, sou natural de São Paulo – capital, minha escolaridade é superior, cor branca, eu resido em Osasco, a minha religião eu sou espírita e também tenho muita ligação com o catolicismo que é minha educação de berço, minha situação conjugal eu sou separado, ou melhor, eu sou desquitado e vivo com uma outra mulher.

Há muito tempo?

Há uns 15 ou 18 anos.

Tem filhos do primeiro casamento?

Tenho filhos do meu primeiro casamento, eu tenho quatro e do segundo casamento não são meus, mas eu crio desde pequenos, praticamente eu crio, não que eu morasse junto, eu não

morei junto, eu morava separado, mas eu dava atenção aos meus filhos e também dava atenção, não financeira porque ela sempre foi, sempre teve vida própria, ok? Agora aqui nós vamos aqui pra parte de salário, a renda familiar é acima de dez salários mínimos, minha função é eu sou delegado de polícia, a minha função eu exerço há 43 anos, antes de ser delegado eu fui guarda-civil, depois eu fui investigador de polícia e depois eu fui delegado de polícia.

O sr. gosta dessa função?

Sim, eu gosto dessa função, é a que eu sempre fiz. É a que sempre teve comigo e eu... gosto.

Foi por opção?

Foi por opção, foi por opção. Eu, na época... usa-se aquele termo "eu sou filho de pai rico". Meu pai tinha empresas, meu pai tinha coisas e eu acabei indo pra polícia por um tio meu que foi o subcomandante da Guarda Civil, e pelo meu porte físico ele, um dia me convidou e até que um dia eu aceitei. Hoje em dia, por força funcional eu não posso exercer uma função paralela.

Aulas?

Não, não, não tenho, não tenho porque eu chego em casa nove e meia, quinze para as dez todo dia e seis horas da manhã estou de pé, então eu não tenho como, cansado, estafado e precisa dar atenção pra família porque senão é problema e aí entra nesse problema a Maria da Penha (risos).

Sobre a capacitação para sua função. Veja, eu vou te dar uma posição do delegado de polícia. O delegado de polícia ele exerce, no início, o forte do policial. No início da carreira ele está em vários, diversos lugares, isso cria uma gama de conhecimentos, isso ganha, você tem um perfil muito dinâmico e com o correr do tempo você vê as coisas, você vê as coisas acontecer de uma maneira e vê acontecer de outro. Eu acredito que ainda vou ver por outras formas elas acontecerem, mas vias de regra elas se repetem.

E essas coisas, quando o sr. diz que elas se repetem...

(Até aqui o delegado estava solto, falava espontaneamente, porém, neste momento, ele me interrompeu e mudou o tom da voz, parece ter ficado meio impaciente, querendo acabar logo a entrevista).

Vamos lá falar do problema da Maria da Penha. É a agressão, não sei se esse é o tema, se já vamos entrar em qualquer coisa disso.

Para o atendimento à violência contra a mulher, existe uma capacitação específica para isso?

Não. Não existe, não existe um treinamento para isso. O treinamento que tem é a vida conjugal, o treinamento que tem é a vida dos filhos, porque os problemas são iguais, só que um senta numa mesa que tem uma flor ou que come uma coisa melhor ou tem aquele outro que come um arroz com feijão e farinha e uma carne dura, que é a mais barata, ou ele compra aí uma carne, aquele mais humilde, aquela que o outro usa pra fazer a comida do cachorro, ele acaba comendo pra ele. Um mora numa casa três, quatro, oito quartos, mora numa mansão. O outro mora num barraco onde dormem três, quatro cinco pessoas numa casa, então essas três, quatro cinco pessoas que moram nessa casa moram num cômodo só, o banheiro é uma lata de óleo que ele põe num canto, uma lata de 20 litros, existe uma série de situações, mas as brigas conjugais, a falta de amor, a falta de sexo, a distância, o ciúme, a falta de atenção, os reclames são os mesmos, ele não muda, do rico ao pobre. O rico, já que você quer uma entrevista, me permite, não sei se vou dar os termos certos, o rico tem como fazer, ele fica nervoso com a mulher dele, então ela vai, vai tomar wisky, ele sai com uma outra menina, ou ele vai com os amigos, ele vai tomar uma cerveja, ele vai fazer ... O pobre não tem aonde ir, ele vai beber uma cachaça, ou não bebe a cachaça e ele

chega em casa, ele não tem onde extravasar, ele não tem como arrumar uma namorada pra quebrar com aquele desencanto que ele está com a esposa. Mesmo esse que tem condição e ele trai a esposa, ele chega um dia, porque, ele não quer trair, mas ela, ela falta pra ele como mulher da maneira como ele entende. E ela acha que tá fazendo tudo, tudo, tudo tão lindo e maravilhoso e que ele não viu que ela arrumou o cabelo, que ele não viu que ela passou um perfume, que ela passou um pano na casa, que ela limpou o cinzeiro, porque o trabalho da mulher é muito estafante, escaldante, ok? Ela vive numa temperatura que é incansável, e não tem. Ela limpa tudo, a casa inteirinha, ela deixou um vasilho fora do lugar é motivo pra briga, entendeu?

(neste momento da entrevista ele usou um tom de voz diferente, parece que tentando ser compreensivo com as mulheres. Tive a impressão que ele queria falar o que julgou que me agradaria).

Agora o outro cidadão também? Ele sai da casa quatro horas da manhã, com uma marmita que ele vai comer fria, trabalha num serviço braçal, ele volta pra casa também por volta das sete ou oito horas da noite, então ele chega em casa e quer manter relações com a mulher dele, mas a mulher dele por muitos motivos ou por ignorância, ou na maneira de falar, ou no dia a dia, ou porque está faltando coisa, como a mulher do rico, entendeu? guardadas as proporções dos assuntos, a mulher do rico tem, eles têm uma quarto privativo, o mais humilde não tem, ele só tem um cômodo, tem as crianças, então ela fala para com isso, agora não, as crianças tão acordadas, ele quer dormir porque ele vai acordar cedo então ele quer fazer sexo, ele quer fazer, e ela não, não. Eu tive casos pitorescos na minha trajetória, na minha vida de delegacia impressionante. Eu já vi pessoas não tão humildes, não abastadas, porém remediadas, aonde o homem bateu na mulher, aí ele veio na delegacia, nessa situação na delegacia, mandei buscar, ela veio, o quê que houve, o quê que não houve? O quê que é, o quê que não é, até que os dois acabam..., ele chega e começa a chorar e fala que ela, só ela que quer vir por cima, só ela que quer vir por cima. Veja se isso é motivo pra ele bater nela? Não é. Mas é motivo pra ele bater nela, por que? Porque ela atingiu o ponto principal dele onde ele se desequilibrou. Então como eu havia dito antes, no começo, eu tento olhar a coisa o que ela é no aspecto da lei, o que ela é pro agressor e o que ela é pra quem foi agredido. Porque nem sempre aquele que foi agredido na aceção da palavra até aqui é vítima, porque ela pode ter provocado, uma situação, ter criado uma situação e quando ela apanhou, ela passou a ser vítima, aí o camarada perdeu a razão, mas até então ele tinha razão, mas quando ele agrediu a razão dele ficou em nenhuma. Mas antes, onde ele ia cobrar essa razão dele que é puramente emocional? Ele não tem recurso pra cobrar, ele não paga o psicólogo. Nem aquele que é rico entende dessa forma, ele entende que a mulher regulou ele, que as meninhas da rua dão mais carinho pra ele, tratam ele como um rei, ele se sente um super-homem e com a mulher dele em casa ele sente distância. Não é distância, é que quando os dois se juntam vem os problemas, conta pra pagar, é dificuldade, é uma série de situações. Então esse que é o problema.

Então daí, daí é que acontecem os desentendimentos, daí é que acontecem os problemas da violência que é aquele camarada que tem três, quatro filhas que ele entende que a filha é dele e ele tem direito de ter relações com ela e a família ninguém reclama com medo disso tudo. Então é uma outra situação, uma outra história. E tem casos que a gente não toma conhecimento. Tem casos que a filha carrega aquilo, ela acaba casando, tendo filhos e não contou pra ninguém que o pai abusava dela, por que? Porque o pai também não tinha pra onde ir, ou então ele ficou viúvo, ou a mãe não estava, a mãe foi trabalhar, ele chega em casa, um trabalha de noite outro trabalha de dia. Então ele cobra essa necessidade, pra ele é uma razão absoluta de fazer, ele não fez nada de mal, pra ele é direito dele, é a filha dele, ele pode fazer. É uma cabeça, agora estamos falando de uma pessoa ignorante. Agora vamos falar de uma outra figura, uma psicóloga poderia estar falando melhor, que é aquele que tem a famosa excitação ou interesse pela filha, maneira dela se vestir, a maneira como ela se expõe, uma sobrinha, ou outra menina que convive na casa, que desperta uma outra coisa no camarada que é aquele famoso bichinho cupim que eu chamo, é um cupim que dá na cabeça do homem e também da mulher porque tem moça que ficam dando em cima até que a coisa aconteça. Então é esse, isso é incontrollável, eu não saberia dizer, na minha

experiência, eu já vi e sei identificar isso, mas a razão que leva a isso é a carência? É lá no passado? Que ele foi abusado, que ele viu que tá dentro dele? É uma coisa difícil de você avaliar e quando você tem uma ocorrência desse tipo o que fazer e como fazer? Qual é o correto? É simplesmente colocar o camarada na cadeia e mandar a mulher pra casa com os filhos, aonde aquele cara na cadeia é a única fonte de renda dela. Ela vai passar fome e ela vem na porta da delegacia e faz um puxa dum escândalo, que tã segurando o marido dela, que ele tem coisa pra fazer e não sei o quê, que não pode prender ele, que ele é trabalhador, que ele cuida da casa, que ela tava nervosa, que não pode fazer...percebe? É complicado esse comportamento. Então você prende a pessoa e a família se revolta contra quem prendeu, mas ela não tinha pra quem fazer uma queixa, então ela veio desabafar, mas no dia seguinte ela não quer mais. Então são raros os casos que ela vem, cai em si, fala eu quero, vou processar, vou representar, eu quero ele na cadeia, vou cuidar da minha vida. São raros. Mas você pega uma mulher humilde, ela faz faxina, ela não tem onde deixar os filhos, praticamente ela paga a menina da pra vizinha tomar conta dos filhos aí o que ela ganha, uma parte ela tem que pagar, não tem o que comer, ela não vê os filhos. Então, é um problema social que eu apoio, e tento apoiar associações, entidades... Eu estou desenvolvendo um projeto agora pra criança, pra idoso, pra inclusão social, inclusão digital, pra centro de convivência do idoso, eu tava fazendo um projeto pra criança, mas a gente esbarra em tanta coisa, e você chega numa seguinte situação, você chega numa situação em que você vê de mil, você vai conseguir beneficiar cem.

Esse projeto é como delegado ou um projeto pessoal?

Não, não, é uma coisa minha pessoal, eu aqui como delegado, com relação à sociedade, com relação à cidade eu converso, eu promovo, eu busco, eu vou em reuniões, eu participo da comunidade, eu participo da sociedade, eu procuro contribuir com aquilo que posso, porque quer queira ou não eu exerço certo respeito, um peso na cidade e eu acabo conseguindo reunir pessoas para conversar. Eu preciso tomar muito cuidado com essas pessoas pra conversar, o que fazer? É complicado uma solução pra isso.

O que a mulher espera quando vem à delegacia?

Olha, naquele momento eu não sei se ela quer, tá vindo procurar o pai, a mãe, ou uma pessoa que possa solucionar o problema dela, chamar, dar um pito nele, falar você não faça mais isso, então... agora... eu não sei até onde ela cresce e amanhã ela vai ficar pisando nele de novo como já estava pisando. Quer dizer, existem casos que a bebida leva à agressão. A bebida, a droga. E existem casos que é o ciúme, que é o emocional, ele acha que ela... Eu tive um caso interessante, vale a pena contar, são casos, esses casos que eu cito, esse que a mulher só ela queria vir por cima, ela machucava ele, então ele não tinha uma relação tranqüila. Então durante muito tempo ele se sentiu machucado, prejudicado, nervoso e sem vontade até. Eu tive um outro caso interessante, tive vários, diversos que fogem do comum, eu tô contando esse porque foge do comum. Eu tive um caso que veio a mulher, ela reclamou muito que o marido bateu, que o marido fez, que o marido aconteceu. Eu chamei a polícia, peguei uma viatura, isso já se vão lá uns 20 anos. Eu peguei a viatura e mandei chamar o camarada. Quando veio, veio ela, o camarada e mais uns quatro, cinco filhos, todo mundo com sacola de feira na mão, porque próximo da delegacia tinha uma feira. Aí eu perguntei, mas espera um pouco, vocês queriam condução pra feira ou é um outro tipo de coisa? Ele falou não, não, é que depois eu vou na feira. Então tá bom. E ele sempre gritava: eu quero justiça, justiça, justiça. Tudo o que se perguntava pra ele, ele ficava nervoso, se percebia lábios trêmulos e ele falava justiça, justiça, justiça. E eu percebi que havia alguma coisa. Então eu chamei, pedi pra que ele ficasse mais distante e ele falava justiça, justiça, justiça. Era um senhor nordestino, via de regra eles são mais, mais fechados, são mais, eu não diria bronco, são mais rústicos. Aí eu perguntei pra ela, me conte do começo, quando começou isso? Aí ela falou pra mim, olha, depois que eu tive hemorróida é que ele ficou assim. Eu falei como? É, depois que eu tive hemorróida que ele ficou assim. Não, depois que eu fiquei doente é que ele ficou assim. Eu falei, o quê que a senhora teve? Ah, eu tenho hemorróida. Aí eu matei a charada, lógico. Aí eu fui conversar com ele, onde eu expliquei pra ele o que era uma hemorróida, que eu também tinha, que isso era uma coisa normal. Ele pensava que existia alguém que estava fazendo sexo anal

com ela. E que a pessoa que fez... por isso é que ficou daquele jeito. Então, na cabeça dele não era uma doença. Então eu mostrei pra ele que era uma doença, que era comum, como tratava, o quê que era, expliquei, expliquei, expliquei, expliquei... Nessa época, nos meus plantões de sábado e domingo, esses casais, eu marcava reunião pra que eles viessem e a gente batia papo, conversava, tipo terapia, porque no interior, você é tudo, respondendo à sua pergunta, veja, você é tudo no interior, você é o último recurso, você é o que a pessoa tem de final pra solução dos problemas. E às vezes não, às vezes uma delegacia é o começo do problema de um casal. Se ele parasse e se conscientizasse... então... Exemplo: vinha... ele bateu, eu mandava buscar, o camarada tava bêbado. Naquela época existia condição de você deixar ele detido numa cela. Ela ficava sentada o tempo todo, o tempo todo, o tempo todo, ela ficava sentada esperando. Ele gritava quero fazer xixi, quero urinar, quero urinar. E ela vinha, olha ele quer urinar... Eu falava pra ela você tá com a cara toda inchada, tá com o olho inchado, ele te bateu. Ah, coitado ele tá com fome, ele tá com sede... O cuidado da Maria da Penha, agente tem que ter um cuidado, uma atenção, uma capacidade de interpretação, se aquilo não vai prejudicar mais ou, ou se ele não vai ter uma agressão maior em cima dela. Então, se você analisar, é uma responsabilidade muito grande nesse momento, aonde você pode entender e dar um tempo entendeu? Eu não vou fazer o flagrante, eu vou esperar um pouco. E nessa de você esperar um pouco, o quê que acontece? Acontece que ele vai lá e agride mais, mata, fere de uma forma, aonde a responsabilidade acaba sendo maior.

Todas as mulheres registram o boletim de ocorrência?

Não, não, todas registram, todas registram, só que ela manifesta que ela não quer continuidade, mesmo que ela... Acontece que agora com o evento Maria da Penha, quando você percebe que a coisa tá... Porque se você olhar a Maria da Penha, a Lei Maria da Penha pede que você faça muita coisa, então e essa estrutura? Como também eu já pedi pro prefeito, que eu gostaria de ter uma viatura da guarda municipal com uma assistente social, então esses boletins de ocorrência, que ela, que essa viatura da PM com a assistente social fosse até a residência e vê como está a família, se dá atenção, onde ela apresentaria um relatório, esse relatório iria pro B.O., porque nesse relatório ela iria informar: não, a mulher ela joga a roupa dele no chão mesmo, ela fere ele, não justifica a agressão, não justifica a agressão, agrediu, agrediu, não tem...nada justifica a agressão.

A Polícia tem como identificar quando uma mulher está correndo risco de morte?

Olha, o emocional, veja, eu estou falando... nós estamos conversando dentro de uma informalidade o quê que é um tirocinio policial, o que é o momento, então, dependendo da agressão agente olha e vê que possivelmente terá uma progressão. A outra é aquela situação do momento, porque a causa maior não é tanto o dinheiro, é a falta de atenção, é a falta de sexo, infelizmente é... Agora, não estou contando com a droga, não estou contando com a bebida, certo, esse é um outro... Estou falando de um casal simples, um casal tranquilo, que é uma situação tranquila. Agora, quando você percebe que o cara é drogado, o cara tem tal, pa, pa... Aí já não, aí já se conseguiu, já pegou vai pra cadeia, pagou fiança, vai embora, não pagou fica na cadeia, ou então o caso é um pouco mais sutil e nessa sutileza do caso se instaura o inquérito, ok? Porque aí eu não... de toda sorte, de toda forma, ele deu um empurrãozinho aqui, um empurrãozinho ali, ela não quer que faça nada porque ela não quer perder o marido, ela só queria procurar aquele paizão que orientasse. Olha eu vou na delegacia, você vai ver só se você me maltratar, quer dizer, é um recurso que ela usa, mas quando ela vem aqui, que esfria um pouco, que ela para, ela já não quer mais fazer isso. Mas nos casos que a gente percebe, a maioria deles o que não é possível de deter e por pra cadeia, eu instaurou inquérito.

O sr. gostaria de falar mais alguma coisa sobre a Lei Maria da Penha?

Eu gostaria de poder estar aplicando a Lei Maria da Penha na sua plenitude, ok? Aonde nessa plenitude eu já (incompreensível) Ministério Público, nós temos, veja, ter uma tutela da agredida, você tem que por ela em algum lugar, você tem que guardar a criança, você tem que ter uma estrutura toda pra fazer.

E hoje isso não existe?

Hoje, não diria que não existe, a gente faz até, eu não tenho local adequado, bom aonde, de repente ela é mandada pra um lugar melhor do que o que ela está, aí pega a moda, pega a moda, ela fala apanhei, me leva pra lá que eu vou ficar lá, vou comer, beber, e vou dormir ali, entendeu? Porque existe isso também, existe a figura do ciúme, ela com ciúme, ou ela com outra coisa qualquer, ela fala ah ele me bateu, ou como vem também ele abusou do nenê, ele me abusou, ele fez... então, há necessidade, aquilo que eu falei no início, de saber interpretar, e é o que eu gostaria de ter o Serviço Social que fizesse esse trabalho e efetivamente a gente pudesse estar fazendo uma atenção à família. Com relação à parte policial ela é feita, mas, e a família? É a parte social, é a parte do município, de continuidade. Agora, não sei se há viabilidade disso? Ou se existe? Qual é a previsão disso? Porque o custo disso é muito caro, quer dizer, se a prefeitura for fazer um negócio desse...

Mas, no ABC existe uma casa-abrigo para mulheres...

Existe, existe... Mas ela também não quer ir, a maior parte não quer ir. Ela tem a casa, ela vai largar a casa sozinha? Ela mora num lugar humilde, aí os outros vão pegar a única coisa, o radinho que ela tem, a televisãozinha que ela tem porque a casa vai ficar abandonada. Então ela não quer sair. É aquilo que eu te falei, é a dificuldade social, a dificuldade, as coisinhas das pessoas, isso é muito importante.

O sr. teria mais alguma contribuição a dar à minha pesquisa? Sinta-se à vontade.

Eu acho que a sua pesquisa e o meu pensamento, eu embutido nas responsabilidades funcionais, eu já embuti mostrando que além de fazer a minha função, a minha atividade, além de cumprir a Lei, eu tenho um olho diferente, você procura ouvir, procura conversar, você brinca com as crianças, as crianças falam alguma coisa... Aí eu já estou saindo um pouquinho fora, estou fazendo o social, porque pra mim eu tenho que ser frio, por no papel. Porque não cabe a mim não cabe julgar, a mim cabe encaminhar pro juiz, o promotor analisar e eles tomarem as decisões que deverão ser tomadas. Mas como a pessoa está aqui num estado emocional alto, todos os dois, então cabe uma palavra, cabe um respeito aos dois. Às vezes, tem o homem e uma mulher, ela que pediu pra prender e quando foi preso ela desacata, ela ofende, ela atravessa a rua, ela vai noutro lugar, ela vai reclamar da polícia, vai falar que bateu nele, não, não é verdade. Ela quebrou a cara dele, ela arranhou ele, deu com pedaço de pau na cabeça dele e ela fala que não foi ela, que ele apanhou aqui, que fez... quer dizer, são situações difíceis, então você tem que tomar muito cuidado com o que você fala pras coisas não serem distorcidas, às vezes você tem que falar um pouquinho mais alto que é pra pessoa sentir que você é aquele pai que ela veio buscar, então veja, é um sacerdócio, é um padre. O delegado de plantão ele exerce, ele é um padre. Se você analisar é um homem formado, curso superior, que tá de paletó e gravata, com a porta aberta 24 horas atendendo qualquer um do povo, se ele tá de chinelo, se ele tá fedido, se ele fez a barba, se ele é humilde, se ele é rico. Ele é o único, é o único que o povo tem como recurso. É o único, é o único, é o único. Ninguém mais atende, ninguém mais. O povo não tem... Depois ele pode não gostar do atendimento, ele pode... Tem alguns que são mais distantes... A gente tem uma máxima que costuma dizer "você não pode fazer parte do B. O.", o B.O. você registra, quando você faz parte do B.O. você entrou no corpo do B. O., ou seja, você já está exposto a estar ali, você fez parte, ou você é vítima ou você é agressor, então já está errado. Então o policial ele tem que chegar próximo, mas não pode fazer parte do B. O., ele não pode tomar partido, não cabe a nós tomarmos partido. E às vezes você dá uma orientação, ela é mal interpretada e isso acaba trazendo consequência pra gente porque falou. Eu há pouco tempo veio aqui filha, filho, pai e a mãe. O pai e a mãe se separaram. O filho mora com a mulher numa casa do fundo. A filha mora junto com a mãe, os pais se separaram, ela descobriu a vida, tem um namorado, então ela quer que o filho saia da casa porque ela quer receber o namorado à vontade e o filho se incomoda porque ela traz o namorado, porque não quer, não está bem, só estão com o pai. Ela ofende para que eles saiam. E o tumulto está feito. Nesse dia eu peguei e sentei com todo mundo e conversei, falei, falei. Eu me expus, mas eles vieram me agradecer. Muito obrigado pelo que o sr. fez. O sr. fez minha família sentar e conversar e nós nos entendermos. O sr. tem razão

do que o sr. falou. Entendeu? Mas, de repente qualquer uma das partes podia falar, não, tal, e fazer uma queixa contra mim. Então isso é o que é, você faz parte, eu praticamente corri o risco de fazer parte do B.O. Se eu tivesse simplesmente feito um B. O. essa família estaria desagregada, estaria brigando até hoje e não estariam bem. Hoje não, estão bem, estão se entendendo, já se resolveram o que vão fazer, compreenderam, cada um compreendeu seu papel, e cada um compreendeu sua coisa... Então, percebe que às vezes o delegado ele tem uma palavra dele e você muda o rumo, você equilibra a pessoa, ou você, sem querer, você faz a pessoa ver, ter uma visão diferente.

(aqui eu ia encerrar a entrevista e ele continuou)

Agora, estamos aí, pode me identificar, não tem problema, não. Se você quiser falar pra mim se eu brigo com a minha mulher, brigo. Lógico que eu brigo, fico nervoso, irritado, me incomoda, ela faz as coisas, às vezes dá vontade de dar meia dúzia de gritos, às vezes você fala alguma coisa e ela... , da mesma forma. Não é porque eu sei tudo isso, que eu vivo tudo isso, mas ela não vive e pra ela, ela tem ciúme que eu chego tarde, que eu dou atenção pra delegacia, que não dou atenção pra ela, porque se eu falo com uma parte, eu escuto a parte, e ela falou uma coisa pra mim que eu não ouvi e porque ela quer não sei o quê. Então eu tenho os mesmos problemas que as pessoas que vem aqui. Eu só escuto, eu fico chateado. Exemplo: ontem, eu cheguei, eu estou cansado, estou estafado, estou estressado, tenho problemas diversos pra estar resolvendo em delegacia... Ontem ela convidou algumas amigas dela pra ir lá em casa, bater papo e que eu só consegui resolver isso às três horas da manhã porque a menina passou mal, minha afilhada passou mal, teve problema de pressão e eu tive que socorrer, porque senão ela ia amanhecer e eu ia ficar sem dormir, porque eu não posso dormir sem dar atenção. Então você tem que ficar presente para dizer que você está presente. Mas ela sabe que eu estou cansado, ela sabe que eu tô... e eu sei que ela tá fazendo isso que é pra mostrar, que eu dê atenção a ela, eu sei... Num outro momento, em alguns momentos eu parei, cocei a cabeça, falei eu vou falar, vou botar todo mundo pra fora... Era um problema. Então você fica quieto, você vai dormir quatro horas da manhã para acordar seis horas da manhã, quando sai de casa tchau amor, dá um beijo, vai embora, mas você sai chateado, sai nervoso, você sai irritado. Quando chega à noite existe um outro problema e você já aumentou sua irritação, a tal ponto que explode. Via de regra ela acaba entendendo que eu não dou atenção. Não, é que eu tô irritado. Veja, eu falei de mim, dei um exemplo comum, aonde eu, de uma maneira racional, busco equilibrar, não quer dizer que eu esteja bem. Assim, nós podemos desenvolver pra todos os seguimentos das pessoas. Então, não é, esse não é um assunto aonde existe alguém que é unânime. Agora eu te pergunto, você é casada?

Não, sou solteira.

Você é solteira, mas você conhece situações de irmãs, de irmãos, de tias, de sobrinhos, de outros mais, dos pais... aonde você olha de longe e fala pôxa vida, não fala agora, fica quieto, o que você está falando você tá botando mais lenha na fogueira, o motivo que ela tá falando tem assunto de um mês atrás, não é de agora, agora é uma outra figura, e a gente percebe isso tudo. E hoje a mulher tem uma situação diferenciada. Ela acha que ela é igual ao homem que usou, lavou, não em problema nenhum. A figura de traição, hoje, pra mulher é bilateral, o sino que faz dim e faz dom. Então ela entende que ela pode, hoje é comum a mulher se reúne com as amigas e vai tomar cerveja e chega em casa de manhã cedo. Se você fala alguma coisa, tá normal. Não, não está normal. Isso você está desagregando sua casa, você está fugindo de uma mesmice do seu lar, mas você está fazendo a mesmice do encontro da cerveja. Tudo é uma mesmice, concorda comigo? Tudo é uma mesmice, beber cerveja, ver os amigos... só que lá você tem bate papo, aí chega um cara novo, oi tudo bem? Você tá linda... aquilo renova o interior dela. Agora, aquela renovação do interior dela pode criar nela uma outra expectativa que ela larga a família e que no passar dos anos continuou na mesmice, nas mesmas coisas, então é complicado. Já disseram que eu sou um partido bom pra casar.

Ah é? (risos).

Está bom. Estou muito agradecida.

(neste momento da transcrição senti um mal-estar muito grande, acho mesmo que senti raiva ou indignação em perceber a que autoridade está entregue a situação das mulheres, tive que fazer um esforço para continuar. Ele desqualifica as mulheres a todo instante, senti certa misoginia na fala dele).

2 Relatório da entrevista com Delegado Dr. Benício

05 de julho de 2007 – 13h50

Cheguei à delegacia de Rio Grande da Serra às 13h50. Fui atendida por Valter que me anunciou ao Dr. José Luiz. Pediu-me para aguardar porque o delegado estava em atendimento. Valter perguntou-me se eu era professora, disse-lhe que era pesquisadora. Muito à vontade ficou conversando comigo até que o delegado pudesse me atender. Contou-me que havia feito Letras na USP, tentou Geografia Política, mas não conseguiu continuar porque o estudo exigia dedicação exclusiva e ele não podia deixar o trabalho. A delegacia estava calma.

Boa tarde delegado.

Boa tarde.

Identificação

Bom, eu sou delegado de polícia do Estado de São Paulo há cerca de 14 anos, antes de ser delegado de polícia eu fui investigador de polícia e por um tempo também eu trabalhei com minha família no comércio. Eu sou natural de São Caetano do Sul, mas atualmente eu resido em XXXXX. Sou formado na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, pós-graduado na Escola Paulista de Magistratura de Direito Público.

Sua idade?

Tenho 47 anos, sou casado, tenho dois filhos, minha esposa é professora, ela leciona na Prefeitura de XXXXX.

Sua renda familiar

Acima de dez salários mínimos.

Por que ser policial?

É. Eu tinha sido investigador de polícia, daí, por questões familiares eu tive que sair por um tempo fui trabalhar com minha família, meu pai era comerciante em São Caetano, nesse meio tempo eu terminei a Faculdade de Direito, daí eu resolvi fazer um concurso para a polícia, para delegado, daí eu retornei para a carreira.

Gosta de ser delegado?

Gosto. É uma carreira que tem muitos espinhos, uma carreira que tem muita dificuldade a gente lida, geralmente, com a parte marginalizada da sociedade, então é uma profissão difícil, mas a gente tem que ter vocação, não é pra qualquer um.

Acumula outra função?

Não, eu só sou delegado. Eu pretendo lecionar mais pra frente, mas por enquanto...

Existe alguma formação específica na polícia para a função delegado?

Existe. Existe um... a gente é aprovado no concurso e então agente faz um curso, um curso de formação técnico-profissional na Academia de Polícia.

Demora quanto tempo?

Olha, esse curso, atualmente ele está por volta de um ano. Quando eu fiz foram quatro meses.

Capacitação profissional.

Não, na verdade o que eu fiz na Escola de Magistratura foi a pós-graduação, o curso que você é obrigado a fazer, quando você entra na... o curso de pós-graduação foi por minha vontade, por interesse meu, eu queria fazer uma espécie de pós-graduação e acabei fazendo lá na Escola de Magistratura.

Em Direito Público?

Em Direito Público. Agora, o curso de formação técnico-profissional é obrigatório para você... é aprovado no concurso, prova de títulos pra ingressar na carreira de delegado você é obrigado a fazer esse curso técnico-profissional.

Mas depois disso, há formação periódica?

Olha, não. Na verdade é aberto vários cursos, mas são cursos voluntários, não há obrigatoriedade, alguns sim, por exemplo, manuseio de armas automáticas e semi-automáticas. Pra você poder portar uma arma semi-automática você tem que fazer esse curso. É obrigado. Curso de aperfeiçoamento para delegados de terceira classe. Pra você passar por merecimento para segunda classe, você é obrigado a fazer esse curso, eu fiz em 2003, pra ser promovido por merecimento. Tem promoção por merecimento ou por antiguidade. Por merecimento você tem que fazer esse curso de aperfeiçoamento. Na terceira classe para a segunda e na primeira para a especial. Você é obrigado a fazer esse curso.

No caso da violência contra mulheres... (ele me interrompeu)

Agora, eu fiz vários cursos na Academia. Cursos de atualização, curso de anti-sequestro, curso de crime organizado, cursos assim que, na verdade, não eram obrigados, não eram obrigatórios.

O Sr. tinha interesse?

É.

Há alguma capacitação especial para atender mulheres?

É... olha, não existe, que seja do meu conhecimento, não existe uma capacitação específica para esse tipo de atendimento, violência contra a mulher. Eu também desconheço se atualmente no curso técnico-profissional para os delegados que estão ingressando na carreira se existe no programa uma atividade específica, uma disciplina específica de violência contra a mulher. Desconheço. Mesmo porque a Lei, essa Lei é recente, do ano passado pra cá que modificou, modificou muito essa temática processual e penal. Então eu acredito que hoje, hoje seria interessante uma disciplina no curso de formação técnico-profissional pros delegados que estão ingressando, acho que seria interessante essa matéria na Academia de Polícia. Não só pra ministrar conhecimentos jurídicos, mas até outros aspectos também referente ao assunto, aspectos sociológicos... aspectos, enfim, aspectos sociais dessa problemática.

Costumam vir mulheres fazer denúncia?

Costumam.

Em relação a outros crimes.

Olha, com relação a outros tipos de ocorrências, eu acredito que tenha até uma incidência, digamos, de 30% com relação a todo o movimento da delegacia. Quer dizer, é um movimento razoável. Se bem que a cidade tem um baixo índice de criminalidade, são poucas as ocorrências, mas dentro desse âmbito uma porcentagem razoável é contra esse tipo de violência contra a mulher.

O que ela está espera da instituição policial?

Primeiramente, o que a gente observa, ela espera uma resposta rápida da polícia pra atender o que é aquela necessidade momentânea. A gente, na medida do possível procura atender a expectativa da mulher.

Além de registrar a ocorrência, caberia à instituição policial fazer mais alguma coisa?

Eu acho que a melhor lição é o exemplo. A partir do momento a pessoa, a sociedade, a comunidade sabe que está tendo uma resposta rápida por parte dos órgãos policiais com relação à punição de eventuais criminosos, eventuais autores de violência doméstica, contra a mulher, eu acredito de acaba por inibir a ocorrência, novos fatos venham a ocorrer. Se, realmente, com o for exemplo, você não vai conseguir uma resposta, assim tão imediata, pelo menos aquele caso dessa mulher que procurou, com certeza não vai haver mais caso de violência contra a mulher, a partir do momento que o companheiro, o marido comparece à delegacia, que ele é indiciado e encaminhado à justiça, ele, com certeza, a reincidência é a mínima possível, a experiência que eu tenho é essa.

O que leva os homens a agredir as mulheres?

Eu acho que seria, realmente, há exceções, mas a grande maioria dos casos seria a baixa escolaridade, ignorância e bebida alcoólica, pra mim é um grande componente nessa violência, bebida alcoólica. Dificilmente você vai ver um agressor que não faz uso de bebida alcoólica ou droga, 90% é isso.

Perfil das mulheres que procuram a delegacia.

Geralmente são mulheres de baixo nível escolar, baixo ou médio pra baixo nível social, baixa ou média escolaridade. Não passa disso. Nunca tive um caso, por exemplo, de uma mulher de nível universitário, não só aqui, também já trabalhei em Ribeirão Pires muitos anos, nunca tive um caso de uma mulher de nível universitário que viesse prestar uma queixa que tivesse sido agredida pelo marido, não me recordo.

Que tipo de violência é mais grave para uma mulher?

É que você está falando de violência contra a mulher, mas eu tô, acho que eu tô indo pra violência doméstica, não é isso? Na verdade você tá abrangendo tudo, eu acho que eu tô errando um pouco.

Sua opinião.

Você fala no geral, eu acho que, realmente, no geral é a violência física mesmo, tanto a agressão quanto a violência sexual, eu acho que seria, pra mulher, seria o mais grave, afeta mais ela.

Procedimento para estupro?

Na verdade a gente lavra, faz o registro da ocorrência e ela é encaminha pro Hospital, geralmente o Hospital Pérola Bygton que dá aquele tratamento profilático e o exame de corpo de delito nela, mas a nossa primeira preocupação é com relação à autoria, tentar conseguir o maior número de dados possível pra tentar prender o autor.

É possível identificar se ela corre risco de vida?

Com relação à violência doméstica?

É.

Olha, a gente costuma, primeira coisa, a gente costuma saber primeiro, conversar, saber que antecedentes ela tem com relação ao agressor, à violência, se houve outros fatos, a gente faz uma pesquisa, se houve outras agressões praticadas por ele, procura saber se ele tem passagens criminais, se ele é uma pessoa violenta, se já foi preso. Isso aí é um, se ele já foi preso, se já cumpriu pena, dependendo do crime que ele praticou, pra nós é um grande sinal de que a mulher está correndo um risco de morte, é como se diz agora, antes a gente falava risco de vida. Risco de morte. Então, pra nós é um... isso daí a gente sempre procura... na verdade a gente sempre costuma fazer uma triagem dos casos, todos os casos

vão ter um final da justiça, mas a autuação da polícia vai depender do caso específico pra ter uma atuação mais rápida, mais enérgica, ou não. Se a gente tenta, suspeita que a mulher está correndo risco de morte, a gente procura agir com uma maior rapidez, pra evitar que um mal maior aconteça.

A mulher que vem para registrar uma queixa, é lavrado o boletim, sempre?

Olha, 90% dos casos é lavrado o boletim. Agora, há casos a mulher, ela apenas que que chame o companheiro pra dar uma bronca, conversar, então há casos, são poucos. A maioria dos casos são lavrados.

Há algum caso de violência contra mulheres que tenha lhe tocado?

Eu estava em XXXXX, o fato aconteceu num sábado. Na verdade o crime foi na segunda, mas eu estava trabalhando na segunda. No sábado, na verdade a mulher morava junto com o companheiro, ele vivia ameaçando e agredindo ela e ela atinha umas ocorrências lavradas. Mas naquele sábado, ele sempre ameaçava ela: se você for embora eu te mato. Naquele sábado houve uma discussão entre eles e a polícia militar foi acionada no local. Foi acionada lá no local e a polícia militar, eles orientaram o autor, o marido pra que ele não devia ameaçar a esposa, não devia agredir porque ele poderia responder processo criminal e não conduziram as partes pra delegacia. Apenas esperaram a mulher, ela pegou as coisas dela e foi pra casa do pai. O pai era caseiro numa chácara em XXXXX. O pai era caseiro. E aí o que aconteceu? Isso foi no sábado. Na segunda-feira de manhã ele entrou pelo fundo da chácara, ele tava com duas facas, a mulher estava estendendo roupa no varal, ele foi lá e matou a mulher, esfaqueou a mulher. Então foi uma coisa muito revoltante, porque a gente... daí na segunda-feira eu estava de serviço em Ribeirão, fui chamado no local. A mulher era pequenininha, a mulher era magrinha, eu achei que foi uma covardia o jeito que ele matou, parece que matou como um bicho, uma coisa covarde! E a mulher era assim aquela mulher direita, aquela dona de casa. E ele, quer dizer, na verdade, depois que ele matou a mulher ele falou vou me matar agora, daí ele pegou a faca e enfiou na barriga dele, só que ele enfiou um pedacinho, doeu e parou. Na mulher ele deu quatro ou cinco facadas, nele ele só colocou a ponta, doeu e parou, daí ele tentou sair correndo e daí, acho que ele caiu por causa do ferimento e os policiais pegaram e levaram ele pro hospital Nardini em Mauá. Daí me avisaram, eu fui no local, eu vi que estavam as duas facas no local, a mulher caída morta lá na grama, estava estendendo roupa, as duas facas uma grande e uma menor de desossar, de cabo branco. Daí eu pensei ele está no hospital... daí eu até, por uma questão é..., eu não precisaria nem autuá-lo em flagrante porque na verdade, tecnicamente falando, ele estava socorrido no hospital, não foi conduzido à minha presença como autoridade policial preso, não foi conduzido. Pode ser que se tivesse outra pessoa no meu lugar lá, ah! eu vou fazer o boletim de ocorrência, depois eu instauro lá na frente... mas eu fiquei tão revoltado com aquela situação que eu peguei o escrivão da minha delegacia, porque a gente tem tudo, computador interligado, on-line, mas eu pequei o escrivão, peguei a máquina de escrever, fui lá no Hospital Nardine porque ele estava lá, depois peguei as facas, certo? Porque eu sei como são o ritual das coisas, eu sei como fazer pra condenar alguém, eu levei as facas porque eu sei que lá na frente as coisas podem mudar, então, após a atuação de advogados as coisas podem mudar, então eu levei as facas... inclusive um médico não queria que eu interrogasse lá o fulano, discuti com o médico, ele falou que era minha responsabilidade, eu falei é minha responsabilidade. Eu entrei lá ele tava na máquina e perguntei com qual das duas facas você matou a mulher, ele disse não porque eu..., qual das duas facas? Ele falou a de cabo branco. A de cabo branco? Daí o escrivão do lado escreveu que realmente matou a sua mulher utilizando a faca de cabo branco, ta ta ta ta ta ta... Ele não queria falar, mas a partir do momento que o médico saiu da sala, daí ele assinou a confissão dele. Ah! eu não posso assinar porque... você pode sim. E assinou. Ele está preso até hoje. Eu acho que naquele dia eu cheguei em casa e falei hoje eu fiz justiça. Foi uma das poucas vezes que eu tive essa sensação.

(percebi que ele estava um pouco emocionado nesse momento, fez-se um pouco de silêncio).

A Lei Maria da Penha.

Eu acho que melhorou bastante, é melhorou bastante a lei, porque a situação que estava anteriormente, realmente era difícil, porque se dizia um tapa: uma cesta básica. Então, quer dizer, na situação a gente fica meio com as mãos atadas, porque é difícil explicar pra sociedade que a gente está com as mãos amarradas por causa que você não tem um respaldo legal pra ter uma atitude mais firme, então eu acho que a lei melhorou bastante. Só que é uma lei que às vezes eu penso nessa lei e penso em outras realidades, eu penso como que é aplicada essa lei, por exemplo, é em estados mais pobres, em pequenas localidades, como isso é aplicado, então eu até duvido que essa lei seja aplicada como deve ser, não por falta de vontade, mas por problemas até estruturais, por falta de recursos materiais, porque eu queria ter aqui, por exemplo, todo delegado quer isso, a mulher vem machucada, desorientada, se pudesse ter gente, pessoas disponíveis pra fazer o atendimento que a pessoa merece, ou não merece, encaminhar com a própria viatura nossa como exige a lei, pro IML, mas a gente não tem, não dispõe de recurso. Então a gente vai fazendo, vai aplicando a lei na medida do possível, mas eu acredito que essa lei melhorou bastante.

A Lei Maria da Penha pega?

Eu acho que sim, eu acho até que é uma lei que já pegou.

Já pegou?

Eu acho que é uma lei de primeiro mundo. Eu acho que tem que se capacitar os (incompreensível) a justiça pra que essa lei seja efetivamente aplicada.

Houve aumento de denúncias com a Lei Maria da Penha?

Eu acho que continuou a mesma.

Como?

Porque eu acho que as mulheres, no caso, pouco, assim, elas não têm assim, elas não sabem, juridicamente, o que foi que mudou, a pessoa que vem à delegacia não tem essa informação, eu acho que em virtude da lei não houve um acréscimo.

Relacionamento de mulheres e homens na sociedade.

Eu acho que mudou muito nos últimos anos. A mulher realmente ocupou um espaço de destaque na sociedade, e vem ocupando e os homens... na minha opinião só veio a contribuir pra a melhora da sociedade desde a atuação da mulher na política, junto aos órgãos públicos, servidora pública, só veio a contribuir, só veio a melhorar, a sociedade progrediu quando a mulher deixou o lar e passou a trabalhar fora, a ocupar um espaço na sociedade, isso só foi benéfico.

Violência está vinculada à emancipação das mulheres?

Eu acho que não, não está vinculada. Eu acho... dizem que o que acontece no meio da classe A e B não chega na polícia, que acontece igual. Mas eu não acredito nisso não, eu acho que realmente o fator preponderante com relação à violência doméstica, eu acho que o fator preponderante é, como eu falei, é a baixo índice social, a bebida e às vezes também a certeza da impunidade por parte do autor, porque a polícia é a justiça que tem competência tirar essa idéia da certeza da impunidade, da cabeça do ator, ele vai saber que ele vai ser punido.

Gostaria de fazer mais algum comentário?

Eu acho que, particularmente eu não gosto de falar isso pra não ser interpretado, mas uma dificuldade, não em relação aos delegados, até com relação aos funcionários que trabalham na delegacia, policiais militares que atendem, funcionários do judiciário, existe uma certa, um certo ... eles olham um pouco a situação da violência contra a mulher com desconfiança, um pé atrás, porque às vezes a mesma mulher é vítima várias vezes, e como já aconteceu aqui, um dia ela quer que você prenda o companheiro, o marido, quer que você prenda, no outro dia ela vem aqui e pede pra você não fazer nada, vem nervosa no outro dia e pede pra

não fazer nada. Então isso acaba, por vezes, o próprio funcionário que dá atendimento, o policial militar, o funcionário do atendimento, acaba por vezes ele fica meio assim, ele desacredita, ele não dá muito crédito por passar por várias denúncias. Ah! Amanhã vem e tira, então eu acho que a maior dificuldade é isso, é você separar o joio do trigo. Às vezes acontece isso, a pessoa, o casal às vezes tem, se desentende, às vezes ela vem dar queixa aqui e depois se arrepende, às vezes ela agride também o marido, o companheiro, então por vezes a gente vê que existe esse tipo de coisa, eu não sei ao que deve isso daí, mas eu tenho uma postura que se chega na delegacia tem que tomar providência, inclusive eu oriento o pessoal, os funcionários. Eu penso que, como eu já estou na polícia há muitos anos, eu peguei uma época até...uma época como investigador... mudou muito a mentalidade, hoje em dia a gente está mais aberto pra esse tipo de ocorrência. Antigamente tinha aquela coisa, a gente não dava muita importância (incompreensível) não estava tão claro, mas hoje a gente tem a orientação que tem que ser dado... porque a própria sociedade está exigindo isso, haja vista a Lei Maria da Penha, você tem que mudar o enfoque para o atendimento. A gente fala da Lei Maria da Penha, mas eu falo da violência em geral. Lógico que quando uma mulher sofre uma violência que não é específica do companheiro, violência física, ela é atacada, violentada, a polícia tem o maior interesse em elucidar e prender. Teve um caso recente aqui em Rio Grande que eu prendi um camarada, o autor, ele começou a matar mulheres, estuprou. É um caso bem emblemático porque a mulher tava com ele, com a irmã, bebendo a noite toda com ele bebendo num bar. Depois saíram, saíram, daí foram pra um lugar ermo, mas até então, até então ele, daí ele queria passar a noite com ela, ela não queria, ele ameaçou ela, matar ela, estuprou e tudo, depois ela teve, demos um atendimento rápido pro caso, eu consegui identificar e prender, o cara tá preso. É um caso bem, que identifica bem, nunca passou pela nossa cabeça pôxa, mas tava com o cara a noite toda, tava na lanchonete, a gente podia até falar assim também ela podia tomar mais cuidado, aquela coisa toda, a gente até podia dar essa orientação pra evitar que isso aconteça, mas em momento algum isso pesou pra gente aqui no caso. Inclusive foi um caso que teve repercussão na imprensa, na mídia, a família, ela elogiou muito o nosso trabalho, recebemos elogios dos superiores.

Um caso que a gente tem que dar o devido atendimento, não pode ter preconceitos, qualquer tipo de... Acho que a maior dificuldade de você... A maior parte das dificuldades é isso, é você eliminar esse tipo de pensamento: o que você estava fazendo na rua aquela hora? A pessoa tem direito de andar nas vias públicas, o que não pode acontecer é a violência, se acontecer cabe à polícia coibir, apurar e prender. Eu acredito que agora eu consegui me explicar melhor. (Ele estava mais à vontade nesse momento).

O que aconteceu é que de alguns anos pra cá, na primeira fase, foi que mudou a mentalidade, hoje a gente tem um outro enfoque pra atender.

O sr percebe isso nesta delegacia?

É, alguns funcionários são reticentes. Claro, quando a coisa é grave todo mundo tem a maior boa vontade de fazer rápido, mas é curioso porque as pessoas que têm mais preconceitos são as funcionárias, são as mulheres, sabe é gozado isso.

O sr percebe maior preconceito por parte das mulheres?

É. Acho que o homem tem mais boa vontade em atender, sabe, em fazer, tal. Já percebi isso, já percebi que a mulher não tem muita paciência, não se o porquê também. Acho que é até um ponto bom pra você.

Um objeto de pesquisa?

Não posso dizer, não posso dizer com relação às policiais que trabalham na Delegacia da Mulher, não posso dizer isso daí, que eu nunca trabalhei lá, mas em geral assim, a pessoa... Não digo que seria generalizado isso, mas, algumas policiais parecem que têm um pouco menos de paciência. Eu até vou convidar você pra conversar com uma escrivã.

Vamos ver se confirma a sua tese.

Porque, olha, o ruim da delegacia, sabe o que acontece, aqui é uma clinica geral, chega de tudo, à vezes você... é difícil a agente... aqui você tem poucos recursos humanos e muito volume de trabalho, então a gente em que direcionar a coisa, então o difícil é isso, o segredo de tudo da polícia é saber direcionar pra o que é importante. Se aqui chega uma pessoa que foi vítima de um seqüestro, tentativa de homicídio, tal. Ao mesmo tempo chega uma pessoa aqui que perdeu os documentos, chega outra aqui que foi mal atendida no supermercado, daí naquele meio chega uma mulher: pôxa meu companheiro me deu um tapa, tal. Mas isso aqui é a décima vez, mas e das outras vezes? Ah! Eu não quis dar andamento. Então, você entende? Então você fala assim, pô seqüestro, tal, daí você começa... claro, se for um caso grave a gente não vai estar... eu não sei também

te... A maioria dos casos são casos reiterados, de agressão, a maioria das vezes a mulher, é raro a situação em que a mulher ela chega e quer dar continuidade. Depende, geralmente esse tipo de agressão ou não causa lesão ou é lesão leve. Vamos supor, se for grave, daí a mulher não em mais essa opção de não querer. A nossa obrigação é tocar com outro jeito. A maioria das vezes que a mulher não quer é a clássica agressão que não deixou lesão, ou lesão leve, é difícil a mulher chegar aqui depois de quinze dias e dizer eu quero, eu quero continuar, tal, é meio difícil, o cara acaba ficando com medo também, pede desculpas, acaba tudo isso, mas ele acaba batendo, depois de seis meses, um ano, ele acaba batendo. O que compete à gente é aplicar a lei. Acho que por essa razão que na Lei Maria da Penha tem um artigo que diz que a renúncia ou representação só pode ser efetuada perante o juiz, acho que pra evitar esse tipo de coisa, aí o juiz vai chegar, você tem certeza, não quer representar, tal... tentar se convencer bem disso aí, porque havia muita renúncia. Não sei se ajudei em alguma coisa

Muito, eu só quero agradecer (eu ia encerrar a entrevista).

Eu acho que aí, bem, enfim a gente tem que fazer... são dois lados opostos da coisa, tentar fazer justiça no caso da mulher que foi esfaqueada e morreu e o caso das pequenas agressões que a mulher não quer, geralmente ela não quer, ela vem na hora da raiva, ela não quer dar andamento. Então são casos opostos. O que tem na nossa atividade é isso, conseguir dar o atendimento correto pra cada caso. Às vezes até, não sei, às vezes até uma boa... já fiz muito disso de conversar, de chamar aqui, sabe, conversar, às vezes é mais rápido eu registrar a ocorrência, encaminhar pra justiça, instaurar inquérito, mas eu já fiz muito de conversar, de orientar e não teve outra reincidência. É um risco que a gente corre, mas às vezes você, nos casos em que você oficializa a coisa, tal, encaminha pra justiça, às vezes causa até um problema pro casal, a pessoa, mulher depende do marido, talvez uma conversa... No dia ele chegou nervoso, então... Eu acho que tudo, tudo, tudo isso aí depende muito da mulher, a nossa atuação depende especificamente da mulher, de ela realmente fazer valer o direito dela, de exigir que seja tomado providências, tudo, agora eu não sei como que pode ser feito isso, essa mudança de mentalidade na sociedade, que não é um caso da lei punir. Eu tenho um caso aqui gozado, a mulher chegou, os dois estavam se agredindo da estação. Mas quando a gente fala assim de agressão, acho que seria interessante você acompanhar o dia da dia, por exemplo, de uma DDM, porque aqui em pouca ocorrência então às vezes não aparece, você fica aqui dois três dias sem esse tipo de coisa, nós temos um plantão mais tumultuado aqui, mais movimentado, é até bom você acompanhar e ver, sabe, ver bem o que é, porque eu costumo dizer às vezes a vítima não é tão vítima assim. Então, sentir, ver como é nossa dificuldade, você mesma vai ter um, vai chegar a uma conclusão que, sabe pôxa é difícil. Eu tenho um caso aqui, acontece muito disso. A gente tem que separar o joio do trigo. A mulher aqui, o marido e a mulher estavam se pegando na estação, maridos? Companheiros. Os dois embriagados se pegando na estação. Trouxeram pra cá, tal, ela, daí não, levaram ela pro pronto socorro e trouxeram o cara pra cá. Isso. Aí ela chegou aqui e ela estava embriagada, ela chegou aqui e tava com uma faixa na cabeça e o cara eu coloquei lá pra dentro. Aí ela falou assim. Eu perguntei, mas o que aconteceu. Aí ela falou assim porque a gente tá sempre brigando, porque não sei o quê, e hoje eu fui pra Santo André, quando eu voltei ele pensou que eu tivesse ido ver outro homem, quando eu voltei ele me agrediu. Só que ele tava machucado pela mulher também, e tal. Ele me agrediu, não sei o quê, mas eu quero que o sr deixe ele preso porque

ele vai me matar, ele vai me matar, ele vai me matar. Eu sempre tenho, me vem a figura do caso do cara que esfaqueou a mulher lá.

Que matou mesmo!

Matou. Sempre me vem essa coisa na cabeça. Pôxa, mil ameaças, noventa e nove não se concretizam. Mas tem uma que se concretiza.

E saber qual é?

Então você fala assim, eu pensei assim pôxa vida..., e ela não, porque se o sr soltar ele vai me matar, ele vai me matar e não sei o que lá, e pa pa pa pa pa. Eu falei, bom vou fazer o boletim de ocorrência, daí o parceiro falou, eu queria falar com ela, eu amo essa mulher, eu gosto dela, e não sei o quê... Daí eu voltei e disse: ele quer falar com você, quer falar com ele? Ah, eu quero. Daí levei ela lá dentro, deixei os dois, ele beijou o braço dela, abraçou a perna dela, meu amor, não sei o quê, daí começaram a se abraçar, deixa ele ir embora, ele não vai fazer nada não, não sei o quê, não quero que ele fique aqui não, não sei o que lá, sabe. Eu falei pôxa, você não disse que ele ia te matar? Vou deixar ele preso. Não pelo amor de Deus, ele não vai fazer nada disso. Então vamos fazer uma coisa então? Então eu fiz a ocorrência, tal, eu disse: puxei a ficha criminal dele, está aqui, você vai pra casa, já era de madrugada, eu só vou mandar ele embora de manhã. Não, eu não vou sair daqui quando o sr liberar ele. Ela ficou sentada aí fora. Então, quando eu instaurei o inquérito, soltei ele, foram os dois embora abraçados. Nunca mais voltaram. Então você vê que é um paradoxo, é uma coisa assim problemática. Não é cada coisa assim, às vezes a gente prende, tal... Mulher foi agredida, tal, o cara agressor, quer dizer, às vezes a coisa não tá bem definida, eu não sei se a Sociologia explica, se a Psicologia explica esse tipo de coisa, mas existe uma coisa meio nebulosa aí. Agora, o que a gente tem que fazer? A gente tem que ter um critério para separar uma coisa da outra, porque até por uma questão de justiça criminal, a gente não pode levar todo mundo pra justiça, mandar todo mundo pra cadeia, eu acho que existe esse critério. É o tipo da coisa, da ocorrência, é o tipo do fato que não é uma coisa muito simples, não é, tanto pra polícia, não é uma coisa muito...

Existe alguma coisa... quando o sr diz não é simples (ele me interrompeu)

Simples que eu quero dizer, por exemplo, assalto.

Compare.

O assalto está bem determinado: a vítima e o ladrão. É bem assim pra gente, tá bem determinado. Esse aqui é a vítima, o ladrão foi lá ameaçou, tal, e roubou alguma coisa dela. Então, a coisa é bem aquilo lá. Agora a questão, não digo de violência doméstica, tô falando fora, fora geralmente é assim mesmo, a vítima não conhece o cara, tal, então aí não tem problema. Agora dentro de casa é que pega, a gente não sabe essa coisa meio nebulosa, a gente não sabe, às vezes a gente fica, você vai aplicar a lei como tem que ser, eu já fiz isso muitas vezes, no outro dia a mulher tava aqui, o cara tá preso, a mulher tá aqui, dois dias depois ela tá aqui e pede pra falar com ele, vai arrumar advogado. Então às vezes a coisa é meio... Mas é que eu acredito que o ideal seria que não existisse violência. Mas é o que eu falo, até esse problema que eu te falei que existe preconceito, às vezes até no atendimento, é que está muito vinculado ao baixo nível escolar, à bebida alcoólica, sabe, até a própria policial que atende lá na hora, só pra dizer, então, infelizmente é isso, o nosso, esse tipo de coisa oitenta, noventa por cento do nosso problema é isso, a família está muito desestruturada, tá muito... A mulher, às vezes já é o segundo ou terceiro marido, eu vejo também os tipos de casamento, as pessoas não pensam em casar só morar junto, então aquela coisa às vezes não existe... isso muda muito. Então eu acho que tá muito ligado ao nível intelectual, escolar, ao nível social, tá muito ligado a isso.

O sr está satisfeito?

Estou.

Eu também, obrigada.

3 Relatório da entrevista com Delegado Dr. Celso

13 de novembro de 2007 – 15h15

Nesse dia eu deveria fazer a entrevista com a delegada da DDM dessa cidade, porém ao chegar lá, soube que a delegada não havia comparecido à delegacia naquele dia. Solicitei fazer entrevista com alguma escrivã, alegando que a delegada já me havia dado autorização, mesmo assim não consegui fazer qualquer entrevista.

Para não perder a viagem, dirigi-me ao primeiro DP sem agendar anteriormente. Procurei pelo escrivão que eu já havia entrevistado. Ele não estava. Arrisquei me apresentar para a pessoa que me atendia e dizer que o meu objetivo naquele local era entrevistar o delegado para a minha pesquisa. Disse-me que o delegado estava atendendo um flagrante e não poderia me atender. Insisti um pouco. Ela conversou com o delegado e ele, então, me atendeu, desde que eu fosse breve. Concordei.

Apresentei-me e apresentei a ele minha pesquisa.

Identificação

Tenho 47 anos, nasci em Sorocaba, vivi toda a minha vida em SCS, sou casado, tenho um filho, já estou há 19 anos na polícia, trabalhei todo esse tempo no Grande ABC, comecei em SBS, fui pra XXXXX e hoje estou aqui em XXXXX há seis anos. Sou delegado há 19 anos, prestei concurso para delegado. Antes de ser delegado tive uma concessionária Yamaha, de motocicletas, fui comerciante por muitos anos, advoguei por dois anos e hoje sou exclusivamente delegado. Sou casado há 16 anos e minha esposa é comerciante. A renda familiar é acima de dez salários mínimos (R\$8.000,00).

Prestou concurso para delegado porque já tinha uma atração, inclusive meu avô foi médico legista na área policial e eu fiquei seduzido pela carreira.

O Sr se arrependeu em algum momento?

Às vezes. Muitas vezes. (risos) É complicado, porque a gente acaba, sei lá eu, o salário é muito baixo, comparando com as outras carreiras, no sistema público os funcionários públicos, não na iniciativa privado que está bom o salário, sem dúvida, mas comparando com os outros funcionários públicos nós somos um pouco discriminados, às vezes até a própria sociedade discrimina a polícia, então é complicado, mas acaba se tornando um vício, você acaba não querendo sair mais.

Sobre a capacitação profissional.

É o concurso público, é a academia de polícia com várias matérias, mais de vinte matérias, se não me engano, específico para delegado de polícia, na época foi rápido, foi questão de três quatro meses, hoje chega a quase um ano, uns oito meses, depende da turma uns nove meses. Entre o concurso e até sair e entrar na delegacia é quase um ano.

Existem outros momentos formativos após a formação inicial?

Existem cursos que você pode realizar, mas não são obrigatórios. Eu fiz dois cursos, um de armas e outro de pessoal.

Sobre as ocorrências de violência contra a mulher.

Comparando com o total das ocorrências, não há muitas, porque o universo aqui é muito grande, são doze mil ocorrências, é muita coisa, mas comparando com a delegacia da mulher pelo menos dez por cento dos registros do município são feitos aqui.

É necessário uma capacitação especial para atender mulheres em situação de violência?

Eu acho que sim. Porque, inclusive, tem o aspecto psicológico daquela pessoa. Na hora que ela chega, tá nervosa, na hora ela quer fazer tudo, quer prender o marido, quer fazer e acontecer, mas já no dia seguinte não quer mais nada. Então, teria um acompanhamento de uma psicóloga para, no início, conversar com essa pessoa para ver se é isso, realmente, que ela quer. É porque tem muitas que chegam aí, quer, quer, depois se arrepende e a gente acaba prendendo o marido em flagrante. Eu advogo a Maria da Penha pra realização do flagrante. Nós fazemos vários aqui, quase todo final de semana, pelo menos uma aí, acaba saindo uma prisão em flagrante. Depois ela vem se arrependendo, vem no dia chorando que não era bem aquilo que ela queria. Aí não tem volta, foi feita e é só o Judiciário que decide. É arbitrada a fiança, se a pessoa não tiver antecedentes criminais, não tiver condenação por algum crime doloso anterior, você pode arbitrar a fiança na hora pra pessoa recorrer. Mas geralmente acaba não recorrendo, fica presa, dois ou três dias preso. Eu acho muito importante, inclusive, pra mulher, eu acho muito importante a delegacia da mulher também no aspecto dos crimes sexuais que o marido pode cometer também. Então pra ela se abrir, conversar com outra mulher é muito mais fácil do que chegar aqui e explicar detalhes íntimos. É complicado. Eu sou a favor que tenha esse atendimento especial, não só pra mulher, mas também pra criança, um adolescente também. Isso é muito importante e o acompanhamento psicológico.

Perfil das mulheres que procuram a delegacia.

Geralmente são pessoas de baixa renda, elas não têm aonde se socorrer, tem vários crianças, vários filhos, não tem pra onde ir. Porque, já pessoa de classe média, classe média alta, é difícil porque numa briga, ela leva um empurrão do marido, ou o marido ameaça, ela pega os filhos, pega as coisas dela, vai pra casa dos pais ou vai pra um parente, ou tem outro imóvel. Então fica bem mais fácil. Aí ela procura um advogado, entra nos meios jurídicos, na área de família pra separação. Isso não ocorre com as mulheres de baixa renda, infelizmente ela não tem onde se socorrer, geralmente os parentes são de outros estados, ela vem sendo agredida pelo marido ou ameaçada. Então não tem outra alternativa, não dá pra ela sair de casa, ele também não vai sair de casa, a polícia tem que solucionar esse problema.

O que as mulheres esperam quando procuram a delegacia?

Elas esperam justamente isso, que dê uma dura no marido, no companheiro dela, para que ele não faça mais isso, pra que ele sossegue. Geralmente é isso que elas esperam, pra que fique bonzinho com ela. Aí se torna difícil porque o pessoal é agressivo, na maioria das vezes é um pouco embriagado, então é complicado. Aí só aplicando a lei mesmo pra ele sentir, por isso que são realizados alguns flagrantes aqui. Quando é possível localizar o indivíduo que está lá, a gente pega e faz o flagrante, assim ele pensa duas vezes antes de repetir”.

O que leva um homem a agredir uma mulher?

Geralmente eu acho até que é falta de confiança. A autoconfiança dele mesmo prejudicada, ciúmes. Geralmente é isso que leva à agressão, ele precisa se impor com a violência.

Algumas mulheres permanecem na situação de violência.

Porque é aquilo que eu acabei de falar, ela não tem escapatória na vida, infelizmente. Você pega uma mulher que é totalmente dependente do companheiro, com os filhos pra cuidar, não tem pra onde ir, ou se tem algum parente, o parente nem aceita porque é outro miserável, tem que manter aquelas crianças. Acaba se sujeitando pelo próprio amor de mãe, acaba se sujeitando a essa violência por causa dos filhos.

Sobre o status da mulher na sociedade.

A mulher tem que conquistar o espaço dela, tem que ser independente, pra não criar esse problema. Por isso que eu volto a frisar, isso ocorre com mais frequência na faixa menos favorecida, porque ela não tem oportunidade de conseguir um trabalho fora e não tem onde deixar as crianças pra poder trabalhar. Então, o que o poder público está fazendo e realmente já fez, se pegar de uns dez anos pra cá, criaram várias creches pra essas

mulheres deixarem os filhos nas creches e poder trabalhar mesmo como doméstica, como faxineira, ou como alguma coisa. Aí ela já tem a auto-independência do companheiro financeiramente, e daí ela não precisa ficar subjugada a todas as vontades do marido, ela tem condições de amanhã, ou depois, arrumar outro lugar e levar os filhos e continuar a alimentar os filhos.

Sobre a Lei Maria da Penha.

Eu acho que foi bom, só que, na minha opinião, eu acho que exageraram um pouquinho na Maria da Penha. Aquelas leis, principalmente protetivas, que é afastar o companheiro do lar, não poder visitar, não poder nem passar perto tantos metros, isso já existia, que era a separação de corpos. Não precisava ser tão detalhada assim. Isso é uma coisa muito detalhada demais, mas tem o lado positivo. Tem os casos que você pode prender em flagrante, arbitrar a fiança, não cai na lei 9.099 que a pessoa ia lá, até dava risada, vou lá pagar uma cesta básica e tá tudo certo, e batia mesmo na mulher. Hoje não é assim. Inclusive, volto a afirmar, paga fiança enquanto ele é primário, se voltar a cometer esse crime, depois de ter sido condenado, transitado e julgado, vai preso. Na reincidência, se ele já foi condenado anteriormente, ele não tem esse direito de pagar fiança, só o juiz é que vai decidir, vai analisar se vai conceder uma liberdade provisória para ele ou não. Isso é importante, não em dúvida. Mas o que eu acho é que se detalhou demais as medidas protetivas, só isso.

O número de registros aumentou ou diminuiu após a Lei Maria da Penha?

Eu acredito que até diminuiu um pouco. Eu não acho que eles pararam de agredir, eu acho que a própria mulher fica com receio que ele seja preso. Eu acho que é esse o problema maior. Precisa dar mais um tempo pra analisar bem esses dados pra ter uma certeza maior, aumentou ou diminuiu. Por enquanto não dá pra afirmar se aumentou ou diminuiu.

Todas as mulheres registram o B.O.?

Aqui ela sai com o B.O. registrado. Infelizmente não dá pra conciliar. Se aqui houvesse uma psicóloga pra conversar antes, fazer o atendimento, analisar e ver se é isso mesmo que ela quer, o que está acontecendo, se realmente houve mesmo a agressão, aí quem sabe poderia mudar um pouco isso, mas da forma que funciona aqui o plantão, elas chegam e já registram, e a gente já encaminha pra delegacia da mulher pra depois ser intimada novamente.

A Lei Maria da Penha vai pegar?

Já pegou, não tem dúvida. Agora o que eu tenho minhas dúvidas é quanto aquelas medidas protetivas, como vão ser, daqui pra frente, aplicadas, o afastamento tem que oficialar o juiz imediatamente, ela quer que ele passe trinta metros longe dela, isso é já mais complicado e pode ser que não pegue tanto, mas quanto a parte criminal da lesão que venha a sofrer, ou ameaça, isso já pegou. Eu só temo as medidas protetivas, se continuar dessa forma, como vão ser aplicadas. Isso fica até difícil fiscalizar, impor. Quem aplica as medidas protetivas é o Poder Judiciário a gente só encaminha o pedido delas. Fora esse aspecto, que eu não sei como vai continuar, mas de resto, não há problemas.

Tipo de violência que seja mais marcante para as mulheres.

É complicado. Eu acredito que pode ser o estupro, acho que é um dos piores, é o que mais marca pro resto da vida, mas qualquer um, talvez se você pode levar um tapa na cara bem dado, você não vai esquecer nunca mais na vida, mas acho que o que mais marca é o estupro porque até às vezes precisa de um tratamento psicológico depois, depende da forma...

Sobre a discriminação das mulheres.

Nem um animal gosta de apanhar, experimenta abater num cachorro pra ver se ele vai gostar de você depois, qual vai ser a reação. Nenhum animal gosta, mesmo o animal racional. Tem que inverter "a mulher pode não saber porque bate, mas o homem sabe porque apanha". Hoje em dia os direitos são iguais, não tem porque ser diferente. Os

preconceitos raciais, você ofender uma pessoa porque é negra, que coisa! Os sentimentos são os mesmos.

Há algum caso de violência contra mulheres que lhe chamou a atenção?

Justamente esse exemplo que eu estava dando de uma senhora, com quatro filhos. Um de colo, inclusive, o marido bateu, espancou e ela chorava porque não tinha pra onde ir. E foi antes até da Maria da Penha. Tanto é que não dava pra fazer nada, só fazer um boletim ou um termo circunstanciado. E dá pra manter a pessoa presa? Fica uma coisa insolúvel. Encaminha pra assistência social, mas não resolve, é um paliativo. Esse aí é o que choca mais a gente. Quando a mulher tem condição de sair e seguir a vida dela, aí é sossegado. Pior é quando tem esses casos que não tem solução, que solução que você vai dar pra isso?

Comentários finais.

Eu acho que tinha que o poder público tinha que investir mais em abrigos pra mulheres, provisórios, como o exemplo que eu dei a maioria tem família em outro estado, não tem nem condição financeira de sair daqui e ir pra casa da irmã que mora lá pro Nordeste, mora lá no Rio Grande do Sul, então o poder público ajudaria com isso, contribuiria em fazer a mudança da pessoa, dava todo o suporte pra ela ir embora, ir com a família pra poder continuar a vida. É importante esses abrigos com todo o suporte do poder público nesses aspectos. Porque não envolve só a mulher, envolve aquela criança, o adolescente, é terrível porque fica marcas pro resto da vida, a criança que presencia os pais se espancando, aquele clima que não tem mais condição nenhuma, chegam até a pegar em faca um contra outro, estapearem na frente das crianças e teria uma forma, um suporte, como um plantão, que nem num sábado à noite, num feriado que se aproxima, porque chega na delegacia você não atem pra onde encaminhar. Tinha que ter um outro órgão aberto 24 horas pra receber esses problemas com todo o amparo correto pra encaminhar essa família, não é só a mulher, a mulher e os filhos. Geralmente, tirando a regra, tem caso que é o oposto, tem mulher que põem o homem pra correr.

Sobre o caso do delegado de SBC que matou a esposa, os filhos e depois se matou. Havia uma suspeita de crime passionai.

O que dá pra falar é que foi um acesso de loucura, seja lá qual for o motivo, agora o motivo exato... pra mim é loucura. Agora, o que impulsionou essa loucura eu não sei?

Há casos de mulheres policiais que sofrem violência?

Teve uma guarda municipal aqui, que trabalhou, que chegou a matar o marido porque constantemente era espancada. Um dia matou o marido, deu uns tiros nele e matou. Mas, assim, é difícil responder, não que não exista, é que não chega ao meu conhecimento. O caso contrário de homens policiais que agredem suas esposas, já teve casos registrados, punidos, isso é mais freqüente.

4 Relatório da entrevista com a Delegada de Defesa da Mulher de Mauá Dra. Denise

Data: 30 de janeiro de 2008 - 13h50

A entrevista foi agendada no dia anterior e marcada para 14h. Cheguei às 13h50, A delegada não havia chegado. Enquanto eu aguardava, observei que a sala de espera é decorada com algumas mensagens afixadas nas paredes:

“Algumas pessoas fazem antes, pensam depois e então se arrependem para sempre”.

“Uma pessoa acuada em servir nunca dispõe de tempo para comentar injúria ou ingratidão”.

“Aprenda a valorizar nas pessoas suas marcas positivas. Lembre-se de que cada um dá o que tem, o que pode oferecer”.

“A nossa felicidade será naturalmente proporcional em relação à felicidade que fizemos para os outros”.

“A felicidade é difícil de ser atingida, pois só a conquistaremos tornando felizes os outros”.

“Deus confiou à mulher a graça de ser mãe”

Série de três cartazes com figuras:

“Amor de mãe” – foto de uma mulher com um menino pequeno no colo.

“Mãe é amiga” – foto com três gerações de mulheres.

“Mãe querida” – foto com um homem adulto e uma senhora.

Outros cartazes:

“Violência contra a mulher não tem graça nenhuma” - Campanha do Laço Branco.

“Sua vida começa quando a violência termina” – Secretaria Especial de Política para Mulheres.

“Exija seus direitos, está na Lei. Lei Maria da Penha”. – Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

“Violência contra a mulher; eu digo não” – Campanha da Frente Regional do ABC de combate à violência contra a mulher.

Fui atendida às 14h50. A delegada foi amável e desculpou-se pela demora, precisou atender algumas pessoas antes de mim. Ao final da entrevista apresentou-me a escrivã que me concederia entrevista, que foi agendada para o dia 06 de fevereiro às 17h (quarta-feira de cinzas).

Relato da entrevista.

Por favor, se apresente.

Eu tenho 46 anos, nasci em São Paulo, moro há quase 30 anos em XXXXX, no ABC São Paulo, ao lado da cidade de XXXXX, onde trabalho, há quinze minutos, eu sou delegada vai fazer 15 anos, na DDM eu tenho nove anos de Delegacia da Mulher, trabalhei em plantões anteriormente e também um pouco na Delegacia da Mulher de XXXXX, então já fiz a clínica geral de plantão e agora estou assumindo a titularidade da Delegacia da Mulher de XXXXX, há nove anos, aprendendo essa função de assistente social, psicóloga ao lado da polícia, que a gente tem que conciliar, infelizmente a delegada tem que fazer qualquer coisa, não é o correto, não cabe a nós, mas a gente cuida do assistencial, do psicológico e depois vê a questão do crime.

Eu sou separada, tenho dois filhos, um maior de idade e uma menor de idade, eu sou o sustento da minha casa, o meu salário é em torno de R\$ 4.000,00 que é o salário de delegado de polícia, com todos os descontos que a gente tem do Estado, é uma vergonha, está muito baixo o nosso salário, no Estado de São Paulo é um dos piores salários em âmbito de Brasil. Na Secretaria de Segurança Pública é um dos salários mais baixos, nós, há um tempo atrás a gente só não estava perdendo pra estava abaixo de nós. A gente diz que a gente é polícia 24h, e realmente é, quando precisam da gente a gente tem que estar pronto pra trabalhar. Gosto do que faço, gosto do negócio. Antes de ser delegada eu fui procuradora municipal, advoguei, trabalhei na prefeitura de Ribeirão Pires, aí eu estudei

para ser delegada, tenho um pai, que está falecido, mas que foi delegado de polícia, tenho um irmão delegado de polícia, então minha família é de policiais, meu pai trabalhou 44 anos no Estado, eu gosto muito de Direito Penal, eu acho fascinante, isso que me levou a ser delegada de polícia, mas eu advoguei antes. Mas aqui, o que eu digo, nós somos a única porta pra sociedade carente, porque aqui todo mundo entra, é ouvido, às vezes quer só desabafar e consegue resolver isso, parte a gente consegue resolver chamando, conciliando, chamando a outra parte, e tem a questão criminal que a gente faz a ocorrência policial pra resolver e ninguém gasta nada aqui, então nós somos a única porta de entrada da população. Então às vezes você sai satisfeita porque desabafou, às vezes sai satisfeita você quer uma intimação pra resolver um conflito familiar, e às vezes, com a ocorrência policial a gente toma o caminho criminal. E ninguém gasta. Então você não precisa procurar um advogado, não precisa ficar numa fila esperando pra ser atendido pela assistente social do Estado. Enfim, então nós somos a porta da população que consegue, de uma forma ou outra, sair um pouco satisfeito porque é atendido, e, diga-se de passagem, que a população carente é muito grande, ainda mais em Mauá que a gente tem uma carência muito grande, então o que a gente faz muito aqui é aconselhamento, orientação, diferente do crime, por isso que eu digo que a gente tem uma parte psicológica, de assistente social muito grande que eu deveria ter gente do Estado pra fazer isso, porque eu não sou competente, eu não estudei pra isso, a gente tem vivência, como as minhas funcionárias, ninguém tem capacitação para ser assistente social, pra ser psicóloga, mas a gente, no atendimento ao público diariamente a gente acaba aprendendo e lidando com a situação.

Nosso atendimento é de segunda à sexta, eu não tenho condições de ter plantão, porque sou a única delegada, então a gente está junto com o primeiro DP, tudo o que é feito, na realidade, tudo o que é feito no município, em outras delegacias eles encaminham tudo pra delegacia da mulher, então criança, adolescente, mulheres e idosos, porque eu não sou delegacia do idoso, mas eles me atribuíram essa função, então tudo vem pra mim, tanto XXXXX como XXXXX e XXXXX porque eu sou a delegacia mais próxima, então as mulheres de XXXXX, de XXXXX que querem vir até aqui eu atendo e faço o tratamento devido. Eu não vou buscar, mas quem vier na minha delegacia ou se outras delegacias me encaminham, eu toco. Então eu tenho uma parcela muito grande de pessoas, só sai fora do meu rol são os homens, porque o idoso eu atendo, pelo Estatuto do idoso, todo idoso que está enfrentado uma dificuldade ou sofrendo maus tratos ou alguma coisa eu atendo, então é muito... é um volume muito grande, numa cidade carente, então nosso movimento é grande, muitos você nem faz ocorrência, você atende, você conversa, tanto que a hora que você veio aqui eu estava atendendo e eu nem marquei, mas queria conversar comigo de toda forma, então tem intimações que eu faço pra conversar com a família, tem muita orientação familiar, o meu grande problema na cidade, tirando o desemprego, que hoje em dia não se está falando tanto em desemprego, mas o alcoolismo e a droga em âmbito familiar, então eu tenho grandes problemas aqui, todo mundo tem problema de alcoolismo e drogas em casa, é um problema muito sério.

E tem retaguarda do serviço público?

Não tem, porque assim, pra começar o doente tem que querer ser tratado, se ele não quiser ele não vai pra lugar nenhum e na maioria das vezes eles vêm aqui e dizem que não são alcoólatras, por exemplo, eles bebem só socialmente ou só quando querem, então é difícil você tratar essa relação. A mulher não que largar deste homem porque ele quando não bebe ele é bom, mas é agressivo quando bebe, então ela prefere ficar com ele em casa, então seria essa reincidência de situações de violência doméstica, quando bebe é agressivo, machuca, ofende, xinga, ameaça e quando não, ele está ótimo. Às vezes vêm à delegacia, ele é chamado à delegacia ele dá um sossego, ele fica ótimo. Então elas querem retirar a queixa, não querem mais dar continuidade e aí quantas vezes essas mulheres retornam posteriormente pra dizem que ele voltou a beber de novo. Então essas pessoas precisam ser tratadas, e não cabe a mim tratar, não é da minha competência, eu posso encaminhar pro AA, pro NA, entendeu? Ou orientar uma mãe no caso de uma clínica, mas isso tudo a pessoa precisa querer, senão não adianta.

E como é pra vocês esse retorno das mulheres?

É um desgaste isso pra nós, a gente se irrita muito com isso, porque hoje em dia na Lei 11.340, Lei Maria da Penha, existe um procedimento um pouco mais longo que a gente tem que fazer, isso quer dizer o que? Todas as mulheres em violência doméstica, em casa, no âmbito domiciliar ou que coabitam, a lei determina isso, estão sendo ameaçadas, estão sendo agredidas, cabe a Lei Maria da Penha. Isso quer dizer o que? Eu posso instaurar um inquérito. É um grande problema, porque muitas não querem porque é incondicionada a representação. Ela não tem que desejar. No código é obrigada a apuração dos fatos, na ameaça não, ela pode querer, então a gente deixa por conta delas. Quando elas estão nervosas, vamos supor, nas ameaças, elas vêm aqui elas querem tudo, elas querem todas as medidas que a Lei prevê no artigo 22 que é o afastamento dele do lar, comunicação com ela e com família, não visita, elas pedem tudo, no momento da raiva é tudo, aí no dia seguinte elas vêm aqui conversar. Está bem. Ela não quer mais, só que isso já é um desgaste pra mim porque essas medidas eu tenho que encaminhar em 48 horas pro juiz, então se eu não encaminhar eu sou penalizada pela Lei. Então toda vez que é feita a Maria da Penha, a representação, os artigos todos que elas querem do artigo 22, eu tenho que mandar pro Fórum todo dia. No dia seguinte quando ela vem aqui eu já encaminhei tudo. Então é um desgaste enorme, eu tenho que fazer uma ocorrência policial, eu tenho que ouvir essa mulher em declarações, eu tenho que pedir essas medidas pra ela, tem que fazer o ofício e encaminhar pro Fórum. Então olha o tempo que a gente leva com cada uma dessas vítimas pra no dia seguinte ela vir aqui e dizer que não quer mais nada. Mas como a senhora não quer mais nada? A senhora não quer resolver? Só que não é mais comigo, agora só na presença do juiz. Elas ficam nervosas, dizem que a delegacia... entendeu? Então, no momento de raiva nós serviços, quando ela está bem com esse marido, com esse companheiro nós não servimos mais, porque nós estamos atrapalhando uma relação. Só que a gente tem que explicar que nós não temos uma bolinha de cristal, que nos não procuramos ninguém na casa de ninguém, que ela vêm até nós. Então nós temos os dois lados. Essa que pede tudo e no dia seguinte não quer nada ou aquela que pede tudo e no Fórum não consegue nada e vem reclamar na delegacia que nós não fazemos nada. Eu falo a senhora está equivocada, a senhora tem que ir ao Fórum ver o que aconteceu, o que o promotor e o juiz entenderam dessas medidas, porque quem defere ou não é o juiz, a pedido do promotor encaminha ou não. Ele é que vão avaliar a situação. Então elas confundem tudo é a delegada, é a delegacia: a delegacia que prende, a delegacia que não prende, a delegacia que faz, a delegacia que não faz. Somos nós. Por isso eu digo que nós somos a porta, nós somos a vitrine. Não aqui, não cabe a nós, nós fazemos um requerimento às mulheres, eu deixo bem isso bem claro, nós estamos encaminhando o que a senhora deseja pro Fórum, cabe ao juiz decidir ou não, não a mim, e essa resposta, obrigatoriamente, não precisar vir a mim, a senhora tem que procurar saber se a senhora conseguiu ou não e porque que não e brigar com o advogado. Essa questão. Então é complicado pra população entender que nós não somos autônomas a ponto de decidirmos tudo. Eu posso pedir uma prisão, eu posso conseguir ou não, o juiz tem que me conceder. Quantas vezes aqui, em caso de abuso sexual eu falo eu vou pedir, não sei se vou conseguir. Em abusos eu sempre consegui, mas eu sempre deixo bem claro se eu não conseguir prender o cidadão não é por minha vontade, que eu tenho todo um trâmite legal e a população não entende porque ela não tem acesso ao promotor e ao juiz ela tem acesso à delegacia, então ela fala com a gente e acha que nós temos que resolver o problema. Então esse é o problema da população que a gente enfrenta. Essa questão dessa Lei Maria da Penha, eu tenho duas visões dela. A primeira que é interessante pra é coibir a violência. De uma certa forma, cheguei ao ponto de um flagrante, que é o caso, eu já tive casos em que a própria vítima chegou a pagar fiança pro agressor. Então, eu me pergunto até que ponto nós estamos coibindo alguma coisa? Porque eu já tive casos aqui dela pagar a fiança pra que ele não fique preso por dois fatores. Primeiro porque ele sustenta a casa, se ele fica preso não tem como entrar dinheiro em casa. Segundo porque talvez ela fique mais temerosa de quando ele voltar se tornar mais agressivo e a agressão ser maior. E outra porque ela gosta do cara e ficou nervosa na hora. Às vezes eu não vou defender o homem aqui, o agressor, mas eu acho que às vezes as mulheres procuram uma certa situação, não que a agressão seja uma resposta correta, mas tem mulheres aqui que procuram. Depois que a gente ouve

a outra parte a gente vê um outro lado da história. Então, de repente ela sai de casa, ou uma vem aqui diz que foi ameaçada, que está com medo, quer tirar o cara de casa. Eu consigo tirar o cara de casa pedindo o afastamento. O oficial vai lá ele sai de casa, aí ele vem aqui ser ouvido no meu inquérito: gozado, eu não ameacei, ela chegou de madrugada em casa, eu descobri que ela estava me traindo com outro, realmente eu peguei o celular dela e joguei na parede, quebrei porque eu estava nervoso no momento. O que essa mulher quer? Sabendo da lei, sabendo que ela está errada, que ela está saindo com outro homem, ela consegue tirar o marido dela da casa e ela está tranqüila continua saindo com outro. Então, as mulheres, de uma certa forma, se aproveitam da lei, entendeu? Então a gente vê que têm muitas que se aproveitam e querem tirar o homem rapidinho da casa. Não precisa de advogado, eu estou aqui fazendo a parte de advogado, porque antigamente eu tinha que procurar um advogado, a OAB, a Procuradoria do Estado entrar com uma separação de corpos, pra você conseguir alguma coisa, nesse momento é mais fácil. Isso elas aprenderam rápido, eu não vou dizer que é uma regra geral, mas existem casos, realmente, mas como a gente tem que deixar o livre arbítrio das mulheres quererem ou não eu não posso determinar quando eu acho, quando eu tenho que pedir a Maria da Penha, ela tem que ter essa ciência, ela tem que saber das medidas, então todas elas são científicas aqui. Elas vêm dizer que não sabem, é mentira porque todas elas são científicas aqui e agente fala o que você deseja? Ela é que me responde o que ela deseja. Ela não vem dizer que ela não tá sabendo, ela assina aqui, então ela tem que ter ciência. Só que no momento de raiva elas querem tudo, depois não querem mais nada. Tem mulheres vítimas de agressão que vem com o próprio marido aqui pra ele ser ouvido, quer dizer que ela tá junto com ele de novo, agora, a minha escritã não pode ficar nervosa de estar soltando inquérito policial, com perdendo tempo isso, achando que a gente tá brincando, que nada é sério? Agora, eu acho que a Lei 11.340 tomou uma seriedade que a Lei 9.099 não teve, por exemplo, na penalidade. As pessoas ficaram muito soltas na cesta básica. Duas coisas que eu acho que poderiam ter melhorado na Lei 9.099 e não precisaria ter criado outra, no meu entendimento: é punir o agressor, tirando a cesta básica como é agora na Lei 11.340, e a possibilidade do juiz determinar tratamento ao agressor que eu achei isso muito interessante, que o Rio de Janeiro já está fazendo há muito tempo e deu certo, Diadema faz essa terapia de casal e tá dando certo, porque às vezes a pessoa é agressiva e não sabe porquê, veio de uma vida agressora, de pais, então você leva isso com você, então, às vezes é o que a mulher fala: eu gosto dele, mas ele é agressivo, às vezes ele precisa de um tratamento, às vezes o casal precisa de um tratamento. Então, essa possibilidade do juiz determinar e ele é obrigado a fazer e não fica no livre arbítrio dele querer ou não, isso eu achei muito interessante, e salutar pra uma convivência em família. Estou pensando em questão de família, de você ter uma reestruturação familiar, se é o caso, se a mulher realmente quer isso, porque muitas, se há reincidência, você deduz que ela quer o cara em casa, só que ela quer ele de outra forma, então eu acho que a 11.340 é salutar nesse sentido, no meu entender, agora, a nós fazermos a parte de advogado, de requerimento das medidas eu acho que não está correto, eu acho que cabe a um advogado entrar com as medidas, como era a medida cautelar pras mulheres, então brigar por isso, não nós, mas isso foi passado a nós pela Lei, deram mais uma função pra nós.

Em relação à Lei 9.099?

Ela é um avanço. Eu digo assim toda vez que eu tenho que dar uma palestra eu tenho que dizer que lamento muito em dizer que esse país é machista, que eu trabalho com estatística, então, me desculpem os homens, mas este país é machista. Quem dera a gente ter uma Lei dessa para coibir uma agressão dentro de casa. Existe agressão por nada, as pessoas não têm respeito, por nada se estapeia, é uma coisa assim absurda, violência, então, realmente, gera violência, não há dúvida, a gente tenta coibir. Houve, assim, na Maria da Penha, o fato de eu prender já um cidadão na Maria da Penha aqui, o fato das mulheres saberem que ele pode ser preso, então diminuiu o tipo de ocorrência, elas não vêm mais fazer a ocorrência, houve uma queda nesse sentido, não que a violência diminuiu, porque elas sabem que se vêm aqui vai tocar pra frente e não é o desejo dela. Houve essa diminuição. Agora, houve também um alerta, porque a gente tem que respeitar, realmente, o ser humano, que ninguém está aqui pra apanhar, uma mulher não foi feita pra apanhar, uma criança não foi

feita pra ser maltratada, entendeu? Então, eu acho assim, nesse ponto, que tem que existir um respeito, então a população tem que entender que tem que existir o respeito. Infelizmente é só segurando mesmo, só uma prisão, é só você deter alguém, fazer um flagrante, doendo no bolso e pagar uma fiança, a mídia dizendo sobre isso. Eu acho que é salutar. Eu acho que a gente não precisava das medidas, a gente podia tentar isso de uma outra forma. Se a gente tivesse psicólogo, assistente social em todos os setores, em todos os locais pra trabalhar todo mundo, trabalhar a criança, trabalhar o pai, trabalhar a mãe, na escola. Isso começa na escola. Eu acho que a criança tem que ser trabalhada desde pequena porque essa agressividade vem de onde? Se você mora numa casa agressiva, se você vê todo mundo se estapear, automaticamente você vai tratar assim as pessoas porque é tudo o que você está acostumado a ver. Por isso que eu digo que violência gera violência, então acho que têm que tratar só o que está já arrebitado, eu tenho que ver a estrutura, vem aqui já arrebitado, eu não vou solucionar o problema familiar eu vou ver o crime, eu vou penalizar alguém naquele crime, isso não quer dizer que ele não vá reincidir novamente, ele pode voltar, ou não nessa mulher, largar essa mulher e ir para outra.

Casos de reincidência.

Muitos, eu tenho vários. Eu tenho mulheres que eu já conheço aqui, que vem, só que não quer representar nunca, ah! Não sei o que, eu só quero dar um susto, entendeu? A gente tem casos em que eu faço inquérito, ela volta de novo, eu ouço as declarações só pra dizer que a coisa continua. A gente tem casos de reincidência ainda mais quando o cara é drogado, alcoólatra, entendeu? Porque as pessoas não são tratadas.

Casos de agressores não alcoólatras.

Também tem, é que eu tenho uma facção muito grande de alcoolismo e drogas. Tem as pessoas agressivas. Ela me explica ah! Ele largou o emprego, ele tá desempregado. Porque tem um fator muito interessante do machismo, o cara perde o emprego, a mulher tem que sair pra rua, porque ela tem um lar, ela tem uma família pra sustentar, ela se vira, ela vai vender qualquer coisa, produtos de cosméticos, roupa, lingerie, qualquer coisa pra trazer dinheiro pra casa e quando ela volta pra casa esse homem dá nela porque ela é vagabunda, ela tá na rua, você entendeu? Então essa concepção machista que nós temos nesse país. A mulher tem que sair pra rua pra trazer comida e ele tá em casa e aí quando chega ela apanha, porque ela é vagabunda, tá na rua. Então, tem coisas que você não vai modificar no ser humano, agora, nesse que já está formado, você tem que tratar quem está crescendo, pra você mudar essa violência, você tem que mudar esse quadro de costumes, usos e costumes, que todo mundo aqui diz é normal, brasileiro é assim, ele é latino, tem que mudar esse conceito é na criança. É mostrar o direito à cidadania, direito ao que as pessoas podem pedir, onde elas têm que reclamar, o lugar certo, porque ninguém sabe, todo mundo vêm pra delegacia, porque aqui ela é atendida e a gente tem que orientar, então, coisas que não tem nada a ver comigo, as pessoas vem aqui porque não sabem onde reclamar, o cidadão não sabe onde reclamar alguma coisa, um direito dele. Seja na Prefeitura, seja na assistência social, seja no Fórum, ele não sabe, ele vem aqui. Então, essa falta de informação que eu digo é uma coisa assim, não é utópica, eu não acredito nisso, em utopia, eu acredito que a gente tem que trabalhar isso, enquanto a gente não trabalhar o povo, as escolas, as crianças que estão aí, as situações eminentes de carência. Aí que você tem que ir. É como eu falo pro prefeito, eu visito essa cidade que tem um pólo petroquímico eu vou em locais que é inadmissível ver o que eu tô vendo: as pessoas não terem esgoto, não terem água, não terem luz eu tô em Mauá, próxima de São Paulo, eu não tô no meio do mato. É o setor público que também não dá o que deve, recebe, mas não dá. Eu recebo aqui as pessoas sujas, cheirando mal, roupas sujas, crianças maltratadas, sem recurso algum, vivendo em situações horrorosas que não dá pra admitir em Mauá onde tem um pólo petroquímico, onde tem uma boa arrecadação. Eu já falei isso aos setores aí. Eu falei, gente, é inadmissível, eu vivencio isso. O juiz, o promotor não vivencia isso, que ele não vê, ele lê papel, o que eu faço, mas eu vejo uma criança maltratada, eu quando quero tirar uma criança da mãe, uma vez eu falei isso uma vez pra juíza, eu tô vendo essa criança, eu tiro na hora, a juíza devolve, mas eu tô vendo a situação dessa criança. Então, esse tete a tete quem tem somos nós da delegacia, ou o setor público, no caso a assistente social, o

psicólogo, quem tinha que fazer era o conselho tutelar, que faz esse trabalho de base, pra gente tentar mudar a situação.

Mulheres de diferentes classes sociais.

Vem, nós temos todas, muitas delas até vêm mais pra se orientar, não querem fazer ocorrência, muitas têm vergonha da situação, muitas são universitárias, casadas com universitários que são alcoólatras, porque bebem demais. Têm uma facção muito grande da sociedade que bebe demais, então elas vêm se orientar, pelo amor de Deus não agüento mais, eu não sei o que fazer, ele fica agressivo, ele me ameaça. Aquelas que perdem uma certa vergonha vêm, a gente faz a ocorrência delas. Outras só se orientam, procuram um advogado, entram com uma separação, mas tem. Até porque você tem problema de alcoolismo e droga em qualquer camada social, é que muitas têm vergonha, realmente, então vêm mais pra conversar, muitas não fazem ocorrência, mas vêm aqui porque não agüentam mais. Advogadas vêm fazer ocorrência contra seus maridos porque não sabem mais o que fazer, as coisas tomam um pé que fica difícil.

Teve o caso do delegado que matou a esposa, os filhos e depois se matou.

Ele trabalhava em São Bernardo, mas era de Taboão da Serra, eu acho. É uma pressão, uma coisa que ninguém sabe, até agora, o que aconteceu. É difícil, mas existe sim pessoas que tem arma dentro de casa, as pessoas que são como os policiais militares, mulheres de policiais militares vêm aqui, porque eles são agressivos. Primeiro porque a gente tem que pensar assim, não quero justificar a agressão, não estou justificando a agressão, mas os policiais trabalham em excesso, descansam pouco, é uma tensão na rua violenta que você vive e de repente esse stress vai para dentro de casa, então tem coisas que acontecem com policiais militares, com policiais em geral tem muita reclamação, com guardas municipais também, com seguranças, a gente tem muita ocorrência.

Formação profissional.

Na polícia você tem que ser bacharel em direito e tem que prestar concurso público para delegado de polícia, você passando em todas as fases do concurso você vai pra academia de polícia. No meu tempo eram três meses de academia de polícia, o dia inteiro, integral que ficava, e de lá você sai, toma posse como delegada e é designada para o lugar que você vai trabalhar.

Cursos de aperfeiçoamento.

Sim, existe, porque, claro, você sai da academia na quinta classe é a base, de quinta a especial, então você começa. Quando você entra, por exemplo, na terceira classe, você tem que fazer novo curso na academia para você poder passar pra segunda classe, então você tem uma nova formação, você tem uma formação diferenciada de administração de delegacia, a parte administrativa, porque como terceira classe em diante você vai chefiar uma delegacia, eu fiz esse curso também.

Formação específica para a Lei Maria da Penha.

Não. Não houve, Houve palestras, encontros, porque eu tenho uma coordenadora em São Paulo, houve encontros, houve um agora na Barra Funda, dia inteiro, no mês passado, com a Magistratura, para se fechar a questão da Maria da Penha porque estava tendo problemas, os trâmites da Maria da Penha da delegacia para o Fórum. Um entendimento, não é uma lei, é uma orientação da Magistratura que era um documento que ia sair dali, não sei se já chegou a todos os juizes, uma orientação sobre a Lei Maria da Penha, então estiveram os delegados, promotores, juizes nesse congresso. Foi discutido, foi votado algumas determinações. Então isso é uma orientação, uma norma da Magistratura e o juiz segue se quiser. Porque o que está acontecendo? No caso aqui, agora, eu só estou com duas varas criminais, mas antes eu tinha seis varas, cada juiz entendia de uma forma. Mauá o juiz entendia de uma forma, Ribeirão o juiz entendia de outra forma, então não tinha o parâmetro da coisa, cada um fazia como entendia, a gente ficava ao Deus dará, então eu não podia dizer pra uma vítima: vai acontecer isso, isso, depende que vara que cai, depende do juiz que cai, se tem o entendimento ou não. Então veio essa norma, que eu não sei se os

juizes já receberam, mas não é uma lei, é uma orientação que eu não sei como está aqui, não sei se já chegou porque foi em dezembro que nós tivemos o encontro.

Gravidade da violência.

Vou me basear numa coisa, não que seja mais grave, mas contínua e longa, um processo longo, ou seja, a ofensa moral. Vou te dar um exemplo muito básico que eu tenho: uma mulher é casada há trinta anos e há trinta anos ela é ofendida moralmente, você não presta, você não vale nada, ela ouve isso há trinta anos do homem que está com ela, então ela começa a ficar deprimida, ela entra num quadro de depressão. Aí ela vai pro posto de saúde. No posto de saúde passam remédios, então ela tem um saquinho de remédios. Esses remédios por si só não resolvem o problema dela porque ela teria que fazer terapia. Aí ela não agüenta mais e vem à delegacia, com o saquinho cheio de remédios. Isso não é uma, são várias, dizendo que não agüenta mais, que agora nem os filhos a suportam mais porque ela só chora, o marido não a agüenta porque ela está num quadro de depressão e está viciada nos comprimidos, que não levam ela a lugar nenhum, ela sempre tem que ir no posto, sempre pegar os comprimidos. Então eu acho grave porque é uma coisa longa, que não a cura. A mulher com trinta anos de casada ela não quer separar desse homem, mesmo porque ela não tem formação, ela não tem como se sustentar, a vida inteira ela cuidou do lar, do marido e dos filhos, os filhos foram embora, não a suportam mais ela acaba vivendo só com esse homem que sempre a xingou, sempre a menosprezou. Então, daí, o que ela tem a fazer? Ela fala: eu não agüento mais, muitas partem pro suicídio, ou injeção medicamentosa, tomam todos os comprimidos de uma vez só. Você tem muitas mulheres deprimidas, principalmente na fase da menopausa, que começa, depois de muitos anos de casada, é nessa fase, então você não tem o setor público no atendimento. Eu já falei pra muitos médicos sobre isso, eu acho um absurdo o que eles fazem, eu não concordo que não é entupir a mulher de remédios que não vai surtir efeito, ela precisa falar, ela precisa colocar isso pra fora, ela precisa fazer uma terapia, ela precisa entender que ela presta pra alguma coisa, que ela vale alguma coisa como ser humano e de repente partir pra uma terapia de casal, por que não? Pra que esse homem perceba o mal que fez a essa mulher. Então eu acho que essa é uma das mais graves em que a mulher chega ao ponto dela querer se matar. Porque a violência física você apanha hoje, fica com hematoma, você vem aqui a gente procura resolver seu problema, ele é penalizado, ela pode ou não voltar com ele. Dói? Dói muito, na hora, aquilo passa. Então, essa moral eu já digo pra você ela não passa nunca, a mulher carrega isso com ela e ela se acha um lixo, ela chega a se achar um lixo. Então você já traumatizou essa mulher por completo, qual é o recurso pra você minimizar isso? Entendeu? Então eu acho assim, a física você tem o momento de resolver, a tentativa de suicídio é um atentado contra a vida, mas eu digo assim, uma coisa longa, permanente, pra mim é a questão moral, psicológica que detona uma mulher, que ela vai descobrir lá no final, quando ela já não está agüentando mais.

Algum caso lhe atingiu?

O que me abala muito aqui são os abusos sexuais, que eu tenho muitos. Então, o que mexe muito comigo são os abusos das crianças, que é realmente complicado porque a criança vai com as crianças conhecidas, não são desconhecidas. Desconhecidas são violência, tomaram na rua, pegaram ela lá fora, mas esse aliciamento a menor, então são pessoas conhecidas, isso é duro pra gente ter que enfrentar aqui, então os abusos sexuais são uma coisa que me tocam muito, principalmente em criança. Você vê a criança indefesa e de repente ela é abusada sexualmente, ou por padrasto, pelo tio, pelo vizinho, primo, enfim, e não tenho tantos com o pai, eu não tenho cadastro, mas são pessoas conhecidas, então é uma violência doméstica que está dentro da família, então é duro quando você vê a criança, o bebê, quando você toma conhecimento ela já está no hospital, ela já foi abusada sexualmente. Então eu já tive processos de bebê de seis meses que vieram a falecer. Então são coisas que realmente tocam muito, muito, muito. Estupros que a gente tem quando eu pego estuprador em série, que eu já tive casos muito sérios. Então são coisas que te agriem, sabe assim, a alma, é uma coisa que eu não sei te explicar, dá uma angústia, você se sente incompetente, quando começa a ter um estuprador em série eu já começo a ficar angustiada, começo a ficar desesperada porque nós não temos meios e recursos

adequados. Nós não somos a televisão americana, então imagina que pra esse Mauá inteiro eu tenho quatro investigadores pra descobrir onde está um cidadão louco? Que começa a descobrir que é fácil pegar uma mulher abusar dela sexualmente, força-la, então isso começa a ficar muito fácil pra essa pessoa, esse indivíduo, então aquilo vai... Já cheguei a ter casos de dez vítimas, treze vítimas. O último que nós tivemos aqui, que foi pego em Ribeirão era um policial militar. Eu tive casos aqui, teve em XXXXX, teve em XXXXX e teve em XXXXX. Era o mesmo, nós conseguimos pegar, era um policial militar. Ele morava em XXXXX e trabalhava em XXXXX, ele abusava sexualmente, pegava as mulheres na moto, mais de uma, sempre de duas, então isso te choca como mulher. Não que a violência doméstica, bater em você, não me choque, mas essa coisa de você estar impotente, você não pode fazer nada mediante uma arma de fogo, uma faca, você é constrangida a fazer algo a força, é complicado, porque muitas vezes na violência corporal você tem uma ação e reação, você tem bate-boca, tem um que empurra, outro que arranha, você entendeu? Nessa situação de abuso sexual você não tem isso, você não pode fazer nada, isso deixa a gente traumatizada, você entendeu? Isso realmente, os maus tratos a criança é outro setor de injustiça aqui pra nós, você ver uma criança extremamente maltratada, você vê bebês maltratados, então você pergunta que ser humano é esse que deixa uma criança dessa forma, que são pessoas indefesas, então tudo o que se torna indefeso nos choca porque você não tem como se defender de uma ação.

Alguma coisa que não foi perguntada.

O que falta nas mulheres, o que nós temos aqui na delegacia da mulher, a importância da delegacia da mulher é que nós somos um setor de esclarecimento e de orientação, por isso que eu digo que a gente é assistente social nesse sentido, então muitos vêm aqui e querem orientação, todo mundo quer se orientar, ou porque tem problema com a irmã que é doente mental e não sabe o que fazer, está no hospital, outro que tem os velhinhos, entendeu? Então nós somos o setor de orientação e esclarecimento. Em geral a delegacia da mulher é um ponto deste, a delegacia da mulher parece que abraça, as pessoas se sentem assim, vamos pra delegacia. Então, a importância da delegacia da mulher, além de tentar coibir os crimes de violência doméstica, você tentar orientar aquela mulher dos seus direitos como cidadã, porque a mulher vem aqui e acha que é normal ser agredida, é normal vir aqui, então você tem que mostrar para aquela mulher que ela é cidadã, que ela não é merecedora daquilo, que ela pode romper esse ciclo, isso é uma orientação que nós temos que fazer, uma educação, querendo ou não, então isso faz parte da nossa delegacia, que as outras delegacias já não fazem, então por isso que eu digo que a gente é especializada, além da gente ter mais liberdade pra falar sobre abuso sexual quando a pessoa chega aqui, como foi, porque pra gente é normal, não é constrangedor, a gente fala abertamente porque esse é o nosso dialeto no dia a dia, então a gente tá aqui pra orientar essa mulher, dar o direito à cidadania, porque o povo é muito carente de informação, nós estamos aqui e um dos fatores é esse, embora não seja o correto porque nós estamos aqui para coibir o crime a gente tenta prevenir dessa forma, orientando que ela não precisa fazer isso, ela pode romper isso, a gente tenta ajudar mandando pra outros setores.

Como as mulheres reagem?

É muito salutar quando a gente tem dez casos problemáticos e um eu consigo resolver, um vem dar retorno me agradecendo que eu consegui, isso pra mim é de uma satisfação imensa, eu tenho casos aqui de mães com filhos adolescentes envolvidos em drogas, por exemplo, que eu tento chamar, eu tento orientar, eu tento fazer as coisas e quando elas falam doutora graças a senhora eu consegui, isso é muito salutar. Eu não consigo isso em todos os meus casos, porque é muito difícil conseguir, então quando eu consigo, me ligam, tem gente que liga falando muito obrigada. Então não fui eu, foi minha delegacia, a estrutura da minha delegacia, o que a gente tem que se prestar a fazer, por isso que eu gosto do que faço, eu gosto de ter o retorno positivo, porque eu só lido com coisa ruim, eu não tenho coisas boas aqui, infelizmente eu não tenho. Então a gente tem que saber trabalhar o ruim, que não é fácil, que mexe com a gente, com o emocional, nós somos mulheres, mexe, quando a gente vê uma mulher toda arrebitada, vê um homem folgado tentando matar a mulher porque ela não tem moral e ele mesmo tem várias mulheres. Então essa concepção

de moral, essa concepção de eu posso você não pode, eu saio você não sai, eu sou viril você é uma galinha, isso mexe muito com a gente, a gente tem vontade de dar um safanão num homem desse. Acorda filho, você está em 2008! A vida não é essa! Então a gente tenta mostrar pra essa mulher que ela não precisa viver assim, que ela tem curso que ela pode fazer, se ela quer ser abrigada a gente tenta achar um brigo, entendeu? Nada é tão fácil. Até ela mudar de vida não é tão fácil, ela sai daquela rotina, daquela habitualidade dela também não é fácil. A gente tenta, mas tem mulher que gosta também, então você não pode modificar todo mundo. A gente tenta implantar, então esses retornos são pequenos, mas são muito positivos pra nós. Quando tem um advogado que quando vem aqui e fala assim ah doutora a senhora fez a delegacia da mulher, as mulheres te respeitam, eu falo que ótimo, porque a gente tá aqui dentro não tá vendo, eu falo que bom porque a gente tenta fazer um trabalho sério, mas tem mulheres que também extrapolam conosco, a gente perde a cabeça, porque estão nos usando e a gente percebe quando está sendo usada, por isso que eu acho que essa Maria da Penha tinha que ser uma coisa mais fechada, acho que, é o tal negócio, o poder é um problema sério, não é todo mundo que sabe lidar com o poder, então eu acho que tinha que ser uma coisa mais restrita, eu acho que a delegada tinha que ver a necessidade dessas medidas protetivas a ser aplicadas. É que as vezes uma vê outra não, então é meio complicado isso, então fica no geral, então elas abusam da gente, isso nos irrita, não há dúvida disso, eu acredito que é focal, mas, essa é a situação nossa, mas acho que a DDM, (verificar a gravação) o eu vejo a DDM como delegacia da mulher, que é o salutar a questão da violência é que a gente tenta mostrar alguma coisa, não é fácil, não é fácil. Não é fácil tirar uma criança de uma mãe dizendo que ela não está tratando bem, ou quando é o abandono de um incapaz, a mãe fala eu tenho que trabalhar o dia inteiro, a criança não tem onde ficar, não é fácil isso. Nós mulheres sabemos disso, você tem que trabalhar para sustentar um filho, se você tem que sair, esse filho vai ficar sozinho em casa, não é fácil isso. Porque você não tem mais o provedor, hoje em dia você esquece o provedor, as mulheres são os provedores de suas próprias casas. A lei está de uma forma que ainda existe um provedor, então, houve mudanças, a gente precisa se adequar a elas, mas não é fácil pra gente também esquecer que essa criança não é dona de si, ela não é responsável por ela, ela não pode ficar sozinha, cadê o setor público? Uma creche? Você entendeu? Cadê os setores que te envolvem nesse momento quando você começa a trabalhar? Então a gente fica envolvida, de fato, mas eu tenho que fazer, eu tô visando uma criança, então eu tenho que esquecer a mulher numa hora dessas. Então é complicado, não é fácil, a gente tem que lutar e a gente acredita. Eu pelo menos acredito. Ah! Tem que acreditar, eu tô aqui pra acreditar.

5 Entrevista realizada com a Delegada Dr^a Elaine

Data: 25/01/2008 - 11h50 às 12h50

A entrevista com a Delegada E foi agendada e remarcada várias vezes e, por fim, ficou agendada para esta data, ao meio-dia.

Cheguei às 11h50 e começamos a conversa. Ela logo me perguntou se eu estava trabalhando no Vem Maria. Ela estava indignada porque uma das profissionais da equipe do Vem Maria havia estado na delegacia há poucos instantes, solicitando que refizesse um boletim de ocorrência feito no dia anterior, alegando que o B.O. estava incompleto. Palavras da delegada: “Quem ela pensa que é para vir aqui me dizer o que eu tenho que fazer? Se ainda não aprendi a fazer o que faço há mais de 20 anos, então, faça-me um favor! Se você trabalhasse lá... Eu vou falar com a Lea⁵³, a Lea, sim, é boazinha”. Ela estava muito irritada com a situação.

Disse-me então pra começarmos logo a entrevista porque tinha que ir embora às 14h. Sua mãe faria aniversário domingo e ela viajaria para lá com um amigo. Neste momento me mostrou uma foto de sua mãe, tirada com ela e o capitão do navio, numa viagem que

⁵³ Lea é a coordenadora do Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência “Vem Maria”.

fizeram juntas. Perguntei-lhe se a entrevista poderia ser gravada, respondeu que preferiria que não fosse, se eu quisesse poderia ir anotando e se, mais tarde, tivesse dúvida, poderia ligar para ela.

Identificação

Pedi-lhe que se identificasse. Ela tem 55 anos, é nascida e vive em São Paulo, Capital. É católica, vai à missa todos os domingos. É viúva há sete anos. Sobre o salário alega que ganha “muito pouco, o delegado que tem filho na escola tem que roubar”. É delegada há 24 anos e delegada titular desta DDM há 15 anos. Está pensando em se aposentar daqui há dois ou três anos. Começou em XXXXX, no plantão. Pediu para ir para o plantão para aprender, “o plantão é uma loucura, mas se aprende muito”. Em XXXXX trabalhou em muitos distritos. Além de delegada titular ela é delegada “sobre-aviso”, significa que a cada mês e meio ou dois meses ela é convocada para ficar de sobre-aviso para atender qualquer emergência na área da Delegacia Seccional de Santo André. Ela é convocada poucas vezes porque é delegada de segunda classe, no próximo ano está indicada para ser delegada de primeira classe, por isso também é que ela deixou de fazer plantão, ao contrário da delegada de Mauá, que tem menos tempo de polícia, faz plantão semanal no primeiro distrito policial daquela cidade. É formada em Direito, advogou antes de entrar para a Polícia. Hoje, além de exercer essa função, administra um sítio, há 250km de São Paulo, tem criação de gado para comercialização. O sítio é parte de uma fazenda que seu pai deixou como herança para ser repartida entre os filhos. Disse sentir muita falta do marido porque ele a ajudava na administração dos negócios, ele era fazendeiro, agora ela tem que fazer tudo sozinha. Ela não tem filhos, seu marido já tinha cinco filhos quando se casaram, ele era desquitado.

Capacitação

À pergunta sobre a capacitação recebida na Polícia para exercer a função de delegada respondeu que capacitação não recebeu nenhuma porque pelo concurso ela e os demais delegados concursados já provaram que são capazes (falou isso com certa arrogância). O que ela fez foi especialização. “Fez todas”. No início recebeu formação de três meses, em seguida fez todos os cursos que teve oportunidade, mencionou apenas o curso de tiro, o da lei 9.099/95 e da Lei Maria da Penha.

Solicitei que falasse um pouco dessa formação. Respondeu que sempre que sai uma lei nova é oferecido um curso e ela sempre faz.

Violência contra as mulheres

As mulheres sofrem violência porque são ignorantes, não têm instrução, não sabem ler nem escrever. Não entendem nada, não sabem ler um B.O., assinam e já ficam satisfeitas. Elas não têm entendimento das coisas, em tudo dependem dos maridos, precisam da aprovação dos maridos e quando são agredidas pensam que eles têm esse direito e elas têm que apanhar. Falta instrução, falta cultura para as mulheres. Eu vejo isso aqui na delegacia, a mulher que faz a limpeza e prepara o café, ela não tem noção de como se arruma a mesa. Às vezes compramos alimentos e ela cozinha para nós. Os talheres são jogados sobre a mesa, os pratos ficam empilhados. Eu tenho que ajeitar os pratos e os talheres na mesa, em seus devidos lugares e ensiná-la como fazer para ficar um ambiente agradável. Então, as mulheres não têm esse cuidado com a casa arrumada. As mulheres de classe social mais alta também sofrem violência, mas não vêm aqui, elas pagam advogado. Aqui vêm as mulheres que não têm recursos.

Status da mulher na sociedade/ preconceitos.

A situação da mulher já melhorou muito, mas ainda precisa muito. As mulheres precisam, principalmente, estudar.

Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha é boa, mas as mulheres são as primeiras a arrecadar dinheiro com a família para pagar a fiança.

Plantão em 03/03/08

Nesse momento, 11h50, chegou a delegada. Subi para conversar com ela e aceitei o café que ela me ofereceu. Foi uma conversa informal em que ela me dizia que os seus superiores desconhecem o que elas passam na DDM, são só problemas. Eles não dão importância a esse tipo de caso, para eles o que vale são os casos do distrito policial, lá dá dinheiro.

Fiz um comentário sobre as entrevistas que havia feito, sobre o tempo que as mulheres levam para denunciar a violência. Ela falou que as mulheres agüentam a violência por tanto tempo por causa dos filhos e por causa do pinto. Fazia essas afirmações de uma maneira muito cômica. “Essas mulheres não ficam sem pinto. É verdade, pode perguntar para qualquer uma das minhas funcionárias, elas pensam a mesma coisa. Mulher pobre não consegue só namorar, logo leva o homem para dentro de casa porque não tem outro lugar para transar e sem demora começa tudo de novo, porque a hora que o homem percebe que o pinto dele vale ouro, ele monta em cima dela. Mulher rica é diferente. Elas têm outras distrações, tem dinheiro e outras opções: cinema, teatro, motel, viagens. Falta instrução, para essas mulheres, falta educação e cultura.”

6 Relatório da entrevista com Delegado Dr. Felipe – Delegado titular

07 de abril de 2008 – 16h

Identificação.

Tenho 50 anos de idade, sou delegado há 22 anos, por opção, eu gosto do que eu faço, me dedico bastante a isso. Já passei por inúmeros departamentos da Polícia Civil, boa parte deles, porque na Polícia Civil os departamentos são bastante específicos, diversos, eu acredito que eu consegui amearhar um pouco de experiências em todos eles, não só na capital, como no interior e em delegacias especializadas. Comecei como delegado de polícia, ingressei na carreira policial como delegado de polícia. Todos nós, delegados de polícia, após prestarmos o concurso específico, recebemos um curso na Academia de Polícia por seis meses, pra que, não só os nossos conhecimentos teóricos em Direito, mas também temos ministrado um pouco da prática policial pra que nós possamos ingressar na carreira e assumir os plantões dos distritos policiais. A nossa Academia de polícia proporciona alguns cursos para que o policial possa ir se aperfeiçoando, infelizmente por causa do acúmulo de serviço e da diminuição do número de policiais torna-se quase impossível o policial fazer esses cursos complementares, mas na medida do possível os policiais se dirigem à Academia de Polícia para esse fim.

Sou casado, tenho três, filhos, minha esposa trabalha e a renda familiar é acima de dez salários mínimos. Não acumulo outra função, exerço esta função com exclusividade.

Antes de ser delegado fui bancário por longos anos, fui galgando postos até chegar a sub-gerente e depois, era Direito que eu gostava, foi aí que eu ingressei na carreira policial. Eu sou o primeiro policial da família, porque é uma carreira muito penosa e nós não temos o reconhecimento necessário, não só salarial como profissional também.

Nascido no Interior e reside em São Paulo. Não é adepto de qualquer religião.

Estrutura da polícia

Eu já trabalhei em vários departamentos da polícia, posso te assegurar que, na minha opinião, embora talvez as pessoas não gostem muito de trabalhar em distrito policial porque, como eu falei, o contato direto com o público é muito difícil, lidar com as pessoas é muito difícil, mas eu reputo como a parte mais importante da polícia civil são os distritos policiais, porque são os distritos que fazem a polícia territorial, são os distritos que atendem a

população, que recebem a população diuturnamente, 24 horas por dia, sábado, domingo, feriado, Natal, Carnaval, Ano Novo. Por isso que eu digo que é extremamente estressante porque o policial trabalha em regime de plantão e ele vai estar aqui juntamente nessas datas, às vezes até na data do seu aniversário, do seu filho e eu posso dizer que quando a população precisa da polícia ela não vai procurar os departamentos especializados, as portas que estão sempre abertas pra população é a delegacia do bairro, é o distrito do bairro, por isso que eu reputo a polícia territorial como muito importante pra nossa instituição.

Violência contra mulheres

Quando a gente começa a falar sobre violência, eu não diria só contra a mulher, a gente percebe que o trabalho da instituição policial é uma prática de enxugar gelo ou enxugar o chão com a torneira aberta, porque isso é público e notório, todo mundo sabe que a desagregação familiar, a falta de educação, não só familiar, mas a proporcionada pelo Estado, saúde, habitação, emprego, todas essas deficiências, que é público e notório, que a gente vê dia a dia nos jornais, ela acaba desembocando na segurança. Então daí a violência. É uma família mal formada, uma família que não foi bem constituída, onde não existe o respeito aos pais, aos mais velhos, onde a pessoa não tem uma educação escolar boa, acaba desembocando na violência e a violência contra a mulher não foge disso daí, ela ocorre, via de regra, não é exceção, nos segmentos mais humildes da população justamente por causa desses motivos que nós falamos.

Mulheres segundo a classe social.

As mulheres de padrão social e financeiro mais alto elas se sentem envergonhadas dessa situação e dificilmente elas comparecem à delegacia de polícia.

Permanência da mulher na violência.

A situação de dependência financeira do marido e os filhos, são as condições básicas da permanência da mulher no lar.

O que leva o homem a agredir a mulher?

Justamente esse aspecto que estávamos comentando, o stress do dia a dia, a pouca cultura, pouca educação, a perda do trabalho, enfim, todos os aspectos que comentamos da convivência familiar na sociedade é o que leva a esse tipo de violência.

Efeito do registro do BO na vida das mulheres.

Toda moeda tem duas faces. Às vezes num primeiro momento isso acaba complicando mais a situação do casal porque se o ambiente já era ruim, com esse registro da ocorrência, acaba ficando pior, e às vezes não, o marido diante das consequências penais que ele possa vir a sofrer ele acaba, numa outra oportunidade, refletindo sobre seus atos.

O papel e a contribuição da polícia diante violência contra as mulheres.

Eu costumo dizer que a polícia contribui muito com a nossa comunidade. Eu digo que se é ruim com a polícia que nós temos, pior sem. Porque é uma instituição democrática, que tem as suas portas abertas para a população e que até hoje ela paga sobre o que ocorreu nos ditos anos de chumbo, é um período que muitos de nós policiais, eu que já estou há 22 anos, não vivi e infelizmente a gente paga com esse ônus, injustamente. Então você tenha a certeza que a contribuição da polícia civil nesse aspecto é altamente positivo, é onde as pessoas encontram uma guarida, alguém pra tentar solucionar os seus problemas na medida das nossas atribuições e possibilidades.

Conciliação.

Faz sim, a polícia sempre fez um trabalho social muito grande, prova disso é que quase 30% das ocorrências que nós registramos são de natureza não-criminal, quando o correto é as pessoas quando se dirigem para cá e aqui só se registrarem os fatos que são crimes ou contravenções que é de nossa atribuição, no entanto, cerca de 30% do universo total são de ocorrências não-criminais, é o trabalho social da polícia. Nós tentamos, justamente, esse

aspecto, embora nós não tenhamos formação específica para isso, mas a gente procura entender o problema do casal e orientar na medida do possível.

Tipos de violência.

Todo tipo de violência é ruim, mas eu acho que a pior violência é a agressão, realmente, que é a gota d'água da mulher vir à delegacia, porque quando ela é constantemente humilhada parece que ela consegue suportar mais esse tipo de humilhação, mas quando passa para a fase da agressão, eu acho que é o momento que ela nos procura.

Papel e condição da mulher na sociedade.

Você representa bem isso daí. A mulher vem, e muito, crescendo em todos os aspectos, não só cultural, político, financeiro, em todos os aspectos. Eu vejo isso muito bem. Nós mesmos, na Polícia Civil, nós temos grandes delegadas ocupando cargos relevantes. Então eu acho muito importante e altamente positivo essa condição da mulher.

Na vida privada isso pode atrair uma situação de violência.

É possível. Eu acho que é possível, mas é muito difícil, tipo assim, a mulher se sobressair mais que o marido em casa e por causa desse motivo gerar um descontentamento, um ciúme por qualquer motivo, mas é possível acontecer.

Lei Maria da Penha.

Particularmente acho que é uma lei política porque eu não gosto de rotular lei pra mulher, lei pro idoso, lei pra adolescente, eu acho que a legislação não pode se abrir um leque tão enorme, eu acho que o Código Penal, desde que bem aplicado é suficiente. Eu não vi a necessidade, até porque alguns itens da Lei Maria da Penha são inexecutáveis pela falta de estrutura que o Estado oferece, não só para a polícia, mas como para outros setores, casa, acompanhamento, então nós temos falta de pessoal, nós não temos local adequado. Então eu costumo dizer que é uma lei feita pra Suíça, não pro Brasil. Infelizmente, muito da nossa legislação tem esse aspecto, as pessoas que nunca andaram na rua, eu costumo dizer que jogavam bolinha de gude no tapete da sala, sentam, fazem uma legislação e não conhecem a realidade da rua. Eu achava importante que sempre que se fosse fazer alguma coisa dessa envergadura que se fosse pesquisado muito, consultada as bases, pra que fosse uma lei mais adequada possível, mas não tenha dúvida que o endurecimento da pena é salutar, isso, sim, eu acho salutar.

Consulta às bases.

Que a consulta mais ampla, não ficasse restrita a meia dúzia de notáveis que desconhecem a realidade do dia a dia. O que me assusta muito é quando eu vejo esses âncoras dos telejornais, isso deve lhe surpreender também, eles opinarem sobre todos os assuntos que eles desconhecem por completo e a nossa imprensa é uma formadora de opinião. Via de regra ela forma e informa mal, porque os nossos âncoras não têm o conhecimento específico. Assim como eu não posso falar sobre medicina, que eu não entendo nada sobre medicina, algum médico queira falar alguma coisa de segurança pública que eu vivo há vinte e dois anos, fica complicado. Então eu acho importante que essa pesquisa, essa busca de conhecimento, não fosse feita de afogadilho como, via de regra, são feitas as nossas leis.

Em relação à lei 9.099.

É uma lei política, ela veio rapidamente por uma pressão e por isso eu acho que ela não foi muito bem elaborada, ela não é executável por falta de estrutura. Não adianta dizer que nós temos que conduzir a pessoa, que nós nem temos viatura pra isso, então por isso que eu achei que é uma lei muito bonita, mas inexecutável em muitos aspectos.

Diferença da Lei Maria da Penha para a vida das mulheres.

Eu acho que o Código Penal bem aplicado e o endurecimento da pena, porque aí entrava na lesão corporal, e acabou endurecendo a pena, então isso eu achava já o suficiente e desde que se houvesse, realmente, junto com a lei a estrutura pra que fosse possível aplicar na sua integridade o que no dia de hoje nós não temos. Então, não basta dar a terra pra

pessoa, precisa dar os insumos e ensinar ela a lavrar aquela terra, a mesma coisa a legislação. A legislação no papel é fria, ela precisa se exeqüível e a Lei Maria da Penha, infelizmente, ela não é exeqüível na sua totalidade.

Casos de flagrante e prisão.

Já houve casos. Via de regra o agressor presente está caracterizado o flagrante e via de regra também um ou dois dias depois a mulher vem aqui pedindo se dá pra soltar o marido. Isso acontece. Você deve ter ouvido bastante isso daí. Às vezes, naquele momento de raiva, de indignação, ou algum vizinho ou ela própria chama a polícia militar e uma vez caracterizado o delito e havendo representação da vítima não nos resta outra alternativa senão autuar o agressor em flagrante.

O papel das DDMs.

São importantes, mas eu não gosto muito de coisa especializada. Se nós podemos atender fim de semana e à noite, por que não o dia todo? Então, se assim fosse, se as delegacias não tivessem condição de atender a mulher, então as delegacias das mulheres teriam que funcionar 24 horas por dia. O que eu acho é que os distritos policiais deviam ser dotados de um setor especializado, ou melhor orientado para atender a mulher nesse aspecto, mas eu não vi, assim, uma necessidade das delegacias da mulher. Como eu digo, é uma pressão política que gera esse tipo de criação. Daí aquilo que eu falei no início da nossa conversa, que eu reputo os distritos policiais, as delegacias de polícia, muito importante, porque aqui é que nós atendemos a população, todo tipo de população, porque a primeira coisa que a população faz quando se vê frente ao perigo, ela se lembra da polícia.

Considerações finais.

O problema da violência contra a mulher não foge muito ao problema que nós enfrentamos socialmente no dia a dia, justamente por esses motivos que nós elencamos a desestruturação familiar, aquela família bem formada como antigamente com pai, mãe, filhos, avó, hoje em dia está rareando. Não é difícil a gente vê o tio que tem relações sexuais com a sobrinha, dorme no mesmo cômodo. Então tudo isso daí acaba desembocando na violência. A religião, hoje em dia a gente nota um declínio da igreja Católica, e praticamente, antigamente as pessoas tinham aquela fé, aquele temor a Deus, quantos crimes deixavam de ser cometidos nesse aspecto. E não só isso, a educação escolar, a quebra das tradições do nosso país. Podemos citar o Sete de Setembro. Eu sou do tempo em que se usava uniforme na escola, que levantava quando o professor entrava e só sentava quando ele sentava, que cantava o Hino Nacional, e hoje eu recebo B.O. de aluno que agrediu a professora, que agride o professor, que destrói a escola. Então todo esse perfil que nós estamos conversando, falta de escolaridade, educação familiar, perspectiva de trabalho, de lazer, de moradia e de saúde é o que acaba desembocando, como eu disse, no enxugar gelo e enxugar o chão com a torneira aberta.

ENTREVISTAS COM ESCRIVÃES

1 Entrevista com escrivão Bruno

Data 20 de abril de 2007 - 21h às 21h55

Formação na Academia de Polícia.

Eu acho que acaba se tornando um cabide de emprego porque não existe uma preparação profissional como, agora eu vou fazer uma crítica aqui eu acho que a polícia de uma maneira geral, o funcionalismo público, o professorado não tem respaldo nenhum pro pessoal, pro profissional exercer de maneira digna sua função, então nem na preparação na academia não se prepara visando burilar aquele funcionário de uma maneira a representar o Estado.

Porque você vai na iniciativa privada, a partir do momento que você é contratado pela empresa você veste uma marca, então eles buscam te preparar da menor maneira para que você represente aquela marca. O Estado não está muito... eu acho que os governantes acreditam que ele têm coisa mais importante pra fazer do que se preocupar com quem que representa eles de verdade.

A minha opinião quanto à preparação policial é essa: é muito, extremamente fraca, o ensino defasado, a academia de polícia estruturalmente, não atende as necessidades básicas de um policial, a gente não tem nem refeitório, ficamos seis meses indo lá fazendo refeição numa banca de jornal que tem na frente. Então eu acho que tudo aquilo que você vai aprender aqui na polícia, infelizmente não é na escola, é dentro da instituição. A partir do momento que você vem para uma instituição para aprender na prática o que ela é, é perigoso, porque você pode aprender pro lado bom como você pode aprender pro lado ruim, porque exemplo das duas coisas você vai ter muito fácil, muito acessível a você e aí qualquer desvio de personalidade, de caráter, uma formação familiar pode te levar para um caminho que não é interessante pro trabalho e não honra a carteira que você recebeu.

Capacitação específica para atender mulheres.

Nós não tivemos. Aquela questão quem pode mais pode menos, quem não pode o menos imagine o poder o mais. Quanto ao atendimento de mulheres que é tão delicado eu não tive nenhuma.

Eu tive um breve estudo que eu fiz um acompanhamento sobre a criminalidade no Rio de Janeiro com os trabalhos do Luiz Eduardo Soares e a Bárbara Soares, que ele ocupou a Secretaria no Rio de Janeiro, e a mulher dele fez um trabalho específico com as mulheres no atendimento de mulheres, junto com a Silvia Lemgruber que fez todo esse acompanhamento e eu estudei um pouco o trabalho deles com o trabalho das mulheres, a criação do Centro de Referência, no atendimento da mulher, então alguma coisa eu entendo disso estudando por fora. Agora uma preparação...

Porque a maior mentira que um governante pode dizer é que a Delegacia da Mulher funciona. Eu acho que se ela funciona, funciona pelos dos profissionais que estão lá, que são guerreiras que a gente tem aqui em XXXXX, como é a Dra. XXXXX que faz um trabalho que exorbita qualquer responsabilidade dela, é uma delegada vocacionada, que não precisa da polícia pra nada pra fazer aquilo com amor e devoção mesmo, então se elas funcionam, funcionam porque... a Delegacia de Defesa da Mulher por ela se tornar uma espécie de castigo para alguns policiais, ela ser visto como um castigo para alguns policiais: ah, então você vai trabalhar na Delegacia da Mulher, ela acaba concentrando um número de pessoas vocacionadas, que vão pra lá e vestem a camisa mesmo, como na verdade, se é for dizer a verdade, é como o que acontece com o que funciona nas instituições públicas, o que funciona na instituição pública é por vocação dos funcionários, é por vontade, é por policial que ficou a noite inteira, policial militar que ficou a noite inteira lá num bico e assume às 7 horas da manhã seu plantão e vai pra cima de tudo como... então quer dizer... é o que

acontece na delegacia da mulher, a gente acaba não tendo um preparo para isso, nenhuma especializada, delegacia pra idoso, nenhuma especializada não busca isso.

Mas você já atendeu mulheres?

Ah, sim!

Capacitação específica para atender mulheres.

Ó, eu vou falar de uma maneira genérica, assim, eu acho que o atendimento de alguns crimes que é contra a mulher que são geralmente, que mexem não só com a violência corporal, mas principalmente com a psicológica, elas demandam um preparo que é assim muito específico, então pra gente é complicado, porque é fácil você atender uma mulher que aparece no bacion, do marido e falar pra ela assim: é a quarta ou quinta vez que você apanha você apanha porque você gosta, você merece apanhar. Ao passo que o funcionário tinha que ter uma sensibilidade pra entender a condição sócio econômica daquela mulher, o que prende ela àquele marido, qual a visão que ela tem de uma instituição familiar, que às vezes não é aquela que você entende...então eu acho que são casos geralmente semelhantes. Agressão à mulher, estupro, violência doméstica. São casos que parecem semelhantes no fim, uma mulher que chega aqui agredida, uma mulher que chega aqui violentada, mas que são casos que tem extrema especificidade. Então que acho que se nós não tivermos essa preparação para entender aquela especificidade daquele caso a gente tende a generalizar isso e generalizando, o atendimento cai de padrão e você acaba atendendo tudo como um robô, e isso aí é perigoso, é perigoso não só no caso da violência da mulher, mas no atendimento da criminalidade como um todo. Mas nesse caso específico da mulher que sofre em casa, sofre calada, que é agredida continuamente, permanece no lar, permanece fiel aos filhos, então são realidades diferentes de cada família, então a não preparação específica para isso prejudica demais as mulheres, demais, demais, então é o que eu volto a dizer pra senhora referente à delegacia de defesa da mulher acaba havendo uma preparação maior por vontade dos próprios funcionários.

O curso que você fez no Rio, com a Bárbara e o ...

Na verdade eu não fiz o curso no Rio, eu fiz em São Paulo e com alguns apontamentos deles.

Esse curso foi iniciativa ...

Foi iniciativa minha, iniciativa minha. Não teve nada... inclusive acho que aqui ninguém sabe que eu fiz esse curso, mesmo porque na polícia você pode se encher de curso que não vai te levar a lugar nenhum, infelizmente essa é a realidade.

Avaliação do curso para o seu desempenho profissional.

Foi, foi bom pro meu desempenho profissional, que agora, eu vou dizer assim pra senhora que eu acho o que é bom pro meu desempenho funcional aqui acima de qualquer curso é a criação que eu tive dos meus pais. Então eu acho isso é que é relevante, a maneira como eu tenho meus pais, como eles me criaram vendo o mundo, as coisas que eles me ensinam, eu acho que é pra qualquer coisa na minha vida, mas pra cá me ajuda muito.

A primeira vez que eu vim pra cá, num plantão, meu pai falou pra mim, nunca esqueço, quando eu estava saindo de casa, você vai atender ao público, eu trabalhava na Telefônica, trabalhava vendo as pessoas de outro lado, através de uma linha telefônica, ele falou você vai trabalhar com atendimento direto o público, então você não veja ninguém, não veja a pessoa, não veja a vestimenta, você não veja a maneira como elas falam, veja o problema de um cidadão que está chegando lá e trata como se estivesse eu que estivesse no balcão e aí eu acho que esse é o maior exemplo, sempre que tem alguma coisa do meu lado eu procuro ver meu pai e minha mãe do outro lado do balcão e é isso que faz eu querer atender de uma maneira diferenciada, eu querer atender melhor, eu querer me especializar mesmo independente de colher alguma coisa, de um possível reconhecimento, acho que o maior reconhecimento é o reconhecimento pessoal e não macular o sobrenome que meu pai me deu. Então eu acho que pra mim é isso o que me ajuda mais.

Mas cursos, vontade de conhecer, eu sou um cara que leio muito assim, até bula de remédio se cair na minha frente eu tô lendo e ajuda na formação, enriquecimento de formação nunca é demais e sempre ajuda você, numa hora e numa hora e outra, você vai acabar lembrando de alguma coisa que você leu. Até hoje eu estava lendo a respeito desse problema de corrupção de desembargadores e eu tava, eu lembro que eu tava lendo um apontamento sobre a violência canadense, onde um instituto canadense, no Canadá, considerava que o nível de corrupção do poder público de 5% era considerado tolerável. Então quer dizer é um conhecimento que na hora em que eu li aquilo provavelmente não tenha me servido pra nada, como até hoje não serve, mas você passa a entender as coisas de uma maneira melhor.

Quando você faz referência à sua família, você alguma vez assistiu alguma agressão?

Não, pelo contrário, nunca, de maneira nenhuma. Meu pai... minha mãe é um pouco mais esquentada, eu acho que, se eu, com 26 anos de idade vi, presenciei umas três brigas deles foi assim, muito... não vou dizer que eles não discutem, mas meu pai e minha mãe têm uma sutileza de se trancarem no quarto e discutirem e, se a gente tiver uma festa na parte de baixo da casa, eles saem de mãos dadas dando risada pra todo mundo, alguns podem chamar isso de falsidade mas eu acho que eles resolvem isso muito bem dentro de quatro paredes, se respeitam muito. Da minha família eu só posso dizer, é difícil porque a pessoa pode falar... sou um pouco piegas, falar da minha família desse jeito, mas em termos assim, meu pai e minha mãe são fantásticos. Sem comentários.

E você nunca agrediu uma mulher?

Não. Não. Já apanhei de mulher.

Já teve vontade?

Não, não.

Você fez referência a atendimentos generalizados, se você não tem uma preparação, ou uma sensibilidade, você acaba fazendo atendimentos generalizados, você tem conhecimento ou já observou colegas seus fazendo atendimento generalizado?

Já, isso a gente vê, é aquela falta de *feeling*, você atende a ocorrência como se estivesse fritando pastel, acaba sendo algo mecânico.

Você lembra de alguma expressão que você tenha ouvido e que te marcou dentro disso que estamos chamando de generalidade, de atendimento generalizado?

Não tem assim..., eu vou citar um exemplo a contrário senso, na verdade, como a generalidade da polícia.

Aqui é mais importante pros nossos cardeais, pros nossos governos que você atenda a pessoa que faça um pedaço de papel e que essa pessoa saia daqui com um pedaço de papel, se o atendimento foi bom ou ruim ela saia daqui com um pedaço de papel e isso vai pra estatística da polícia. Porque hoje em dia o que se analisa na polícia é números não é a efetividade da prestação de serviços nem nada.

Então vi, presenciei, eu estava entrando no plantão vi um caso de uma mulher que sofreu na verdade um atentado violento ao pudor. O delegado que atendeu no dia, ela, ela estava extremamente chocada, colocou ela na sala, serviu água com açúcar, explicou pra ela toda a situação, acalmou, buscou um atendimento pra ela junto ao (...), entrou em contato com o Pérola Bington para verificar se havia realmente havido uma violência sexual mais grave, era uma menina de 22 anos, orientou ela quanto a necessidade da lavratura do boletim de ocorrência, ela tava muito nervosa, então ele explicou pra ela se ela achasse mais conveniente, como já tinha sido dado um atendimento mais assim pessoal, direto pra ela, mais delicado, ele explicou pra ela que se ela quisesse ir pra casa, deu o telefone, que retornasse pra ele a ligação assim que quisesse lavrar o boletim de ocorrência e que se não quisesse lavrar o boletim de ocorrência naquele dia que era um domingo à tarde, que procurasse a DDM, com a Dra.XXXXX, que explicasse o que já foi feito, escreveu o nome dele num papel e encaminhou ela. Esse delegado foi repreendido pelos nossos superiores

porque ele não lavrou o boletim de ocorrência, como se tudo o que ele fez de uma forma extremamente delicada, não valesse nada, o que eles queriam era uma natureza registrada num pedaço de papel. Então quer dizer, para os nossos superiores, naquele momento, era melhor que ele não tivesse nem olhado pra cara dela, tivesse escrito num papel o que aconteceu, dado pra ela e falasse passe bem, do que efetivamente dar o atendimento que ele deu. Não é um caso específico de atendimento generalizado, mas é um caso onde os nossos superiores esperavam um atendimento generalizado, pra eles seria mais efetivo do que o que aconteceu.

Então significa que as mulheres que vêm aqui registrar um boletim de ocorrência, nem todas saem com o registro, com um pedaço de papel. Eu pergunto pra você, todas que vêm aqui saem com um pedaço de papel?

Não, não. De maneira nenhuma. Eu posso falar isso por mim, que não é, por exemplo, no meu caso, eu não registro todos os casos de violência contra a mulher, eu busco dar um atendimento digno e ver qual é a necessidade imediata dela. Porque o boletim de ocorrência ele não tem, ele é um escudo, ele não tem um poder de nada. Então às vezes é mais fácil você ... a mulher está mais precisando mais de um momento, que você consiga pra ela um abrigo na Casa Amarela ou no Lar Vem Maria e que posteriormente ela seja encaminhada para os assistentes sociais pra fazer o boletim de ocorrência do que você registrar isso aí mesmo.

E você alguma vez já tentou conciliar, no atendimento, essa mulher com o agressor dela?

Já. Teve um caso recente aqui que nós atendemos um rapaz que chegou bêbado em casa e a mulher deu uma vassourada nele. E ele pegou a filha e veio pra delegacia descalço, com a filha no colo, só de bermuda e a mulher de camisola seguindo ele. Inclusive depois nós fomos levar eles em casa pensando que eles tivessem vindo aqui da esquina, mas eles vieram de um bairro daqui, XXXXX, que é inacreditável como eles vieram os dois descalços, chegaram aqui, acho que tiveram que colocar os pés numa salmoura, coitados, de tanto que eles andaram. E o cara na frente dizendo que não ia deixar a filha lá, ela vindo atrás, e o cara querendo registrar. Na verdade esse caso é o contrário, porque o cara tomou uma vassourada. Aí chegaram aqui chorando, ela dizendo que no carnaval ele deixou ela sozinha, a nenê tava doente. E começa aquilo lá que, que na verdade é assim, eu acho que a função da polícia é um pouco mais que processual, aliás a função processual é menor. É lógico que no departamento de investigação, no departamento de inquérito isso aí é... mas no atendimento ao público aqui, um pedaço de papel é o que vale menos, então quer dizer, naquele momento sentou cada um para um lado, e aí fiquei conversando com o rapaz, a Rose que é uma agente de telecomunicações que trabalha com a gente, ficou acalmando a nenê que estava muito assustada, conversou com a mulher, ficamos aqui conversando com eles quase duas horas, depois levamos eles pra casa, os dois bem, brincando com a menina, tudo bem demais, acabou sendo legal.

O que você acha que a mulher espera da polícia quando vem à delegacia?

Ah, isso aí depende viu, porque, por exemplo, tem mulheres que buscam só uma reação momentânea, aliás, a grande maioria delas busca uma reação momentânea. Tanto que com a introdução da Lei Maria da Penha, onde a violência começou a ser lavrado o flagrante afiançável, a gente verifica que se está lavrando o flagrante aqui e a mulher está desesperada, do outro lado, correndo atrás do dinheiro pra fiança porque ela não quer que o marido fique preso. Então é difícil saber o que elas querem realmente da polícia. Na minha opinião, uma tutela jurisdicional, elas querem mesmo quando envolve filhos, quando envolve as crianças. Quando a questão de violência é com ela, não tem muita urgência da prestação jurisdicional, da atividade do judiciário, da lavratura do boletim de ocorrência. Isso você consegue contornar. Agora...quando envolve os filhos, aí ela pretende mesmo que isso vá pro juiz, que se determine guarda, que ele não visite as crianças. A urgência dela é quando envolve as crianças.

Como você vê o papel da polícia no enfrentamento à violência contra a mulher, qual seria o papel da polícia?

Olha, é o que eu estou dizendo, o papel nesse caso aí, é justamente um papel mais social, se for perguntar a minha opinião mesmo, eu acho que em briga de marido e mulher, assim, seria mais necessário uma assistência social, um amparo psicológico, um acompanhamento, do que a polícia mesmo. Porque a função da polícia, o que que é? É apurar a existência de um delito, a autoria e punir aquele autor, acaba se resumindo a isso e não tem uma efetividade de combate realmente ao problema, às vezes ao alcoolismo do homem, às vezes o desemprego por que passa aquela família, então a função da polícia é importante, mas eu vejo assim mais em casos de estupro, em casos dessas patologias de desvio de conduta que levam um homem à agressão contra a mulher, à violência, nesse caso específico eu acho que a polícia tem uma atuação importante porque vai investigar, vai punir quem realmente faz esse tipo de coisa, se for verificado que a pessoa tem um desvio de conduta, uma medida de segurança para essa pessoa, agora no caso específica de briga familiar, de violência doméstica mesmo, eu acho que a função da polícia, as pessoas esperam muito da polícia, infelizmente eles acabam pensando que a polícia não tem uma efetividade, porque aquele problema em si não é policial, aquele problema é um problema que envolve a convivência do casal, que envolve às vezes a situação sócioeconômica que eles estão atravessando, que envolve diversos fatores que o policial mesmo é bem pouco.

Com essa sua fala estou entendendo que você não considera crime a violência doméstica.

Não. Considero crime, como qualquer crime deve ser punido, mas eu acho que restringir a importância da violência doméstica a um mero delito e tratá-lo como um delito que chega aqui, você instala um inquérito, apura a autoria, a materialidade, leva ao Fórum, condena a pessoa, eu acho que não é efetivo, não pra esse caso. É crime como qualquer desvio ao ordenamento, a violência doméstica está capitulada como crime, mas, não é, mas efetivamente não é o que resolve, nesse caso de violência não é o que resolve porque o problema é muito mais abrangente do que isso. Você vai punir e... É o caso que eu disse pra senhora do flagrante na Lei Maria da Penha, você acaba, você lavra um flagrante, você obriga a mulher às vezes a tirar da renda familiar R\$300,00 ou R\$400,00 pra pagar a fiança do marido quando ele for pra casa ele vai estar mais nervoso ainda porque agora vai estar faltando R\$400,00 no orçamento. Então, quer dizer, o que você resolveu daquele problema, o que você resolveu pra aquela mulher, no que você contribuiu pra harmonia daquela família? Na minha opinião, nada. Não que não seja uma esfera importante, mas ela acaba funcionando mais como uma intimidação do homem. Na minha opinião, por medo ninguém deixa de fazer nada, não é pelo medo, mesmo porque você chega no Fórum você tem uma suspensão processual, você tem o JECRIM que vai condenar a uma cesta básica, então quer dizer, nem o temor vai ser efetivo.

Agora a história da cesta básica não pode mais.

Não pode, mas a senhora vai ver como ainda vai haver um afrouxamento legal nessa Lei Maria da Penha, não vai demorar, não vai demorar mesmo, se nós estamos tendo progressão de regime pra crime hediondo, não vai ser a Lei Maria da Penha que vai conseguir mudar essa realidade.

Como você vê a situação da mulher na sociedade? Você acha que existe desigualdade entre homens e mulheres?

Ah, efetivamente, com certeza. Na minha opinião a gente ainda traz resquícios daquela sociedade patriarcal, do poder familiar que hoje é o poder familiar, na época o pátrio poder, aquele poder do homem, o homem como provedor da família e isso acaba subjugando a mulher, não só profissionalmente, mas psicologicamente, dentro de casa. O homem hoje não vê a mulher ... é difícil você ver uma família, voltando a minha, na minha eu vejo isso e meus pais já estão com certa idade, mas é difícil você ver uma família onde o homem e a mulher são, efetivamente, parceiros, onde o homem enxerga a mulher como uma parceira, como alguém que está do lado dele. Como uma expressão que meu pai usa como pessoas que estão remando para o mesmo lado. É difícil hoje em dia. Alguns homens, principalmente

nas classes mais baixas, onde não se tem acesso a uma formação cultural que demonstre essa igualdade pra mulher, ainda a desigualdade que a mulher sofre é muito grande, o preconceito é muito grande. A Revista Veja publicou há quatro semanas atrás fez uma publicação sobre diferença salarial nas empresas entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. A diferença é gritante, de mulheres que têm MBA, doutorado, pós-doutorado, que não conseguem ter o mesmo reconhecimento profissional que os homens. Eles dão exemplo da indústria mecatrônica onde engenharia e mecatrônica é emprego para homem.

Você acha que essa situação de subordinação da mulher que está aí colocada na sociedade, você acha que isso favorece a situação de violência, por conta da subordinação as mulheres...

Com certeza, o homem tem o aspecto dominador, ele se vê como um dominador, isso favorece, mulher é propriedade do homem e como propriedade eu posso dispor dela da maneira que eu como quiser, essa é a cabeça, e isso favorece muito, se a sociedade enxergasse o homem e a mulher com igualdade de direitos, deveres e de possibilidades, talvez o homem não veria na mulher algo que fosse a posse e propriedade dele, e sim como uma igual, mas até aí vai ter que queimar muito sutiã em praça pública pra mulher conseguir isso aí.

Qual tipo de violência é pior para mulher?

Eu acho que, na verdade, dos crimes, o estupro ainda é o pior, bem pior que a violência doméstica, bem pior. Acho que o ato de entrega... a mulher, ela enxerga a entrega do corpo dela, a entrega do ato do amor como algo pessoal e faz disso um episódio importante da vida dela. Você se vê subjugada a um estranho, pelo poder de uma arma, acho que isso é o que atinge uma mulher psicologicamente, atinge fisicamente, acho que é mais complicado porque não há dupla, é um estranho. A violência doméstica, por mais evasiva que ela seja pra mulher, aquele é o homem que um dia ela amou, que ela levou pra dentro de casa, que ela construiu uma família, que eu acho que no fundo, essa é a opinião minha, eu acho que no fundo vai ser sempre o homem que ela acredita que ela vai terminar a vida de uma maneira melhor. Eu acho, até as mulheres que vêm até aqui a delegacia, acho que elas vêm aqui mais com a vontade de que o medo faça dele o marido por quem ela se apaixonou um dia.

Quando você dizia agora: "porque que pra mulher o ato de entrega..., toda essa sua fala... "para o homem como é isso?

Pro homem já depende um pouco mais da criação. O homem sempre tem aquele aspecto de conquistador, de dominador, então o homem não vê, na minha opinião, acho que é até machista da minha parte, mas o homem numa maneira geral não vê o sexo, o relacionamento como algo que ele deva aguardar, um momento especial. Acho que é um pouco dos nossos genes de procriação, dos nossos ancestrais. A mulher já não, a mulher já tem liga isso a uma afetividade maior.

Quando você atende uma mulher que sofreu violência, qual o seu sentimento? O que bate? Bate alguma coisa?

Pra ser sincero, eu nunca me envolvo sentimentalmente com nenhum tipo de ocorrência que eu atenda, é muito difícil eu me envolver, eu acho que eu consigo manter um certo distanciamento, o que é melhor porque às vezes faz você analisar com mais frieza o que você está vendo.

Você lembra de algum atendimento que tenha te abalado, atendimento de mulheres?

De mulheres não. Eu lembro, a única ocorrência que eu lembro que me abalou muito, mas não é relativo a mulheres, foi o caso de um nenenzinho que se afogou na piscina. A empregada levou o filho pra limpar a casa, ela não tinha com quem deixar o filho e levou, ela tava limpando a casa, os patrões estavam viajando, deixou o filho brincando na parte social da casa e acriança se afogou e aquilo foi algo que me deixou extremamente abalado por um bom tempo. Agora, referente à mulher, assim, sinceramente nada que me abale, não cheguei a pegar algo que pudesse me abalar. Eu pessoalmente trabalhei num caso de

estupro. Trabalhei com a efetividade de acompanhar as investigações, mas quando eu acompanhei, inclusive o rapaz foi preso, o primeiro atendimento, que eu acho que me chocaria, já tinha sido feito, eu peguei a ocorrência andando, quatro cinco dias depois, não me envolvi muito. A única ocorrência que me marcou e me deixou derrubado foi essa.

Nos casos de violência contra a mulher, você acha que as mulheres provocam a violência? Algum caso que a mulher provocou a violência?

É que nem eu disse, eu acho que se eu falar isso eu vou estar sendo generalista, então, por isso que há problemas que você deve analisar caso a caso. Não vou dizer que não existe mulher que provoca o marido, que tire o marido do sério, não vou dizer que isso não exista, mas eu dizer especificamente de um atendimento, não tenho condições pelo que chega aqui pra gente, de dizer.

Você lembra de ter atendido uma mulher que você tenha identificado que ela estava correndo risco de vida?

Correndo risco de vida por causa da violência?

Por causa da violência doméstica?

Não, não... isso eu não isso cheguei a atender não. Na verdade, os casos de agressões que eu peguei a maioria foram casos superficiais, assim. Nós temos aqui, nos finais de semana, uma área de periferia, uma área referente ao sexto distrito, onde tem o Jardim Santo André, uma área periférica mesmo. Então a maioria dos casos de violência contra a mulher nós pegamos relativos àquela área e nada muito grave.

Você trabalhou aqui sob a Lei 9.099 e agora sob Lei Maria da Penha. Como é que você vê essas duas Leis como enfrentamento à violência contra a mulher.

Eu vou repetir.

É, de alguma forma você já disse.

A Lei Maria da Penha, ela traz uma especificidade, então traz alguns casos de amparo à mulher, o que é importante. Agora eu vou fazer uma crítica dessa Lei como eu faço na maioria das Leis, de uma maneira geral, quando tratam de algum assunto específico. No Brasil, por exemplo, segurança pública ou violência contra a mulher são assuntos que são tratados com uma postura reativa. O que é essa postura reativa? Elas são votadas a toque de caixa no Congresso de acordo com o clamor popular. Você não vê na segurança pública uma política que vise, passo a passo, construir uma identidade de segurança pública, uma delegacia participativa como o Dr Luiz Eduardo tentou fazer no Rio de Janeiro, criando a Delegacia Legal, criando os Centros de Referência e acabou, pouco mais de um ano, sendo mandado embora. Então, a minha crítica é essa, eu acho que fazer lei é muito fácil, algumas leis até atendem a determinados fins, mas, por exemplo, no caso da violência da mulher especificamente, isso demanda uma política social, demanda um trabalho psicológico, a gente tem que verificar as questões socioeconômicas. A minha experiência aqui me mostra que apesar de haver violência doméstica nas classes, hoje ditas média, média-alta e alta, a violência doméstica nas classes baixas ainda é muito maior. Então, quer dizer, o homem, será que o homem da classe baixa é mais violento, é mais brucutu? O que leva ele a ser mais violento, ou será que não é justamente essas condições sociais dele? A forma como ele foi criado desde pequeno, o exemplo que ele traz da família? Porque é muito fácil você ver seu pai bater na sua mãe, você ver seu irmão bater na sua mãe... e você...

Então você acha que essa conjuntura contribui para que os homens...

Contribui, eu acho que contribui, o exemplo familiar... eu vejo por mim, eu acho que o filho segue muito os exemplos que ele tem dentro de casa até inconscientemente, então, a maneira como ele vê seu pai tratar sua mãe fatalmente e será a maneira como ele vai tratar a mulher dele. É claro que cada um tem sua individualidade, mas esse estigma vai ser perpetuado, no meu modo de ver, pela minha observação, isso não é só no caso da violência, mas é no caso do convívio social como um todo, como que o ser humano identifica a sociedade, como ele vê o papel dele na sociedade, como ele vê a participação

social dele, ele traz isso da família. Então quer dizer, o ser humano tem necessidade de símbolos, de signos de conquista, símbolos de masculinidade, símbolos fálicos, símbolos socioeconômicos e toda essa criação ele traz junto com ele. Agora eu vou falar um caso de violência, existe um estudo que engloba os traficantes no Rio de Janeiro, os Falcões, que são as crianças que se envolvem no tráfico, aquela criança não tem identidade, ela é invisível na sociedade, na sociedade ela é invisível, ela é aquela criança que te incomoda no farol, ela é aquela criança que não tem respeito dentro da escola, é aquela criança que não tem perspectiva, mas é aquela criança também que a partir do momento que pega uma arma, uma R 15, que é um símbolo de poder, que é um signo de poder, ela é aquela criança que é vista pela a sociedade, é aquela criança que chama a atenção, é aquele Zé Ninguém que ganha uma identidade. Então, quer dizer, de Zé Ninguém ele passa a ser um traficante. É melhor pra ele ser um traficante do que um Zé Ninguém, porque o perjuro social que ele vai sofrer sendo um traficante é bem menos dolorido do que a indiferença que as condições socioeconômicas trazem para ele. Então, eu acho, na criação como um todo, isso influi no papel social do homem e também no caso da violência doméstica.

Você conhece o documento Convenção de Belém do Pará, é uma comissão Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Conhece, já ouviu falar?

Eu já, eu tenho um folder dessa comissão que eu recebi no ERECS, Encontro Regional de Estudantes de Ciências Sociais. Eu tenho essa convenção e tenho um documento que chama Carta de Belém do Pará, que é uma carta que eles fizeram através dessa discussão. Tenho essa carta, mas não tenho um conhecimento, fiz uma leitura mas bem genérica.

Bruno, para contribuir com a minha pesquisa, independente de eu perguntar, você teria mais alguma coisa para falar, que você acha que seria importante dar sua contribuição?

Assim, eu acho que eu não tenho nem formação pra dizer algo pra senhora, mas eu acho que seria importante, através desses trabalhos, dessas iniciativas que se constrói na sociedade, a necessidade urgente de buscar, não prevenir..., não combater as coisas depois que..., não usar aquela expressão “não jogar a criança com a água do banho”, eu acho que é necessário a gente buscar uma construção. Ao mesmo tempo que a senhora está escrevendo sobre isso, a senhora está construindo algo que ainda no próprio, no meio acadêmico é algo que ainda é difícil de se encontrar uma literatura especializada, como é difícil você orientar governantes se não existe uma literatura, não existe um trabalho efetivo quanto a isso. Então, eu só queria alertar pra tudo, não só por causa da violência doméstica, mas violência como um todo, criminalidade, problemas econômicos... Nós, de uma maneira geral, temos que parar de tratar as coisas como problemas imediatistas, acho que é mais fácil agora nós tropeçarmos em alguma coisa por deixar de fazer, mas estar construindo. É melhor você ter uma casa de palafita que uma casa sem alicerce, então é melhor você alicerçar isso de alguma maneira.

Obrigada, Bruno.

2 Relatório da entrevista com escritã Alexandra

05 de julho de 2007 – 11h

Na entrevista com o delegado Dr. Benício, este comentou que observava maior preconceito por parte das escritãs mulheres ao atender mulheres que sofreram violência. Sugeriu que eu entrevistasse uma escritã. Aceitei. Fui apresentada à escritã Alexandra que me concedeu entrevista em sua sala.

Identificação:

A minha profissão aqui é escrivã de polícia, passei no concurso de 2002, faz cinco anos que eu exerço a profissão nesse cargo aqui, tenho 30 anos, estou no último semestre do curso de Direito, termino este ano, estou de férias. Escolhi ser policial por influência porque já havia um profissional na família que é um referencial muito forte para mim. Quando aconteceu do meu primeiro trabalho, com 18 anos, eu trabalhei pela prefeitura local e vim prestar serviços aqui, funcionária emprestada, fiquei em cargo de comissão pela prefeitura de XXXX por um ano, no ano de 97 eu passei no meu primeiro concurso público municipal para a Câmara, onde eu trabalhei quase sete anos, quando no ano de 2002 eu passei no concurso de escrivã de polícia. Fui fazer Academia de Polícia que é o curso de capacitação profissional de quatro meses, tive que freqüentar a Academia e fiz depois, dentro das possibilidades de pedido de trabalhar, nesse caso eu pedi para vir para RGS, para vir trabalhar aqui que é o lugar onde eu moro, aqui por perto, já estava acostumada, quando eu prestei o concurso eu quis, não foi influência, não porque não tinha outra coisa, eu acho que as coisas acontecem e isso aconteceu pra mim e eu fui me identificando, eu gosto do trabalho que eu faço, eu consigo fazer o meu serviço e sair daqui, eu consigo até esquecer que aqui existe, não me causa preocupação, não me prende, eu consigo dividir bem as coisas.

O que você fazia quando era funcionária emprestada para a delegacia?

O mesmo serviço de escrivã, o mesmo que faço hoje.

Você recebeu formação específica para atender mulheres em situação de violência?

Específica não. Lá a orientação é quanto aos boletins de ocorrência, muito sobre o atendimento, é lógico que sempre tem esse lado e quando chega mulheres aqui com qualquer tipo de violência, doméstica, sexual, seja qual for, então a escrivã, pra ficar mais à vontade, porque a pessoa já chega num estado de constrangimento, então são investigadoras, que nós temos aqui, escrivã, que chama, que ouve, que colhe o depoimento da parte, que orienta, que conversa, a gente chama, tem aqui a Secretaria que tem um setor das mulheres, tanto que quando chega aqui a gente encaminha, lá tem assistente social, que nós não temos aqui de pronto, quando chega, que conversa, aí elas acompanham a mulher aqui, aí é elaborado o boletim de ocorrência, eles acompanham no exame de corpo de delito, sempre que chega aqui que eu atendo, mesmo que não seja, a mulher chega aflita com qualquer situação de ameaça, eminência de ameaça, de agressão, ou mesmo quando chega e chega num estado emocionalmente, que já está abalada, a gente chama, que tem assistente social pra conversar, que tem, mas a gente tem, mas a assistente social já sabe como proceder, como falar, a gente também sabe, mas a gente deixa para eles façam e depois a gente elabora a ocorrência e instala o procedimento. Em RGS tem um índice de violência doméstica, não só contra a mulher. Eu acho, muitas vezes assim, que a questão é social, é uma questão de educação mesmo, as pessoas são muito carentes, é base mesmo, eu vejo que esse é o maior problema, não é o registro de um boletim de ocorrência que vai resolver a situação dessas pessoas, esse é um segundo plano, do mesmo jeito que a Lei Maria da Penha, na minha visão, ela pode até solucionar de uma forma imediata, mas não é a solução que essas pessoas procuram, não é, vai além, isso é pouco e não resolve, é uma outra questão, é uma questão de educação mesmo, de cultura mesmo. Eu acredito nisso. A Lei está aí, emergencialmente ela funciona, mas pode ser que essa Lei para outras pessoas, de um outro nível cultural possa ser a solução, mas pra essas pessoas não, porque você vê que há um alto índice que se elabora, no momento quer, daí uma semana vem e não é aquilo, porque é o pai dos filhos, é um bom marido, ele só fez aquilo na hora que bebeu, não deixa faltar nada em casa, você entendeu? Esse mês mesmo teve um inquérito instaurado, que no momento quis, fez o exame, fez tudo e depois veio aqui e eu gosto dele, nós temos filhos, ele é uma boa pessoa, sempre foi, mas a gente está com problemas financeiros, ele foi assim, mas não é sempre foi assim, a gente resolver dar uma nova chance, então quer dizer que a solução pra essas pessoas não é essa, a solução é outra, é ter um programa social, chamar essas famílias, ensinar essas pessoas a ter o

respeito, primeiro como pessoas e depois como conviventes, que torna mais fácil. Eu vejo assim.

O que as mulheres procuram quando vêm à delegacia?

Elas não querem, na verdade, o que o boletim criminal proporciona que é processar aquela pessoa, muitas vezes o que elas só querem é só se separar, ele vive a vida dele e eu a minha, não quero nada de mal pra ele, entendeu? Eu só quero que ele me deixe em paz. Não é um aspecto criminal. E muitas das vezes elas vêm, elas fazem, porque elas não têm outro recurso pra parar aquilo naquele momento, que muitas vezes é bebida, outras vezes é droga, e porque sabem que sem esses vícios são homens bons, que trabalham, entendeu? E é isso. É com aquela situação que não sabem lidar. Elas vêm aqui, naquele momento, para ter aquela proteção. Muitas vezes não, quer mesmo, tá cansada, vai até o fim, quer separar, não tem um outro sentimento além da raiva, quer dizer, já acabou, o que poderia ter de amor, de ternura, de carinho já acabou. E às vezes tem outras que não gostam mais, você vê que tem carinho porque é pai dos filhos, os filhos vão sofrer, não quer, mesmo que não seja pelo outro, mas pelos próprios filhos. Eu vejo assim.

É feito boletim de ocorrência de todas as mulheres que vêm aqui?

De todas. De ameaça, iminência de ameaça ou ameaça concreta, de lesão corporal concreta ou ameaça de lesão corporal. Porque muitas vezes elas chegam aqui achando que nós podemos tirar ele de dentro de casa, às vezes vêm aqui pra isso, não quer processar, não quer nada, aí a gente tem que explicar que isso não é um problema pra delegacia, aqui é só criminal, o criminal não impede o civil que é o pedido de separação, de separação de corpos e só o juiz pra verificar os fatos, os fundamentos pra afastar de casa, qual que é o direito de cada um. A gente tem que explicar porque, na verdade, elas não sabem, não têm essa informação, tá longe da realidade delas. Posso te dizer que ontem recepcionei uma mulher aqui que ela pediu a separação de corpos, saiu uma cautelar, ele contestou porque ela tinha uma cópia da contestação, só que ela não tinha resposta da contestação, ela não sabe se o advogado, que a cautelar é preliminar, exaure em trinta dias, ela não sabe se a ação principal foi proposta antes desses trinta dias, ela não tinha, porque? Ele voltou. Ele não tá dentro da mesma casa, ele tá dentro de uma outra casa no mesmo quintal, ela já foi vítima de agressão, já fez B.O., ele já foi afastado, mas ela não sabe. Ah! eu não quero que ele fique mais lá e você tem que explicar que ela teria que voltar no Fórum com o advogado, verificar o resultado da contestação que ele fez com relação ao pedido dela, ver se o advogado entrou com o pedido principal da separação porque aquilo que ela tem, aquele afastamento é uma cautelar por causa do perigo, da demora, dela ser agredida, da iminência, então quer dizer, essa falta mesmo do conhecimento legal, de saber, então, você tem que explicar tudo e muitas vezes quando você explica isso você é mal interpretada no sentido de não querer fazer, mas, houve ameaça por agora? Ah! Não, não houve. Você entendeu? Então, quer dizer, às vezes, de você falar, explicar, a pessoa acaba achando que você não quis fazer porque não quis, ninguém quis fazer nada. Por isso que a gente faz, às vezes tem um B.O. que é um não criminal, mas uma preservação de direitos que não existe mais, mas a pessoa vem, relata o fato, fica consignado, fica registrado, a gente dá cópia, mas sem a elaboração, não. (sem a elaboração do B.O. elas não saem).

Papel da polícia no enfrentamento da violência contra as mulheres.

RGS mesmo não tem a delegacia da mulher, teria a delegacia especializada, mas a mais próxima é em Mauá, mas assim, eu acho que dentro da possibilidade, hoje tem várias promocionais, a prefeitura tem esse apoio à mulher, eu acho que toda e qualquer delegacia tem condições de atender esse tipo de ocorrência.

Trabalho em parceria com a prefeitura.

Sim, sempre que acontece que tem, às vezes elas vêm com problema que não é, que querem que saiam de casa, a gente encaminha pra lá, na Coordenadoria da Mulher do município a gente sempre encaminha, casos de violência também, a gente pede pra acompanhar porque eles encaminham pro corpo de delito, levam, às vezes eles não tem condições de ir, não tem condições financeiras de pegar o ônibus e ir e a prefeitura viabiliza.

O que leva um homem a agredir uma mulher?

O que leva? O que eu vejo, assim, acho que tem homens, existem várias esferas, pobres, ricos, essa cobrança do lar, as obrigações, principalmente os mais carentes eles não tem essa estrutura de sentar e conversar, eu vejo assim, eu vejo que é muito pouco o que falta para o bom convívio. E outra também, tem a cultura, os lugares diferentes, norte, sul, tem lugares que as mulheres são muito submissas, infelizmente, então eu acho que é isso.

Que tipo de violência é pior para as mulheres?

Eu acho que partindo de quem se gosta não existe nem pior e nem menor. Eu acho que partindo do companheiro, eu acho que a mulher a partir do momento que se descobre, é aquela coisa, só toca, só abraça quem ela permite. Eu até costumo dizer pra minha mãe: Ah! A mulher perdeu a virgindade se perdeu, na verdade não, é o momento em que ela se encontra, porque ela vai saber quem ela quer que a toque, que a abrace, então eu falo que partindo de quem gosta... E esse tipo ainda deve ser terrível, deve ser muito difícil e havendo o sentimento ainda deve ser muito pior um tapa, um xingo, uma ameaça, uma coação deve ser muito triste.

Você se sente afetada ao ouvir o relato de violência de uma mulher?

Mexe. É que às vezes a gente tá tão... No começo, uma profissional, é difícil, mas você tem que se segurar, é muito difícil, dependendo do que relata, não te digo só de violência contra a mulher, de marido pra mulher, mas outros casos mesmo de adolescentes com o padrasto, com o pai, de menino, criança, menina, tem coisas que é muito difícil imaginar que o ser humano possa chegar a uma condição dessas.

Algum caso em especial lhe tocou mais?

Na verdade, no caso de violência, não de maneira específica contra mulher, você vê, contra a mulher também, mas o que te condói mais é aquele que não sabe se proteger, no caso criança. Criança é uma situação que todos nós vemos aqui é uma criança chegar e levantar a blusa e você ver a marca do chinelo de plástico prensada na criança roxa, lilás, isso é demais, ver aquilo você pergunta como é que pode? E foi um caso em que a mãe foi indiciada, houve o indiciamento da mãe duas vezes porque foram duas crianças. É terrível. Outro caso que teve faz pouco tempo, aqui, em nossa área, foi o estupro, também, de uma moça a condição que ela ficou e você olha a pessoa do agressor, uma pessoa de uma maneira totalmente dissimulada, porque você tem contato com estupradores você vê que são os mais dissimulados porque você nunca olha dizendo que a pessoa seria capaz de fazer, então, sabe, é coisa horrível, do que fez, como agiu com aquela mulher, além da agressão.

A Lei Maria da Penha em relação à Lei 9.099/95?

Na 9.099 não seria inquérito policial, seria abaixo, e aqui não, no crime se instala o inquérito, tem o procedimento, eu acho que com relação a isso foi bom, inibe, inibe um pouco, aqui na nossa região, mesmo, depois dessa Lei três, quatro maridos já foram pegos, presos e depois disso houve uma diminuição, e quando a gente vê que a gente recepciona, orienta, aí elas vêm, que foi o caso dessa mulher dizendo que ele mudou da água pro vinho, é uma outra pessoa, não bebe mais, não aconteceu mais, tanto que ela retirou. Eu acho assim, nesse contexto emergencial, sim, mas precisa de mais, é uma outra questão, é muito emergencial não é o que precisaria.

As mulheres são submissas na sociedade?

Eu acho que é o que eles gostariam. Eu acredito que não, que a minoria não. A maioria até são submissas. Por mais, por um conhecimento de causa, por mais esclarecido que um homem seja, ele espera uma certa submissão da mulher, eu vejo isso, pode ter um nível cultural até considerável, ser doutor, é a própria essência, é o próprio machismo mesmo, porque ele pode ter um nível cultural muito bom, mas por quem que ele foi criado? Quais foram as bases? Que referência de mãe que ele tem? Então, eu acho que havendo um

homem que não tem tanto como uma mulher que de repente se descobre, estuda e faz, essa diferença não cabe.

A condição da mulher na sociedade tem alguma relação com a violência a que as mulheres estão expostas?

Não, eu acho que não. Porque muitas das vezes essa condição que a mulher se encontra hoje, com toda essa superação e tudo não está ligado diretamente a isso não, eu acho que está ligado com a evolução das coisas mesmo, vamos supor, hoje em dia a mulher que toma conta do filho, de casa, não é casada ou foi casada e não é, eu acho que é a própria situação mesmo em que ela se encontra pra ela buscar, pra ela fazer, pra ela estudar. Eu acho que não precisa estar sob uma condição de violência ou de submissão.

O fato das mulheres serem submissas às vezes é escolha, não digo submissa no sentido de ser maltratada, mas no sentido de dependência, muitas escolhem isso e eu estou pra te dizer que eu ainda não sei quem é mais feliz, se é aquela que se submete ou se aquela que é quer ser independente e fazer tudo e às vezes acaba... é o ser completo, eu acho que esse ser completo que não dá pra alcançar sozinha, eu acho que não dá, na minha visão essa coisa completa de ser independente, ser mãe, ser dona de casa, uma tartaruga sempre acaba fugindo, não tem jeito. Eu acho assim, acho que muitas vezes é por opção também, eu conheço moças, mulheres que fizeram faculdade, têm profissão e casaram, estão em casa cuidando dos filhos, é uma opção também, acho até que da vida, da própria condição em que vivem, a situação do marido, e tudo isso.

Ao registrar a queixa, você identifica se uma mulher está correndo risco de morte?

Por esse motivo, naquele momento por não saber, não ver e diante da descrição que ela mesma faz da situação dela lá, é por esse motivo mesmo que se fala a pessoa chega aqui dizendo que foi pouco a ameaça ou a iminência de agressão ou a agressão completa não faz B.O., não, faz de uma maneira ou de outra. Não raro acontece que a pessoa sai daqui, não registrou a ocorrência, volta pra casa e chega lá e é esfaqueada. E aí? Então, não tem, a gente registra e encaminha pra Coordenadoria e eles em um abrigo, se a pessoa se sente, realmente, ameaçada eles têm essa opção, como foi o caso também de uma mulher que foi agredida pelo marido, gestante, ela veio, foi feita a ocorrência, ela tem mais uma criança, foi oferecida pra ela o abrigo, ela não quis, e tudo é consignado porque depois que aconteceu, ah! Não registrou, quem mandou pra casa, quem não mandou, então, infelizmente, acaba estourando em cima de alguém, então tem todo esse cuidado, a gente chama a Coordenadoria, oferece o abrigo, se aceita fica consignado, se não aceita a gente ouve a coordenadora da Coordenadoria da Mulher dizendo que foi ofertado e ela não quis, preferiu ir pra casa de um parente, são cuidados que precisam ser tomados, como a gente não viu não tem como saber, então são esses cuidados que se tem que tomar.

Seu trabalho contribui para inibir a violência?

Posso dizer que quando vem, esse boletim de ocorrência depende de representação, então é assim, é despachado pra nós pra ouvir a vítima se deseja representar ou não, caso ela não represente na hora. Mesmo ela vindo e não representando, o autor não deixa de ser intimado a vir aqui em decorrência dessa não representação, ele vem de qualquer maneira, a gente ouve, orienta, se já se reconciliaram a gente orienta, a bebida não é boa companheira, tem filhos, se existe um gostar ainda há essa possibilidade, ou se não gosta é melhor parar, a gente tenta orientar pra que não ocorra mais. Tem uns que não retornam mais, tem outros que retornam, tem outros em que a família chega a se separar, vai fazer um tratamento, vai se internar.

Com a Lei Maria da Penha a representação é compulsória?

É assim, registra, mas mesmo assim ela vem representar, mesmo que no primeiro momento, igual aconteceu num procedimento que foi instaurado, naquele momento do registro ela registrou, a testemunha foi ouvida, ela representou, só que depois a gente chama de novo pra ver se fez o exame, pra ver tudo, aí chega aqui e fala não quero mais e ela é ouvida nesse sentido também, agente junta no procedimento e manda pro Fórum, não é retirada a queixa, não tem esse procedimento, mas a gente manda do mesmo jeito.

Você já ouviu a expressão violência de gênero?

Não, nunca ouvi falar, vou procurar saber, o que eu ouvi foi a crítica da violência doméstica, que o povo fala que a Lei, você lendo é uma Lei óbvia, tem os procedimentos que qualquer outra lei teria, o específico é que é só pra mulher. O que já aconteceu de engraçada foi a mulher vir fazer a ocorrência, ter instaurado o inquérito, ter feito o laudo e o homem era que tinha a lesão e não ela. Então é aquilo, medidas.

O índice de fatos semelhantes a esses.

Não que eles venham fazer, é muito difícil, é muito raro, as mulheres é muito mais, não tem nem comparação.

Você conhece o documento Convenção de Belém do Pará, a Convenção Interamericana para prevenir, punir erradicar a violência contra a mulher?

Bom, eu estou no último ano de Direito, teve várias palestras lá no ano passado, e esse ano teve uma palestra de violência contra a mulher, mas esse não.

Comentários finais.

O que eu vejo é assim, vai de cidades, vai de região pra região, e eu acho que a parte social de cada região influencia muito, eu acho que pode funcionar, do que eu tenho da realidade de XXXX é mais a parte social de orientação, de chamar essas famílias, de orientar, você vê que é uma outra visão, um outro mundo, outros princípios, sabe, que às vezes não colaboram pra que eles tenham um bom convívio, eles não conseguem olhar o outro, olhar o companheiro, ver o que há de bom, só vê o ruim, só vê a bebida, é muita bebida, é falta de coisas, é discussão por causa disso, então, é como diz o outro, é coisa de primeira necessidade, se a vida tem quatro ou cinco estágios, porque você tem todas as suas funções, então tem aquele estágio que você já está tão completo que você começa a perceber o outro, a se preocupar e querer ajudar o outro. Então, essas pessoas ainda estão no primeiro estágio, são necessidades básicas que tem que ser supridas pra que consigam, porque o que acontece? Com essa dificuldade deles, você vê crianças sofrendo, as crianças sofrem muito, e é um problema que precisa de muitas pessoas pra resolver, uma pessoa só não consegue.

Que questões são mais importantes.

Acredito que no município de XXXX, mesmo, as secretaria fazerem pesquisa, chamar essas pessoas, ter assistentes sociais pra conversar com esses pais, com essas mulheres pra mostrar pra eles as possibilidades, como se respeitar pra conseguir chegar, se é o que eles querem, pra conseguirem viver, cuidar dos filhos, porque às vezes você vê agressão dos filhos, eles vivem mal entre casal e se reflete nos filhos, é muito difícil. Lógico, pra espernear é muito mais fácil, ser inteligente é mais difícil, é sempre mais dolorido. Por experiência própria, quanto mais cultura, mais conhecimento você tem, mais você sofre, é uma obrigação sua enxergar além do *júris esperniandi*, entendeu? Você tem que olhar o outro e aí é difícil, eu falo que é difícil, numa outra questão, não de agressão, acho que qualquer situação. Porque quando você não tem conhecimento, uma cultura, não tem estudo, essas coisas, espernear é muito fácil, mas você se segurar, ser racional, ter emoção e ser racional é muito mais difícil, então as pessoas falam quem não tem cultura esperneia logo no primeiro momento e não é feliz, eu acho que não, é que não tem consciência do que está fazendo, quando você tem consciência do que você está fazendo e você sabe e tem a responsabilidade e não deve fazer daquele jeito, aí sim, mas aí você aprende com isso, eu acho que isso faz você crescer, e aí você fala descabelar é muito fácil, mas manter o equilíbrio, manter a calma, ter discernimento não é pra qualquer um, espernear é mais fácil e às vezes a vontade é enorme, baixar o barraco.

Você já teve vontade de baixar o barraco no atendimento?

Aqui não, eu tô falando numa questão pessoal. Aqui a gente se emociona demais, porque tem situações nesse aspecto de violência contra criança, violência contra a mulher que você

vê que, às vezes, tem uma mulher que chega aqui e não tem ninguém, pra onde que eu vou? Minha família é da Bahia, e aí? Eu digo que é mais fácil espernear no sentido pessoal, de como eles chegam lá, de brigar, se agredir, se xingar.

No atendimento pode transparecer algum preconceito

Se a pessoa não está preparada pode até ocorrer, mas se você já trabalha há algum tempo você aprende a ser imparcial, tanto que quando você atende que você vê que a pessoa tá achando que você está dizendo que ela está com a razão, você tem que dizer olha você está me dizendo, você é que vai assinar, porque eu não posso. Vamos supor, chega aqui um caso de agressão, marido e mulher, ela vem primeiro ele vem depois, ah! Foi ela que me agrediu não foi eu ah! Mas não foi ela. Pra nós, ela veio fazer a ocorrência e eu não posso questionar se ela é a vítima ou não, eu tenho que registrar, agora, o senhor também vai ser ouvido, eu não elaborar outra ocorrência porque está dentro desta, mas eu vou ouvir o senhor, tem declarações, aquilo que o senhor quiser, mesmo que vá pro Fórum, a outra parte é ouvida. Você atende, dá atenção, mas no atendimento ao público você precisa ter muito cuidado com isso, muitas vezes a pessoa sai dizendo uma coisa que você não falou. Comigo não acontece, acredito que não aconteça.

3 Relatório da entrevista com escrivão Luiz

05 de julho de 2007 – 11h55

A entrevista se deu na sala do delegado, em presença dele, enquanto despachava. O escrivão Luiz apresentava um aspecto de segurança e superioridade quando o abordei solicitando entrevista com a mulher que chegou à delegacia para registrar queixa. Nesse momento ele guardava uma arma na gaveta.

Durante a entrevista, ele parecia um menino acuado, emocionado em alguns momentos.

Relato da entrevista

Agradeço sua disponibilidade em contribuir com minha pesquisa. Gostaria que você falasse um pouco de você.

Tenho 42 anos de idade, nasci no município de São Caetano do Sul, resido aqui em XXXXX, estou há 21 anos na polícia, quando eu entrei aqui, na polícia, eu recebi, primeiramente a formação técnica profissional normal.

Quanto tempo foi essa formação?

A formação foi no começo da carreira, mesmo, há 21 anos atrás.

Durou ano, meses?

Na época foram três meses de período integral, na época, depois a gente fazia o estágio e seis meses. Durante esse tempo aqui eu vinha fazendo curso de aperfeiçoamento, agora eu só vim ser chamado no ano passado. Mas é importante, porque fazer curso de capacitação, é importante. Eu sou casado, tenho um casal de filhos, minha esposa é professora.

Há quanto tempo você é casado?

Há 18 meses.

Quando você casou já era policial.

Já era policial. Meu salário é mais ou menos compatível. Eu ganho, meu salário está na faixa de... deixa eu ver... eu e ela somados chegamos a mais ou menos dez salários mínimos.

Antes de você ser policial você exerceu alguma outra função?

Eu fui técnico de inspeção de qualidade. Eu era formado em nível técnico na ETE como técnico em mecânica, trabalhei um tempo na área de inspeção técnica de qualidade. Na época houve uma crise muito grande eu já estava fazendo concurso pra cá e saiu minha convocação e saí.

Você já tinha interesse? Você quis?

Já tinha interesse, eu quis, antes mesmo de ter qualquer problema lá.

E hoje você só exerce esta função ou exerce simultaneamente alguma outra função?

Aqui eu sou escrivão. Atividade fora eu participo de uma associação amigos de bairros, então tem uma federação e hoje em dia eu sou secretário.

Mas algo que seja remunerado?

Não, não.

Você gosta do que você faz hoje?

Gosto, gosto.

Você faz atendimento a mulheres?

A gente atende as mulheres. Há um rodízio aqui. A gente atende as mulheres da melhor forma possível.

Pra você faz alguma diferença atender algum outro tipo de caso e atender uma mulher que sofreu agressão?

Não, não. O sofrimento humano nos toca, desde uma briga, né... tudo é importante na medida em que, às vezes a gente fica preocupado porque há casos em que numa aparente... de uma coisa banal se transforma numa violência absurda, então isso nos toca e a gente precisa tomar mais cuidado em relação a isso aí. Há casos que com o agravamento dessa agressão... antigamente o cara batia e ficava por isso mesmo, delegacia, não vai dar nada... agora com esse temor de ir pra cadeia há casos em que o cara volta, ameaça a mulher bate mais ainda, diz que vai matar, isso nos deixa apreensivos, o doutor aí, a gente fala o que a gente vai fazer agora? Vamos pedir a prisão desse cara? É um caso pra prisão? Porque é uma coisa que nos deixa em estado de alerta mais ainda.

Você lembra de algum caso de violência contra mulher que você atendeu que tenha chocado você?

Especialmente esse caso que é o ex-namorado da moça que agrediu, a gente fez normalmente, a gente convocou ele aqui, ele foi lá e bateu novamente na moça, quebrou a casa, bateu na mulher, bateu na criança, nos deixou a gente estarrecidos, o que é isso o cara não respeita a lei, não respeita nada? É uma coisa assombrosa, isso nos deixa apreensivos e bastante chocados.

(embora este escrivão demonstre um pouco mais de sensibilidade, pergunto-me se o assombro não seria devido ao desrespeito à lei).

Você acredita que pra fazer esse tipo de atendimento a mulheres que sofreram algum tipo de violência precisaria uma capacitação especial, ou não, essa capacitação que vocês recebem da polícia é suficiente?

Eu acho que toda capacitação, que acrescenta ao funcionário é bom para a instituição, todo conhecimento que vem pra ajudar, pra somar é importante, a pessoa melhor instruída sobre aspectos psicológicos, sociais, ou até uma ajuda de outros órgãos aqui pra gente, às vezes o problema não é tanto policial, mas é problema social, casais que brigam e não tem uma casa, não tem onde morar, e eles têm vínculo que são os filhos e não tem como desfazer esse vínculo porque não têm pra onde ir esse pessoal, e aí? É mais uma questão social de... quer dizer, eles não se suportam, mas convivem... é complicado.

O que uma mulher está procurando quando vem à delegacia? Qual a expectativa dela, o que ela espera?

Ela precisa de ajuda, algumas vezes vingança. A gente vê isso aí. Isso depende de cada pessoa, depende de cada coisa que cada pessoa sofreu. Depende... basicamente ajuda.

O que leva um homem a agredir uma mulher?

Olha, é complicado isso aí. É difícil a gente entrar na cabeça de cada pessoa. Analisando, alguns psicólogos dizem que isso é repetição de atos que aconteceu na infância dessas pessoas. O pai batia na mãe dele, ele acha que isso é legítimo e repete essa história. Eu creio que a maior parte disso aí é isso aí, são pessoas que vieram de família que não tiveram formação tão sólida, não tiveram valores e tentam formar a família e repetem os erros dos pais, isso aí é uma questão que a gente... não identifica-se assim um motivo valoroso pra (...) a agressão. Eu acho que se a pessoa não tá feliz pega sua malinha e vai cantar noutra freguesia, mas eles não vêem isso, parece que tem que ficar juntos mesmo vivendo um inferno. É uma coisa que a gente não entende.

Qual o papel da polícia no enfrentamento à violência contra a mulher?

É mais um órgão de ajuda, de apoio, é um instrumento da sociedade, a gente tá aqui pra ajudar. Às vezes nos faltam instrumentos legais, às vezes nos faltam condições materiais pra dar esse apoio, mas qualquer tipo de violência a gente está aqui, a minha visão é visão de apoio pra defender a situação, a pessoa, a integridade física, a pessoa.

Todas as mulheres que procuram a delegacia por terem sofrido violência, todas elas saem com o boletim de ocorrência ou tem algum caso que não é lavrado o boletim?

Não, na medida do possível todas fazem. Há casos específicos, por exemplo, nós tivemos um caso no começo do ano de uma moça que foi vítima de violência sexual, ela passou aqui, foi encaminhada pro tratamento médico, só que ela se recusou a fazer o boletim de ocorrência, como é um crime que depende de representação, depende da vontade da pessoa, a vergonha, às vezes a pessoa não quis fazer, não há o que fazer, nesses casos não há que se fazer.

Só se a mulher não quiser?

Só se a mulher não quiser, ela vindo aqui ela é sempre atendida e sai com o boletim.

Que tipo de violência você acha que é pior pras mulheres?

Olha, é complicado. Violência física é o grande fato a se combater, mas em si, algumas vezes até violência até moral, às vezes são ameaças reiteradas, o cara faz a cabeça da mulher, domina a pessoa por medo, mas é mais uma questão aí, já não é uma questão só nossa, mas é mais uma questão psicológica porque aí tanto o agressor como a vítima de agressão tem que assar por um tratamento, porque a pessoa se deixa dominar por uma pessoa que fica ameaçando constantemente, então é uma situação complicada.

Você consegue identificar se uma mulher que sofreu violência se ela está correndo risco de vida?

Às vezes, pelo histórico que ela passa pra gente, às vezes a gente consegue identificar, mas algumas vezes isso não é possível, dependendo de como é o... porque há aquelas pessoas que são violentas mesmo, que já tem histórico, a gente até faz a pesquisa aqui, já vê que... Agora tem casos que tem um componente diferente que é um componente de loucura, de paixão, de uma coisa que é individual. Existem casos que se intima o agressor aqui e ele até vem calmo, tranquilo, isso não significa que ele não vá cometer uma violência maior, colocar em risco a vida da mulher, então, isso, então é difícil não vou dizer que é fácil não, tem casos que a gente toma sempre cuidado, há casos que o cara vem aqui, dá risada, ele é super educado, você diz não vai acontecer mais nada e acontece coisa pior.

Já aconteceu aqui, você tem notícia em que a mulher veio registrar a queixa e depois o marido matou?

Aqui não.

E sobre a Lei Maria da Penha, o que você pensa dessa Lei.

Acho que ela traz alguns instrumentos legais, pra auxílio, só que esbarra sempre na morosidade. Às vezes a gente dá o atendimento aqui, pede alguma coisa e no papel as coisas chegam lá e não parece tão grave. Às vezes demora-se muito pra se conceder algumas medidas cautelares que são necessárias, essenciais pra se evitar uma agressão maior, evitar uma morte, então...

Existe um ditado popular que diz que tem lei que pega e lei que não pega.

Não, acho que é uma lei perfeitamente aplicável. Acho que é uma boa, porque você aplica realmente a solução a quem tem que se solucionado mesmo, entendeu? A pessoal violenta. E outra coisa, lá na frente, como essa senhora que tá morando com o marido, quer que ele seja processado, ela chega lá na frente do juiz, não, eu quero, ela pode fazer isso aí, entendeu, se continuar a viver bem... um casal jovem, inclusive. Eu acho que pega, vai depender da pessoa, depende da pessoa, é uma lei que depende integralmente da vítima, do desejo da vítima, entendeu?

Em relação à Lei 9.099?

Ela é um avanço porque na lei 9.099 o cara diz vou quebrar a cara dessa mulher e vou pagar cesta básica e tudo bem, entendeu? Era bem esse o pensamento do agressor, bato nela e pago uma cesta básica, era bem isso mesmo.

Aqui nesta delegacia ocorrem muitas casos de mulheres procurando pra registrar queixa?

Eu não tenho agora a estatística, mas acontece de forma reiterada e vem uma quantidade considerada dessas pessoas.

O perfil dessas mulheres, o que você lembra?

A maioria delas não trabalha, a maioria não tem o segundo grau, têm um ou mais filhos, a maioria já vem de outros relacionamentos, não é casada, são de união estável.

Como você vê a posição da mulher na sociedade hoje?

A mulher está ocupando vários cargos de direção, de chefia, com mérito porque a gente aqui, a gente tem mais espelho porque aqui, no Estado, é tudo concursado, então a gente vê que muita pessoa entra com mérito, então a gente vê com respeito e com alegria, porque tem pessoas que entram e assumem a chefia, a postura, realmente com mérito. Tanto que a cidade tem juíza e promotoras na sua unanimidade. Aqui são todas juízas e promotoras na cidade, no Judiciário. Uma colega nossa que era investigadora passou pra delegada faz pouco tempo, com mérito também.

Independente das perguntas que você me respondeu, você teria mais alguma coisa a dizer pra contribuir com a minha pesquisa.

A questão da violência contra a mulher tem que, há uma necessidade de fazer o acompanhamento ou social ou psicológico a algumas famílias, a gente vê que não é tanto um problema policial, são pessoas que não tiveram respaldo familiar quando era... então repetem isso aí, há necessidade de uma educação, um acompanhamento nesse sentido aí. E quando formar uma família, formar por um motivo justo, certo e não casar porque teve um filho, entendeu? Juntar por um motivo errado e depois um ficar um com raiva do outro e o casamento virar um inferno que as pessoas se vingam, ficam se vingando uma da outra e acaba chegando na violência.

Muito obrigada.

4 Relatório da entrevista com Carlos, escrivão-chefe.

04 de julho de 2007 – 15h

A entrevista foi agendada, por telefone, com Dr^a. XXXXX. Ela é a delegada titular da DDM de XXXXX, porém, às quartas-feiras é delegada de plantão da 1^a Delegacia daquela cidade. Disse-me que o delegado titular, Dr.XXXXX, não poderia me conceder entrevista naquela data, mas o escrivão-chefe poderia colaborar com minha pesquisa. Cheguei às 14h50 e fui recebida por Dr^a XXXXX que, em seguida, encaminhou-me ao escrivão-chefe, que já me aguardava. A entrevista se deu em sua sala de trabalho.

Terminada a entrevista, dirigi-me à sala da Dr^a. XXXXX. Fiquei de agendar uma entrevista no seu retorno de férias, em agosto. Perguntou-me se deu tudo certo na entrevista e disse ainda que a Lei Maria da Penha é uma lei eleitoreira, só aumentou o volume de trabalho das delegacias, não resolve o problema e fez diminuir o número de registros. “As delegadas deveriam ser consultadas antes da elaboração da lei.

Em conversa anterior, na DDM de Mauá, no dia em que fui me apresentar e explicar minha pesquisa, ela já havia dito que a Lei Maria da Penha é uma lei eleitoreira, promulgada em período de eleição e que não adiantava nada.

Relato da entrevista com Carlos:

Entrevista com Carlos, escrivão chefe do 1º DP de XXXXX, são 15h do dia 4 de julho de 2007.

Carlos, obrigada por você conceder esta entrevista. Gostaria que você me falasse um pouco de você:

Tenho 41 anos, nasci aqui em Mauá mesmo, nesta cidade, tenho superior completo, fiz a faculdade de Direito, eu me considero pardo e resido no município de XXXXX.

Tem alguma religião?

Sou católico não praticante.

Você é casado?

Sou casado.

Há quanto tempo?

Há 15 anos.

Tem filhos?

Uma filha.

Sua esposa trabalha?

Trabalha.

A renda familiar de vocês está em que faixa?

De oito a dez salários mínimos.

A sua função aqui?

Sou funcionário público estadual, sou escrivão de polícia.

Há quanto tempo?

São 19 anos.

Antes de você exercer essa função, você trabalhou em algum outro lugar?

Bancário.

E você veio ser policial por que? O que te trouxe para trabalhar numa delegacia de polícia?

A princípio eu não conhecia o que era o trabalho da polícia. Eu vim mais motivado pelo concurso público e pelo salário. Eu era bancário na época e o salário do funcionalismo, na época, porque hoje está um pouco defasado, mas na época, era o dobro do que eu ganhava no banco. Então acabei fazendo o concurso, passei no concurso público e aí ingressei na carreira e a gente acaba gostando.

Você gosta do que faz?

Gosto do que faço.

Você acumula outra função?

Não, só essa função.

E ser chefe é um cargo?

É um cargo de confiança da autoridade policial, então eu sou primeira classe já na minha carreira. Você entra, você entra quinta classe, aí você vai tendo as promoções até chegar a primeira classe. Inclusive, até pela minha idade e pelo tempo que eu tenho de polícia, 19 anos, até primeira classe já cheguei até quase o topo, só tem mais uma classe de promoção que é a classe especial. E as promoções são por antiguidade, na maioria das vezes, e por merecimento. Eu tive a graça de ser promovido duas vezes por merecimento.

Você recebeu alguma formação específica para a sua função? Há 19 anos atrás você entrou na polícia...

Então, a gente faz um concurso público, se inscreve num concurso público, tem as fases do concurso, depois você tem um curso preparatório na academia de polícia.

Durante quanto tempo?

Na minha época era de três meses. Hoje, o pessoal ao ingressar na carreira pública, na Secretaria de Segurança Pública, é em torno de seis meses, 180 dias.

E essa formação que vocês recebem você acha que é suficiente para exercer a função que vocês, no seu caso, que você exerce?

A princípio eles dão uma base do que é o trabalho, mas aí com o tempo você vai adquirindo com a experiência mesmo, eles te dão uma visão do que é feito, da parte da polícia judiciária, dos procedimentos, mas a experiência é que vai te dar a vivência pra saber o que deve ser feito realmente ou não.

Depois daquela formação inicial você teve mais alguma formação?

Eu fiz vários cursos na academia.

Você lembra de algum?

Cursos de especialização para promoção, de armamento e tiro, e esse para especialização tem acompanhamento psicológico. É um curso dirigido para promoção.

Aqui vocês não são uma delegacia especializada para atender mulheres em situação de violência, mas atendem.

Atende.

E para atender mulheres em situação de violência você acha que precisaria de uma formação, uma capacitação especial, ou não?

Eu acredito que deveria ter, e isso é uma posição minha, eu acredito que toda unidade deveria ter uma pessoa, uma assistente social, para fazer os acompanhamentos, não só nos casos de crime contra a mulher, mas na maioria dos crimes, acho que teria que ter uma pessoa especializada na parte psicológica para dar orientação. Os policiais são orientados a

dar um bom atendimento, prestar todas as informações devidas, até a parte psicológica a gente até às vezes conversa com as pessoas no sentido de orientá-las a procurar um profissional, dependendo se for muito traumatizante a situação, procurar um profissional adequado para fazer um acompanhamento. Mas eu acho que cada unidade teria..., tem as delegacias participativas, elas têm um corpo de funcionários que são psicólogos... e eu acredito que isso seria muito importante.

E aqui no ABC tem delegacia participativa?

Tem no segundo DP de XXXXX, ficam assistentes sociais... Mas aí tudo depende de convênio com a prefeitura, com as universidades... Eu acho isso importante. A gente recebe, nos cursos realizados na academia, a gente recebe a orientação de como agir profissionalmente na parte de polícia judiciária.

Parte técnica?

Parte técnica. Agora a parte que eu também acho muito importante, a parte humana, acho que teria que ser trabalhado esse campo aí.

Hoje você não faz atendimento?

Faço. Mesmo tendo o cargo de chefia, nada impede que eu faça plantão e atenda o público. A gente atende sim.

E você já atendeu mulheres em situação de violência?

Já. Já, as mais comuns são a lesão corporal, as ameaças, são as mais comuns, mas já atendi casos de estupro, são coisas que ocorrem.

Que tipo de violência você acha mais grave?

Acho que todas as violências são graves, mas acho que o que deve marcar mais é o estupro e a lesão corporal, acho que isso deve gravar mais e marcar mais as mulheres, todas as violências são graves, mas acho que essas devem marcar mais.

Você lembra de estar no plantão e ter atendido alguma mulher?

Sim.

Atendeu? Você teve algum sentimento diferenciado, ou aquele caso, aquele boletim que você lavrou é igual a outro boletim, outro caso, outro crime?

O que marca é a falta de... no caso de violência, é que a gente tá falando efetivamente de mulher, mas toda violência é um negócio inconcebível, a gente não consegue entender o porquê aconteceu é que o ser humano, cada ser humano é um ser humano, não tem como a gente distinguir, mas o que marca às vezes é a... o que a gente sente? é que a gente não presenciou o fato, a gente sente só o que a pessoa transmite pra gente. A pessoa às vezes foi agredida num momento de fragilidade, então isso marca muito e às vezes causa algum... Depois uma revolta porque, feito o registro, a mulher foi agredida e ela vem e faz o registro de lesão corporal, agora com a Maria da Penha não, porque tem que ter agora o procedimento, mas antes da Lei Maria da Penha dependia da representação da vítima e o que ocorria? A vítima vinha, às vezes até bastante machucada, a gente primeiro encaminha pro Pronto Socorro, pr'um Posto mais próximo para os primeiros cuidados e depois ela vem pra fazer o registro. Nesse primeiro momento ela quer representar, ela quer que o companheiro seja processado, depois, passado alguns dias, ela mesma vem, até a mesma unidade em que ela fez o registro, e diz que aquilo era mentira, não era bem aquilo que tinha acontecido. Então, às vezes, causa uma certa revolta, pôxa! Aí até aquela história da pessoa ficar impune, porque a própria pessoa acaba querendo que aquilo fique escondido, sem que tenha o procedimento em andamento.

Por que você acha que a mulher age assim?

Não sei se... É que hoje... Antigamente, na época dos nossos pais, tinha aquele negócio da mulher que era dependente, hoje não, hoje não é assim, acho que é mais da formação, acho que é por causa disso, essa formação que depende do homem, do marido ou do

companheiro, acho que em alguns casos até por a companheira gostar muito do companheiro, amar, amor, tem amor por ele, naquele momento da agressão ela tava nervosa, tava até com raiva do companheiro, mas depois a coisa passa, não sei se é dependência, se é, se for casada e tiver filhos, por causa dos filhos, mas eu acho que soma tudo isso e ela acaba voltando atrás e não querendo que o companheiro seja responsabilizado por causa disso.

Você estava me dizendo que todas as violências são ruins, mas você percebe alguma especificidade na violência contra a mulher ou não?

Eu acho que no caso da Lei Maria da Penha, agora, da violência doméstica o fato dela ocorrer, na maioria das vezes, entre quatro paredes. É diferente de uma agressão ocorrida numa via pública, ou num bar, ou sei lá, numa boate, ou num cinema, num lugar público. A particularidade lá é ocorrer sempre onde está só o casal, acho que é a particularidade disso.

A mulher vem aqui registrar a queixa, sai com o B.O., ou existe alguma situação em que ela vem aqui e não é lavrado o B.O.?

Não, a orientação é que seja feito o registro. São feitos os registro e depois eles são encaminhados para a Delegacia da Mulher, ela sai daqui orientada com as medidas protetivas e é colhida formalmente a representação dela e encaminhada para a Delegacia da Mulher. O caso mais importante seria de ela solicitar o apoio dos policiais para ir até a residência dela para ver se o agressor ainda está lá, aí seria o caso de flagrante, os policiais vão até o local, se o companheiro estiver lá os policiais trazem aqui pra Delegacia e vai ser lavrado o auto de prisão em flagrante.

E aí ele fica preso?

Fica... ele pode pagar fiança, depois, posteriormente... a princípio é lavrado o auto de prisão (não compreensível).

A Lei vai fazer um ano em agosto, não é mesmo? Nesse um ano vocês têm registro de que o agressor ficou preso?

Temos. Foram feitos vários flagrantes aqui, inclusive aqui na unidade, porque o crime é afiançável, a maioria deles paga fiança.

Você lembra de algum caso que não pagou fiança?

Não me recordo agora, a parte processual a gente não tem o acompanhamento lá. É que pode chegar em juízo a pessoa, pela condição humilde, e não tem aquela importância para pagar a fiança, ela tem um mínimo e um máximo, e às vezes chega em juízo, independente de pagamento de fiança, pode colocar em liberdade, mas aí é uma decisão judicial. A gente não tem contato e acaba não sabendo do desenrolar.

Nem gostariam?

Às vezes não, porque às vezes o trabalho feito aqui a gente, não só nos crimes contra a mulher, é feito um bom trabalho, um bom inquérito policial, um procedimento bem feito, chega em juízo, a gente as vezes nota assim em homicídios, a gente identifica autor, a gente faz um bom trabalho de investigação, se forma uma boa peça inquisitória, porque aqui a nossa fase é inquisitória e quando ela vai pro fórum tem o contraditório que é a fase processual eles acabam derrubando o que foi construído no inquérito policial. E às vezes chega lá a pessoa tem plena confiança que ele é o autor, foi ele que praticou, mas chega lá, por uma ou outra prova ele acaba sendo inocentado. Por falta de provas ele acaba sendo absolvido. Então isso deixa a gente bastante chateado, porque é aquela história que a gente ouve muito que a justiça (não compreensível), não pode condenar ninguém... não é por isso. Os advogados usam de artifícios e conseguem causar dúvida.

Pra você qual o papel da polícia no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres?

É difícil, porque é aquilo que eu disse, a maioria das agressões ocorre dentro de quatro paredes, aí o enfrentamento disso é só com a denúncia mesmo, as pessoas, pela

consciência irem denunciando, porque às vezes nem a própria vítima não vem fazer o registro, então pra gente conseguir, pelo menos tentar minimizar esses problemas era as pessoas informarem, denunciarem essas agressões.

Ocorre alguma mudança na vida das mulheres que sofrem violência após o registro da violência, o registro da queixa?

Experiência própria, às vezes a gente vê casos em que a mulher é vítima hoje, passa um mês ela é vítima novamente, isso é uma bola de neve. Algumas não, algumas houve a violência já se separam do companheiro, já não têm mais problemas, mas em muitos casos, acho que 60% é uma bola de neve, ela é agredida, ela volta pro ex-companheiro, mesmo sendo agredida ela volta, é agredida novamente, faz o registro, volta pro companheiro de novo, então é uma bola de neve, acho que 40% põe um fim nisso. Ou se separa do companheiro, ou de uma forma ou de outra consegue se entender com ele. Aí tem terapia de casal, psicólogos, e acabam se resolvendo e não há outro fato, mas o que a gente vê é a repetição dos fatos novamente.

Aqui em XXXXX você conhece algum serviço público que dá esse acompanhamento pra as mulheres?

Não conheço. Não sei se o serviço da prefeitura, da ação social se tem esse serviço de ajuda.

O que leva um homem a agredir uma mulher dentro de quatro paredes, no espaço doméstico?

É difícil porque cada ser humano tem uma conduta, não sei dizer, sei lá. Às vezes eu vejo um cara, assim, sendo autuado em flagrante e fico com dó do cara. Eu sei que tem (incompreensível). Não fico com dó dele, fico com dó da mãe, dos pais, porque eu não queria nunca ver a minha mãe numa situação daquela, então essa sensação de... o que está errado, quem que errou? A sociedade está errada, o sistema está errado? A gente não sabe, agora, não sei, eu acho que é do ser humano, é difícil dizer, o que leva uma pessoa, um homem agredir uma mulher, não sei. Acho que...

A mulher dele, com quem um dia ele casou, que um dia ele disse que amava... encheu de porrada...

Então, não dá pra entender, é uma coisa que você não tem como dizer o porquê, não tem explicação. Eu acho que não tem explicação.

O que você acha que uma mulher pode fazer numa situação de violência?

Procurar a unidade mais próxima, um distrito policial ou a própria DDM, mas sempre procurar e contar o que está acontecendo, porque a gente sabe que muitas, agora com a Maria da Penha, a imprensa divulgando, o pessoal está comparecendo mais.

Se eu pedir registros para a Drª Márcia, que concentra os dados, vai aparecer isso?

Acho que criaram mais coragem pra denunciar, muitas sofriam essas violências, mas sofriam caladas, é isso que eu dizia, é mais difícil a polícia atuar nesses casos porque não há comunicação e como a maioria dos casos acontecem dentro de casa, no convívio familiar, se não há um denunciante, uma pessoa "olha, há uma coisa errada lá" fica mais difícil pra poder investigar, pra apurar realmente o que está acontecendo.

Como a instituição policial trata a questão da violência praticada contra mulheres? A visão da Instituição?

Aí, pra falar da Instituição teria que ser um delegado de polícia, eu não tenho autonomia pra falar da Instituição, eu posso falar do que a gente recebe de orientação, procurar dar maior atenção possível ao caso. Primeiro preservar a integridade física da vítima, no caso a mulher, e tentar orientar na medida do possível pra que coisa mais grave não ocorra. Se o marido está, ou o companheiro, dentro da residência ele agrediu, você não tem como, enquanto você não entrar com um pedido de separação ou uma ordem judicial para separação de corpos, não tem como você ficar na casa de um conhecido, um parente, pra

evitar um confronto, pra evitar que uma coisa mais grave ocorra? Por isso que eu acho importante ter a participação de uma assistente social, de um psicólogo, eu acho importante ter alguém capacitado para dar uma atenção maior ao caso.

Quando as mulheres vêm à delegacia o que elas procuram, o que elas esperam?

A princípio elas querem que eles fiquem presos, tirem do lar de dá, a princípio acho que é isso, naquele momento de revolta elas querem que ele saia de lá, até da vida dela, se for possível. Quando ela vem procurar a delegacia é quando não agüentam mais, é bem por aí, querem que desfaça esse vínculo, que tire esse vínculo deles.

Você, ou aqui na sua delegacia, vocês conseguem identificar quando uma mulher que sofreu violência se está correndo risco de vida?

Depende do que aconteceu. Toda agressão, pra mim, é grave, mas existem agressões e agressões. Às vezes a gente vê chegar aqui uma pessoa aqui com um arranhão e, de repente você vê chegar uma pessoa aqui toda machucada, literalmente machucada, tanto é que às vezes a gente tem que pegar a pessoa à força e levar para o Pronto Socorro, porque ela não quer ir pro Pronto Socorro, às vezes até com fratura, eu acho que depende da gravidade dos ferimentos, mas é como eu disse antes, qualquer agressão, ou um arranhão, um tapa é uma agressão, mas aí a medida desproporcional da agressão leva à... se essa mulher, essa senhora voltar lá esse cara vai matar ela, se ela já está toda arreventada aqui...

Num caso assim, o que vocês fazem? Vem uma mulher aqui toda arreventada, vocês estão percebendo que se ela voltar pra casa...

Aí é que entra nas medidas protetivas, proteção policial... se ela não tiver condições de ir para uma outra residência, aí o auxiliar de polícia vai conversar com ela nesse sentido, é aquela orientação que a gente passou, não era bom, enquanto você não constitui um advogado, aqui nós vamos fazer a parte criminal, mas tem a parte da justiça de família, ou cível, enquanto você não tentar uma ação para o juiz dar uma separação de corpos para que ele saia da residência não tem um lugar mais seguro pra você ficar? Então tem todos esses cuidados que agente tenta passar para pessoa pra que ela se preserve.

Tentar ação, pedindo uma liminar pra que o casal se separe. É tipo uma cautelar para separação de corpos, antes da decisão do médico. A gente sabe que o processo, os trâmites são demorados, mas o juiz, em virtude da gravidade, pode dar uma liminar deferindo que o companheiro saia da residência, impedindo até que ele se aproxime da casa. Então isso pode ser feito. Enquanto não há essa ordem judicial a gente orienta: se não há como ficar lá, fique na casa de um conhecido, um parente... até pra evitar uma nova agressão ou uma coisa mais grave.

Você percebe alguma diferença no atendimento que a instituição policial dá pra a mulher, antes e depois da Lei Maria da Penha? Antes era Lei 9.099, agora Maria da Penha. A ação da polícia, ou o tipo de atendimento, você percebe diferença?

Não, não houve. Antes, na Lei 9.099, dependia da representação da ofendida, no caso a mulher. Então, o que a gente fica meio bravo, é que as mulheres vêm um dia e, com toda a razão, foi agredida... e passa dois ou três dias, já vem, não quero mais nada, não vou representar. É claro que na 9.099 era um direito dela de representar ou não, mas o atendimento é o mesmo, só mudou a formalidade, a parte de polícia judiciária que agora não depende mais da vontade dela, o delegado de pronto, já pode determinar a instauração do procedimento para apurar responsabilidade. Não depende mais da vontade dela.

Você disse que com a Lei Maria da Penha as mulheres passaram a denunciar mais, existe sempre aquele ditado “tem lei que pega e lei que não pega”. Você acha que a Lei Maria da Penha é uma lei que pega?

Eu acho que sim.

Como você avalia essa lei?

É uma lei importante, que vem proteger mais a mulher e eu acho uma lei importante, não tiro o mérito dela. Acho que pega sim, eu só acho que teria que, junto, eles criaram a lei, mas eles têm que dar estrutura para as unidades para dar um melhor atendimento. Eles teriam que arrumar um local, às vezes a pessoa não tem um local pra ficar, então eles teriam que ter um lar destinado, um local destinado para levar essas mulheres vítimas de agressão, então alguns municípios, com ajuda da municipalidade, eu sei que tem, o pessoal comenta que já conseguiram alguns lares destinados só pra isso. Então eu acho que falta, a lei é boa, mas tem que dar estrutura pra que ela desempenhe a função.

No ABC tem duas casas-abrigo.

É, já ouvi dizer, estou consciente disso. Aqui em XXXXX, a doutora acho que poderá te esclarecer melhor, não sei se a prefeitura dispõe de um local pra abrigar mulheres vítimas de agressão e vítimas de violência. Mas eu tenho conhecimento, eu acho isso importantíssimo, porque às vezes a pessoa vem e ela não tem, às vezes o parente mora longe, não tem um local pra ficar. De repente ela vem, faz o registro, o pessoal vai lá verifica o companheiro não está lá, às vezes até o policial fica lá por um tempo, esperando se a pessoa..., mas a gente não tem como garantir 24 horas a segurança dessa pessoa. Isso é importantíssimo. A lei é importante, mas o poder público tem que dar meios para que ela seja eficaz.

Você conhece o documento Convenção de Belém do Pará?

Não tenho conhecimento.

Você já ouviu essa expressão “violência de gênero”?

Não.

Sobre a Lei Maria da Penha você já falou.

Tem que ter um conjunto de medidas pra ela poder pegar. A lei é importante, acho que vai ter um avanço, mas se não tiver um aprimoramento nos meios, às vezes fica até... está lá no ordenamento jurídico, não, você não tem como colocar em prática porque falta esse apoio externo, que seriam os lares, o abrigo, a parte psicológica, teria que ter um profissional do ramo pra auxiliar também, acho isso muito importante.

Você percebe diferença entre homens e mulheres na sociedade?

Hoje já nem existe essa diferença.

Você acha que não?

Pelo menos não é tão visível, é lógico que em alguns lugares você percebe, dá pra te ..., o cidadão, o cidadão mulher, emprego... algumas empresas pagam menos mulher do que homem, mas acho que isso já está acabando, é da cultura, não vejo muita diferença entre homem e mulher.

As mulheres não são mais submissas aos homens?

Acredito que nessa geração não, a geração dos nossos pais, nossos avós aí não há o que discutir, mas nesta geração não, acho que a tendência é se equipararem mesmo porque na realidade são seres iguais, não tem essa diferença de um ser menos, eu acho que não existe isso, eu sei que aí fora e muito lugar ainda em isso em “mulher tá dirigindo, devia estar lavando fogão”, tem essas coisas, mas acho que não, todo mundo tem direitos iguais.

Preconceito ainda existe?

Sim, mas na nossa geração menos do que nas gerações anteriores, a tendência é que isso se estabilize.

Carlos, meu roteiro de perguntas era esse, espero que você tenha ficado à vontade. Independente destas perguntas, você teria mais alguma coisa pra falar e contribuir com minha pesquisa?

É que vou bater na mesma tecla. Tem que dar estrutura. A lei está aí, a lei é importante, ela veio pra somar, pra tentar resolver esse problema que é um problema grave, mas é fácil o legislador vir e falar, isso aqui, a lei está aqui, vocês vão cumprir. O que falta no legislador hoje, ele não tem a visão do que é cumprir essa lei. As casas-abrigo é importante, o acompanhamento social, de uma assistente social, de uma pessoa capacitada, então eu acho que tem que dar estrutura pra que funcione... é como a lei da infância e juventude, uma lei importantíssima, de primeiro mundo, só que pra gente aqui não tem... você não consegue ver melhoria nisso, porque aí vem todo problema social, os melhores são colocados em lugar não apropriados para ser reeducados. Então eu acho que as leis são importantes, elas vêm no momento em que a sociedade está pedindo, então o legislador faz, só que a hora que ele faz ele tem que também olhar ao redor e ver que pra essa lei vingar a gente tem que dar estrutura. Tem que por lá uma assistente social, um psicólogo, a gente precisa criar um órgão pra acolher as mulheres e nesse órgão tem que ter um médico, um assistente social, um psicólogo pra dar acompanhamento também. Não dá pra gente fazer a parte policial aqui, que é a parte de polícia judiciário, mandar pro juiz, o juiz vai fazer a parte processual, mas e a pessoa? Ninguém se preocupava com a pessoa. Lógico, se preocupa com a parte de integridade física, mas e a parte emocional? Ta faltando isso, acho, o acompanhamento dessa parte emocional.

Agradeço muito.

5 Relatório da entrevista com a escritã Bianca

Data: 06 de fevereiro de 2008 - Horário: 17h20

Telefonei para a DDM avisando que me atrasaria um pouco. A escritã que concederia a entrevista não estava, deixei recado porque a pessoa que atendeu ao telefone informou que ela voltaria.

Cheguei às 17h20 e fui informada que a escritã não retornaria porque estava na Delegacia Seccional de Santo André. Solicitei à delegada que a entrevista fosse feita com outra escritã. Pediu-me que aguardasse, pois a escritã fazia atendimento naquele momento. Aguardei.

Identificação.

Sou a escritã Bianca, tenho 28 anos, nasci em São Caetano do Sul, moro desde os dois anos de idade em XXXXX, trabalho aqui nesta cidade há dez anos vai fazer agora em julho, desde que eu tinha 19 anos, vou fazer 29 agora esse ano. Fiz faculdade de Direito, entrei na faculdade com 17 pra 18 anos, eu fui vendedora de loja, em shopping dos 16 aos 19 anos, e quando eu tinha 19 anos, eu estava cansada de trabalhar em shopping, queria entrar em alguma outra coisa e realmente, vi por acaso, o concurso para escritã que apareceu no jornal, que estava aberto. Tinha a ver com o que eu estava estudando, eu tinha uma professora minha que era delegada e então eu gostei do assunto. Meu avô foi investigador de polícia, então não era uma coisa completamente desconhecida. Fiz o concurso, passei e vim trabalhar direto na delegacia da mulher de imediato, não trabalhei em outra delegacia, então são dez anos na delegacia da mulher. Gosto do que faço. Depois que me formei só faço cursos para concurso pra delegada de polícia, mesmo, não penso em sair da área de delegacia e quem sabe até em ser titular de uma delegacia de defesa da mulher. Não faço mais nada, hoje, além de preparação pra concursos e do meu trabalho aqui na delegacia da mulher.

Sou solteira, namoro há cinco anos, mas não estou pensando em casamento. Sou católica de batismo, leio muita coisa sobre espiritismo, mas não tenho uma religião praticante, leio algumas coisas, acredito em Deus, mas não pratico religião.

Minha renda familiar é dez salários mínimos, moro com meus pais.

Formação recebida.

A gente tem a formação da Academia de Polícia. Hoje acho que são até mais, na época eram quase seis meses de formação geral, porque a gente não sabe pra onde vai. Então a gente aprende mais a mexer no sistema de informática da polícia, como é o segundo grau o nível de escolaridade necessário para o concurso, então a gente tem noções de Direito pra saber o que fazer, embora o delegado é que diz a natureza do crime, mas a gente recebe algumas lições, de inquérito policial, como lidar com o inquérito, com a lei 9.099, isso a gente recebe lá na Academia, tiro.

Depois da formação inicial você recebeu alguma outra formação?

Não. Há cursos na academia de assuntos variados, de roubo de carga, administração de pessoal, mas é critério do funcionário fazer ou não, então até hoje eu nunca fiz nenhum curso. E com a mudança de classe, a gente entra na quinta classe, depois de três anos, que termina o estágio probatório, a gente passa pra quarta classe, que é onde eu estou ainda, depois de dez anos, e aí depois da terceira pra segunda classe tem um curso obrigatório na academia de atualização e da primeira classe pra classe especial também tem um curso também, que são cursos obrigatórios. Mas eu ainda não fiz nenhum.

Houve formação específica para a DDM? Você acha necessária?

É diferente ser escrivão de uma delegacia comum e de uma DDM?

É bem diferente porque a s vítimas de uma delegacia comum, se foi roubada, ela chega lá fala que foi roubada e sai com o boletim de ocorrência, só que ela não conta a história do sofrimento, da vida dela, de repente de uma vida inteira. Tem que ter um preparo até psicológico pra tentar ouvir e saber o que falar, porque no começo a gente fica abalada mesmo, você senta, ouve uma história e quer chorar junto com a pessoa que está te contando, nos primeiros meses, você não sabe direito o que fazer, você sofre, se envolve. A gente fala que depois de um tempo a gente fica insensível, a gente pensa racionalmente naquele caso e não mais emocionalmente, a gente não se envolve mais, mas é necessário um preparo, sim, pra saber ouvir, saber falar as coisas, saber preparar as coisas, até pelas leis específicas, tanto da mulher como da criança também que passa pela delegacia da mulher, teria que ter um treinamento específico.

Perfil das mulheres que procuram a delegacia.

É complicado. Existem vítimas, vítimas mesmo, que estão sem saída, são reprimidas, que não sabem o que fazer mesmo, que apanham quase todo dia e são vítimas mesmo de violência doméstica, como as vítimas que tiveram uma briga e saíram no tapa com o marido, um bateu no outro, então, é complicado diferenciar isso porque a lei é pra todas, não importa se ele é vítima de violência doméstica constantemente ou se é uma briga isolada em que ela também bateu nele e ele bateu nela, pra se defender até, então é difícil, tem esses dois tipos de vítima. E tem aquelas que querem se livrar da situação e vêm aqui determinadas, querem processá-lo criminalmente, porque acham que ele tem que ser punido pelo crime que ele fez, querem separar, querem tudo e aquelas que querem fazer a ocorrência achando que ele vai mudar, as que gostam dele, queriam só que ele tivesse um comportamento diferente com ela, queriam que ele fosse carinhoso, que ele fosse um marido diferente, não querem processá-lo, querem que ele mudasse. Aí entra o que a gente não pode fazer, nosso poder é completamente limitado. Tem aquelas que fazem a ocorrência tentando fazer com que ele mude e depois vêm aqui querendo retirar a ocorrência, agora com a Lei Maria da Penha isso é difícil, e aquelas que vão até o fim, realmente, como eu te falei, tomando uma atitude pra se ver livre da situação de violência.

Qual a maior incidência desses tipos?

A minha impressão é que a maioria vem aqui sem saber direito o que fazer, sem saber direito o que a delegacia oferece pra elas. Elas vêm querendo: Ah! O quê que eu faço? Sem saber exatamente o que quer. Muitas se arrependem depois de ter feito o boletim de ocorrência, então, é talvez uma briga isolada, um momento de briga. As que sofrem violência constante, mesmo, não são a maioria. Talvez uma agressividade constante por parte do marido, mas violência, mesmo, agressão, ameaça, não. As mulheres vêm aqui esperando um milagre. Esperando que, naquele momento, a gente tire eles de casa ou chame ele pra dar um susto.

O que você espera delas, quando vêm aqui?

Espero que elas sejam objetivas, que elas saibam o que querem mesmo, o que na verdade não acontece, é difícil, a gente espera poder fazer alguma coisa, que elas saiam daqui satisfeitas. Muitas vezes elas não saem satisfeitas, porque como nós aplicamos as leis, então, às vezes, elas pedem as coisas que a gente não pode dar.

Sobre a Lei Maria da Penha.

Com a Lei 9.099 a insatisfação das mulheres era geral porque: não acontece nada, eles vão ao Fórum, pagam uma cesta básica e riem da minha cara em casa, ele fala ah!, deixa eu bater de novo, a gente paga uma cesta básica e ainda ajuda alguém, muitas falavam assim. E com a Lei Maria da Penha, acho que elas acharam um exagero, a facilidade dele ir pra prisão, eu não queria fazer isso, ele é o pai dos meus filhos, como é que vai ficar a pensão alimentícia, elas pensam mil coisas, então, é o que eu te falei, elas não sabem exatamente os que elas querem porque ela é muito branda, realmente, a Lei 9.099 porque não havia prisão para os casos mais violentos como os casos que eu te falei que há e agora na Lei Maria da Penha a medida de prisão em flagrante quando a polícia militar chega e acabou de acontecer o crime, há uma testemunha, já aconteceu casos de flagrante. E na Lei 9.099 não, ia todo mundo pra casa, só nos casos mais graves a gente encaminhava pra um abrigo quando via que a vítima tinha necessidade de ser abrigada porque corria algum risco de vida e com a Lei Maria da Penha assim, não é que aumentou, é que agora todas as ocorrências que envolvem violência doméstica viram inquérito policial e antes eram só os casos encaminhados para o Fórum, então aumentou o número de inquéritos policiais, mas eu acho que a procura é a mesma, não acho que aumentou.

Todas as mulheres que procuram a DDM saem com o boletim de ocorrência?

Não necessariamente. Com a Lei Maria da Penha agora, crime de lesão corporal deixou de ser condicionada à representação. Com a Lei 9.099 ela podia escolher representar ou não contra o marido, então muitas vinham porque iam se separar e o advogado achou melhor ter um boletim de ocorrência pra incluir no processo, então elas faziam e não representavam, só pra sair daqui com um boletim de ocorrência na mão pra ajudar no processo de separação judicial. Na Lei Maria da Penha lesão corporal não depende de representação da vítima, é como um roubo, você registra e tem que ser apurado, não importa se a vítima quer ou não. Então a gente explica isso antes, porque mudou muita coisa e de repente ela está com aquela idéia da lei anterior, então a gente explica, vai ser instaurado inquérito, ele vai ser chamado, independente de você querer ou não, a testemunha vai ser chamada, vai ser encaminhado pro Fórum, não tem mais a pena de cesta básica, ele corre o risco de ser preso ou responder em liberdade, mas tendo o registro de condenação normal, elas falam então não quero. Quando falo que ele pode ser preso algumas delas não querem porque se o boletim for feito já vai pra frente, não depende mais dela e algumas preferem resolver com o advogado.

É feito aconselhamento?

Bastante, a gente faz uma parte de assistente social, psicóloga, a gente aconselha bastante, mas o que está ao nosso alcance, a gente explica todas as possibilidades, explica o que se pode conseguir junto a Coordenadoria da Mulher, explica sobre o abrigo. A gente explica

tudo porque a gente não tem como adivinhar se a vítima é realmente como aquelas que eu te falei, se é uma vítima de violência ou é uma briga generalizada. Então a gente orienta e aconselha.

Já aconselhou a mulher a voltar e fazer as pazes com o marido?

Quando há agressão física, não, nunca aconselhei porque se acontecer alguma coisa depois a gente vai se sentir culpada, mas já aconteceu de não ter acontecido crime, a vítima não tem uma boa relação com o marido: ah! Ele não dá atenção, é ciumento, me xinga porque eu vou trabalhar, só quando há uma situação assim, que é de intolerância, não é uma situação criminosa, aí já aconteceu de chamar as duas partes, mandar uma intimação para o marido, chamar os dois e tentar conversar, entrar num acordo, e falar que da próxima vez que o sr. xingar ela vai voltar e fazer o boletim ocorrência, então, nesse sentido, quando não há uma violência maior a gente chama e tenta aconselhar, quando é da vontade dela também, porque às vezes ela quer fazer a ocorrência e manda ver, tem umas decididas que querem, mas já aconteceu de aconselhar e não acontecer mais.

Sobre as mulheres que registram a ocorrência e desistem na frente do juiz?

Acontece bastante. Na verdade, depois que a gente faz o B.O. e instaura o inquérito, depois de um mês mais ou menos, a gente chama, geralmente, não é geralmente, não vou generalizar, algumas vezes acontece dela vir com ele pra dizer que já está tudo bem. E a gente ouve que está tudo bem, mas tem que mandar pro Fórum, lá eles arquivam. Nessa hora o sentimento é de tempo perdido, de trabalho perdido. A gente tem que pensar que valeu pra alguma coisa pra eles.

Classe social das mulheres.

A maior incidência é da classe baixa, até por causa do consumo de bebida alcoólica do marido, ou situação de desemprego. A grande maioria, se você pegar dez B.Os. você vai ver que oito tem bebida incluída no meio, no histórico, mas há mulheres de classe alta também, já atendi. Elas brigam por causa da guarda de filhos ou por qualquer motivo banal já aconteceu agressão na classe alta. Mas a grande incidência é na classe baixa.

Algum caso de violência que tocou você.

No começo todos os casos me tocavam, mas agora não estou lembrando de nenhum caso específico, mas já tiveram casos de morte na delegacia, de homicídios, e a gente pensa: nossa! Será que a gente podia ter feito alguma coisa? A vítima veio fazer o boletim de ameaça e depois de um tempo, o processo rolando ainda, houve o homicídio, então esses casos chocam mais, namorados que matam namoradas, marido que matou a mulher. Esses casos deixam a gente mais abalada, a gente fica pensando dias, a gente não imaginava que o caso era tão grave, não que a gente pudesse ter feito alguma coisa, todos seguem o trâmite normal, mas dá uma sensação de, sei lá, de impunidade.

Você conhece os abrigos da região?

A gente encaminha pra Coordenadora da Mulher do município e eles é que encaminham pras Casas-abrigo, eles não informam pra gente o endereço, até por uma questão de segurança, pra não vazar e ninguém saber, se bem que os maridos encham o saco aqui e na Coordenadoria da Mulher. Eles ficam doidos, eles vêm aqui, vão na Coordenadoria, vão no Fórum, procuram advogados, ficam indignados e querem saber onde está a mulher e os filhos, porque quando há filhos pequenos eles vão junto e a gente não pode falar, vai haver o processo e no final do processo, ela vai ter lá um período pra ficar no abrigo, seis meses, se não me engano, e aí depois você vai ter o direito de ver teus filhos, independente de onde ela estiver, mas vai ter que requer juridicamente até então.

O que leva um homem a agredir uma mulher?

Além da bebida, que eu acho que é o número um assim, se bem que não justifica, ciúme que é um dos motivos que as mulheres mais falam, ciúme, ficar bêbado, machismo de não deixar ela trabalhar, não deixar ter amigas, são os principais motivos que levam um homem a agredir a mulher.

Condição da mulher na sociedade.

Hoje está muito mais evoluído e evoluindo, nunca para a evolução da mulher. A igualdade hoje é quase uma igualdade. Nas empresas você vê mulheres ganhando menos que o homem, mas eu acho que a situação está bem melhor, porque antigamente além delas não terem uma delegacia pra procurar, acho que era até constrangedor pra elas irem numa delegacia comum registrar ocorrência de violência porque junto com aquele monte de violência de crimes diversos ela, ali no meio ter que contar a história dela pra um policial despreparado porque, até a gente não tem preparação, mas o dia-a-dia é uma preparação, é complicado, mas antes de ter a delegacia o machismo era muito maior, a mulher tinha que ficar em casa e se submeter ao marido pra fazer qualquer coisa, pedir autorização pro marido pra fazer qualquer coisa, até civilmente, ela não respondia por si. Então eu acho que hoje está bem evoluído e espero que melhore bem mais, que essas mulheres se tornem cada vez mais independentes, procurem um trabalho, não fiquem em casa dependentes dos maridos, fazendo papel de mães, de profissional, tudo ao mesmo tempo.

Sobre a Lei Maria da Penha.

Tem alguns pontos que na prática precisariam ser diferentes. A lesão corporal, por exemplo, pra gente, precisaria de representação como era antigamente como era na Lei 9.099, é claro que vai ser mais rígida a pena, tem que ser mesmo, porque é crime que merece punição, mas teria que depender da vontade da vítima a vontade de punir ou não porque muitas não querem, só querem o registro. A parte boa, a parte geral da Lei, sem contar com a parte de pena, de poder ter as medidas de proteção de afastamento do lar, proibição de aproximação da mulher quando há realmente a violência, o juiz analisa caso por caso, em muitos ele não dá, ele vê que não é necessário o afastamento, não é necessário o afastamento do lar, afastamento de perto dele. Quando é necessário mesmo é que são feias as medidas.

O cumprimento das medidas protetivas.

O juiz analisa caso por caso, a gente vê muitos que o juiz não defere porque a gente manda pro Fórum com a declaração dela, então é complicado pro juiz deferir ou indeferir só baseado em uma versão, porque aqui agente costuma dizer que o caso tem três versões a dela, a dele e a verdadeira (risos). Então é complicado, cada um vai puxar a sardinha pro seu lado, mas quando se vê que a situação, que tem laudo, é de violência mesmo, que a ameaça é constante porque tem mulheres que fazem sempre ocorrência, eu acho legal pra tentar inibir naquele momento, pro homem saber que vai ter uma consequência se fizer, talvez não seja uma boa solução, mas uma proteção pra ela.

Pior tipo de violência.

Eu acho que a violência física mesmo. Mulheres que vem com o olho roxo, com vergonha de trabalhar. Acho que é a violência física, mesmo. Moral também é péssima porque acaba sendo uma coisa que não tem uma repressão, ela todo dia sofre uma violência moral, o homem não entende, despreza, chama de gorda, de lixo, aí ela guarda, guarda, guarda, eu acho que isso até torna uma coisa fixa ruim pra ela. Eu acho que a violência física ainda é pior, ela pode se livrar da moral, ela pode se livrar do traste e ir embora.

Considerações finais.

Segunda-feira é o dia de maior movimento. A delegacia funciona de segunda a sexta. Sábado e domingo só no 1º distrito que faz plantão. Algumas vão até o plantão, registram, outras esperam e vem aqui na segunda-feira porque a violência ocorre mais no fim de semana. Na segunda-feira a gente sabe que tem que chegar aqui preparada.

6 Relatório da entrevista com Adriana, escritã-chefe.

30 de outubro de 2007 – 15h42

A entrevista foi agendada por telefone, Adriana concordou em conceder a entrevista, mesmo na ausência da delegada, que se encontrava em licença prêmio. Dr. XXXXX estava substituindo.

A entrevista foi feita na sala destinada à recepção da DDM. Adriana parecia um tanto grosseira, aos poucos, no decorrer da entrevista, foi se tornando mais simpática.

Após a entrevista, quando desliguei o gravador, Adriana relatou que há 8 anos sofreu violência de um namorado. Ele ameaçou matá-la, jogou seu carro contra o dela e disparou uma arma. Ela chamou a polícia e vieram muitas viaturas. Ela sentiu muita vergonha e humilhação. Também sentiu medo e não quis representar contra ele. Os policiais queriam dar um flagrante pela tentativa de homicídio, mas ela não deixou. Os policiais deram o flagrante pelo porte ilegal de arma. Ela sentiu medo por algum tempo, então ela sabe que as mulheres têm medo. Desde que se separou não levou homem algum para dentro de sua casa, não quer dividir seu espaço com outra pessoa.

Adriana tem uma filha e depois que se separou, chegou a trabalhar de faxineira para poder sustentar sua filha.

Adriana, me fale um pouco de você, quem é você, sua idade, estado civil, sua função, como você veio parar na polícia?

Eu tenho 46 anos, sou divorciada há 18 anos, estou na Polícia há 17 anos e meio, só de DDM eu já tenho 12 anos e meio. Entrei na polícia por necessidade, foi uma opção, na época, por concursos devido a dificuldade em se conseguir emprego, eu estava desempregada e tinha uma filha. Não tinha noção do que era a Polícia, não tenho parentesco nenhum na Polícia. A princípio eu tinha muito medo, porque eu não sabia o que ia encontrar, eu achava que ia ter que atirar, ter que matar, que ia ter que viver aquelas cenas que você costuma ver na televisão. Aí eu fui me adequando, fui pegando confiança no trabalho, fui desenvolvendo, fui aprendendo, me tornei chefe, já sou chefe há aproximadamente 13 anos, e tenho assim uma boa desenvoltura cartorária, porque? Porque quando eu fiz a academia de polícia eu procurei me esforçar demais porque eu precisava trabalhar, então eu procurei aprender muito lá dentro, e tive ótimos professores, eram delegados, mas muito bons, na ocasião. Vim pra cá com a Dra. XXXX e hoje estou na especializada. Já trabalhei em distrito comum, acho bastante complicado trabalhar em distrito comum e ao mesmo tempo mais fácil que trabalhar na delegacia da mulher.

Por que?

Primeiro, porque em distrito comum você não lida tanto com família, você lida com partes distintas. Por exemplo, em acidente de trânsito, dificilmente vai ocorrer entre familiares. Roubo, latrocínio, furto, estelionato, são crimes contra patrimônio que não envolvem estrutura familiar. E numa especializada como é a delegacia da mulher, acaba envolvendo toda uma família, então é pai e filha, marido e mulher, casal de namorados, são irmãos, são filhos que agredem pais, são crianças, são idosos, que hoje a DDM absorve essa responsabilidade, então você lida muito com estrutura familiar, com emocional de família, então isso te consome muito mais do que no distrito comum, do que você lidar com ladrão. O ladrão, a partir do momento que ele tá preso ele abaixa a cabeça e fica quietinho, ele fala o que tiver que falar. Mas que na família, nem sempre, dependendo do crime, principalmente crimes contra os costumes onde existe uma violência sexual contra uma criança, contra uma filha, é bastante complicado, mas a gente acaba, com o tempo, ficando bastante imparcial.

Mas no início você sofria com isso?

Ah, a gente sofre, a gente sofre, a gente acaba... não que eu levasse isso pra fora daqui, eu graças a Deus sempre consegui deixar a minha vida pessoal, minha vida profissional separada, mas você acaba sofrendo, você vai embora pensando, posa vida, que judiação

aquela menina tão novinha estuprada, um coquetel, uma gravidez indesejada, uma situação de violência, então é complicado. E com relação às mulheres, na maioria, a gente percebe que são mulheres que não tiveram muita oportunidade. As que tiveram um pouco mais de oportunidade elas ainda conseguem vir, tomar uma decisão drástica e seguir em frente, outras acabam se arrependendo, arrependendo não pelo fato de ter feito o processo, mas sim por conta da falta de estrutura que ela tem pra continuar sozinha, o medo de não conseguir... será que sozinha eu vou conseguir?

(interrupção para dar informação, o tom de voz dela volta a ser ríspido ao falar com as companheiras de trabalho)

Nós vivemos aqui, no cotidiano, a gente trabalha com todos os tipos e níveis sociais e às vezes a gente tem uns perrengues porque as pessoas às vezes chegam aqui que elas acham que você é uma máquina, você não é um ser humano, então elas chegam nervosas, elas são agressivas e você tem que ter aquela estrutura para fazê-la voltar a si, perceber que ela está falando com uma outra pessoa e que o respeito é mais importante. Então desde que eu estou aqui, graças a Deus, tirando uma única pessoa que foi reclamar de mim porque alegou que eu não queria fazer nada, que não é verdade, em alguns crimes de pende de advogado, tirando tudo isso, inclusive depois ela se retratou, eu nunca tive reclamação, eu nunca respondi uma sindicância, nada, justamente por causa da nossa qualidade de serviço. Nós somos em cinco escritas, todas com o mesmo nível de competência, tocas com a mesma estrutura pra atendimento, todas falam a mesma língua. Então quando chega alguém aqui e diz eu falei com uma mocinha que não está no momento e ela me diz uma determinada coisa e a gente sabe que ela nunca diria, a gente já rebate, senta, pede pra pessoa aguardar, chama a funcionária de volta e ela acaba percebendo que realmente ela não ouviu aquilo, ela, talvez, tenha fantasiado. Então a gente deixa, é muito claro o nosso trabalho, muito limpo, e a gente procura ajudar na medida do possível. Infelizmente nem todas aceitam esse tipo de ajuda, elas acabam tomando a providência inicial e depois voltando atrás naquela decisão que ela teria tomado. Então isso entristece um pouco a gente, não pelo trabalho que a gente fez, é porque a gente sabe, assim que, a partir do momento que já houve um desrespeito entre um casal, entre um pai e um filho, entre um namorado e uma namorada, entre pessoas de um convívio familiar em geral, é porque a tendência é só prolongar porque sempre vai ficar uma rusguinha, sempre uma desconfiança, sempre uma animosidade e vai fazer mal, é bem complexo. Você havia me falado alguma coisa da Maria da Penha...

Antes de falar da Lei Maria da Penha, porque você está falando das mulheres, quando você atende, quando você recebe uma mulher, que expectativas você tem, o que você espera dessa mulher?

Isso é difícil de avaliar, mas às vezes a gente percebe o que elas esperam da gente. Então às vezes você chega, começa a conversar e pelo histórico você acaba dando um chafalhão que ela acorda, você entendeu? Ela começa a perceber que às vezes a vida conjugal, ou a vida dela não está indo bem porque ela não está se permitindo, e às vezes não é o mais importante o registro do boletim de ocorrência, mas sim aquela coisa que ela ouviu, aquele levante, aquela bronca, aspas, de falar assim você tem que ir à luta, você tem que deixar de ser a Amélia, você tem que se arrumar, seu marido tem dinheiro? Tem dinheiro. Não liga pra você? Não. Começa a gastar, vai pro cabeleireiro, vai fazer sua unha, pinta o seu cabelo, muda o corte, muda seu jeito de se vestir, começa a sair, não faz mal se você vai dar uma volta no shopping com uma amiga, ele vai começar a perceber que você é tão independente quanto ele, e, talvez, isso faça com que vocês ou se reaproximem ou se afastem de uma vez, mas pelo menos a sua autoestima você já recuperou. Então às vezes algumas até retornam pra agradecer, a gente não fala nem porque ela vai embora e não registrou nada: Ah! Porque eu fui lá e ninguém quis me atender, não, algumas até voltam e agradecem, falam olha a dica que você me deu me levantou, então, na realidade a gente não espera nada, a gente só espera só que quando elas chegam aqui elas tomem as providências que elas têm do direito, que elas façam uso do direito que elas tem adquirido. Só que também a gente não pode obrigá-las a fazer uso desse direito porque muitas elas

não conseguem. A gente nem consegue explicar o porquê, até porque a psicologia é uma área bem complexa, mas muitas delas não conseguem e a gente vai fazer o que? A gente tem que aceitar e ... tudo bem.

Algumas voltam?

Ah! Voltam, registra uma, duas, três... sabe, às vezes você está falando, está explicando, ela não pode parar no registro policial, tem os encaminhamentos que nós fazemos pra que ela regularize toda aquela situação e muitas delas não vão procurar, acham que já fizeram o boletim de ocorrência já é o suficiente, e não é. Ela precisa algo mais, ela precisa ir além dos limites da delegacia. Porque a gente deixa bem claro que a delegacia cuida do crime, ela não cuida do social, do familiar, da dissolução da família ou da reconciliação da família, ela cuida do crime, nós não podemos estar chamando as pessoas aqui e conversando como se psicólogos fôssemos. Elas precisam ir procurar essa ajuda nos encaminhamentos que nós fazemos, pros órgãos dentro da necessidade.

Vocês fazem, aqui, reconciliação, ela vem e vocês aconselham a voltar pra casa?

Não. É uma atitude que não cabe a nós fazer. Porque só quem convive dentro da casa, ali nas quatro paredes é que sabe o que passa, então é uma decisão que não dá pra partir da gente, porque você conhece um lado da história. Eu conheço o lado que a mulher vem me contar, depois, quando o autor é intimado, pra responder, eu conheço o lado que o fez, talvez, chegar àquele ponto, se é que chegou ou se não chegou, porque eles não admitem, porém eu não sei qual é, lá dentro como é que funciona, então fica difícil você opinar nessa circunstância.

Todas as que vêm aqui saem com o boletim de ocorrência?

Todas que vêm e querem o registro policial elas levam o registro policial, mesmo não havendo violência, muitas vezes elas querem sair de casa porque já não está dando mais certo, mas querem deixar registrado o fato pra se preservar.

Quando você diz “quando elas querem”, tem alguma que vem aqui que não quer fazer o registro policial?

Tem. A partir do momento que elas tomam conhecimento do que vai ser feito a partir do que ela contra pra gente, porque dependendo da natureza do crime é um procedimento que você toma. Elas são leigas da Lei, então nós temos que passar a Lei pra elas, então às vezes elas falam assim, não, eu vou pensar melhor, eu vou verificar, eu vou ver direitinho, eu vou conversar com os filhos, eu vou ver com a minha família, eu vou primeiro falar com um advogado aí eu retorno porque eu acho eu não teria condições no momento de tomar uma decisão sozinha. Aí elas não querem registrar e a gente respeita, deixa claro pra elas que não demorem muito pra não passar muito tempo. Quando elas estão, por exemplo, agredidas, mas elas, mesmo com marca, não querem, naquele momento, fazer... a gente pede para elas passem no médico do convênio, em algum médico e peçam uma declaração do que ela apresentava no dia pra ter como depois a gente estar comprovando essa agressão, porque pode sumir as marcas e elas fazem desse jeito, acredito que fazem.

Aqui vocês atendem mulheres de todas as classes sociais?

Com certeza. Até que moram na rua da delegacia, porque aqui, bem ou mal, é um bairro considerado de média alta, vem, vem, de todas as classes sociais, inclusive já vieram pessoas até de Fórum, de delegacias, entendeu? Porque como é de proteção à mulher, com relação a policiais tanto civis, militares, como magistratura, tudo, de todo o tipo, Claro, nós não temos competência para agir no âmbito de magistrado, de nada, então nós temos que encaminhar pro órgão deles. Tem uns atendimentos que a gente faz, tudo com muita discricção, sempre, porque não é porque eu tenho problemas dentro de casa que eu vou deixar de ser uma boa profissional, agente faz e orienta também da mesma maneira. Porque quando você está dentro do problema, por mais conhecimento que você tenha daquilo você não consegue discernir, você não consegue separar tudo bonitinho e tomar uma decisão, às vezes você precisa conversar um uma segunda ou terceira pessoa.

(de novo ouve interrupção, foi solicitada por uma escrivã)

Você estava dizendo da sua capacitação, que quando você entrou você teve bons professores, quanto tempo durou essa capacitação?

O período da academia? São de três meses, aproximadamente.

E depois desse período você teve algum outro curso?

Não, não, eu tive bons delegados junto com os quais eu trabalhei no começo da minha carreira como escrivã e que me ensinaram tudo o que eu sei. Eu trabalhei com delegados, assim, extremamente competentes e inteligentes, um que já havia sido escrivão, um professor de faculdade e o outro, Dr. XXXXX, que embora não tenha sido escrivão, sempre foi uma pessoa muito culta, muito inteligente e ele sempre também auxiliou no que precisava e depois a minha opção de vir pra cá. Eu pedi pra vir pra cá.

Você pediu?

Pedi, porque eu queria uma coisa mais tranqüila, achei que seria mais tranqüila, mas não é tanto assim, mas eu pedi pra vir para cá.

Mas você está bem?

Tô, me acostumei, daqui cinco anos me aposento, acho que vou me aposentar por aqui mesmo. Eu queria ir pra delegacia do idoso, que vai ser inaugurada, mas não sei se vou ter essa oportunidade, se tivesse eu iria.

Você é chefe. Isso é uma promoção?

Ele entra como cargo de confiança, você recebe um pró-labore, que é irrisório, mas é um cargo de confiança. Como tem o escrivão chefe tem o investigador chefe. É aquele orienta os demais escrivães ou os demais investigadores, porque nós temos uma hierarquia, e eu levo os problemas à delegada com relação aos escrivães e a Solange, que é investigadora chefe, leva os problemas pra delegada, conforme a necessidade, mas aqui todo mundo tem o mesmo nível de capacidade profissional, a gente não tem problema não, eu nunca precisei exercer a função de chefe, é papel mesmo.

Mesmo que você tenha tido aquela formação inicial e ter aprendido com bons delegados, você sente necessidade de alguma capacitação, gostaria de fazer algum curso dentro da Polícia?

Só de tiro, porque na ocasião eu me formei nós não tínhamos ..., na realidade, na época em que eu fiz academia tinha muita gente do interior alojada, fazendo curso de investigador e então não tinha local e nem professores disponíveis para os escrivães, então eu fiz só duas aulas. Depois eu fiz algumas vezes na **CBC (incompreensível)**, com conhecidos, pra aprender, mas eu gostaria de fazer o curso de tiro. Aí você vai perguntar você é formada em quê? Eu não sou formada em nada, eu terminei o segundo Colegial, sei tudo de crime e dos artigos, tudo, por conta do período de trabalho que eu tenho, então a gente aprende a interpretar, inclusive os artigos. Mas eu não tenho vontade de fazer Direito porque eu não tenho vontade de ser delegada nem advogada. Eu só entraria no Direito pra ser promotora de justiça, só. Só que, na minha idade, por exemplo, já não é mais possível.

Por que?

Pra promotoria não, você acaba não entrando, vai chegar uma determinada fase que vão te cortar, então eu não tenho essa aptidão pra faculdade, não, mas eu estou bem aqui. O que eu sei pra mim até que eu acho suficiente. A gente procura aprender com mais...

Sobre violência contra mulher, o que você pensa disso, mulheres são agredidas na nossa sociedade, homens agredem mulheres.

Eu acho que, eu não penso com relação a homem-mulher eu penso com relação a ser humano. Eu acho que um ser humano que ele tem a coragem de agredir um outro ser humano ele é uma pessoa repugnável, certo? É uma pessoa sem caráter e é uma pessoa que não respeita a outra. Se for a pessoa com que ele casou-se, então, ou a pessoa que ele

pôs no mundo, ou a pessoa com quem ele relaciona de alguma maneira, pode ser o namorado, pior ainda, porque existe toda uma cumplicidade e a falta de respeito é uma coisa muito feia, porque eu acho que não precisa disso pra você se afastar de alguém ou se fazer entender por alguém. Tanto que as condições da minha separação foram essas. O meu ex-marido tentou me impedir de fazer algo me ameaçando agredir, rasgar a minha roupa e eu falei que estava pra nascer o homem ou a mulher que iria encostar a mão em mim. Continuei me arrumando e a hora que eu passei que ele ia me agredir eu o agredi e mandei que ele fosse embora. Agredi assim, arranhei o rosto dele pra me defender, mandei que fosse embora porque eu não precisava daquilo, então eu não esperei a agressão, eu não quis pagar pra ver, não tem aquela que tem a primeira, ah perdoa, deixa pra lá. Então, mas algumas pessoas não, tem a primeira vez, foi um descontrole, todo mundo tava muito nervoso, alterado, a pessoa vem e se retrata, às vezes o sentimento é muito maior que a revolta, ou do que o respeito por si próprio e acaba perdendo. E aí acontece a segunda, a terceira e sempre naquela de vamos conduzir as coisas de uma maneira mais amigável, tal, até chegar às consequências de um homicídio, que já ocorreu em muitos casos, a gente vê aí estampado no jornal, o marido que matou a mulher, a sogra, a cunhada, a companheira.

O que você acha que leva um homem a agredir a esposa?

Eu acho que a ignorância, pura ignorância. Eu não uso a bebida como motivo, e não uso a droga como motivo, eu, na minha opinião, eu acho que é pura ignorância e desrespeito com o próximo.

Você foi casada quanto tempo?

Três anos e foi o suficiente pra conhecer e pra saber que dali pra frente ia ser guerra. Foi quando eu me separei, a minha filha tinha seis meses de idade, eu estava desempregada, então por isso que eu comecei a correr atrás de muitos concursos e é por isso que eu estou onde estou hoje, hoje ela tem 18, vai fazer 19.

E você gostaria que ela, se ela manifestasse vontade de ser policial, você concordaria?

Eu não incentivaria, eu acho que ela deveria procurar alguma coisa, porque hoje em dia nós vivemos num país capitalista e hoje nós não podemos procurar o que nós gostamos, nós temos que primeiro pensar naquilo que nos traga algum retorno, porque a gente tem visto gente por aí muita gente a nível de faculdade, a nível superior com grandes dificuldades em conseguir trabalho. Por que? Porque optou pela faculdade naquela especialização que mais se identificava, mas não é a que no mercado está aquecendo. Eu gostaria que ela procurasse algum curso, ou uma faculdade ou alguma coisa que, além de dar um pouco de prazer, lógico, você tem que aprender a gostar, que fosse rentável que trouxesse algum retorno pra ela. Então, não sei, ela nunca demonstrou querer ser policial.

Então você está tranqüila.

Sim.

Como é que você vê a posição da mulher na sociedade. Existem muitos preconceitos com as mulheres, mesmo as mulheres em situação de violência, um dos preconceitos diz que mulher gosta de apanhar. Como você vê isso?

Olha, é complicado. Não é que a mulher gosta de apanhar. É como eu te falei, a mulher é muito covarde, a mulher quis se equiparar ao homem, mas ela não consegue se desligar dele, financeiramente, ela tem medo, como eu te falei, se ela tivesse a coragem ou o apoio necessário pra ela buscar aquilo que vai faltar do companheiro, que é justamente a manutenção da casa, da famílias, dos filhos, ela não ateria maiores problemas, porque não passasse de uma primeira e única agressão, acabasse por ali mesmo. Eu acho que não discriminação, ela se auto-discrimina, porque no fundo, no fundo, ela vem, ela sabe que foi vítima de uma violência, ela sabe o que está passando dentro de casa, ela sabe que o companheiro a tendência dele é não mudar, porque você tem uma personalidade e não vai mudar. Ela sabe que aquela situação é quase irreversível, mas ela sabe também que ela depende dele pra tudo, por que? Porque nunca trabalhou fora, porque quando casou o

marido não deixou mais trabalhar, porque quando casou o marido não deixou mais estudar, porque isso não é coisa de mulher casada, a idéia machista que elas acabam aceitando e que depois fica complicado pra mudar. Então ela fica dentro de casa e acaba se atrofiando, ela fica desprovida de conhecimento porque ela não sai, não trabalha, não conversa com uma colega no ônibus, no trem, no carro, no local de trabalho, com as pessoas que ali vão, porque mesmo uma vendedora de loja recebe clientes, está conversando, está sempre se aprimorando, e elas acabam ficando meio que alienadas porque elas ficam num mundo levanta, cuida da casa, cuida do almoço, cuida dos filhos, cuida da roupa, cuida do jantar, cuida do marido, quando vai dormir não consegue... não cuida de uma unha, não consegue cuidar do cabelo, acaba esquecendo dela, vive em função dos outros, então não dá pra você falar assim a mulher quer se equiparar e ser igual ao homem, algumas não querem porque não conseguem se enxergar sem eles, depois de determinado tempo elas não conseguem ver isso, justamente por isso, por não ter trabalho, principalmente trabalho, tudo não é tão importante, mas trabalho.

Sobre a Lei Maria da Penha, essa Lei fez um ano agora, como você vê a vinda dessa Lei?

A vinda dessa Lei, ela tirou muito a autoridade da vítima de querer ou não determinado tipo de procedimento. Então, se por um lado ela foi boa porque ela trouxe para a mulher um castigo maior para o agressor, ela mostrou pra mulher que os direitos dela não paravam só aí, ela mostrou pra mulher que ela estava protegida de alguma maneira, ela ainda não deu estrutura suficiente pra isso ser totalmente administrado e feito e realizado e acabou também não deixando uma brezinha pra aquela que, olha, eu só queria mesmo deixar registrado. Então muitas vão embora porque ficam com medo de registrar e não podem interromper o procedimento. Agora, em alguns casos a Lei é perfeita porque existem casos em que o homem está descompensado de uma tal maneira que a mulher não consegue se livrar dele, infelizmente ainda é a minoria dos casos, não é a grande maioria, não sei como vai ser nos próximos anos, se vai haver alguma emenda, se eles vão criar essa abertura, porque acaba lotando o Fórum de processos que depois acabam não indo muito adiante porque quando chega a audiência a mulher já voltou a viver com o marido. Então, quer dizer, é tudo na correria, é tudo com medidas, é tudo com protetivas, é tudo com emergência, com urgência, com prazos mínimos que você, às vezes faz, mas que ela acaba retornando ao lar ou o marido retorna ao lar porque ela permitiu, e é todo um trabalho que você fala pôxa vida, ela fez isso, daqui a pouco vai acontecer de novo, não acho ruim de tirar ou de fazer o trabalho, acho ruim que ela não conseguir ir até o fim, essa desistência no meio do caminho é que incomoda. É isso o que eu falo, a Lei Maria da Penha não é uma lei ruim, ela é uma lei que não deixou brecha em alguns pontos e que ela é ainda, no país, não é a Maria da Penha em si, mas a estrutura do Estado em poder dar total apoio da maneira como prescreve a Lei. Porque a Lei é bem seca, ela é curta e grossa, ela não tem, assim, outras saídas, então precisava ter uma estrutura bem melhor, talvez se trouxesse uma segurança maior elas conseguissem viver a vida delas sem aquele companheiro ruim, sem aquela vida medíocre, sem aquela vida de violência que ela levava, porque a coisa mais feia do mundo, que me dói mundo é quando chega uma mulher aqui com o olho desse tamanho, tirar os óculos de sol pra falar com você e estar quase cega, é uma humilhação muito grande pra mulher, e aí depois por uma série de problemas, de estrutura familiar mesmo, e que o Estado ainda não está comportando pra fornecer pra ela, ela ter que deixar tudo pra lá, deixar de lado, então é só nesse ponto que eu vejo a falha da Lei, não tenho nada contra a Lei.

O que você falou antes era brincadeira? (antes de começar a gravação da entrevista ela disse que a Maria da Penha deveria ter morrido).

Era brincadeira.

Os dados estatísticos eu vou pegar com a Dra. Márcia, mas na sua percepção, nesse um ano de Lei Maria da Penha, você acha que, pelo fato da Lei ser divulgada, você acha que o número de registros aumentou, diminuiu ou permaneceu o mesmo?

Aumentou. Aumentou porque com esse direito que ela tem de requer o afastamento do agressor, a proibição de aproximar-se dela, inclusive a restrição na visita dos filhos, isso mesmo que provisório, acaba dando a ela um pouco de frescor pra ela pensar o que fazer.

E aqui, vocês já prenderam algum agressor?

Por incrível que pareça, já, já prendemos e acabamos prendendo uma mulher também. Fomos aplicar a Lei Maria da Penha, mas ela tinha feito um disparo, a Lei Maria da Penha na lesão corporal dá direito o fiança, o disparo de arma de fogo não. Então pra nós foi complicado colocar a mulher na cadeia, mas teve que acontecer.

E ela está ainda na cadeia?

Não, não.

E os homens que foram presos, continuam?

Não, não, porque eles pagam fiança.

Quanto?

Parece que houve um consenso de ser na faixa de R\$500,00. Alta por que? Justamente que é pra coibir que continuem. Se não ficava na Lei 9.099 que pagava cesta básica, caixinha de leite, estava tudo certo. Esses R\$500,00, mínimos, é justamente pra doer no bolso e pro cidadão pensar antes de levantar a mão e tirar sangue da cara de uma mulher.

E quem estabelece isso? É o Judiciário?

Isso vem, a gente recebe fax, vem do Judiciário, já vem... é calculado, tudo vem já, tudo direitinho, vem de acordo com o código de Processo Penal. Acho que são os desembargadores que devem avaliar o aumento ou diminuição, eu não sei, os valores, porque funciona exatamente assim a fiança, ela funciona da seguinte maneira, eu sou réu primário, eu cometi um determinado crime, então eu tenho uma fiança mínima de "x" e uma máxima de "Y", está certo? Como eu sou primária, tenho bons antecedentes, meu crime não foi grave eu posso até pagar o mínimo. Às vezes o rapaz, ou a pessoa, ele tem direito a pagamento de uma fiança, porém ele já é reincidente, então a coisa pra ele fica um pouco mais apertada, eles exigem um pouco mais, justamente pela reincidência, por estar novamente praticando um crime, então é um jeito de puni-lo mais severamente também, às vezes coíbe, mas...

Então quando que ele vai preso, quando não paga a fiança?

Não, ele só pode ser preso nos casos em que nos crimes que podem ser arbitrados fiança, se ele não tiver o dinheiro ele vai pra cadeia até ele conseguir o dinheiro e sair, ou, normalmente quando é réu preso o juiz marca audiência rápida, então pode ser que na audiência ele saia por uma liberdade provisória, acontece. Por outro lado, existem crimes que já são considerados infiançáveis, você entendeu? Aqui na delegacia seriam os crimes contra os costumes, por exemplo, atentado violento ao pudor, tentativa de estupro, estupro, se for flagrante ele vai pra cadeia, ele não tem direito à fiança porque é considerado crime hediondo. Se for flagrante. Quando não é flagrante e nós apuramos tudo, a gente costuma pedir a prisão preventiva no fim, ou se a pessoa está ameaçando de alguma forma a vítima, a gente chega a pedir a prisão temporária até que se apure o restante para se evitar que a vítima corra risco de vida. E a gente tem conseguido, o juiz tem concedido.

Sua cor?

Eu sou morena, parda.

Você é adepta de alguma religião?

Sou espírita.

Freqüenta?

Freqüente.

Sua renda familiar?

Eu acho que é de cinco a oito salários mínimos.

O que você fazia antes de ser policial?

Bom, antes de eu ser policial, apesar de ser registrada como auxiliar de escritório, eu era secretária, eu trabalhava num grupo em São Paulo, viajava muito pra lá e pra cá, de avião, fazendo serviços externos, inclusive, e trabalhei dez anos com isso, fui bancária, quase morri.

(ela não relatou que já havia sido faxineira).

Existe algum caso de violência contra mulher que te comoveu, que te pegou emocionalmente?

Aqui?

Sabe, assim, que te deixa meio abalada?

Sinceramente, aqui não, e não é por nada não, eu acho porque é devido eu já há alguns anos que eu já tinha de polícia, é como eu te falei, a gente acaba sendo imparcial, então você acaba, não é que você fica indiferente, mas você acho que você fica meio que vacinada, você acaba não deixando aquilo te afetar, a realidade é essa, não que você vê uma pessoa machucada e isso não te... lógico, você fica pô, tá machucada, mas é que... te comover, isso não, sinceramente não.

Independente das perguntas que eu fiz, você acha que teria mais alguma coisa pra dizer pra colaborar com a minha pesquisa?

Na realidade o que muito acontece hoje é o problema de alcoolismo e drogas, que tem sido um grande responsável pela desestrutura familiar, então eu acho que precisaria se aprofundar muito mais nessa questão de álcool, a droga porque álcool a gente sabe que acaba sendo uma doença e droga acaba sendo também por final, mas antes de chegar nesse ponto a gente precisaria tomar outras medidas, que eu não sei quais são, que se tomassem, melhoraria em muito a qualidade de vida. Acho que é só isso mesmo.

Obrigada.

ENTREVISTAS DE MULHERES SEM BOLETIM DE OCORRÊNCIA

1 Entrevista com Júlia

03/03/2008 - 9h50

Identificação:

A minha história é triste porque eu vivi com o pai dos meus filhos onze anos, era uma união estável, nem tanto. Desde o namoro já era agressivo, ele já gritava, já agredia verbalmente, mas acreditava que ele mudava, aí depois de três meses de namoro a gente foi morar junto e aí tava tudo bem, mas muito ciúme, muita desconfiança e aí depois de sete anos com o nascimento do meu filho ficou pior porque ele ficou mais agressivo, mais agressivo, mais ciumento, mais ciumento e aí ele passou a me agredir verbalmente e fisicamente, era um palavrão, assim, na frente do meu filho, desde que ele completou um aninho, eu sempre pedindo a ele pra que não, que não, que não. Então ele pôs na cabeça dele que eu traí e ele não tira isso, uma coisa, fixação dele, ele acha que eu fiz. Então um belo dia ele fez e achou que ia ficar por isso mesmo. Ele foi viajar, foi pra nossa terra ele lá ele arrumou uma outra moça e depois eu descobri e eu mandei embora e ele foi. Tava tudo bem, só que daí eu comecei a sentir falta dele, da companhia dele e ele começou a falar tô sem condição, aí por dó ou por amor, não sei, por gostar, eu aceitei ele de volta em fevereiro do ano passado. Quando foi no mês de março eu sofri mais uma agressão, verbal e física. Ele me deu um pontapé, ele me deu um murro nas costas, aí quando foi nesse mês de março, eu fui até o Conselho Tutelar porque a gente não tava dando mais certo, entrei com pedido de guarda do meu filho, tá em andamento o processo, tudo direitinho, só que ele não se conforma. Primeiro, aí bom, a gente voltou, continuou em andamento e tudo, a gente voltou, só que agora a gente voltou, ele achou que eu não ia fazer isso, só que agora não sei se alguém foi avisá-lo sobre o processo, que ele tá pior. Ainda até dezembro desse ano deu pra ficar numa boa, quando foi em janeiro, após o Ano Novo, festa de Ano Novo, nós saímos à tarde, eu saí com meu filho. Tem uns lugares, uns ambientes perto de casa, padaria, essas coisas, que vai toda a família, todo mundo se reúne, os homens tomam uma cervejinha, sentamos lá, ela (uma amiga) com o bebezinho dela no carrinho e eu com meu filho sentamos. Ficamos tomando uma cerveja e de repente veio um colega e me cumprimentou, deu feliz ano novo e eu não esqueço, eu apanhei muito (começou a chorar) por causa de um beijo no rosto que meu colega me deu (choro), por causa de um beijo no rosto. Aí eu cheguei em casa as agressões verbais continuaram madrugada a fora, depois as agressões físicas na frente do meu filho que agora tá com quatro anos e pouquinho, vai fazer cinco no mês setembro, continuaram. Aí conseguiram chamar o meu irmão, pedir socorro, eu gritei muito. Ele arrebentou minha porta do quarto, quebrou uma faca na porta do guarda-roupa, não me lembro. Tudo isso na frente do meu filho. Aí bom, meu irmão chegou pra tentar socorrer. Só que quando meu irmão adentrou, ele ficou muito nervoso, transtornado, porque ele fica mesmo, ele pegou meu armário de cozinha e jogou no chão, com tudo, com todas as coisas, quebrou minha casa inteira, quebrou minha casa inteira e depois sumiu. Meu irmão ficou lá, a minha irmã chegou pra tentar apaziguar, eu desesperada com meu filho no colo, pedindo, implorando a Deus que me desse proteção naquela noite. Antes do meu irmão ir embora ele voltou. Ele voltou, sentou nos pés da minha cama e falou daqui eu não saio. Eu falei, meu, vai embora porque é melhor, fica aí causando. Não, a casa é minha também, eu também pago a conta eu não vou, não. Bom, ele continuou lá. Só que quando foi de madrugada meu filho não conseguia dormir, fui fazer um leitinho pra ele e ele deitou na minha cama do jeito que tava, deitou pra lá eu deitei pra cá do lado do meu filho, meu filho não conseguia dormir, dei o leitinho pra ele, deu obrigado mãezinha, deu um beijo no meu rosto, virou pro cantinho, só que eu vi que ele não tava dormindo, e o pai dele, sabendo que o menino tava acordado, depois de tudo isso, eu tava muito machucada, muito magoada, assim, por fora, por dentro era uma dor infeliz que eu não sabia nem explica. Tudo bem que eu não tava cheia de hematoma, não tava com a cara estourada, mas a minha alma doía, era muita dor, e ele queria me obrigar a ter relações sexuais com ele (chorava muito). Depois de tudo eu chorava, implorava, e ainda assim ele queria. Eu falei não, não, não. Três dias após eu consegui tirá-lo da minha casa, dei um prazo pra ele, falei, olha, semana que vem eu vou estar de férias do meu serviço eu quero você fora da minha casa porque eu quero paz. Ele

foi. Deu um tempo, arrumou um lugar lá pra São Paulo, não sei o endereço. Ele é uma pessoa que eu vivi onze anos com ele eu não sei onde ele trabalha, eu não sei com quem ele se relaciona, não sei nada, não sei quem é patrão, nada. Ele sabe tudo da minha vida, eu não sei nada, eu não sei nada, assim, de tudo o que ele fala eu não sei que porcentagem do que é verdade, daquela porcentagem que ele falou eu não sei o que é verdade porque geralmente é tudo mentira, se tira pouco do que é verdade. Aí ele foi. Só que aí eu pensei, que bom, ganhei liberdade, ganhei minha paz, vou criar meu filho me paz. Piorou. Piorou porque agora, à longa distância, ele controla. Ele liga no meu serviço, ele fala o dia que eu tenho que sair, se eu opto sair que roupa eu devo por, se ele fala não saia eu não saio, se ele fala tô indo aí ele, tipo, quer me obrigar que eu abra a porta de madrugada pra ele porque ele tem todo o direito de entrar. Ele fala que paga as minhas contas, que paga o meu aluguel, ele não paga o aluguel, ele paga a pensão alimentícia do menino, ele paga alimentos pro menino que é obrigação dele. Então, com esse dinheiro, dependendo do dia que ele me dá, eu faço o que eu quero, o que tiver pra pagar eu pago primeiro. E ele falou que tem todo o direito de ir na minha casa por isso, porque paga o aluguel. Aí essa noite passada, na quinta-feira, dia, quinta-feira passada, nem me recordo o dia, chegou na minha casa, falou que precisava de um comprovante de residência no nome dele, como a gente morava junto, eu tenho algumas contas no meu nome, minhas coisinhas e outras contas no nome dele, aluguel, água e luz. E eu fui e peguei. Tava com uma panela no fogo, tava fazendo uma misturinha, peguei a conta, dei na mão dele já paga tudo bonitinho o documento, chamei meu bebê e falei o pai chegou vem brincar com ele, porque é pai, né, aí ele sentou na porta da cozinha e perguntei se tava com fome porque eu acho que um prato de comida você oferece até para um estranho ainda mais pro pai do teu filho, aquilo pra ele já foi como se fosse uma entrada, ah ela tá, né. Bom, ele falou, não obrigado. Não quero comida nenhuma. Tá bom. Aí meu bebê já tinha jantado, só precisava tomar banho. Falei, filho já é nove e pouco precisa tomar banho que amanhã meu filho vai pra creche. Aí quando foi cinco pras dez, ele, o pai, falou que ia embora, falou que ia embora. Eu falei vamos tomar banho? Vamos. Deu um beijo no pai e falou eu queria tanto que o pai fosse bonzinho e ficasse aqui. Eu falei, filho não dá mais. Não dá, né mãe? Agora a mãe não leva mais empurrão, não tem mais ninguém pra fazer enforcamento na mãe (choro). Eu falei dá um tempo, filho. Aí ele fez que foi, só que ele foi já de caso pensado e voltou, bateu na minha porta, eu abri e falei, fala o que deseja. Olha, tô com problema. Eu falei, se eu puder, ajudo a resolver. Aí ele falou assim, olha, eu perdi a chave da casa onde eu moro, ficou no carro da firma e não tem quem vá lá pegar. Eu quero dormir aí. Eu falei não, aqui você não vai dormir. Ele falou, vou. Não vai. Vou, não vai, vou, não vai. Vou, não vai, vou, não vai. Sabe, ele fingiu que foi embora e levou a madrugada inteira, quando não era o telefone de casa era no celular, até três da manhã ele me ligando, me ligando, me ligando, me ligando, até que a última vez que ele me ligou ele falou que tava em casa. Ué, como você tá se virando? Ah é porque eu consegui arrombar a porta, mas a moto tá do lado de fora e se eu não vou dormir, preocupado, você também não vai. Aí sexta-feira foi pior, tava pior. Aí eu fui trabalhar no sábado e de lá mesmo eu fui pra casa de parente, teve aniversário eu fui. Aí no sábado eu não atendi mesmo, não tava a fim mais, chega de dar satisfação da minha vida pras pessoas, não tô mais com ele, eu acho que não devo satisfação e pronto, eu não tenho que ficar perguntando pra ele onde você foi, o que você fez? E ele ligou várias e várias vezes no celular, inclusive tem sete ligações só dessa madrugada, que ele fez. Eu fui pra casa do meu tio, passei o sábado após o serviço, parei às cinco horas, o pai da minha patroa me deixou lá, com medo dele tá me seguindo ou alguma coisa. E eu fiquei lá na festinha. Quando foi ontem, vamos fazer um almoço, vamos, legal, minha irmã tava lá também. Então não vou embora agora, não vai. Aí, no final do dia, o meu primo falou assim, vamos comigo, né. Viemos embora. Quando cheguei em casa lavei minha roupa, roupa do bebê, dei banho no bebê, dei comidinha pra ele. Aí minha vizinha chegou e ficamos conversando, pus as roupas no varal, o telefone tocou, era ele, onde que a vagabunda tava? Eu trabalho, eu não sou vagabunda, eu trabalho, eu tenho todo o direito de tá me divertindo, eu estava, ainda dei satisfação. Podia mandar pro raio que o parta e você não tem nada a ver com isso. Eu falei pra ele, eu fui levar o Renato pra passear um pouquinho, passear um pouquinho, né? Levar o meu filho pra passear um pouquinho. Aí ele falou assim, onde? Eu falei, fui na casa do meu tio. Ele falou assim, deixa eu falar com meu filho. Aí ele falou, ó

filho o pai vai embora, não esquece do pai, e tal, e eu fiquei, tipo, ouvindo pra ver o que ele tava falando. Eu falei, graças a Deus, até que em fim ele vai dar um sossego, uma paz na minha vida. Aí fui tomar banho, aí passou um tempo o telefone tocou de novo, eu atendi. Isso já era umas dez e meia da noite. Coloquei fralda no meu filho, ele dormiu. Dez e meia da noite o telefone tocou, era ele. Falei alô. Ele falou eu tô indo pra aí. Isso ontem. Tou indo pra aí. Eu falei, você não venha. Tou indo e ponto, acabou! Eu falei, meu, não faz isso. Dei um tempo, ele falou e-u t-ô a-q-u-i n-a p-o-r-t-a, a-b-r-e a p-o-r-t-a a-g-o-r-a. Eu falei, e-u n-ã-o v-o-u a-b-r-i-r a m-i-n-h-a p-o-r-t-a, já ia entrar onze horas, já. Abre agora, senão vai ser pior pra você. Falei, eu não vou abrir. Seja o que Deus quiser, eu não vou abrir. Tô falando pra você que eu sou mulher e não vou abrir. Ele falou vai, se não abrir por bem, vai abrir por mal e começou a esmurrar a porta. Aí eu abri o vitrô da minha cozinha e falei, meu, pelo amor de Deus, vê que horas são, os vizinhos precisam dormir. Ele falava, foda-se, dana-se, eu não quero nem saber, eu vou entrar e pronto. Você não vai entrar. Bom, começou a esmurrar a porta. Eu falei, para, pelo amor de Deus. Nisso, que eu falei para pelo amor de Deus, o rádio dele tava ligado, ligando pra minha casa pra que eu não pudesse pegar meu telefone e pedir socorro, ele ocupava a minha linha o tempo inteiro. Eu, para de ligar, vai acordar o bebê, você tá ligando toda hora. Ele falou, eu não vou parar. Aí, do nada, em um beralzinho assim que passa pro fundo da minha casa que tem uma sacada na frente, então, do quintal pra sacada, ele passou por ali, foi até uma porta de alumínio que tem no meu quarto, começou a forçar que aquilo dava a impressão que ventava, ia arrombar. Aí me bateu o desespero, eu comecei a gritar, comecei a gritar, comecei a gritar descontrolada, pedir socorro. Aí o meu vizinho, que é um primo, um parente meu que eu não converso há muitos anos, não converso com esse meu primo por causa dele, por intriga dele também, e eu pedi socorro, pedi socorro, aí ele ligou pra minha irmã, a minha irmã que tem um bebezinho e não pode sair de madrugada, assim na noite, o bebê dormindo, aí ela ligou pro meu irmão e meu irmão chegou lá. Na hora que meu irmão chegou ele saiu correndo assim, tipo, saiu andando na frente, meu irmão falou você não vai deixar eu falando, volta aqui que você vai me ouvir. Vou ouvir porra nenhuma, caralho nenhum, e não sei o quê, já saiu com aquele... Graças a Deus eu já moro lá faz oito anos, ninguém tem isso, não é querendo ser boa, não, eu tento ser correta com as pessoas, eu tento o máximo, ele nunca deu bom dia pra um dos meus vizinhos e eu sei que a gente precisa de todo mundo, eu preciso ser bacana com os outros, não porque eu precise, é porque necessidade, você tem que ser bacana com as pessoas. Aí meu irmão chegou, aí já foi aquela coisa, ó, inclusive eu tô roxa, tô toda dolorida, porque meu irmão tem estatura boa, ele é lindo, sabe, eu só podia contar com ele, com os dois (muito choro), ele é lindo, assim, forte, ele ia pra cima do outro pra me defender e eu pedia, não, não vai, não faz isso por favor, não faz isso, e pedia socorro pro meu primo pra tentar segurá-lo e o filho da mãe do meu ex-marido, do outro lado da rua, o quê que é, vai peitar, vai encarar? Assim, tirou a blusa, pôs na moto, e o meu irmão enfurecido, enfurecido, assim pra ir pra cima dele. Não sei o que houve lá, que na hora eu nem me lembrei, eu gritava desesperadamente, porque eu vi que ia acontecer uma besteira, aí eu fui e pedi pra ele que parasse, que fosse embora, implorei. Ele gritou de lá, falou assim, o quê que é sua vagabunda, pensa que vai ficar barato? No que ele falou assim eu quase não consegui segurar meu irmão. O meu irmão falou assim, vagabunda não, mulher trabalhadeira, você é que não a merece. Ele falou aqueles nomes. Bom, aí consegui acalmar meu irmão, meu irmão acabou entrando no carro e saiu logo em seguida da moto e eu fiquei desesperada, desesperada, porque eu fiquei com medo dele ir atrás do cara e acontecer alguma besteira. Pô, eu vou te falar que eu tô sossegada, agora, no momento? Não tô, porque eles marcaram um duelo pra acertar as contas hoje, tipo duelo, um exemplo, o melhor que vença, e ele falou pra mim, vou dar o troco pro seu irmão, ele ligou a madrugada inteira, aí eu fui dormir na vizinha porque eu não agüentava mais. A viatura chegou, alguém conseguiu chamar a polícia, eu liguei, mas eu não tava em condição nenhuma, não tinha condições de conversar. Aí alguém chamou. Aí chegou a viatura com dois PMs e eu fiquei conversando com eles e eles me aconselharam a vir, mesmo, porque isso não é justo e usaram esse termo com ele “ele é um bundão”. Ele não vai fazer nada com você, se você não tomar uma atitude aí que ele vai se achar no direito de fazer. E ele me ameaça de morte o tempo inteiro, são ameaças gravíssimas que ele faz. Ele falou que as ameaças que ele faz não pega nada porque é por telefone, só que eu acho que tem

como puxar e ver tudo o que ele fala comigo. Inclusive, essa noite quando ele falava assim pra mim abre, abre a porta agora, abre que eu vou arrombar, eu falava por favor, pelo amor de Deus não faz isso, p-e-l-o a-m-o-r d-e D-e-u-s, o aparelho nextel dele estava na minha secretária eletrônica, caiu na secretária eletrônica e ele não viu. E aí ele falava assim, você me chamou aqui. Imagina, uma mulher, eu vou fazer 32 anos, com filhinho de quatro, que passou por tudo isso, que já deu um basta, falou chega, ia tá convidando ele, ex-marido, aquela hora pra ir em casa? Não ia fazer isso, né? Só se não tivesse noção. E a todo instante ele gritava pra vizinhança ouvir, você me chamou, você me ligou, agora você vai ter que me aturar. E eu falava, pelo amor de Deus, não faz isso, você sabe, olha nos meus olhos e diz se isso é verdade. Eu não fiz isso. Você fez, você ligou pra mim. Olha, eu sei que foi uma situação, assim, terrível, terrível, terrível. Eu vim aqui pra ser orientada, os PM falou, você vai lá e elas vão saber o que fazem, elas não admitem mesmo, eu não admito, só que eu sou um policial, sou, tenho que agir correto, tenho, mas se eu chegasse aqui e pegasse uma situação dessa não ia prestar, porque eu sou um ser humano, tô falando pra senhora que não ia prestar. Porque a gente vê pela preocupação dos vizinhos, de luzes acesas na garagem, te acompanhando, registrando tudo, pelo jeito você é uma pessoa querida, não é tranqueira que nem ele fala, esse termo que ele fala, isso é aquilo. O PM julga a mulher como não tranqueira pelo comportamento da vizinhança que ele julga ser um comportamento de cuidado, mas que pode ser também de curiosidade. Ele não compreende a mulher pelo fato de ser mulher. E aí ele foi anotando tudo, meu nome, o RG e disse que qualquer coisa que acontecer, se ele aparecer, é só ligar 190 que ele mesmo vem, ele faz questão, na hora que eu der meu nome e endereço ele mesmo vem, ele quer olhar na cara do cara, saber quem ele é, porque, se não conhece, quer conhecer. Um PM pode escolher as ocorrências? Aí eu vim aqui pra me orientar, pra registrar um B. O. contra ele porque eu não posso viver nessa situação, é muita coisa pra mim. Meu filho fala assim, que morre de medo, o tempo inteiro, do papai matar você mamãe (muito choro). Com quem eu vou ficar? Ele fala, vou morar na creche? Não vou ter minha mãezinha à noite? Ele fala isso pra mim, e eu, não filho, tenho fé em Deus, eu creio que Ele vai tirar a gente dessa situação, e eu creio, eu creio muito e é por isso que eu tô aqui.

O que você espera da delegacia?

O que eu espero? Uma solução, né (muito choro). Qual? Que com isso ele pense melhor, ele veja melhor.

A entrevista foi interrompida nesse momento porque Júlia foi chamada para o atendimento.

O que leva os homens a agredirem as mulheres?

O que leva eu não sei. Não sei porque, é tipo assim, o que leva eu não sei, porque se eu for rever a situação, se for pensar direitinho, vai ficar, até não sei se vai ficar legal eu falar isso, mas é, tipo assim, sabe quando você bate na mesma tecla: eu não mereço, eu não fiz isso, eu não fiz nada pra estar pagando por isso, então, quer dizer, eu acho que cada caso é um caso, eu não sei se elas fazem por merecer ou não, mas no meu caso é injusto, é injusto porque ele tem bem no nome dele, não tô alegando, Deus é testemunha que eu não tô alegando, ele tem bem no nome dele, graças ao meu trabalho, ao meu esforço, ele ficou três anos em casa desempregado, e eu ali mantinha tudo eu ali junto com ele, tudo bonitinho, então quer dizer, é muito sofrimento, é muita dor pra uma pessoa só, eu quero dar um basta nisso, independente de qualquer coisa, eu quero dar um basta. Chega. Então o quê que leva ele a fazer isso aí? Sinceramente, eu não sei.

Não só no seu caso, o que leva as mulheres a suportarem tanto tempo a violência?

Eu tenho um caso na família, uma pessoa muito querida minha. Eu tenho um tio meu, ele é muito querido, mas a esposa dele chega a ser mais querida do que ele. Ela é batalhadora como eu, ela cria sete filhos praticamente sozinha. O dinheiro dele é pra jogo, pra bebida, se tem algo mais não me cabe porque, eu nunca vi. A bebida e o jogo eu sei que sim, e ela sofre, ela batalha, coitada, trabalha pros filhos, só Deus sabe o sofrimento daquela mãe, e ele agride do nada, agride mesmo, fisicamente, verbalmente. Outro dia ela falou, colega,

você tá tristonha aí em casa, acho que eu vou dar uma passada aí pra conversar com você. Ele ligou, ela falou tô indo na casa da Júlia, ficar um pouco com ela. Passou dez minutos, o tempo dela tomar banho, lavar a cabeça, quando ela tava se trocando ainda, pondo a roupa pra sair de casa, ele ligou e falou você não vai sair, porque se você sair, a hora que você voltar você vai ver o que acontece. Ela entra em pânico, ela fica desesperada. É o meu caso também. É semelhante. Ela entra em pânico, ela não consegue se mover, ela fala eu temo pelos meus filhos, eu vou sair e deixar os meus filhos sozinhos? Eu não sei a hora que eu voltar o que pode ter acontecido com as minhas crianças. Eu não sei, ela fala que não denuncia por medo. Foi como o PM falou pra mim ontem, não pode ter medo, você vai viver a vida inteira assim? Tendo medo? Vai chegar uma hora que você vai fazer o quê? Cometer o mesmo erro. Se submeter a voltar pra ele, mesmo sem amor, ou mesmo sem respeito, só pra tá agradando e não tá se agradando, tá agradando a outra pessoa pra que tudo fique em paz e ele tranquilo, oh! Consequi o que eu queria, tô belo, tô bonito, tá tudo legalzinho. Só que não é assim, você tem que ir, sim, e de preferência que você vá amanhã antes do almoço. Eu já falei pra ela, só que ela, talvez sabe agora, eu tendo vindo, eu vou ter uma prova de mostrar pra ela, assim, e falar pra ela, colega, eu fui, porque eu creio em Deus, eu fui, eu fiz, eu estou livre (muito choro), vai. O meu tio é o meu sangue, vai e faz também pra você ter paz, porque ela não tem paz também, eu gosto muito dela, demais e ela não tem paz também, coitadinha. Então, tipo assim, quando a gente se liga é sempre as mesmas conversas, é filho, é agressão de marido, agressão física, agressão verbal, é sempre esse mesmo assunto.

Além dela, outras pessoas da sua família sabem que você sofre violência?

Agora veio à tona porque eu agüentei muitos anos calada, até que, tipo, eu agüentei por que? Porque eu dizia vou dar mais uma chance, a pessoa vai melhorar, só que quando tu chega, assim no extremo, você fala assim eu sei que eu fiz tudo, eu lutei pela pessoa e a pessoa não tem a menor chance de mudar, eu não vou ficar sofrendo, pagando pra ver então eu não quero mais, chega! Aí foi que eu...

Você acha que vindo aqui hoje você consegue...

Ah! Eu espero que sim.

Que imagem você fazia da Delegacia antes de vir aqui?

Ah, eu pensava no atendimento, em ter que ficar esperando, chorando, ou com vergonha, quando eu adentrei ali todo mundo vai saber o porquê, depois eu percebi e falei e...? E...? Tem mais é que ir mesmo, eu não tenho vergonha, muitas, muitas mães de família, muita mulher agredida, eu não sou a única, então por que ter vergonha? Vergonha eu teria de parar num hospital, toda espancada, e as pessoas falarem eu bem que avisei você, que você fosse antes de acontecer isso aí, por que você não foi? Acho que isso seria vergonha, agora não, tô tranquila, já vim, se precisar vir eu venho de novo, não tenho vergonha, até que eu consiga minha faz de volta.

Você já ouviu falar da Lei Maria da Penha?

Eu tenho toda ela.

Como você conseguiu, quem deu pra você?

No ano passado quando a gente se separou, ele ameaçava de tirar o menino de mim, como eu já te contei no início da entrevista, eu fui encaminhada pela creche que ele fica, aí me informaram o Conselho Tutelar, aí me informaram pra eu saber o que falar, pra saber como agir. Eu fui, cheguei lá e peguei uma advogada maravilhosa, ela viu minha situação, eu tava pior do que isso aqui, eu não tô bem psicologicamente, eu tô sabe..., Fisicamente você olha assim é uma carapaça, porque por dentro é um vazio total. Aí ela falou o que tá acontecendo mãezinha? Aí ela viu meu estado, me levou numa sala, me deu água com açúcar até eu me acalmar e agente começou a conversar, expliquei toda a minha situação pra ela. Bom..., voltando... Primeiro foi na creche, meu filho foi pra creche de manhã e não parava de chorar, não parava de chorar. Aí eu recebi um telefonema no serviço pra que eu fosse lá que a assistente queria falar comigo. Na hora eu falei já sei o que é, minha criança

comentou as coisas, as agressões do pai à noite comigo, eu tava em claro, tava muito mal pra trabalhar. Aí fui até a creche. A assistente perguntou mãezinha o que aconteceu? Você brigou com o seu esposo? Não, nós estamos separados e essa noite ele apareceu e a gente, nós tivemos uma briga. O que aconteceu? Adultério, agressão verbal, física na frente do meu filho, em janeiro do ano passado. Pra mim chega. Ela falou o que você quer fazer? Olha, ele ameaça a todo instante tirar a criança de mim e você sabe que independente de ser um, de ser dois, de ser três, você imagina quando é um só, é a vida, aquele menino é minha vida (choro), se eu pensar em ficar um dia sem vê-lo, eu não sei se eu resisto até o final do dia. É um golpe muito duro pra mim. Eu amo incondicionalmente meu filho, é um amor assim demais, toda vez que eu falo nele eu fico emocionada. E aí ela falou assim, mãezinha, no que eu posso te ajudar? Eu falei, olha, dá uma luz, eu tô no fundo do túnel, eu não tô agüentando mais. Ela falou, vamos fazer o seguinte, vai até o Conselho Tutelar e se informa, deixa ele aqui, hoje, até às seis da tarde, até às quatro você já tá de volta. Liga pra tua patroa e diz que você não tá bem e aí você se informa, depois a perua entrega teu filho, tá tudo bem, tá bom. Eu fui, cheguei lá, encontrei essa advogada, ela me acalmou um pouco. Conteí minha situação pra ela e na hora, i-m-e-d-i-a-t-a-m-e-n-t-e ela falou o que você quer? Olha, eu quero o seguinte, eu quero entrar com pedido de guarda oficialmente pra mim, eu ter o papel em mãos e falar assim o nenê é meu, se ele pegar de perto de mim é seqüestro. Eu preciso disso pra eu ter paz gente, pra eu ter uma segurança. Aí eu fui e entrei com o pedido de guarda, o processo tá rolando. Na semana passada ele foi no meu serviço, o pai do meu filho, falou assim que tá entrando também, ele se informou com a advogada da firma, entrou na Internet, não sei, se informou e viu que ele tem todos os direitos porque ele tem provas contra mim. Primeiro que ele ganha bem melhor que eu, isso aí não quer dizer nada, mãe é mãe independente de ganhar R\$ 1,99 por dia, ela vai, se ela é mãe, ela vai lutar com aqueles R\$ 1,99 pra sustentar o filho o mês inteiro. Eu sou, graças a Deus, eu sou doméstica registrada, eu tenho patrões maravilhosos, graças a Deus, me apóiam em tudo, senão eu não estaria aqui porque não teria como eu vir e ele falou assim também que tem provas contra mim, porque acho que usou um celular, alguma coisa e eu havia combinado com esse meu tio, aquele suposto que também judia da esposa, pra que a gente fosse num barzinho f-a-m-i-l-i-a-r, eu quero que fique bem claro isso daqui, é um ambiente que à noite tem baile? Tem, mas à noite eu não vou com meu filho. À tarde serve porções de comida, comidas típicas do nordeste que eu gosto, que amo, não vou mentir, e outra, eu trabalho a semana inteira, chega sábado e domingo, pôxa, só porque eu sou mãe de uma criança de quatro anos eu não posso levá-lo pra que ele sente, coma e tome um suco enquanto eu tomo uma cerveja com uma colega? Eu não acho errado isso, eu não acho que é cometer um pecado contra o filho, contra o ex-marido e ele usou isso, ele tirou, falou pra mim, tirou foto de um MP5 emprestado de um amigo, não sei, pra usar contra mim no dia da audiência, usar contra mim pra dizer que todo fim de semana eu tô em porta de bar e devido a isso ele tem moral pra cuidar do menino. Só que imediatamente eu liguei pro advogado que tá cuidando das coisas, liguei pro oficial de justiça, ele falou que não. Não tem nada a ver isso, ele pode ganhar R\$ 3.000,00, a única coisa que ele vai ter que fazer é pagar uma pensão alimentícia maior pro nenê, porque o cálculo que ele tá fazendo é errado, ele ganha tipo R\$ 1.150,00, R\$ 1.200,00, ele tá pagando R\$ 250,00, o que ele vai arrumar é confusão porque a hora que sair, com certeza, a guarda pra você, porque não se tira filho de mãe, muito menos mãe trabalhadeira. Cada caso é um caso, ele falou, e no seu caso não é esse, de tirar o filho de você. A única coisa que ele vai conseguir é visita agendada, ficar distante de você. Outra coisa que eu gostaria de lembrar é que quero que ele fique distante de mim, o mais distante possível, eu quero que ele vá..., ele inferniza no meu serviço, às vezes ele vai três, quatro vezes no dia, fora as ligações de celular a cobrar, de orelhão a cobrar. Minha patroa falou assim, Julia o negócio é o seguinte, eu não agüento mais controlar minhas contas de telefone. Fiquei morrendo de vergonha, falei, não, pode descontar. A questão não é essa, você tem um filho, eu tenho dois, você tem um, a sua situação não é um mar de rosas, você tem que ter seu dinheirinho pra pagar suas coisinhas, você já pensou todo mês ter que descontar R\$ 30,00 ou R\$ 40,00? Já estava em R\$ 30,00 ou R\$ 40,00 só de ligação dele pra minha patroa? Na minha casa então, você nem imagina! Bom... aí...

Eu perguntei pra você da Lei Maria da Penha...

No Conselho Tutelar eu fui encaminhada pro PROCOM. Lá no PROCOM eu conheci essa advogada e ela, ao conversar com ela, ficou muito inconformada, muito chateada e ela falou assim, olha mãe tem duas coisas aqui pra você, primeiro um encaminhamento pra psicóloga porque você não tá bem, porque se você estiver assim no dia da audiência talvez você perca seu filho por desequilíbrio, você tem que estar equilibrada, se você chegar perante o juiz e só chorar, só chorar, eu até tô, acho até que vou dar um jeitinho de passar lá pra fortalecer você. Ela falou, e outra, tá aqui a Lei Maria da Penha, tem várias e várias folhas, pega e mostra pra ele, dá pra ele. Eu fui mostrar pra ele e você não imagina o termo que ele usou comigo. Pega a metade disso daí e enfia, a pega a outra metade e manda essa advogada enfiar, porque essa porra de lei nenhuma vai me convencer a nada. E outra, esteja você sabendo, com essas palavras que ele falou, que não tem advogado, não tem juiz, não tem polícia, não tem nada que tire meu filho de mim, se eu quiser levar eu levou levar e ponto. Desse jeito ele falou pra mim. E é tipo assim, ele dá uma ordem eu tenho que acatar imediatamente, baixar a cabeça e acabou. É aquilo ali e pronto, senão, não tá bom pra ele.

Se você ontem tivesse chamado a polícia, enquanto ele estava lá, os policiais teriam dado um flagrante, nesse caso, no flagrante ele seria preso. Se isso tivesse acontecido, pra você seria algum problema ele ser preso?

Grandiosíssimo. Grandiosíssimo por que? Isso não envolve só isso. Tipo assim, por mim ele iria, numa boa, só que daí eu volto lá atrás, que a minha sogra criou com tanto esforço, uma pessoa belíssima, maravilhosa, uma vó super, tá lá distante, mas maravilhosa, meu sogro é um vô, assim um show de bola, e outra, eles têm problema de saúde, eu fico pensando o seguinte, pôxa vida a gente teve momentos ruins, momentos bons, mas eu acho que é um golpe muito..., é uma coisa muito forte pra uma mãe que tá distante saber: a ex-mulher do meu filho colocou meu filho na cadeia, você entende? Eu ia carregar isso pro resto da minha vida.

Que idade ele tem?

Ele fez 30 dia 20.

E você?

Vou fazer 32, quase dois anos de diferença.

Ele trabalha em quê?

Ele é motoboy e motorista numa firma.

E você é empregada doméstica.

Doméstica.

Há muito tempo?

Olha, eu sou doméstica há muitos anos, porque comecei com 14 anos, já fui em algumas firmas, cheguei a ser registrada, não deu certo porque o que eu gosto é mexer com coisinhas de casa, mexer com criança, tá cuidando, tá alimentando, isso me preenche, qualquer outra coisa que eu vá fazer não me cai bem.

Você chegou a estudar?

Estudei até a 7ª série. Pretendo voltar, assim que o meu filhinho estiver maior.

Você frequenta alguma igreja?

Católica, assim que posso... Não ia mais, não ia mais na missa porque até isso ele me proibia, tipo eu acordava no domingo, acordava toda animada, tomava banho, me trocava, vamos filho tomar banho pra ir à missa com a mamãe, ele já começava aonde você vai? Vou à missa. Vai voltar de lá 11h. Ele nunca se preocupava com a alimentação, no domingo ele ficava enchendo o saco porque, tipo, eu ia voltar 11h ou 11 e pouco, quando terminava a missa e ele ficava enchendo o saco que horas a gente vai almoçar? Que horas que a gente

vai sair, comer alguma coisa? Só porque eu tô com o carro da firma você vai pra missa? E aí? E aí, tipo, podava, toda vez podava. Agora, sempre que eu posso eu tô indo lá na casa de Deus, buscar Deus mais pertinho, agradecer, não só pedir, agradecer a Ele por tudo, ainda assim, passando por essa situação, agradecer, faço minhas orações à noite. Ontem, na hora que ele tentou arrombar a porta, minha vizinha entrou em casa, ficou com os olhinhos lacrimejados quando viu meu terço da libertação e meu rosário, porque eu tinha acabado de rezar na intenção dele pra que Deus libertasse ele daquela obsessão, daquela coisa, parece que tocou de uma tal forma que não teve como adomá-lo, ele, sabe, estourou, não sei o quê que foi aquilo dali.

O que você acha das conquistas que as mulheres conseguiram na sociedade?

Ah eu acho bom. Eu acho bom porque eu até tenho uma experiência própria, da época do meu pai, ele ainda é vivo, não vive mais com a minha mãe. Na época a gente era pequenininha a gente ouvia isso todo santo dia: quem manda aqui sou eu, que a mãe era do lar, ela cuidava dos filhos e ele trabalhava fora, quem põe tudo aqui sou eu, quem manda aqui sou eu, quem fala alto aqui sou meu, até que um belo dia ela falou estou indo trabalhar eu vou passar a mandar aqui também, esteja você sabendo que não é só você que manda porque do mesmo jeito que você vai trazer..., se o problema é dinheiro, porque quando a dificuldade chegou, a gente era muito bem de vida, depois ele perdeu tudo no jogo, na bebida, e ela falava se o problema é dinheiro, então eu também mando aqui. Um belo dia ele tava se achando

(nesse momento Júlia foi chamada para o atendimento. Solicitei poder encerrar a entrevista).

Um belo dia ela falou tô indo, tô indo embora, entrou no carro com a pessoa do lado e foi embora. Até hoje, hoje ele chora porque se ele pudesse estaria com ela. Ela tá feliz, com 56 anos e é feliz, arrumou outro casamento, graças a Deus.

Obrigada Júlia, eu não quero atrapalhar o atendimento.

2 Entrevista com Juliana

Juliana é uma jovem de 26 anos, auxiliar de enfermagem, trabalha em hospital, é universitária do curso de Enfermagem. Saiu de casa naquela manhã para trabalhar, toda vestida de branco e usava óculos escuros para encobrir os hematomas no rosto. Estava com muita vergonha e decidiu ir à delegacia registrar um B.O. porque não trabalharia naquele dia devido as marcas da agressão. Na noite anterior apanhou do seu namorado, situação que acontecia há algum tempo. Juliana não denunciou anteriormente por vergonha e por acreditar que as agressões cessariam.

3 Entrevista com Cristina

Casa Abrigo de Santo André - 21/05/2008

Identificação: Sua história, quem é você, por que você está aqui?

Meu nome é Cristina, eu tenho 25 anos, moro em Santo André, sou divorciada, divorciei do meu marido, morei com ele oito. Vim morar com meus pais e quando já estava cinco meses morando com meus pais eu conheci o meu companheiro que me deu bastante problema. Com dois meses que a gente estava juntos a gente já foi morar juntos, a gente tava morando bem, aí eu engravidei, depois de três meses eu engravidei e a gente tava morando junto. No começo eu não percebi nada porque ele era um homem amoroso, um homem bom, eu não percebia nada dele, nada mesmo. Passado um ano e meio aí ele começou a dormir fora, a mentir pra mim e sempre quando eu perguntava, ele só falava que tava de boa, falava que dormia fora porque tava trabalhando. Todo mundo sabia que ele tava usando droga e só eu que não sabia. Aí eu ficava desconfiava, mas eu não podia afirmar nada porque eu nunca soube o que ele tava fazendo. Aí chegou um tempo que eu cheguei um dia em casa que eu peguei o banheiro com aquele cheiro de droga. Aí eu perguntei pra

ele, aí ele desmentia. Aí chegou um tempo que eu peguei mesmo, que eu vi ele usando mesmo, achei até maconha em casa, um pacote de maconha, embalado mesmo. Aí ele falou assim pra mim que só usava maconha. Mas não, eu cheguei a pegar assim..., ele tava até usando na lata, usando pedra, usando crack, usando “farinha”, mas cachimbo eu nunca peguei, mas as outras drogas ele sempre usava e tinha vezes que ele pedia pra mim sair de casa pra ele usar e eu não queria sair pra rua pra ele usar.

Aí começou a violência, só que a violência dele começou já vem no comecinho que a gente tava junto, antes de um ano e meio já começamos a brigar, aí ele vinha pra cima de mim e eu sempre assim deixando. Eu já fiz uns seis B.Os. em cima dele, só que eu nunca dei pra frente, nunca quis levar pra frente porque eu gostava muito dele. Quando eu cheguei aqui, no primeiro dia eu tava pensando muito nele, porque eu gostava dele muito, então quando eu cheguei aqui eu vi que a realidade é outra, a nós temos que gostar de nós primeiro e depois gostar de alguém,

Delegacia

e quando eu fui assinar na Delegacia, eu fui assim fazer queixa, eu tava assim toda marcada. Aí eu cheguei lá e falei pra ela que eu tava pensava que iam buscar ele já, de uma vez só. Aí eu cheguei lá chorando, toda assim marcada, fui trabalhar, cansada, sabe, aí falaram assim vai lá fazer o corpo delito. Eu não fui fazer o corpo de delito, eu tava tão assim revoltada, eu tava tão assim porque eles falam que a Lei é pra isso, é só a gente ir que na hora eles pegam o cara. Eu tava toda assim marcada e, no entanto, ninguém fez nada, então eu fui embora, aí ela falou assim pra mim não tinha como você tirar ele de casa, pra mim ficar na minha casa, eu disse não, é aluguel. Ela disse que se você sair você vai encontrar outro aluguel por aí. Eu falei pra ela que não é assim fácil alugar casa porque eu tinha duas crianças, já tinha passado o dia do meu pagamento, aí eu pensei bem, pensei bem e passados três dias eu saí de casa e fui pra casa dos meus pais e fiquei lá com os meus pais e mudei. Assim que eu mudei ele já me jurou de morte dizendo que ia me matar. Se eu não ficasse com ele não ia ficar com ninguém. Aí ele começou a me jurar e aí eu fui na delegacia de novo e eles chegaram nimim, falaram assim, você não tem um lugar pra ir? Eu falei que já saí de casa, um mês já tem que eu saí de lá e ele tá me perseguindo até hoje e eu já vim aqui fazer queixa dele e vocês não resolveram nada. Aí eu cheguei lá e uma moça de lá da delegacia falou assim pra mim, falou um pouco nervosa porque eu falei que não ia fazer o corpo de delito. Aí ela falou assim, me dá esse bagulho aqui, que era a folha. Eu falei, olha filha, se você trabalha assim com bagulho eu não. Se eu venho aqui num lugar que tá falando igual ele, então vocês tão pior que ele ainda, porque eu vim aqui pra resolver um problema e vocês tão ficando brava, as moças lá atendente, que tava lá. Aí a delegada veio, me atendeu e fez, assim, o B.O. Aí falaram assim que eu ia fazer aquele B.O. e não podia mais tirar, que ia seguir em frente, depois de um mês.

O B.O. ia seguir só depois de um mês?

Aí tudo bem, aí quando deu um mês certo eu fui na delegacia falar, porque eu já tinha feito queixa.

Marcaram um dia pra você retornar?

Não, eu fui porque quis porque eu já tinha ido e não tinha resolvido nada, já tinha 25 dias que eu tava na casa do meu pai, quase já um mês, quando deu dia 18 de maio eu fui na delegacia, aí eu fiz o B. O. contra ele e eles me deram um papel pra eu ir no Vem Maria. Aí no mesmo dia eu fui lá no Vem Maria. Só que aí ela só conversou comigo, a gente não tinha entrado numa conclusão porque eu tinha que falar com meus pais primeiro. Eu tinha que dar uma satisfação pra eles, aí eles concordaram de eu vir pra cá (abrigo). Aí eu cheguei lá em casa, falei com a minha mãe e meu pai e eles acharam bom não. Só que como ele tava me perseguindo demais eu fui lá e cheguei na minha prima, que é sobrinha do meu pai, eu falei assim o que eu faço? Porque ele vive só atrás de mim, ele sabia tudo de mim, sabia a roupa que eu tava usando, o sutiã que eu tava usando, tipo assim, ele sabia de tudo. Até chegou um dia no serviço, um dia antes, foi o dia 16 de maio, ele chegou no meu serviço perguntando de mim, se eu tava lá trabalhando e ele já ia entrando e nisso que ele ia entrando a secretário viu e falou ôpa, ôpa!!! O que você quer? Ele falou assim a Cristina ta

aí? Aí a moça falou assim, ela tá aqui trabalhando. Aí ele falou assim, fala pra ela que tem um homem aqui esperando ela, só que não fala o meu nome, não fala que sou eu. Ela falou tá bom, tá bom, tá bom. Aí ela conseguiu despistar ele conseguiu botar ele pra fora e chegou pra mim dizendo que tinha um homem lá fora me esperando, só que ela já sabia quem era. Não, eu não mandei nenhum homem me esperar, ninguém vem aqui me buscar. Aí quando ela falou isso já liguei pro meu pai e passado meia hora meu pai chegou e aí ele teve tempo do ver ele no meio da rua ainda. Aí quando ele viu meu pai, entrou numa casa. Aí se escondeu e eu não vi mais ele. Aí meu pai veio de carro e me levou pra casa. Quando foi umas 7 horas eu já estava lá com meus filhos lá dentro. Aí quando eu estou lá em casa ele me chama mostrando uma faca. Ele me persegue com uma faca e todo lugar que ele me via, ele queria me bater. O errado que eu fiz foi não fazer o corpo delito que já era uma prova a mais. Só que eu não fiz. Aí vai ter uma audiência com ele só contra ameaça porque eu vacilei, entendeu? Porque era uma coisa assim, quanto mais a gente brigava, quanto mais eu apanhava dele, mais eu gostava dele, parecia até que eu queria tá ajudando ele. Até cheguei a brigar com a minha mãe, fiquei quase um ano sem falar com minha mãe, fiquei em falar com os meus irmãos até o tempo que eu separei dele. Eu passei um mês na minha mãe e nesse um mês que meus irmãos vieram e falaram comigo, porque meus irmãos viraram a cara pra mim porque eles falavam que ele não era pessoa pra mim. Enquanto eu estivesse com ele não iam me dar apoio nenhum. Então enfrentei muitas pessoas que foram falar com meus pais, perdi muita coisa por causa dele e no fim, o que aconteceu comigo? Ele começou a me bater, ele queria sair. Ele era tão possessivo que eu não podia nem conversar com o vizinho do lado. Onde a gente morava só tinha homem, amigos dele mesmo que ele ficava usando droga com aqueles caras e ele não queria que eu falasse com ninguém. Tinha vez que ele sumia quatro, três dias e quando eu se arrumava que eu ia pra algum lugar, quando eu queria ir pra algum outro lugar, porque eu saia antes, saia pro forró. De vez em quando eu saía, só que ele não suportava, só que eu ia mesmo assim, aí quando eu se arrumava, quando alguém me via arrumada, ele, tipo assim, ele aparecia e eu não sabia de onde, eu perguntava e ninguém falava pra mim, ah então parecia até um truque, que era só eu se arrumar que o fulano aparecia. Era sempre assim. Enquanto tava em casa sentada, chorando, deprimida, com medo, dentro, dentro de casa, trancada dentro de casa, pensando que ele ia me bater. Ele chegava tava comida pronta, roupa lavada, tudo pronto. Só que ele sempre não me dava valor, era só querer vir pra cima de mim e isso só ocorreu mais porque eu deixei, porque eu não fui dar queixa antes, porque ele sempre vinha pra cima de mim e eu nunca fiz nada, eu sempre fazia o B. O. mas não seguia adiante.

Você fez seis B.Os.

Em todas as vezes elas pediram o corpo de delito, eu que nunca fiz porque ele sempre me batia. Assim que eu já fui lá fazer queixa dele, é que faltou testemunha, então não deu pra elas fazer, tipo assim, um B.O. mesmo. Aí faltou testemunha, aí elas me mandaram eu ir fazer corpo delito, só que eu não fui, eu tava assim tão transtornada, nervosa que eu não vou, porque eu já vim aqui toda marcada, vacilei, eu reconheço que foi eu que vacilei, porque tinha que ir, porque só falar não ia adiantar nada, só que eu não fui.

Depois você levou testemunha?

Levei uma só, aí teve testemunha do meu serviço também.

Você trabalha em quê?

Auxiliar operacional, faxina. Tem sete meses.

A casa onde você morava é distante da casa dos seus pais?

É o mesmo bairro, é perto.

Você ficou com ele quanto tempo?

Quatro anos, mas só depois de um ano e meio que ele veio pra cima, antes não, era um homem, sabe...

E o outro marido que você teve era agressivo?

Nós era evangélico antes, só que ele ficou muito fanático e não me deixava soltar meu cabelo, não deixava andar perfumada, não deixava ir na minha mãe e eu tinha na época 16 anos, casei com ele. Meus pais falaram pra eu não casar agora, pra dar um tempo. Aí como eu tinha engravidado fui morar com ele. Fiz de tudo para ir morar com ele. Hoje ele tem 45 anos e quando eu casei com ele eu tinha 15 anos e ele tinha 39 anos, nós temos um filho de 4 anos. Aí quando vivi com ele eu tinha de tudo só que aquilo se tornou possessivo também porque ele não me deixava fazer nada, perdi vários empregos, eu não podia estudar, não podia fazer nada. Quando eu saía, era só com ele. Todo lugar que eu ia era só com ele, na minha mãe era só com ele. Aí chegou um tempo, eu vivi com ele oito anos, e eu ficava com ele porque ele falava que se eu separasse dele ele ia matar meus pais, só que nunca precisou eu ir na delegacia porque nunca foi assim agressivo, a coisa dele era me segurar em casa, já era outra obsessão dele.

Depois que você separou dele ficou quanto tempo sozinha?

Quatro meses e namorei dois meses e fui morar com ele. Ele tem 35 anos e eu 25 anos.

Você estudou?

Até a sexta série.

O que você esperava da delegacia cada vez que foi lá?

Antes eu queria mesmo ficar assim com ele, eu queria tentar mudar, agora eu sei que ninguém muda ninguém, ele é que tem que ter força de vontade. Desta última vez eu esperava assim, ele usava droga em casa, eu sempre liguei, era um cara usuário de droga, eu tinha o corpo cheio de hematoma, até no seio eu tinha mancha. Eu imaginei, eu esperava uma coisa melhor, que eles fossem até lá, eu é que tive que vir pra cá (abrigo) pra eu ter um sossego. Agora, nessa parte de justiça se eu fosse esperar, a delegacia resolver entre você e ele, é capaz de você morrer e ele ficar vivo lá. Porque eles não agem rápido nessa parte de ir atrás. Eles não vão atrás de nada. Eles esperam muito tempo.

E você queria que eles fossem mais rápidos.

Eu queria que eles fossem mais rápidos, porque eu saí de casa, ele tinha que sair da minha cola, porque se fosse eu ou uma de nos aqui, eu acho que eles..., se alguém ameaça alguém, sendo um marginal eles vão rapidinho atrás dele. Pra mim eu achei que foi péssimo, porque eu esperava uma coisa melhor, porque eu tive que sair da casa dos meus pais, hoje eu tô aqui, eu tive que sair do meu serviço onde eu tava, eu poderia ficar lá dois anos, eles podiam renovar porque eu trabalho pela Frente de Trabalho, agora faltam três meses pra mim ficar lá, então eu não sei se vou ficar lá, se vou ficar desempregada, e fica nessa aí, eu tô aqui esperando agora.

Por que as mulheres sofrem violência?

Sabe assim, porque tem homens que são muito possessivos, eles querem ser muito dominador, só eles podem fazer o que eles querem, que nem o meu mesmo podia falar com quem ele queria, podia usar a grana com quem ele queria, até a mulherada ia lá levar o cigarro pra ele e eu tinha que ficar quieta, eu não podia conversar com ninguém. Eu não tinha liberdade de eu pegar e sair, eu vou ali e vou. Não, porque se eu chegasse lá ele vinha e me batia na frente de todo mundo, eu tinha que abaixar a cabeça e ficar quieta, e ele não. Ele ainda leva vantagem, que eles batem, porque eles fazem o que eles quer e, sabe..., eu acho, tipo assim, injusto porque quem devia que estar aqui isolado seriam eles, porque eles é que são os perigosos, não somos nós, porque eu não ameacei ele, eu não fiz mal pra ele, porque se eu fizesse algum mal pra ele, eu tinha chegado em algum mau lugar, em alguma biqueira por aí, eu podia ter falado com algum um cara e o cara apagava ele, e aí? Aí eu tava ferrada e ia presa rapidinho. Disso eu tenho certeza, agora, como é ele que ta por aí, perseguindo, ninguém ta muito ligando, pensa que é coisa assim passageira. No dia das mães eu liguei pra lá e minha mãe falou assim ó Cristina, se ele já tava como ele tava, agora ele tá pior porque não para de usar aquilo. Vive aqui rodeando a casa. E teve um tempo

assim também que minha prima chegou nele e viu ele e falou, ô fulano, o que você tá fazendo aí? E isso era seis horas da manhã. E quatro horas da manhã ele já tava lá enchendo o saco. Passou a noite todinha enchendo o saco, me xingando e quando foi seis horas da manhã ela viu ele lá de pé, assim com as mãos cruzadas. E perguntou assim, ô fulano, o que você tá fazendo aí? Eu tô aqui esperando sua prima Cristina. Aí ela falou, ôche, minha prima não tem medo nem vergonha na cara porque o cara quer bater nela, matar ela e ainda vai sair. Aí ficou nisso. Aí ele ficou a manhã todinha rodeando lá. Aí quando foi 9 horas meu irmão falou ó Cristina você não sai porque o fulano tá lá embaixo, rodeando. Aí quando foi 10 horas eu saí porque ele já não tava mais lá, já tinha sumido. Aí eu fui pra delegacia. Aí quando eu cheguei, minha prima veio falar pra mim o cara quer te bater, te matar e você lá? Aí eu falei, acabei de fazer B.O. contra ele. Ela falou olha só, até nisso ele sabe enganar os outros. Ele falou como se já tivesse feito as pazes e tava bem, só que não. Aí é que começou a perseguir mesmo. Desse dia eu não tinha mais paz, não podia conversar com ninguém. Aí um dia antes de eu vir pra cá chegou um cara e falou, ô Cristina, o Mano tá lá, precisando de você, tá sem nada, tá sem comer por causa de você. Por causa de mim não, porque quando eu tava aqui ele não dava valor, porque ele foi uma pessoa que eu mais gostei, porque eu vivi oito anos com o pai dos meus filhos, só que eu nunca gostei tanto como eu gosto dele. Não sei, é que ele sempre foi uma ótima pessoa, entendeu? Só que depois de um ano e meio eu estranhei, entendeu? Só que quando ele usava droga, qualquer coisa irritava ele. Ele tando são, ou tando com as drogas, ele era um pouco assim, ele era menos quando estava sem as drogas, mas quando ele bebia e usava, aí ele ficava mais agressivo ainda.

Por que os homens agriem as mulheres?

Eu não sei, pelo fato deles querer prender nó. No meu caso, pelo fato dele querer me prender. Aí eu saía escondido, aí eu queria fazer as coisas escondido e queria fazer tudo assim, escondido dele, pra ele não saber. Eu passava por cima da ordem dele, então ele não aceitava e isso gerava mais... porque...

Você já ouviu falar da lei Maria da Penha?

Já.

O que você sabe sobre a Lei? Onde soube?

Apreendi aqui porque antes eu não sabia.

Você foi à delegacia e lá não ficou sabendo?

Eu não sabia. Sabia porque tinha visto a entrevista na TV com ela, mas pra mim era uma coisa... eu tirava que era uma porcaria porque eu nunca vi ninguém sendo preso. Eu conheço experiência de uma que morava lá na rua e ela teve abrigo pra vir, só que os pais dela, eu acho assim, ela não quis vir, os pais dela concordaram dela ficar na casa deles. Aí passaram dois meses, o cara até ajudou ela. Aí passaram dois meses certinho e sumiu. Quando passou dois meses que ela já tava trabalhando, ela foi comprar roupa e sapato pros filhos dela. Aí quando ela tava subindo aquela passarela de Santo André, ele chegou e matou ela e nisso ele já tinha pedido as contas no serviço dele, já tava tudo pronto e sumiu e quando foi atrás dele não tinha mais nada, já tinha feito acerto e tudo. Já tem dois anos. Ela morava lá na minha rua. E até hoje procura ele só que não encontra. Porque ele sumiu mesmo. Quer dizer, ele fez tudo, planejou tudo e sumiu.

Comentários finais

O que eu acho injusto é eu tá aqui e ele tá trabalhando e eu tô aqui parada. #u não tinha que tá aqui eu queria tá na casa da minha família, porque eu nunca sumi da minha família, ficar escondida. Então, pra mim, isso aqui é lugar pro criminoso, que tem que sumir, fugir, ficar preso e isolado porque é criminoso. Enquanto a gente tá aqui sofrendo, até ficando um pouco depressiva... quem tá chorando é minha filha, às vezes ela quer ir embora, aqui ela mudou de uma maneira... Quando eu liguei pro meu pai, no sábado, ele falou que tá muito chateado comigo porque eu não falei que vinha. Eu falei que ia trabalhar naquele dia, quando eu fui fazer B. O. Só que eu não fui trabalhar, eu fui fazer B.O. contra ele. Aí

passado assim três dias eu fui dar a resposta para ela, no Vem Maria, se eu ia ir ou não. Aí passado esses três dias eu fui falar com ela, só que eu fiquei contra eles de vir, não falei pra eles. Aí ele falou que tá chateado comigo porque eu falei que ia trabalhar e fui no Vem Maria. Porque eu não queria violência, eu tinha medo de acontecer alguma coisa porque ele é muito agressivo, o negócio dele é só faca. Ele não vai com arma nenhuma, o negócio dele é faca. Aí o sobrinho dele falou pra mim, ó Cristina, se acontecer alguma coisa com o meu tio, você vai ser culpada porque você tem lugar pra ir e não foi. Se tiver alguma briga e eles aí pegarem, a culpada vai ser você. Aí aquilo ficou na minha mente, eu me senti culpada.

Sobre as delegacias, teria mais alguma coisa a dizer?

Teve uma mulher que foi lá dar queixa, ela ligou pros cara ir lá dar flagrante porque ele tava batendo nela, aí eles chamaram ela de filha da puta, que ela era vagabunda.

Quem chamou?

Os policiais chamaram ela de filha da puta. Ela tava lá contando pra nós. O', ó, se você precisar de polícia, vocês não liga porque, além de você ligar porque tá precisando, seu marido te bate, ainda você tem que agüentar coisa deles ainda. Aí a delegada ainda perguntou pra ela quem foi e falou assim que quando precisar, pra não ligar, pra ir direto na delegacia da mulher, para não sofrer humilhação, porque ela passou até a filha dela eles xingaram de vadia, vagabundinha. Ela apanhou, tava com a boca toda machucada, porque ele deu uma facada nela, na mão dela, ela tava toda ensanguentada e agüentando o xingo dos outros.

Observação:

Cristina gaguejava durante a entrevista e sua respiração não conseguia chegar ao final das frases.

Seus filhos gritavam muito, um deles chutou a porta durante todo o tempo da entrevista. Outro ficou pendurado na janela do lado de fora.

ENTREVISTAS DE MULHERES COM BOLETIM DE OCORRÊNCIA

4 Entrevista com Lígia

Casa Abrigo Regional do ABC - 15/02/2008 – 18h.

Identificação.

Eu tenho 25 anos, nasci em São Bernardo, por enquanto eu sou casada ainda porque até agora não saiu o papel do divórcio. De casamento ia fazer quatro anos agora em janeiro. Eu tenho dois filhos. Eu trabalhava, só que eu fui afastada pela lei da Maria da Penha e hoje acabei de assinar minha demissão porque venceu os seis meses, então eles optaram por me mandarem embora. Eu trabalhava na Valisière como controladora de qualidade. Meu marido trabalhava, sempre trabalhou.

Porque você está na casa abrigo?

Bem, ele é usuário de drogas, então no começo era só flores pra falar a verdade, a gente percebe algumas coisinhas, mas nada que... também eu tava apaixonada, em toda aquela história, mas nada que me fizesse desistir, ou porque eu não quisesse enxergar, ou porque não sei, pra falar a verdade eu não sei, eu gostava muito dele, ele também gostava bastante de mim, a gente namorou bastante tempo entre namoro, noivado e casamento foram quase oito anos. Aí depois que a gente noivou ele teve que morar no interior de Minas, aí numa dessas visitas é que eu engravidei e foi de lá pra cá é que começou a piorar. Aí a gente casou, só que eu fiquei morando aqui e ele ficou morando lá por conta dos dois serviços, como eu tava grávida ele não podia largar o serviço, nem ele o dele nem eu o meu. Depois que as crianças nasceram ele veio pra cá pra São Paulo e a gente foi morar junto. A gente só consegue saber quem é a pessoa quando tá convivendo, não tinha agressão física era mais verbalmente, brigava muito, discutia porque ele saía, demorava a chegar por causa da droga, às vezes ele vendia as coisas de dentro de casa, e eu não agüentava ver aquilo e

brigava mesmo, mas ele nunca chegou a me agredir lá, foi com o tempo. Quando eu decidi separar dele aí que ele começou a vir por cima de mim, me ameaçava, nunca chegou a me machucar, mas me ameaçava, colocava na minha cabeça a faca, querendo consumir o fato, mas eu acho que sem coragem também, mas como era uma pessoa drogada eu não tinha como confiar se ia fazer ou não, também não dava pra ficar esperando fazer ou não. Com meus filhos também, ele via que só de me xingar e tentar me agredir, aquilo pra mim era fazer como me fazia, aí ele começou partir pra cima das crianças ele rejeitava muito um deles, porque eles são gêmeos e um sempre ficou do lado dele e o outro mais do meu lado, então aquele que ficou do meu lado ele sempre ficou rejeitando mais e eu não agüentava ver e agente começou a brigar mais, mais e aí chegou o ponto que não dava mais, cada dia foi ficando pior, o medo foi aumentando e eu vim parar aqui.

Que providências você tomou?

Eu conversava, assim, eu tinha medo de conversar com minha família porque ele me ameaçava muito, porque ele dizia que se eu conversasse com minha mãe ele matava meu pai, minha mãe, minha família, quem tentasse me ajudar, então como eu não tinha pra onde ir eu ficava me segurando com a minha sogra lá mesmo, porque ela também, a gente morava junto, ele, eu e ele, porque ele vendeu tudo, porque a gente morava em São Paulo, eu vim pra casa da minha mãe porque as crianças ficaram doentes, então ele vendeu todos os móveis da gente lá e depois ele veio também pra cá, ele morando na casa da mãe dele e eu na casa da minha mãe, foi quando eu decidi me separar dele porque ele tinha vendido tudo por causa da droga, aí eu peguei e falei que não queria mais que eu ia entrar com o pedido de separação, aí ele foi lá, fez o maior escândalo, invadiu a casa da minha mãe e pra não ver minha mãe passar por isso fui morar com ele de novo, aí fiquei lá com ele mais um ano e pouco. Daí a mãe dele não agüentava mais mesmo, aí eu arrumei um serviço, comecei a trabalhar, ele vendo que eu tava ficando independente, não precisava dele tanto quanto..., aí eu falei agora vou comprar minhas coisas e vou embora, vou alugar uma casinha pra mim, se ele tiver que encher o saco enche só o meu. Aí a mãe dele falou quando ela for embora você vai também. Daí ele começou a ficar agressivo tanto comigo quanto com ela e com as crianças. Aí não tinha como eu ir pra casa da minha mãe, eu fiz o B.O. e vim parar aqui (no abrigo).

Você só foi uma vez na delegacia?

Só uma vez.

E como foi o atendimento?

Ah, foi bom assim, a gente fica um bom tempo esperando. Elas têm “dose”, dialogam tanto com a gente, conversam tanto pra ver se a gente desiste, se a gente acaba desistindo, mas eu já fui decidida. Eles ficam conversando: se é isso mesmo o que você quer, porque você não vai..., ele explica a situação do abrigo, não é um lugar pra colocar criança, fazendo tudo pra gente não querer ir pra dizer a verdade, pelo menos foi assim que aconteceu comigo, quando ela viu que eu tava decidida porque não tinha pra onde ir, e eu que já perguntando pelo abrigo, já tava informada da questão do abrigamento, aí ele me encaminhou pra coordenadora dos direitos da mulher.

Como você ficou sabendo do abrigo?

Porque lá na Valisière só trabalha mulher, então o sindicato fica em cima, eles entregam os panfletinhos e bem na semana tinha acontecido deles entregar o panfletinho e eu fui lendo, lendo, lendo.

Você sabia que tinha abrigo?

Sabia, por conta dos panfletinhos. Uma vez eu chamei o guarda em casa que ele me trancou em casa, ele tinha me dado um chute e ficou até uma marca e eu chamei o policial. Ele falou assim você quer que eu leve ele pra cadeia? Eu quero. Porque agora a sua palavra não precisa nem de B.O., sua palavra já manda ele pra cadeia. Pode levar. Ele não levou. Ele falou isso aí não vai dar nem marca, ele ficou conversando com ele, eu desci e

disse por mim já pode levar. Eu desci porque as crianças estavam chorando. Daqui a pouco desce ele e não levou o homem. Aí eu fiquei assim...

Era o policial militar?

Era. Eu fui na delegacia e tudo. Aí ele falou se não tem marca a gente não pode fazer nada. Aí eu nem fui mais. Depois aconteceu de novo e eu fui.

Entre essa vez e a vez que você foi na delegacia demorou quanto tempo?

Acho que umas duas semanas. Mas dessa vez que eu fui na delegacia ele não tinha deixado nenhuma marca porque ele falou que se fosse pra me deixar uma marca e ir preso por causa disso ele me matava, pra empresa ter um motivo que valesse a pena, pra ele valer mais a pena me matando e se livrando do problema dele do que ir preso e eu continuar só com uma marca em casa como ele falava.

E na delegacia elas queriam te convencer a ...

A não vim.

A não vir pro abrigo?

É

E elas não fizeram o B.O.?

Foi feito o B.O., foi feito tudo. Mas achei um pouco de... sei lá. Eu entrei na sala e elas ainda brincaram é essa Lei Maria da Penha é pra ajudar a mulher a trair o marido.

Elas falaram?

Falou. Pra ajudar a mulher a trair o marido porque não resolve nada. Eu falei assim por mais que não resolva, pelo menos eu quero me sentir segura. Porque onde eu tô eu não tô. Então, por mais que vá, vou ficar privada de algumas coisas, vou ficar afastada do meu serviço, da minha família e tudo, mas eu vou me sentir segura, pelo menos por um tempo.

Quando você foi pra delegacia registrar o B.O. você já sabia da Lei Maria da Penha?

Já.

E lá na delegacia te explicaram mais sobre a Lei Maria da Penha?

A escrevã. A delegada eu nem cheguei a falar com ela, quem acabou fazendo o meu B.O. foi a moça lá da (incompreensível). Ele conversou comigo e aí ela falou tem sim esse abrigo. Perguntei pra ela sobre isso, ela falou quem vai te explicar mais é a Mazé, aí me encaminharam pra lá. Me deram o B. O. e mandaram eu ir pra lá. Aí eu já fui no mesmo dia, mas só que não tinha vaga nesse daqui me transferiram pro CONVIDA, em São Paulo, aí não tinha como eu ir à noite, que já era oito horas da noite, então eu fui pra casa da minha mãe, me levaram na casa da minha mãe e de manhã cedinho foram me buscar. Passei na minha casa, peguei minhas coisas.

Teu marido não estava em casa?

Ele tava. Eu pedi pra ela conversar com ele, explicar pra ele ficar ciente que minha família não ia ter como dizer onde eu tava. Então deixa bem claro que eu vou pro abrigo e vou ter contato com eles por telefone quando me deixarem ligar. Ela conversou com ele, ele não falou nada, não reagiu. Pelo menos foi tranquilo aquele dia. Fui, fiquei em São Paulo e depois de dois meses eu vim pra cá.

Aqui você está há quanto tempo?

Aqui eu tô desde primeiro de outubro.

Lá na delegacia, o que elas falaram pra você sobre a Lei Maria da Penha.

Elas falaram que tinha essa Lei sim, que não precisava de... porque antigamente tinha que ter o corpo de delito e que nem assim eles iam preso. Se caso eu tivesse alguma marca tinha que fazer um corpo de delito, eles davam voz de prisão pra ele, mas como eu não

tinha eu ia só fazer o B.O. e entrar com o processo criminal contra ele e a medida protetiva. Só que a medida protetiva até agora, sinceramente não chegou, pra mim não serve de nada, não resolve essa medida porque se é com 48 horas que tem pra chegar, tem seis meses já e nada. No dia que eu liguei lá pro Fórum, eu mesma liguei pra perguntar se tinha alguma coisa do meu processo, eles falaram que não porque ia ser arquivado. Eu ainda tava lá no outro abrigo. Aí ela falou a senhora vai ter que voltar aqui pra ver se a medida sai, pra reafirmar o seu B.O. eu fui lá, conversei, reafirmei tudo, tive que fazer tudo de novo. Aí ela falou que ia chega, mas até agora não chegou (a medida protetiva). Também se chegar não vai adiantar nada porque vinte metros, duzentos metros, após duzentos metros ele pode fazer o que ele quiser e tudo bem.

Se fosse o caso dele ficar preso, teria algum problema pra você?

Na realidade, pra mim, eu acho que ele ir preso não vai resolver nada so vai aumentar mais a raiva dele de mim, pra falar a verdade é isso. Igual ele falou ele pode até ir preso, mas ele vai sair e vai(incompreensível). Ele é bom se não fosse ficaria preso, que ao invés de mim ele ficasse bem isolado.

Você se sente presa aqui?

É uma situação assim, pra quem tá acostumada a sair a hora que quer, conversar com quem quer, a gente fica privada de certas coisas, mas, eu entendo que é pro meu bem e o bem dos meus filhos.

E quando você sair daqui? Quando vai vencer o seu prazo?

Tá vencendo já. Aqui nesta casa vai vencer daqui dois meses, já tem quatro meses que eu tô aqui. Primeiro de março. A minha esperança foi por água abaixo hoje, eu tava esperando voltar pro meu serviço pra poder completar as minhas coisas, os meus móveis.

Ele vendeu?

Vendeu tudo. Eu vou ter que comprar tudo de novo, e agora perdi o emprego, agora tô desempregada pra comprar tudo de novo, alugar uma casa, com duas crianças, material, creche, perua pra pagar, tá difícil. E agora ele tava pagando a perua, mas agora parou de pagar, pagando a perua não, pagando a pensão. Mas agora ele tá desaparecido, não sei até quando. Então eu não sei o que vou fazer, tenho que arrumar logo um emprego para ir embora.

E você pode contar com o apoio da sua família?

Posso e não posso porque eles não podem me ajudar tanto quanto eles queriam ajudar, porque se eu voltar pra casa da minha mãe ele vai perturbar lá. Com o meu pai ele já fazia, sem o meu pai é que ele vai aprontar mesmo, porque é só eu e minha mãe. Seria mais fácil eu voltar pra lá, mas eu não quero voltar pra lá e levar mais problemas pra eles. Eu quero tentar eu mesma sair da situação.

Nesse período de abrigamento você sabe se ele te procurou?

A Mazé, que é Coordenadora da Mulher falou que ele foi lá umas duas vezes. Ele liga às vezes pra casa da minha mãe, mas faz uns dois meses que ele não liga também. Ele ligou a última vez no dia 7 de janeiro quando ele depositou a pensão, ele diz que só quer ver os meninos e que por ele eu podia voltar quando eu quisesse. Isso é o que todos falam, mas eu não confio não, sinceramente. Eu quero sim, sair daqui, morar com os meus filhos, mas na minha casa, bem longe dele.

Você acha que ele vai se conter?

Não. Eu acho que não. Por isso que eu quero.....

Você pensa em voltar para a sua cidade?

Eu não sei, sinceramente não sei, eu tenho vontade, mas é uma coisa que eu vou ter que pensar muito porque ele deve tá morando lá. Eu tenho que arrumar um emprego agora.

Como é conviver com outras mulheres que também sofreram violência?

A gente vai aprendendo um pouquinho a cada dia. Cada história é uma história. É a mesma situação, mas cada história tem um porquê. A gente vai aprendendo com cada uma delas. É difícil conviver. O mais difícil daqui é a convivência. Eu já tenho o gênio forte, outra já tem o gênio mais forte que o meu, a outra é mais calma, então é muito difícil conviver com quem a gente não conhece, mas sem relação ao aprendizado, eu acho que eu tô aprendendo, na marra, mas tô.

Você sabe de mulheres que vão à delegacia, registram a queixa e depois voltam para o marido. O que você acha? Por que isso acontece?

Sei lá, elas não acreditam nelas mesmas, porque por mais difícil que seja se agente dizer que vai conseguir, consegue, pelo menos é o que eu tô tentando fazer. As coisas vão só descendo para baixo, se a gente por mais para baixo ainda, não pode, tem que pensar para frente, senão se eu não conseguir quem vai fazer por mim?

Por que os homens agredem as mulheres?

Algum problema eles devem ter, porque não é normal. Às vezes sem motivo nenhum eles agredem. Pode ser que, às vezes ele falava que eu era muito ruim, pode ser até que eu tenha provocado ele de alguma maneira e ele possa ter entendido assim, mas sei lá, cada caso é um caso. No meu caso, pelo menos, a agente vivia muito bem se não fosse as drogas a gente seria, para dizer a verdade, o casal mais feliz do mundo, porque ele e eu foi por causa das drogas, agora as outras eu não sei.

Quando você foi à primeira vez na delegacia o que você imaginava que ia acontecer? O que você esperava?

Não sei, eu achava que ele ia preso. Tudo o que eu queria é que alguém fosse lá prender ele, resolvia o problema. Eu sabia que ia ter um certo tempo para acontecer e que não ia acontecer do jeito que eu queria. Eu só queria me livrar dele, naquele momento eu queria sair de perto dele.

E você chegou lá.

E fiz um desabafo. Quando a gente não aguenta mais quer resolver da melhor maneira possível, mais rápida, mas não foi tão rápida como eu imaginei. Eu tive que me afastar. O pior não é isso, a gente sofre a situação, a gente tem que se afastar de tudo, largar família, largar emprego, largar... e ele fica lá, ele tá lá aprontando as coisas, até pior. E eu tô aqui.

Você saiu satisfeita da delegacia?

O que eu buscava era o meu B. O., eu saí com ele. Mas de uma delegacia a gente nunca sai satisfeita. Nunca sai.

Você conhece seus direitos?

Procuro me informar, não dá para saber de tudo. Numa situação dessas as mulheres devem trabalhar, se a gente, sem depender deles já fazem o que fazem, imagina se ficar lá esperando a boa vontade dos homens.

A casa abrigo é uma medida que ajuda as mulheres?

De imediato ajuda sim, eu não tenho o que reclamar, graças a Deus foi um lugar que me abriu as portas, quando eu preciso de remédio para meus filhos, tudo tem. Então vou reclamar do quê? Por toda a situação que eu passei eu fui muito bem tratada. O ruim daqui, para dizer bem a verdade, é só a convivência mesmo, conviver com gente que você não conhece, mas em relação às funcionárias eu não tenho o que falar, só agradecer. É melhor tá na minha casa, logicamente.

5 Entrevista com Maria

Casa Abrigo Regional do ABC - 15/02/2008 – 18h30.

Identificação

Fui casada durante 10 anos, durante esses dez anos a gente teve uma vida bem atribulada por causa que ele é uma pessoa que tem envolvimento com draga, com tráfico, já foi preso, então ele é uma pessoa um pouco agressiva. Um pouco não, bastante, bastante agressiva. Então tivemos esses dez anos. Não tive filhos com ele. Ele é uma pessoa muito ciumenta, demais até da conta, possessivo, que tinha mania de perseguição, ele me via nos lugares, então conforme o tempo foi passando depois, há uns dois anos eu tive um problema de saúde sério, aliás, eu tô tratando dele até hoje. Eu tive câncer, eu ainda tô com câncer, eu tô tratando. E foi por causa desse motivo que as crises deles aumentaram, por causa que eu tenho que vir direto pro hospital, tratamento direto, às vezes vou a semana inteira agora, então ele não entendeu, cada vez que ele achava que eu vinha pro hospital eu andava com alguém, tava namorando, tava traindo ele. Então essas crises geraram muitas brigas, muita confusão entre a gente, chegando ao ponto ele me ameaçava de morte, ele pegava arma, ele tinha paranóia, chegou me ameaçar com arma de fogo, com revólver, eu tava vendo o ponto dele me matar de verdade mesmo, chegou um ponto, assim, dele me abalar, ele tentava me abalar psicologicamente, o negócio dele era esse, fisicamente nem tanto porque ele, quando eu falava que eu ia acabar denunciando ele, que ia pra delegacia, então ele achava que fisicamente ele me machucando eu ia ter provas, ele não imaginava que se eu chegasse na delegacia e falasse, explicasse que ele me agredia verbalmente, que ele tava me abalando psicologicamente ele acreditava que isso não acontecia. Porque eu falava pra ele, eu vou na delegacia, vou fazer um B.O. contra você, eu vou te denunciar. Aí ele falava assim o quê que você vai falar? Eu não fiz nada com você. Ele falava isso. Eu falava assim pra ele como não fez? E o que você tá fazendo agora, já tá fazendo agora? É complicado. Eu acabei, um dia, depois de, como a gente brigava muito, quando a gente brigava, então ficava, assim, brigava a noite inteira, sabe, madrugada inteira, ficava aquela coisa ruim, fiquei tão atormentada que chegou ao ponto de eu querer matar ele queimado. Juro. Eu tranquei a porta por dentro, aí ficou eu e ele, aí eu falei pra ele assim você quer me matar? Então agora você vai ver quem vai matar quem. Aí eu peguei um vidro de álcool, joguei álcool nas cortinas, uma só, joguei, risquei o palito, pegou fogo na cortina inteira porque a minha casa era de cortina. Não morreu queimado porque por sorte a vizinha viu a fumaça lá em casa. Então a minha irmã veio, a minha irmã menor, ficou apavorada com aquilo, porque as vizinhas praticamente arrombaram a porta que tava trancada, e eu tava lá dentro, não vou abrir, não vou. Eu tava muito nervosa, sabe, eu chorava muito, eu falava não vou abrir, não vou. Você tá louca, você vai matar todo mundo queimado. Eu falava você não quer me matar, agora, vai morrer todo mundo queimado, e o fogo pegando. Elas arrebutaram a porta, entraram lá dentro e apagaram. A minha irmã veio, a minha irmã menor, ela ficou apavorada, ela chamou meu pai, a mulher dele e ficaram lá comigo. Aí a minha irmã e a minha madrastra falaram assim pra mim, ó você quer fazer alguma coisa pra prejudicar ele, aí eu não ouvia mais eu só chorava, elas falaram assim denuncia ele, vai na delegacia, faz tudo direitinho, mas não ponha fogo na casa, sabe assim? Não vale a pena você acabar com a sua vida por causa dele, ia morrer os dois, eu tava disposta, se elas não entram não ia sobrar nada. Então o que acontece? A minha irmã menor, de 15 anos, aí ela falou assim pra mim, pensa, você está lutando pela vida, ela falou você quer viver tá lutando pela vida, agora você vai justamente acabar com a sua vida por causa dessa coisa aí? Ela falou assim pra ele. Aí ele respondeu é mesmo né, ele deu essa resposta. Aí ela pegou e me contou uma história, que ela tinha uma amiga que ela conheceu, que era casada e a amiga dela falou assim, Clarice, o nome da minha irmã é Clarice, falou Clarice essa vida que eu tô vivendo foi por causa de eu não ter ouvido a minha mãe, ela falou. Minha mãe sempre avisou pra mim que não era pra eu casar com esse homem porque ele não era um bom homem pra mim, que ele não ia ser um bom homem, não era um bom namorado e eu teimei e casei. Aí ela (a irmã) falou assim, Maria, essa moça, eu fui na casa dessa moça e só de olhar pra cara do marido dela eu tremi, eu tremi de medo, só de olhar pra cara do homem. Aí ela falou assim que falou pra ela se você quiser eu vou com você em Mauá e agente faz a denúncia junto se você não tiver coragem. Eu fui com ela e a gente fizemos a denúncia.

Ela falou, Maria, ela só fez a denúncia, um belo dia ela amanheceu morta. A mulher morreu. Ele foi preso imediatamente porque ela já tinha deixado a denúncia, mas ela morreu. Maria. Aí nisso ela falava e eu chorava, sabe, caía as lágrimas. Ela falava fica calma, pensa direitinho se vale a pena acabar com a sua vida por causa dessa coisa aí. Aí eu me acalmei e quando foi no outro dia eu falei pra ele, levantei, tomei banho e falei pra ele eu vou pra Mauá, vou na delegacia de mulheres e vou abrir um B.O. contra você, vou te denunciar. Eu fui.

E ele?

Ele falou que ia sair para dar um trampo (seria por descrença na ação do Estado?)

Eu botei minha bolsa de lado e fui sozinha, cheguei na delegacia, passei o dia inteiro na delegacia até a delegada me atender. Contei tudo o que ele fazia, o que ele vinha fazendo e o que ele fez durante dez anos, aí a delegada falou que dois investigadores iam ter que ir na minha casa pra fazer uma investigação na casa por causa da arma. Eu falei pra ela que não adiantava os investigadores ir na minha casa porque chegando lá não iam encontrar nem ele nem a arma, mas isso era uma coisa que eu tinha, né? Mesmo assim o investigador falou assim porque você não falou que você ia passear na praça, igreja, tudo, menos que você vinha pra cá. Não, mas, eu falei pra ele. Aí ele falou tá bom, mesmo assim a gente vai. Aí eu falei então vamos, né. Voltei pra minha casa. Voltei de novo pra casa, chegando lá os investigadores a primeira coisa que eles mexeram, na sapateira, uma roupa, já acharam, falaram olha aqui o bonitão aqui, ó. Tavam certos. Aí o investigador falou assim pra mim ele não levou a sério que você ia. Aí eles levaram o revólver, levaram o RG dele, levaram o cachimbo de crack. Quando eles chegaram na casa (incompreensível) o espelho quebrado no chão. Ele (o marido) falava assim pra mim que eu nunca ia deixar ele, eu nunca ia deixar ele por que como que eu ia viver? Você vai passar necessidade. Ele dizia que eu tinha medo de encarar a vida. Eu não tenho medo de encarar a vida. Às vezes eu falava assim eu vim morar com você por causa de você e não por causa das coisas. Ele falava assim você não tem coragem de encarar a vida. Eu falava tenho. Ele falava que eu ia passar fome. Então como ele achava que eu tava traindo ele, ele falava que não ia mais comprar nada pra casa, nos últimos dias. Aí eu pensei, quer saber de uma coisa, quer comprar, compra, se não quiser comprar também, pouco me importa. E ele ficava nessa de não quer mais comprar nada, que queria ver como eu ia me virar sozinha, eu disse eu me viro. Porque ele me proibia de tudo, de estudar, de trabalhar, de qualquer coisa que eu tivesse que sair de casa, porque ele falava que se eu fosse pra escola a escola era um perigo pra mim. Eu falava que esse não era o perigo porque eu gosto de ler, eu quero escrever, eu quero aprender. Ele falava que a escola era um perigo pra você porque eu era muito esperta. Às vezes ele falava que eu era muito esperta e às vezes ele dava a entender que ele tinha medo da minha esperteza, porque eu falava pra ele que as pessoas se aproximavam de mim por causa do meu jeito, por causa de mim, do meu jeito de ser, por causa do meu comportamento, não por causa da minha aparência física, por causa das minhas roupas, por causa de nada, então eu só falava isso pra ele às vezes, isso fez, eu acho, que ele tenha em mais paranóia ainda, né, porque eu converso bastante, então, eu falo com todo mundo, se alguém vem conversar comigo, eu converso, então ele via muito isso em mim e fazia com que ele tivesse mais ciúme ainda. Ele tinha tanta paranóia comigo que, por exemplo, se ele vê você conversando com a Ana e ele passasse por perto, se você olhasse pra ele, ele já vinha em casa e falava o que elas tão falando de mim? Por que elas tão falando de mim? Eu nem sabia, ele passava assim, na vizinha, e ficava ouvindo, sabe, o que elas tavam falando na casa dela, dentro da casa delas. Paranóia, sabe, paranóia do crack, paranóia da droga deixou ele assim. Então ele via coisas, ele via gente, ele me via nos lugares, ele ouvia minha voz em todo lugar, sabe, e eu jurava pra ele que eu não tinha ido naquele lugar, eu não tava lá, mas ele acreditava que eu tava, ele tinha me visto, ele falava eu passei ali e era de você que o fulano tava falando. Se você desse risada pra ele, ele já achava que era porque eu tava tento um caso, tava fazendo coisas, tava traindo ele e que a vizinhança inteira tava sabendo, menos dele. Cada vez que eu vinha pra cá pro hospital, toda vez que eu chegava me casa era uma briga, toda vez. Porque a gente vem pro hospital não tem hora pra sair, tem hora pra chegar, mas pra sair não tem. Ele não entendia isso, ele achava que eu não tava no hospital. Uma vez eu liguei pra minha casa e pedi pra avisar pra ele que eu

vou demora, que eu ainda tô nos hospital. Avisaram. Quando eu cheguei em casa eu falei, mas eu avisei que eu tava no hospital, mas ele falou e eu vou saber se você tava lá mesmo ou se você tava em outro lugar e ligou avisando que tava lá? Eu não tava lá com você, como que eu vou saber? Mas eu sei que eu tava. Eu me irritava, né? Aí ele começava as brigas. Ele já foi envolvido com... já foi preso, já ficou bastante tempo preso, já fez tráfico na minha casa, ele já traficou, já vendeu pra ele mesmo, já vendeu pros outros também. Tem várias passagens na polícia. Agora, o fato dos documentos dele tá na delegacia ainda. Acho que ele não foi na delegacia, ele sabe onde eu faço tratamento ele não apareceu ainda, porque dá a entender pra mim que ele não vai na delegacia porque ele é inteligente, né, é um cara esperto, né. Ele tem que ser, ele mesmo já falou, se ele for na delegacia buscar o documento ele fica preso lá. A minha madrasta quando briga com ele fala porque você não vai buscar seu documento lá? Vai lá na delegacia buscar o seu documento. Ele fala assim pra que, pra eu ser preso? Então assim ele entende, eu acho que ele tá por dentro dessa Lei, porque como eu já saí de lá ele deve estar por dentro da Lei. Assim, a vida da gente era... eu sempre trabalhei com ele...

Trabalhou com quê?

Ultimamente a gente tava catando reciclagem, a gente tava trabalhando de reciclagem. Porque é assim, trabalhando, se for trabalhar com ele pode trabalhar no que for, pode fazer o que for, tando junto com ele pode, pode. O que não pode é trabalhar sem ele, sem tá na vista dele, entende? Ele não acredita no que você fala pra ele, ele sempre acha que você tá mentindo, ele acha que todas as mulheres do mundo nenhuma presta, sabe? Então, por causa dessas coisas... ele foi casado, né. Já teve sete anos com a mulher dele, a mulher dele deixou ele porque ele já tinha sido preso, então, um amigo dele que ficou preso junto com ele acabou falando que não sei quem tava indo na casa dele, então, a partir disso aí eu acho que ele achou que todas as mulheres são iguais. Tudo igual. E ele é um cara, assim, muito ignorante, muito mesmo.

(situação de solidão)

E você, o que pensa das mulheres?

As mulheres não são iguais. Ao contrário dos homens, né, porque os homens são o sexo forte frágil, porque eles, né, assim eles têm a força física, todas essas coisas, a gente não tem força física, mas a gente tem força espiritual, sabe, de dentro, a gente tem a mente mais aberta do que as deles. A gente mulher a gente tem, não falo poder, né, mas a gente tem uma inteligência que a gente consegue ver as coisas bem mais longe, talvez a gente consegue resolver algumas mais coisas mais rápido que eles, a gente pensa mais, sabe, a gente tem mais paciência, mais cautela com as coisas e algumas coisas eles não têm. A gente mulher a gente consegue fazer mil e uma coisa, suponhamos, né, a gente lava, passa, cozinha, tudo num dia só, e assim, tá cozinhando, tá lavando a louça, tá arrumando a casa tudo junto, então, os homens não essa dinâmica que a gente tem, eles são parados, sabe, eles fazem uma coisa só ali e pronto, quando faz aquilo tem que fazer aquilo primeiro, terminar aquilo primeiro pra depois começar outra. Então eles não têm essa força que a gente tem, sabe, essa dinâmica. A gente tem uma força espiritual, de dentro da gente, sabe, que parece que dá força pra gente, mesmo que a gente esteja lá no fundo do poço, sabe, bem triste, bem desanimada, achando que o mundo acabou, que não tem mais jeito, mesmo assim a gente consegue engatinhar no poço e subir de degrau em degrau até chegar de novo lá em cima, e muitas vezes a gente consegue isso ou consegue com a ajuda de outras pessoas, né, ou às vezes a gente consegue sozinha mesmo. A gente tem esse poder dentro de mim de se levantar, quando a gente cai, mas depois a gente se levanta sozinha, com a ajuda de alguém ou sem ajuda, a gente faz isso. Eles não fazem.

Quando você estava sofrendo violência, sua família tinha conhecimento?

Não. Meu pai sabe, meu pai e minha madrasta, eles sabem porque são vizinhos meus bem de dentro mesmo, mas agora outra parte da minha família não faz idéia, nem de longe, até hoje.

E sua irmã de quinze anos?

Minha irmã de quinze anos sabe, presenciava, ela via, né. Teve uma vez, quando a gente, agora em 2007, a minha irmã falava assim mãe a gente tem que fazer alguma coisa, mãe, ela não vai sair de lá, ela não consegue sair, ela falava assim, a gente tem que fazer isso, denunciar ele, né, mas assim, depois que ela já morreu não adianta mais, ela já morreu, ela falava desse jeito, então não adianta mais a gente fazer nada. Eu nem saía mais de casa, sabe, ficava em casa. Eu tava tão assim já, com medo. Então ela falava assim, mãe do jeito que a Maria tá ela não sai daí, ela não vai sair, ela só sai daí quando morrer, porque ela já tava assim, ela só vai sair daí quando ela morrer.

Vocês ficaram juntos dez anos?

Dez anos.

Que idade ele têm?

44.

E você?

32.

Até que ano você estudou?

Até a sétima série.

E quando você foi à delegacia, o que você esperava?

Eu fui na delegacia realmente pra denunciar ele, pra abrir um B.O.contra ele. Mas eu não achava que da delegacia o juiz já decidisse. Quem me tirou mesmo de casa foi o investigador. Porque eu fui de manhã, voltei com eles e aí eles falaram pega tudo o que é seu aí e vamos embora, eles falaram assim esquece essa casa. Aí voltei de novo pra delegacia pra registrar o B.O. oficial, mas eu não achava, eu nem sabia que existia casa abrigo, nem nada, eu fui pra lá na intenção de abrir um B. O. mesmo, de um protesto, né, mas eu não sabia que elas iam decidir que eu ia pra um abrigo, um centro de referência. Não.

E o que você achou?

Eu achei bom. Embora eu não sabia da existência desse tipo de casa, nada, mas. A delegada mesmo que pôs, a delegada pôs, né, e disse que eu tava sofrendo ameaça de morte e que tava querendo abrigo pra viver longe do agressor, então ela pediu pra eu ir, mas até então eu não sabia que eu vinha pro abrigo.

Você já tinha ouvido falar da Lei Maria da Penha?

Já.

(interpretar as contradições da fala)

O que você sabia?

Eu já tinha ouvido falar da Lei Maria da Penha, né, ouvi um dia uma entrevista da Maria da Penha no jornal, que ela tinha dado, porque ela tinha sofrido violência, não falou detalhadamente, foi só algumas partes, que ela já vinha há bastante tempo correndo atrás da justiça por causa que o marido dela tinha tentado matar ele duas vezes, né, então aí eu vi ama entrevista dela assim, por parte, não detalhadamente, né, aí depois eu soube que tinha essa da Lei Maria da Penha, mas até então eu não sabia se a Lei tava em vigor, mesmo, mas mesmo assim eu fui pra delegacia. Quando eu chego na delegacia é que eu fui saber direito da Lei Maria da Penha.

O que elas falaram da Lei Maria da Penha?

Na delegacia mesmo elas não explicaram da Lei Maria da Penha, mas depois eu soube que eu tava amparada pela Lei Maria da Penha.

Depois, quando?

Aqui no abrigo. Porque quando eu saí de casa os investigadores falaram que eu tava sob custódia da delegacia de mulheres. Na delegacia de mulheres eles não explicam da Lei Maria da Penha, eles não falam detalhadamente, eles põe a gente na Lei, né, mas eles não falam detalhadamente da Lei Maria da Penha. Eu acho que eles deveriam falar mais.

Você acha?

Eu acho. Eu tenho certeza, né, porque eu já via a entrevista da Maria da Penha, mesmo antes de ir pra delegacia. Eu vi uma entrevista dela no Jornal Nacional e outra no Jornal da Band, aí eu acho assim, né, interessante, a gente aprende bastante com o negócio de violência de mulheres, eu assisti muito aquele programa que passa no quatro, “Casos de Família”. Eu assisti uma vez um programa da violência contra mulher, de maridos que batem nas mulheres, de mulher que bate em mulher, aí o advogado falava no programa que existia, que hoje em dia já existe uma lei que apóia as mulheres, ele falou que se chamava Lei Maria da Penha e que essa Lei entrou em vigor apoiada pelo presidente Lula e que esses homens são processados e falou assim que eles são processados e que o processo não corre mais como corria antes, que eles pagavam cestas básicas, serviços comunitários, aí ele explicou que hoje em dia já não é mais assim, que a coisa já corre mais diferente um pouco. Não tão pouco, né, mas já tem uma diferença, porque, eu acho que eles deveriam ser, na minha opinião, eles deveriam ser punidos de verdade, porque eles fazem uma agressão com a gente, mexe, abala o psicológico da gente, eles enlouquecem e enlouquecem a gente junto com eles e isso não é certo. Eles deixam a gente num ponto que ou a gente comete suicídio com a gente mesmo ou faz com eles, entendeu? Eles deixam as mulheres tudo fria, chega ao ponto que a gente tem coragem de fazer. Isso ia acontecer se eu tivesse na minha casa, tenho certeza. Às vezes eu fico aqui achando que ele tá lá na minha casa, ele não saiu de lá, não é casa é barraco, né. Ele continua morando no mesmo lugar, meu pai falou que ele não mudou de lá e que agora ele falou assim porque ela fez tudo isso? Não precisava ela ter feito tudo isso. A minha madrasta falou como não precisava? Ela falou no tempo que a mulher mais precisou de você vê o que você fez com ela, você ficou foi aí judiando dela. Quando eu entrei em contato com a minha família, com meu pai, né, a primeira vez, o meu pai falou que ele já foi na casa do meu pai, que ele já chorou, já se arrependeu, que disse que tá arrependido do que fez, que não precisava ter feito tudo aquilo, e falou assim eu vou punhar um advogado, vou punhar uma agência atrás dela, eu vou achar ela, eu vou achar ela. Porque quando eu tava na casa com ele, ele falava que se eu saísse de casa, se eu fosse morar com meu pai ele ia me arrastar da casa do meu pai, você pode tá no inferno que eu vou te buscar lá, aí eu falava então vai. Porque conforme eles vão falando isso, aí tem hora que a gente acha que não tem solução, sabe, parece que não tem mais saída, porque tudo o que você faz a pessoa tá ali, né, aí eu sempre sou contra, então chega um tempo que a gente acha que não tem solução, não tem solução.

Há quanto tempo você está no abrigo?

Eu fiquei em dois abrigos contando com esse. Primeiro eu fui pra Diadema, aí eu fiquei no abrigo de Diadema eu fiquei quatro meses, aí como eu tratamento e eu tenho que ficar diariamente no hospital, como eu comecei a fazer a radioterapia, então a radioterapia a gente tem que ir todo dia, então pra eles lá é complicado, porque como eles trabalham com duas casas e só um motorista eles têm muita coisa pra fazer então fica muito complicado pra eles terem que ir todo dia me buscar e fazer o resto das coisas deles. Então, acho que a direção da casa optou que seria melhor pra mim ficar na casa de Santo André, porque o hospital fica mais próximo, mais perto, então ia ficar melhor pra mim porque eu tava ficando mais na van que em casa, então, como eu tava ficando muito debilitada, então eles acharam que ia ficar mais cômodo pra mim, porque eu ia andar menos, ia ficar mais dentro de casa, então ficou bom pra eles também, por isso que eu vim pra cá.
(abrigo deve ser último recurso)

Como é estar num abrigo?

Ficar no abrigo é bom, mas também não é bom, porque a gente convive com várias mulheres, né, cada uma tem seu jeito, cada uma tem sua educação, uma pensa diferente da

outra, raramente a gente tem pensamento igual, então às vezes gera muitos atritos, a gente acaba brigando, porque nem sempre a gente tem o pensamento igual, às vezes elas não entendem que a direção da casa trabalha de um jeito pra resolver as coisas pra gente e às vezes elas não conseguem resolver aqueles problemas da gente porque dependem de outras pessoas, então tem umas que entendem outras não entendem, né, então, principalmente problemas jurídicos, porque a casa depende do jurídico, do centro de referência aqui e lá da gente, então, por exemplo, que nem eu vim de Mauá e quem cuida de mim, dessa parte jurídica é o centro de Mauá, então aqui elas têm que esperar o centro de referência de Mauá resolver essa parte de advogado, de processo, de audiência, então não depende delas aqui essa parte, depende do juiz, quando que o juiz vai mandar, o que o juiz decide, o que o advogado decide, aí tem que esperar o trabalho de Fórum, aí o Fórum entra em recesso, às vezes não trabalha, aí demora, aí as mulheres não entende e acha que a coordenação da casa tem essa obrigação de tá resolvendo rápido e às vezes não dá pra resolver rápido, na grande maioria das vezes não consegue resolver, tanto que às vezes a gente chega a sair da casa e às vezes o processo da gente ainda tá correndo por conta que ainda não foi resolvido.

(desarticulação dos serviços ou morosidade do judiciário?)

E você, como vai ser quando sair daqui?

Vou trabalhar, vou viver minha vida sozinha, pretendo ter minha casa, se eu não puder ter minha casa, se eu tiver que voltar pra minha família, morar com a minha família, com meu pai, com quem quer que seja eu vou viver minha vida do mesmo jeito. Porque não pretendo mais viver casamento, sabe. Pode ser que eu namore, pode ser que conheça outras pessoas, mas agora vou viver bem atenta, com o olho bem aberto porque os primeiros sinais que tiver eu já tô caindo fora. A gente fica meio cismada.

(comparar com a fala das mulheres que não passaram por casa abrigo ou qualquer serviço que atenda na perspectiva de gênero).

Você gostou do atendimento da delegacia de mulheres?

Gostei. A delegacia de mulheres de Mauá ela atende a gente muito bem.

(o que é atender bem?)

Por que as mulheres sofrem violência?

Às vezes porque a gente mesmo permite. Porque na medida que a gente permite, né, porque às vezes tem mulheres, né, que casam ou namoram e os namorados começam a proibir roupa, e falam assim, não quero que você use roupa com decote ela vai lá e tira, quer quizer, tá permitindo, né? Tá dando espaço pra ele para que aquilo dele cresça, porque agora eu tenho pra mim que isso não diminui, só tende a crescer, então, quer dizer, esse tipo de coisa parece que não é nada, sabe, é uma coisa pequena que a gente acha que a pessoa vai mudar, a gente tem aquela esperança, sabe, que um dia a pessoa muda, era isso o que acontecia comigo, sabe, um dia ele vai mudar, ele não pode ser assim a vida inteira, a pessoa não pode ser totalmente ruim ela tem que ter alguma coisa de boa, mas aí a gente fica com aquela impressão, com aquela esperança que a pessoa muda e não muda, então, quer dizer, são as pequenas coisas que a gente deixa e não acredita que vão acontecer e vão acontecendo cada dia, um dia, e no outro dia vão aumentando e assim vai, até que vira uma bola de neve e fica bem complicado. Então eu acho que a gente permite também que essas coisas aconteçam, a gente dá espaço pra isso.

Por que os homens agredem as mulheres? (dominação masculina)

Porque eu acho que eles se sentem donos da gente, como se a gente, né, mulher deles, eles falam assim minha mulher, minha (destacado esse “minha”). Então tudo o que é da gente, tudo o que a gente tem eles falam que é deles, é como se eles fossem o dono da gente, sabe, como se eles tivessem comprado a gente como eles compram um móvel, qualquer coisa, então eles mandam, eles acham que é uma propriedade deles, que eles é

que tem o controle da gente, eles querem a posse daquilo, como se fosse uma propriedade, né, ele comprou e pronto, comprou e pagou, entendeu?

Você tem alguma religião?

Minha família inteira é adventista.

Qual a pior violência?

Todas são ruins. Violência física é ruim, mas a violência psicológica ela é pior, porque quando a pessoa abala o psicológico da gente, a gente fica transtornada, sabe, então, abala o psicológico, abala o emocional, abala tudo, né, então é pior. Todas são ruins, mas essa...

Considerações finais.

Eu acho que o que deveria mudar é a educação, sabe, porque a gente mulher, a gente é muito cobrada das coisas, de tudo, é trabalho, é educação, mulher casada se a mulher tem um filho, é mãe aí é cobrada pelo filho porque tem que criar o filho, tem que educar, dar educação, e os homens não são tão cobrados assim, sabe. Deveria ter uma cobrança dessa parte com os homens, assim, e deveria também mudar de ação, sabe, a educação, porque desde quando a gente nasce a gente, né, os pais, os avós criam a gente, né, pra ficar de um jeito, e os homens, as próprias mães, as mulheres criam eles pra machista, sabe, pra serem homens machistas, entendeu? Acho que tem que mudar essa educação. Alguma coisa tem que ser feita, né?

(observar a consequência da formação recebida na casa abrigo através do seu depoimento: eficácia de uma das medidas da Lei 11.340)

6 Entrevista com Patrícia, 27 anos.

Casa Abrigo Regional – Diadema - 21.06.2008

Identificação

Eu me amiguei com 14 anos, vivi com ele 14 anos também. Ele tem 30 anos. O meu casamento era bom até quando eu tive meus três filhos. Aí depois começou, do meu menino pra cá, a violência. Ele chegava em casa bêbado, drogado, começou a me bater, me espancar e eu sempre agüentando. No caso, eu não podia ficar de favor, não tinha pra onde ir, aí eu sempre agüentando desaforo, mas em casa, com meus filhos. Aí eu fiquei grávida de novo, daí eu sempre lá. Foi uma decisão na minha vida depois que eu arrumei um serviço, que eu trabalho na prefeitura. Depois que eu comecei a trabalhar, conversando com outras pessoas, as pessoas me ajudaram muito, então eu só tomei a decisão de sair de casa mesmo, carregar meus cinco filhos pra cá. Eles são teimoso, são desobediente e muito, mas eu não deixo de gostar deles. Eu acho que a minha vida sempre foi complicada. É complicado aqui também, mas é a única coisa que eu posso fazer é esperar uma resposta de Deus pra eu poder sair daqui, numa casa. Eu creio em Deus, que Deus vai fazer isso por mim. Aqui é provisório, eu entendo que é provisório tudo, mas é um lugar chato de conviver também, com muita gente, muita bagunça. Criança briga aqui, briga ali e se os adultos for entra no meio, nós acaba brigando, então eu levo tudo na brincadeira. Tem dia que eu levanto a moral de mim por eu tá aqui, mas depois eu já começo a brincar, e brinco e fico zoando com as meninas também e assim eu tô passando o tempo pra poder esquecer que eu tô aqui, que aqui é um inferno demais. Eu também compreendo o motivo que eu tô aqui. Eu tô aqui pelo menos eu me livre de uma parte, do meu marido tá espancando eu, que era direto, era todo dia. É uma coisa que eu tô feliz de ter me livrado dele. Ele me ameaçou, ele falou assim, que se eu tirasse os filhos dele, ele me matava. Por causa dos filhos dele ele me matava. Ele não queria tudo, ele queria só dois, a menina de dez anos e o menino de quatro anos. Ele queria ficar com a menina mais velha e o menino de quatro anos. Aí eu conversei com a minha encarrega e minha encarregada falou: qual será o interesse dele em ficar com a menina? Daí eu também já havia pensado no jeito que ele bebe e usa droga, eu já pensei no pior. Ele é pai, mas a gente nunca sabe a questão do pai quando tá drogado e

bêbado. Daí eu carreguei tudinho comigo. Tô aqui, faz um mês e pouco já. Se Deus quiser logo, logo eu saio daqui.

Você estudou?

Eu estudei até a terceira série. Eu saí da escola porque morava com a minha avó e minha avó tinha problema e não tinha quem olhasse ela. Eu saí da escola e fiquei cuidando da minha avó. Eu não sei muito, muito. Eu pretendo voltar a estudar ainda, quando meus filhos tiver um pouco mais de anos e eu puder deixar em casa, eu quero voltar a estudar, porque se surgir uma oportunidade pra mim ainda falta, a gente não consegue um serviço se não tiver estudo, eu tô trabalhando, mas o meu serviço é praticamente pela série que eu estudei. Uma coisa que..., mas é ruim, a gente querer escrever alguma coisa e não saber as letras, ou se não pedir pra alguém escrever pra gente, ou então, tipo assim, a minha filha estuda e ela pede pra eu ensinar ela e eu não sei. Muitas coisas que ela pede eu não sei.

Você nasceu onde?

Eu nasci em Socorro, pertence a São Paulo. Eu nasci lá.

Você passou a sofrer violência a partir do nascimento de que filho?

O menino de sete, de sete anos.

É o último?

Não, o último é o menininho de um ano e nove meses.

Antes dele você teve a menina.

Eu tenho duas meninas. Depois que nasceu o menino ele começou a chegar em casa bêbado e me bater, espancar direto. O menino meu via cena que não devia ver. Ele chegava em casa bêbado, saía me arrastando pelo chão, dando pontapé, chute, tapa na cara direto e eu sempre ali. E se acontecesse alguma coisa com os meus meninos eu ficava doidinha. Aí teve um tempo que eu fiquei nervosa, não faz muito tempo que eu fiquei estressada, muito nervosa, tava com tanta coisa na minha cabeça, tanto problema, ele queria me matar, queria me matar e depois uma amiga minha me deu um conselho pra eu não fazer isso, que eu podia sair daquela vida se eu querer, se eu querer eu podia sair daquela vida. Daí as pessoas me ajudou a ir pra delegacia, fui dar queixa dele, mas antes que a carta saísse de lá eu já saí de lá. Da outra vez eu fiz isso, mas pelo fato de eu não ter pra onde ir, quando a carta chegou pra ele levei uma surra, ele me bateu bastante, então eu fiquei com medo, dessa vez, de ir na delegacia e a carta chegar, mas aí falaram que a carta não ia chegar. A carta ia chegar e eu não tava mais lá. Se a carta chegasse eu tivesse lá hoje eu era uma pessoa morta. Ele sempre falava se a carta da intimação chegasse em casa ele acabava comigo.

Quantas vezes você foi à delegacia?

Eu fui três vezes.

Como você foi atendida na delegacia?

Muito bem, eu não tive nenhuma reclamação. As moças de lá me atendeu muito bem, só não deu pra fazer direito porque eu não tinha prova, testemunha que precisava porque ninguém queria ser.

Como foi a última vez na delegacia?

Eu fui com a minha encarregada e minha encarregada pegou minhas coisas e me trouxe pra cá. Mas ele me atenderam muito bem, da última vez, agora, foi esses dias, antes de vir pra cá (abrigo).

Foi a delegacia que te encaminhou pra cá? Você passou pelo Vem Maria?

Eu passei. Primeiro eu fui no Vem Maria, depois do Vem Maria eu fui na delegacia fazer um boletim de ocorrência, daí eu fui e no outro dia eu já vim embora pra cá. O Vem Maria trouxe

eu pra cá. É uma situação boa pra atender a gente. É excelente questão trabalhar assim pra atender a gente.

O que você pensa das mulheres apanharem dos maridos?

Eu acho isso errado, eu acho errado que o homem não devia bater. Eles não podia fazer as coisas que eles faz com a gente. A gente faz tudo, dá carinho, lava passa, cozinha pra eles, eu acho que isso já é uma injustiça mesmo o que eles faz.

Por que eles fazem isso?

Eu acho que é por causa da pinga, das drogas que eles usa. Porque o meu marido é assim, o meu marido quando ele não usa droga e não bebe ele é outra pessoa, mas é só ele beber acaba com tudo. Ele chega estressado em casa, mas sem isso a gente vivia bem.

Ele trabalha?

Trabalha.

Você mora em casa própria ou alugada?

Invadida.

Quando você foi à delegacia, o que você esperava?

Eu esperava assim que eu eles desse entrada no processo ou ele saísse de casa, porque ele precisava sair da minha casa, porque eu precisei sair da minha casa e não (incompreensível). Eu pensava assim, se eu passar na delegacia o pessoal ia tirar ele de lá e ia... ele não tinha o direito nenhum de se aproximar da minha casa. Eu acho assim.

Era isso que você gostaria que acontecesse?

É

E não aconteceu?

Não aconteceu.

Você já passou pelo juiz?

Não. Minha audiência vai ser em julho. O certo nessa história toda era ele tá aqui nessa prisão agora, não a gente. Nessas hora eles tão rindo da nossa cara, ou já tão com outra mulher pra se divertir e nós aqui, precisar passar por tudo que a gente passa. Porque praticamente tem muita coisa que a gente passa calada, sem abrir a boca sem poder falar nada. Muita coisa é boa, muita coisa é ruim, às vezes, praticamente, a gente tinha tudo, tudo, de um dia pra outro a gente acabou com tudo, só a única coisa que restou mesmo só a roupa do corpo, só a única coisa que restou.

Antes de vir pra cá você conhecia a Lei Maria da Penha?

Eu não conhecia porque eu nunca saía de casa, eu só comecei a sair de casa quando comecei a trabalhar.

Foi seu primeiro emprego?

Foi meu primeiro. Faz quatro meses que eu comecei a trabalhar. Agora eu tô parada. É ruim ficar parada. Porque em casa eu sempre fazia alguma coisa, eu fazia coisa pra poder ganhar dinheiro, mas aqui eu tô esperando, tendo calma pra esperar uma palavra, você já tá livre, pode sair. Eu agradeço as mulher daqui, agradeço tudo, mas uma coisa que eu quero é sair daqui agora.

7 Entrevista com Renata

DDM Santo André - 18/02/2008 – 15h.

Identificação

Eu tenho 45 anos, vai fazer um ano que me separei. Tenho três filhos, um menino e duas meninas. Estudava, mas parei por causa do meu ex-marido, agora tô tentando voltar de novo na 6ª série. Trabalho em colégio do Estado por uma cooperativa. Sou de Santo André, nasci em Santo André, moro no bairro XXXXX, é melhor não falar o bairro.

Eu fiquei 15 anos casada. No começo, alguns anos, foi bom meu casamento, eu não posso reclamar, foi um bom marido só que depois com o tempo ele começou a beber, beber, beber, aí começou as brigas, as ofensas, bater, entendeu, aí fui levando, fui levando mais por causa das crianças, porque as crianças eram pequenas e eu fui tentando relevar aquela situação e nisso eu fiquei uns bons anos fazendo isso, só que agora, ultimamente, me deu um basta, acho que uns quatro e cinco anos atrás, me deu um basta, resolvi procurar um advogado pra me separar, essa separação não foi de acordo dele porque ele não queria a separação, entendeu? Mas, não tinha como continuar, eu fiz de tudo, procurei internar ele, fazer um tratamento por causa da bebida, não foi falta de conversa, não foi falta de diálogo. Como diz o ditado, a pessoa quando não quer ser ajudada não adianta, é o caso do meu ex, ele não quer ser ajudado. Eu sofri muitos anos, apanhei muito, apanhei muito por causa da bebida, quando ele não bebia ele era uma outra pessoa maravilhosa, maravilhosa, era irreconhecível, mas agora quando bebe, até hoje, até hoje, que já sou separada, que nem eu tô aqui pra ver se tira ele de lá de casa porque eu tô separada mas continuamos na mesma casa, só que não tem condições porque ..., me bater ele não bate mais não porque quando ele vem eu vou e eu dou, agora inverteu as coisas, só que as ameaças é demais, e não é só pra mim é pros filhos também, fora os palavrão, então é onde que eu tô aqui pra tirar ele de lá, ele cuidar da vida dele e eu cuidar da minha. Eu vou fazer 46 anos agora no mês que vem, eu tô tentando procurar a minha felicidade, porque eu já sofri muito, muito, muito, agora eu quero ser feliz, se Deus quiser eu vou conseguir, tenho fé em Deus, tenho fé em Jesus que eu vou conseguir.

Quando você procurou a delegacia da mulher?

Ah já tem uns tempos já que eu tô procurando que eu vim dar queixa dele, só que até então o processo tava correndo, da separação, só que depois da separação pra cá ele tá ficando mais, como se diz, no meu pé, tá bem mais no meu pé, porque agora, eu fico assim, eu trabalho, se eu tiver que sair com os meus filhos eu saio, entendeu? Eu me arrumo mais, eu me dedico mais a mim e isso tá incomodando ele, porque na época a Renata só trabalhava, lavava, passava, entendeu? Só que agora a Renata mudou se vestir, se calçar, procurar novas amizades porque na época eu não podia nem conversar com ninguém. (imagem de mulher)

Sua família sabia que você sofria violência?

Mais ou menos, mais ou menos assim, porque era uma coisa assim que eu ficava com vergonha, porque é meio embaçado, quando meu pai ficou sabendo o negócio da separação, meu pai ficou sabendo, meu pai até hoje é horrorizado com a história, até hoje, até hoje. Porque meu pai levava ele assim, entendeu, era um genro assim que, meu pai achava que tava tudo bem.

Em sua família já teve algum outro caso de violência contra mulher?

Já, tive uma irmã, só que agora também, graças a Deus ela é viúva. Na minha família já teve dois casos, minha irmã e eu.

Você sofreu violência muito tempo e não veio à delegacia?

Não, não, não por causa das crianças e outra, na época eu tinha medo, eu morria de medo, tinha medo de procurar a polícia e depois ter que conviver de novo e o negócio ficava pior, que nem até hoje ele me ameaça, a gente já se separou e tudo e ele continua me ameaçando. Vou falar que eu me sinto uma pessoa tranqüila, não, eu não me sinto uma pessoa tranqüila e por isso eu tô aqui na delegacia pra falar que ele continua me ameaçando.

Quando você veio à delegacia à primeira vez, como foi o atendimento?

Ah! muito bom, aliás, toda vez que eu venho aqui não tenho o que reclamar, delegacia pra mulher, olha a mulherada é gente boa viu, a atenção delas é demais pra nós. A primeira vez que eu vim aqui eu tinha aquele medo, aquele medo, agora não, eu já venho aqui, eu já me sinto aliviada, entendeu, eu já não tenho medo, o que eu tenho que falar eu falo mesmo, porque elas aqui deixam a gente à vontade, aqui a gente vem pra desabafar mesmo.

Sempre que a senhora veio aqui a senhora foi esclarecida dos seus direitos?

Com certeza, sem dúvida nenhuma, que nem há uns vinte dias atrás que eu vim pra cá pra tirar ele de lá.

Foi a primeira vez que a senhora veio?

Não, não, já vim mais vezes, mas quando o processo da separação estava correndo, depois que a gente se separou acho eu já vim umas três ou quatro vezes.

Todas as vezes foi feito o B. O.?

Graças a Deus. B. O., entendeu? Tô sendo muito bem cuidada.

Agora ele foi afastado, esse afastamento é uma medida da Lei Maria da Penha. A senhora conhece a Lei Maria da penha?

Não, é que eu tinha medo de mexer com essas coisas, entendeu? Agora é eu que tô... esse negócio de mulher sofrer violência ter que procurar seus direitos isso aí fala na televisão como no rádio, mas aí que tá o problema, pra falar é fácil, o duro é você fazer, o duro é você fazer, eu falo isso porque como agora eu estou saindo, estou me libertando eu passei por isso, eu tinha medo, a maioria das mulheres não procura por causa disso, elas têm medo, é isso o que acontece, é o medo. Se não fosse o medo nosso não tava do jeito que tá. Os homens bate, mata. Não vê o namorado matando namorada?

A senhora conhece outras mulheres que vivem violência?

Olha, eu não posso responder porque eu sou o tipo da mulher assim, meu negócio é trabalhar, ficar em casa, quando é final de semana que eu não estou trabalhando é cuidar da minha casa, dar mais atenção pros meus filhos porque é o dia que a gente pode ficar mais porque, porque um trabalha o outro estudo, então durante a semana é corrido, quando chega o final de semana a gente vai por as conversas em dia, mãe e filhos.
(imagem de mulher)

Por que os homens agredem as mulheres?

Olha, eu não sei, sinceramente eu não posso responder por todos porque, não sei, acho que cada um tem sua cabeça, entendeu? O meu é aquilo como eu já falei, quando ele não bebe ele é um amor, qualquer um tem de tudo com ele, mas ele bebeu um pouco, o povo tem medo dele, tem medo dele, entendeu, o meu ex é por causa da bebida, agora os outros eu não posso responder porque cada um é cada um.

O que a senhora pensa das mulheres em nossa sociedade?

Apesar de que nós mulheres agora é que tá começando, como diz o ditado, a procurar nossos espaços, porque uns tempos atrás só dava o homem, como diz o ditado, tudo machismo, porque mulher foi feita pra lavar, passar e cozinhar, só que o negócio tá mudando hoje, hoje tá mais fácil os homens lavar, passar e cozinhar e as mulher tá dentro do escritório, tá no volante dum ônibus, entendeu? Então pra eles, é o meu modo de pensar, pra eles é bem dolorido nós passar a perna, mas se todas continuar assim, querendo crescer, crescer, crescer, essa guerra vai ser só nossa, ah! vai, essa vai. Porque tem mulher, eu já vi, tem mulher motorista, tem mulher cobradora, tem mulher que trabalha em posto de gasolina! Uns tempos atrás... Imagina! Que isso! Isso é coisa pra homem! E hoje tem muito homem dentro de casa, lavando, passando, cozinhando, tomando conta dos filhos e a mulher tá pra fora trabalhando, então, se Deus quiser nós vamos chegar lá. (imagens de mulher)

Renda mensal.

Salário mais a pensão do filho mais novo dá 1 salário mínimo e meio. Moro em casa própria por isso quero tirar ele de lá.

Tipos de violência sofrida.

Me bateu, pontapé, soco, tapa, ameaça.

Alguma vez a senhora procurou a delegacia comum?

Esse negócio de parar na delegacia não tem como porque a gente chama, chama, chamar eu já chamei bastante, não adianta porque você chama eles, eles vêm até sua casa, sua residência, conversa, conversa, conversa, só que eles não pode fazer nada, então o certo mesmo é vir pra delegacia das mulher, não adianta. A não ser que nem agora, o meu caso agora mudou, que nem o juiz determinou pra ele sair de lá. Se ele aparecer, agora sim, agora eu posso chamar a polícia, entendeu? Eu mostro o papel que o juiz tirou ele de lá, aí sim os home pode pegar ele, os home leva ele embora.

Se ele for preso?

Não vai fazer diferença nenhuma, eu quero só sossego, aliás, não só eu, eu e os meus filhos, porque não é fácil não pra uma mãe ver os filhos sofrer. Eu tô com um de 26, uma de 21 e uma que vai fazer 15 anos. Só a menor que estuda os outros já se formou, graças a Deus.

Considerações finais.

Uma coisa que eu acho é que eu demorei pra ver isso, que agora eu enxerguei, tô enxergando. As mulher tem que tomar mais coragem e enfrentar esses homens, deixar o medo de lado. É difícil? É muito difícil por isso que eu sofri muitos anos, medo, medo, medo, medo medo, mas não compensa não porque a gente se acaba e quanto mais a gente se acaba, mais eles monta em cima, porque, como diz o ditado, eles manda, eles pega a manha, ah! eu posso bater porque ela não vai fazer nada mesmo, posso bater nela o dia inteiro porque ela não vai tomar providência. Acho que as mulherada tem que aprender a tomar mais coragem. Nessa parte nós é muito medrosa, muito. O medo é muito grande, é muito grande, é muito grande. Porque aí você pensa no marido, nos colega do marido, porque às vezes o marido ou irmão que mexe com alguma coisa, aí pode pegar os colega, entendeu... é uma coisa bem complicada mexer com esse tipo de gente, mas eu acho que vale a pena, vale a pena arriscar..

Observações:

- Mencionou 17 vezes a palavra medo.
- Imagens de mulher.